

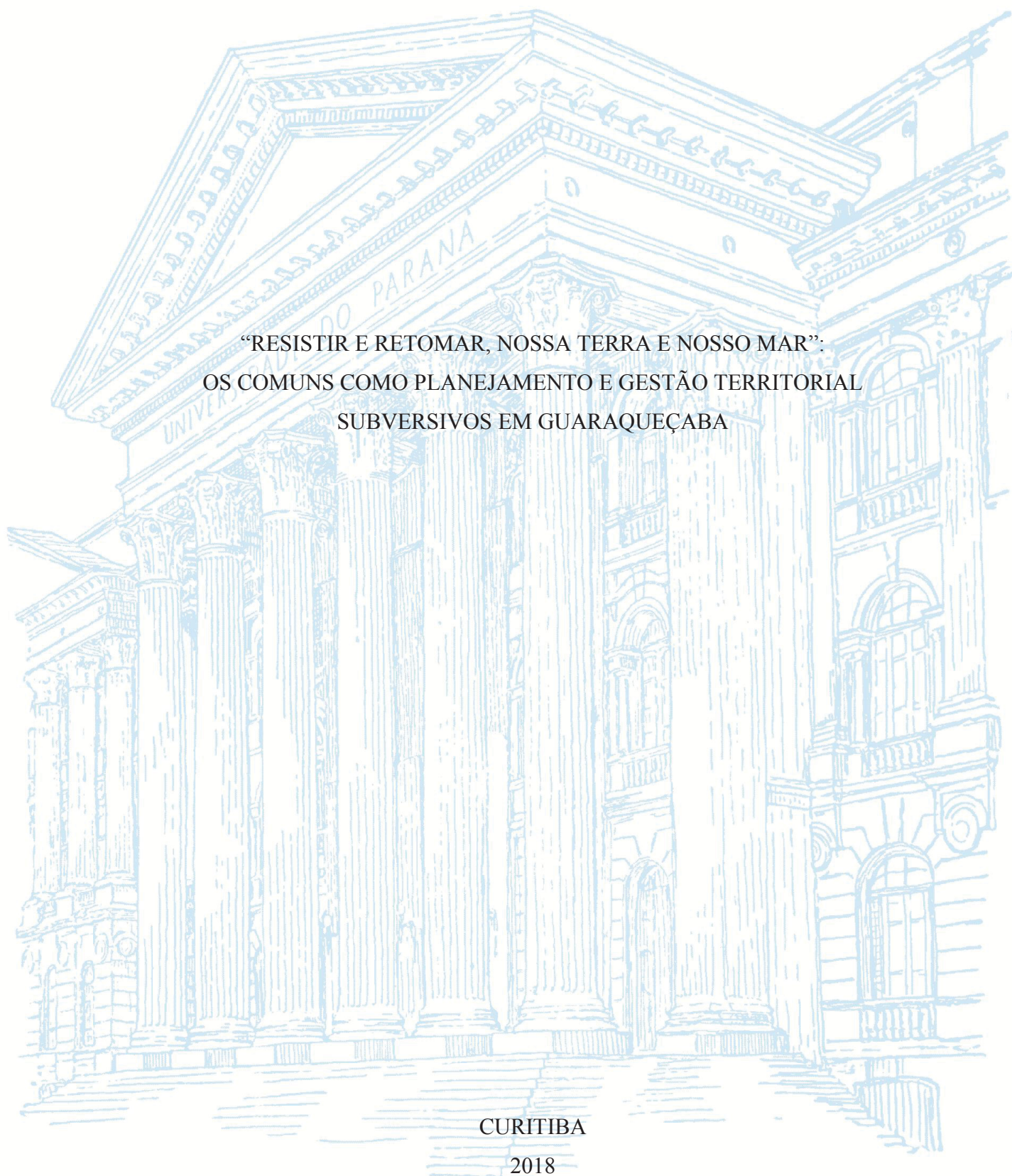
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA AYUMI DUARTE

“RESISTIR E RETOMAR, NOSSA TERRA E NOSSO MAR”:  
OS COMUNS COMO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL  
SUBVERSIVOS EM GUARAQUEÇABA

CURITIBA

2018



LETÍCIA AYUMI DUARTE

“RESISTIR E RETOMAR, NOSSA TERRA E NOSSO MAR”:  
OS COMUNS COMO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL SUBVERSIVOS  
EM GUARAQUEÇABA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez.

CURITIBA

2018



FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR  
BIBLIOTECA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

---

D812r Duarte, Leticia Ayumi  
"Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar": os comuns como planejamento e gestão territorial subversivos em Guaraqueçaba / Leticia Ayumi Duarte. – Curitiba, 2018.  
446 p. : il. color. ; 30 cm.

Tese - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2018.

Orientador: Jorge Ramón Montenegro Gómez.

1. Comunidades tradicionais. 2. Gestão dos comuns. 3. Conflito territorial. 4. Planejamento territorial. 5. Unidades de conservação. I. Universidade Federal do Paraná. II. Montenegro Gómez, Jorge Ramón. III. Título.

CDD: 333.72

---

Bibliotecária: Romilda Santos - CRB-9/1214



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GEOGRAFIA

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **LETICIA AYUMI DUARTE**, intitulada: **RESISTIR E RETOMAR, NOSSA TERRA E NOSSO MAR": OS COMUNS COMO PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAIS SUBVERSIVOS EM GUARAQUEÇABA - PR**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 23 de Março de 2018.

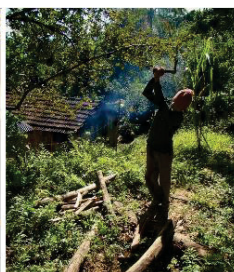
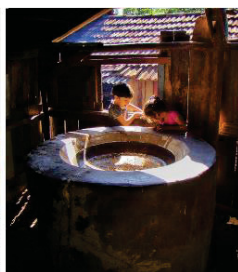
  
JORGE RAMÓN MONTENEGRO GÓMEZ(UFPR)  
(Presidente da Banca Examinadora)

  
VALTER DO CARMO CRUZ(UFF)

  
PEDRO MARTINS(UDESC)

  
CARLOS FREDERICO MARES DE SOUZA  
FILHO(PUC/PR)

  
ANGELA MASSUMI KATUTA(UFPR)



Aos pescadores e pescadoras artesanais e caiçaras das comunidades de Barbado, Barra do Ararapira, Bertioga, Canudal, Sibuí, Tibicanga, Varadouro, Vila Fátima, Vila de Superagui, e especialmente às lideranças do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) e das Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento (PEART). Dedico esse trabalho a todas essas pessoas que têm lutado pelo seu território tradicional, transcendendo os limites do sonhar que estavam postos.



## AGRADECIMENTOS



Os últimos 4 anos se traduziram em um intenso processo de aprendizagem e superação que foram muito além do que poderia “caber” e se materializar nesta tese. Nessa trajetória, agradeço primeiramente aos pescadores e pescadoras artesanais e caiçaras do MOPEAR e PEART, que me acolheram em seus lares e comigo compartilharam seus saberes, seus alimentos, suas angústias, anseios e conquistas, me permitindo tentar enxergar o mundo desde seus olhares. Se hoje me sinto mais esperançosa na transformação social foi por conta do acúmulo de força, companheirismo e inspiração que vocês me ensinaram a viver nessa “primeira e profunda pessoa do plural”. Um agradecimento especial às lideranças do Movimento: vocês me ensinaram, na prática, a avançar de mãos dadas e, como dizia o poeta, abrindo o rumo, pois “os que virão, serão povo, e saber serão, lutando”.

Agradeço com a força de uma vida ao meu companheiro de tudo, Marcelo Varella. Nos momentos difíceis dessa trajetória o seu apoio, cuidado e amor foram essenciais. Definitivamente não conseguiria finalizar o doutorado sem a sua ajuda. Obrigada.

Às famílias, Duarte e Varella, que tanto nos incentivaram e compreenderam nossas ausências.

Ao orientador, Prof. Jorge Montenegro, pela contribuição na pesquisa e pela criatividade nas orientações, que foram de esquemas rabiscados em seu caderninho que ninguém mais além de nós conseguiria compreender à debates profundos que me deslocaram da minha zona de conforto. Agradeço também pelo apoio nos momentos que mais precisei em relação aos contratempos na saúde.

Ao Prof. Roberto Martins de Souza pela generosidade e paciência, pelas lições de vida compartilhadas nos longos trajetos até as comunidades, por todas as reflexões, análises e provocações e pela contribuição tão intensa à pesquisa. Você nos ensinou na prática e a partir do exemplo que a educação popular transforma a realidade.

À Prof<sup>a</sup>. Luciana Maestro Borges, por dividir comigo o desafio do trabalho com as pescadoras e me ensinar que o amor é o passo primeiro no nosso trabalho. Estendo aqui o agradecimento as outras pessoas que tanto contribuíram a esse (e tantos outros) processo(s): Elaine, Cintia, Lays, Mirelly, Luiza, Sandra, Gedeão, Maria, Vinicius, Giordano, Daniel, Adri, Otávio.

Ao Prof. Douglas Ladik Antunes, que em meio à dureza da academia nos lembrava que viver não cabe no lattes, nos estimulando a encarar a vida com mais leveza, sem esquecer de nosso papel nessa labuta. Também a prof<sup>a</sup>. Ângela M. Katuta, sempre nos incentivando a encarar os desafios dessa trajetória sem esquecer do cuidado de si e dos outros.

Aos Defensores Públicos Dr Diego Antonio Cardoso de Almeida, Dr. Alfeu Eleando Fabiane, Dra. Carolina Balbinott Bunhak e, em especial, ao Dr. Wisley Rodrigo dos Santos, que tanto se dedicam à promoção da justiça à esse e outros grupos sociais que anteriormente se viam desamparados.

Aos companheiros de grupos de estudo/pesquisa (ENCONTTRA e Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil) por todo o esforço em

construir uma outra universidade, mais próxima aos movimentos sociais e à serviço da sociedade.

À Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais e ao Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais que tanto têm me ensinado.

Ao Prof. Pedro Martins, que despertou em mim o gosto pelo fazer científico e a crença de que nossas produções acadêmicas podem ser poderosos instrumentos de transformação da realidade.

À CAPES, pela bolsa que me foi concedida para o desenvolvimento desta pesquisa. Consequentemente agradeço aos muitos trabalhadores contribuintes que permitem que tenhamos universidades públicas, gratuitas e de qualidade. Que os próximos pesquisadores continuem a ter a mesma possibilidade que eu tive de percorrer uma trajetória acadêmica nesses termos. Meu esforço é de retornar à sociedade uma pesquisa com ela comprometida, crente da função social da universidade.

Quem tem consciência para ter coragem  
Quem tem a força de saber que existe  
E no centro da própria engrenagem  
Inventa a contra a mola que resiste  
Quem não vacila mesmo derrotado  
Quem já perdido nunca desespera  
E envolto em tempestade, decepado  
Entre os dentes segura a primavera  
(Primavera nos dentes – Secos e Molhados)



O mundo não é. O mundo está sendo. Como  
subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na  
objetividade com que dialeticamente me relaciono,  
meu papel no mundo não é só o de quem constata o  
que ocorre, mas também o de quem intervém como  
sujeito de ocorrências; Não sou apenas objeto da  
História mas seu sujeito igualmente. No mundo da  
História, da cultura, da política, constato não para me  
adaptar, mas para mudar.  
(Paulo Freire - Pedagogia da Autonomia)



## RESUMO

A presente tese versa sobre um contexto de conflito territorial decorrente da instauração de Unidades de Conservação restritivas em territórios tradicionalmente ocupados por pescadores(as) artesanais e caiçaras no município de Guaraqueçaba-PR. Mais precisamente, o estudo visou analisar a luta pelo território tradicional a partir do olhar e experiência do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR. Para tanto, desde a pesquisa-ação e o método etnográfico, acompanhou-se a trajetória deste sujeito coletivo desde o ano de 2013, de modo que se pôde levantar o repertório de ação social utilizado para enfrentar o conflito existente no lugar. Ao longo desse processo foi possível constatar que a participação popular vinha sendo acionada com o fim de legitimar processos de gestão territorial dos quais pescadores e caiçaras discordavam ou desconheciam. O acompanhamento da ação coletiva proveniente do movimento social em questão demonstrou que o grupo vem formulando propostas servientes à resolução dos impasses que têm dificultado a reprodução do modo de vida tradicional na região. Desde este viés, pôde-se perceber que as proposições do MOPEAR põem em xeque a lógica preservacionista que historicamente vem provocando a desterritorialização deste grupo. Isto aponta para possibilidades de subverter o processo de ambientalização em voga na região a partir da instrumentalização de um planejamento territorial baseado na gestão dos comuns, onde a participação popular adquire um novo sentido para efetivar o controle do território.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais, Gestão dos comuns, Conflito Territorial, Planejamento Territorial, Unidades de Conservação.

## **ABSTRACT**

This thesis concerns a territorial conflict context resulting from the establishment of restrictive Conservation Units in territories traditionally occupied by artisanal fishermen, fisherwomen and caiçaras in the municipality of Guaraqueçaba-PR. More precisely, the study aimed to analyze the struggle for traditional territory from the perspective and experience of the Fishermen and Fisherwomen's Movement from the Coast of Paraná - MOPEAR. For that, from the action research and the ethnographic method, the trajectory of this collective subject had been followed since the year of 2013, so that it was possible to raise the repertoire of social action used to face the existing conflict in the place. Throughout this process it was possible to verify that the popular participation was being triggered in order to legitimize territorial management processes of which fishermen and caiçaras disagreed or did not know. The monitoring of collective action from the social movement in question has shown that the group has been formulating useful proposals to solve the impasses that have made difficult the reproduction of the traditional livelihood in the region. From this bias, one could see that the propositions of MOPEAR put in question the preservationist logic that historically has been provoking the deterritorialization of this group. This points to possibilities of subverting the process of environmentalization in vogue in the region from the instrumentalization of a territorial planning based on the management of the commons, where the popular participation acquires a new sense for the effective control of the territory.

**Keywords:** Traditional Communities, Management of Commons, Territorial Conflict, Territorial Planning, Conservation Units.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imagem A: Reunião do MOPEAR na comunidade de Varadouro. Fonte: Acervo MOPEAR (2015). Imagem B: Apresentação da mística sobre práticas tradicionais que foram criminalizadas por legislações ambientais. Fonte: Luciana Maestro Borges (2015). .....	58
Figura 2 – Imagem A: Reunião do MOPEAR na comunidade de Abacateiro para debate sobre o Plano de Manejo do PNS e sobre as legislações que incidem na região. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Reunião do MOPEAR na comunidade de Tibicanga para debate sobre o Plano de Manejo do PNS e sobre as legislações que incidem na região. Fonte: a autora (2015). .....	59
Figura 3 – Imagem A: Registro da produção de vídeos por pescadores jovens para entrevistar lideranças do MOPEAR e das comunidades. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Etapa do curso de gestão de territórios tradicionais. Fonte: a autora (2015). .....	59
Figura 4 – Imagem A: Registro de uma etapa de curso na comunidade de Barbado. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Formatura do curso na comunidade de Tibicanga. Fonte: a autora (2015). .....	59
Figura 5 - I Encontro de pescadoras artesanais das ilhas de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2017). ....	60
Figura 6 – Imagem A: Mulheres reunidas durante uma das etapas do curso, em Tibicanga. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Discussão/entrevista coletiva sobre as características e dificuldades do trabalho feminino na pesca artesanal. Fonte: a autora (2015). .....	60
Figura 7 – Imagem A: Explicação sobre os usos das plantas medicinais encontradas no território das comunidades. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Troca de mudas, chás, pomadas, garrafadas, sementes e artesanatos durante curso. Fonte: a autora (2015). .....	60
Figura 8 – Imagem A: Pescadoras reunidas durante curso de conservas para debate sobre agroecologia e soberania alimentar. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Curso de Arpilheira. Fonte: a autora (2015). .....	61
Figura 9 – Imagem A: Pescadoras elaborando suas agendas de trabalho durante exercício sobre a divisão do trabalho e o papel das mulheres na pesca artesanal. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Apresentação da agenda de trabalho e debate. Fonte: a autora (2015). Imagem C: Artesanato elaborado por uma das participantes. Fonte: a autora (2015). .....	61
Figura 10 – Imagem A: Exibição do vídeo do tempo comunidade dos pescadores do MOPEAR durante o curso. Fonte: a autora (2016). Imagem B: Apresentação da conjuntura política dos povos e comunidades tradicionais no sul do Brasil proferida pelas lideranças dos movimentos durante curso. Fonte: a autora (2016). .....	61
Figura 11 – Imagem A: Liderança de uma comunidade problematizando os limites do território tradicionalmente ocupado. Fonte: a autora (2016). Imagem B: Debate coletivo em torno de uma proposta de ordenamento territorial que parta dos pescadores. Fonte: a autora (2016). .....	62
Figura 12 – Imagem A: Membros do MOPEAR durante realização de um jogo sobre o conteúdo da aula. Fonte: a autora (2016). Imagem B: Registro do trabalho de campo realizado pelos pescadores e caiçaras do MOPEAR. Fonte: Acervo MOPEAR (2016). .....	62
Figura 13 – Imagem A: Membros do MOPEAR apresentando o território à equipe pedagógica durante saída de campo. Fonte: Acervo MOPEAR (2016). Imagem B: Apresentação da comunidade de Barbado sobre o território tradicionalmente ocupado. Fonte: a autora (2016). .....	62
Figura 14 – Imagem A: Membros do MOPEAR com bandeiras da Confrem e MPP durante saída de campo. Fonte: Acervo MOPEAR (2016). Imagem B: Membros do MOPEAR orando antes de compartilharem o alimento durante saída de campo. Fonte: Acervo MOPEAR (2016). .....	63
Figura 15- Mapa de localização do município de Guaraqueçaba. Fonte: elaborado pela autora (2012). .....	71



Figura 16 – Imagem A: Barca saindo de Paranaguá rumo à Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2014); Imagem B: Vista do interior da barca, nas proximidades do centro de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2016).	72
Figura 17 – Imagem A: Barcos atracados no trapiche de Paranaguá. Fonte: a autora (2015); Imagem B: Vista do Porto de Paranaguá desde a baía. Fonte: a autora (2014); Imagem C: Pescadores artesanais próximo ao canal de acesso ao Porto de Paranaguá com navio ao fundo. Fonte: a autora (2015); Imagem D: Pescaria no canal do Porto de Paranaguá. Fonte: a autora (2010).	73
Figura 18 – Imagem panorâmica da chegada no centro de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2013).	73
Figura 19 – Fachada da sede administrativa da Estação Ecológica de Guaraqueçaba e da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2015).	74
Figura 20 – Imagem A: Pescador em canoa a remo na baía de Laranjeiras. Fonte: a autora (2012). Imagem B: Vista da baía de Pinheiros a partir do Morro do Bronze. Fonte: Raphael Dias (2011). Imagem C: Pescador atravessando a baía de Pinheiros para vender caranguejos em Paranaguá. Fonte: a autora (2016). Imagem D: Travessia do furado da baía de Pinheiros. Fonte: a autora (2013). Imagem E: Grupo de pescadores(as) artesanais atravessam a baía de Pinheiros. Fonte: a autora (2015).	75
Figura 21: Imagem A: Cartaz de divulgação do I Encontro de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, organizado pelo MOPEAR. Fonte: acervo MOPEAR (2010). Imagem B: Pescadores do MOPEAR em manifestação durante passeata do 1º Acampamento de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Fonte: Acervo MOPEAR (2010).	77
Figura 22 - Debate sobre as r-existências e geografias da luta pelo território. Fonte: a autora (2016).	80
Figura 23 – As r-existências no território. Fonte: a autora (2016).	82
Figura 24 – “Liberdade”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Andréia Chagas das Dolores. Dimensões: 50x35cm. Acervo do PEART (2017).	83
Figura 25 - “Nosso jeito de plantar e tirar palmito é para a sobrevivência: protegendo nosso território como ato de resistência”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Silvine dos Anjos Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo do PEART (2017).	85
Figura 26 – Mapa de localização dos picadões de enfrentamento à empresa Agropastoril na década de 1980 – Guaraqueçaba/PR. Fonte: a autora (2017).	92
Figura 27 - Mapa do território da comunidade de Vila de Superagui. Década de 1980 [linha colorida feita pela autora]. Fonte: Acervo MOPEAR (s.d.).	94
Figura 28 - “Práticas de pesca artesanal extintas”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Andréia Chagas das Dolores. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).	97
Figura 29 – Mapa de localização das principais Unidades de Conservação em Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2012).	99
Figura 30 - “Por que não podemos plantar?”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Silvine dos Anjos Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).	104
Figura 31 - “Pesca não é crime, é nosso direito”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Marciana Lopes Maia. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).	105
Figura 32 - “Pesca da Manjuba”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Adriana dos Santos Nascimento. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).	107
Figura 33 – Mapa de localização das comunidades de Guaraqueçaba articuladas no MOPEAR. Fonte: a autora (2017).	110
Figura 34 – Imagem A: Chegada das comunidades no Encontro sobre a Violação de Direitos Humanos Provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de comunidades Caiçaras e Pescadores e Pescadoras Artesanais no Paraná, Vila de Superagui. Fonte: Acervo MOPEAR (2013). Imagem B: Pescadores artesanais e caiçaras aguardam o início do evento em frente à faixa solicitando a participação no Plano de Manejo. Fonte: Acervo MOPEAR (2013).	119

Figura 35 - Imagem A e B: Crianças exibem cartazes enquanto gritam “Na Terra e no Mar nós vamos lutar”. Vila de Superagui. Fonte: acervo MOPEAR (2013).	120
Figura 36 – Imagem A: Pescadores Artesanais exibem faixa antes do início da reunião. Fonte: Acervo MOPEAR (2013). Imagem B: Teatro realizado durante a mística do Encontro. Fonte: Acervo MOPEAR (2013).	121
Figura 37 – Resposta ao Convite para Reunião de GT através de Ofício nº 015/2014 – PARNA Superagui/ICMBio. Fonte: Acervo MOPEAR (2014).	137
Figura 38 – Ofício nº 75/2014 – CR9/ICMBio sobre a Reunião do GT. Fonte: Acervo MOPEAR (2014).	139
Figura 39 – Imagens A, B, C e D: Momentos da manifestação de membros do MOPEAR durante Audiência de Conciliação no dia 28/08/2015. Fonte: a autora (2015).	143
Figura 40 – Imagem A: Recepção do Juiz em inspeção judicial em Barbado. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Apresentação da roça da comunidade ao juiz e sua equipe. Fonte: a autora (2015).	147
Figura 41 – Imagem A: Moradores de Barbado conduzem o Juiz pela comunidade. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Apresentação da casa de farinha ao Juiz. Fonte: a autora (2015).	148
Figura 42 – Imagem A: Reunião de Barbado durante a inspeção judicial. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Explicação do funcionamento da prática tradicional do cerco-fixo ao juiz. Fonte: a autora (2015).	149
Figura 43 – Imagem A: Apresentação de liderança de Tibicanga sobre as práticas tradicionais proibidas pelo ICMBio. Fonte: a autora (2015); Imagem B: Comunidade reunida durante inspeção judicial. Fonte: a autora (2015); Imagem C: Fala do Defensor Público Federal Alfeu Fabiani. Fonte: a autora (2015); Imagem D: Apresentação de outras práticas tradicionais proibidas e que não foram contempladas no levantamento do ICMBio. Fonte: a autora (2015).	150
Figura 44 – Imagem A: Explicação do juiz à comunidade de Bertioga sobre o intuito da inspeção. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Pescadores durante Inspeção judicial na comunidade de Bertioga. Fonte: a autora (2015).	152
Figura 45 – Imagem A: Comunidade da Vila do Superagui reunida durante inspeção judicial. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Relato de pescador artesanal acerca dos conflitos e a falta de participação no processo de Plano de Manejo. Fonte: a autora (2015).	152
Figura 46 – A hierarquia jurídica brasileira. Fonte: a autora (2017).	192
Figura 47 – “Sem participação nas decisões importantes não garantimos nossos direitos” Tela de bordado em arpilheira da pescadora Erica Costa Gonçalves Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).	215
Figura 48 - “O caíçara na cidade” Tela de bordado em arpilheira da pescadora Solange Américo de Oliveira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).	229
Figura 49 – Imagem A: Boias depositadas na comunidade. Fonte: a autora (2012). Imagem B: Boias em uso na comunidade de Barbado. Fonte: a autora (2015).	244
Figura 50 – “Onde está a ‘luz para todos’?”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Erica Costa Gonçalves Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo PEART (2017).	246
Figura 51 – “Por uma educação eu valorize o conhecimento dos(as) pescadores(as)”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Elisângela Nunes. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo PEART (2017).	249
Figura 52 - Carta de solicitação de pesquisa. Fonte: Acervo MOPEAR (2016).	251
Figura 53 - Carta de Compromissos dos agentes de pesquisa da Barra do Ararapira. Fonte: Acervo MOPEAR (2014).	254
Figura 54 - Charge “There you go!” Fonte: Adaptado de Oren Ginzburg (2005).	296

Figura 55 – Xilogravura. Fonte: Hans Staden, duas viagens ao Brasil, 1557. ....	305
Figura 56 – Problemática do MOPEAR acerca da produção cartográfica em seu território. Fonte: a autora (2014). ....	306
Figura 57 - Recorte do mapa dos pontos turísticos da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba. Fonte: Cooperguará (2017). ....	307
Figura 58 - Carta Imagem Parque Nacional do Superagui. Fonte: Ibama (2006) .....	309
Figura 59 - Mapa do território da comunidade de Vila de Superagui. Década de 1980. Fonte: Acervo MOPEAR. ....	310
Figura 60 – Autodemarcação do Território Tradicional do MOPEAR. Fonte: Acervo MOPEAR (2015). ....	313
Figura 61 – Áreas das comunidades automapeadas pelo MOPEAR e limites das Unidades de Conservação. Fonte: acervo MOPEAR (2015). ....	316
Figura 62 - Imagem A: Agentes de pesquisa espacializando legendas durante oficina na comunidade da Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Oficina de sistematização de legendas na comunidade de Sibui. Fonte: a autora (2014). ....	320
Figura 63 – Imagem A: Membros da Vila de Superagui indicando os usos do território com apoio de imagem de satélite. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Agentes de pesquisa corrigindo mapas na comunidade de Tibicanga. Fonte: a autora (2014). ....	321
Figura 64 – Imagem A: Apresentação de croquis para a comunidade da Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Exibição do vídeo “A Vela e o Lampião”, elaborado pelo MOPEAR para ampliar o debate sobre a luta pela energia elétrica e a representação dessa pauta nos mapas. Fonte: a autora (2014). ....	321
Figura 65 – Imagem A: Organização das legendas para oficina na comunidade da Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Debate sobre os croquis e sobre o processo de autodemarcação na comunidade de Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). ....	321
Figura 66 - Moradores de Tibicanga e membros do MOPEAR no mutirão para a construção da Escola Estadual Ismael Xavier Chagas de Tibicanga. Fonte: Acervo MOPEAR (2014). ....	322
Figura 67 - Pescadoras artesanais de Tibicanga no momento final do mutirão de construção da Escola Estadual Ismael Xavier Chagas de Tibicanga. Fonte: Acervo MOPEAR (2014). ....	323
Figura 68 – Imagem A: Agentes de Pesquisa do MOPEAR durante curso de Cartografia Social. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Laboratório de Cartografia Social posteriormente utilizado como laboratório de informática. Fonte: a autora (2014). ....	323
Figura 69 – Imagem A: Agentes de pesquisa gerindo a base de dados em software livre de geoprocessamento na comunidade da Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Reunião de apresentação de mapa na comunidade de Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). ....	324
Figura 70 – Imagem A: Reunião preparatória para a elaboração das oficinas de mapeamento em Vila Fátima. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Oficinas de mapeamento na comunidade de Bertoga. Fonte: Acervo MOPEAR (2016). ....	330
Figura 71 - Formatura dos agentes de pesquisa em Cartografia Social e Gestão do Território na comunidade de Tibicanga. Fonte: a autora (2014). ....	332
Figura 72 - Quadro explicativo da análise do “levantamento de demandas tradicionais do ICMBio” realizada junto ao MOPEAR. Fonte: Souza et al. (2016). ....	338
Figura 73 – “Cata do caranguejo: pro lacinho funcionar, o jeito de fiscalizar tem que mudar”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Juciara Cunha Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo do PEART (2017). ....	348
Figura 74 - Representação do lacinho em uma mística do MOPEAR. Fonte: a autora (2015). ....	350



Figura 75 - “Pesca do Caranguejo”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Andréia Chagas das Dores. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo PEART (2017). .....	351
Figura 76 – “O cerco: garantia de comida na mesa principalmente no inverno”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Josiane dos Santos Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo PEART (2017). .....	362
Figura 77 – “Cerco das comunidades tradicionais das ilhas”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Lea da Silva Nunes. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo PEART (2017). .....	362
Figura 78 – Autodemarcação do Território Tradicional da Comunidade da Barra do Ararapira. Fonte: acervo MOPEAR (2015). .....	391
Figura 79 - Autodemarcação do Território Tradicional da Comunidade de Barbado. Fonte: acervo MOPEAR (2015). .....	392
Figura 80 - Autodemarcação do Território Tradicional da Comunidade de Sibuí. Fonte: acervo MOPEAR (2015). .....	393
Figura 81 - Autodemarcação do Território Tradicional da Comunidade de Tibicanga. Fonte: acervo MOPEAR (2015). .....	394
Figura 82 - Áreas das comunidades automapeadas pelo MOPEAR e limites das Unidades de Conservação. Fonte: acervo MOPEAR (2015). .....	397

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGROPASTORIL	– Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná
AGU	– Advocacia Geral da União
AIA	– Avaliação de Impacto Ambiental
APA	– Área de Proteção Ambiental
BIRD	– Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDB	– Convenção sobre Diversidade Biológica
CEM	– Centro de Estudos do Mar
CONAPA	– Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba
CONFREM	– Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos
CONPARNA	– Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagui
COOPERGUARÁ	– Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba
Copel	– Companhia Paranaense de Energia
COSEC	– Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Guaraqueçaba
CPICT	– Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná
CNPT	– Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CPT	– Comissão Pastoral da Terra
CR Almeida	– CR Almeida S/A Engenharia e Construções
CR9	– Coordenação Regional CR9 do ICMBio em Florianópolis
CSR	– Centro de Sensoriamento Remoto
DPPR	– Defensoria Pública do Estado do Paraná
DPU	– Defensoria Pública da União
ENCONTTRA	– Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra
ESEC	– Estação Ecológica de Guaraqueçaba
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
FIC	– Formação Inicial e Continuada
FISSET	– Fundos de Investimentos Setoriais
FORÇA VERDE	– Batalhão de Polícia Militar Ambiental Força Verde
GT	– Grupo de Trabalho
GPS	– Sistema de Posicionamento Global
IAP	– Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	– Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IFPR	– Instituto Federal do Paraná
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	– Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBT	– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MINEROPAR	– Serviço Geológico do Paraná
MOPEAR	– Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná
MPE	– Ministério Público Estadual

MPF	– Ministério Público Federal
MPP	– Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil
MST	– Movimento dos Sem Terra
NUPOVOS	– Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PAN Manguezal	– Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal
PCTs	– Povos e Comunidades Tradicionais
PEART	– Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento
PLANTEC	– Empresa Plantec Florestamento e reflorestamento
PROEJA	– Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos
PNS	– Parque Nacional do Superagui
PNAP	– Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QGIS	– Quantum GIS
RESEX	– Reserva Extrativista
RPPN	– Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SEJU	– Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos
SISNAMA	– Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC	– Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVS	– Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TC	– Termo de Compromisso
UC	– Unidade de Conservação
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1 – A CONJUNTURA DA AMBIENTALIZAÇÃO EM GUARAQUEÇABA, DESDE O CONFLITO TERRITORIAL VIVIDO PELO MOPEAR.....</b>	<b>174</b>
<b>TABELA 2 – DIFERENÇAS BÁSICAS PROPOSTAS PELO ORDENAMENTO DA PESCA COM CERCO-FIXO PELO ACORDO. FONTE: SOUZA (2016) A PARTIR DE INFORMAÇÕES DO MOPEAR.....</b>	<b>371</b>

## SUMÁRIO

<b>PRÓLOGO .....</b>	<b>21</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>26</b>
Aspectos metodológicos.....	37
Estrutura da tese.....	64
<b>1 “RESISTIR E RETOMAR, NOSSA TERRA E NOSSO MAR”: GEO-GRAFIAS DA R-EXISTÊNCIA NO E PELO TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE OCUPADO.....</b>	<b>69</b>
1.1 Memórias e histórias coletivas: uma introdução sobre o contexto socioespacial do território tradicional desde baixo.....	70
1.1.1 A liberdade nos tempos de vovó: “do primeiro a gente podia fazer tudo” .....	83
1.1.2 Pescadores entre búfalos, palmitos e minérios: a r-existência à mercantilização do território tradicional .....	90
1.1.3 Quando a proteção tornou-se proibição: o território tradicional transformado em Parque.....	97
1.1.4 Os efeitos de uma força verde: “não dá pra nós fazer mais nada”.....	102
1.1.5 “Chegou a hora de defender nosso pedaço de chão”: a r-existência coletiva do MOPEAR.....	109
1.2 História do presente: da ruptura dos planos e estudos heterônomos de intervenção no território .....	114
1.2.1 06 de dezembro de 2013: O Encontro .....	118
1.2.2 A criação de um grupo de trabalho: novos apoios e espaços entram em cena.....	130
1.2.3 Uma breve conjuntura da luta pelos comuns .....	131
1.2.4 O reconhecimento da ação social por via judicial: a instauração de uma Ação Civil Pública...	136
1.2.5 Das ilhas à sala do juiz .....	142
1.2.6 A inspeção judicial no território tradicionalmente ocupado: estar lá para ver, ouvir e sentir ....	146
<b>2 A NATUREZA NOS CONFLITOS TERRITORIAIS: AMBIENTALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAIS EM GUARAQUEÇABA .....</b>	<b>156</b>
2.1 As múltiplas interpretações acerca da natureza de um território: “meio ambiente” no cerne da discussão .....	162
2.1.1 A chegada do projeto preservacionista: ambientalização anti-comunidade em Guaraqueçaba.	175
2.1.2 A corrente pró-comunidade e a visão conservacionista: a tutela da participação em tempos atuais.....	189
2.1.3 A visão pró-comunidade desde a gestão dos comuns: direitos coletivos e participação autêntica como instrumentos de r-existência .....	200
<b>3 A FORÇA DE UMA NOÇÃO VAGA: A FUNÇÃO DOS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA .....</b>	<b>215</b>
3.1 A democracia desde os projetos preservacionistas e conservacionistas em Guaraqueçaba: o uso da participação como prática de dominação .....	224
3.1.1 O <i>modus operandi</i> da participação concedida pelos órgãos ambientais: nuances de um processo de cima para baixo .....	224
3.1.2 A autoridade científica na produção do conhecimento sobre o território tradicional .....	234
3.1.3 Ponderações sobre os limites dos modelos participativos.....	243
3.2 A emergência de outros espaços/modelos participativos na luta pela conquista de autonomia.	247
3.2.1 Formando e não conformando: o construir-se do MOPEAR como um intelectual orgânico e coletivo .....	249
3.2.2 Algumas notas sobre o diálogo intercultural surgidas no espaço do Grupo de Trabalho .....	258
3.2.3 A base de um modelo participativo autônomo: as assembleias comunitárias no território tradicional.....	261



3.2.4	A luta social como motor de novos processos participativos: observações sobre a organicidade do MOPEAR.....	266
3.3	Nada sobre nós, sem nós: ressignificando os espaços de participação social desde a ação coletiva.....	270
3.3.1	A busca para imprimir novos sentidos aos espaços participativos do ICMBio .....	271
3.3.2	Saber e r-existência: outras formas de participação social nas pesquisas.....	276
3.3.3	Participando da luta desde outros espaços: o reflexo da r-existência no cotidiano das comunidades tradicionais.....	284
3.4	A participação como um novo <i>front</i> de luta: reflexões desde a experiência prática do MOPEAR.....	289
<b>4</b>	<b>SUBVERSÃO EPISTEMOLÓGICA E PLANEJAMENTO SUBVERSIVO: ELEMENTOS PARA PENSAR A GESTÃO DOS COMUNS NO TERRITÓRIO TRADICIONAL .....</b>	<b>295</b>
4.1	A guerra dos mapas: os efeitos políticos dos mapeamentos do território tradicional na vida dos pescadores e caiçaras.....	300
4.1.1	“Cadê o pescador nesse mapa?”: sobre disputas territoriais e cartográficas.....	305
4.1.2	Aspectos metodológicos da produção da autodemarcação do território tradicional .....	318
4.2	Sobre o lugar dos sujeitos na produção de conhecimentos sobre o território tradicional .....	334
4.3	A construção de uma proposta de gestão dos comuns desde as ações sociais do MOPEAR.....	346
4.3.1	Propostas de gestão do território tradicional: o experimento do lacinho e o olhar sobre o recurso natural .....	347
4.3.2	O acordo comunitário do cerco-fixado e o olhar sobre a prática tradicional.....	362
4.3.3	A operacionalização do direito à consulta prévia, livre e informada dos pescadores e caiçaras: a construção de um protocolo de consulta.....	379
4.4	A proposta de criação de uma reserva extrativista para a efetivação do direito ao território tradicional.....	385
4.5	Mudar o olhar para conseguir ver: a gestão dos comuns como subversão aos planejamentos territoriais de cima para baixo em Guaraqueçaba.....	406
	<b>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: PARA FAZER CAMINHAR A PALAVRA...</b>	<b>414</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>426</b>

## PRÓLOGO

Vêm se constatando em um contexto latinoamericano a impossibilidade de se ignorar a vasta diversidade de sujeitos, de sentidos, de histórias, de formas de estar/fazer/sentir/ser no mundo. Diversos grupos detentores de identidades coletivas e territorialidades específicas, a partir de suas organizações próprias (movimentos sociais), vêm reescrevendo a história de sua ação coletiva e política: se antes lhes era atribuído um papel marginal, invisível ou ligado ao passado, em sucessivos atos de r-existência esses sujeitos têm demonstrado sua força social mobilizatória e protagonizado uma luta incessante por seus direitos (CRUZ, 2011b; PORTO-GONÇALVES et al., 2015). No contexto brasileiro existe uma significativa parcela da população demandando o reconhecimento de sua identidade coletiva enquanto Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) e, tão importante quanto o reconhecimento, a efetivação de seus direitos identitários, coletivos e territoriais.

São sujeitos que se inscrevem no mundo e escrevem suas trajetórias em primeira pessoa do plural e que protagonizam cotidianamente tentativas de que suas histórias sejam ouvidas e reconhecidas, que seus territórios, territorialidades e olhares sejam aceitos, batalhando arduamente contra aqueles que tentam silenciar ou invalidar suas narrativas e geografias (PORTO-GONÇALVES, 2001). Esses sujeitos vivem pelo menos duas lutas concomitantemente: a de poder ter seu modo de vida conforme seu projeto coletivo e o de ter direito de contar sua história e garantir seu território da maneira que lhe faz mais sentido.

Pelo menos desde a década de 1990 as políticas neoliberais vêm sendo assumidas por sucessivos governos no Brasil – e os Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) têm sentido os efeitos desse cenário. Suas lutas passam por rearranjos que visam manter direitos que foram arduamente conquistados, à base de embates, de enfrentamentos, de sangue de muitos deles sendo derramado, assim como para seguir construindo cotidianamente um projeto de justiça socioterritorial. Essa concepção de justiça socioterritorial desde as comunidades tradicionais em questão passa pela defesa do meio ambiente em direta relação com os sujeitos sociais que o protegem. Chico Mendes já anunciava a importante constatação de que “não há defesa da floresta sem os Povos da Floresta”. Além disso, importa lembrar que todo processo social, histórico, econômico, ambiental, tem um rebatimento territorial – daí a importância de refletir sobre a territorialidade desses grupos para pensar a questão agrária brasileira.

Analisando uma trajetória consistente de lutas é possível reconhecer que avançamos consideravelmente. Após muita insistência dos setores populares, a criação da Constituição

Federal de 1988 pode ser vista como uma conquista que aponta para novas possibilidades e necessidades de se traçarem estratégias correspondentes ao momento histórico. A justiça socioterritorial antes muito distante vai crescendo no horizonte de diversos movimentos sociais. Uma Constituição, no entanto, não basta, e a luta, portanto, não cessa. Apesar dos avanços, e apesar de querer contar aqui uma história mais otimista e agradável, carregamos um histórico territorial violento: são séculos de preconceitos, expropriações, explorações, violações aos ideais, aos projetos e aos corpos de cada indivíduo que pertence a esses grupos de povos e comunidades tradicionais. Há uma mentalidade brutal e opressora incrustada no que há de mais íntimo de nossa sociedade. Aprendemos a lidar com inúmeros percalços da vida em sociedade, mas constatamos uma dificuldade estarecedora de compreender, reconhecer e respeitar o direito às diferenças.

A luta histórica e a emergência da garantia do direito à diferença de povos e comunidades tradicionais é comprovada atualmente por uma estatística sangrenta e assustadora. Os dados sobre os conflitos envolvendo esses grupos são precariamente sistematizados no Brasil e, a despeito disso, os registros têm apontado para o aumento significativo dos casos de violência no campo no que se refere aos grupos de comunidades tradicionais. O levantamento dos conflitos no campo realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no período entre o ano 2000 e 2015 indica o registro de:

5.782 localidades em conflito envolvendo, em média, 97.399 famílias ao ano. No mesmo período, 38.280 famílias foram expulsas, 295.935 sofreram tentativas de expulsão, 248.353 foram despejadas, 25.746 foram ameaçadas de despejo, 45.946 tiveram suas casas destruídas, 40.078 suas roças destruídas, além de 595 (encontramos 602 vítimas no período 2000-2015) pessoas assassinadas (PORTO-GONÇALVES et al., 2015, p. 87).

Dessas situações conflitivas, 46% se relacionam aos povos e comunidades tradicionais. O número de famílias de comunidades tradicionais envolvidas nos conflitos vem aumentando. Entre 2000 e 2007 a porcentagem correspondia a 28% do total dos conflitos, entre 2008 e 2015 ocorre um aumento para 56% do total de casos de conflitos no campo (PORTO-GONÇALVES et al., 2015). Esse levantamento auxilia a montar um panorama da violência no campo, no entanto, a situação é ainda mais grave que a demonstrada a partir desses dados estatísticos, uma vez que, por diversos motivos, grande parte dos casos sequer é registrada no levantamento da CPT<sup>1</sup>. Os fatos traduzidos em dados indicam que a grande presença de

---

<sup>1</sup> Devido a atuação no Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil, no Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA), na Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais e no Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais (NUPOVOS), bem como junto a diversos movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais

conflitos no campo associados aos grupos de comunidades tradicionais tem aumentado a opressão e subalternização desses sujeitos. A r-existência desses povos “[...] indica a necessidade de repensar o significado da questão (da reforma) agrária no Brasil” (PORTO-GONÇALVES et al., 2015, p. 88), reafirmando que essa reforma contempla não apenas a luta pela terra, mas também pelo território.

Os números esclarecem que a violência é seletiva e territorializada. Os assassinatos e ameaças às lideranças e demais membros de movimentos sociais ligados à defesa de territórios tradicionais e identidades coletivas só aumenta. Se sempre foi comum identificarmos o discurso da invisibilidade como entrave ao reconhecimento desses grupos de comunidades tradicionais, agora percebemos que a visibilidade pode ser fortemente materializada em preconceito e nos números da violência no campo, mas também na violência urbana, já que temas como os indígenas na cidade, os quilombos urbanos e a desterritorialização de outros segmentos dos grupos tradicionais vão se tornando mais recorrentes e igualmente urgentes no debate sobre ordenamento territorial e na batalha contra a violação de direitos étnicos e coletivos.

A mídia voltada à massa, recorrentemente, reforça uma visão negativa e tenta associar a imagem dos povos e comunidades tradicionais a algo ultrapassado, quando não os classifica enquanto inexistentes ou como invenções oportunistas, violando dispositivos jurídicos nacionais e internacionais e reforçando o ódio<sup>2</sup> a esses segmentos que compõem a diversidade da sociedade brasileira.

De maneira geral, os povos e comunidades tradicionais têm lutado contra o confinamento gerado pelos grandes projetos de desenvolvimento, pela grilagem de terras, o avanço do agronegócio, dentre outros fatores, como a instauração de Unidades de Conservação (UCs). Ao mesmo tempo que essas ameaças avançam, não se demarcam as terras e territórios demandados por esses grupos sociais. Os crimes de ódio contra indígenas, quilombolas,

---

do Sul do Brasil, sabemos que grande parte das formas de violação de direitos desses grupos sequer são registrados ou encaminhados aos dados oficiais da CPT.

<sup>2</sup> Um exemplo recente foi a matéria no Jornal do Estado de São Paulo intitulada “Dilma e os povos tradicionais” de 16 de maio de 2016. A matéria encontra-se disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,dilma-e-os-povos-tradicionais,10000051417>>. No texto, o editorial questiona a legitimidade dos segmentos de comunidades tradicionais, critica a criação de espaços de consulta e participação popular com base na justificativa de que se trata de iniciativas com “nítido teor bolivariano”. A matéria ainda defende que o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais seria uma “brincadeira de mau gosto”, cujo investimento se traduziria em um desperdício de dinheiro público. A resposta da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais veio em Nota de Repúdio que pode ser visualizada no seguinte endereço: <<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-e-contra-articulacao-para-destituir-conselho-nacional-dos-povos-e-comunidades-tradicionais>>. Outro exemplo são os textos de Fabio Olmos na revista ambientalista “O ECO”, que deslegitima a contribuição desses grupos sociais na conservação da biodiversidade e defende a ideia de que eles devem ser retirados de seus territórios para a preservação da natureza e o bom andamento do comércio de crédito de carbono (OLMOS, 2001; 2007; 2009).

membros de religiões de matriz africana, ciganos e outros segmentos continuam a ser registrados. Nota-se a falta de reconhecimento do direito à diferença, que é expressão da intolerância e da violência contra as comunidades tradicionais.

Os antagonistas geralmente estão situados: são setores dominantes como os ruralistas, fazendeiros, mineradores, o agronegócio de forma geral, apoiados por agências multilaterais que munem-se do que Almeida (2010) delinea como as agroestratégias de desterritorialização, ou seja, estratégias para influenciar políticas governamentais a favor dos projetos e anseios desses agentes. A violência também tem sido praticada mais direta e implacavelmente pelo Estado e de diferentes formas: seja pela negligência em relação à atuação de empresas privadas em territórios tradicionais, pela falta da aplicação rigorosa de Tratados Internacionais de Direitos Humanos como a Convenção 169 da OIT, do Decreto 6.040 (BRASIL, 2007) ou pela efetivação seletiva de trechos de legislações ambientais, ignorando as partes que asseguram direitos aos sujeitos, ou pela falta de ações mais concretas de reconhecimento dos territórios tradicionais. É nesse sentido que os povos e comunidades tradicionais passam a ser considerados por grupos dominantes como obstáculos para o desenvolvimento do país.

Há, também, diversas outras formas de violações que sequer chegam a vir a público para que possam ser evidenciados e problematizados: como no caso da negação por agentes públicos em registrar boletins de ocorrência de povos e comunidades tradicionais, ou quando se obstrui o direito à passagem de ciganos e indígenas, também quando agentes de fiscalização ambiental sem identificação de nomes em seus uniformes atuam de forma violenta quebrando instrumentos de trabalho, humilhando e agredindo os sujeitos sem autuá-los, visando não produzirem provas de suas ações. Todas essas situações são constantemente relatadas por membros desses grupos sociais.

À medida que espaços de participação foram sendo criados e representantes desses segmentos foram convidados ao diálogo junto ao Estado, outro duro golpe foi sendo percebido: a cooptação de lideranças, o afastamento desses sujeitos-chave de suas bases, desmobilizando os movimentos sociais através do discurso da negociação e da gestão compartilhada que pouco tem garantido direitos a esses sujeitos.

Pensar a justiça ambiental e a ambientalização das lutas sociais têm auxiliado no entendimento das ações de re-existência e enfrentamento frente aos atores que impactam em grande escala o meio ambiente. Já no contexto das comunidades tradicionais atingidas por Unidades de Conservação essa reflexão se renova e se complexifica, pois, nesse caso, a própria questão ambiental que, em outras situações, consiste em uma das possibilidades de resistência,



assume uma concepção preservacionista, se tornando, também, um agente violador de direitos étnicos e coletivos.

Diante desse panorama, os sujeitos que compõem esses grupos sociais passam, constantemente, a construir identidades coletivas múltiplas: são povos e comunidades tradicionais, mas também são atingidos por barragens, por Unidades de Conservação, pela mineração, entre outros. Assim, não apenas o seu projeto de vida territorial e cultural constitui suas identidades, mas a violência que sofrem, como bem nos lembra o Caderno de Conflitos do Campo (CANUTO et al., 2015). À medida que se relacionam com seus territórios tradicionalmente ocupados e criam mecanismos de gestão coletiva desses espaços, vão constituindo sua identidade coletiva que se estende ao uso do território. O fortalecimento dessa identidade se dá, por exemplo, com a criação de instrumentos como os acordos coletivos, protocolos de consulta, entre tantas outras proposições, instrumentos e estratégias, que vão permitindo a r-existência de seus projetos de vida. É o grande potencial da ação social que esses sujeitos coletivos constroem cotidianamente que nos convida a uma reflexão.

No sul do Brasil a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais é um dos espaços de articulação desses grupos. O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR) é um dos movimentos sociais que compõe essa rede. Na presente tese nos debruçamos sobre a r-existência das comunidades tradicionais que se articulam neste Movimento, refletindo sobre as possibilidades de reconhecimento e efetivação da gestão dos comuns em seu território, tema que perpassa questões relacionadas aos modelos/espaços de participação social que vêm ocorrendo em Guaraqueçaba, bem como ao ato de subversão epistemológica e do planejamento e gestão territoriais desde a ação social desses sujeitos coletivos.

## INTRODUÇÃO

Na presente tese buscamos problematizar o caso de conflito territorial entre comunidades tradicionais de pescadores(as) artesanais e caiçaras e Unidades de Conservação restritivas no município de Guaraqueçaba, Paraná. A incompatibilidade entre os preceitos de um processo de ambientalização preservacionista e o modo de existência dos grupos sociais portadores dessas identidades étnicas e coletivas tem levado ao acirramento de conflitos que, inclusive, passaram a ser mediados na justiça federal por meio de uma Ação Civil Pública que visa garantir o direito à participação adequada dos pescadores artesanais e caiçaras na formulação de instrumentos de planejamento e gestão para seu território.

Em síntese, a tese visou identificar como diferentes processos de ambientalização e territorialização vêm sendo pensados ou aplicados na região em questão e de que forma vem sendo implementados os espaços/modelos de participação para subsidiar e legitimar tais processos. Em meio a este contexto constatamos que um intenso debate de problematização acerca da participação social adequada a povos e comunidades tradicionais no contexto das Unidades de Conservação e a emergência de propostas de planejamento e gestão territoriais subversivos por parte desses grupos sociais, relacionadas à gestão dos comuns.

Compreendendo o contexto histórico de grande assimetria de poder instaurado na região não somente do ponto de vista prático da gestão territorial mas, também, na perspectiva da produção de saberes, partimos do locus de enunciação dos pescadores artesanais e caiçaras articulados no MOPEAR, sujeito coletivo que tem efetivado seu repertório de ação social nesse campo. As subalternidades constatadas na realidade em questão são plurais e, neste sentido, em função de recortes pautados pelos próprios sujeitos em vista daquilo que se faz mais relevante neste momento, trazemos ao debate algumas delas e acabamos negligenciando ou não dando tanta atenção a outras, seja pela questão do tempo reduzido para a produção do estudo, pela urgência de certos temas, pela falta de instrumental teórico/metodológico, entre outros: mais do que tentar abarcar toda a realidade neste estudo, trata-se de reconhecer os limites da pesquisa e justificar opções, enfoques ou ausências. Se falamos de subalternidade e de compreender as formas como se dão certas violências (e como elas são enfrentadas), é preciso evidenciar que essas questões estão relacionadas a uma pluralidade de formas de opressão das quais optamos destacar algumas facetas. Assim, decidimos por investigar e analisar aquilo que os próprios sujeitos e nós, enquanto pesquisadores, consideramos mais emergente: a subalternidade dos

saberes e das identidades étnicas e coletivas, dentro de um contexto mais complexo e que se desdobra a diversos outros temas.

A trajetória do MOPEAR e a forma como os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras mobilizados tem construído sua geo-grafia contribui à subversão epistemológica incutida nas formas de planejamento e gestão territorial pensadas desde o Estado nas Unidades de Conservação e auxiliam a pensar em possibilidades de convergência entre comunidades tradicionais em espaços naturais protegidos desde a ressignificação da participação e o reconhecimento e redistribuição de seus direitos étnicos, coletivos e territoriais promovendo, também, a proteção do meio ambiente.

\*\*\*

*NA TERRA E NO MAR, NÓS VAMOS LUTAR!  
RESISTIR E RETOMAR, NOSSA TERRA E NOSSO MAR!  
(Gritos de ordem do MOPEAR)*

Guaraqueçaba – Paraná, ano de 2018. No momento em que escrevo esta tese, mulheres, homens, crianças, jovens e idosos de comunidades tradicionais de pescadores artesanais e caiçaras se mobilizam em torno do Movimento de pescadores e pescadoras artesanais do litoral do Paraná, visando alcançar direitos, outrora impensáveis. Neste processo, um dos principais marcos pode ser considerado o ano de 2008, momento em que esse movimento social é criado e pescadores(as) e caiçaras de diferentes comunidades passaram a se articular de maneira inédita na região. Pela primeira vez na vida dessas comunidades uma organização social consegue agregar sujeitos e amplificar suas vozes frente a agentes heterônomos que, com suas ações, traziam prejuízos ao modo de vida e ao território tradicionalmente ocupado. Há 10 anos, então, o MOPEAR representa e sintetiza a luta de uma identidade étnica e coletiva para tentar equacionar o sistema interétnico decorrente da relação da cultura destes sujeitos com a de outros agentes externos.

Se por um lado a luta pelo território e pelo modo de vida tradicionais não são novidade na história dessas identidades étnicas (BRANDÃO, 1986; OLIVEIRA, 1976), por outro, a criação de um movimento social pode ser interpretada como uma estratégia que permitiu

transformar tal etnicidade em um projeto de mundo a ser defendido por uma identidade coletiva frente a agentes antagônicos. Isto significa dizer que o MOPEAR constitui-se como um sujeito coletivo que protagoniza ações sociais (MELUCCI, 1989) que visam não exatamente serem integradas ao sistema hegemônico mas, sim, a partir de um diálogo tenso, fortalecer a autonomia do grupo através de canais que permitam o reconhecimento desta tradicionalidade bem como a redistribuição (FRASER, 2006; CRUZ, 2013) do território (e, conseqüentemente, dos seus mecanismos de controle) historicamente “invadido” por lógicas heterônomas.

De todas as lutas travadas entre esta identidade étnica e agentes heterônomos que atentam contra seu modo de vida, das quais se destacam, nos diálogos entre pescadores, a ação de grileiros, madeireiros e grandes empresas em busca de exploração dos recursos naturais e do uso extensivo do território, talvez a mais marcante se refira à ação do Estado desde a instauração de Unidades de Conservação restritivas na região como, por exemplo, o Parque Nacional do Superagui (PNS). Identificamo-la com essa centralidade, pois ela é apontada nas narrativas de praticamente todos(as) os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras que conversamos em campo – mais que a UC em si, são as práticas sociais de controle do território que atualmente mais afetam suas vidas. É este modelo de proteção da natureza e o arranjo de poder que se expressa em diferentes discursos, práticas e instituições ligados a uma frente ambiental, portanto, que tem afetado e até mesmo impedido a existência e a reprodução de várias práticas tradicionais, limitando o acesso ao território tradicional pelos sujeitos que nele vivem. Todo esse contexto acaba imprimindo às comunidades tradicionais da região uma classificação heterônoma, que resulta, em muitas ocasiões, na criminalização<sup>3</sup> de suas práticas.

---

<sup>3</sup> Apenas para contextualizar o leitor, visto que isso é discutido de maneira implícita em diversos momentos desta tese, alertamos que a criação de um “Parque Nacional” segundo o SNUC (Lei nº 9.985 de 2000), operacionaliza uma das categorias mais restritivas daquelas previstas por esta lei. Entre outras consequências relatadas pelos sujeitos ao modo de vida tradicional pode-se citar a interdição indevida do cultivo de roças de subsistência. Classificamô-la como inadequada pois os dispositivos jurídicos acionados pelos órgãos ambientais para coibir tais usos e punir os sujeitos sempre foram aplicados de forma parcial, ignorando os trechos que asseguravam o desenvolvimento de tais práticas quando realizadas por comunidades tradicionais. Além da roça, diversas práticas tradicionais de pesca foram sendo proibidas, seja pela técnica empregada, pelo tamanho das malhas de rede ou pelo local em que os sujeitos as praticavam. Também foi sendo restringida a extração de recursos da floresta para alimentação, lenha, construção de casas, embarcações, instrumentos musicais e de trabalho. A construção de novas casas para os filhos que se casavam foi sendo dificultada, uma vez que não se autorizavam áreas para o estabelecimento de novas ocupações. Eram colocados obstáculos, também, na autorização para a reforma de casas, em alguns casos as autorizações sequer chegavam, fazendo com que diversos moradores tivessem que agir na ilegalidade, reformando seus lares mesmo sem permissão, pela indignação de viverem sujeitos às intempéries do clima sem qualquer resposta dos órgãos ambientais. A soberania alimentar foi completamente abalada, pois, uma vez transformado em parque, não podiam mais usar o território para produzir seus alimentos. Neste sentido, vale o pensamento de Haesbaert (2014) para quem a criação de áreas naturais protegidas podem implicar em um processo de des-re-territorialização às comunidades imposto pelo poder estadocêntrico objetivado nessas UCs restritivas.

Ressaltamos que mesmo que se possa objetivar na figura do Parque Nacional do Superagui, a violência oriunda do modelo de gestão territorial adotado extrapola o âmbito dessa UC, esta, então, reflete e instaura um projeto preservacionista que se espraia em toda a região, embora tenha origens e influência de escalas geográficas mais amplas, de cunho nacional e supranacional. Trata-se de um projeto que coloca a *proteção ambiental* como um tipo de produção espacial do tipo “natureza sem sociedade” (HAESBAERT, 2014), ou como o famoso “mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 1994).

Muitos pescadores, pescadoras e caiçaras da região que veio a ser transformada em Parque Nacional não se encontram mais em seu próprio território. Foram tantas provações, violações e provocações que perderam a esperança de viver conforme sua identidade étnica e com o mínimo de dignidade. Assim, muitos deles deixaram seu território, suas famílias, suas práticas tradicionais e foram tentar a vida nos centros urbanos. Sem estudos e acostumados a um jeito de viver completamente distinto, alguns, com sorte, adentraram ao mercado de trabalho, ainda que em funções precarizadas. Outras famílias, no entanto, passaram a vivenciar a dura realidade do desemprego e outras formas de “violência urbana” (OLIVEN, 1986), como o tráfico de drogas, os crimes, a prostituição, dentre outros. São acontecimentos relatados constantemente, tanto pelos que ficaram, quanto pelos que saíram das ilhas.

Os que resistiram no território aprenderam a reinventar suas lutas e passaram a construir, cotidianamente, um projeto identitário baseado nos comuns, com um esforço de resignificação das relações sociais ali vivenciadas e de transformação dos padrões políticos de tomada de decisão, de participação, da construção dos saberes sobre os sujeitos e seu território – cria-se, assim o MOPEAR, um movimento social de pescadores(as) artesanais e caiçaras, passando a se inscrever no mundo como um sujeito coletivo.

Entendemos que existe em Guaraqueçaba uma disputa por diferentes projetos de produção do espaço dentre os quais, no contexto desta tese, elencamos pelo menos três: o projeto preservacionista, o projeto conservacionista (ambos acionados por diferentes instituições ambientais públicas, privadas e do terceiro setor, bem como por pesquisadores, técnicos, políticos e outros agentes que constroem certos arranjos de poder em Guaraqueçaba), e o projeto da gestão dos comuns, mobilizado por pescadores(as) artesanais e caiçaras, sobretudo aqueles(as) articulados no MOPEAR. No contexto vivenciado por esta identidade étnica e coletiva, tanto o projeto preservacionista, encontrado, por exemplo, na Estação Ecológica de Guaraqueçaba (ESEC) e no PNS, quanto o conservacionista, na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e algumas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) apresentam-se como vigentes e, mesmo com suas diferenças jurídicas de finalidade e



formas de gestão, ambos têm servido para des-territorializar as comunidades tradicionais. Criados de “cima para baixo”, submetem o saber tradicional aos ritos de conselhos consultivos pseudo-participativos e classificam-no como causador de impactos da natureza. Destacamos um dos efeitos deste processo: à medida que os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras se re-territorializam nas cidades, perdem o auto-sustento de suas vidas que outrora era facultado pela vida no território, autogerido por eles mesmos. Estes, por sua vez, de pescadores passam a viver nas cidades como sub-proletariado ou como exército industrial de reserva.

O conflito territorial específico no qual nos debruçamos nesta tese existe há quase 30 anos, e se agravou desde a criação do Parque Nacional do Superagui no território tradicionalmente ocupado por pescadoras(es) artesanais e caiçaras, em 1989 (BRASIL, 1989) e, posteriormente com a ampliação de seus limites em 1997 (BRASIL, 1997), ambos os atos sem consulta ou participação da população. A partir desse acontecimento, as populações tradicionais viram elementos essenciais de sua identidade étnica serem proibidos, criminalizados e punidos. Como uma reação em cadeia, práticas tradicionais da sociabilidade coletiva que davam dinâmica e organicidade ao grupo, foram sendo cerceadas de maneira indireta, dentre elas podemos citar os mutirões, o uso das casas de farinha, de moendas, os cultivos alimentares, o trabalho na mata, entre outras práticas que implicavam em um conjunto de saberes, de formas de gestão e compartilhamento sobre os recursos naturais e o território como um todo. Justificado pelo discurso preservacionista que defende que áreas naturais não podem servir para uso e ocupação humanas, esses sujeitos foram privados de direitos e políticas públicas, como o acesso à energia elétrica.

De certa forma, a organização desses(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras em um Movimento também é uma reação às três décadas de violências que vivenciam cotidianamente. No entanto, não se trata somente disso ou de uma tentativa de suprir necessidades contingenciais: há um projeto comum, embasado em uma reflexão propiciada por sua própria experiência, um sistema de ações sociais onde os sujeitos constroem essa identidade étnica e coletiva. Logo, à medida que enfrentam um preservacionismo imposto por agentes heterônomos, também criam uma perspectiva autônoma de como anseiam viver coletivamente no território tradicional, baseada em acordos construídos desde assembleias planejadas e organizadas pelos próprios sujeitos. Desde esses espaços de diálogo horizontalizado o MOPEAR vem contribuindo com a sistematização dos conhecimentos tradicionais em prol de uma subversão dos processos de planejamento territorial em voga na região – contrapondo-se à lógica preservacionista, passaram a construir, desde baixo, proposições para se fazer o planejamento e a gestão do seu território (o uso de recursos naturais, o uso e a ocupação do

solo, regras de convivência e trabalho, formas de organização social e de produção do conhecimento, entre outros) visando fortalecer o modo de vida tradicional. O compartilhamento de saberes e de práticas sociais que servem à subversão do planejamento e gestão territorial ao estilo preservacionista é o que se denominará nesta tese de proposta de gestão dos comuns dos pescadores e caiçaras organizados no MOPEAR.

Para tanto, esses sujeitos vêm lutando há mais de 10 anos para manter e criar direitos, exigindo novos campos conceituais e formas de participação. Se não estão conseguindo mudar a conjuntura como um todo, ao menos têm provocado o poder público e os demais agentes que com eles se relacionam a repensar certos discursos e práticas. Tudo isso através de pressões, embates e atos de r-existência. Há, portanto, um projeto no centro das lutas promovidas por este movimento social, onde autonomia, o uso comum do território e o fortalecimento das identidades étnicas e coletivas do grupo aparecem como elementos essenciais à sua realização.

Todo esse histórico de violações em nome de uma preservação ambiental sem pessoas, nos levaria a crer que a atmosfera conflituosa instaurada afastaria completamente a possibilidade de pensar nesses sujeitos engajados à causa de criação de uma nova UC. Apesar disso, a lógica de uso do território a partir da gestão dos comuns construído cotidianamente por pescadores(as) artesanais e caiçaras tem como horizonte a luta pela conservação da natureza associada ao reconhecimento e efetivação dos direitos sociais correlatos à sua identidade étnica e coletiva. Para concretizá-la, esses sujeitos têm formulado uma proposta para a criação de uma Reserva Extrativista Marinha, um tipo de UC mais adequado à lógica local.

Para grande parte desses sujeitos a conservação da natureza é parte constitutiva de sua identidade étnica e coletiva. Assim, a operacionalização de uma proposta para pensar, regular e gerir o território se dá desde a lógica dos comuns (OSTROM, 1990). Nesta perspectiva, a gestão dos recursos e território é feita de forma compartilhada entre os atores envolvidos neste processo: de um lado, os próprios sujeitos interessados e que se reconhecem a partir de uma identidade étnica e coletiva e, de outro, uma gama de atores heterônomos. Mesmo diante da grande diferença entre uma reserva extrativista e uma UC restritiva, como um parque nacional, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) continua sendo o gestor da área e, portanto, agente essencial ao êxito de sua gestão. As mudanças que a criação da RESEX implicariam, no entanto, são relevantes, visto que o formato jurídico da UC altera o tipo de relação que se tem com o reconhecimento do papel dos sujeitos em sua gestão e no controle do território, permitindo reduzir os conflitos decorrentes das relações assimétricas de poder que atualmente encontram-se em curso.

Salienta-se, portanto que a proposta visa fortalecer aquilo que se constitui enquanto preocupação legítima de diferentes atores que se relacionam nessa região: garantir a proteção dos recursos naturais, mas proteger, também, o patrimônio cultural decorrente da sociodiversidade das comunidades tradicionais da região.

Uma questão central, no entanto, refere-se a como fazê-lo: como garantir que diferentes perspectivas sejam respeitadas? Como promover um tipo de participação que seja apropriada e de boa fé a todos os diferentes atores que se envolvem nesse processo? Como equilibrar, de fato, conhecimento tradicional e científico em uma proposta de ordenamento e gestão territorial? Como construir alternativas que colaborem com a resolução dos conflitos, ao invés de simplesmente silenciá-los ou acirrará-los? Como superar as quase três décadas de divergência e atrito e construir uma gestão territorial baseada nos comuns?

Essas e outras questões permeiam as reflexões que pescadores(as) e caiçaras vêm promovendo através do MOPEAR para que consigam efetivá-las no plano de sua ação social. Algo que tem sido apontado por esses sujeitos como essencial é o rompimento das lógicas de planejamento, gestão e ordenamento territorial realizadas de cima para baixo, desde um olhar exclusivamente técnico e científico. O exercício consiste em deslocar a centralidade da elaboração da proposta, assim como o controle sobre ela, que vem sendo exercida unicamente por um conjunto de técnicos, para uma construção coletiva que permita outros olhares, mas que também seja feita “junto” a esses técnicos e demais atores envolvidos no processo. Não se trata meramente de trocar quem detém o poder, mas de alterar a própria lógica por meio da qual ele vem sendo exercido.

Também não se refere à contraposição do modelo de ordenamento e gestão territorial do Estado com aquele dos pescadores, como se já houvesse um modelo pronto e perfeito para esse território. Refere-se a uma discussão sobre os processos democráticos e, mais especificamente, sobre a participação dos sujeitos nos espaços que permitem realizar a democracia participativa concretamente, sejam eles os conselhos de UCs, as pesquisas científicas ou políticas públicas. É pensar sobre como vem se construindo uma proposta diferente da hegemônica, ou de todas aquelas produzidas heteronomamente aos sujeitos e territórios, sem cair na ilusão de que autonomia ou heteronomia são categorias puras, estanques, que não se misturam e se atravessam. Em suma, trata-se de uma construção compartilhada baseada em diálogo, em respeito aos direitos dos envolvidos e às demandas concretas dos sujeitos e da realidade que se vive.

Ao longo de quase 30 anos, uma trajetória conflituosa se desenrolou no território em questão, e é preciso entender a história para que erros sirvam de aprendizado e para tomar as

experiências que deram certo como referência inspiratória. Torna-se necessário explorar o conflito, entendê-lo, assim como compreender os efeitos negativos das relações de poder que o permeiam, para que a construção da solução o atinja, como nos alerta Foucault (2014), onde ele é mais invisível e insidioso, buscando resolvê-lo de maneira eficaz. Como característica de uma construção onde diferentes interesses e formas de fazer se relacionam, entendemos que outros conflitos inevitavelmente surgirão. Por isso, se torna tão urgente construir formas de diálogo que reinventem os caminhos de construção de alternativas baseadas no respeito aos direitos e interesses dos grupos de moradores dos locais que, até o momento, têm sido silenciados e invizibilizados.

Vislumbra-se um futuro, mas sua construção se dá no tempo presente, por isso há de se ponderar sobre o agora, entendendo que existem situações que precisam ser debatidas, compreendidas e superadas. É inegável: sempre houve uma grande diferença nas condições e possibilidade dos sujeitos pescadores(as) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba vocalizarem seus anseios se comparado com as possibilidades do ICMBio, dos pesquisadores, das ONGs ambientais e os diversos outros agentes atuantes na região. Diante da relevância como órgão oficial responsável pela gestão territorial da área em questão, destacamos a importância de analisar a posição do ICMBio neste contexto. Enquanto instituição pública, cuja ação é fundada em prerrogativas técnicas e científicas, o ICMBio constituiu seus próprios aparatos teóricos e metodológicos para elaborar um projeto de preservação e de conservação a partir de um local privilegiado de reconhecimento da sociedade sobre sua função, seus discursos e práticas. Por se tratar de um órgão nacional, sua atuação se deu em um âmbito mais amplo e, por isso, mais genérico: era preciso pensar em medidas de abrangência nacional, que conseguissem atender a uma diversidade de casos.

A perspectiva dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras articulados no MOPEAR, ao contrário, tem se constituindo em um plano mais localizado, desde as situações concretas de seu lugar específico. Sua trajetória, seus aprendizados, seus questionamentos, sua proposta de gestão dos comuns para pensar o território, destarte, são pouco reconhecidos na sociedade, não sendo considerados por diversos atores que se relacionam com a gestão territorial da região como algo válido para se pensar este planejamento, gestão e ordenamento. Por isto, entendendo que são saberes e histórias atravessados por uma grande assimetria de poder, consideramos essencial registrar nesta tese o que esses sujeitos têm tentado contar mas que poucas vezes tiveram a chance de fazê-lo.

Depois deste exercício poderemos, finalmente, prosseguir para a apresentação da proposta de gestão dos comuns que o MOPEAR vem construindo, com muitas dificuldades,

desafios e logros, e que ainda está em pleno processo de elaboração, visto que suas proposições dependem de um amplo debate com sua base, seus apoiadores e outros atores, como, por exemplo, o próprio ICMBio, as universidades e outros órgãos oficiais que ali atuam. Com isto se poderá pensar sobre como alavancar processos de democratização do poder de decisão sobre o presente e o futuro de um território a partir dos movimentos sociais<sup>4</sup> – ou seja, para a criação de um planejamento territorial subversivo (RANDOLPH, 2014) para as UCs.

A luta do MOPEAR nos sinaliza todas essas questões no âmbito de Guaraqueçaba e do ordenamento territorial que, nesta região, vem sendo instaurado a partir de projetos preservacionistas e conservacionistas. Olhando de maneira mais atenta, outros conflitos emergem e complexificam o contexto, pois as lutas pelo território também se realizam na luta pela educação, pelo acesso à energia elétrica pública, pela construção de relações sociais de pesquisa de “boa fé”, pela participação nos processos decisórios sobre suas vidas, na luta nacional pelos direitos étnicos e coletivos de pescadores e tantas outras identidades coletivas, pela eleição de seus representantes, pela consulta prévia, por poder exercer seu ofício segundo sua lógica identitária, dentre tantas outras bandeiras erguidas por este movimento de pescadores(as) artesanais e caiçaras.

Acreditamos que o MOPEAR é mais um movimento inserido no contexto latino-americano que vem nos permitindo pensar sobre a centralidade do território enquanto categoria de análise das lutas sociais desses sujeitos coletivos (CRUZ, 2013; GOHN, 2011). Também nos permite constatar a importância de categorias como participação social e autonomia diante do desafio de compreender como constroem seu projeto de gestão de comuns como forma de expressão territorial, inseridos em um contexto de des-re-territorialização. Ao passo que lutam pelo território, vão vivenciando uma luta por sua autodeterminação, atualizando nossas

---

<sup>4</sup> Diante de todos esses fatores, interpretamos que a reflexão sobre os movimentos sociais constitui um exercício essencial para compreendermos os rumos da construção da sociedade. Como ressaltava Melucci (1989), os movimentos sociais são, ao mesmo tempo, um meio e uma mensagem. São atores cuja função “[...] é revelar os projetos, anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área. Eles têm uma crescente função simbólica. Pode-se, talvez, falar de uma função profética” (MELUCCI, 1989, p. 59). Para o autor, a própria forma de organização em um movimento desafia o padrão dominante e possibilita outra experiência no espaço, tempo e nas relações sociais. Esses movimentos atuam e exercem no presente a mudança pela qual lutam, que é vista por outros como um devir. É nesse sentido que estão, também, redefinindo o que consiste em ação social para o conjunto da sociedade (MELUCCI, 1989, p.62). Para Gohn (2011) os movimentos sociais viabilizam a organização e expressão de demandas a partir de ações sociais coletivas guiadas por diferentes estratégias. Agem, ainda, na produção de novos conhecimentos e representam forças sociais organizadas que experimentam e geram criatividade e inovação sociocultural. Enquanto sujeitos coletivos, os movimentos sociais aglutinam as pessoas e possuem o potencial de redefinir a esfera pública. Cruz (2013), defende que essas formas de resistências que se conformam em nosso tempo revelam os rostos e rastros da dominação e dos aparatos de poder em uma sociedade. Portanto, suas lutas permitem construir uma realidade a partir de outros parâmetros. A possibilidade da emancipação e o horizonte da justiça social motivam e auxiliam a reconfigurar o plano jurídico e a transformação de demandas em direitos, dando universalidade às questões sociais e propondo outras formas de se pensar a sociedade e o espaço público (GOHN, 2011).



interpretações e impondo, inclusive, novos desafios para que pensemos na efetivação do direito ao território desses grupos, na questão agrária, nas UCs e nas mais variadas possibilidades e ferramentas de ordenamento e gestão territorial.

Destarte, o objetivo inicial da presente pesquisa consistiu em identificar as ações coletivas feitas por um Movimento social, no caso, o MOPEAR, para poder pensar na construção de uma proposta de subversão do planejamento territorial vigente, capaz de enfrentar os conflitos territoriais desencadeados pela lógica preservacionista.

Nos interessava compreender e problematizar diferentes formas de territorialização que se cruzam e coflitam: por um lado, enquanto poder-saber hegemônico, PNS, ESEC e APA reproduzem um modelo de ordenamento territorial condizente com lógicas globais do capitalismo em pleno processo de ambientalização. Neste sentido, diferentes atores produzem discursos que servem para justificar a apropriação e o uso de determinadas regiões do território. É nesta trama que Limonad (2013) apresenta a ideia de sustentabilidade como um categorial que historicamente tem sido utilizado pelo Estado e agentes econômicos para subjugar os conhecimentos tradicionais, como se pode notar na citação que segue:

A adoção indiscriminada e sem discernimento no âmbito técnico-institucional, por governos e empresas, da ideia de sustentabilidade como um sinônimo ou sucedâneo isento de contradições e conflitos da questão ambiental, contribui para ideologizar a questão socio-espacial (ver a respeito Rodrigues, 1998) e, ao mesmo tempo, faz com que se perca de vista seu caráter complexo e transescalar. Pois, a ambientalização da questão social, entendida aqui como a incorporação da dimensão ambiental a teoria social crítica (Lopes, 2006, p. 34), ao envolver, a um só tempo, instituições internacionais, Estados nacionais, diferentes esferas de poder e distintos agentes e atores sociais, cada qual com interesses e concepções próprias, permite sua complexificação em diversas escalas. Um exemplo nesse sentido é o conflito que perpassa hoje a proteção da biodiversidade, campo de enfrentamento entre proposições decorrentes do regime de proteção de patentes e as demandas sociais relativas ao ‘reconhecimento da particularidade do estatuto de bem comum para os saberes tradicionais e autóctones’ (LIMONAD, 2013, p. 126).

No caso do MOPEAR, não são exatamente as patentes de recursos ou processos promovidos por empresas que colidem com os interesses das comunidades tradicionais, tendo em vista que o conflito territorial desenrola-se a partir da disputa entre diferentes lógicas na gestão do território. De toda sorte, Limonad (2013) afirma que a instauração de áreas de proteção da natureza em nome das gerações futuras e da “sociedade em geral” evidencia a contradição entre os interesses sociais de um lugar e aqueles provenientes de agentes heterônomos que tratam a área como uma espécie de “reserva de valor”.

Dizer que uma UC funciona como uma reserva de valor significa apontar que o uso social dos sujeitos que historicamente ocupam a área passa a ser interpretado segundo o seu valor de troca, de forma que suas ações trazem “prejuízos” ao meio ambiente e, ao mesmo

tempo, promove-se um processo de des-territorialização de sujeitos que terão de se re-territorializar na cidade, incorporados precariamente ao contexto capitalista vigente. Por outro lado, ao resistirem a este processo de exclusão territorial (HAESBAERT, 2014) que tenta desvincular a comunidade tradicional de seu território, as lógicas territoriais de grupos como os desses caiçaras e pescadores(as) artesanais anunciam possibilidades futuras de transformação socioespacial que refletem na manutenção e no fortalecimento da auto-gestão do território tradicional.

Os pescadores artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba já seguiam uma trajetória de formação que contribuiu com a criação do Movimento. Enquanto membros da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais passaram por diversas dessas formações e articulações com outros movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais, sobretudo daqueles localizados no sul do Brasil. A primeira cartografia social do grupo restrita à Vila de Superagui, lançada no ano de 2010, é resultado dessa construção. Mais recentemente o Movimento vêm demandando uma série de pesquisas, ações de formação e assessoria jurídica junto a membros do grupo de pesquisa “Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil”, do “Núcleo em Defesa dos Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais” (NUPOVOS) e do “Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra” (ENCONTTRA).

Para a presente pesquisa buscamos construir uma proposta que partisse e servisse à realidade desses sujeitos e que fez parte de um conjunto de ações de formação e outras investigações. Pescadoras, pescadores, caiçaras e pesquisadores elaboraram conjuntamente a ideia de cada uma dessas ações, assim como, no meio do caminho, coletiva e constantemente, recalcularam as rotas, replanejaram ações, avaliaram posturas e ferramentas para que, cada vez mais, mantivessem-se próximos daquilo que concebiam e ansiavam como uma produção de conhecimento útil e fidedigno à realidade, permeado pela ética no fazer científico. Ao longo da tese ficará mais clara a importância para os pescadores e caiçaras sobre como se construiu a pesquisa, visto que esta questão também se constitui como um dos objetos a ser problematizado. A tese, portanto, volta-se ao discurso desses sujeitos acerca de formas de construção de modelos de gestão e ordenamento territorial conforme o que acreditam ser um processo participativo adequado e democrático. O grande desafio foi extrapolar o universo do discurso e buscar ao máximo torná-lo concreto desde a prática da própria pesquisa. Reconhecemos diversos de nossos limites para esse exercício, mas buscamos experimentar, aprender, acertar e errar fazendo, todos juntos.

## Aspectos metodológicos

Em relação aos aspectos metodológicos da presente pesquisa se faz essencial travar algumas reflexões sobre o próprio fazer científico que o encontro e a relação social de pesquisa com o MOPEAR nos provocaram ao longo dos últimos anos.

Ao nosso ver, existe uma grande variedade de perspectivas abarcadas dentro daquilo que denominamos como conhecimentos científicos e também há muitas outras formas de conhecimento além deles. O método científico, como toda visão de mundo, possui lacunas, carências, impossibilidades frente ao desafio de refletir sobre a realidade e nossa aposta foi a de que esses vazios poderiam ser preenchidos e complementados com outras formas de conhecimento. Se sempre teremos limites e potencialidades, entendemos que uma das formas de tentarmos resolver essa questão seja construir a ciência a partir do que a própria realidade localizada tem a nos dizer, ao invés de chegar à realidade com problemas e procedimentos de pesquisa prontos: é neste sentido que acreditamos no grande potencial da construção de uma relação social de pesquisa com os sujeitos que não apenas falam sobre a realidade, mas que a vivem e que possuem seus próprios esquemas para interpretá-la, problematizá-la e transformá-la.

Enquanto pesquisadores, as representações que fazemos derivam da forma como nos posicionamos em relação àqueles com quem interagimos na construção da pesquisa. Fazemos esse exercício desde a academia, definida por Leyva (2010) como esse espaço da sociedade científica que é institucionalizado, normatizado, disciplinado, mas que, mais especificamente, é onde as relações de poder e as práticas institucionalizadas delimitam a produção, a circulação e o uso do conhecimento, agindo, também, na produção de posições de sujeitos e subjetividades, naquilo que se enuncia, se autoriza e que possui autoridade. Sem querer resumir toda a diversidade da ciência em uma dicotomia, entendemos que, de maneira muito genérica, há uma distinção no fazer acadêmico que poderíamos tentar delinear como as academias dominantes (hegemônicas) e aquelas que Leyva (2010) denomina como subalternizadas e contra-hegemônicas, mas que também poderíamos entendê-las sob diferentes adjetivações possíveis: academias democráticas, emancipatórias, libertárias, ativistas, comunitárias, participantes, colaborativas, dialógicas, comprometidas com a justiça social, eis aqui o problema em tentar nominar algo que encontra-se em processo e cujo universo não temos conhecimento suficiente para efetivar uma caracterização precisa. Em suma, referimo-nos àquelas experiências de

academia que realizam sua produção de conhecimento fora dos centros de poder: “No se trata de una simples dicotomía geográfica entre Norte y Sur sino de verdaderos juegos de poder-saber en un mundo regido por la competencia y el libre mercado, del cual la Academia no está exenta” (LEYVA, 2010, p. 03).

Aqui podemos pensar sobre a influência de um fazer baseado em um modelo global de racionalidade científica<sup>5</sup> na dificuldade em incorporar lógicas territoriais e identitárias de grupos com uma racionalidade distinta acerca da vida, como os povos e comunidades tradicionais a que essa tese se refere. Leroy (2016), Campos (2011) e Almeida (2008) chamam a atenção para a falta de reconhecimento formal da longa tradição do uso comum da terra e bens naturais no Brasil em detrimento de uma referência direta ou indireta à propriedade. De acordo com Almeida (2004):

O Brasil dispõe de duas categorias para cadastramento e censo de terras, quais sejam: estabelecimento ou unidade de exploração, que é adotada pelos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e imóvel rural ou unidade de domínio, que é adotada pelo cadastro do INCRA, para fins tributários. Todas as estatísticas que configuram a estrutura agrária atêm-se a estas e somente a estas categorias (ALMEIDA, 2004, p. 20).

Os limites para pensar os levantamentos cadastrais e censitários desses grupos, por exemplo, passam pela existência de uma forma de classificação que ignora e, por isto, não dá conta de pensar nas lógicas dos verdadeiros usos da vida social (ALMEIDA, 2004). Essa situação acaba silenciando ou desconsiderando as peculiaridades dos grupos como se estas não fossem relevantes para se pensar uma organização territorial e um modo de vida, ou a garantia de direitos e formas de efetivação de tais modos de estar, fazer, ser, sentir, pensar o mundo.

A questão agrária no Brasil é constituída também pela grande diversidade de formas de pensar e usar os territórios, expressão da diversidade sociocultural, como bem expõe Little (2002). Já mencionamos a afirmativa de Porto-Gonçalves et al. (2015) de que essa diversidade nos impõe o desafio de repensar a questão agrária no Brasil – os sujeitos coletivos têm nos mostrado que a ideia de território está diretamente ligada à identidade coletiva do grupo social que o constrói. Neste sentido, há, pelo menos, dois grandes grupos de sujeitos coletivos que têm demandado o reconhecimento, a garantia de seus direitos e a resolução de seus conflitos

---

<sup>5</sup> De acordo com Santos (2010) poderíamos interpretar esse fazer científico como um “modelo global de racionalidade científica que admite variedade interna mas que se distingue e defende, por via de fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas, de duas formas de conhecimento não científico (e, portanto, irracional) potencialmente perturbadoras e intrusas: o senso comum e as chamadas humanidades ou estudos humanísticos [...]. Sendo um modelo global, a nova racionalidade científica é também um modelo totalitário, na medida em que nega o caráter racional e todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 2010, p. 21).

territoriais: 1. Os grupos que exercem “[...] o uso tradicional da terra, em um sentido amplo de natureza [...]” (PORTO-GONÇALVES et al., 2015, p. 89); e 2. Os grupos em que a identidade é marcada pela referência ao agente externo que o violenta, como os atingidos por barragens, pela mineração, pelos desertos verdes, ou ainda que “[...] se definem nas circunstâncias de processos de desterritorialização e que sinalizam um horizonte de reterritorialização” (PORTO-GONÇALVES et al., 2015, p. 89), neste caso, o exemplo refere-se aos sem terra. Esta diversidade de novos/velhos sujeitos coletivos objetivados em movimentos sociais (CRUZ, 2011b), juntamente com aqueles que já se constituíam como sujeitos da questão agrária, como os camponeses, colonos, posseiros, assalariados rurais e pequenos produtores, nos aponta, novamente, para a multiplicidade da questão agrária e, conseqüentemente, a necessidade de renovar nossos esforços interpretativos e explicativos (PORTO-GONÇALVES et al., 2015).

Mesmo que diversos estudos (LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2008B; CAMPOS, 2011; LEROY, 2016) e movimentos sociais apontem para a necessidade de uma atualização na forma como se concebem e se aplicam instrumentos que servem para a produção de conhecimentos e de uma regulação sobre o território, o reconhecimento e efetivação de outras formas de ordenamento e gestão territoriais ainda não ocorrem de maneira satisfatória, como no caso dos dados cadastrais e censitários apontados por Almeida (2008b). Podemos citar aqui o caso das diversas formas de uso comum da terra no Brasil, que usualmente são ignoradas ou invalidadas por parte do Estado diante da falta de reconhecimento do poder público frente às suas características (ALMEIDA, 2008b; CAMPOS, 2011). Conseqüentemente, diversos conflitos territoriais e por terra se instauram e a chance de resolvê-los sem compreender essas lógicas diferenciadas de pertencimento que compõem uma identidade territorial possivelmente incidirá em algum processo ainda mais violento, como o próprio extermínio dessa diversidade socioterritorial que compõe a questão agrária brasileira.

Podemos tomar como exemplo, também, o caso colombiano em que os conceitos de território e biodiversidade foram alvo de uma disputa de sentidos entre as comunidades negras e diversos outros agentes, dentre eles ONGs, governo e setores acadêmicos (ESCOBAR, 2005b; ESCOBAR e PARDO, 2005). A inovação conceitual se deu como estratégia de r-existência das comunidades frente às definições heterônomas. Naquele caso, o Estado aplicou a divisão do território a partir de bacias hidrográficas, ação que fragmentou a espacialidade própria do grupo que era socioculturalmente constituída por uma articulação de diversas atividades de vários rios, mas que não seguia necessariamente a mesma lógica de uma bacia. Apesar da delimitação do Estado partir de uma racionalidade biogeográfica, ainda assim não se conseguiu abarcar ou sequer reconhecer a dinâmica sociocultural ali existente e que seria decisiva para uma política

de gestão territorial eficaz e adequada à realidade em questão. Neste sentido, dentre diversas outras situações e embates, os ativistas negros da floresta tropical da região do Pacífico colombiano passaram a ressignificar o conceito de biodiversidade que, para eles, é entendido como “território mais cultura”. Ao seu ver, essa distinção demonstra uma consciência baseada no lugar, assim como o “território-região” passou a abarcar em seu significado as práticas culturais, ecológicas e econômicas das comunidades negras e indígenas. É importante entender que estas questões não se restringem a um debate meramente conceitual, uma vez que pensar o “território-região” representa um projeto político com forte rebatimento na realidade local (ESCOBAR, 2005b).

Esta é apenas uma das situações que podemos tomar como exemplo para pensar a grande lacuna existente entre a realidade vivida pelos sujeitos e os instrumentos de uma política reguladora do Estado, mais precisamente aqueles que são construídos à parte deles, seja por algumas legislações, técnicos, organizações não governamentais (ONGs), instituições públicas, privadas ou como certas perspectivas científicas são produzidas.

Contrariando a lógica onde as ferramentas cadastrais e censitárias, dentre tantas outras questões, são pensadas com o fim de enquadramento da diversidade social e territorial em sua pré-formatação, ansiamos por uma inversão na forma em que podemos pensar esses e outros exemplos: ao invés de partir, tão somente, dos problemas de pesquisa gerados no distanciamento do campo ou de lógicas heterônomas, a tentativa é de partir do lugar, de seus sujeitos, de seus problemas reais e de como isso pode atravessar o fazer científico, como essa realidade constrói e interpela a pesquisa, como são construídos em um vai e vem constante. Tudo isto pois percebemos o papel de destaque dado historicamente ao campo científico em processos legitimadores de ações, posturas e na criação ou superação de normas, sejam essas técnicas, jurídicas e até mesmo simbólicas que perduram na vida social.

Ao refletir sobre a prática científica e a legitimidade de seu discurso, Foucault, em conversa com Deleuze, reflete que:

[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte desse sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática (FOUCAULT 2014, p. 131-132).



A ponderação de Foucault (2014) nos suscita a examinar nossa prática acadêmica e aquelas a que nos aproximamos ou distanciamos para tentarmos compreender, como diz Rigotto (2016, p. 12), quais “papéis o campo científico tem desempenhado na arena social?” Além desse exame, como se relaciona, se articula a ciência e os sujeitos? Estamos atentos às formas de poder existentes em nossas produções e relações sociais de pesquisa? Em nossa prática percebemos, incentivamos, acirramos, reequilibramos essa relação de poderes?

No caso da presente pesquisa, em diversos momentos os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras também atuaram como agentes de pesquisa, visto que, a partir de cursos de formação, passamos a problematizar a realidade coletivamente e pensar quais elementos eram relevantes para serem estudados. Assim, os próprios sujeitos planejaram e aplicaram entrevistas, produziram debates e decidiram, em conjunto com pesquisadores, sobre os rumos das reflexões e conteúdos que precisavam ser registrados neste e em outros documentos. Não se tratou, tão somente, de uma pesquisa participativa, transformamo-nos em sujeitos pesquisadores/pesquisados e, juntos, problematizamos a realidade e a pesquisa em si a fim de torná-la uma ferramenta da ação social. Isto não quer dizer que nos fundimos em um só papel: estávamos cientes de que cada um assumia diferentes funções, partia de diferentes olhares, acionava diferentes ferramentas, sejam elas do conhecimento tradicional, do científico, do jurídico ou outros.

É neste sentido que, pensando no contexto em que os sujeitos estavam colocados, e os possíveis desdobramentos de suas pautas enquanto movimento social, optamos por uma reflexão sobre as possibilidades de se pensar e fazer (ou subverter) o planejamento e gestão territoriais em UCs com comunidades tradicionais visando assegurar, a uma só vez, a conservação ambiental e a identidade étnica e coletiva do grupo que, no caso da gestão territorial, tem se expressado desde uma lógica de gestão dos comuns. Aqui perpassa o tema da participação popular desses grupos sociais e da gestão dos comuns associada à produção do conhecimento acerca de pescadores(as) artesanais e caiçaras e seus territórios. Mais precisamente, sobre como um projeto heterônomo (preservacionista) e todo o saber-poder a ele vinculado se impõe a esses sujeitos coletivos.

Para que consigam garantir seus direitos e manter-se nesse território a partir de suas lógicas próprias, os membros do MOPEAR têm precisado adentrar a um embate no campo da produção do conhecimento para que consigam explicitar que sua lógica de uso e gestão territorial não parte dos mesmos princípios que o projeto preservacionista, mas que, também, não se opõem completamente a ele - visto que objetiva proteger o quadro natural, no entanto, vai além disso. Trata-se aqui de distintas geo-grafias.

A produção desse território tradicionalmente ocupado só pode ser compreendida a partir das práticas tradicionais interrelacionadas e complementares que o compõem. Como Escobar (2005a, 2005b) aponta, esse território, ao criar e recriar valores das comunidades, sejam eles culturais, econômicos, sociais, territoriais, constitui-se como um espaço multidimensional e fundamental.

Neste sentido, as práticas tradicionais são entendidas enquanto um saber/fazer que têm garantido estrategicamente a preservação dos recursos naturais na região, embora venham sendo acionadas pelo órgão ambiental como configurando um uso inadequado, degradador, motivo para que esse território seja protegido da ação do grupo, uma vez que sua interpretação se centra no recurso natural. Isto tem gerado a necessidade de que o grupo ressignifique a interpretação dominante sobre seu território, acionada pelo ICMBio - que esvazia, silencia, ignora ou repele suas práticas - e demonstre o sentido dado por eles próprios ao seu território tradicionalmente ocupado, espaço que materializa a relação entre as práticas, os significados e as próprias relações sociais. Neste sentido, os sujeitos têm apostado que essa ressignificação parte, inicialmente, do questionamento sobre a sua participação na produção de conhecimentos sobre seus territórios, mais precisamente na elaboração dos estudos que servem de subsídios ao Plano de Manejo do PNS. Por conseguinte, a produção científica tanto em seu conteúdo como na forma que vem sendo manejada para a elaboração de esquemas interpretativos sobre a região de Guaraqueçaba, as UCs e os sujeitos, possui um papel central para pensarmos essa ressignificação.

Tomamos a ciência enquanto um produto social em construção que manifesta características históricas e geográficas, que é atravessada pela trajetória e concepções de quem a aciona como resposta a um momento e em relação a um lugar, uma vez que “[...] todo conhecimento está baseado em pré-conhecimento, em tradições herdadas, conservadas ou superadas, em pontos de partida ligados a mundivisões formadas ou aceitas” (DEMO, 1981, p. 21), todo conhecimento, enfim, é geo-referenciado.

Como Cruz (2011a) elucida, “[...] é na relação e tensão entre biografia e bibliografia que construímos nossos objetos/sujeitos de pesquisa” (CRUZ, 2011a, p. 16). São opções que fazemos, escolhas acerca das teorias, posicionamentos políticos-ideológicos e na própria escolha do tema que refletem, muitas vezes, o envolvimento afetivo do cientista. Através do detalhamento dos caminhos de pesquisa, das escolhas que fazemos em torno de procedimentos teóricos, metodológicos, de escrita e da própria relação social de pesquisa que construímos

junto aos sujeitos, que acreditamos avançar em uma demarcação científica<sup>6</sup> e torná-la o mais transparente possível ao leitor.

Essa perspectiva, assim, contesta a crença na neutralidade da ciência advinda de um padrão filosófico e científico da modernidade ocidental onde, para garantir a imparcialidade e a garantia da verdade acima de interesses pessoais, o sujeito que produz a ciência nunca aparecia, como se este sequer existisse. Assim, propagou-se a confiança em um conhecimento universal, que independe do tempo, da história, do espaço ou das pessoas (CRUZ, 2011a), questões que se fazem fundamentais para refletirmos sobre a concepção que tem guiado a produção do espaço em Guaraqueçaba e a dificuldade em acatar o conhecimento tradicional dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras sobre seu território, enquanto um conhecimento válido e com potencial para a gestão estratégica dos recursos naturais.

Nesta linha, Grosfoguel (2008) destaca a existência do mito do “ego não situado” nas ciências e filosofias ocidentais que tenta silenciar, esconder ou apagar das análises o sujeito que fala, ignorando que tanto o conhecimento quanto quem o produz ou aciona, estão sempre situados em uma estrutura de poder. Para o autor é essencial pensar desde o lócus da enunciação ou, em outras palavras, do “lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala” (GROSFOGUEL, 2008, p.119). De acordo com ele:

O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geo-político e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

Não existe, portanto, a produção de um discurso, de um olhar, de um conhecimento deslocalizado, descontextualizado, desincorporado (MIGNOLO, 2003; GROSFOGUEL, 2008; LEYVA, 2010; CRUZ, 2011a), havendo, assim, estreita relação entre “o que se fala, quem fala e de onde se fala” (CRUZ, 2011a, p. 17).

Consoante a esta ideia, Castro-Gómez (2007) realizou uma genealogia da ciência visando compreender o paradigma epistêmico nela arraigada. O autor afirma que até 1492 o pensamento predominante sobre o mundo era a visão orgânica de que homem, natureza e conhecimento compunham um todo inter-relacionado. Esta visão se subalterniza a partir da

---

<sup>6</sup> Para Oliveira (2005) é uma questão de opção instrumentalizar a ciência para a ascensão social, para um envolvimento político, para colocá-la a serviço da justiça social ou quaisquer outros objetivos. Não seria pertinente aqui classificar tais propósitos como certos ou errados, mas como o próprio autor ressalta, é essencial evidenciar as diferenças, demarcar e revelar por inteiro essas distinções. Demo (1981) atribui a esse exercício a denominação de “demarcação científica”.

formação do sistema-mundo capitalista somado à expansão colonial Europeia. Gradativamente se instaurou uma separação ontológica entre homem e natureza além de se emplotar a função do conhecimento como um controle racional do mundo: já não se tem como objetivo acionar o conhecimento para investigar conexões desconhecidas entre todas as coisas, mas de compreender os fragmentos da realidade para poder dominá-la. Se Descartes defendia que apenas a distância entre sujeito e objeto permitem a objetividade para considerar algo enquanto verdadeiro, e que os sentidos configuram-se como obstáculos epistemológicos, para Castro-Gómez tal pensamento exemplifica o que ele denomina enquanto a “*hybris* do ponto zero”. Em suas palavras:

Podríamos caracterizar este modelo, utilizando la metáfora teológica del Deus Absconditus. Como Dios, el observador observa el mundo desde una plataforma inobservada de observación, con el fin de generar una observación veraz y fuera de toda duda. Como el Dios de la metáfora, la ciencia moderna occidental se sitúa fuera del mundo (en el punto cero) para observar al mundo, pero a diferencia de Dios, no consigue obtener una mirada orgánica sobre el mundo sino tan sólo una mirada analítica. La ciencia moderna pretende ubicarse en el punto cero de observación para ser como Dios, pero no logra observar como Dios. Por eso hablamos de la *hybris*, del pecado de la desmesura. Cuando los mortales quieren ser como los dioses, pero sin tener capacidad de serlo, incurren en el pecado de la *hybris*, y esto es, más o menos, lo que ocurre con la ciencia occidental de la modernidad. De hecho, la *hybris* es el gran pecado de Occidente: pretender hacerse un punto de vista sobre todos los demás puntos de vista, pero sin que de ese punto de vista pueda tenerse un punto de vista (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 83).

Em suma, Castro-Gómez (2007), assim como os demais autores citados, denunciam a tentativa de se defender uma neutralidade e universalidade ao se negar o lugar da enunciação. Essa busca de falar desde esse não-lugar compõe a “*hybris* do ponto zero” que, para o autor, configura-se como uma característica amplamente desenvolvida na universidade moderna. Para ele, a universidade não é apenas o espaço da produção do conhecimento e do progresso material e moral da sociedade, mas o:

[...] núcleo vigilante de esa legitimidad. [...] la universidad funciona más o menos como el panóptico de Foucault, porque es concebida como una institución que establece las fronteras entre el conocimiento útil y el inútil, entre la doxa y la episteme, entre el conocimiento legítimo (es decir, el que goza de “validez científica”) y el conocimiento ilegítimo (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 81).

Essa universidade, enfim, também é o lugar onde se interpelam formas de construção de saber, de verdade, de consciência e discurso. Outros conhecimentos, como os ancestrais e de comunidades tradicionais são, via de regra, deslegitimados e tratados como mitológicos, folclóricos, atrasados, rasos, e como algo a ser superado. Eles são supervalorizados como alheios, pitorescos, sem pensar em como se produzem, como se transformam, como se assentam em conflitos. Parte-se da prerrogativa que somente aqueles conhecimentos produzidos

metodológica e epistemologicamente a partir do mesmo ponto zero são reconhecidos e validados.

Se desejamos romper com a colonialidade do saber-poder da *hybris* do ponto zero, pressupomos que a universidade contemporânea não pode servir como fiscal do conhecimento, como legitimadora ou juíza do certo e errado, do conhecimento válido ou não, mas que ela atue como propulsora de alternativas, que reflita e busque um diálogo intercultural de saberes. Para Walsh (2005) a interculturalidade pressupõe uma postura disruptiva em relação às formas de interpretação e ação hegemônicas desde uma cultura dominante. A ideia se firma na possibilidade de convívio e interação entre diferentes grupos sociais, seus conhecimentos e práticas tomando como ponto de partida o reconhecimento e a tentativa de superação de assimetrias políticas, econômicas, sociais e de poder, de maneira geral. Não significa apenas reconhecer e tolerar a diferença ou de essencializar e frigorificar identidades, mas de promover o diálogo, o encontro de pessoas, conhecimentos, práticas e sentidos diversos (WALSH, 2005).

Em uma definição bastante próxima, embora nomeadamente diferente, Castro-Gómez (2007) aposta que a transculturalidade é a abordagem mais adequada para pensar nessa outra universidade. Em sua concepção, a universidade transcultural tenderia a abarcar as mais distintas formas de produção de conhecimento que variam de diferentes culturas e perspectivas que convivem entre si, sem precisar submetê-las a uma única episteme - atualmente a hegemônica ciência ocidental (CASTRO-GÓMEZ, 2007). Uma das formas que o autor encontra para operacionalizar a transdisciplinariedade e transculturalidade na universidade é o diálogo de saberes, que vai além da articulação de conhecimentos entre disciplinas, se tratando da:

[...] posibilidad de que diferentes formas culturales de conocimiento puedan convivir en el mismo espacio universitario. Diríamos, entonces, que mientras que la primera consecuencia del paradigma del pensamiento complejo sería la flexibilización transdisciplinaria del conocimiento, la segunda sería la transculturización del conocimiento. Sin embargo, el diálogo de saberes, así entendido, ha sido imposible hasta el momento, porque el modelo epistémico del punto cero se ha encargado de impedirlo (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 87).

Esse diálogo de saberes se constrói igualmente pela descolonização do conhecimento e das instituições que o produzem e administram, destacando sempre o lugar de onde se produz o saber. Castro-Gómez (2007) nos alerta ainda que:

[...] si la primera ruptura epistemológica fue con la doxa en nombre de la episteme para subir al punto cero, el gran desafío que tienen ahora las ciencias humanas es realizar una segunda ruptura epistemológica, pero ahora ya no con la doxa sino frente a la episteme, para bajar del punto cero. El ideal ya no sería el de la pureza y el distanciamiento, sino el de la contaminación y el acercamiento. Descender del punto

cero implica, entonces, reconocer que el observador es parte integral de aquello que observa y que no es posible ningún experimento social en el cual podamos actuar como simples experimentadores. Cualquier observación nos involucra ya como parte del experimento (CASTRO-GÓMEZ, 2007, p. 89).

Essa ressignificação do campo científico e de como o conhecimento é produzido e legitimado é de central importância, ao passo que seu alcance extrapola os limites da própria pesquisa e universidade, sendo apropriado e utilizado como referência pelo discurso jurídico, técnico, pelas políticas reguladoras do Estado, dentre outros espaços, discursos, instituições e agentes, afetando de maneira direta ou indireta na vida social.

Santos (2011) aposta em uma significativa mudança nesse padrão disciplinar distante das demandas da sociedade que desvincula-se de uma responsabilidade frente às implicações das produções científicas na realidade, controlado por sujeitos que, enquanto pesquisadores, não dividem com os sujeitos a responsabilidade de escolher e construir temas, metodologias, formas de fazer. Para o autor, outras formas de pensar e fazer ciência surgem oferecendo novas possibilidades. Nesse horizonte que já vem sendo construído de uma forma plural, transdisciplinar e transcultural, Santos (2011) nos auxilia a complementar este quadro ao inserir no debate que:

O conhecimento pluriversitário<sup>7</sup> tem tido a sua concretização mais consistente nas parcerias universidade-indústria e, portanto, sob a forma de conhecimento mercantil. Mas, sobretudo nos países centrais e semiperiféricos, o contexto de aplicação tem sido também não mercantil, e antes cooperativo, solidário, através de parcerias entre pesquisadores e sindicatos, organizações não governamentais, movimentos sociais, grupos sociais vulneráveis [...], comunidades populares, grupos de cidadãos críticos e ativos. [...] uma pressão hiperpublicista social difusa que estilhaça o espaço público restrito da universidade em nome do espaço público muito mais amplo atravessado por confrontos muito mais heterogêneos e por concepções de responsabilização social muito mais exigentes (SANTOS, 2011, p. 43).

Como afirma Brandão (1988), a grande questão é que o projeto científico de pesquisa esteja submetido, entrelaçado, fundido ao projeto político do grupo com quem interagimos. Trata-se de conhecer para que se possa agir. Para o autor,

[...] É necessário que o cientista e sua ciência sejam, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem, mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. A partir daí uma nova coerência de trabalho científico se instala e permite que, a serviço do método que a constitui, diferentes técnicas sejam viáveis: o relato de outros observadores, mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a

---

<sup>7</sup> Para Santos (2011) mudanças profundas se anunciam naquilo que constitui o conhecimento universitário baseado em disciplinas, despreocupado com as implicações sociais dos estudos, descolado das demandas dos grupos sociais, onde o pesquisador define sozinho a relevância dos problemas, metodologias e ritmos de pesquisa. Epistemologicamente o autor aposta no surgimento do conhecimento pluriversitário baseado na transdisciplinaridade, na heterogeneidade, na contribuição da ciência para a sociedade e da sociedade para a ciência.



aplicação de questionários [...], a observação da vida e do trabalho. Estava inventada a participação da pesquisa (BRANDÃO, 1988, p. 12)

Nossa opção desde os momentos iniciais, na apresentação desta tese, portanto, é relatar algumas de nossas experiências em campo e no decorrer da produção da pesquisa associadas à nossa trajetória pessoal, para demarcar e evidenciar como essas experiências atravessam e perpassam o objeto e sujeitos pesquisados/pesquisadores e vice-versa. As experiências não foram individuais: se constituíram na relação com os (as) pescadores(as) artesanais e caiçaras bem como com outros pesquisadores, justificando, assim, que parte considerável da escrita se dá em primeira pessoa do plural. Acreditamos, como Leyva (2010) que apenas a ética na postura investigativa e a indispensabilidade do encontro com os grupos sociais conseguem mediar a tensão na forma como se atribui um imaginário de antagonismo e incompatibilidade entre investigação e militância ou ativismo e academia. Dessa forma, é mais efetivo o exercício de compreensão das opções em torno dos assuntos escolhidos: Por que foram escolhidos? Como optamos em refletir e falar sobre eles? Desde onde se faz essa reflexão? Enfim, um exercício de localização. Partimos aqui do princípio que

A recuperação ou reconstrução dessas “outras” versões da história da ciência é hoje indispensável para que esta deixe de ser a história da emergência e expansão da ciência ocidental moderna e passe a abrir novos caminhos para histórias globais e multiculturais do conhecimento, superando assim o que tem sido designado por colonialidade do saber (SANTOS, MENESES e NUNES, 2005, p. 25)

Nas relações de poder que historicamente se configuraram na região de estudo entendemos que o simples fato de envolver os sujeitos em uma pesquisa não significa que o pesquisador “[...] pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno [...]” (Grosfoguel, 2008, p. 119). Existe uma enorme distância nas formas de se produzir conhecimento. É nesse sentido que, ao assumir como base uma preocupação acerca do lócus enunciativo, a presente pesquisa visa não apenas registrar os discursos dos sujeitos da mesma, mas daquilo que, inspirados em Ceceña (2006) pensamos ser “sujeitizar” o objeto de estudo<sup>8</sup>. Para nós, mais que um recorte espacial ou temático, “sujeitizar” o recorte da pesquisa é seguir, ainda que com limitações, o curso do próprio movimento social em questão e de seu repertório de ação social. É tratar sobre aquilo que interessa aos sujeitos, seguir a dinâmica das

---

<sup>8</sup> É bom ressaltar que ainda que a categoria esteja presente do título do artigo em questão (op. cit.), a autora não chega a definir mais precisamente o que ela entende por “sujeitizar” o objeto de estudo, mas ao longo do texto nos dá pistas dessa estratégia como ferramenta para a emancipação: “La negación de sentidos comunes producidos a través del sistema de poderes sólo se constituye como ethos emancipatorio en el proceso de generación de nuevos sentidos y realidades, que es, simultáneamente, el proceso de creación de nuevas politicidades. Una nueva politicidad y nuevos sentidos de vida, nuevas socialidades que, a pesar de ser inventadas, surgen de la historia y del quehacer cotidiano, de las vivencias y visiones, de las historias heredadas, de las experimentadas y de las soñadas” (CECEÑA, 2006, p. 38).

problematizações que lhes surgem e que acontecem ao mesmo tempo da pesquisa. Enfim, é construir conhecimento junto aos sujeitos, construindo a pesquisa à medida que pesquisamos.

Sendo assim, a sujeitização não decorre do produto da pesquisa, mas da relação de construção conjunta com os sujeitos coletivos, sendo, sobretudo, uma discussão de método e metodologia<sup>9</sup>. Essa opção metodológica se aproxima dos temas geradores de Freire (1980) para quem “[...] procurar o tema gerador é procurar o pensamento do homem sobre a realidade e a sua ação sobre esta realidade que está em sua práxis” (FREIRE, 1980, p. 32). Para o autor, a compreensão do tema gerador não pode prescindir dos homens, é necessário que estes sujeitos o compreendam, convertendo a procura de temas em uma “[...] luta comum por uma consciência da realidade e uma consciência de si, que fazem desta procura o ponto de partida do processo de educação e da ação cultural do tipo libertador” (FREIRE, 1980, p. 32-33). O autor alerta que é preciso se atentar para que não nos desviemos do eixo da procura que se atém aos temas significativos e não nos homens em si como objetos da procura. Essa procura é possível apenas no contexto em que seres-em-situação inseridos em condições espaço-temporais se provocam a questionar coletivamente a realidade.

É nesse sentido que adotamos como ponto de partida a construção de um processo de reflexão coletivo, onde homens e mulheres organizados em um movimento de pescadores(as) artesanais e caiçaras pensam sobre sua realidade em conjunto com pesquisadores, técnicos, advogados e outros agentes, construindo as condições para transformá-la sempre que julgarem necessário. Partir de temas geradores problematizados em diálogo com os sujeitos coletivos e envolvendo-os na criação dos procedimentos metodológicos, que gerem uma reflexão e uma ação para solucionar seus respectivos problemas é um exercício de educação popular que tem exigido constantes reformulações durante o curso da experiência. Mas, como Brandão (2007) afirma em sua reflexão sobre o trabalho de campo, isso não quer dizer que seja um trabalho espontaneísta, já que foi detalhadamente planejado a partir de um método de trabalho que, nesse caso, busca atender a um projeto político elaborado pelo grupo social.

Importa discernir aqui a relevância de uma relação dialógica. O pensamento de Freire (1980) nos permite refletir sobre isso à medida que afirma que: “Não posso pensar no lugar dos outros ou sem os outros, e os demais também não podem pensar em substituição aos homens” (FREIRE, 1980, p. 33). Entendemos, portanto, que não convém atribuir ao pesquisador/técnico

---

<sup>9</sup> Ao falar sobre a dificuldade intrínseca ao ato da subversão epistemológica, Ceceña (2006) ressalta que “[...] la construcción de nuevos conceptos y nuevos modos de mirar la vida es ineludible para permitirles salir de viejos encierros. No hay subversión posible si no abarca el pensamiento, si no inventa nuevos nombres y nuevas metodologías, si no transforma el sentido cósmico y el sentido común que, como es evidente, se construyen en la interacción colectiva, haciendo y rehaciendo socialidad” (CECEÑA, 2006, p. 02).

o papel de “levar conhecimento/soluções” aos sujeitos, tampouco que os sujeitos devam criar suas estratégias e soluções de problemas sozinhos, sem apoio de outros agentes, ou que aceitar contribuições externas os torne menos escritores de sua história. Acreditamos, como Freire (1980), que o diálogo é a base para essa construção coletiva, mas que cada um possui papéis diferenciados. Esse diálogo se configura muito mais enquanto um meio do que um fim, à medida que se deseja romper com a heteronomia e conceber a liberdade política da autodeterminação: não se trata de defender um projeto completamente autônomo, mas que tenha a possibilidade de ter ganhos de autonomia, onde os sujeitos tenham participação de boa fé nos processos decisórios que regulem ou influam de alguma forma na vida coletiva (SOUZA, 2006), que quaisquer intervenções nos territórios levem em consideração sua existência e opinião, ao contrário do que tem ocorrido historicamente com os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras da região.

No contexto em que o papel e a capacidade de formular os problemas e soluções da realidade investigada geralmente é atribuído (ou autoconcedido) ao “especialista”, ao pesquisador que, supostamente, tem o poder de descobrir algo, não é comum que os sujeitos conheçam os pormenores da pesquisa, tampouco a discutam ou façam intervenções nesse processo. A pesquisa-ação, ao contrário, pretende que as pessoas sejam protagonistas dessas reflexões, que elas abandonem o papel passivo de informantes e consigam identificar e analisar criticamente os problemas para que, coletivamente, encontrem soluções. O próprio emergir de problemas não advém dos pesquisadores, mas do grupo que se configura como sujeito da pesquisa (BOTERF, 1987). Assim, procuramos agir de maneira que os conteúdos aqui tratados não partissem de nossas interpretações, mas das reflexões geradas a partir do encontro com os sujeitos e demais agentes envolvidos nessa situação.

Para Thiollent (2003) a pesquisa-ação tem base empírica, sendo idealizada, criada e posta em prática a partir de uma ação ou problema coletivo a ser resolvido “[...] no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo” (THIOLLENT, 2003, p. 14). Entendemos que essa forma de fazer pesquisa permite falar de e a partir dos sujeitos, ou como Berkin e Kaltmeier (2012) defendem, que os sujeitos falem a partir da sua própria palavra e razão, assim como de e a partir de um campo que não é abstrato, é concreto.

A pesquisa, portanto, acompanhou diversas ações de formação junto aos sujeitos, algo que poderíamos localizar como um projeto de educação popular. Nos apoiamos em Brandão (2012) para quem a educação popular vai sendo construída enquanto um projeto de ressignificação política, social e pedagógica. Para ele, a educação popular pode ser

compreendida a partir de cinco características fundamentais: 1. Teoricamente, a educação popular estabelece articulações entre a prática educativa e o trabalho político e social, visando, ainda, articular as condições necessárias para realizar a transformação das estruturas opressoras; 2. O sentido de seus objetivos orbitam em torno da fundação não apenas de um método que vise trabalhar “com o povo” a partir da educação, do contrário visa fundar toda uma nova educação libertadora, sustentada no trabalho do/com o povo; 3. A educação deve ser compreendida enquanto um processo político de conscientização e politização das classes populares – não funciona, portanto, apenas como um meio de transferência seletiva do saber dominante sobre estes sujeitos, visando ajustá-los à ordem vigente; 4. A educação popular não se resume à sala de aula, dado que visa realizar-se em situações de práticas críticas em meio a “[...] agentes educadores comprometidos e sujeitos populares organizados ou em processo de organização” (BRANDÃO, 2012, p. 92); 5. Processualmente, a educação popular vem se renovando, tornando-se um trabalho político sem projeto próprio de ações pedagógicas que devam ser aplicadas sobre o povo. Cada vez mais, portanto, ela está a serviço dos projetos dos sujeitos populares. Logo, o sentido dado à missão do educador popular funda-se na participação da produção e reprodução do saber popular relacionando-o ao saber erudito.

Neste sentido, consideramos que a educação popular fornece pistas metodológicas para a realização de uma pesquisa que não seja simplesmente para ou sobre os sujeitos, mas que seja construída com eles e que sirva politicamente para promover conscientização e efetivar o projeto social dos sujeitos populares, mobilizando-os a partir de um processo concomitante que envolve ensino, a pesquisa e a extensão. A educação popular não é meramente uma perspectiva pedagógica, mas um trabalho coletivo, um “[...] momento em que a vivência do saber compartilhado cria a experiência do poder compartilhado” (BRANDÃO, 2012, p. 98). Enquanto prática atravessada pela diferença, ela converge práticas sociais associadas ao conhecimento e à sua apropriação pelos sujeitos que o vivem, elaboram e compartilham buscando a construção política de sua autonomia e de um poder compartilhado em uma relação menos desigual.

Uma educação popular voltada aos sujeitos que se autodenominam como pescadores artesanais, significa pensar em um processo voltado especificamente a essa identidade coletiva, respeitando seus projetos sociais e sua história de construção identitária, cultural e territorial. É por isso que há, aqui, uma interface entre educação popular e a educação do campo, similar aquilo que aponta Paludo (2010), para quem a educação popular foca-se em um sujeito do campo e em um projeto do campo, ou seja, sujeitos territorial e culturalmente localizados, com projetos próprios de desenvolvimento para o campo, opondo-se ao sistema hegemônico.

Para Paludo (2010) a educação do campo é uma concepção de educação popular de quem vive no e do campo: por isto, a pesquisa aqui realizada junto com o MOPEAR pode ser considerada enquanto uma experiência de educação popular, mas dado que o projeto político que perpassou esse processo tinha fortes raízes territoriais, pode-se dizer que, mais especificamente, tratou-se de uma experiência de educação no/do campo<sup>10</sup>.

Se a educação popular no/do campo e a pesquisa-ação permitem que o sujeito crie seu próprio conhecimento a partir de sua razão e palavras refletidas coletivamente, acreditamos que toda essa prática ocorre em/e a partir de um campo que não é abstrato, é concreto, que constitui o lugar e seus sujeitos, o território colado e atravessado por práticas e relações sociais. A intenção é que a educação possibilite que as pessoas se tornem sujeitos de suas histórias, de seus próprios destinos. Tornam-se objeto dessa educação, portanto, a “[...] relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social” (KOLLING, CERIOLI e CALDART, 2002, p. 19), em outras palavras:

A Educação *do* Campo não é *para* nem apenas *com*, mas sim, *dos* camponeses, expressão legítima de uma pedagogia *do* oprimido. [...] Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. [...] Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política de modo de vida. [...] Seus sujeitos têm exercitado o direito de pensar a pedagogia desde a sua realidade específica, mas não visando somente a si mesmos: a totalidade lhes importa, e é mais ampla do que a pedagogia. [...] Estas [e outras] características definem o que é/pode ser a Educação do Campo, uma prática social que não se compreende em si mesma e nem apenas a partir das questões da educação, expondo e confrontando as contradições sociais que a produzem. E são essas mesmas características que também podem configurá-la como categoria de análise das práticas por ela inspiradas ou de outras práticas que não atendem por esse nome nem dialogam com essa experiência concreta (CALDART, 2012, p. 261-262).

O conhecimento produzido coletivamente por pescadoras(es) artesanais e caiçaras acerca de sua vida, seu projeto político e identitário são mediados por um campo específico que se operacionaliza no seu território e territorialidades, nos conflitos ali vividos, nas práticas sociais que ali se desenvolvem e ganham sentido. Como Fernandes (2006) afirma, pensar o sentido de “campo” a partir da categoria teórica “território” significa entendê-lo como espaço de vida e não meramente como um recorte geográfico. Assim, o campo compreende o território

---

<sup>10</sup> Onçay (2010) destaca que a educação do campo “precisa ser pensada e exercida a partir de sua materialidade de origem, cujos Movimentos Sociais foram construindo em sua cotidianidade, através de lutas políticas, dentre elas, as que vinculam campo, políticas públicas e educação (ONÇAY, 2010, p.40). É importante destacar, portanto, que, historicamente, a educação do campo emerge a partir dos anos 1990, sobretudo a partir da luta do MST, tendo alcançado suas primeiras políticas públicas no anos 2000, enquanto resultado de experiências de educação popular que aconteciam majoritariamente em espaços informais: trata-se de um momento histórico em que a educação passa a ser interpretada pelos movimentos sociais como um direito a ser conquistado.

onde acontece a própria existência humana em todas as suas dimensões, materiais e imateriais – logo, trata-se de um conceito multidimensional, que permite uma leitura conceitual mais ampla do que aquela que operacionaliza o campo enquanto sinônimo de espaço rural produtor de mercadorias. Sendo assim, o campo engloba aspectos relativos à educação, à cultura, mas, também, ao trabalho, à produção e à infra-estrutura, pensadas territorialmente. Todas essas dimensões acontecem concomitantemente no “campo” de maneira amalgamada, inseparável: nenhuma relação social pode acontecer fora do espaço.

Ainda segundo este autor, uma análise que separe as relações sociais do espaço acaba criando uma dicotomia que serve à dominação, visto que o território pode aparecer de maneira secundária nestas leituras ou meramente como palco de realização das relações sociais. Não se pode esquecer que as relações sociais desenvolvem-se para transformar seus territórios e, portanto, devem ser analisadas em suas complexidades. Em suma, “os territórios são espaços geográficos e políticos, onde os sujeitos sociais executam seus projetos de vida para o desenvolvimento” (FERNANDES, 2006, p. 2) – e este é o mesmo sentido dado ao “campo” da educação do campo.

Partindo dos pressupostos da Pesquisa-Ação e da Educação do Campo produzimos um entendimento comum junto aos “sujeitos da pesquisa” de que não se trata de um modelo de investigação que extrai informações que ficam no poder do pesquisador. Mas, de uma proposta em que a pesquisa é pensada coletivamente e não se limita a uma investigação sem ensino e extensão. O ensino, portanto, é mútuo entre pesquisadores(as) e pescadoras(es) artesanais e caiçaras, ocorrendo em ambas as direções, e a extensão é o caminho da construção da ação. Dividir nessas três categorias, ensino, extensão e pesquisa, parte de um exercício de tradução, uma vez que são expressões habituais no meio acadêmico e visam apenas explicitar a ideia de uma maneira mais didática ao leitor.

Rigotto (2016), no entanto, nos auxilia a ressignificar, inclusive, essas categorias “ensino, pesquisa e extensão” que fundamentam o tripé da atuação acadêmica junto à sociedade: para ela, uma expressão que melhor ilustra esse tipo de trabalho é a “co-labor-ação”, enquanto ponto de partida e de chegada. É através da co-labor-ação social que a autora acredita que se pode utilizar a universidade enquanto instituição social para contribuir no processo de construção da legitimidade das pautas sociais colocadas pelos sujeitos do campo – não que seja apenas a universidade que possa legitimá-las, mas enquanto uma apoiadora nesse processo. Denominar nossas ações enquanto uma co-labor-ação, ao invés de partir da atuação pré moldada da universidade na pesquisa, ensino e extensão, não consiste em uma demarcação apenas de um léxico, mas marca, justamente, uma atuação que extrapola essas categorias, que renova,



resignifica seu sentido e seus meios. Essa co-labor-ação auxilia "[...] o questionamento e a análise crítica, a ação social transformadora, mas também a insurgência e intervenção nos campos do poder, saber e ser, e na vida; aquelas que animam uma atitude insurgente, de-colonial e rebelde" (WALSH, 2009, p. 27). Concretamente na realidade que estudamos entendemos que o “poder” a que Walsh (2009) se refere se expressa no território, o “saber” na educação popular do/no campo, e o “ser” na identidade – tripé fundamental para pensarmos mais localizadamente nas ações transformadoras, nos questionamentos, na reflexão crítica e na atitude subversiva do MOPEAR frente à produção de conhecimento sobre eles próprios e seus territórios.

Rigotto (2016) chama à atenção o fato de que se orientamos nossa ação enquanto um diálogo horizontal de saberes, radicalizando e de fato produzindo a construção compartilhada de saberes, permitido por aquilo que a autora denomina de experimentações metodológicas e de liberdade acadêmica, nos vemos inseridos em uma luta por uma ciência emancipatória, por uma atuação da ciência baseada no ativismo.

Outro fator importante, dessa vez colocado por Santos (2002), é que essa construção compartilhada exige aquilo que o autor chama de trabalho de tradução, uma mediação entre linguagens, valores, experiências, saberes, universos simbólicos e paradigmas científicos, uma “inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis” (SANTOS, 2002, p. 239). Rigotto (2016) também nos convoca um posicionamento enquanto atores sociais e políticos:

[...] um posicionamento público enquanto universidade, articulando conhecimentos, saberes e ação no sentido de contribuir para visibilizar os conflitos e para fortalecer a capacidade argumentativa dos sujeitos. Tal compromisso nos leva a uma participação engajada nos processos históricos vivos de disputa que vão se tecendo nos contextos em que estamos inseridos, como expressão de nosso compromisso com a emancipação social (RIGOTTO, 2016, p. 93).

Em outras palavras, não existe investigação sem haver um trabalho de formação para que todos possamos aprender e ensinar, tampouco existe investigação ou formação que não sejam pensadas para agirmos no mundo, enfrentarmos nossos problemas e construirmos nossas possibilidades. Isso tudo, pois nossa preocupação em tentar alcançar um método mais horizontal é por apostar, como Berkin e Kaltmeier (2012), que é possível gerar, ainda que sutilmente, aos poucos, formas de viver melhor no espaço público quando se tem um compromisso político em nosso processo investigativo e de produção do conhecimento.

Ainda que com algumas distinções, acreditamos que se trata de resolver algumas questões colocadas por Marcos (2006) em torno da preocupação de que a “[...] pesquisa se transforme também em ação educativa, e que o conhecimento produzido pelo cientista seja **restituído** às comunidades, de modo a permitir, a um só tempo, o aumento da consciência que

possuem de si próprios e de suas capacidades de iniciativas transformadoras” (MARCOS, 2006, p. 110). Destacamos nessa citação a palavra “restituído”, pois acreditamos que se os sujeitos estão cientes, concordantes, protagonizando essas ações desde uma participação livre, informada e de boa fé, se a demanda e a construção da proposta é deles, se o controle de como se faz e de como será utilizada a pesquisa posteriormente é deles, acreditamos que isso não implica em retirar algo da comunidade. Em vista disto, não há momento exclusivo de uma devolução ou restituição, como o retorno após a finalização da pesquisa para a apresentação dos resultados obtidos, pois isto se faz constantemente no decorrer da própria elaboração da pesquisa, no exercício coletivo do construir. Interpretamos aqui que a pesquisa e o próprio conhecimento que vem sendo produzido a partir dela e de outras ações que a complementam se constituem enquanto comuns, visto que derivam de uma prática de compartilhamento e de construção conjunta pautadas em uma reciprocidade, onde os saberes tradicionais e científicos dialogam no sentido de criar condições de possibilidade para que esse conhecimento intervenha na realidade a favor da coletividade.

Para complementar a estrutura metodológica da pesquisa-ação e da educação popular utilizamos algumas nuances do método etnográfico. Se ambas as abordagens já explicitadas partem de uma construção com e dos sujeitos, o viés da etnografia que optamos em acionar refere-se à ênfase desse método na sensibilidade e no olhar da pesquisadora como fatores que condicionam a pesquisa. Além disto, o método se baseia na intensa e longa inserção na realidade estudada e no detalhamento metodológico do trabalho de campo. A premissa é a de que se faz essencial a valorização das narrativas dos sujeitos, das categorias e fatos etnográficos, assim como da observação direta dos fatos (ALMEIDA, 2013a).

Laplantine (1993) destaca a contribuição do uso da etnografia para compreender a multiplicidade encontrada nos fenômenos sociais diante de diferentes viéses, como o político, econômico, social, cultural, psicológico, ambiental e espacial – multiplicidade esta constitutiva dos próprios territórios. É preciso estar atento, conforme assinala Velho (1979), já que a cultura “[...] não é uma entidade acabada, mas sim uma linguagem permanentemente acionada e modificada por pessoas que não só desempenham ‘papéis’ específicos, mas que têm experiências existenciais particulares” (VELHO, 1979, p. 21). A etnografia, portanto, não foi utilizada no sentido de identificar estruturas sociais ou de classificá-las a partir da cultura, de sistematizar padrões e regularidades do grupo, mas sim pela centralidade do trabalho de campo e de uma postura investigativa que colocou em primeiro plano os casos concretos vividos em uma escala mais localizada.

Inspirados no exercício de reflexão da Comissão Pastoral da Terra em sua publicação sobre os Conflitos no Campo (CANUTO et al., 2015) consideramos que o registro dessa história e dos caminhos que percorremos para construí-la permitem delinear as dimensões ética, política, pedagógica, histórica, científica e geográfica da trajetória de luta pelo território dos(as) pescadores artesanais e caiçaras do MOPEAR: ética, pois a luta pelo território, pela autodeterminação, pelo projeto identitário desses sujeitos coletivos configura-se como uma questão de justiça; política, pois é ao tornar-se consciente de sua realidade que os sujeitos podem assumir uma leitura crítica e agir construindo seu horizonte de direitos; pedagógica, pois ao conhecer e compreender sua condição, os sujeitos passam a agir para transformá-la em comunhão; histórica, pois há uma luta iniciada desde muito tempo e que não pode ser ignorada assim como essa história segue seu curso, sendo construída cotidianamente pelo MOPEAR, podendo servir de referência aos pescadores e caiçaras que virão. Uma história, enfim, que dificilmente tem visibilidade diante dos padrões explicativos dominantes; científica, pois o compromisso da transformação social também é um compromisso científico e, para efetivá-lo nos baseamos em procedimentos metodológicos, em um caminho de pesquisa transparente e no entendimento de que a ciência pode e deve ser interpelada pelos conflitos da sociedade. A construção do conhecimento científico pode ser, como almeja Santos (2011), pluriversitário; e geográfica, afinal de contas, é nela que se trava de maneira mais concreta a luta pelo território e onde se materializam as relações de poder que atingem os grupos, mas também é da dimensão territorial, do chão concreto que emerge a r-existência e as soluções desde a base.

Para trazer mais concretude aos elementos aqui problematizados, julgamos ser pertinente trazer à luz os procedimentos metodológicos da pesquisa. Após o diálogo com lideranças do MOPEAR e construção de uma proposta de pesquisa apresentada e aprovada durante reunião da coordenação do Movimento, passamos a estruturar melhor nossa ação de investigação. A coleta de dados se deu tanto desde um trabalho de gabinete, aquele em que realizamos um levantamento bibliográfico, documental e cartográfico, como em trabalhos de campo<sup>11</sup>, que abarcaram a etnografia, a produção documental (como pareceres técnicos<sup>12</sup>,

---

<sup>11</sup> Os trabalhos de campo envolveram visitas nas comunidades com fim de estabelecer e manter uma relação de proximidade com pescadores(as) artesanais e caiçaras participantes ou não do MOPEAR. Também serviram para a realização de entrevistas com esses moradores, para o estabelecimento de diálogo com outros pesquisadores e educadores atuantes na região, para a coleta de dados como fotografias, vídeos, aquisição de pontos de GPS, para percorrer o território tradicional acompanhada dos moradores de cada comunidade, para presenciar o desenvolvimento das práticas tradicionais, para participar de reuniões, grupos de trabalho, câmaras técnicas, oficinas e outros eventos junto as diferentes instituições e organizações sociais da região, para acompanhar festas, manifestações religiosas, bem como outros acontecimentos locais e, por fim, para ministrar os cursos de formação com os quais envolvemos na região.

<sup>12</sup> Disponíveis em Duarte et al. (2013), Souza et al. (2015; 2016).

mapas<sup>13</sup>, vídeos e outros tipos de documentos e estudos<sup>14</sup>) e os processos de formação. Estes não consistem em produções ou momentos descolados entre si, uma vez que, além de subsidiar esta pesquisa, muitas das análises documentais, bibliográficas e cartográficas partiram de uma necessidade de maiores informações levantadas em momentos de planejamento e discussões por parte dos(as) pescadores(as) e caiçaras, além de servirem de conteúdo nas ações educativas.

Desde o ano de 2008 já frequentava as comunidades, tendo desenvolvido meu trabalho de conclusão de curso da graduação e a dissertação de mestrado ali. Minha entrada se deu a partir da viagem de canoa<sup>15</sup>, uma iniciativa bastante conhecida naquela região, organizada por um caiçara da Vila das Peças. Houve uma grande mudança na forma de fazer o trabalho de campo e no estabelecimento da relação social de pesquisa no momento do mestrado para o doutorado. Anteriormente meu foco havia sido em apenas uma comunidade (Barbado), onde tive diversas pessoas da comunidade como informantes, mas onde o processo de reflexão e de escrita se deu desde um lugar mais individual da pesquisadora. A grande diferença para a elaboração da tese foi olhar para esta realidade a partir de um movimento social (o MOPEAR). Além dos desafios inerentes a uma pesquisa que envolveu, mais diretamente, 10 comunidades, a forma de olhar para a realidade e nela agir se alteraram significativamente quando passou a existir uma organização social e um projeto coletivo em jogo: não bastava mais o antigo modelo

---

<sup>13</sup> Sendo eles: “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Barbados – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Tibicanga – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Canudal – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Sibuí – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Barra do Ararapira – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Vila Fátima – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Bertiooga – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Varadouro – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional da Comunidade de Vila de Superagui – Guaraqueçaba – PR”, “Autodemarcação do território tradicional do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná – Guaraqueçaba – PR”, Mapa de localização dos pontos tradicionais de instalação de cerco-fixo em Barbado, Mapa sobre a localização dos caminhos terrestres em Barbado – Guaraqueçaba, Áreas das comunidades automapeadas pelo MOPEAR e limites das Unidades de Conservação.

<sup>14</sup> Como o Informe de Pesquisa do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná para a Ação Civil Pública (ACP - Autos nº 50007428820154047008) e o Guia prático do Defensor Popular para o curso de Operadores de Direitos Etnicos e Coletivos.

<sup>15</sup> Trata-se de uma expedição em canoas de pau único a remo que percorre diversas comunidades das baías de pinheiros e laranjeiras, no município de Guaraqueçaba. Os participantes geralmente são estudantes, pesquisadores e profissionais selecionados pelo organizador da viagem, assim como alguns pescadores e caiçaras das próprias comunidades. O critério de escolha dessas pessoas “de fora” se dá pela disponibilidade das mesmas em desenvolver ações práticas nas comunidades ao longo da viagem, ou desenvolver pesquisas no período posterior da experiência. Associado a isso também é feita uma campanha de arrecadação de roupa, alimentos e materiais escolares para distribuir nas comunidades ao longo dos 15 dias da viagem. Atualmente a viagem tem sido divulgada pelo organizador como uma experiência de turismo de base comunitária. Ter essa vivência como porta de entrada possibilitou uma maior proximidade com os comunitários que vêm a viagem de forma positiva, visto que diversos deles possuem resistência ao diálogo com pesquisadores que ali adentram em outras ocasiões. Por outro lado, alguns(mas) pescadores(as) e caiçaras da região não vêm a experiência com tão bons olhos, já que a consideram como uma abertura a diversos aspectos negativos da cultura urbana, receosos com a entrada de pessoas mal intencionadas, de drogas, além dos efeitos que o choque cultural acaba gerando em diversas ocasiões.

de realização de entrevistas individuais, de uma observação mais distante e de assumir minha posição predominantemente como intérprete – agora tratava-se de construir junto, de compreender a realidade e problematizá-la desde o lugar de fala de um sujeito coletivo (um processo que implicou em inúmeras dificuldades e na sensação de que o formato de uma tese dificilmente conseguiria abarcar tamanha complexidade).

Diante desse contexto, a permanência no campo se deu desde momentos anteriores à formulação da pesquisa com o intuito de construir uma proposta mais próxima aos anseios dos sujeitos, bem como durante todo o período do doutorado (2014-2017). A regularidade do trabalho de campo era de 2 a 4 dias de permanência em campo a cada duas ou três semanas. Nossa hospedagem era em casas de moradores de cada comunidade. Em alguns momentos, como durante o período de 6 meses entre a audiência de conciliação e as inspeções judiciais referentes à Ação Civil Pública (ACP - Autos nº 50007428820154047008) essa permanência aumentou para visitas de 3 dias ao longo de diversas semanas seguidas.

O levantamento bibliográfico teve por objetivo embasar questões teórico/temáticas/metodológicas além de traçar um panorama da produção científica sobre a região estudada e sobre os sujeitos a que essa tese se refere. Essa análise da produção intelectual foi de significativa importância, já que a partir dela se têm produzido reflexões sobre o contexto de vida dos grupos sociais aqui tratados e estabelecido esquemas interpretativos e analíticos que influenciam diretamente na compreensão e na intervenção nessa realidade.

Após a seleção das obras, o esforço ocorreu no sentido de identificar autores-fonte e seus respectivos esquemas interpretativos e analíticos. Em seguida, identificamos como esses padrões se reproduzem nas obras de reafirmação relativas ao mesmo território e sujeitos. Esse exercício de levantar os aparatos explicativos que vão se cristalizando no campo intelectual e os agentes sociais que deles se utilizam nos auxiliou a perceber um *modus operandi* intelectual, a criação de algo como um quadro interpretativo erudito. Foi possível notar que existem lacunas, apostas e intencionalidades teóricas e/ou metodológicas que influem na forma como esses esquemas são operacionalizados, como vão se reproduzindo em outras instâncias, como ganham autoridade e, de certa forma, validade e autonomia a ponto de se conformarem enquanto quadros inquestionáveis que passam a balizar intervenções diretas nos territórios (ALMEIDA, 2008a; SOUZA, 2010). A intenção foi averiguar se essas concepções sobre os sujeitos e território destoavam da leitura feita pelos movimentos sociais a respeito de si próprios.

Essa contraposição demonstra a disputa pelos sentidos atribuídos aos sujeitos e ao território em questão e manifesta o desejo de uma ressignificação, um contrapoder baseado na

busca por uma autonomia sobre a definição da condição social desses grupos. É a partir da luta dos próprios agentes sociais mobilizados através do MOPEAR que essa ressignificação tem se mostrado necessária, urgente e, acima de tudo, possível.

Complementarmente, o procedimento passou por rebater ou agregar novos olhares às informações sobre o campo intelectual através das reflexões produzidas pelos próprios sujeitos objeto das investigações. A percepção dos sujeitos advém dos dados coletados em trabalho de campo etnográfico e os diversos acontecimentos registrados a partir dele, bem como das ações de formação objetivadas nos momentos da autodemarcação do território tradicional, de dois cursos acerca da gestão territorial, do curso de operadores de direitos étnicos e coletivos e de dois projetos de extensão junto às pescadoras artesanais.

Esses processos formativos abarcaram a produção de reflexões e de atividades práticas em torno do conhecimento sobre o território tradicional e a territorialidade do grupo, sobre as suas práticas tradicionais e sua identidade étnica e coletiva, sobre seus direitos e sobre os dispositivos jurídicos que os protegem, aproximando os sujeitos da legislação ambiental, pesqueira, territorial, acerca de povos e comunidades tradicionais bem como os caminhos jurídicos para a efetivação desses direitos, sobre formas de planejamento e gestão territorial compatíveis à lógica social do grupo e sobre a formulação de propostas de normatização e ordenamento do território desde a perspectiva dos comuns, sobre questões de gênero, bem como atividades voltadas à representação do universo desses sujeitos por meio de narrativas registradas em cartografias, vídeos, jornais comunitários, artesanatos e a partir do bordado denominado arpilheira. A seguir apresentamos algumas imagens que registram esses espaços de formação:



Figura 1 – Imagem A: Reunião do MOPEAR na comunidade de Varadouro. Fonte: Acervo MOPEAR (2015). Imagem B: Apresentação da mística sobre práticas tradicionais que foram criminalizadas por legislações ambientais. Fonte: Luciana Maestro Borges (2015).





Figura 2 – Imagem A: Reunião do MOPEAR na comunidade de Abacateiro para debate sobre o Plano de Manejo do PNS e sobre as legislações que incidem na região. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Reunião do MOPEAR na comunidade de Tibicanga para debate sobre o Plano de Manejo do PNS e sobre as legislações que incidem na região. Fonte: a autora (2015).



Figura 3 – Imagem A: Registro da produção de vídeos por pescadores jovens para entrevistar lideranças do MOPEAR e das comunidades. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Etapa do curso de gestão de territórios tradicionais. Fonte: a autora (2015).



Figura 4 – Imagem A: Registro de uma etapa de curso na comunidade de Barbado. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Formatura do curso na comunidade de Tibicanga. Fonte: a autora (2015).





Figura 5 - I Encontro de pescadoras artesanais das ilhas de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2017).



Figura 6 – Imagem A: Mulheres reunidas durante uma das etapas do curso, em Tibicanga. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Discussão/entrevista coletiva sobre as características e dificuldades do trabalho feminino na pesca artesanal. Fonte: a autora (2015).



Figura 7 – Imagem A: Explicação sobre os usos das plantas medicinais encontradas no território das comunidades. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Troca de mudas, chás, pomadas, garrafadas, sementes e artesanatos durante curso. Fonte: a autora (2015).





Figura 8 – Imagem A: Pescadoras reunidas durante curso de conservas para debate sobre agroecologia e soberania alimentar. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Curso de Arpilheira. Fonte: a autora (2015).



Figura 9 – Imagem A: Pescadoras elaborando suas agendas de trabalho durante exercício sobre a divisão do trabalho e o papel das mulheres na pesca artesanal. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Apresentação da agenda de trabalho e debate. Fonte: a autora (2015). Imagem C: Artesanato elaborado por uma das participantes. Fonte: a autora (2015).



Figura 10 – Imagem A: Exibição do vídeo do tempo comunidade dos pescadores do MOPEAR durante o curso. Fonte: a autora (2016). Imagem B: Apresentação da conjuntura política dos povos e comunidades tradicionais no sul do Brasil proferida pelas lideranças dos movimentos durante curso. Fonte: a autora (2016).



Figura 11 – Imagem A: Liderança de uma comunidade problematizando os limites do território tradicionalmente ocupado. Fonte: a autora (2016). Imagem B: Debate coletivo em torno de uma proposta de ordenamento territorial que parta dos pescadores. Fonte: a autora (2016).



Figura 12 – Imagem A: Membros do MOPEAR durante realização de um jogo sobre o conteúdo da aula. Fonte: a autora (2016). Imagem B: Registro do trabalho de campo realizado pelos pescadores e caiçaras do MOPEAR. Fonte: Acervo MOPEAR (2016).



Figura 13 – Imagem A: Membros do MOPEAR apresentando o território à equipe pedagógica durante saída de campo. Fonte: Acervo MOPEAR (2016). Imagem B: Apresentação da comunidade de Barbado sobre o território tradicionalmente ocupado. Fonte: a autora (2016).





Figura 14 – Imagem A: Membros do MOPEAR com bandeiras da Confrem e MPP durante saída de campo. Fonte: Acervo MOPEAR (2016). Imagem B: Membros do MOPEAR orando antes de compartilharem o alimento durante saída de campo. Fonte: Acervo MOPEAR (2016).

Da mesma forma que na produção bibliográfica, o material documental e o cartográfico foram objetos de análise por se configurarem como levantamentos oficiais comprobatórios. Partimos do pressuposto que as classificações, os padrões interpretativos e explicativos realizados pela academia possuem um alcance que vão além dela própria, sendo apropriados no discurso oficial, nesse caso, de órgãos gestores, políticas públicas e dispositivos jurídicos e na regulamentação heterônoma do uso do território. A partir dessa análise documental e cartográfica pudemos captar abordagens utilizadas para deslegitimar o discurso dos próprios sujeitos e até mesmo sua existência, o que vem fundamentando a aplicação seletiva de instrumentos jurídicos em desfavor aos grupos sociais em questão. Instrumentos esses que, a priori, serviriam para regular e resolver conflitos territoriais associados ao conjunto de povos e comunidades tradicionais no Brasil. Se a aplicação desses esquemas possui um potencial subalternizador em relação ao grupo social, da mesma forma, poderia promover uma série de medidas rumo ao reconhecimento de sua diversidade identitária e territorial.

Coube aqui identificar como essas regras tem operado na realidade social, quais as ponderações que os próprios sujeitos-objetos dessa aplicação objetivam fazer e como essa ressignificação se dá na situação concreta das comunidades tradicionais atingidas pelo PNS. A ausência do olhar dos sujeitos e, em muitos casos, da própria referência à sua existência nas produções bibliográficas, documentais e cartográficas demonstram a emergência da luta desses grupos portadores de identidades coletivas e étnicas em relação à produção do conhecimento e às formas de ordenamento e intervenção propostas ou impostas em seus territórios tradicionalmente ocupados.

Diante de todas essas questões que interpelam a pesquisa apresentaremos a seguir a estrutura desta tese, visando melhor localizar o leitor.

## Estrutura da tese

A estrutura da presente tese foi dividida em quatro capítulos. No primeiro deles optamos por dar ao leitor um panorama empírico do contexto estudado, ou seja, apresentar nuances da realidade concreta desde o lócus enunciativo dos sujeitos, bem como da pesquisadora que se insere na realidade estudada. Visamos relatar acontecimentos e reflexões que foram produzidos junto aos sujeitos e que explicitam a ação coletiva, múltipla, mas que em diversos momentos converge em um projeto comum. Partimos, portanto, do lugar do MOPEAR, ou seja, da escala dos sujeitos que vão se articulando em um movimento social, registrando um pouco da trajetória da luta pelo território e das ações de r-existência que os mesmos tem vivido.

Este panorama empírico é atravessado por uma luta pelo território, no sentido de validar a forma como os sujeitos em questão geo-grafam os seus territórios. Para alcançar essa tentativa de contextualização, em uma primeira parte do capítulo 1 apresentamos uma sistematização elaborada em conjunto com os pescadores acerca da sua luta pelo território. Neste relato encontra-se o registro de diversos períodos em que diferentes agentes, discursos e práticas foram interagindo com os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras no seu território e que auxiliam na compreensão do momento atual dos conflitos. Além disto, nos permite vislumbrar suas tentativas de ressignificação, diálogo e construção de um projeto de vida pautado nas identidades étnicas, coletivas e territoriais do grupo.

Ao retratar um momento histórico e geográfico onde o MOPEAR ainda não existia oficialmente, foi possível constatar que os enfrentamentos às situações adversas eram mais contingenciais, circunscritos a espaços menores, com ações mais individuais e desarticuladas, respondendo pontualmente aos conflitos que ali surgiam e se mostravam urgentes. Com a criação e atuação do MOPEAR surge uma tentativa de contrapoder, uma busca por reequilibrar as assimetrias ali existentes e que tem se expressado de maneira significativa nos assuntos correlatos ao planejamento e gestão territorial e na participação social existente nesses processos. A ação social do MOPEAR, portanto, tem apontado para a necessidade de mudar essa conjuntura e a tem feito a partir de experimentações, rompendo com certas lógicas e pautando a redefinição desse cenário.

A segunda parte do primeiro capítulo contextualiza um importante momento de ruptura que veio a marcar a trajetória deste movimento. Trata-se de uma série de acontecimentos que se desdobraram a partir de um evento organizado pelo MOPEAR em seu território para debater as violações de direitos humanos que vinham ocorrendo na região,



sobretudo aquelas associadas à atuação do ICMBio na elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui. Relatamos com maior detalhamento essa ocasião e as demais que a seguiram visando fornecer ao leitor uma ideia das forças que estavam em jogo e que viriam a influenciar toda a construção posterior do MOPEAR no sentido de propostas de gestão territorial baseadas nos comuns e que assegurassem seus direitos antes ignorados. A partir dessa ocasião, todo um novo repertório de ação social do grupo é acionado, dando vazão a um importante debate sobre os seus direitos à autodeterminação, à consulta, à participação e ao território.

Essa contextualização permite compreender, desde elementos empiricamente observados, a concretização de um processo de ambientalização expresso em diferentes concepções acerca do entendimento de como deve ocorrer a relação da sociedade com a natureza. Muito além de se restringir somente ao campo das ideias, também se trata da apropriação dessas concepções a partir das ações de planejamento e gestão territorial que encontram-se em curso. O estopim dessa disputa veio a ser o debate em torno da participação social que permeia essas diferentes perspectivas e que ocupa um lugar central para compreendermos a diferença existente entre tais abordagens.

Seguindo esta lógica, no capítulo 2 buscamos nos aprofundar nas características dessas perspectivas de interpretação do espaço que têm sido elaboradas sobre Guaraqueçaba. São diferentes abordagens acionadas para planejar, gerir e ordenar o território em que esses sujeitos vivem e que tem afetado diretamente suas vidas. Optamos por problematizar esses projetos de mundo que se operacionalizam na concretude dos territórios pois eles compõem uma conjuntura muito mais ampla, alcançando diferentes escalas e cujo modelo de produção do espaço tem sido replicado em todo o território nacional, assim como em muitas partes do mundo, mas com considerável força na América Latina e outros países classificados pela lógica colonial como “em desenvolvimento”.

Essas formas de pensar e agir no espaço se ancoram em argumentos respaldados no campo técnico, científico e em um contexto político, acionando ideias sobre a necessidade de preservar a natureza diante do cenário de avanço de ameaças como a devastação de florestas, o crescimento das atividades industriais, o aumento dos espaços urbanos, dentre tantas outras justificativas que, quando nos atemos a uma análise mais detalhada, tem servido à manutenção de uma lógica capitalista onde se busca estabelecer espaços sem gente às custas da desterritorialização de comunidades tradicionais que sempre mantiveram tal biodiversidade. Esses processos tem viabilizado a aplicação de políticas de compensação ambiental que permitem e estimulam a continuidade da degradação ambiental em outros espaços.

A intenção de problematizar o processo de ambientalização que constatamos ocorrer também no contexto das UCs de Guaraqueçaba e dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR se dá no sentido de questionar os modelos que operacionalizam esses diferentes projetos de mundo explicitando as consequências deles na realidade concreta. É justamente desse cenário que outras formas de pensar e agir no território têm sido formuladas desde os próprios sujeitos afetados por tais políticas. A ideia do capítulo, portanto, foi de demarcar as distinções entre esses projetos, auxiliando a elucidar, assim, a emergência de um projeto de gestão territorial desde os comuns que converge na proteção do meio ambiente a partir de outra lógica possível.

Para que essa inversão interpretativa e prática na forma como se concebe o território e a proteção dos recursos naturais possa ocorrer é preciso, antes de tudo, deslocar o pensamento para a importância de que povos e comunidades tradicionais possam participar de maneira adequada nos processos de tomada de decisão sobre suas vidas e territórios, viabilizando que direitos à autodeterminação, à consulta livre, prévia e informada, assim como o direito ao território sejam efetivados. É neste sentido que o terceiro capítulo problematiza e analisa como tem se dado a participação desses grupos no âmbito dos espaços e modelos de gestão participativa atualmente em curso no território em questão. São diferentes agentes, discursos, práticas e instituições que interagem nesse espaço, todos com suas formas de promover a participação social, no entanto, esta vem sendo disputada pelos sujeitos do MOPEAR que denunciam o caráter “cosmético” de muitos desses espaços e modelos. Isso porque não se tem conseguido envolver os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de maneira adequada nesses processos, mas o léxico da participação é constantemente acionado para legitimar decisões que tem acirrado os conflitos territoriais na região.

O último capítulo segue tentando acompanhar as questões indagadas anteriormente para apontar uma necessidade de ressignificação não apenas dos esquemas interpretativos utilizados para pensar e agir nesta realidade, mas também para a urgência de uma inversão epistemológica que permita abarcar e compreender as formas dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de estar, fazer, sentir e ser. Embora possa soar como mero detalhe, tal ação implica na possibilidade de se experimentar outras formas de pensar e efetivar a proteção da natureza associada à garantia dos direitos de povos e comunidades tradicionais. As propostas construídas pelo MOPEAR apontam para uma renovação do pensamento socioambiental e indicam caminhos para que reconhecimento e redistribuição aconteçam efetivamente e sem descolar-se um do outro.

Em um plano mais localizado, a discussão busca contribuir na reflexão sobre o projeto de gestão dos comuns do MOPEAR enquanto uma proposta de planejamento subversivo que envolve uma outra forma de pensar a produção de saberes, de pesquisas com os sujeitos e/ou sobre o território tradicional e a tomada de decisão sobre questões que afetam a vida dos pescadores(as) artesanais e caiçaras. Em suma, buscamos refletir como - a partir de um movimento social que objetiva uma identidade coletiva por meio de suas ações - se pode pensar, planejar, gerir e ordenar um território tradicionalmente ocupado. Significa, ainda, pensar sobre uma esfera de interpretação do conflito territorial vivenciado pelos pescadores(as) a partir da ótica do Movimento, fugindo das tradicionais vias sociedade civil x Estado – e, assim, coloca-se em questão uma nova forma de sentipensar e agir no espaço.

Em suma, buscamos refletir, a partir da experiência prática, sobre as potencialidades dos comuns servirem de instrumento de gestão e ordenamento territorial desde a problematização sobre espaços e processos democráticos. Trata-se de uma proposta desde a concretude e emergência das demandas dos sujeitos, atualizando a tradição e buscando articular os saberes tradicionais em movimento com o conhecimento técnico e científico e a efetivação de direitos e políticas públicas adequadas a esse modelo que encontra-se em construção. Em um sentido mais amplo, tentamos contribuir, ainda que de maneira muito pontual, no debate sobre a democratização do território e das decisões sobre ele, além da ressignificação da participação popular na efetivação da justiça territorial.

Por fim, embora assumo a responsabilidade da pesquisa por se tratar de um processo individual de titulação, e pelo ato da escrita, em boa parte do tempo, ser um processo mais solitário (ainda que até mesmo esses momentos tenham sido divididos com outras pessoas, que confirmavam interpretações através de conversas presenciais ou ao telefone ou que refletiam junto e depois conferiam e palpitavam no texto) entendo que se trata de uma reflexão produzida coletivamente. Portanto, atribuo aqui a grande contribuição de todos os membros do MOPEAR, uma vez que boa parte das reflexões foram produzidas por eles ou com eles. Importa destacar a contribuição essencial de outros pesquisadores que participaram ativamente de todo o processo de reflexão coletiva junto aos pescadores, sendo eles Marcelo Cunha Varella (UFPR Litoral) e Roberto Martins de Souza (IFPR Paranaguá). Da mesma forma, destaco a colaboração do Defensor Público do Estado do Paraná, Wisley Rodrigo dos Santos, a partir do olhar mais voltado ao plano jurídico e do professor Jorge Montenegro, que orientou esta tese e minha trajetória no doutorado mediando os debates empreendidos dentro do âmbito acadêmico à experiência empírica vivenciada junto aos sujeitos do MOPEAR e ao “mundo lá fora” através da apresentação de outras experiências sendo construídas por toda América Latina.

Consideramos a pesquisa enquanto fruto de uma construção coletiva exaustivamente debatida e problematizada nos espaços de encontro, seja entre os pescadores e pesquisadores, entre pescadores, pesquisadores e defensores públicos ou entre pesquisadores dos diferentes coletivos. Assim, a própria pesquisa pode ser interpretada como uma tentativa prática de construir um comum, visto que, como Hess (2016) defende, “[...] analizar el conocimiento en tanto que bien común puede contribuir a expresar nuevas formas de organización humana, formas que proceden del activismo de base, surgen de abajo a arriba, son participativas y se centran en las personas” (HESS, 2016, p. 11). Desde essa concepção, acreditamos que este comum segue no sentido de romper com a ideia de analisar um “discurso sobre...” e se inscrever e participar ativamente de uma “prática para...”, mesmo compreendendo a existência de uma vasta lista de limites intrínsecos a essa relação.

## 1 “RESISTIR E RETOMAR, NOSSA TERRA E NOSSO MAR”: GEO-GRAFIAS DA R-EXISTÊNCIA NO E PELO TERRITÓRIO TRADICIONALMENTE OCUPADO

Como presença consciente no mundo não posso escapar à responsabilidade ética no meu mover-me no mundo. Se sou puro produto da determinação genética ou cultural ou de classe, sou irresponsável pelo que faço no mover-me no mundo e se careço de responsabilidade não posso falar em ética. Isto não significa negar os condicionamentos genéticos, culturais, sociais a que estamos submetidos. Significa reconhecer que somos seres condicionados mas não determinados. Reconhecer que a história é tempo de possibilidade e não de determinismo, que o futuro, permita-se-me reiterar, é problemático e não inexorável (FREIRE, 1996, p. 21).

“A história é tempo de possibilidade”, nos diz Freire (1996). Como co-autores da história tentamos conduzi-la motivados por aquilo que está porvir e que, agora, apenas vislumbramos no horizonte. A construção do horizonte, lembre-se, é feita no tempo presente. É neste tempo que pescadores e pescadoras artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba se articulam em um movimento social chamado MOPEAR e, enquanto sujeitos coletivos, têm escrito uma história em comum.

Antes de tudo, ressaltamos que, ao partir de um Movimento de pescadores(as) e caiçaras e das ações por eles empreendidas, nossas análises consideram que esse grupo aponta para uma ruptura diante do padrão histórico do processo de territorialização (HAESBAERT, 2006) da região. O MOPEAR, ao nosso ver, expressa a construção de um projeto coletivo de mudança para partes que anteriormente se viam distantes. Essa conclusão deriva do processo de investigação que empreendemos desde 2009 na região e que nos propomos a refletir com maior fôlego nesta tese. Neste sentido, optamos por apresentar alguns acontecimentos, cenários, atores, relações de força e articulações entre estrutura e conjuntura (SOUZA, 1985), entendendo que isso nos auxilia a interpretar as diferentes abordagens que vêm sendo utilizadas enquanto ferramentas de um planejamento, gestão e ordenamento territorial heterônomos; além disso, estas análises permitirão pensar sobre o que os próprios sujeitos tem apontado como elementos que vêm sendo ignorados nesse processo.

Notamos que os comuns começam a ser defendidos politicamente a partir da ação coletiva do MOPEAR, algo que pode vir a contribuir nos mecanismos de gestão participativa que têm sido elaborados na região – em especial, nos atentamos à sobreposição do Parque Nacional do Superagui sobre o território tradicional que, depois de mais de duas décadas, começa a produzir o “plano de manejo mais participativo do Brasil”, como arvora-se no sítio oficial do ICMbio e pelos próprios servidores do órgão. No entanto, a falta de atenção dada aos temas e às lutas dos pescadores por parte dos órgãos gestores pode vir a desencadear um

desperdício desta experiência que atualiza e aprofunda as possibilidades de uma política de conservação da natureza eficaz e compatível com as características locais.

É neste sentido que julgamos pertinente iniciar a reflexão trazendo o que o próprio MOPEAR elaborou enquanto uma linha do tempo sobre a luta pelo território, presente nos próximos subitens. É sobre este processo de luta, r-existência e ressignificação do território e das práticas tradicionais que abordamos nos próximos tópicos – importa destacar que a história contada a seguir parte da interpretação dada pelos próprios sujeitos em um exercício de reflexão coletiva no qual também pudemos contribuir a partir de nosso olhar desde a academia, na condição de pesquisadores e educadores. Em suma, trata-se de uma história das geo-grafias das re-sistências contada desde a proximidade (VELHO, 1980) com o movimento social, fruto do encontro (TORNQUIST, 2003), fundada, sobretudo, no controle dos sujeitos sobre o objetivo e conteúdo da pesquisa que estava sendo pensada e produzida ao longo desses anos.

#### 1.1 Memórias e histórias coletivas: uma introdução sobre o contexto socioespacial do território tradicional desde baixo

Guaraqueçaba é um dos sete municípios que compõem o litoral do Paraná. Se nos outros municípios há um enfoque significativo do turismo massivo de sol e praia (Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba), na atividade portuária (Paranaguá) e na agricultura, ecoturismo e turismo gastronômico (Morretes e Antonina), em Guaraqueçaba se percebe outro ritmo. Se trata do maior município do litoral do Estado em extensão territorial - 2.020,090 km<sup>2</sup> - e também aquele que possui a menor população da região, totalizando 7.871 moradores (BRASIL. IBGE, 2010)<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23/06/2016.



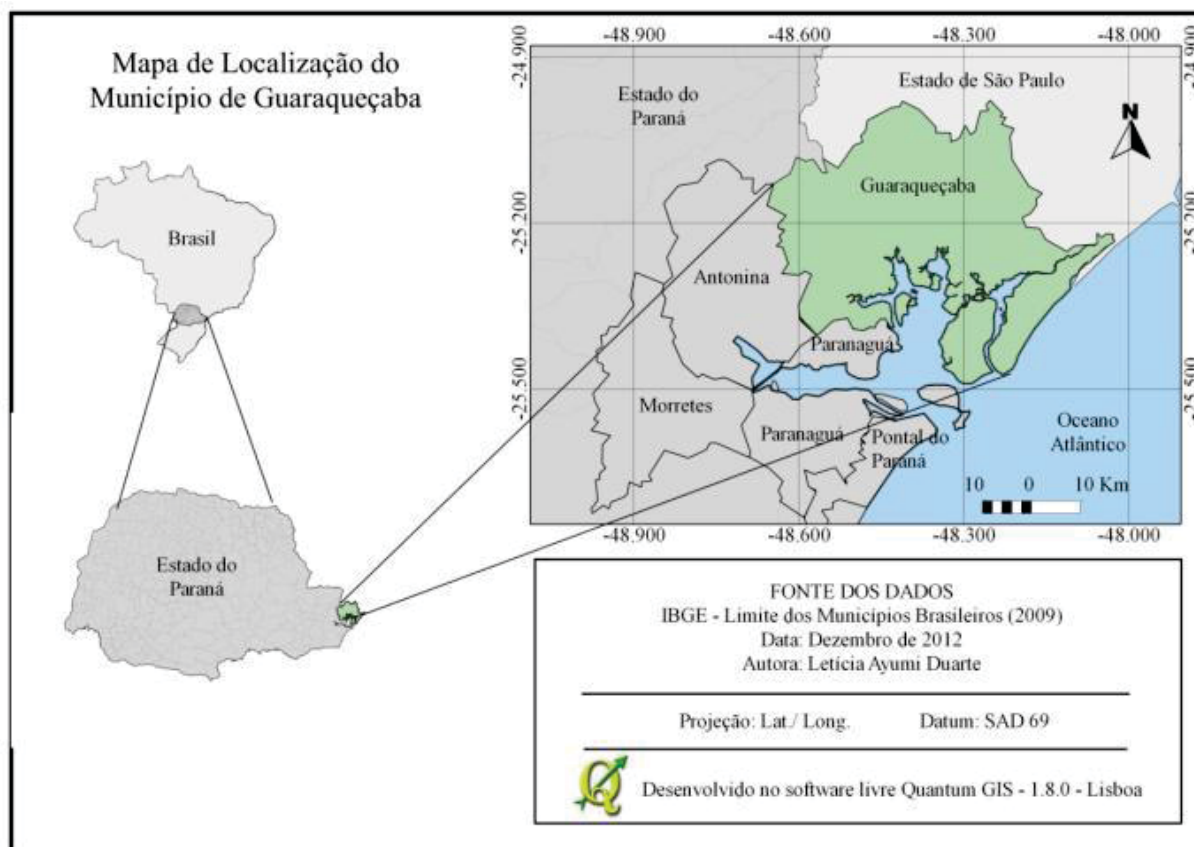


Figura 15- Mapa de localização do município de Guaraqueçaba. Fonte: elaborado pela autora (2012).

Outro fator significativo para compreender a dinâmica territorial desse município consiste na presença de diferentes categorias de Unidades de Conservação da Natureza que ocupam quase a totalidade de seu território, mais precisamente 98,76% (DENARDIN et al., 2009).

O acesso ao centro de Guaraqueçaba, tanto para moradores quanto para visitantes, é feito com mais frequência a partir do mar. A saída se dá em dois horários ao dia, pelo município de Paranaguá, através de uma barca da prefeitura de Guaraqueçaba e outra particular. Também é possível chegar a outros pontos das ilhas que pertencem ao município através de uma barca diária com destino à Vila das Peças e com voadeiras particulares até Superagui. Nessas, ressalta-se, não há rotina e horários regulares, sendo que a saída depende do número de passageiros e da vontade dos donos dos barcos. Muitas vezes essas viagens sequer acontecem.



Figura 16 – Imagem A: Barca saindo de Paranaguá rumo à Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2014); Imagem B: Vista do interior da barca, nas proximidades do centro de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2016).

As imagens visam ilustrar o transporte realizado pelas barcas, que levam cerca de duas horas e meia até chegar ao centro de Guaraqueçaba. Há também uma estrada de terra, em condições precárias, que conecta Antonina à Guaraqueçaba. A própria abertura da estrada se deu em um contexto conflituoso: enquanto grupos ligados a latifundiários desejavam sua implementação para a melhoria de acesso e escoamento da produção, grupos ambientalistas alegavam que a obra acarretaria fortes impactos no quadro natural. Após sua criação, o debate sobre a pavimentação divide a população que anseia por melhores condições de deslocamento, enquanto forças ambientalistas propõem a criação de uma estrada-parque. O trajeto é difícil e demorado devido ao estado da estrada, sem pavimentação, com muitos buracos e forte acúmulo de água nos dias de chuva, fazendo com que o deslocamento marítimo seja o mais viável. De maneira geral, a vida de grande parte dos moradores do município se dá na relação com o mar.

As duas horas e meia de barco entre Paranaguá e o centro de Guaraqueçaba vão preparando o passageiro para uma mudança de ritmo.



Figura 17 – Imagem A: Barcos atracados no trapiche de Paranaguá. Fonte: a autora (2015); Imagem B: Vista do Porto de Paranaguá desde a baía. Fonte: a autora (2014); Imagem C: Pescadores artesanais próximo ao canal de acesso ao Porto de Paranaguá com navio ao fundo. Fonte: a autora (2015); Imagem D: Pescaria no canal do Porto de Paranaguá. Fonte: a autora (2010).

Essas imagens são dos arredores de Paranaguá, mais precisamente no ponto em que o rio Itiberê desagua no mar, na baía de Paranaguá. Nessa região, nota-se o contraste dos grandes navios esperando para atracar e as pequenas embarcações de pescadores(as) artesanais que continuam com suas práticas, mesmo com a grande pressão gerada pelo empreendimento. Depois de passar pelo porto da cidade, são aproximadamente 50km entre baías, comunidades de pescadores(as) artesanais e caiçaras, manguezais e morros até atracar em um pequeno centro urbano, com alguns restaurantes, bares, mercearias, mercadinhos, pousadas, um centro de informações turísticas e um posto de gasolina, conforme podemos observar na figura a seguir:



Figura 18 – Imagem panorâmica da chegada no centro de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2013).

“Estação Ecológica de Guaraqueçaba; Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba” é uma das primeiras coisas que se pode ler quando chegamos próximo ao trapiche – trata-se da placa que emoldura a entrada da sede administrativa do órgão gestor das diversas Unidades de

Conservação da região, o ICMBio. A figura a seguir retrata essa visão a partir da fotografia da sede, localizada na praça principal da cidade.



Figura 19 – Fachada da sede administrativa da Estação Ecológica de Guaraqueçaba e da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2015).

Também se encontra com frequência taxistas oferecendo passeios para o Salto Morato, uma RPPN da região, pertencente ao grupo O Boticário de Proteção à Natureza. Aos poucos vai se tornando perceptível a construção da imagem “ecológica” do lugar: pousadas com nomes de bichos, fotos de cachoeiras, a presença dos órgãos ambientais. Também se percebe a forte cultura dos moradores da região atrelada ao universo da pesca: o posto de gasolina na beira mar, os utensílios vendidos nos armazéns próximos aos trapiches, o número de embarcações muito superior ao número de veículos terrestres, o grande fluxo de gente, para as proporções de Guaraqueçaba, chegando e saindo dos trapiches.

Para chegar às comunidades do presente estudo ainda há um bom caminho pela frente. Desse ponto em diante não há mais barcas de linha: o transporte só pode ser realizado caso se conheça algum pescador da região e já tenha agendado o encontro com ele. Os tempos de viagem para chegar a cada ilha a partir do centro de Guaraqueçaba podem variar de 30 minutos a 3 horas de barco - para alguns casos, há ainda mais tempo de caminhada do porto à vila. A



comunicação é feita por celular, mas apenas alguns moradores possuem aparelhos que funcionam constantemente, uma vez que boa parte das comunidades não possui energia elétrica. Para que os telefones funcionem é preciso ter antenas e adaptadores especiais em certas localidades. Em outras, a comunicação via rádio é a principal alternativa, o que exige uma logística mais complexa e demorada de comunicação.

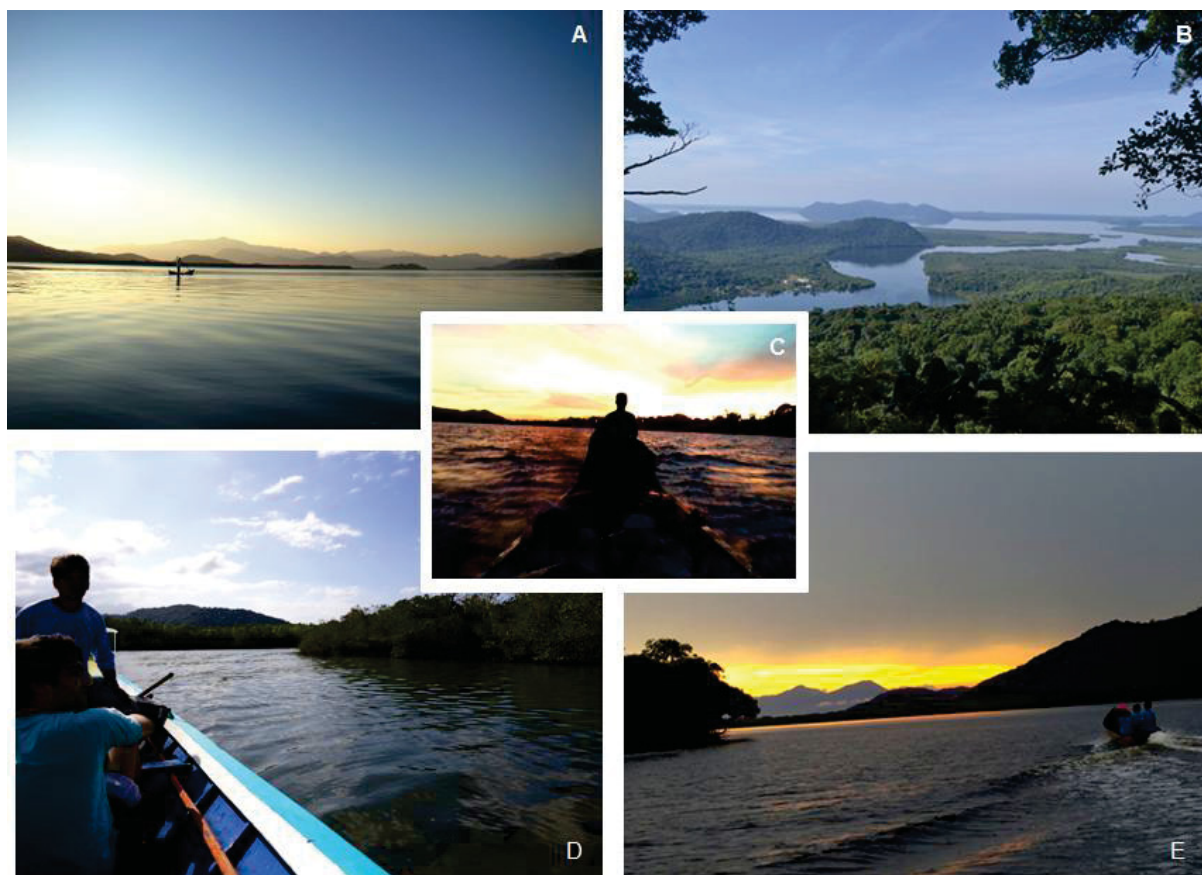


Figura 20 – Imagem A: Pescador em canoa a remo na baía de Laranjeiras. Fonte: a autora (2012). Imagem B: Vista da baía de Pinheiros a partir do Morro do Bronze. Fonte: Raphael Dias (2011). Imagem C: Pescador atravessando a baía de Pinheiros para vender caranguejos em Paranaguá. Fonte: a autora (2016). Imagem D: Travessia do furado da baía de Pinheiros. Fonte: a autora (2013). Imagem E: Grupo de pescadores(as) artesanais atravessam a baía de Pinheiros. Fonte: a autora (2015).

As imagens anteriores visam demonstrar o trajeto entre o centro de Guaraqueçaba e as diversas comunidades localizadas na baía de Pinheiros ou, mais ao norte, as comunidades que fazem divisa com o Estado de São Paulo, mas que se encontram do outro lado da baía, já em mar aberto, como o caso da Barra do Ararapira, ou da comunidade de Varadouro, já no caminho para o canal do Varadouro. Saindo do centro de Guaraqueçaba em canoas a motor é possível chegar às “ilhas”, modo como os moradores da região denominam as comunidades mais afastadas do centro. Ainda que muitas dessas comunidades estejam na parte do continente também têm suas áreas classificadas como ilhas. Dizer que alguém é *da ilha*, no contexto de Guaraqueçaba, além de localizar o sujeito geograficamente, também pode imbuir um certo tom

pejorativo. O mesmo ocorre com seu sinônimo *de sítio*. Para quem é *de Guaraqueçaba*, *de Paranaguá* ou, mais precisamente, *da cidade*, dizer que alguém é *da ilha* ou *do sítio* pode ser algo equivalente a um caipira, aquele que vive no mato, longe da civilização.

Ainda que diversas pessoas na região saiam de seus territórios rumo às cidades por diferentes motivos, há um grupo que resiste e que, apesar de todas as dificuldades, reconhece e valoriza seus territórios, lutando para a permanência e ressignificando o sentido de ser *da ilha*. Uma das expressões organizativas desse grupo vem sendo a articulação em torno do MOPEAR, que, no momento (ano de 2018), agrega as comunidades tradicionais de pescadores artesanais e caiçaras de Tibicanga, Sibuí, Vila Fátima, Varadouro, Barra do Ararapira, Barbado, Canudal, Bertioxa e Vila de Superagui.

A articulação entre os sujeitos dessas diferentes comunidades em um movimento vem de um longo processo de auto-organização social, não advém, portanto, de uma causa natural, como se fosse um exercício fácil ou espontâneo: ao contrário, historicamente essas comunidades faziam suas lutas de maneira individual. As próprias características locais atravancavam ou tornavam mais complicada a organização entre várias comunidades: a falta de energia elétrica e de locais com disponibilidade de rede para telefonia celular dificultavam a comunicação entre eles; a distância física entre cada comunidade e a escassez de recursos financeiros para custear o deslocamento agravavam a situação do diálogo e da tentativa de articulação; a situação econômica também complicava ao passo que deixar de ir pescar ou trabalhar em outras atividades em terra por um dia para participar de alguma reunião já afeta o sustento da família - em lugares onde não há energia elétrica dificilmente se consegue estocar alimentos, e, assim, a alimentação diária depende das saídas rotineiras ao mar e à mata. Os anos de repressão através da fiscalização ambiental exercida de forma violenta tiveram um efeito anestesiante nessas comunidades, fazendo com que poucos tivessem coragem ou disposição para se manifestar ou buscar meios de enfrentamento mais direto. Fatores como estes dificultavam a simples possibilidade do encontro para debater e organizar pautas comuns que servissem de mote à mobilização coletiva.





Figura 21: Imagem A: Cartaz de divulgação do I Encontro de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, organizado pelo MOPEAR. Fonte: acervo MOPEAR (2010). Imagem B: Pescadores do MOPEAR em manifestação durante passeata do 1º Acampamento de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná. Fonte: Acervo MOPEAR (2010).

Diante de todas as adversidades, entre os anos de 2007 e 2008 pescadores, inicialmente da Vila de Superagui, criam o Movimento, motivados pelo enfrentamento à pesca industrial, às restrições ambientais geradas pelas Unidades de Conservação e ao lançamento de recifes antiarrasto nessa mesma comunidade. Neste último, mais precisamente contra a forma como estava sendo acordado o lançamento e a localização dos recifes. As imagens anteriormente colocadas marcam dois momentos importantes na trajetória do MOPEAR: a organização do I Encontro de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Sul do Brasil, reunindo representantes do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como outros grupos objetivados a partir de outras identidades coletivas, mas que também exercem a pesca artesanal como uma de suas práticas tradicionais; e a participação no 1º Acampamento de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, ocasião em que diferentes movimentos sociais organizaram momentos de diálogo com representantes do poder público visando apresentar suas demandas e pressionar encaminhamentos. Além de reuniões externas, foram realizados momentos de formação entre os movimentos sociais, marchas pelo centro de Curitiba e o acampamento, em si. A participação do MOPEAR em ambas ocasiões fortaleceu seu propósito enquanto movimento social e contribuiu para o amadurecimento do grupo, permitindo que suas demandas tivessem alcance e encaminhamentos com uma efetividade que antes da criação do Movimento eram impensáveis a esses sujeitos.

A luta por direitos foi se intensificando e lideranças de outras comunidades passaram a participar do Movimento motivadas por diferentes razões, como a luta pela energia elétrica, por melhores condições de educação, por preocupações em torno de alguma prática tradicional, pela tentativa de resolver situações de multas geradas pela fiscalização ambiental, entre outros, mas foi com o agravamento do conflito com o Parque Nacional do Superagui, entre os anos de

2012 e 2013, que o MOPEAR firmou seu trabalho nas comunidades da baía de Pinheiros, bem como na Barra do Ararapira.

*“Na terra e no mar nós vamos lutar”*; *“Resistir e retomar, nossa terra e nosso mar”* – estes são os gritos de ordem que se materializam nos diversos espaços de luta do MOPEAR. Quem pertence e constrói cotidianamente este Movimento afirma que os gritos expressam a força com que se luta por direitos, pela defesa do território tradicional e por sua identidade coletiva; gritos que demonstram que a luta não é de um ou outro, sujeito ou comunidade, mas se faz na união, na solidariedade e por/para homens, mulheres, crianças, idosos, animais, florestas, mares, rios e tudo aquilo que compõe o universo social desses sujeitos coletivos. Suas vidas estão/são a própria terra e o mar - é neles que a identidade coletiva se renova e que se re-existe e se luta. Segundo os pescadores, depois de quase três décadas sem serem consultados ou escutados, gritar se fez necessário para resistir a cada tentativa de coerção, de violação, de dominação por forças antagônicas que, de formas mais evidentes ou mais sutis, têm ameaçado suas vidas e seu território.

A organização enquanto um movimento social é relativamente recente: no momento em que escrevemos esta tese, o MOPEAR completa seus 10 anos de organização social - mas a luta e a disputa pelo controle do território se fazem há muito tempo, desde diferentes estratégias de enfrentamento e r-existência dos pescadores. Neste sentido, recuperar o processo histórico de formação deste movimento social permite-nos compreender não só como estes sujeitos produziram um território tradicional, bem como criaram formas coletivas para enfrentar as mazelas geradas pela sobreposição territorial das UCs sobre seus espaços de vida, bem como por outras intervenções em seus territórios. Logo, à medida que este processo desenrolou-se, podemos perceber que a existência coletiva do MOPEAR está estritamente ligada aos processos de resistências às formas heterônomas e estadocêntricas de planejamento e gestão territorial mobilizadas desde projetos preservacionistas e conservacionistas que desconsideravam a territorialidade desses pescadores artesanais e caiçaras. Por isto, a categoria r-existência (Porto-Gonçalves, 2009; Cruz, 2013) aparece como uma ideia fundante nesta tese. Afinal, consegue sintetizar as ações sociais que um movimento social mobiliza em torno da efetivação ou da construção de propostas de reconhecimento identitário e territorial bem como de redistribuição das formas de sabe-poder e do espaço.

Um dos principais argumentos desses sujeitos é de que se enganam aqueles que atribuem o atual estado de conservação ambiental da região exclusivamente às ações de agentes heterônomos, como as ONGs ambientalistas, os órgãos gestores das UCs ou os agentes de fiscalização, como o Batalhão de Polícia Militar Ambiental Força Verde, sem levar em conta a

vasta contribuição dos moradores daquele lugar. Os pescadores, pescadoras e caiçaras, ao resistir e defender seu território reinventam constantemente sua luta e recriam possibilidades históricas, com fim de conquistar e manter direitos, propiciando a proteção dos recursos naturais, e a manutenção de suas práticas tradicionais.

Nota-se nas produções acadêmicas e literárias sobre a região, ou mesmo na produção técnica das instituições ambientais locais, um discurso e uma prática que atribuem às comunidades tradicionais um papel coadjuvante, passivo ou criminoso na história da conservação da natureza desse município. Por vezes, esses sujeitos coletivos, desde um olhar evolucionista, são tratados como se estivessem fadados ao desaparecimento. Outras vezes, percebe-se um tom igualmente heterônomo: os sujeitos são tratados como criminosos e o Estado aparece como instituição imprescindível à preservação a tal ponto que tanto a natureza quanto as comunidades passam por sua tutela. No mesmo sentido, outros saberes apontam para uma nuance na qual as comunidades aparecem como carentes de um modelo de desenvolvimento que as assimilem a um padrão de vida mais urbano, que as possibilitem deixar de serem pescadores em nome da melhoria da qualidade de vida e de uma igualdade social, ignorando sua identidade étnica e coletiva. Há os que as tratam como pobres, direcionando diversas ações de assistência social genéricas que pouco conseguem atentar para as lógicas internas de organização e funcionamento da comunidade, o que muitas vezes resulta em ações emergenciais, rasas, pontuais e sem continuidade. Também se pode constatar enunciados que os tratam como se estivessem perdendo sua cultura e, por isto, precisassem dos diversos projetos de resgate e valorização de uma tradição reificada, usada, sobretudo, como chamariz ao turismo. Em suma, ainda que essas formas de atuação e propostas possam carregar uma intencionalidade positiva ao tentar promover melhorias para as comunidades, elas podem acabar contribuindo para uma produção territorial da região onde vivem as comunidades tradicionais desde discursos heterônomos, que pouco (ou nada) atentam e respeitam o projeto de vida desses sujeitos, sua identidade coletiva, sua forma de pensar, ser e agir no mundo.

Há uma concepção que defende uma suposta vocação natural de Guaraqueçaba, que se pauta em um modelo de proteção ambiental que não prevê a presença humana usufruindo dos recursos naturais - um modelo cujo funcionamento depende do disciplinamento heterônomo da população para viver em seu próprio território. Logo, muitos pescadores vêm vivendo, há anos, como se o território não lhes pertencesse - mas esta não se configura como a única formulação sobre a produção do espaço na região. Existe, no contexto histórico de Guaraqueçaba, uma complexa trama de relações de poderes que disputam, entre si, a efetivação de seus respectivos projetos políticos de ambientalização.

A análise acerca desta disputa se conforma em uma das pautas de debate no âmbito do MOPEAR e se operacionaliza, aqui, em um exercício de sistematização na forma de uma linha do tempo sobre a luta pelo território. Esta visão se formula desde os sujeitos do campo, ou seja, movimentos sociais populares ou, mais precisamente, sujeitos políticos coletivos que acionam projetos que confrontam com aqueles impostos pela modernidade (RIBEIRO, 2013, p. 27). São movimentos sociais do campo que, na condição de “[...] sujeitos coletivos de direitos e políticas, expressam e reafirmam a capacidade transformadora dos homens e mulheres do campo, quando se movimentam em [...] ações coletivas buscando um objetivo comum” (PONTES, 2012, p. 724).

Esses sujeitos constroem na prática experiências transformadoras e novos direitos a partir de um “[...] campo real, das lutas sociais, da luta pela terra, pelo trabalho, de sujeitos humanos e sociais concretos; campo das contradições de classe efetivamente sangrando” (CALDART, 2008, p. 68). O campo, de acordo com Fernandes (2006), quando interpretado como um território, adquire um sentido a partir das conotações dadas pelos próprios grupos: trata-se, então, de pensar o espaço a partir das formas de organização popular, mas também aquelas que se colocam antagonicamente aos projetos populares<sup>17</sup>.

A linha do tempo elaborada pelo MOPEAR visou, portanto, evidenciar as histórias de vida em torno da luta pelo território – não exatamente as histórias de vida de cada sujeito, mas do coletivo em torno de uma das facetas da questão agrária. O propósito é iluminar os conflitos vividos historicamente pelos sujeitos que produziram o território tradicional em questão e que retratam esse campo desde os projetos sociais antagônicos, os atores e suas respectivas ações sociais envolvidas. Segue um registro com um dos pescadores artesanais do MOPEAR problematizando acontecimentos ocorridos na região a partir da linha do tempo para que o grupo realize uma leitura da trajetória de lutas das comunidades.



Figura 22 - Debate sobre as r-existências e geografias da luta pelo território. Fonte: a autora (2016).

<sup>17</sup> O projeto antagônico que Fernandes (2006) traz em seu artigo refere-se àquele da agricultura capitalista.

Contar a história da luta pelo território<sup>18</sup> de caiçaras e pescadores(as) artesanais partiu de um exercício de reflexão coletiva do MOPEAR durante diversos debates que reuniram as comunidades de Barbado, Vila Fátima, Sibui, Canudal, Tibicanga, Vila de Superagui, Barra de Ararapira, Bertioga e Varadouro. Além de relatar suas próprias experiências, os pescadores também elaboraram e aplicaram entrevistas com diversos moradores dessas comunidades, sistematizando as informações em uma linha do tempo para, por fim, registrarem sua interpretação do panorama da produção do território e das respectivas relações de força entre os agentes historicamente envolvidos. Após algumas reuniões de debates concluímos que poderíamos pensar a conjuntura da disputa territorial daquele lugar a partir de diferentes momentos, marcados, principalmente, pela entrada de novos atores, estratégias e processos de territorialização.

Após a elaboração da linha do tempo pudemos, juntamente com o MOPEAR, analisar os principais acontecimentos citados pelos pescadores e sintetizá-los em uma linha do tempo mais concisa, que já avançava um pouco mais na análise de conjuntura daquele lugar:

---

<sup>18</sup> Há uma distinção significativa entre traçar a história da produção do espaço de Guaraqueçaba e a história da luta pelo território a partir dos sujeitos. Em outra produção (DUARTE, 2013) há um registro mais detalhado da história oficial do município, aquela encontrada nas referências bibliográficas, documentais e cartográficas, ainda que associada a diversos depoimentos dos moradores da região coletados durante a pesquisa da dissertação de mestrado. Esses depoimentos por vezes reforçam, questionam e trazem outros elementos à história oficial, colocando em jogo a relação entre alguns fatores macro e microsociais que nos auxiliam a entender questões que influenciaram e configuraram a produção do espaço de Guaraqueçaba, como a construção de estradas, ferrovias, a expansão da fronteira agrícola no Paraná, os grandes fluxos migratórios, entre outros. Nossa opção, neste momento, é priorizar a percepção dos sujeitos para relatar a forma como compreendem a sua história da luta pelo território. Esse outro olhar nos auxilia a reconstruir os caminhos da história, sobretudo a partir das narrativas guardadas e compartilhadas através da oralidade em torno dos conflitos pelo território.



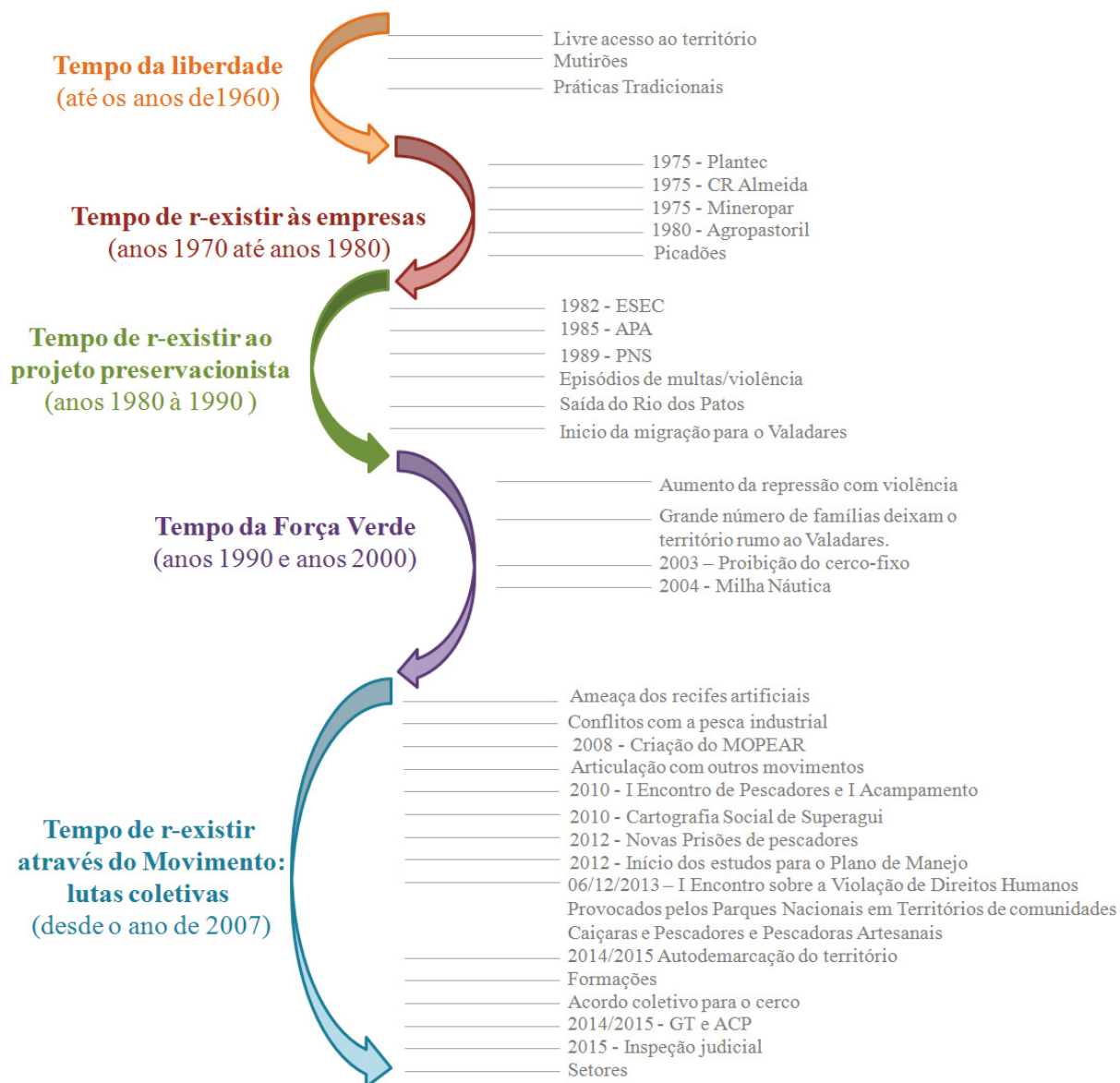


Figura 23 – As r-existências no território. Fonte: a autora (2016).

A figura anterior apresenta a síntese do debate realizado pelo MOPEAR e a utilizamos aqui com o intuito de fornecer ao leitor um panorama histórico elaborado pelos próprios sujeitos sobre sua trajetória. Estas informações servem para compreender melhor a transição de enfrentamentos mais localizados para uma proposta coletiva e popular de uso e gestão territorial, reconfigurando os padrões organizativos ali existentes, bem como reinventando a luta coletiva e popular na região.

No momento da elaboração desta linha, a divisão temporal não se deu por décadas: os sujeitos nomeavam acontecimentos que presenciaram, identificavam atores que entravam em cena, relembavam sentimentos vinculados às situações e, em coletivo, registramos datas – algumas aproximadas, enquanto outras eram lembradas com precisão, diante do impacto delas em suas vidas. A utilização de recortes temporais por décadas fez parte de um exercício



posterior de síntese, onde os pescadores tentaram agrupar esses acontecimentos em recortes temporais mais amplos. Não significa, no entanto, que as viradas de décadas delimitavam precisamente uma transição de acontecimentos e comportamentos. Muitas das situações perduraram por anos e atravessaram esses recortes que, em suma, serviram enquanto tentativa didática de identificar perfis de ações, posturas, discursos, fases, práticas para embasar análises sobre o padrão das lutas, dos posicionamentos e da organização dos atores envolvidos.

### 1.1.1 A liberdade nos tempos de vovó: “do primeiro a gente podia fazer tudo”



Figura 24 – “Liberdade”, tela de bordado em arpilheira<sup>19</sup> da pescadora Andréia Chagas das Dolores. Dimensões: 50x35cm. Acervo do PEART (2017).

<sup>19</sup> Ao longo da tese apresentaremos diversas telas de bordado em arpilheira produzidas pelas pescadoras artesanais do PEART (Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento), resultado de um trabalho de formação que realizamos junto ao grupo. A demanda do curso surgiu das lideranças do MOPEAR bem como de pescadoras que não faziam parte do movimento. A intenção era promover um curso que oportunizasse a inserção das mulheres nas discussões acerca da luta pelo território tradicional, tendo em vista que, até então, os espaços de debate do MOPEAR eram predominantemente masculinos. O curso foi inspirado no trabalho que já vinha sendo desenvolvido pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) no Brasil e, assim como naquele contexto, o objetivo era utilizar uma ferramenta já conhecida do cotidiano dessas mulheres para usá-la como uma plataforma para expressar suas percepções acerca dos conflitos que viviam. O exercício foi de subverter o bordado e politizá-lo, tornando-o uma ferramenta de r-existência. Mais do que histórias que não podiam ser contadas, tratavam-se de vozes que não eram ouvidas: as pescadoras relatavam que suas opiniões nunca haviam sido solicitadas antes daquele momento e, assim, o curso de arpilheira foi o primeiro espaço em que se expressavam sobre questões que as afetavam, mas das quais não detinham poder de influência. Os cursos reuniram pescadoras de 6 comunidades e propiciaram um espaço de acolhimento a essas mulheres que, ao perceberem que os seus problemas eram os mesmos que de outras comunidades, passaram a se mobilizar para atuar mais fortemente na luta por seus direitos. As telas que serão aqui expostas acompanham a narrativa dessas pescadoras sobre o tema que escolheram falar.

[...] ah era bem mai melhor do que é hoje em dia, né? Porque **do primeiro a gente podia fazer tudo, né?** Podia plantá roça, podia, que eu digo, roçá, né? Plantá milho, plantá arroz, plantá feijão. Tudo a gente tinha, né, naquele tempo. E hoje em dia não podemo fazer mais nada porque o Ibama proibiu tudo, né? (Sebastião dos Anjos Pereira, pescador artesanal/caiçara da comunidade de Saco da Rita. Entrevista concedida durante a autodemarcação do território tradicional, 2014).

Há um brilho nos olhos dos sujeitos, que aparece em quem conta e, assim, revive a história sobre o “tempo da liberdade” ou o “tempo dos antigos”, expressões acionadas corriqueiramente em conversas entre pescadores(as) artesanais e caiçaras. Seu sentido remete a um período em que as práticas tradicionais ocorriam sem maiores impedimentos jurídicos e institucionais – percepção que deriva da comparação com outras épocas em que agentes heterônomos como empresas, ONGs e o poder público passaram a afetar de maneira mais incisiva na vida local. A tela de arpilheira exposta anteriormente objetivou mostrar a grande diversidade de práticas existentes nesse período, apontando para a complementaridade existente entre elas, algo que contribuía para a própria subsistência e para a continuidade do modo de vida tradicional.

Importa lembrar que o “tempo da liberdade” distingue-se de uma noção idealizada, romântica ou acrítica dos sujeitos quando voltam o seu olhar ao passado: não significa, de forma alguma, que esse período estivesse livre de dificuldades relativas ao desempenho do trabalho, ou que queiram retornar ao passado, em um contexto onde as condições de vida eram mais precárias. As dificuldades inclusive são citadas constantemente ao relembrar de um momento da vida em que a subsistência dependia exclusivamente do duro trabalho familiar e comunitário nas roças, na caça, na pesca, na retirada de palmito e de outros recursos florestais. Esta questão é retratada na tela de arpilheira da pescadora artesanal Silvine dos Anjos Pereira que segue:



Figura 25 - “Nosso jeito de plantar e tirar palmito é para a sobrevivência: protegendo nosso território como ato de resistência”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Silviane dos Anjos Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo do PEART (2017).

Tais práticas tradicionais continuam existindo e sendo realizadas até hoje, mas em um novo contexto histórico. A liberdade, naquela época, estava atrelada à ausência de algum acontecimento ou autor antagonista que, de alguma forma, afetasse ou impedisse o modo de vida desses sujeitos<sup>20</sup>.

Como a fala do Sr. Sebastião dos Anjos Pereira colocada no início deste subitem afirma: poder plantar é um dos elementos centrais da cultura local e está associada ao sentimento da liberdade, da lembrança de um tempo melhor que o atual. A vida com liberdade se dava no sentido do livre acesso ao território e aos seus recursos<sup>21</sup> por parte dos pescadores e caiçaras. Os roçados e demais práticas tradicionais serviam à subsistência e envolviam toda a família, unindo-os em um trabalho onde cada membro era essencial, complementando funções sociais que compunham a vida daqueles sujeitos. A organização das comunidades também não se atinha tão somente à família, já que muitas práticas eram realizadas coletivamente por pequenos grupos.

<sup>20</sup> De fato existiam outros agentes que influenciavam no uso do território nessa época e que podiam ser lidos como antagonistas, como as empresas que exploraram a caixeta (*Tabebuia cassinoides*) na Ilha de Superagui: até hoje existem trechos dos caminhos que foram abertos para o transporte dessa madeira. Os pescadores não souberam precisar o nome das empresas, e relataram que embora houvesse a exploração do recurso, naquele dado momento essa ação não impedia que as comunidades mantivessem sua reprodução social.

<sup>21</sup> Embora diversas práticas tradicionais que aqui serão relatadas ainda aconteçam no tempo presente, fruto da existência e insistência das comunidades tradicionais da região em fazer valer seus direitos étnicos e coletivos, seria leviano tratá-las como se algumas não tivessem sofrido alterações ou, até mesmo, acabado diante das proibições da legislação ambiental. Por estarmos falando sobre um período passado, até as décadas de 1960 e 1970, nos remeteremos às práticas tradicionais no tempo passado, mas reiteramos que grande parte delas continuam em plena vitalidade no universo social dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras.

Havia roças mais próximas à *porta*<sup>22</sup> e algumas mais afastadas, que exigiam uma dedicação diferenciada. Esse tipo de trabalho demandava uma mão de obra que envolvia boa parte das famílias. Quando o trabalho era possível de ser realizado em grupos menores, se fazia o *ajuntamento*, enquanto o *mutirão* era chamado nas ocasiões em que era preciso um grupo maior e servia para dar conta de serviços mais pesados: os motivos do mutirão eram vários, mas os relatados mais recorrentemente eram os de limpeza de espaços para o roçado, o trabalho na manutenção e colheita da roça, a ajuda para derrubar madeiras, varar canoas e construir casas. Para cada tipo de mutirão havia uma forma de dividir o trabalho, mas, em geral, homens, mulheres, crianças e idosos participavam e dividiam funções. No *mutirão*, aquele que pede a ajuda dos companheiros os recompensa com um baile de Fandango ao final do dia de trabalho. Tanto o mutirão, o ajuntamento e outras formas de trabalho na região seguem uma lógica de troca e solidariedade – e não é apenas o trabalho que se troca, mas, também, os produtos cultivados ou extraídos em cada região. A fala a seguir ilustra bem esta afirmação:

Antigamente a gente plantava roça, usava o mato, usava as madeiras e **a gente preservava também**, porque a gente não desmatava muitos matos porque a gente também precisava para o futuro e para a família e pra gente também. Então a gente também preservava, usava a roça como necessidade, depois que acabou a roça a gente sobrevive também de uma madeira mais aproveitável da pesca e **no tempo que a gente usava mais o mato existia também mais fartura como caça** e outras coisas. A roça me servia de alimentação para as caças, porque as caças vinham até a beira da praia, do mar, então hoje não seria mais isso, depois que foi fundado este parque aí. Hoje não se vê mais uma caça aí na beira da praia (Santiro Matildo Pires, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barra de Ararapira. Entrevista concedida aos pescadores do MOPEAR durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014. Grifo nosso).

A fala do pescador Santiro é apenas mais uma que explicita um argumento corriqueiramente acionado por essas comunidades: a de que práticas tradicionais, como a roça, auxiliavam a manter espécies animais na floresta. Tal argumento, no entanto, sequer é considerado pelo órgão gestor do PNS, uma vez que a prática tradicional da roça, segundo o Coordenador Regional do ICMBio, “fere” a prerrogativa da preservação ambiental:

A orientação que recebemos há muito pouco tempo atrás de Brasília, é de que não se pode autorizar desmatamento de qualquer tipo de floresta dentro de Unidade de conservação de Proteção Integral, mesmo que seja regeneração inicial. Na lei da Mata Atlântica tá dizendo que inicial e médio pode autorizar o desmatamento, e a gente recebeu essa orientação: Não! Nós não poderemos autorizar desmatamento nem em estágio inicial, nem médio [...] (Daniel Bolsonaro Penteado, Chefe da Regional Sul do ICMBio em fala pública durante o encontro do dia 06/12/2013).

---

<sup>22</sup> Expressão utilizada para designar o quintal próximo às casas.



Para os moradores, quando as roças eram permitidas, muitos animais mantinham sua alimentação nesses espaços: o que se “perdia” de espaço de floresta, devido aos clarões das roças era compensado por uma grande quantidade de animais que permitiam a caça de subsistência. A caça e a dependência da roça ocorriam prioritariamente nos períodos em que a pesca era insuficiente para manter a segurança alimentar das famílias, o que ocorre no período de inverno. Assim, com uma quantidade maior de animais não eram necessárias grandes áreas para plantio.

Ainda hoje, a prática tradicional da roça é um dos elementos centrais da identidade coletiva de caiçaras e pescadoras(es) artesanais da região de estudo. Estão associadas a ela diversas outras práticas tradicionais, como o uso das casas de farinha, que utilizam a mandioca cultivada na roça, a extração de recursos da floresta, como o indaiá, usada como complemento para a produção do biju de mandioca nas casas de farinha, o uso de moendas, para a cana cultivada na roça, o regime de mutirão que, embora ocorra, também, para outros serviços, tem na roça seu maior fundamento, o ajuntamento, o Fandango, que tradicionalmente é motivado como “pagamento”<sup>23</sup> do trabalho em mutirão, transformando seu sentido quando acionado apenas como uma apresentação artística, a caça que chegava até às comunidades em busca de alimento, a produção de instrumentos de trabalho, com recursos da floresta como madeiras, cipós, fibras e outros, assim como o próprio conhecimento sobre os ciclos naturais, o comportamento da fauna e as características de manejo da flora. A roça, como destacada na fala de Santiro Matildo Pires, tinha significativa importância na subsistência das comunidades, sendo uma prática baseada em profundos conhecimentos relacionados ao manejo e ao funcionamento do quadro natural.

A complementaridade da roça, da caça, do extrativismo florestal e da pesca de subsistência garantiam a segurança alimentar dos grupos sociais que ali ocupam o território

---

<sup>23</sup> Nas comunidades a que esta tese se refere, o Fandango ainda está associado ao universo do trabalho. Caiçaras e pescadores artesanais relatam que, para eles, o Fandango só faz sentido quando é usado como uma forma de pagamento do serviço prestado em regime de mutirão, tal qual os antigos sempre fizeram: quando um grupo ajuda um vizinho a fazer uma roça, varar uma canoa, ou qualquer tipo de serviço mais pesado, é de bom grado que a pessoa que solicitou a ajuda organize um Fandango ao final do dia de trabalho. Há uma divisão de tarefas ao longo do dia de trabalho e no momento do baile, onde todos participam e contribuem de alguma maneira. Com a instauração das UCs, ocorreu a proibição das roças e outras formas de extrativismo florestal – como a retirada de madeira para a produção de canoas de pau único – e, assim, o Fandango foi perdendo espaço e sentido, ainda que haja diversas ocasiões em que ele ocorra. Também há de se citar a influência religiosa, visto que parte das comunidades se converteu a religiões que não viam essa manifestação positivamente. Atualmente existem grupos de Fandango em Paranaguá e Guaraqueçaba com um perfil mais voltado para apresentações ao público e para manter a vitalidade desse patrimônio cultural em meio aos jovens da região.

tradicionalmente. Havia lideranças responsáveis pela conciliação dos conflitos internos<sup>24</sup> e, por isso, dificilmente havia uma preocupação por parte dos próprios sujeitos de que a floresta fosse destruída ou que se retirasse recursos de maneira exacerbada, já que a maioria da produção voltava-se à subsistência, com um pequeno excedente servindo esporadicamente à comercialização. Sem alternativas para o armazenamento dos alimentos, a venda dos produtos sempre foi de pequena escala, uma vez que o deslocamento até Paranaguá ou ao centro de Guaraqueçaba era realizado em pequenas embarcações a remo em viagens que duravam muitas horas<sup>25</sup>.

De maneira geral, a subsistência dependia majoritariamente dos recursos florestais e dos cultivos feitos nas roças, bem como dos pescados e caça. Neste sentido, a floresta em pé sempre foi algo valorizado e buscado pelos moradores, uma vez que representavam a possibilidade de sua sobrevivência. Além disto, não havia uma lógica de uso excessivo dos recursos a fim de atender a uma lógica de mercado, tanto pelas limitações já relatadas quanto pela própria característica do modo de vida local. A importância da prática tradicional da roça no contexto histórico e geográfico desses sujeitos é evidenciada na narrativa do pescador artesanal a seguir:

Olha, desde os tempos de meu velho pai, meus avós, bisavós, tudo plantavam roça, **eu também desde que decidi lutar, trabalhar, fui plantando roça**, fazendo roça. Hoje em dia to com 62 anos, se eu pudesse plantar roça ainda plantaria (Leandro da Conceição Muniz, 62 anos, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barra de Ararapira. Entrevista concedida durante o processo de autodemarcação do território tradicional, 2014. Grifo nosso).

A fala reforça o papel da luta pela terra na identidade de pescadores(as) artesanais e caiçaras, contrariando as percepções que, via de regra, minimizam o âmbito da identidade de pescadores ao mar – há, naquele lugar, um profundo saber baseado em uma relação íntima e indissociável entre sujeitos-terra-mar, que os permite conhecer e interpretar o mundo de maneira única. Para o Sr. Leandro, conforme sua fala aponta, plantar a roça é uma expressão de luta. A territorialidade das comunidades se materializa, neste sentido, à medida que são realizadas práticas tradicionais que envolvem os saberes, os usos e manejo dos recursos, as formas organizativas, a transmissão dos conhecimentos e um disciplinamento desses saberes e fazeres de caráter comum ao grupo social.

<sup>24</sup> Os casos de pessoas que passavam a agir de forma a degradar o território eram mediados pelos inspetores locais, um tipo de cargo de confiança, uma representação informal que era dada pela prefeitura a algumas lideranças visando o controle da ordem nas comunidades afastadas do centro de Guaraqueçaba.

<sup>25</sup> Em boa parte dessas comunidades o barco a motor só chega na década de 1970 e, ainda assim, se tratava de uma tecnologia extremamente cara aos moradores da região. Apenas os donos de comércios tinham condições materiais para a aquisição desse tipo de embarcação.



Entendemos, aqui, que a forma de interpretação desses sujeitos acerca do funcionamento do território e da vida partem de uma ontologia relacional, que distingue-se de uma ontologia moderna e amplamente aceita que baseia sua interpretação a partir de esquemas binários, como natureza, o domínio dos objetos e cultura, domínio de temas. As ontologias relacionais:

Primero, constituye una tentativa de desarrollar una manera de hablar sobre formas emergentes de política que no están basadas en concepciones homogeneizadas del indigenismo, raza, o culturas e identidades esencializadas. En segundo lugar, es un concepto enraizado en la práctica que llama a la atención etnográfica sobre las distinciones y las relaciones que estos grupos generan en el extenso espectro de la vida y de las entidades no-vivas; el concepto apunta, más que nada, al hecho de que muchos de estos grupos no piensan ni actúan en términos de los proverbiales binarios modernos. Incluso el `binario moderno/indígena existe sobre todo para los modernos, en tanto los grupos indígenas están mejor equipados que los modernos para moverse a través de configuraciones socio-naturales, justamente porque piensan y actúan en términos profundamente relacionales y conectados (ESCOBAR, 2010, p. 8).

Em suma, no contexto do MOPEAR é possível perceber claramente a dificuldade por parte do ICMBio em reconhecer que a interpretação sobre o ambiente e a efetiva interação dos sujeitos com o território consiste em uma ontologia relacional, que abarca uma multiplicidade de formas de perceber, sentir, ser, estar e agir no mundo. Essa multiplicidade pode ser percebida na forma com que esses sujeitos pensam a economia, cultura, ecologia, epistemologia e a própria ontologia. Pode-se compreendê-la como uma ecologia política da diferença. Escobar (2010) argumenta que há uma ameaça histórica incutida na recorrente negação ao reconhecimento dessas ontologias relacionais. Para ele, não são apenas os “outros saberes”, considerados como conhecimentos subalternos que se encontram ameaçados, mas a própria possibilidade de existência de “outros mundos”.

Constatamos, no caso concreto do MOPEAR, a dificuldade no reconhecimento dessas multiplicidades por parte do ICMBio, algo extremamente delicado uma vez que, ao não conseguir interpretar e compreender essa relação diferenciada, o órgão elabora estratégias de ordenamento e gestão territorial completamente incompatíveis com a realidade social ali presente.

Aos olhos dos pescadores do MOPEAR o tempo de liberdade que estávamos descrevendo durou até o fim da década de 1960, quando outros agentes se inseriram no contexto local, alterando essa dinâmica e a relação de forças que estava posta.

### 1.1.2 Pescadores entre búfalos, palmitos e minérios: a r-existência à mercantilização do território tradicional

A transição entre os anos de 1970 e 1980, segundo os sujeitos, foi marcada pela imposição de um projeto de vida distinto sobre os seus territórios. Não quer dizer que a liberdade tenha acabado por completo, mas sim que, a partir de então, novas forças se impuseram ao cotidiano local, alterando a dinâmica de trabalho e de vida dos sujeitos. Diferente da década de 1960, não foi possível nem desejável para os sujeitos conviver com os antagonistas que, a partir do início dos anos de 1970, entraram em cena e se colocaram explicitamente como contrários ao projeto de vida dos pescadores. Para defender suas vidas e seu território era preciso combatê-los e, com isso, começaram a emergir novas formas de r-existência e de enfrentamento.

Um acontecimento marcante dessa década, assim, foi a instalação da Companhia Agropastoril Litorânea do Paraná em Guaraqueçaba<sup>26</sup>, mais precisamente nas ilhas das Peças e de Superagui, lembrada pelos pescadores de todas as comunidades articuladas no MOPEAR. A empresa começou a comprar terras por preços irrisórios na região desde 1954, mas sua atuação, de fato, ocorreu na década de 1970:

[Naquele tempo] já houve um avanço já que tava perdendo território: chegou a Agropastoril invadindo o território, tirando o território da própria comunidade. Foi fazendo plantio de várias coisas, de banana, sei lá do que. Colocaram búfalo pra dentro das terras. Então de 1970 pra cá já se houve um conflito entre esses órgãos pra frente das comunidades. Já veio órgão do governo que foi entrando e tomando o espaço das comunidade. A Agropastoril chegou aqui em várias comunidades, foi no Superagui, Bertioja, Tibicanga[...], chegou em Vila Fátima. (Gerson Castanho Malaquias, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barbado. Durante debates sobre a luta pelo território, 2016).

Apesar de alguns pescadores se referirem à Agropastoril enquanto um órgão do governo tratava-se de uma empresa que aproveitava dos incentivos governamentais para se instalar na região. Essa confusão se dá, sobretudo, pela falta de possibilidade em obter maiores informações sobre o caso, o que fez com que muitos acreditassem que tinham que aceitar os impactos que as atividades da empresa geravam na região.

Segundo Muniz (2008) a empresa utilizava a criação solta de búfalos nas ilhas de Superagui e Peças como forma de amedrontar os moradores, para que estes se sentissem coagidos a abandonar seu território. A proposta da empresa era a de adquirir uma grande

---

<sup>26</sup> Para além dos relatos dos próprios moradores, duas fontes de extrema importância sobre a história do conflito entre a comunidade da Barra do Arapira e a Companhia Agropastoril estão na dissertação de mestrado de Bazzo (2010) e na monografia de Muniz (2008).

quantidade de terras para que a área fosse utilizada posteriormente em um empreendimento imobiliário (BAZZO, 2010). Os pescadores artesanais relatam sobre esse período:

[A Agropastoril] Foi uma empresa que instalou-se na Ilha do Superagui a fim de criar búfalos e também desmatar, ao qual eles desmataram muitos hectares de mata, o qual foi um trabalho deplorar tanto pra mata quanto pra fauna brasileira. [...] O objetivo deles era, naturalmente, ficar com a ilha toda, porque segundo, alguns anos atrás eles compraram um pedacinho de terra aqui na Ilha de Superagui e disseram que a Ilha de Superagui era tudo deles. Então eles se instalaram primeiro na Bertioiga, depois vieram para a ilha do Superagui e várias comunidades (Rubens Jorge Muniz, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barra de Ararapira. Entrevista concedida durante o processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

Além da pressão que os animais soltos geravam, os funcionários da empresa também aplicavam outras estratégias a fim de se apropriar do território tradicionalmente ocupado por pescadores artesanais e caiçaras, conforme descreve o Sr. Rubens Jorge Muniz:

Quando chegaram na Barra de Ararapira eu era o único comerciante que tinha aqui na época, eles quiseram até **me comprar** mas não conseguiram e começaram a **fazer desmate** ali pela parte do rio do varadouro e desmataram muitos e muitos e muitos hectares de terra, **queimando** pra se instalarem ali e pra ali fazerem os grandes pastos como eles fizeram. Então eu tomei a iniciativa e eles quiseram até me comprar uma época dando mercadoria pra mim a troco de eu ceder, porque o comerciante num lugar principalmente naquela época tinha bastante influência. Então eles vieram pra mim, queriam **dar mercadoria** pra me manter no meu comercio e depois me oferecendo até pra **ser acionista da firma**. Eu não quis. O objetivo deles naturalmente era tocar todo mundo da ilha, coisas que hoje em dia está querendo fazer o meio ambiente (Rubens Jorge Muniz, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barra de Ararapira. Entrevista concedida aos pescadores do MOPEAR durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

Como a fala expressa, para além de búfalos, a empresa possuía outras táticas para expulsar os sujeitos de seu território: o desmate, o suborno, oferecendo empregos na empresa e as queimadas. Outros pescadores relatam, ainda, a ação violenta dos capangas da empresa. Com o fim de defender seu território, a comunidade da Barra do Ararapira passou a se articular e tentar elaborar estratégias para enfrentar as ações da empresa:

[...] eu tomei a iniciativa de fazer reuniões com o povo e a gente fez uma divisa, **uma picada de alguns hectares para demarcar a terra para a comunidade** e aí depois como eles não quiseram sair, eu fui obrigado a trazer o ITCF de Morretes, veio até junto o secretario de segurança de Curitiba com 30 polícia militares pra poder tirar esse povo que estavam aqui desmatando. Foi depedrável, porque quando eles foram embora, que a polícia tirou, os bichos ainda ficaram ainda em pasto cercado, depois o cercado foi apodrecendo e eles foram metendo a cabeça no mato e foram saindo à revelia. Sei lá, muita gente matou búfalos e até barcos de Santa Catarina chegou a matar em alto mar, porque eles não tinha mais nada o que comer e saíram a procura de alimentos (Rubens Jorge Muniz, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barra de Ararapira. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

A fala anterior explícita uma importante tática territorial do grupo de pescadores(as) e caiçaras das diversas comunidades que foram atingidas pelas atividades da Agropastoril: o

picadão. A invasão recorrente dos búfalos às áreas das comunidades, bem como a destruição que os animais causavam na floresta e nas roças, somada ao desmatamento causado pelos funcionários da empresa com o fim de preparar áreas para pastagem, levou os moradores a delimitarem seus territórios com trilhas em meio à mata fechada. A decisão partiu da própria prefeitura que, na época, orientou os moradores a delimitarem seu território para que a empresa controlasse e impedisse o avanço dos animais dentro das áreas das comunidades. A intenção era marcar a fronteira de até onde era tolerada a presença de búfalos e capangas e onde não se admitia a invasão e o desmatamento. Alguns trechos do picadão foram cercados e o intuito também era, com ou sem cerca, que a comunidade se apropriasse dos limites do território que dava conta de defender.



Figura 26 – Mapa de localização dos picadões de enfrentamento à empresa Agropastoril na década de 1980 – Guaraqueçaba/PR. Fonte: a autora (2017).

Neste mapa estão localizados os picadões das comunidades de Tibicanga, Barbado, Barra de Ararapira e Superagui. Os limites foram registrados por meio de fotointerpretação pelos pescadores, não havendo exatidão se comparado com os mapas oficiais das comunidades, uma vez que não foi possível realizar cópias físicas dos originais. Registramos apenas os

picadões relativos ao enfrentamento com a empresa Agropastoril. Os picadões das outras comunidades, não foram registrados neste mapa.

A área protegida através dos picadões, como ressaltado, tinha um fim específico: restringir o avanço dos búfalos e da empresa sobre o território tradicional, por isso, os limites correspondiam ao espaço de ocupação da comunidade e mais uma pequena porção da mata onde estavam localizadas algumas roças. Não se tratava, portanto, da totalidade da área de uso dessas comunidades, ou, como podemos chamar, do território tradicionalmente ocupado por ela. Ainda assim, naquele momento histórico, impor limites físico-territoriais consistia na maneira mais efetiva de proteger uma parcela do território e seus recursos. Os picadões decorrentes do enfrentamento à Agropastoril, para além da Barra do Ararapira, também foram realizados nas comunidades de Tibicanga, Vila de Superagui e Barbado. A prefeitura de Guaraqueçaba havia sido acionada por lideranças de diferentes comunidades para que os apoiassem nesse conflito - foi ela quem auxiliou as comunidades, autorizando a abertura dos picadões e documentando-os em mapas oficiais como o da Vila de Superagui, que segue:



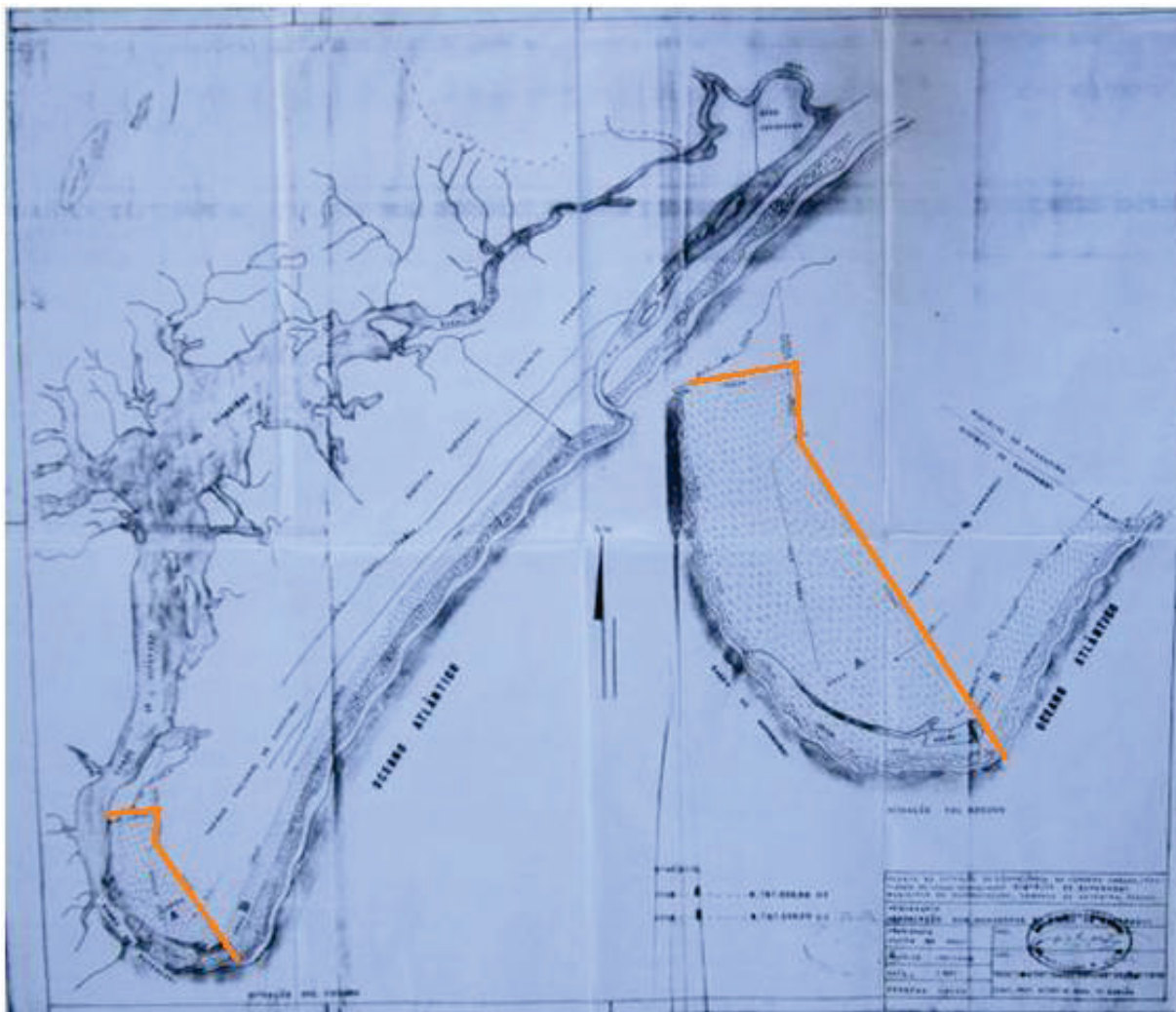


Figura 27 - Mapa do território da comunidade de Vila de Superagui. Década de 1980 [linha colorida feita pela autora]. Fonte: Acervo MOPEAR (s.d.).

Nesta figura acentuamos o limite do picadão para melhor entendimento do leitor. Pode-se ver que o mapa representa os limites de apenas uma comunidade (no caso, da Vila de Superagui), isso porque a luta contra a empresa fora empreendida individualmente – cada comunidade fez sua luta e traçou seu picadão. A ideia surgiu na tentativa de resolver o conflito com uma das comunidades e, posteriormente, a própria prefeitura orientou lideranças a reproduzir essa ação nas demais vilas. A imposição de uma delimitação ao território contribuiu para que moradores enfrentassem de forma mais efetiva os capangas da empresa que agiam de forma violenta na região. Até hoje reverberam nos relatos dos moradores os atos de bravura que foram necessários para expulsar a empresa.

As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela atuação não somente da Agropastoril, mas de diversas empresas<sup>27</sup> que geravam diferentes pressões na região. Foi nesse período que

<sup>27</sup> A partir dessa década, pode-se sentir nos países da América Latina, bem como em outras partes do mundo, uma tendência política e econômica que também passa a disputar o entendimento do que seja um projeto ideal para

registrou-se um aumento de grupos agropecuaristas, madeireiros, palmiteiros, especuladores imobiliários, empreendedores turísticos e pescueiros industriais (Von Behr, 1998) atraídos por subsídios dos Fundos de Investimentos Setoriais (FISSET), política de incentivo fiscal do governo federal voltado a atividades agroflorestais. Assim, empresas se apossaram de terras devolutas, compraram outras dos agricultores e constituíram grandes propriedades agrícolas que correspondiam a 80% das terras da região (MODEL e DENARDIN, 2014; TEIXEIRA, 2003). A construção de rodovias que facilitariam o escoamento das produções estimulou ainda mais a presença desses atores que se apropriaram de 80% do território do município, gerando um fluxo populacional marcado pela violência, e direcionando a população para terras menos férteis (TEIXEIRA, 2004). Os grupos de pescadores(as) artesanais e caiçaras a que esta tese se refere foram alguns dos grupos que resistiram em seus territórios frente às diversas pressões dessa época (DUARTE, 2013). Se a Companhia Agropastoril foi a mais marcante para comunidades como Tibicanga, Barra do Ararapira, Superagui, Bertioga e Barbado, as comunidades mais voltadas ao continente, como Sibui, Saco da Rita, Abacateiro e Varadouro, viveram situações semelhantes, mas com outras empresas – os moradores citam a PLANTEC Floresta e Reflorestamento Ltda, cujas atividades estavam relacionadas ao plantio e extrativismo de Palmito, CR Almeida e Mineropar<sup>28</sup>, ambas com o fim de estudo e/ou exploração de minérios na região.

A estratégia do picadão foi então apropriada por outras comunidades, com a finalidade da defesa do território em detrimento da atuação de outras empresas. Os(as) pescadores(as) e caiçaras relatam que a demarcação de um limite físico funcionava bem para conter invasões e retirada de recursos do território.

No caso de Sibui, o picadão também serviu para tentar conter a compra de terras por estrangeiros junto a grileiros. Sibuí foi a comunidade da baía de Pinheiros mais visada por esse público e, de fato, até o momento atual existem casas que pertencem a pessoas de fora, dentre eles argentinos, italianos, mas também brasileiros. Mais recentemente o grupo tem conseguido conter a venda de terras para pessoas de fora através de enfrentamentos junto a grileiros e em diálogo com os interessados na aquisição para tentar esclarecer que se trata de um território

---

tratar sobre as questões da natureza. Neste sentido, o Estado nacional vem tentando recuperar suas capacidades institucionais, agindo como um ator econômico mais ativo e até mesmo incorporando características da redistribuição. Para Svampa (2012, p. 187-188), esta retomada do Estado desde o neoliberalismo é essencial para se fazer “un análisis de los actuales conflictos socioambientales”, visto que esta depende de “un examen de las diferentes políticas públicas nacionales, y por ende, de las estrategias de desarrollo en curso, a la luz de dichas transformaciones”.

<sup>28</sup> As comunidades elencadas foram as que levantaram tais empresas como de maior impacto, no entanto, existem relatos de que estas empresas também expandiram suas atividades as outras comunidades de Guaraqueçaba. No caso da Mineropar, tratava-se de um órgão governamental para o estudo de questões geológicas.

tradicional. Nas décadas de 1970 e 1980 a ameaça da grilagem chegava cada vez mais perto do território coletivo do grupo, mas, a abertura dos picadões, associada às ações que objetivavam a proteção desses limites, fez se instalar um espírito de r-existência, fortalecido com o sucesso da empreitada.

A lógica do uso comum da terra, da água e dos recursos naturais neles existentes sempre foi algo essencial na vida do grupo e, portanto, o ato de vender uma parte do território à alguém que não compreendesse os costumes e lógicas de funcionamento da comunidade sempre foi estranha e mal vista entre eles. Os picadões cercavam aquilo que os sujeitos consideram como um espaço imprescindível usado com maior frequência e que precisava ser protegido. As porções do território que eram acessadas mais esporadicamente, como áreas para extração de uma madeira para fazer canoa, para reformar ou construir uma casa, por exemplo, ficaram para fora dessa fronteira: a lógica do picadão nunca foi de conceder as áreas para além de seus limites aos exploradores, mas sim garantir um mínimo que a comunidade dava conta de proteger e “blindá-lo” da ação desses agentes externos.

Cada comunidade constituiu sua própria estratégia para definir os limites do picadão. Para algumas a linha delimitadora passava um pouco depois das áreas de roça, nos fundos das áreas de ocupação; em outras, a linha acompanhava uma referência já existente, como o cano d’água; em um dos casos o limite é determinado por antigas rotas de caça e extração de outros recursos florestais, ou então se refere a um caminho que leva a antigas áreas de moradia e que atualmente são utilizadas apenas para plantações. Existem comunidades em que o picadão delimita uma área terrestre contínua, enquanto, em outros casos, são linhas que vão desde o limite da terra com o mar até o início de algum morro, visando conter a ação de grileiros e extratores de recursos naturais nas extremidades laterais das comunidades. Os picadões foram realizados em regime de mutirão, assim como sua manutenção, sendo que esses limites permanecem vivos na memória dos moradores. Há casos de picadões que sumiram devido à falta de manutenção, justificada, sobretudo, pelo receio dos moradores em reabrir trilhas devido à fiscalização ambiental desde a criação do PNS, no entanto, em pelo menos 3 comunidades eles continuam ativos.

No caso da Agropastoril e as demais empresas atuantes na região, devido à pressão promovida pelos moradores, os funcionários das empresas passaram a negar a continuidade dos seus trabalhos, já que se sentiam acuados pelas intervenções dos moradores que desafiaram até mesmo os capatazes em meio à floresta. Ainda que os limites do picadão não englobassem toda a área de uso das comunidades, essa delimitação foi uma iniciativa importante: a ação coletiva dos moradores demonstrava o valor político territorial de seu papel enquanto protetores daquele





território e seus recursos. A problemática é expressa na tela da pescadora Andréia Chagas das Dores ao representar as poucas práticas tradicionais que restaram após a instauração do PNS. Em uma conversa durante o processo de autodemarcação do território tradicional um pescador pede a opinião de outro sobre uma situação que ele descreve como os “ambientalistas” (denominação se refere ao órgão gestor e agentes de ONGs) tomando para si o mérito de serem os principais responsáveis pela saída da Agropastoril:

Eu acho depedível, infelizmente tenho que falar essa palavra para o pessoal que diz que é meio ambientalista e ecologista e vice e versa, naturalmente de ecologia eles não entendem nada. Aquilo que naturalmente nós fizemos, que eu fiz, na época, tomando a iniciativa de lutar e brigar contra a essa Companhia a favor da fauna e da flora como eu já falei, hoje eles querem se apropriar e se aproveitar daquilo que a gente fez para dizer que é deles enquanto eles não fazem nada nem pela mata e nem pela fauna muito menos pela comunidade que aqui existe a mais de 400 anos. (Rubens Jorge Muniz, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barra de Ararapira. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

O contexto da conversa de onde foi retirado o trecho citado era de que após tanta luta para enfrentar e conter as ameaças ao território, o fato foi utilizado pelos ambientalistas locais como uma das justificativas que fortaleciam a criação de um Parque Nacional. O argumento era que a área precisava de alguma forma efetiva de proteção, algo que as comunidades concordavam, no entanto, a forma como se concretizou essa criação foi excluindo os principais interessados na discussão de qual seria a melhor forma para que isso ocorresse. Sem a participação da comunidade, a criação de UCs que consideram os pescadores e caiçaras como ameaça ao meio ambiente a ser protegido passava a ser tão mal quista e intimidante quanto a própria ação das empresas.

A primeira UC criada na região foi a Estação Ecológica de Guaraqueçaba, em 31 de maio de 1982, pelo Decreto nº 87.222 (BRASIL, 1982), que teve seus limites aumentados posteriormente pelo Decreto nº 93053, de 31 de julho de 1986 (BRASIL, 1986). Apesar de não se sobrepor a nenhuma área de moradia das comunidades tradicionais, essa UC está localizada em uma importante área de manguezais onde ocorrem diversas práticas tradicionais relacionadas, sobretudo, ao caranguejo. Em 31 de janeiro de 1985, a partir do Decreto nº 90.833, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (BRASIL, 1985), englobando quase a totalidade do município. Após ser transformada artificialmente em uma ilha, em consequência da abertura do canal do Varadouro, no ano de 1955, Superagui foi inscrita como Patrimônio Natural e Histórico do Paraná pela Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, já no início da década de 1970. Seu reconhecimento, no entanto, ocorre apenas em 1985, momento em que foi tombada como patrimônio natural e histórico no livro do



tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, o que incidiu em uma série de restrições no uso desse território (DUARTE, 2013).

Anos depois, em 1989, registra-se um dos acontecimentos mais relevantes para a vida de pescadores(as) artesanais e caiçaras da região: a criação da UC que mais viria a interferir na vida das comunidades, o Parque Nacional do Superagui, que foi então ampliado em 1997, desconsiderando o território das comunidades, já reconhecido pela prefeitura a partir dos mapas elaborados em razão dos picadões. Importa lembrar a continuidade das ações de cunho ambientalista que iniciaram em 1980, como com o tombamento da área enquanto Reserva da Biosfera no ano de 1991 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e, mais tarde, em 1999, enquanto Sítio do Patrimônio Natural, também pela UNESCO<sup>29</sup>. Von Behr (1998) nomeia esse período entre 1980 e 1990 como os “anos verdes” de Guaraqueçaba.

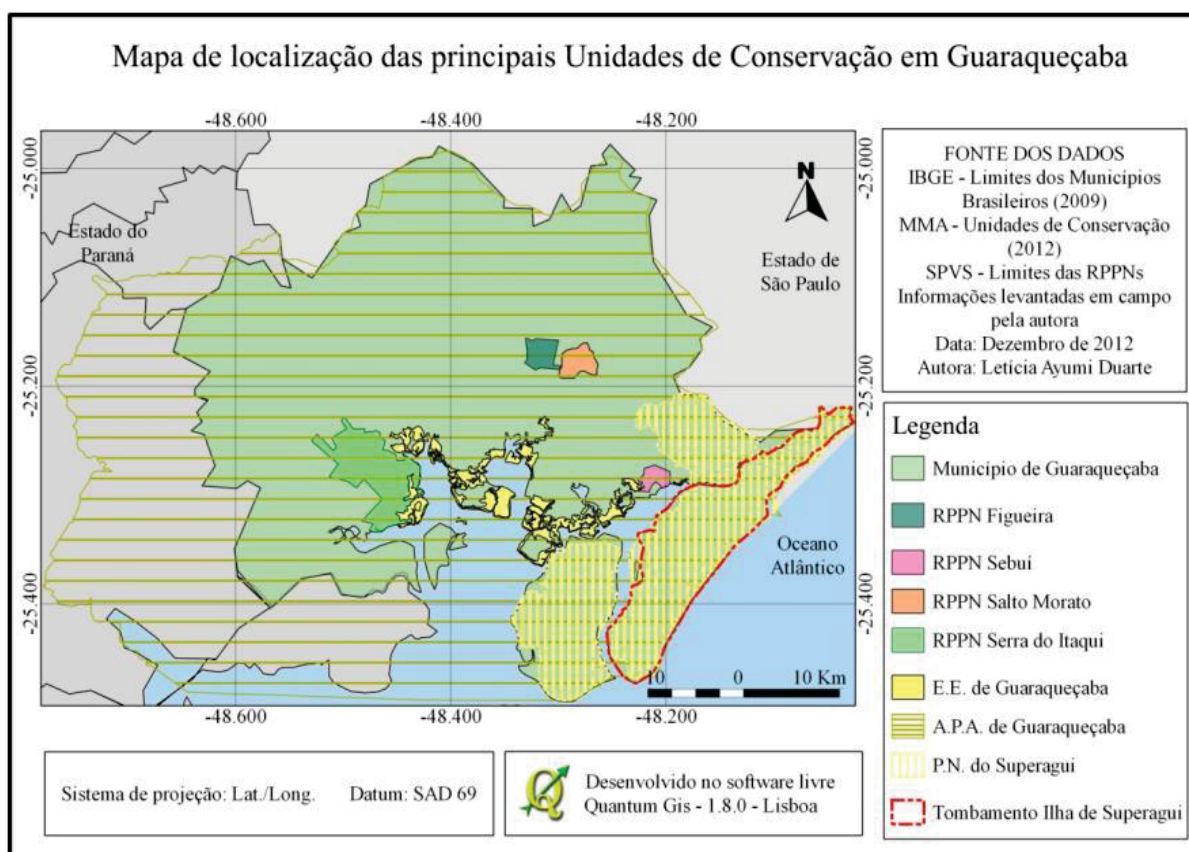


Figura 29 – Mapa de localização das principais Unidades de Conservação em Guaraqueçaba. Fonte: a autora (2012).

<sup>29</sup> Dados do sítio oficial da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>>.

O mapa ilustra a grande ênfase dada à proteção da natureza no município de Guaraqueçaba. Como já ressaltado, nada menos que 98,76% do território do município é classificado com algum tipo de Unidade de Conservação da natureza ou outro tipo de proteção (DENARDIN et al., 2009), fato que se torna ainda mais impactante quando expressado em imagem, como podemos notar no mapa. Importa lembrar que ainda em 2012 outra UC fora criada neste território, embora não apareça neste mapa: trata-se da Reserva Biológica Bom Jesus, administrada também pelo ICMBio e abarcando áreas dos municípios de Guaraqueçaba, Antonina e Paranaguá.

A ameaça do desmatamento gerado pelas empresas que se instalaram no período anterior foi um dos fatores que estimulou o movimento ambientalista da região e que contribuiu para a instauração do modelo de proteção dessas áreas (BAZZO, 2010). Os protagonistas da defesa do território e da conservação da natureza, conforme a fala do Sr. Rubens Jorge Muniz transcrita anteriormente, foram os que acabaram ficando com o ônus da preservação ambiental: isso não quer dizer que os moradores são contra a proteção da natureza, isto é bem explicitado pelas ações do grupo que objetivava assegurar a floresta em pé, mas que o que se instala a partir de então é o modelo de preservação que não contempla a presença humana nem mesmo daqueles que foram e continuam sendo os reais responsáveis para que essa região seja tão valorizada em termos de biodiversidade ou, mais precisamente, sociobiodiversidade.

Neste sentido, o imperativo da década de 1980 foi a inserção de uma nova lógica territorial, baseada na proibição generalizada do uso dos recursos naturais e, por consequência, a criminalização dos modos de vida das comunidades tradicionais da região. Esse processo de criação de UCs se deu sem consulta popular e ou aviso prévio<sup>30</sup> - assim, tal qual as empresas, o ambientalismo dessa década baseou-se no ímpeto heterônomo de controlar o território tradicional das comunidades. Os atores e o contexto mudam, mas a disputa territorial permanece, apenas se atualizando. Alguns pescadores relatam sobre o processo de criação do Parque Nacional do Superagui:

---

<sup>30</sup> Na década de 1980 ainda não havia sido instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, documento no qual passou a ser exigido um processo de consulta popular para a criação das UCs. Esse é um dos argumentos utilizados pelo próprio órgão para justificar a forma como se deu a criação e implementação dessas áreas, como se pode ver em entrevista concedida por uma das gestoras (Duarte, 2013). Atualmente, no entanto, mesmo com a obrigatoriedade da consulta popular, UCs restritivas como Parques Nacionais continuam sendo criadas pelo ICMBio sem a realização dessa consulta, como foi o caso do Parque Nacional Marinho de Currais, no litoral do Paraná, em áreas historicamente utilizadas por comunidades tradicionais. A falta de consulta pública acabou se tornando tema de debate e algumas informações podem ser encontradas em notícias como as disponíveis em: <<https://uc.socioambiental.org/noticia/comunidade-busca-participacao-no-parque-nacional-das-ilhas-dos-currais>>; <<http://www.marbrasil.org/?p=735>>.

Quando foi fundado o Parque aqui eles não consultaram o povo né, pra pedir a opinião do povo de como ia ser. Eles fundaram por eles mesmo. Quando a gente soube já estava fundado o Parque. Então nesse ponto certas coisas prejudica pro nosso lado, né, a gente fica até com medo. Eles fazem o que bem querem e a gente fica por fora de algumas coisas (Santiro Matildo Pires, pescador artesanal/caiçara da comunidade da Barra do Ararapira. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

A falta de um procedimento apropriado de consulta é uma das reclamações mais frequentes entre os moradores quando questionados sobre a criação do Parque. Este argumento, no entanto, não surge na década de 1980, uma vez que antes da atuação do MOPEAR esses sujeitos sequer sabiam que a consulta prévia é um direito assegurado em lei. É perceptível a inserção desse argumento no discurso das comunidades tradicionais da região e, inclusive, a referência que as mesmas fazem ao Movimento dos pescadores enquanto os reais responsáveis pela apropriação do conhecimento sobre quais são os direitos desses grupos. Ainda sobre a criação do Parque outros pescadores artesanais/caiçaras complementam:

Pedro - **Eles pegaram esse Parque pelo iludimento do povo, né?** Vinham, iludiam o povo, o pessoal davam entrevista, o pessoal iam falando pensando que era coisa boa. Eles chegaram e fizeram como se a terra era dele, mas a terra é nossa né. Nascemo aqui, nossos pais moraram aqui, vivemo toda a vida aqui, vieram enganando o povo aqui. Ai chegaram e pegaram tudo as terra nossa, né [...].

Edson - **Se fosse eles que tivesse cuidando não tinha mais nada aqui.**

Edileuza - **Nós ainda cuidam né, cuidam do mato, cuidam do mar** (Conversa entre Pedro Gonçalves, Edileuza de Fátima Gonçalves e Edson Cunha Pereira, pescadores artesanais/ caiçaras da comunidade de Canudal. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014. Grifo nosso).

Aqui importa notar que o protagonismo dos moradores na função de proteger os recursos naturais e o território é recorrente na fala dos sujeitos. A ilusão, que o Sr. Pedro Gonçalves faz referência, está relacionada, também, a um tema que, juntamente ao debate sobre a autonomia, constitui-se como categoria central para pensarmos a ideia da gestão dos comuns que vem sendo elaborada pelo MOPEAR: a participação popular. Entendemos que a sensação de serem iludidos pode ser consequência da aplicação compulsória de um projeto que não é deles, mas do ICMBio, ou dos órgão ambientais como um todo, e no qual operam mecanismos que criam a impressão de que esse é um projeto bom para os pescadores, onde a comunidade poderia opinar e decidir sobre suas vidas. O que está em jogo, no entanto, é que tal projeto ambientalista, de fato, não é dos pescadores, e, ainda, não permite a eles que sua opinião seja validada nos processos de decisão ou de gestão territorial como um todo: a participação desses sujeitos se dá, via de regra, apenas para o cumprimento de formalidades legais, visando imbuir de legitimidade as decisões que são tomadas pelo Estado a favor, tão somente, dos objetivos de conservação da UC. Deve-se ter em mente que tais decisões são apartadas dos sujeitos e que,

historicamente, tenderam mais a prejudicar do que beneficiar as comunidades que tiveram seus territórios transformados em Unidades de Conservação.

Antes de chegar o Parque a gente podia trabalhar no mato, na pesca, tudo liberado, depois que chegou o Parque já ficou mais apertado as coisa, não era como antes. [...] Podia passar a rede pegar peixe pra comer ai né, mas agora não pode, agora é se eles passar e se passar uma rede ali que eles guardam a rede e eles já levam. Já piorou né. Depois do parque fico pior pra nós (Antonio Dias, pescador artesanal/caiçara da comunidade Saco da Rita. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

A criação das áreas protegidas em Guaraqueçaba, mais precisamente do Parque Nacional, gerou uma ruptura significativa nas práticas tradicionais de pescadores(as) artesanais e caiçaras. A fala do Sr. Antonio Dias registra essa mudança onde tanto práticas voltadas à terra quando ao mar foram proibidas ou acabaram se alterando. Apenas a lei, no entanto, não teria o poder disciplinador capaz de abalar todo um conjunto complexo que compõe a reprodução social desse grupo. Foi através da fiscalização violenta e da punição aos “infratores” que se construiu a obediência às leis ambientais em Guaraqueçaba – mas, claro, não sem r-existência. É sobre isto que falaremos no próximo item.

#### 1.1.4 Os efeitos de uma força verde: “não dá pra nós fazer mais nada”

As décadas de 1990 e de 2000 são lembradas pelos pescadores como um período conturbado na trajetória das comunidades. Se as décadas anteriores foram de implantação de um projeto ambientalista heterônomo, agora os pescadores viviam as ações de fiscalização que visavam efetivar esse projeto no cotidiano local. A conversa entre pescadores citada a seguir visa ilustrar essa ideia:

Fábio - Por que hoje mais ninguém pode fazer roça?

Leandro - Porque existe proibição do meio ambiente que não deixou o povo trabalharem mais e ameaçando até de multarem as pessoas daí as pessoas param de plantarem por esse motivo ai.

Fábio - Se a comunidade fossem donas de suas terras de novo, algumas pessoas plantariam roça de novo?

Leandro - Com certeza, com certeza ainda algum ainda plantariam. Eu seria um deles que poderiam plantar alguma coisa, mais não plantam por medo, por cisma, ai é esse o motivo que a gente parou.

Fábio - As pessoas da comunidade utilizam a mata para mais algum fim?

Leandro - Utilizam sim para muitos fins, negócio de remos, tirar madeira pra casa e talvez até canoa, poderia alguns interessar fazer, mas ninguém faz isso por causa da proibição, né (Leandro da Conceição Muniz, pescador artesanal/caiçara da comunidade de Barra do Ararapira. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

Essas falas demonstram uma das formas de disciplinamento do uso do território: a aplicação de multas. Os valores cobrados sempre foram incondizentes com a realidade socioeconômica dos moradores das ilhas da região. Os sujeitos multados, via de regra, estavam plantando uma roça para subsistência, tirando madeira para lenha, para arrumar a casa, o barco ou construir algum instrumentos de trabalho, pescando em local ou com técnicas ditas proibidas. Um exemplo é o caso de um pescador artesanal da Vila de Superagui, multado pelo ICMBio por fazer roça. A multa originalmente era de R\$ 14.000,00 fundamentado legalmente no Artigo 49 do Decreto nº 6514 de 22 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), que, acrescida de diversas taxas passou a ser de R\$ 19.523,28 (JUSTIÇA FEDERAL - Processo Administrativo nº 02057.000111/2009-32).

Em suma, diversas práticas tradicionais passaram a ser criminalizadas pelos órgãos ambientais, como demonstra a conversa entre dois pescadores artesanais que segue:

Sebastião – [...] Hoje em dia não podemos fazer mais nada porque o Ibama proibiu tudo né. [...] depois que o parque chegou proibiu. Hoje em dia a gente não pode fazer mais nada, nem plantar pra sobreviver a gente não pode mais. [...] nem pescar. Se hoje em dia nós já somos pescador né, moramos aqui fora já, somos pescador e era assim que nós sobrevivíamos né? De pesca e de lavoura só que hoje em dia não dá pra nós fazer mais nada, nem ter uma rede pra você pescar com ele não dá porque eles chegam e pegam de você. [...] principalmente a canoa né, que não dá nem pra gente fazer uma canoa pra gente pescar mais com ele. [...] que nós fazíamos antes. E hoje em dia pra você fazer uma canoa você faz e já faz tudo com medo, porque não tem como fazer mais né. Até um remo eles prendem pro fazer pra pescar com ele.

João - e se o senhor voltasse a ter esse território no caso demarcado pras comunidades, o senhor gostaria de voltar a plantar roça de volta?

Sebastião - ah, com certeza a gente plantava de volta, aí sobrevivíamos muito melhor do que hoje, porque hoje em dia não dá pra sobreviver mais de nada a gente que é pobre né? Então a gente queria liberdade de novo né. (Sebastião dos Anjos Pereira, pescador artesanal/caiçara da comunidade Saco da Rita. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

A fala do senhor Sebastião auxilia a identificar a variedade de usos dos recursos e do território que foram prejudicados com o advento do PNS. Além disto, a UC trouxe a questão do medo que as comunidades passaram a sentir ao tentar viver plenamente de acordo com sua tradição. A arpilheira que segue visa explicitar a importância de uma das principais práticas tradicionais que foram criminalizadas:



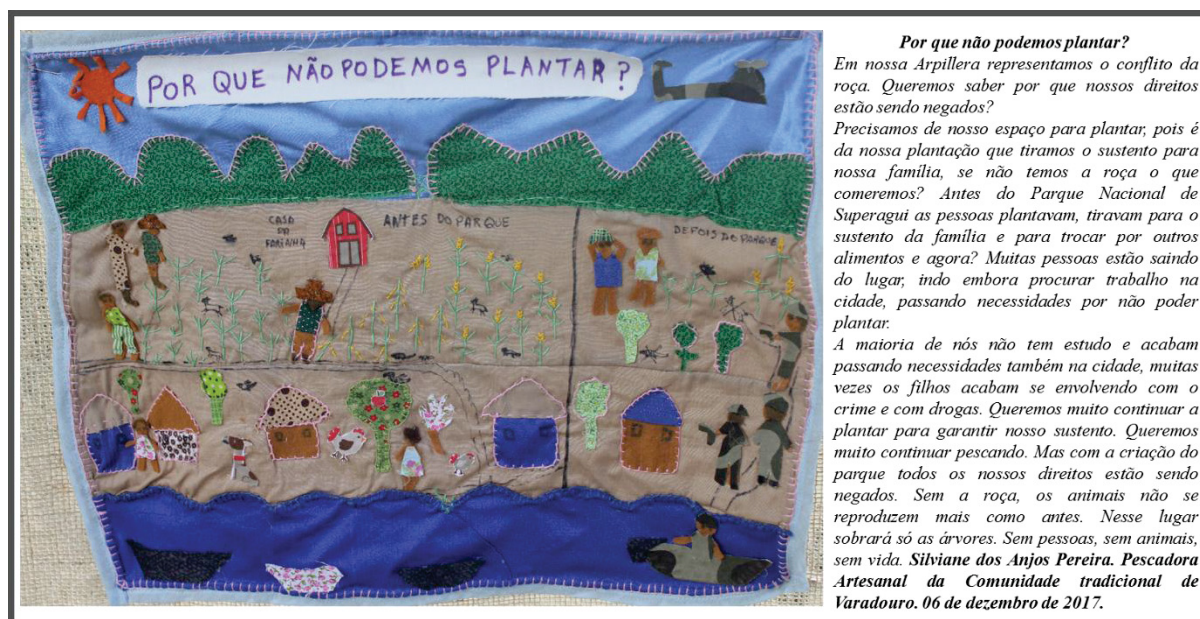


Figura 30 - “Por que não podemos plantar?”, tela de bordado em arpillera da pescadora Silviane dos Anjos Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).

À medida que práticas tradicionais como as roças foram sendo criminalizadas, os moradores foram reduzindo seus cultivos devido aos altos valores de multas e a repressão policial que, repetidas vezes, usou de violência para destruir roçados e instrumentos de trabalho, bem como para prender os moradores. Os animais diminuíram significativamente, evidência fácil de ser percebida pelos pescadores, já que seu território se conforma em uma ilha da qual conhecem cada detalhe e transitam constantemente.

Outro fator importante atrelado à criminalização das roças foi o efeito na divisão do trabalho entre homens e mulheres e na saúde das pescadoras. Se antes diversas atividades relacionadas ao universo da roça pertenciam às mulheres, com as proibições ambientais notou-se o rompimento de diversas funções e o desencadeamento de doenças como a depressão. Grande parte das mulheres voltaram suas atividades apenas ao cuidado dos filhos e da casa, perdendo os diversos laços de sociabilidade que eram propiciados pelo trabalho na roça.

Outro depoimento que elucida a forma com que se dá a fiscalização ambiental a partir dessa época é a do Sr Antônio Custódio, que segue:

Eu prantava. Eu era pescador e prantava. Quando a maré dava pra nós pescar, nós pescava. Quando a maré ficava ruim pra nós pescar, a gente ia pra roça. Então eu tinha dois modo de sobreviver e isso pra mim, era muito importante pra mim. Porque eu tinha, eu tirava da própria terra o alimento pra mim comer e dar pros meus filhos. [...] Hoje em dia, depois do Parque, há 24 ano atrás, nada disso pude fazer mais [...] só pude pescar e agora nem pescar num tô podendo mais porque se eu largo uma rede ali vem a Força Verde e me leva minha rede. Carrega. **Ele num chega e num explica pra mim: essa rede é seu? Não, ele chega e roba.** Ele chega, pega e leva (Antônio Custódio, pescador artesanal/caiçara da comunidade de Barbado. Depoimento dia 06/12/2013 durante evento do MOPEAR).

A complementariedade das práticas tradicionais de terra e mar voltadas à subsistência aparece novamente neste depoimento. Chamamos a atenção para a forma como o pescador qualifica a ação da fiscalização: para ele, trata-se de um roubo. Esse argumento é recorrente entre os pescadores da região, que reclamam sobre a ação violenta da polícia ambiental, conhecida como Força Verde.

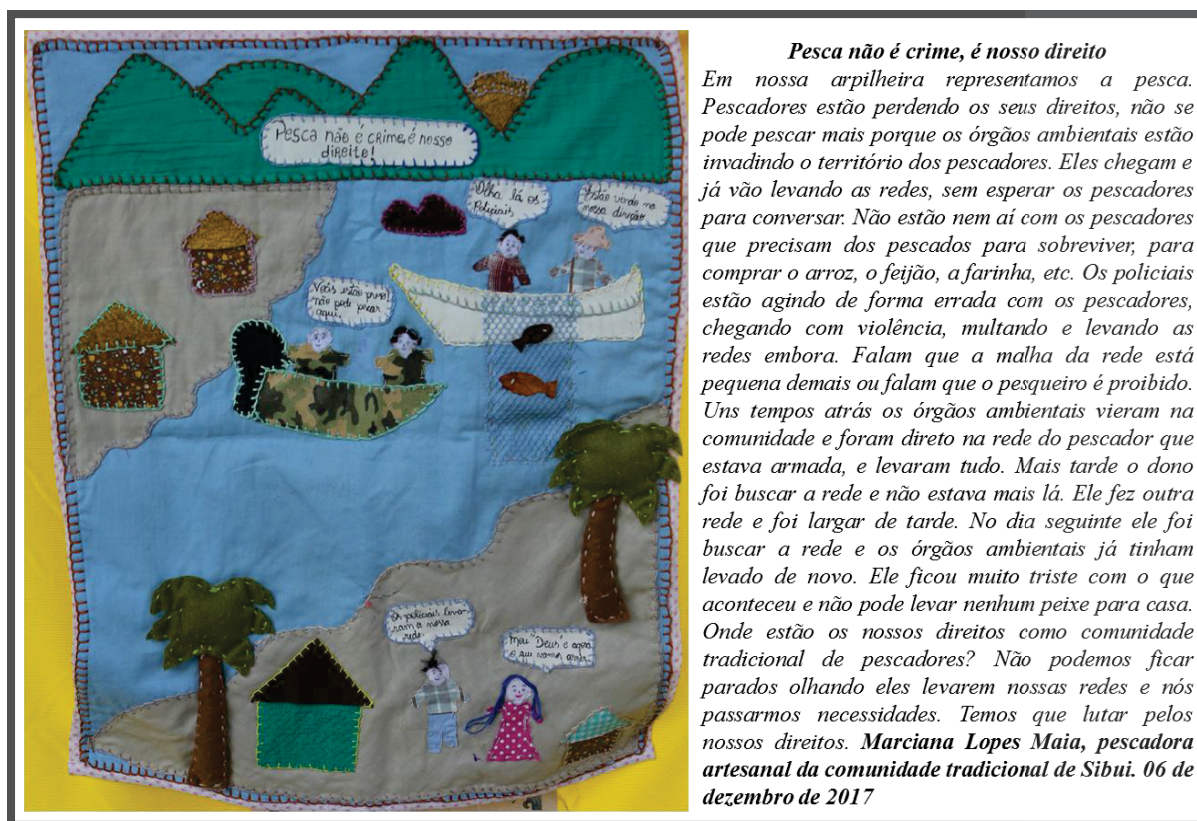


Figura 31 - “Pesca não é crime, é nosso direito”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Marciana Lopes Maia. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).

Também podemos notar a narrativa da pescadora artesanal Marciana Lopes Maia, que detalha uma das formas de atuação de agentes ambientais na fiscalização da pesca, indo ao encontro do exposto anteriormente por Antônio Custódio.

Além das multas e da apreensão dos apetrechos de pesca, as reclamações mais recorrentes são de abuso de autoridade e a postura violenta de alguns policiais que, comumente, agredem verbalmente os sujeitos, chegando, também a recorrer às agressões físicas. A humilhação pessoal é diversas vezes manifestada em frente à própria família e comunidade, e está entre as formas de violência que os pescadores julgam ter maior efeito entre eles. Há uma imensa insatisfação coletiva, que se expressa no fato de se sentirem insultados por serem presos e multados pelos órgãos fiscalizadores do Estado por manterem seu modo de vida para sustentar suas famílias. Essa forma de atuação é questionada por um pescador na fala a seguir:

[...] isso, da violência, da apreensão, da repressão, né. Vivemos oprimidos aqui por causa das leis ambientais, eles não focam assim na igualdade não. Eles só querem preservar, mas preservar com o pescador não. Eles só querem preservar só o lado ambiental, **só o ambiental, num olham o lado do pescador**, o lado do ser humano que tira o sustento mesmo dessa região, precisa do mangue, precisa do mar, precisa de tudo que tá aqui ao redor. E sempre viveu aqui, sempre morou aqui, **sempre cuidou, nunca destruiu. Esperamos que mude essa situação** (Elisio de Oliveira, pescador artesanal/caiçara da comunidade de Tibicanga. Entrevista concedida aos pescadores do MOPEAR durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

Destacamos essa narrativa por considerar que ela problematiza a repressão gerada pelo projeto preservacionista: nota-se que há um questionamento sobre o modelo de preservação da natureza que não contempla a presença humana. Neste sentido, a fala registra as contribuições da população tradicional na proteção da biodiversidade, enfatizando o desejo de mudar essa realidade.

Foi nesse período, também, que diversas ONGs ambientalistas começaram a atuar na região, fortalecendo o discurso de que as comunidades desempenhavam um papel degradador à natureza<sup>31</sup>.

Há um discurso comum no cotidiano de Guaraqueçaba, que afirma que o poder público esqueceu ou ignorou, historicamente, esse lugar e seus moradores. Faltam: energia elétrica, água tratada, coleta de lixo, professores e escolas, um projeto político pedagógico apropriado para a realidade local, atendimento médico nas ilhas, posto de saúde – enfim, as carências de serviços e infraestruturas públicas são muitas. Contudo, a presença forte do poder público, em Guaraqueçaba, se deu com a criação das Unidades de Conservação e, desde a década de 1990 até hoje, através do poder fiscalizador dos órgãos ambientais.

---

<sup>31</sup> No Brasil, como um reflexo dessa geração, encontramos facilmente o discurso ambientalista que elabora uma imagem das comunidades tradicionais enquanto degradadoras, ou que deslegitimam suas práticas tradicionais, seus saberes e seu papel na conservação dos recursos naturais. A título de exemplo dessa repercussão tome-se o pesquisador Fábio Olmos, cujas ações se tornaram referência no Brasil para aqueles que defendem uma postura preservacionista e, para tanto, seus argumentos, via de regra, depreciam as comunidades tradicionais, bem como questionam os seus direitos. Interpretamo-lo como referência, pois possui um grande volume de produções acadêmicas, é citado por uma série de outros pesquisadores que seguem ou questionam sua linha preservacionista, participou de publicações de diversos órgãos e instituições ambientais e, inclusive, acompanhou, como convidado do ICMBio, a audiência de conciliação da ACP entre o órgão e os pescadores atingidos pelo PNS, demonstrando, de antemão, o posicionamento do ICMBio, uma vez que os poucos convidados para este momento cumpriam um papel de apoio técnico às partes. Em um de seus textos o pesquisador desqualifica esses sujeitos de direito e os responsabiliza pela existência do vírus HIV no planeta Terra (OLMOS, 2009). Em outro texto, ele analisa a questão da presença humana de comunidades tradicionais em UCs afirmando que “Estamos vendo a rápida involução do conceito de áreas protegidas, que deveriam ser conservadas em perpetuidade para usufruto de toda a sociedade, que agora vivem um processo de privatização para indivíduos, grupelhos e grupos que visam mamar nas tetas da república dos companheiros. Não restrito aos neoquilombos, este processo também é visível na invasão de áreas protegidas por neo-índios ou índios alienígenas deliberadamente plantados” (OLMOS, 2007, p. 5). No mesmo texto, ao contestar a legitimidade dos quilombolas ele culpabiliza os cientistas sociais: “Se não fosse uma questão séria, este tipo de coisa seria apenas mais uma das piadas sem graça que as “ciências” humanas no Brasil atraem sobre si mesmas por deixarem de fazer ciência para se dedicarem à militância política vendada pela ideologia. E mais um prego no caixão da credibilidade dos profissionais da área” (OLMOS, 2007, p. 3).





Figura 32 - “Pesca da Manjuba”, tela de bordado em arpilheira da pescadora Adriana dos Santos Nascimento. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).

A arpilheira da pescadora Adriana dos Santos Nascimento registra seu olhar sobre a forma de fiscalização da Força Verde. Como podemos notar na parte inferior da tela, têm-se os barcos e agentes de fiscalização, ambos armados, um deles já carregando uma rede apreendida e o outro no momento da abordagem, onde os agentes dão voz de prisão aos pescadores. Ao fundo, as famílias se questionam sobre suas redes e com suas trouxas de roupa nas mãos decidem, diante da repressão, ir tentar a vida na cidade.

A recorrente postura de prender pescadores em flagrante quando usavam “técnicas proibidas” ou que são interpretadas como proibidas<sup>32</sup>, fez com que o Ministério Público Federal (MPF) emitisse, no dia 18 de junho de 2009, a recomendação nº03/2009 (BRASIL. MPF, 2009), aos diversos órgãos responsáveis pela proteção ao meio ambiente no litoral do Paraná<sup>33</sup>, na qual se recomenda que:

EM ATUAÇÃO FISCALIZATÓRIA NO LITORAL PARANAENSE, DIANTE DE PRÁTICAS LESIVAS A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO

<sup>32</sup> Ocorre que por diversas vezes os pescadores foram prejudicados por estarem praticando tipos de pesca que sequer são citadas nas leis ou outras normativas oficiais. Não há, por exemplo, nenhuma lei que proíba clara e nomeadamente algumas técnicas, como o cerco fixo. Os fiscais ambientais julgam que todas as técnicas de pesca que não são citadas como permitidas nessas normas estão automaticamente proibidas e os pescadores que as desempenham devem ser punidos. A questão tem sido objeto de discussão no âmbito da Defensoria Pública do Estado em Paranaguá.

<sup>33</sup> Nomeadamente, trata-se da Polícia Militar Ambiental do Paraná (Força Verde), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (ou equivalente), Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e Guardas Municipais.

(COMPETÊNCIA FEDERAL), EM APARENTE PRÁTICA DE INFRAÇÃO CAPITULADA NO ARTIGO 34 DA LEI 9605/98, ABSTENHAM-SE DE DAR VOZ DE PRISÃO, CONSEQUENTEMENTE ABSTENHAM-SE DE ENCAMINHAR PARA AUTUAÇÃO EM FLAGRANTE DELITO (PARA A AUTORIDADE POLICIAL FEDERAL QUE SE ABSTENHA DE AUTUAR EM FLAGRANTE DELITO) TODOS OS PESCADORES FLAGRADOS EM PESCA ARTESANAL LIMITANDO-SE A ELABORAR RELATÓRIO PORMENORIZADO DA SITUAÇÃO, ENCAMINHANDO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL EM PARANAGUÁ (BRASIL. MPF, 2009, p. 4).

A partir de 2009, o Ministério Público recomendou que os pescadores artesanais não fossem presos como se costumava fazer, mas essa prática continuou acontecendo. Entendeu-se, nesse momento, que era necessário diferenciar a ação dos pescadores artesanais daquela feita pelos pescadores industriais, considerando, então, que o pescador artesanal era aquele que cumulativamente apresentasse as seguintes condições:

- Utilização de canoas a remo, ou embarcações motorizadas de comprimento até 12 (doze) metros e motor de até 36 (trinta e seis) HP;
- Tripulação de 01 (um) a 03 (três) pescadores;
- Equipamentos de pesca de baixo poder extrativo, como tarrafa, rede de caceio, espinhel, linha de mão, gerivel;
- Inexistência de equipamentos robustos e mecanizados, como guinchos, sondas, GPS;
- Arqueação bruta da embarcação inferior a 10 (dez) toneladas;
- Porão com capacidade de carga inferior a 10 (dez) toneladas; (BRASIL. MPF, 2009, p. 4 - 5).

Ainda que a recomendação do MP em 2009 tenha tido efeito sobre a prisão de pescadores, que de fato diminuiu em relação ao período anterior, a violência se transformou, e, assim, casos de uso excessivo de violência e abuso de autoridade continuaram a ser relatados pelos pescadores.

A reação dos pescadores artesanais frente às ações da Força Verde e demais órgãos ambientais costumava ser um misto de indignação, que era interiorizada, somada a uma aparente aceitação. Aparente, pois embora eles soubessem que a postura desses órgãos estava, em alguma medida, extrapolando o bom senso ao usar da violência física e psicológica, os pescadores e caiçaras não encontravam estratégias para reagir a isso. Entre os anos de 2007 e 2008, no entanto, diversos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras começaram a se mobilizar em torno da luta por direitos: surge então o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná. É este processo de organização social autônoma que abordaremos no próximo subitem.



### 1.1.5 “Chegou a hora de defender nosso pedaço de chão”: a r-existência coletiva do MOPEAR

“O homem coletivo sente a necessidade de lutar”  
(Monólogo Ao Pé Do Ouvido - Nação Zumbi)

O surgimento do MOPEAR, como todo movimento social, não se deu de maneira natural ou espontânea: foi produzido social e historicamente, a partir de relações socioespaciais conflituosas dadas pela defesa de projetos de vida antagônicos, postos pelos sujeitos do lugar e pelos agentes externos. Uma das lideranças do Movimento relata, a partir de seu olhar, sobre a criação desse Movimento:

O MOPEAR é um Movimento que surgiu em 2008 de uma conversa [entre membros da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais] com o pescador Arlindo Alves, também integrante do MOPEAR e ainda é morador de Superagui. Depois dessa conversa Arlindo contou a situação dos pescadores que tava muita repressão da Força Verde, IAP, barco industrial, Parque Nacional. Ai então eles convidaram os pescadores pra fazer parte da Rede Puxirão. Ai eles formaram um grupo de 8 ou 9 pessoas aqui e foram pra Rede, aonde foi que começou a surgir o Movimento dos Pescadores. De lá saiu a liderança que eles escolheram lá, na época foi Samuel, Zico, e infelizmente com muita pressão da própria comunidade, falta de trabalho, essas lideranças foram cansando da luta e deram uma parada. No final de 2009 para 2010 aí o Zico me convidou pra fazer parte do Movimento. Eu tinha sido multado pela Força Verde na época, ai eu também entrei com recurso pelo Movimento e a partir daí fui fazendo parte do MOPEAR. Hoje eu sou uma das liderança onde **a gente vem reivindicar os nossos direitos, porque o Movimento surgiu por falta de representação dos pescadores.** A colônia não tava representando o pescador, não tava e não tá. É a representante legal pras instituição, mas ela se fazer presente representando o pescador não ta indo. O Ministério da Pesca que a gente lutou, lutou e conseguiu criar um ministério só pra pesca, só pro pescador, esse a gente criou uma cobra pra morder nós mesmo [...] porque não ta trazendo benefício nenhum pro pescador. Aliás, pelo contrário. Tão querendo vender as águas dos pescadores, criando parques aquícolas sem o pescador saber, sem audiência pública e a gente tá preocupado com isso (Claudio Araújo Nunes, pescador artesanal da comunidade de Vila de Superagui. Entrevista concedida durante processo de autodemarcação do território tradicional, 2014).

A fala da liderança nos permite compreender que foi um conjunto de situações que levaram à criação desse movimento construído cotidianamente pelos pescadores. A Rede Puxirão, formada por membros de outras comunidades tradicionais objetivadas em movimentos sociais, teve papel decisivo para o surgimento dessa mobilização. No entanto, foram os próprios pescadores que construíram essa possibilidade coletiva e gradativamente. Importa destacar na fala de Claudio a dificuldade em se sentirem representados por instituições ou demais instâncias organizativas, que podiam até falar sobre os pescadores, mas que, na verdade, não apresentavam os seus reais interesses e percepções: era preciso que eles próprios assumissem esse papel.

O padrão organizativo que se formou na região há tempos era o das “associações”, formalmente registradas nas instâncias burocráticas. A criação das associações era estimulada por diversos agentes externos, como a Companhia Paranaense de Energia (Copel), o próprio

ICMBio e a prefeitura, que indicavam às comunidades que uma das formas para elas oficializarem suas demandas e, assim, alcançarem seus anseios frente ao Poder Público era através da organização em uma associação de moradores. Assim, instaurou-se entre os pescadores e caiçaras a interpretação de que esse era o único modelo associativo para garantir a resolução de suas questões locais. A luta social foi se enquadrando e se resumindo a esse padrão organizativo. Inspirados pelo contato com outros movimentos sociais, aos poucos os pescadores foram construindo a ideia de um movimento, entendendo que esse formato melhor se encaixava às suas necessidades e a forma como gostariam de promover suas lutas. Naquele momento, as associações repetiam o modelo hierárquico onde havia apenas um representante, um responsável que ia na frente e assumia a luta pelos demais: em um movimento, ao contrário, todos iam juntos, não se desejava ter apenas um representante formal, não haveria uma liderança que fosse mais que outro membro qualquer do movimento, não haveria hierarquia, não haveria chefia – tratava-se de um projeto de auto-organização, visando uma autonomia coletiva.

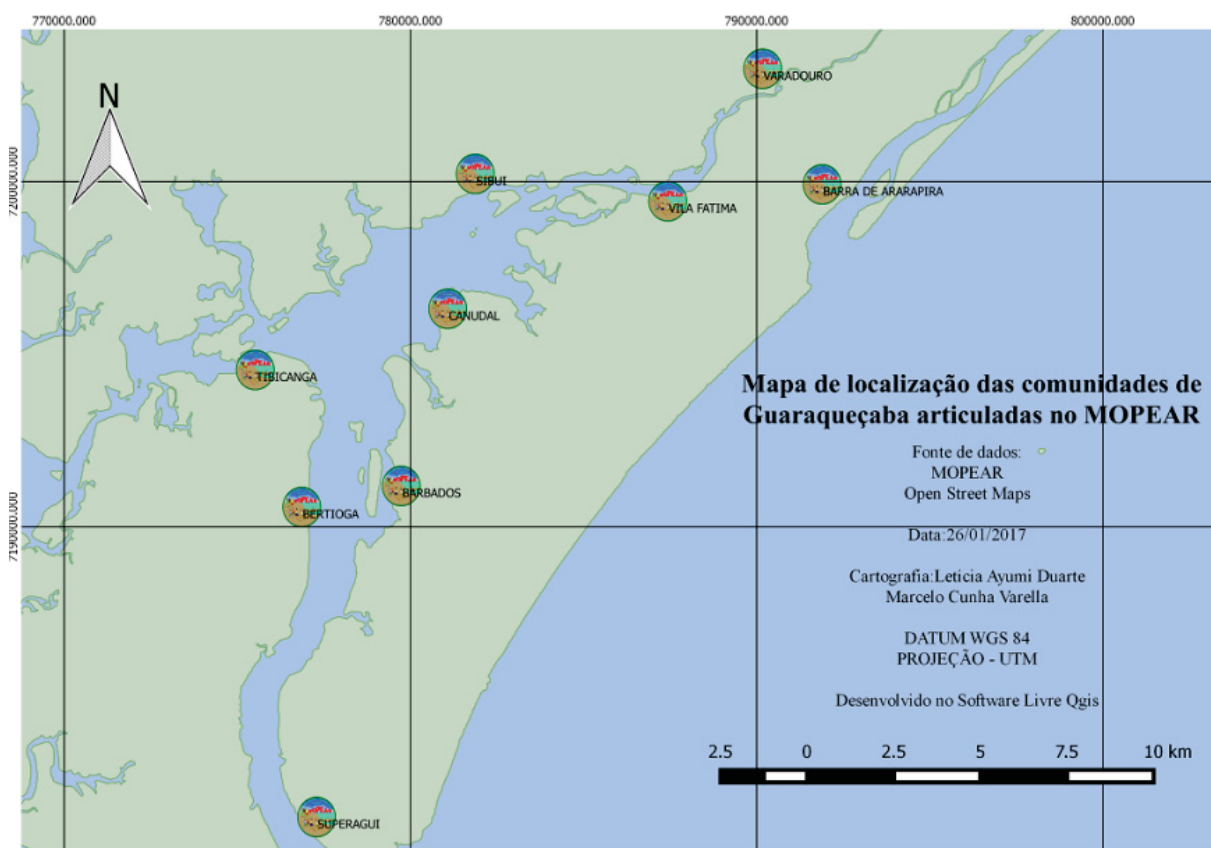


Figura 33 – Mapa de localização das comunidades de Guaraqueçaba articuladas no MOPEAR. Fonte: a autora (2017).

O mapa localiza as comunidades tradicionais de pescadores(as) artesanais e caiçaras que estão articuladas atualmente (2017) no MOPEAR. Como se percebe, houve um grande avanço no plano regional, levando em conta que nos primeiros anos do Movimento (entre 2008

e 2010) apenas a comunidade de Vila de Superagui compunha essa organização social. Adentrar para a baía de Pinheiros e, mais próximo à divisa de São Paulo, nas comunidades de Varadouro e Barra do Ararapira, representa um aumento no potencial mobilizatório do grupo, ainda mais se levarmos em conta a ausência de um apoio financeiro ao Movimento: é a necessidade da luta que faz com que cada vez mais pescadores se articulem, a partir de recursos próprios, para garantir seus direitos.

Pode parecer uma abrangência limitada quando consideramos o tamanho do município ou do litoral do Paraná, mas a atuação do Movimento tem reconfigurado algo significativo na história de Guaraqueçaba: ao alterar o padrão das relações de força existentes na região, o MOPEAR surge como um ator social. Abordaremos este assunto com maior fôlego em outro capítulo desta tese, mas cabe aqui registrar que desde que iniciou sua atuação o Movimento tem cumprido uma importante função de resposta para as diversas situações de violações de direitos dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. A dócil aceitação dessas violações desde a época da criação do PNS até o surgimento do Movimento é compreensível: é surpreendente a capacidade do poder disciplinador imbuído em anos de negação de sua identidade, de seus direitos e de repressão de suas práticas tradicionais. Quando a luta por direitos promovida pelo MOPEAR começa a dar retorno concreto e as comunidades começam a presenciar conquistas, quando percebem que essa simples organização de pescadores(as) artesanais e caiçaras consegue, pela primeira vez, fazer órgãos ambientais e a Justiça Federal parar para escutá-los, o movimento consegue apoio de sua base e avança para a tentativa de resolver outras pautas de interesse das comunidades. Essas pautas envolvem a educação, a energia elétrica, a produção de acordos coletivos de práticas tradicionais, políticas públicas de pesca, dentre outras.

Este movimento social, portanto, elabora um sistema de ação social que visa transformar a realidade de Guaraqueçaba e dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. Pensar a geografia de Guaraqueçaba a partir da ação social significa discutir a formação socioespacial a partir de nuances que não apenas aquelas contidas no discurso oficial, das instituições formais ou das estruturas econômicas. Isso permite entender como os sujeitos sociais estão construindo a história e suas geo-grafias.

Além da atuação mais localizada, o MOPEAR está vinculado em nível nacional ao Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP) e à Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos (CONFREM). Neste sentido, passam a compor forças sociais que lutam por projetos mais abrangentes, como é o caso da Campanha Nacional pela Regularização dos Territórios das

Comunidades Tradicionais Pesqueiras<sup>34</sup>. A questão territorial, portanto, vem sendo pensada em duas grandes frentes de ação desse movimento: em um plano mais localizado se constrói o debate da autodemarcação do território tradicional, de um projeto baseado na gestão dos comuns enquanto instrumento de ordenamento territorial e proteção dos recursos naturais, das práticas e saberes tradicionais; enquanto em um plano nacional se debate um projeto de lei para a constituição de um território pesqueiro visando enfrentar os grandes projetos de desenvolvimento que, muitas vezes apoiados pelo governo, têm tentado flexibilizar a legislação ambiental e avançar sobre áreas importantes para a proteção ambiental e das vidas e territórios dos pescadores artesanais de todo o Brasil.

Ambas as lutas abrangem a organização e r-existência das comunidades diretamente em suas bases, a busca pela criação de instrumentos jurídicos que assegurem direitos étnicos, coletivos e territoriais e formas de gestão mais compatíveis com a realidade socioambiental existente. A relação de território, r-existência, direitos e identidade coletiva tem demonstrado ser um conjunto de elementos essenciais para se pensar a luta desses movimentos sociais tanto em um plano mais localizado, quanto em um plano nacional.

Ao explicar sobre os principais conflitos no âmbito de sua comunidade, a Vila de Superagui, Cláudio inicia sua fala com o exemplo da pesca industrial:

Ela invade o território pesqueiro da pesca artesanal e infelizmente pra nós essa pesca industrial feito por barco com convés, com motores maior e potente [...] enquanto eles não enchem o porão do barco deles eles não vão embora. Eles degradam tudo mesmo. Eles venham fazendo limpeza onde tem pescaria e pro ministério da pesca, pras autoridades, esses barco industrial eles são reconhecidos infiltrado junto com a pesca artesanal. Isso é muito ruim pra nós. Outro conflito que a gente passou a ter de 89 pra cá foi com o Parque Nacional, não que a gente teja dizendo que o Parque só veio trazer conflito, não foi só isso, mas é o modo como ele foi criado que essas comunidade já existiam há mais de 400 anos, aí eles criaram o parque em cima das comunidades. **Até no começo quando foi em 89 lá eles ficaram meio afastado, teve o respeito ao território, que nos tinha já o território demarcado, mas a partir de 1997 pra cá então eles invadiu as comunidade memo:** tem a própria ilha das peça que num era Parque e passou a ser. A gente só fica preocupado com o jeito que eles tratam a comunidade tradicional. **Num tratam como comunidade tradicional e a gente tá se organizando em movimento pra representar as comunidade né,** fazendo parceria com várias instituição, com as próprias associação de moradores onde **toda a comunidade que tão fazendo parte do movimento, os presidente da associação são uns dos coordenadores do movimento e assim que a gente tá achando força pra resistir toda essa pressão,** todo esses conflito, mas não tá sendo fácil, a gente pede ajuda das próprias autoridade, universidade, Instituto Federal, alguns pesquisador que queiram contribuir com nós, porque é um fardo pesado, não é fácil não (Claudio Araújo Nunes, pescador artesanal/caiçara da comunidade de Vila de Superagui).

<sup>34</sup> Para maiores informações sobre a campanha é possível consultar os seguintes sites na internet: <<http://campanhaterritorio.blogspot.com.br/>> e <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/>> .

A pesca industrial, o lançamento de recifes antiarrasto<sup>35</sup> e os conflitos com o PNS foram as principais motivações para o início da mobilização em torno desse movimento, mas suas ações ainda estavam restritas apenas à comunidade da Vila de Superagui. A narrativa anterior aborda a intensificação dos conflitos no momento do aumento dos limites do Parque, em 1997. No momento da criação da UC nenhuma comunidade foi colocada dentro da área, mas, com a sua ampliação, Barbado, Colônia de Superagui, Barra do Ararapira, Vila Fátima, Canudal, e Ilha de Pinheiros foram incorporadas no interior do PNS. As implicações disso foram as restrições ainda maiores no uso do território e o desrespeito aos limites das comunidades que haviam sido demarcados no período dos picadões. Cláudio faz ainda referência a uma importante conquista do movimento: a expansão da organização para as demais comunidades da região.

Cada comunidade foi se articulando ao MOPEAR por diferentes motivos, que diziam respeito às lutas que os sujeitos promoviam frente aos atores antagônicos que iam impondo seus projetos. A “luta pela energia elétrica”, por exemplo, na qual as comunidades se organizaram para fazer manifestações e reivindicações em prol da instalação da energia “convencional”, por cabeamento e postes<sup>36</sup>, foi uma das frentes que motivou a adesão de algumas comunidades, como Sibuí. Para outras, a “luta pela educação”<sup>37</sup> foi a bandeira que estimulou a entrada, como Tibicanga.

Há, contudo, na trajetória do MOPEAR, um consenso sobre o momento em que se conseguiu unir as comunidades em uma luta coletiva. Trata-se da mobilização para fazer o enfrentamento ao Plano de Manejo do PNS e às ordens heterônomas, como dos pesquisadores e das ONGs que se colocam a favor deste preservacionismo sem gente. Esse acontecimento tem um significado muito importante na vida coletiva dos pescadores, pois representa o momento em que se fortalece a construção de um projeto de vida para esses sujeitos. Cabe aqui registrar que o Movimento e as comunidades não são contra a existência de um Plano de Manejo - sua

---

<sup>35</sup> O lançamento de recifes antiarrasto se constituiu em um conflito para os pescadores de Superagui, sobretudo, pelo conjunto de restrições ao uso do território que já vinham ocorrendo no contexto local. A falta de um entendimento claro sobre os locais que seriam escolhidos e os efeitos dos recifes a longo prazo contribuíram para que a ação tenha sido considerada enquanto negativa aos olhos da comunidade. Com as pressões já exercidas pelas restrições da milha náutica, os recifes passaram a ser vistos como ameaças, uma vez que seriam mais um obstáculo ao desempenho de certas práticas tradicionais de pesca.

<sup>36</sup> Estas mobilizações se fortaleceram depois que a Copel instalou painéis fotovoltaicos na região, distribuindo para as escolas e para alguns moradores não só este equipamento, como também as baterias necessárias ao sistema; as escolas e alguns moradores receberam inclusive geladeiras. Contudo, este sistema nunca funcionou: em Sibuí, uma geladeira, um computador e um ventilador de teto nunca foram ligados, ficando, então expostos à deterioração sem mesmo terem sido utilizados.

<sup>37</sup> Tratam-se das mobilizações sociais para forçar o poder público a cumprir os direitos fundamentais destes sujeitos, seja naquilo que diz respeito às estruturas físicas, como construção de salas e escolas, seja no que diz respeito aos aspectos culturais como adequação de recursos pedagógicos à realidade das ilhas.



divergência se dá pela forma com que o processo está sendo conduzido pelo órgão gestor da UC.

Tendo feito esse exercício inicial de apresentar o olhar dos sujeitos sobre a sua luta pelo território, partimos agora para um relato mais voltado ao tempo presente. Dentre os diversos acontecimentos que poderíamos relatar, optamos para um momento emblemático na história desta organização social: a ocasião do I Encontro sobre a Violação de Direitos Humanos Provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de comunidades Caiçaras e Pescadores e Pescadoras Artesanais no Paraná. No próximo subitem, contaremos um pouco sobre esta luta, em torno da r-existência frente à forma como estava sendo conduzido o Plano de Manejo do PNS.

## 1.2 História do presente: da ruptura dos planos e estudos heterônomos de intervenção no território

Em um dado momento do ano de 2013, recebemos um pedido de apoio<sup>38</sup> por parte do MOPEAR solicitando pesquisas sobre as práticas tradicionais e os conflitos vividos pelo grupo de pescadores(as) artesanais e caiçaras atingidos pelo PNS. O pedido se justificava pelo acontecimento histórico, relativo ao início da elaboração do Plano de Manejo<sup>39</sup> – em meio ao processo, as comunidades alegavam que não estavam compreendendo o que estava se passando, bem como quais seriam as suas reais implicações. Neste sentido, os sujeitos demonstravam preocupação com a emergência dos acontecimentos, pois temiam que o órgão ambiental gestor do PNS não reconhecesse sua identidade coletiva e continuasse não respeitando os direitos coletivos, sobretudo aqueles ligados a questões territoriais e às práticas tradicionais.

A procura do Movimento por apoio externo<sup>40</sup> se deu no momento em que alguns pescadores receberam dois documentos do ICMBio: somados, formavam, segundo eles, um calhamaço de documentos que deveriam ser analisados pelos próprios pescadores, no prazo de

---

<sup>38</sup> Este pedido, bem como grande parte das cartas de demandas relacionadas a cursos de formação, projetos de extensão e pesquisas científicas, foi endereçado formalmente ao Câmpus Paranaguá do Instituto Federal do Paraná, instituição na qual um dos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil atua e na qual está sediado o Núcleo em Defesa dos Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais.

<sup>39</sup> Que começa a ser elaborado com mais de duas décadas de atraso.

<sup>40</sup> Posteriormente, ao longo do segundo capítulo desta tese abordaremos de maneira mais aprofundada a forma como se deu esse apoio. Importa aqui ressaltar que a relação do MOPEAR com pesquisadores se dá em um contexto delicado, onde os sujeitos se mostram receosos com algumas instituições e formas de construir a pesquisa devido às situações concretas que presenciaram ao longo dos anos em seus territórios. O pedido de apoio, portanto, se deu para um pesquisador no qual o grupo confiava. Diante do desafio da análise dos documentos este pesquisador e algumas lideranças do movimento foram convidando outros pesquisadores que já tinham o trabalho reconhecido ou que apostavam que ali poderia se construir uma boa relação de pesquisa.

um mês. Ao término do mesmo, quaisquer sugestões deveriam ser encaminhadas por escrito ao ICMBio.

Alguns pescadores diziam, sem entender o procedimento legal, burocrático e técnico, que acreditavam ser o documento oficial do Plano de Manejo que estava sendo entregue; outros, que não compreendiam aquele mundo das letras, imaginavam que era outro Parque que estava sendo criado, invadindo suas terras. Juntos os documentos somavam mais de 300 páginas de relatórios, pesquisas e propostas para a gestão do Parque, em um linguajar acadêmico, característico de estudos do tipo. O que preocupava a todos é que, segundo o que um ou outro pescador que havia ido à reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Superagui (CONPARNA) tinha entendido, aquele seria o único momento e possibilidade que teriam para manifestar seus anseios, já que, depois desse curto período, o documento seria aprovado pelo órgão e encaminhado à Brasília, determinando, em forma de lei, tudo aquilo que poderia ou não ser feito naquele território a partir de então.

A orientação dada pelo órgão era objetiva, mas não simples ou banal aos sujeitos em questão: que lessem o material técnico e indicassem críticas e sugestões em um curto prazo. O término deste processo, contudo, ainda dependia de uma reunião do Conselho do Parque, onde deveriam aprovar os estudos e dar prosseguimento aos demais trâmites para a elaboração do Plano de Manejo.

Na realidade, os documentos entregues aos pescadores não eram o Plano de Manejo em si - consistiam nos estudos preliminares, encomendados pelo ICMBio, e que serviriam de subsídio à elaboração deste planejamento. Tais documentos eram denominados de “Estudos Socioeconômicos da região do Parque Nacional do Superagui” e “Estudos para Uso Público e Turismo do Parque Nacional do Superagui”.

Boa parte dos pescadores não faz parte do mundo letrado, mas aqueles que conseguem ler ficaram preocupados quando tentaram desbravar os tais documentos: a compreensão do que ali constava foi dificultada não apenas pela linguagem técnica e acadêmica, mas também pela presença de tabelas e outros esquemas sinóticos, os quais não estavam acostumados a lidar. Identificaram, mesmo em meio a tantos desafios teóricos, certas informações com as quais não concordavam; também notaram que o documento arvorava ter se munido de uma intensa participação das comunidades no processo de realização dos estudos, o que, por consequência, dava a impressão de, por terem a plena possibilidade de participar e expressar seus anseios durante processo exemplarmente participativo, essas pessoas estariam de acordo com os conteúdos sistematizados nos documentos. Foi então que os pescadores perceberam que se tratava de documentos que poderiam alterar o curso de suas vidas para sempre, pois depois que

o Plano de Manejo fosse aprovado, dificilmente alguma alteração poderia ser feita - não haveria como voltar atrás e mudar as regras que estavam sendo estabelecidas pelo ICMBio.

O pedido inicial dos pescadores aos pesquisadores foi de “tradução” dos documentos ao MOPEAR: os sujeitos queriam entender o que estava escrito naquelas páginas. Recebemos o pedido e os estudos no dia 15/11/2013, nesse momento havia menos de um mês para que as comunidades enviassem suas sugestões e aprovassem os estudos. À medida que íamos nos inteirando dos conteúdos dos documentos, percebemos a ausência de informações relevantes para o contexto da pesquisa, como a falta de referência ao MOPEAR enquanto forma de organização legítima entre os pescadores, a inexistência de uma caracterização dos conflitos constantemente relatados pelos sujeitos e, inclusive, não se registravam as falas dos sujeitos registrando suas preocupações, seus anseios ou suas dúvidas. Também notamos algumas parcialidades e equívocos que seriam decisivos naquele processo, e que influiriam diretamente na elaboração do Plano de Manejo ainda mais num contexto socioespacial como este em questão, em que existem comunidades tradicionais organizadas para enfrentar um conflito coletivo, elencamos aqui erros grotescos sobre o uso de recursos naturais, a referência à comunidade de Bertiooga no Estado do Paraná, a partir de informações sobre o município de Bertiooga do Estado de São Paulo, ou uma seleção apenas de referências bibliográficas que apoiavam a prerrogativa preservacionista, ignorando a vasta produção que citava os conflitos territoriais existentes no PNS, dentre diversos outros pontos levantados ao longo do parecer.

Levando em conta que os estudos encomendados pelo ICMBio embasariam decisões institucionais acerca da vida das comunidades tradicionais da região, entendemos que estes documentos não poderiam se furtar de um diálogo com os sujeitos atingidos pelo PNS, tampouco ignorar a vasta bibliografia existente sobre o conflito territorial, ou ainda, optar por identificar apenas a parcela da realidade que fosse condizente com o projeto preservacionista sustentado por vários atores para a área.

Em um diálogo com o MOPEAR, decidimos, então, que para além do exercício de tradução para o esclarecimento dos estudos às comunidades, também elaboraríamos um parecer técnico que apontasse para esses elementos no intuito de contribuir com o melhor andamento possível desse processo de diagnóstico e planejamento territorial, bem como de tentar garantir o anseio das comunidades que era de entender o que estava acontecendo e participar efetivamente do processo de estudo e decisão sobre suas vidas e território.

Uma leitura dos estudos preliminares do ICMBio feita de forma desatenta, ou por alguém que não está inserido na realidade concreta ou que não tem acesso às informações sobre os conflitos históricos que vivem as comunidades tradicionais com o Parque, poderia acabar

concluindo que, de fato, tal processo de pesquisa muniu-se da participação e que, por isto, tenha sido amplamente apropriado pelos comunitários.

Os 19 pesquisadores que elaboraram o parecer técnico tinham, em sua maioria, um contato anterior com os sujeitos ou com a região de estudo – não partiram, portanto, apenas da análise dos documentos, mas da experiência já consolidada nas comunidades, alguns tendo presenciado, inclusive, a repercussão das oficinas organizadas pelo órgão gestor nas comunidades dias depois delas terem ocorrido. Dessa forma, foi possível perceber inconsistências teóricas e metodológicas nos estudos encomendados pelo ICMBio que levaram a notar, por exemplo, problemas na forma como foram conduzidos os diagnósticos da realidade. Essa inserção em campo já mencionada permitiu acessar a documentos e ouvir relatos dos moradores sobre as atividades que o ICMBio e os consultores contratados desenvolviam nas comunidades.

Dentre as diversas inconsistências identificadas e examinadas, uma das que mais preocuparam os pesquisadores acionados pelo MOPEAR foi uma questão metodológica: a forma com que se quis legitimar e dar destaque à participação social. A preocupação dava-se porque era justamente o oposto do que indicavam os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras que demandavam participar desse processo. Levando em conta a importância deste tema para as reflexões da presente tese, voltaremos a este assunto com um maior nível de detalhamento em outro momento desta produção.

Após entenderem o conteúdo dos estudos e compreenderem as implicações reais da aprovação dos mesmos, o MOPEAR decidiu organizar um encontro para debater essa e outras questões junto às comunidades, convidando, também, o ICMBio, pesquisadores, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR), Defensoria Pública da União (DPU), bem como outros atores que, de alguma forma, poderiam auxiliar a pensar em soluções para os conflitos que vinham ocorrendo. Essa iniciativa visava mostrar que as comunidades não estavam entendendo o que estava acontecendo, não compreendiam ao certo o que era o Plano de Manejo e, embora os estudos encomendados pelo ICMBio reafirmassem a todo instante que todo o processo havia sido participativo, ironicamente, a intenção das comunidades ao organizar o encontro era solicitar publicamente a participação adequada nesse processo.

Neste momento, visamos apresentar ao leitor um pouco do contexto que se desenrolava nesse período, entre os anos de 2013 e 2016, um recorte que, para nós, tem muito a dizer sobre as relações sociais que se construíram historicamente e, sobretudo, sobre os atos de r-

existência<sup>41</sup> dos sujeitos com quem dialogamos. cremos, e podemos constatar que os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras compartilham esta impressão, que este recorte explicita um momento de ruptura importante para as lutas da região e para que continuemos em um projeto de ressignificação que reconhece e efetiva o processo de territorialização desses sujeitos. Segue o dito relato.

### 1.2.1 06 de dezembro de 2013: O Encontro

“[...] Companheiro Chico Mendes revira no seu caixão/ vendo o que o “CMBio” tá fazendo co povão/ usando seu nome ilustre pra acabar com a tradição./ Coitado do Chico Mendes que está lá no cemitério,/ tá vendo a razão do povo, de gente que fala sério,/ ver o caiçara sofrendo com a turma do ministério./ Nem mesmo o meu Fandango eu posso mais tocar/ pra viola de Fandango caxeta não retirar,/ os fabriqueiros desistiram de tanta multa levar./ Vamos dar por despedida bem na beirinha da praia/ antes que o Ibama venha e proíba tomá cataia,/ só falta eles proibirem de ver um rabo de saia” (Fandango de nome desconhecido – Grupo Mandicuera)

[...] nosso interesse é verdadeiramente participar da elaboração do Plano de Manejo do PNS, para tanto o ICMBio necessita reconhecer nossos direitos territoriais. Denunciamos medidas e tomadas de decisão autoritárias e arbitrárias de gestores em posição de poder, que tem promovido a ampliação da desigualdade e da exclusão social em nossas comunidades, ao desconstituir direitos territoriais, ignorar o reconhecimento e a efetivação de nossos direitos, e impedir a reprodução do modo de vida de nossas comunidades, compatíveis com a conservação dos recursos naturais. (MOPEAR, 2013, p.1)

Duas barcas lotadas de pesquisadores de diversas instituições, pescadores artesanais de outras regiões, estudantes, representantes de instituições ambientais e de direitos humanos atravessavam a baía de Paranaguá rumo à Vila de Superagui, no dia 06 de dezembro de 2013. Passar pela barra de Superagui já havia deixado os ânimos dos passageiros exaltados, resultado de um mar turbulento que, quase que profeticamente, parecia tentar prepará-los para o dia que enfrentariam. Ao se aproximar daquele pedaço de terra, algo ficava evidente: estávamos adentrando em um território tradicional de pescadores(as) artesanais e caiçaras. A grande quantidade de barcos à beira do mar indicava que boa parte da população não tinha saído para pescar no mar de fora, aparentemente todos decidiram que ali, em terra, era o lugar onde deveriam estar, naquele dia, para garantir seu sustento. O mar agitado dificultava a chegada no trapiche para o desembarque. Enquanto uns ainda se distraíam com as condições do mar ou com a paisagem, ao longe começamos a notar um mar de gente vindo em nossa direção. Gente

---

<sup>41</sup> A categoria de PORTO-GONÇALVES (2001) refere-se aos processos de movimentos sociais que não apenas ‘resistem’ contra a estigmatização, exploração ou dominação, mas que lutam por formas de ‘existência’, de pensar, sentir e agir, indo além do sentido de uma mera reação.



de todas as idades carregando cartazes coloridos, faixas, e entoando um grito de ordem: “*Na terra e no mar, nós vamos lutar*”.



Figura 34 – Imagem A: Chegada das comunidades no Encontro sobre a Violação de Direitos Humanos Provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de comunidades Caiçaras e Pescadores e Pescadoras Artesanais no Paraná, Vila de Superagui. Fonte: Acervo MOPEAR (2013). Imagem B: Pescadores artesanais e caiçaras aguardam o início do evento em frente à faixa solicitando a participação no Plano de Manejo. Fonte: Acervo MOPEAR (2013).

“*Pronto, o circo está armado*”, os murmurinhos davam conta de atribuir o comentário ao pessoal dos “órgãos ambientais”, que aguardavam o início do evento dentro do bar do Magal, local onde a reunião seria realizada. Desconfortáveis, talvez pressentissem que, de fato, a luta social se tornaria explícita ali, expondo projetos de vida antagônicos naquele território, denunciando os conflitos que constantemente eram negados<sup>42</sup> para tentar transparecer a ideia de um bom relacionamento entre comunidades e Parque, bem como a ideia de que todos estavam participando e satisfeitos com o contexto ali existente.

Demorou um tempo até que todos conseguissem se acomodar naquele espaço. As cadeiras acabaram rapidamente e o chão se tornou o espaço daqueles que queriam acompanhar mais de perto o que seria discutido. Alguns se equilibravam no parapeito da área do bar, outros ficavam de pé, mas estavam todos ali, as mais de 200 pessoas que foram ao “Encontro sobre Violação de Direitos Humanos Provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de Comunidades Caiçaras e Pescadores(as) Artesanais do Paraná”.

<sup>42</sup> A negação do conflito entre comunidades e ICMBio teve como contestação um importante documento decorrente da abertura do Procedimento de acompanhamento da questão solicitado pelo MOPEAR junto ao Ministério Público Federal no espaço da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão – Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. Como o próprio ICMBio ignorou o pedido do MOPEAR e de pesquisadores para a realização de um estudo antropológico, o Movimento recorreu ao MPF, que então produziu um laudo antropológico após a visita técnica da antropóloga do MPF, Luciana Ramos no dia 26/01/2015. O documento descreve de maneira aprofundada os conflitos existentes na região e que foram confirmados em campo pela antropóloga. O laudo confirmou a negação de direitos que havia sido apontada pelo MOPEAR através da “1) a falta de reconhecimento da identidade coletiva e do território ocupado historicamente pelas comunidades locais pelos gestores do parque, 2) a pouca participação da coletividade no planejamento do PNS e, 3) a imposição unilateral de normas e ações inibitórias pelos órgãos ambientais (Força Verde, IBAMA e ICMBIO)” (BRASIL. MPF, 2015b).



Figura 35 - Imagem A e B: Crianças exibem cartazes enquanto gritam “Na Terra e no Mar nós vamos lutar”. Vila de Superagui. Fonte: acervo MOPEAR (2013).

A mística<sup>43</sup> estava composta com apetrechos de pesca - eram redes de diversos tipos, gerival, gaiola, tarrafa, manjuveira, além de enxadas, cestos de cipó, maquetes representando um cerco e uma casa de farinha. No salão estavam espalhadas diversas bandeiras como as do MOPEAR e do MPP. Após a acolhida dos pescadores e convidados, a mística contou, também, com um teatro. A cena retratada era tão comum no cotidiano daqueles sujeitos, que qualquer pescador se enxergava naqueles personagens: na encenação, um grupo de pescadores ia largar sua rede no mar, mas a polícia chegava e apreendia seus apetrechos de pesca, quebrando seu remo e sua canoa, humilhando e desqualificando o trabalho da pesca. Em seguida, os pescadores eram presos, e os pescados, fruto do trabalho do dia, eram confiscados.

Inicia outra cena: um grupo de pescadores em mutirão no trabalho da roça é abordado por policiais ambientais, que, sem muito diálogo, quebram suas enxadas, destróem sua roça e multam o grupo. Desconsolados e sem vislumbrarem a possibilidade de sobrevivência naquelas condições, os pescadores decidem, então, reunir suas famílias e sair de seus territórios, rumo à incerteza da cidade. Sem estudo, sem dinheiro, sem perspectiva, retiram-se por uma imposição velada: “- Vamo embora, Muié. Aqui não tem mais nada pra nós, não”, afirmava um dos personagens.

Refletir sobre a mística é voltar o olhar ao despertar dos sujeitos conscientes de sua função social na história. Bogo (2012) salienta que através dela os sujeitos podem descobrir “[...] as potencialidades das mudanças adormecidas nos contextos sociopolíticos e desvendam, na penumbra dos processos, possibilidades de agregar elementos diferenciadores que impulsionam as mudanças sociais” (BOGO, 2012, p. 475). Ao final da mística do dia 06 de dezembro de 2013 o narrador do teatro reforçou que apesar daquilo ser uma representação

<sup>43</sup> Expressão “da cultura, da arte e dos valores como parte constitutiva da experiência edificada na luta pela transformação da realidade social, indo em direção [...] a parte realizável da utopia” (BOGO, 2012, p. 474).

artística, nada mais era que um retrato do que aquela população vivia há 24<sup>44</sup> anos, desde a criação do Parque Nacional do Superagui. A plateia aplaudiu, gritou, se emocionou.<sup>45</sup>



Figura 36 – Imagem A: Pescadores Artesanais exibem faixa antes do início da reunião. Fonte: Acervo MOPEAR (2013). Imagem B: Teatro realizado durante a mística do Encontro. Fonte: Acervo MOPEAR (2013).

Outros pescadores tomaram a palavra. Formou-se uma mesa de debates com moradores de diferentes comunidades, que iniciaram seus testemunhos. O momento reflete aquilo que Bourdieu (2003) relata, sobre sentir “[...] que a pessoa interrogada aproveitava a ocasião [...] para realizar um trabalho de explicação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo [...] e enunciar [...] experiências e reflexões há muito reservadas ou reprimidas” (BOURDIEU, 2003, p. 704). A seguir, apresentamos uma fala emblemática, que se refere aos efeitos do PNS na vida das pessoas:

Eu sou moradora do Tibicanga há 61 anos, toda vida morei lá, meu pai, minha mãe, se criemo tudo lá, nossos filho, nossos irmão, tudo. Um irmão meu perdeu tudo as roças dele, eu perdi as minhas toda. Perdi quatro roça, não pude tirá nenhuma. Meus filho passando fome. Eu tive uma menina deficiente que tinha que levá pra Curitiba. Não tinha quem me ajudasse. Tinha que tirá ostra, corre deixa as rede tudo no mangue, pra vê se eu podia levá o dinheiro pra consulta pra minha filha [...]. [Dona Edite começa a chorar] Eu tirava lenha pra fazê fogo, a Guardalupe [Guardalupe, antiga gestora do PNS] chegou lá e falou assim pra mim na minha cara: -Você tá sabendo que você tá preso por causa disso? E eu disse assim: - Guardalupe, (e ela tá aqui agora), se você me der toda vida um bujão de gás eu não vô mais precisar do mato, porque eu preciso pra minha família [...] O mato [da roça] tá assim mesmo, como tá deixado. Ninguém comeu, ninguém comeu nada. Eu quero vivê toda vida lá, porque eu não tenho necessidade de sair de lá. (Sra Edite, Pescadora artesanal/caiçara de Tibicanga – Depoimento dia 06/12/2013).

Não se pode esquecer que por ser uma UC restritiva, de proteção integral, não se pode ocupar ou usar a área para se fazer plantação – assim o PNS proíbe o plantio, mesmo em território tradicional, o que atenta contra a soberania alimentar da população, como a fala da

<sup>44</sup> 24 anos na ocasião daquele evento, dado que o PNS foi criado em 1989.

<sup>45</sup> É na mística que se torna possível transformar a política em arte, bem como dar sentido político à arte, uma vez que “[...] é na luta transformadora feita com arte que o ser social se reinventa e se exterioriza, expondo-se de outra maneira que ainda não era aparentemente conhecida, para fazer surgir a nova e bela sociedade na qual viverá” (BOGO, 2012, p.475-476), ela é “[...] mais do que o alimento do caminhante; é também a fome que não deixa parar nem dormir enquanto não se chega ao lugar desejado” (BOGO, 2012, p. 477).

Sra. Edite aponta. No evento, um senhor se emocionava ao dar seu relato, lembrando de quando foi multado em um valor completamente incompatível com o que poderia pagar, como aquela multa já citada, de quase 20 mil reais. Fez empréstimo no banco para conseguir se livrar da multa, mas nunca mais conseguiu pagar sua dívida: por isso, ficou doente do coração, tamanho sufoco e preocupação que passou por conta do ocorrido. Já não tinha mais esperança de retomar a saúde ou quitar o que devia, mas estava ali por sua dignidade, por querer seu território de volta, pois, tendo-o, tinha o que mais importava: a volta da “liberdade”, do controle do território.

A coragem daqueles que deram seu testemunho contagiou diversos outros que estavam na plateia: tal coragem vinha tanto dos moradores que ali denunciavam violências que viviam há tempos, quanto de seus interlocutores do ICMBio, mais por se verem sem saída ante a situação que estava colocada<sup>46</sup>.

Naquele contexto, havia pessoas de diferentes lugares filmando e registrando a reunião: estudantes, pesquisadores, técnicos de instituições procurando documentar aquele momento e, assim, entrevistas e depoimentos surgiam por todos os cantos do salão daquele bar. Naquele lugar se adensava e se materializava a luta social, abrigando um enfrentamento há muito aguardado, configurando assim um campo de forças - eram ditas verdades engasgadas há 24 anos e que, naquele momento, invalidavam os processos ditos participativos de produção do Plano de Manejo, bem como da gestão do PNS:

Querem fazer esse Plano de Manejo lá. Meu Deus do Céu, **eu não sei o que é isso, povo nenhum sabe, não sei se não é outro Parque.** Se não é outra prisão que vai ter aqui em Superagui. O Parque que fizeram aqui, que **ninguém vai poder cortar uma madeira** pra fazer um remo, não pode cortar um pau pra puxa a sua embarcação. Então será que não é outra coisa de novo, meu Deus! (Sr. Osvaldo Silvano, Morador de Superagui – Depoimento dia 06/12/2013)

Como se pode ver, o Sr. Osvaldo, um dos moradores antigos de Superagui, não entendia o que era o Plano de Manejo – de toda forma, temia mais repressão e proibição no uso do território:

Nós queremos o quê com esse encontro? que realmente esse tar desse plano de manejo como nós falamos, tem que sair, né? Não saiu há 25 anos e tão querendo fazer em 3 meses. Nós pedimos que **se tiver que sair, que saia, mas queremos, nós pescadores, participação nele. Participação profunda.** É só o que nós queremos: **que possamos fazer nosso cerco, que nós possamos pescar** com a nossa rede de arrasto, e por mais, **para nós podemos plantar.** É o que nós queremos (Adnã Chagas das Dolores, Pescador artesanal de Tibicanga – Depoimento dia 06/12/2013).

---

<sup>46</sup> Estabeleceu-se, ali, um jogo parresialístico (FOUCAULT, 2011), uma disputa em torno do que se poderia considerar para o futuro daquele território. Em outras palavras, a parresia consiste numa forma de discurso baseada em, pelo menos, duas características fundamentais: que haja um vínculo entre a verdade dita e o pensamento de quem diz e que questione o funcionamento de uma determinada relação social em um dado momento.



Adnã Chagas das Dolres, por sua vez, expressa que a participação seria “profunda” à medida que seus anseios fossem escutados e seus direitos efetivados, nesse caso, através da possibilidade de exercerem suas práticas tradicionais. Enfim, as denúncias colocavam em xeque aspectos que estavam postos enquanto verdade nos estudos preliminares para o Plano de Manejo, assim como a percepção histórica de conformismo entre os sujeitos diante da interpretação de que jamais seriam escutados e que a única voz que valia ali era a do ICMBio.

Na ocasião desse Encontro, no dia 06/12/2013, fui convidada pelo MOPEAR para apresentar alguns elementos do Parecer técnico que realizamos. O evento como um todo gerou um desconforto visível na equipe gestora do Parque que estava ali presente, assistindo a tudo. Em um dado momento do evento o Chefe do Parque pediu a palavra, que lhe foi concedida pelos pescadores. O gestor usou seu tempo para tentar explicar sua visão sobre a elaboração do Plano de Manejo. Falou sobre prazos, sobre dificuldades, sobre questões burocráticas. Chegou a afirmar:

É importante ressaltar, que a gente tem a segurança de dizer que foi participativo, e ainda será mais. A gente acredita falando no olho de cada um de vocês, a gente acha que é um dos planos de manejo de Parque Nacional mais participativos que o ICMBIO construiu e está construindo (Marcelo Bresolin, Chefe do PNS em fala pública durante o encontro do dia 06/12/2013)

Naquele momento a indignação foi geral. Ao retomar o microfone, a pescadora que conduzia o encontro questionou a todos que estavam presentes: “Gente, quero só perguntar pra vocês: o Plano de Manejo tá tendo participação da comunidade?” A resposta vinha de todos os lados do salão: “NÃO!” acompanhado de mãos ao alto acenando negativamente.

Os pescadores se sentiram ofendidos, também, quando o chefe quis justificar a dificuldade em reunir as comunidades, dizendo que elas não atendem aos seus chamados, e que para conseguir a presença delas nas reuniões geralmente tinha-se que dizer que o assunto era o peixe morto. A reação dos pescadores demonstrou que a fala do gestor os ofendeu.

O “peixe morto” é a maneira como ficou conhecido popularmente o processo de indenização decorrente da explosão do Navio Vicuña no Porto de Paranaguá, em 2004. O grave acidente ambiental fez com que os peixes e diversos outros animais da região morressem ou fossem contaminados. Como consequência, os pescadores artesanais foram proibidos de pescar, o que gerou grande prejuízo econômico, social e à biodiversidade, fazendo com que, inclusive, muitas famílias passassem fome aguardando a indenização. Até hoje (2017) diversos moradores ainda não receberam seu dinheiro, enquanto outros recebem algumas parcelas, uma vez que a empresa responsável não pagou sua dívida no momento do acidente, dividindo os valores em



algumas vezes<sup>47</sup>. Somado a isso, dezenas de pescadores(as) artesanais e caiçaras tiveram suas indenizações roubadas por advogados, um dono de cartório e um juiz que, posteriormente, foram presos, conforme pode ser verificado na matéria disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/priso-es-sao-comemoradas-com-fogos-ebx8k30c60v1jb8qsle4q2oni>>.

Um dos pescadores, Adnã Chagas das Dores, relata o grande impacto causado pelo acidente no cotidiano local. Por ser dono de uma quitanda, atendeu às crianças que eram enviadas pelos pais ao seu comércio para pedir qualquer coisa para que a família pudesse comer. Ninguém tinha dinheiro, nem poderia sair para pescar por conta da contaminação, e a fiscalização violenta e os anos de proibições do PNS impediam o cultivo de alimentos nas roças, a caça ou a extração de recursos florestais. Um dia, após toda a comida de seu comércio ter sido doada e ter acabado, com diversos pescadores endividados com empréstimos financeiros para poder dar de comer às suas famílias, pescadores artesanais e caiçaras de diversas comunidades da região ocuparam, em mais de 100 pessoas, a sede administrativa do ICMBio e impediram a saída dos funcionários do órgão até que alguma resposta fosse fornecida. Após o feito, em poucas horas já se podia avistar barcas chegando de Paranaguá com as cestas básicas prometidas há semanas atrás. Este, dentre tantos outros motivos, justificam o porquê da menção do chefe da UC sobre ter que dizer que o assunto da reunião é o “peixe morto” para conseguir a atenção das pessoas ter sido recebida com tamanha sensação de ofensa.

Um dos pescadores retrucou o argumento do chefe do Parque, dizendo que aquilo não era verdade: afirmou que naquele momento, por exemplo, todos aqueles pescadores e pescadoras estavam lá para discutir o Plano de Manejo, demonstrando que as comunidades, de fato, gostariam de participar das discussões relativas ao seu território. Para o pescador, os limites do ICMBio para conseguir a adesão das comunidades nas reuniões, bem como nos assuntos correlatos ao Plano de Manejo, eram, portanto, relativos às estratégias e formas de atuação históricas adotadas pelo órgão. Ainda assim, o momento de maior frustração e indignação para quem participava do encontro estava para chegar: esse momento foi a negativa do chefe da Regional Sul do ICMBio ao tratar sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT):

---

<sup>47</sup> A notícia de que alguém foi chamado para receber a indenização sempre gera uma grande movimentação nas comunidades, que comemoram junto com cada pessoa que finalmente terá alguma condição de melhorar sua vida. O tema virou, inclusive, letra do Fandango “Dinheiro do Peixe Morto” do grupo Mandicuera, que retrata com bom humor o que o ocorrido simboliza no cotidiano dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras da região. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9BhFtO72aZY>>.

Eu tenho que ser bastante transparente com vocês. Nós não recebemos orientações de cumprir à risca a OIT 169. Muitas vezes ela não é considerada como uma lei nacional, mas como um espaço onde diversas nações dialogaram e o Brasil assinou positivamente (Daniel Bolsonaro Penteado, Chefe da Regional Sul do ICMBio em fala pública durante o encontro do dia 06/12/2013).

Vale frisar que a afirmação do chefe regional do ICMBio acerca do entendimento da aplicação da Convenção 169 da OIT é equivocada, pois assume que o grau hierárquico do direito ambiental que baliza o projeto preservacionista encontra-se em um nível acima dos tratados internacionais de direitos humanos. Essa interpretação errônea ignora que a Convenção está incorporada ao ordenamento jurídico nacional através do Decreto Legislativo nº 143/2002 (BRASIL, 2002b), e que tem a obrigatoriedade de ser aplicada imediatamente desde junho de 2003.

Desde a decisão, em 2008, do ministro Gilmar Mendes, os tratados internacionais de direitos humanos passaram a ter hierarquia especial e privilegiada, de maneira que prevalece a tese da “supralegalidade”, ou seja, estes estão posicionados “abaixo da Constituição, mas acima da legislação infraconstitucional” (FIGUEIREDO, 2015, p. 234) – é neste nível hierárquico do direito interno nacional, ou seja, o da supralegalidade, que a Convenção 169 da OIT se encontra. Além disso, cabe ressaltar que a norma foi incorporada ao ordenamento jurídico nacional a partir do Decreto n. 5.051/2004 (BRASIL, 2004) - logo, tanto a norma, quanto o decreto, prevalecem sobre os dispositivos infraconstitucionais, como, por exemplo, a lei de crimes ambientais (BRASIL, 1998), o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000) e a lei da Mata Atlântica (BRASIL, 2006).

O Chefe da Regional Sul do ICMBio prosseguiu sua fala salientando sobre orientações relacionadas a como proceder acerca de outros dispositivos jurídicos, tornando clara a instrução que recebia para negar os direitos assegurados pela Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), bem como o direito de acesso aos recursos naturais por parte de comunidades tradicionais assegurados pela Lei da Mata Atlântica (BRASIL, 2006):

Temos também o decreto 6040 de povos e comunidades tradicionais [...] **a orientação que recebemos há muito pouco tempo atrás de Brasília, é de que não se pode autorizar desmatamento de qualquer tipo de floresta dentro de Unidade de conservação de Proteção Integral**, mesmo que seja regeneração inicial. Na lei da Mata Atlântica tá dizendo que inicial e médio pode autorizar o desmatamento, e a gente recebeu essa orientação: Não! Nós não poderemos autorizar desmatamento nem em estágio inicial, nem médio [...] (Daniel Bolsonaro Penteado, Chefe da Regional Sul do ICMBio em fala pública durante o encontro do dia 06/12/2013).

O que foi possível verificar com essas falas foi a interpretação e aplicação de leis de maneira tendenciosa e parcial, em prol de uma visão preservacionista do território, que nega os direitos das comunidades tradicionais. Também podemos questionar que, se apenas “há muito

pouco tempo atrás” o ICMBio emitiu orientações sobre a impossibilidade de “autorização de desmatamento” - ou, dito de outra forma, para fazer roças – qual era a legislação, ordem ou normativa que seguiam antes? Uma vez que, desde o momento da criação do PNS, em 1989, as comunidades tradicionais vem sendo multadas por promoverem essa prática tradicional. Naquele momento, o ICMBio demonstrou que, em diferentes instâncias de decisão, sua postura segue uma mesma orientação: guiar-se apenas por aqueles trechos da legislação nacional que são convenientes aos objetivos do Parque Nacional do Superagui e ignorar todos aqueles que dizem respeito aos direitos dos povos e comunidades tradicionais, e aqui pode-se incluir, também, o direito à participação, conforme a OIT 169 e o desejo e necessidade das comunidades.

Como ressaltado durante parecer técnico (SOUZA et al., 2015), é com esse nível de arbítrio que o ICMBio acaba por hierarquizar e atentar apenas aos trechos específicos de leis que possuam cunho preservacionista, o que acaba por manipular os interesses coletivos e distorcer dispositivos jurídicos que, *a priori*, serviriam para reconhecer direitos territoriais e atuar na resolução de conflitos. Ignoram também a própria hierarquia jurídica ao desconsiderar que, por se tratar de um Tratado Internacional de Direitos Humanos, a Convenção 169 da OIT encontra-se acima da legislação ambiental que orienta o SNUC. Assim, os direitos fundamentais de “criar, fazer e viver” garantidos na Constituição Federal (BRASIL, Constituição Federal, 1988), em seus artigos 215 e 216, na Convenção 169 da OIT (BRASIL, 2004) e no Decreto Federal 6040 (BRASIL, 2007) são completamente desconsiderados. Ao “não seguir à risca” a OIT 169, o ICMBio convenientemente ignora a possibilidade do reconhecimento da existência coletiva e dos direitos dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras, como o direito à consulta prévia, à autodeterminação daquilo que consideram prioritário nos processos de desenvolvimento e, por fim, o direito ao território tradicionalmente ocupado. Enquanto a mobilização jurídica for acionada conforme convém ao órgão ambiental, perde-se a oportunidade de reduzir as assimetrias de poder para o controle no planejamento territorial da região.

Assim, o Mito Moderno da Natureza Intocada (Diegues, 1994) continua atual e operante no universo do Parque Nacional do Superagui e nos tantos outros Parques Nacionais brasileiros geridos pelo ICMBio - por isto, repetimos, aqui, o pertinente trecho do Fandango que diz que o “[...] *companheiro Chico Mendes revira no seu caixão/ vendo o que o “cmbio” tá fazendo co povão/ usando seu nome ilustre pra acabar com a tradição*” (Fandango de nome desconhecido, Grupo Mandicuera).

O evento do dia 06 de dezembro de 2013 marcou a trajetória dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR por comprovar o poder mobilizatório do grupo. O planejamento, organização e condução do evento partiu dos próprios pescadores.

O Chefe da regional Sul do ICMBio comentou que tinha sido a primeira vez que uma comunidade tradicional tinha articulado a elaboração de algo concreto para que o órgão pudesse agir. Para ele, geralmente as reuniões contavam com depoimentos e pouco se poderia fazer ou assumir enquanto compromisso. Para ele, o Parecer Técnico, junto à mobilização dos pescadores naquele dia, dava, a ele, algo palpável para dar um retorno às demandas. Não assegurou, contudo, nada de concreto, nem sobre a forma como o parecer técnico seria incorporado ao processo do Plano de Manejo, nem o que aconteceria com os estudos que foram analisados e estavam para ser aprovados; nem mesmo sobre as 3 propostas apresentadas pelo MOPEAR/MPP em carta aberta (MOPEAR, 2013)<sup>48</sup>. Nada indicava um encaminhamento em benefício dos pescadores, muito menos para a resolução dos conflitos que, naquele momento, não poderia mais ter a sua existência negada pelo ICMBio.

O discurso do órgão, ao final do encontro, apontava para a dificuldade em se realizar novos estudos, dada a ausência de orçamento. As universidades presentes representadas por professores e pesquisadores autores do parecer técnico apresentado, bem como professores de outros departamentos e instituições que também se manifestaram, disponibilizaram seus recursos e capital intelectual para a realização dos estudos, caso o único problema fosse o custeio das pesquisas – mas, para isto, também não houve uma resposta concreta.

Alguns meses depois, o retorno dado pelo ICMBio ao parecer foi uma resposta elaborada pelos gestores do Parque (ICMBio, Nota Técnica nº 002/2014-PNS/ICMBio), onde a defesa do ICMBio se baseou em respostas que desconsiderassem parte do que havia sido apontado pelos 19 pesquisadores. Diversas respostas buscaram justificar procedimentos metodológicos, no entanto, pouco se tentou agregar à preocupação que o MOPEAR trazia à tona: a de melhorar os mecanismos de participação para embasar o Plano de Manejo com

---

<sup>48</sup> “Considerando as denúncias apresentadas no decorrer do Encontro, requeremos ao ICMBio: 1) a realização de novos “estudos” através da verdadeira participação das comunidades afetadas pelo PNS, antes da aprovação do Plano de Manejo; 2) A elaboração de Laudo Antropológico das comunidades afetadas pelo Parque Nacional do Superagui, conforme recomendação da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, como condição para aprovação pelo ICMBio dos Estudos de Usos Público e Turismo e Relatório Socioeconômico, Histórico e Cultural do PNS, e 3) Definir um espaço de discussão com as comunidades para que elas explicitem quais usos são necessários para sua reprodução social e, que o ICMBio forneça o acesso imediato a seus territórios tradicionais para que realizem seu modo de vida conforme manda a legislação do SNUC e da Lei da Mata Atlântica, além da Constituição Federal em seu art. 216º, e o Decreto Federal n. 6040/2007. Confiante na justiça como guia do Estado Democrático de Direito, e na Constituição Federal, que nos assegura a dignidade e a igualdade pelo reconhecimento da nossa diferença, exigimos o cumprimento da legislação federal no que concerne aos direitos dos povos e comunidades tradicionais no Sul do Brasil.” (MOPEAR, 2013).

informações que os mesmos considerassem como mais adequadas e fidedignas à sua realidade. Os gestores classificaram o conteúdo do documento como “teórico e acadêmico” demais e, por isso, o desqualificaram diante da experiência de mais de 20 anos dos técnicos no Parque. Os gestores responderam ao parecer em forma de tabela, sendo que algumas das respostas dadas pelo órgão às nossas ponderações eram copiadas e coladas, servindo genericamente a diversos assuntos de uma só vez.

Alguns exemplos são: quando dito no Parecer técnico que “o estudo [do ICMBio] minimiza diversas questões ao dividir de maneira simplista e arbitrária (aspectos negativos ou positivos) a realidade social em 12 temas que a própria equipe que elaborou o estudo julgou pertinente, deixando de lado, por exemplo, a questão cultural (em relação à profundidade do estudo) e territorial”, a resposta do ICMBio foi “A questão cultural não foi relegada a segundo plano” (ICMBio, Nota Técnica nº 002/2014-PNS/ICMBio, p. 25). Outro exemplo é de que, apesar de todas as ATAS de reuniões do Conselho do Parque, bem como as de todos os momentos de atividades relativas ao Plano de Manejo realizadas junto às comunidades terem sido analisadas para a produção do parecer técnico, o ICMBio padronizou a seguinte resposta para grande parte dos apontamentos indicados no documento: “Não se trata de trabalho acadêmico e o Parque, com 24 anos, tem informação suficiente para tomar decisões que sejam adequadas para os atores envolvidos. A análise não considerou ainda as outras oficinas e reuniões referentes ao Plano de Manejo” (BRASIL. ICMBio, Ofício nº115/2014-CR9/ICMBio, 2014, p.31).

A gestão do PNS incorporou em seus documentos uma ou outra questão do parecer que, na verdade, tinham pouca relevância no contexto geral<sup>49</sup>. O ICMBio justificou que faltava uma visão do processo como um todo do Plano de Manejo por parte dos pesquisadores que elaboraram as análises do parecer técnico. Afirmaram, os gestores, que estes pesquisadores não tiveram acesso ao documento que levantava mais de 300 demandas para o Planejamento, e mais de 100 indicações de zoneamento realizadas durante oficinas participativas. A grande questão, até aquele momento era: e quem teve acesso ao referido documento com as 300 demandas? Nem pescadores, nem pesquisadores, nem mesmo as Defensorias Públicas da União e do Estado do Paraná e, posteriormente, nem mesmo o juiz que mediou uma Audiência de Conciliação

---

<sup>49</sup> Como eliminar a descrição que fizeram de Bertioga em São Paulo quando deveriam ter falado da Bertioga do Paraná ou suprimir a afirmação de que o Indaiá substituiria a mandioca na produção de farinha, erros esses que, embora considerados pelos pescadores enquanto insultos à cultura local e à possibilidade da reprodução social do grupo, não consistiam na crítica central dos estudos.



tiveram acesso a esse documento quando solicitado diretamente ao ICMBio. A questão, inclusive, teve papel central no desencadeamento da Ação Civil Pública que trataremos adiante.

As Defensorias Públicas do Estado do Paraná (DPPR) e da União (DPU) se manifestaram quanto à resposta do ICMBio afirmando que, ainda que o órgão tivesse alegado que reconhecia os pescadores artesanais enquanto uma população ou comunidade tradicional, continuava negando expressamente o uso do território tradicional e de seus recursos naturais. Para as defensorias:

É de espantar, mas deveria se seguir ao fato do ICMBio reconhecer que os pescadores artesanais são sim uma população tradicional o especial reconhecimento da proteção dos seus direitos consagrados/garantidos pelo Decreto Federal nº 6040/2007 e pela Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), internalizada pelo Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004. Em que pese a Nota Técnica do ICMBio ter assinalado ou oportunizado aos pescadores artesanais a indicação dos usos e costumes que devem ser protegidos, o que se seguiu a elaboração do documento foi um total e frontal **alijamento dos pescadores artesanais, que integram o MOPEAR**, do processo de confecção/construção do plano de manejo (BRASIL. DPU e DPPR, 2015a, p. 13).

Na semana seguinte do evento realizado em Superagui houve uma reunião do Conselho Consultivo do PNS, no dia 10/12/2013 - no qual alguns pescadores articulados no MOPEAR participam enquanto representantes de suas comunidades. Na reunião foram apresentados os “resultados” dos estudos preliminares do Plano de Manejo – estes deveriam ser aprovados pela comunidade para que, em seguida, fossem encaminhados para aprovação em Brasília. Ainda que o encontro de dias antes apontasse o contrário, o conteúdo foi aprovado e encaminhado, o que poderia dar a entender que as comunidades estavam de acordo com o processo. Em reuniões posteriores, cujo objeto da discussão foi a proposta de zoneamento criada pelos gestores da UC e baseada nos estudos preliminares, bem como em outros documentos, os pescadores comentaram a fala do ICMBio, de que todos deveriam desejar a aprovação da proposta em Brasília, pois eles realmente tinham elaborado um zoneamento que seria muito bom para a comunidade. Dentre as classificações planejadas para a área de ocupação das comunidades tradicionais constava uma “ZONA DE OCUPAÇÃO TEMPORÁRIA”. Por conta da experiência, naquele momento, de 24 anos de conflitos, impedimentos de realização de suas práticas tradicionais, do acesso ao território, da retirada indireta de moradores de suas comunidades<sup>50</sup>, os pescadores logo desconfiaram que lhes conceder a ocupação temporária de seu território não poderia significar boa coisa.

---

<sup>50</sup> Há um caso emblemático da região que se refere ao deslocamento da comunidade do Rio dos Patos, localizada dentro dos limites do PNS, para outras comunidades, fora da área do Parque. Nunca houve um processo formal de realocação por parte do ICMBio, no entanto, os próprios caiçaras e pescadores que de lá vieram, bem como todas as comunidades da região, afirmam que foi um tipo de “retirada indireta”, uma vez que as restrições ambientais passaram a dificultar a vida no lugar. Somado a isso, a possibilidade das crianças estudarem nas escolas construídas

### 1.2.2 A criação de um grupo de trabalho: novos apoios e espaços entram em cena

Ainda nos momentos finais do dia 06/12/2013, os pescadores tentaram amarrar algum encaminhamento com as autoridades presentes. A batalha para tirar algo dali era como um dia de pesca no inverno: às vezes parece que se gasta o óleo à toa, se passa frio, fome, muitas vezes volta-se sem o pescado – mas ainda na dificuldade, nunca se perde a esperança, porque ser pescador é ser gente de fé e de luta. Depois de muito espremer, de empurrar, de exigir, a pressão popular deu conta de alcançar algo que foi visto por muitos com bons olhos: foi criado um Grupo de Trabalho (GT)<sup>51</sup> cuja finalidade seria discutir de maneira constante os conflitos relacionados ao Parque, inclusive o relativo à participação no Plano de Manejo, e como resolvê-los. O chefe Regional do ICMBio se manifestou, já na ocasião, afirmando que não se comprometeria pois sabia que, dada a distância e seu calendário de trabalho, não teria como acompanhar assiduamente o espaço, mas firmou o compromisso de que “alguém” do ICMBio participaria.

O “alguém” logo assumiu sua verdadeira identidade: transformou-se em ninguém. O GT formado encontrava-se uma vez a cada 1 ou 2 meses e o convite ao ICMBio era encaminhado via email, mas a resposta era sempre negativa. Ninguém participaria. O ICMBio, que dizia ser autor do Plano de Manejo mais participativo do Brasil (e que o seria ainda mais), se recusou a frequentar os espaços onde não era ele quem ditaria como se daria a participação. Nenhuma figura linguística ou expressão popular daria conta de explicitar os pormenores de uma situação tão contraditória, porém, agora, tão clara.

Eram os pescadores, organizados através do MOPEAR, que convocavam as reuniões do GT. Também eram eles que definiam as pautas, organizavam os tempos, decidiam o local e a dinâmica dos encontros, relatavam e problematizavam sobre a realidade que exigiam mudar. Assim como no dia 06/12/2013, eram os pescadores que estavam no controle da situação. Sabiam bem usar o leme para dar a direção e também sabiam que em alguns momentos não haveria motor, e seria preciso aguentar no remo. Demonstraram capacidades impressionantes

---

em outras comunidades e dificuldades relativas ao acesso de serviços de saúde e outras necessidades básicas confluíram para a mudança desses sujeitos. As famílias, no entanto, apesar de estarem em outras comunidades, continuam utilizando a área, embora com menor frequência. Além desse caso do Rio dos Patos, as comunidades responsabilizam as ações do ICMBio pela decisão de diversas pessoas em deixar seus territórios tradicionais rumo as cidades, pela dificuldade gerada pelas restrições ambientais à sobrevivência desses grupos.

<sup>51</sup> Aderiram ao GT as diversas instituições, órgãos estatais e atores presentes no evento, dentre eles a Defensoria Pública da União, Ouvidoria da Defensoria Pública Estadual, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, Pesquisadores, deputados estaduais, Secretaria de Justiça, bem como os próprios pescadores e caiçaras. Posteriormente, outras instituições foram aderindo ao GT.

de ouvir, mediar, articular, aprender, se apropriar, exigir, alcançar. Com criatividade e firmeza de quem resiste bravamente há muito tempo, mas com vontade e expectativa, como se a luta tivesse começado ontem, eles construíram seu espaço de debates. Houve uma ocasião em que um novo participante (pesquisador) chegou ao GT e estranhou: “- São os pescadores que coordenam?”.

As discussões ao longo do GT foram várias e se atualizavam junto com o curso da vida dos sujeitos e seus enfrentamentos diários. Ora participação, ora energia elétrica, ora pesquisa científica, ora legislação, ora tradição, ora escola e educação, ora saúde, ora parcerias, ora violência, ora autodemarcação e assim por diante. O espaço não se construía apenas de debates, foi ganhando corpo à medida que também se encaminhavam decisões. Subgrupos, encarregados de assuntos específicos, se formavam e davam dinâmica às pautas do grupo. A principal prerrogativa desse espaço foi a autodeterminação dos sujeitos, definindo o que queriam em relação ao território, às pesquisas que eram realizadas, como achavam que deveria ser conduzido cada processo de debate e encaminhamento sobre qualquer assunto. Os demais apoiadores (defensores públicos, pesquisadores, membros de ONGs, deputados, assessores, representantes de instituições de direitos humanos, dentre outros) atuavam no sentido de contribuir com sugestões, indicando caminhos, pensando junto em como resolver cada conflito. Foi dentro do GT que foi tomada uma decisão emblemática na história dos pescadores de Guaraqueçaba: a judicialização do conflito em torno da falta de participação no Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui.

Contudo, antes de darmos prosseguimento à história dos enfrentamentos realizados pelos sujeitos mobilizados em torno do MOPEAR, cabe fazer alguns apontamentos e conexões que permitem compreender mais a fundo a conjuntura socioespacial em que vivem os sujeitos do território em questão. Neste sentido, o próximo subitem visa dar conta de amarrações teórico-temáticas, a fim de explicitar as rupturas históricas que o Movimento vem promovendo no âmbito das discussões sobre comunidades tradicionais e a conservação da natureza.

### 1.2.3 Uma breve conjuntura da luta pelos comuns

[...] Com medo de ir pra cidade enfrentar favela, fome e desemprego/ Saída dessa situação é segurar as mãos de outros companheiros/ E assim já ninguém chora mais/ Ninguém tira o pão de ninguém/ A terra que foi proibida ficará liberta, o medo não convém/ Compadre junte ao movimento, convide a comadre e a criança/ O território nos pertence, somos pescadores, povos caiçaras/ Se somos contra esse Parque da mãe natureza somos aliados/ E viva a vitória no chão dessa organização chamada MOPEAR/ Seguimos por nossos direitos, demarcando terras, conquistando chão/ Pois vamos continuar lutando pra sorrir os filhos de quem colhe o pão/ E a luta pelo

território a gente até para assim que conquistar/ A RESEX demarcada por força de um povo que sabe lutar (**Assim já ninguém chora mais. Música de Zé Pinto, adaptada pelo MOPEAR**).

Como apontado nos subitens anteriores, relativos às diferentes propostas para se pensar e ordenar o território das comunidades de pescadores(as) artesanais e caiçaras, esse processo histórico não se fez de maneira harmônica ou autônoma: o surgimento de diferentes atores fizeram com que as forças sociais da região se alterassem<sup>52</sup> e, assim, novos projetos foram colocados ou impostos na vida das comunidades. Tentamos, então, com este registro, demonstrar as modificações da conjuntura histórica, onde as comunidades tiveram que criar suas estratégias e re-existir, para poder permanecer em seus territórios.

Fazer análise de conjuntura se faz necessário para que possamos avaliar as relações de força de uma sociedade, com o fim de fazer uma leitura onde os caminhos das histórias e geografias vão se entrelaçando e seus efeitos na realidade. Para essa tarefa, Souza (1985) chama a atenção para a necessidade de refletir sobre os acontecimentos que se desdobram em um contexto de conflito territorial. O autor afirma ser importante distinguir fatos de acontecimentos: os fatos acontecem todos os dias, em qualquer lugar; mas apenas alguns fatos poderão ser interpretados como acontecimentos – justamente aqueles que “[...] adquirem um sentido especial para um país, uma classe social, um grupo social ou uma pessoa” (Souza, 1985, p. 10) – logo, os subitens anteriores serviram para sintetizar os acontecimentos considerados pelos próprios pescadores como de grande relevância para a compreensão da realidade atual em que vivem.

Para além dos acontecimentos, este trabalho visou registrar as transições que existiram entre cada momento histórico, levando sempre em consideração as ações sociais (Ribeiro, 2014)<sup>53</sup> dos sujeitos que viviam no território tradicionalmente ocupado. Assim, outro conceito que se mostra fundamental para uma análise de conjuntura é o de tática – trata-se de manobras realizadas com o fim de alcançar determinados objetivos. Neste sentido, relatamos como, anteriormente, as comunidades se organizavam segregadamente como, por exemplo, desde associações de moradores, que respondiam apenas por uma comunidade, desde a representação por um indivíduo, sem uma pauta ou luta em comum. O acontecimento do enfrentamento feito

<sup>52</sup> Souza (1985, p. 13) coloca que “[...] as classes sociais, os grupos, os diferentes atores sociais estão em relação uns com os outros. Essas relações podem ser de confronto, de coexistência, de cooperação e estarão sempre revelando uma relação de força, de domínio, igualdade ou de subordinação”.

<sup>53</sup> Segundo a autora, o conceito está ligado à ideia de transformação da realidade, seja em seu aspecto cultural, seja em seu aspecto material: “[...] a ação envolve sentido, envolve desígnio. Filosoficamente, a ação é *práxis*, atividade é *poiesis*. Nesse sentido, a ação é *práxis*. Afirmar isto no âmago da ação significa controlar a *práxis*, significa, digamos, controlar os espaços de luta pela liberdade, preservar alguns valores fundamentais como o valor da igualdade” (Ribeiro, 2014, p. 78).

contra a Agropastoril, que resultou na demarcação dos picadões, demonstra bem como as táticas tem serventias locais, à parte de uma decisão coletiva que envolvesse outras comunidades.

O logro maior do MOPEAR, por isso, talvez tenha sido alavancar a mobilização em prol da criação de um pensamento comum entre as comunidades, o que as permitiu pensar em uma estratégia coletiva: os problemas sociais vivenciados passaram a ser vistos como questões compartilhadas, de maneira que foi o início da criação do Plano de Manejo que motivou a expansão territorial do Movimento. Com isto, esta organização passou a atuar no cenário político da região enquanto um ator social<sup>54</sup> – mesmo tendo sido criado em 2008, somente em 2013 é que este acontecimento se consuma. A estratégia que passa a unir os sujeitos é objetiva, mas não simples: retomar o controle sobre o seu território e, consequentemente, sobre suas vidas, atuais e futuras. A busca por autonomia, enfim, surge como mote ao Movimento.

Logo, não significa que as comunidades não viviam problemas relativos, por exemplo, à educação e à energia elétrica antes da criação do MOPEAR, ou que não tenham feito nenhum tipo de mobilização para tentar mudar a situação em que viviam: significa, sim, que a partir deste momento de 2013, em que o MOPEAR se expande e se fortalece, sua estratégia coletiva passa a direcionar as táticas das comunidades – por isso se viu, em novembro de 2014, quando as comunidades de Tibicanga, Barbados, Superagui, Vila Fátima e Canudal se fizeram presentes na manifestação em Sibui, quando agentes públicos foram pressionados pelos pescadores(as) sobre a falta de energia elétrica na comunidade<sup>55</sup>.

O projeto de vida que o MOPEAR vem defendendo, apresenta um caráter coletivo que pode ser percebido a partir da forma como os sujeitos vêm construindo os consensos sobre o que são seus *bens comuns* ou *comuns* – de maneira genérica, estamos afirmando que a propriedade privada e/ou a propriedade pública não são as únicas formas de organização da vida social que existem. No caso específico vivenciado pelo Movimento, o léxico comuns aparenta ser mais condizente com as características da ação social promovida pelos sujeitos: afinal a expressão bens comuns, segundo algumas interpretações, leva a considerar os recursos como o núcleo central da discussão, como nos debates mais voltados à pensar na gestão desses recursos, secundarizando o papel dos sujeitos e das práticas envolvidos. As categorias *comum*

---

<sup>54</sup> Um ator social, segundo Souza (1985, p. 12), é alguém que representa um papel importante em um determinado enredo histórico, em uma trama de relações específicas. Um ator social pode ser um indivíduo, uma classe social, um grupo ou uma instituição: para poder ser classificado assim, basta que represente alguma coisa para a sociedade, encarnando “[...] uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia”.

<sup>55</sup> Este momento foi muito bem registrado pelos moradores, desde gravações feitas em celulares e câmeras digitais – estes vídeos foram editados em formato de um documentário, denominado “Na vela e no lampião: onde a luz NÃO é para todos”, disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=6sceHtc6O\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=6sceHtc6O_g)>. Acessado em 30/09/2015.



ou *comuns* estariam associadas à diversidade e especificidade dos sujeitos, suas práticas e seus territórios (VIEIRA, 2016, p. 10). Pensar nos comuns significa:

[...] reflexionar sobre las múltiples relaciones de cooperación que hombres y mujeres tejemos cotidianamente, en diferentes lugares del mundo, para reproducir nuestra vida de forma satisfactoria; reflexionar sobre las formas históricas de estas relaciones, sus razones, sus potencias, sus límites, sus fragilidades, sus futuros. **Significa reflexionar sobre las posibilidades de emancipación social anidadas en el hacer cotidiano de mujeres y hombres que, desde distintas latitudes del planeta, están luchando para conservar, cuidar, amplificar o reapropiarse de las condiciones materiales y simbólicas necesarias para garantizar la reproducción digna de sus vidas.** Significa **volver a centrar la mirada en las variopintas y coloridas tramas asociativas** a lo largo de las cuales hombres y mujeres entrelazamos nuestros haceres de forma autónoma, recuperando –por lo menos en parte– la capacidad de establecer los sentidos, los ritmos y los causes de nuestra vida práctica. Finalmente, preguntarse el “¿para qué?” de lo común significa, para nosotrxs, **preguntar por los caminos de la autonomía y la audeterminación** (LINSALATA e SALAZAR LHOMAN, 2015, p. 10. Grifo nosso).

A nosso ver, a concretização de um projeto coletivo baseado nos comuns aponta para a existência de uma ontologia relacional, mas, além disso, permite vislumbrar, como bem destacam os autores, um horizonte de emancipação social, baseado nessas formas próprias de pensar e agir no mundo. Mesmo que a autonomia e autodeterminação sejam elementos de extrema importância nesse contexto, é preciso ponderar sobre o caso específico do MOPEAR, que vem buscando alcançar tais elementos, embora a partir de um projeto a ser construído junto ao ICMBio, uma vez que uma de suas propostas é pensar a criação de uma UC que seja compatível com seu projeto identitário e, portanto, seu projeto de comuns e sua ontologia relacional.

Esses sujeitos acreditam que, mesmo diante do complicado histórico decorrente da instauração de uma UC em seus territórios, a grande incompatibilidade existente decorreu dos objetivos restritivos relativos à categoria de Parque Nacional. Ao pensar em uma Reserva Extrativista (RESEX), acreditam que a forma de gestão poderá se compatibilizar ao projeto baseado nos comuns que os mesmos vêm construindo. A esperança em torno de uma UC orientada pela gestão dos comuns se firma na ideia do deslocamento ou até mesmo reinvenção do papel do Estado, que deixaria de regular e decidir unilateralmente sobre o território – este poderia passar a ser pensado a partir da discussão política de mecanismos como os acordos coletivos.

A partir da significação coletiva do que são os comuns<sup>56</sup> das(os) pescadoras(es) artesanais e caiçaras articulados no MOPEAR, os sujeitos vêm atualizando suas práticas

---

<sup>56</sup> Como consequência de uma tentativa do ICMBio em definir as demandas tradicionais dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras (situação que será explicada no subitem 1.2.4), realizamos um exercício inicial de

tradicionais e seus mecanismos de gestão territorial compartilhados entre diversas comunidades. Esses comuns compõem, enfim, um projeto coletivo do Movimento, que permite ampliar a discussão acerca dos conflitos vividos pelos pescadores naquela região – afinal, estes processos não se resumem tão somente a uma disputa territorial, local ou pontual. O desenrolar dos enfrentamentos promovidos por estes sujeitos organizados permite perceber como demandas foram se ampliando, delineando melhor a noção de comuns dos pescadores. É justamente essa abertura de novas demandas que vão se efetivando que possibilitam a permanência e o controle dos territórios, ou seja, elas funcionam, de certo modo, como condição para a r-existência.

Para Souza (1985, p. 11) os cenários são os espaços onde se desenrolam as tramas sociais e políticas de um determinado contexto socioespacial. Destarte, os cenários, que aqui podemos chamar de lugares, espaços ou territórios de um conflito podem se deslocar no transcorrer de uma luta socioterritorial - no caso concreto do MOPEAR, o conflito iniciado nas comunidades, pela r-existência cotidiana a diversos atores antagonistas, estendeu-se para lugares como o Bar do Magal em um determinado momento, mas também alcançou espaços como a Defensoria Pública, Instituições de Ensino Superior e organizações de âmbito regional e nacional. Logo, deslocou-se da beira dos manguezais para instâncias de lutas internas ao Estado social democrático, como gabinetes ministeriais, fóruns de justiça, defensorias públicas e tantos outros espaços.

O importante na mudança desses cenários dá-se justamente pelo fato de que o MOPEAR teve a capacidade de definir ou influenciar na definição destes espaços. Assim, os sujeitos passaram a fazer parte de Movimentos nacionais, como o MPP e a CONFREM, além de passar a defender seu projeto de vida em espaços institucionais antes inimagináveis, como nas universidades, nas ruas e, até mesmo, na Justiça Federal. Cabe frisar que o projeto dos sujeitos do MOPEAR não se resume a uma mera adequação ao sistema hegemônico, como também não poderia ser tratado como uma mera reforma deste: afinal, no cerne das discussões sobre os comuns dos pescadores está a alteração das próprias relações sociais vigentes – ou seja, ao influir na conjuntura local, o MOPEAR busca agir diretamente na modificação da estrutura da sociedade. Para entender essas alterações estruturais, precisamos retomar a história dos enfrentamentos do MOPEAR, com a finalidade de demonstrar como a organização interna do movimento, os saberes e as práticas tradicionais, o território tradicional, os acordos

---

levantamento das práticas tradicionais desses sujeitos. Essas práticas também constituem o *comum* do grupo, já que envolvem os saberes e fazeres associados ao uso do território. A lista possui mais de 80 itens e será apresentada em outro momento da tese.

coletivos, as normativas jurídicas e a produção do conhecimento científico vão se tornando comuns aos sujeitos.

Dando sequência ao texto, o próximo subitem apresenta um acontecimento que marcou a trajetória do MOPEAR, cujas repercussões continuam a reverberar e que apontam para uma nova forma de pensar politicamente alguns dos elementos mencionados.

#### 1.2.4 O reconhecimento da ação social por via judicial: a instauração de uma Ação Civil Pública

A decisão de entrar com uma Ação Civil Pública contra o ICMBio não foi fácil, tampouco rápida – e esta só foi tomada após mais de um ano de discussões intensas no GT. As instituições participantes deste espaço alertavam para a necessidade do diálogo com os órgãos ambientais e foi isso que o grupo buscou realizar, sem sucesso, durante todo o tempo de sua existência. Nestas reuniões foram pensadas diversas alternativas para a resolução dos conflitos denunciados pelos pescadores no dia 06 de dezembro de 2013.

Mesmo com os convites para a participação nesse espaço de diálogo, o ICMBio sempre negou ou justificou sua ausência, não tendo participado de nenhuma das reuniões do GT. As figuras que seguem comprovam as justificativas dadas para a não participação:

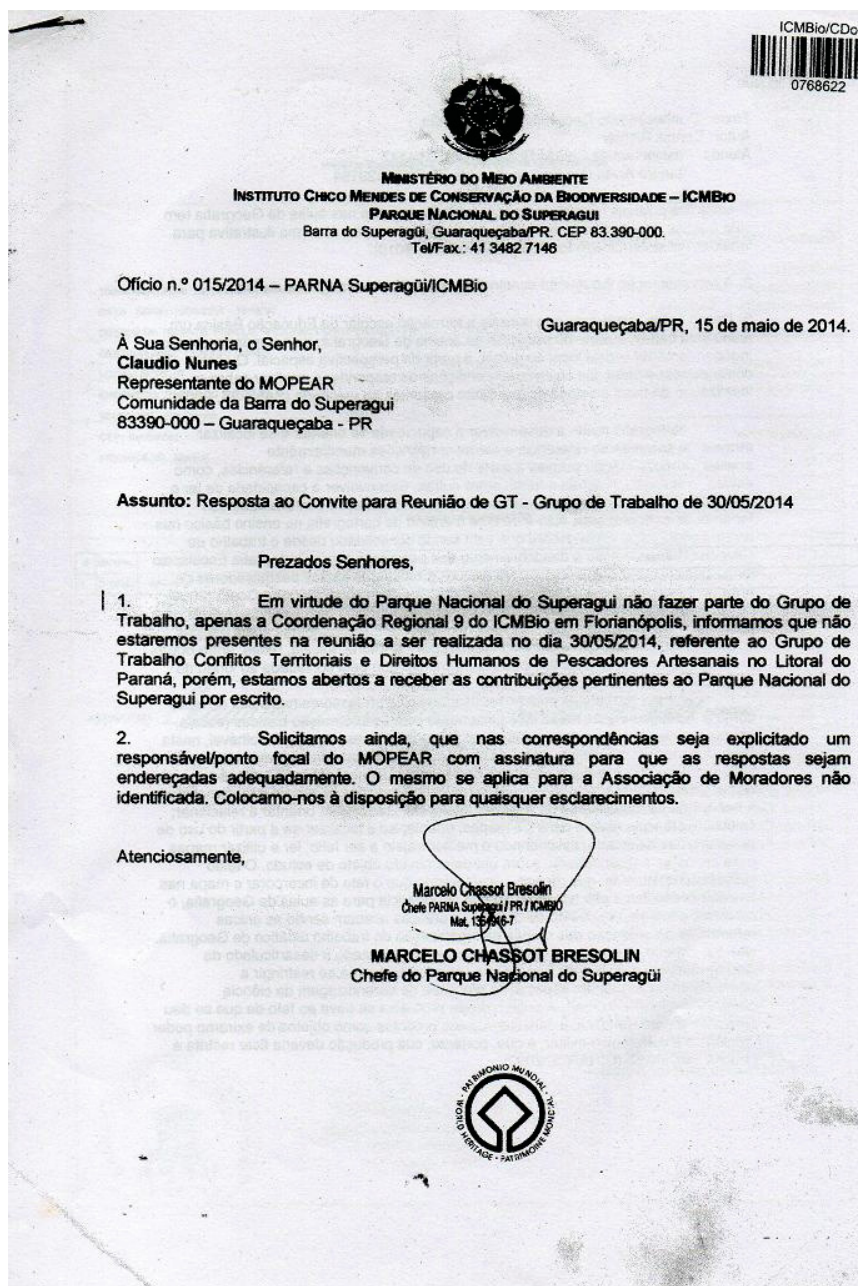


Figura 37 – Resposta ao Convite para Reunião de GT através de Ofício n° 015/2014 – PARNA Superagui/ICMBio. Fonte: Acervo MOPEAR (2014).

A ausência dos gestores do Parque já era esperada devido ao argumento que o próprio autor do ofício apresenta: no momento da criação do GT eles não se comprometeram a participar desse espaço. Apesar disso, os pescadores e caiçaras desejavam a presença da equipe gestora por acreditarem na possibilidade de encaminhar soluções concretas nos assuntos relativos ao território e ao Plano de Manejo.

Mesmo compreendendo os trâmites burocráticos dentro de instituições como o ICMBio, mas desconfiados pelos anos de receios gerados pela fiscalização ambiental, os pescadores interpretaram a solicitação de apresentar um nome para “responder” pelo

movimento nas correspondências como algo inoportuno: em seu entendimento um movimento é a objetivação de sujeitos coletivos. Ao lançar formalmente um nome, receavam que isso quebrasse a sua própria lógica de funcionamento, criando hierarquias internas até então inexistentes, visto que nesse tipo de organização social não há uma liderança que vá a frente, decidindo ou respondendo pelos outros. A reflexão era que, dentre tantas outras questões, isso poderia desencadear o velho problema da representação e ameaçar um modelo organizativo mais adequado à sua realidade.

A Coordenação Regional CR9 do ICMBio também justificou sua ausência nas reuniões, conforme comprova um dos ofícios emitidos em resposta ao convite. Em alguns momentos de diálogo entre pescadores e membros da Coordenação Regional CR9 foi afirmado que a maneira ideal para a continuidade do debate seria a comunicação por escrito. Houve um certo desânimo por parte dos pescadores que, embora acreditassem que era melhor um diálogo por escrito do que a ausência dele, esbarraram na dificuldade concreta para a realização desse feito: apenas duas comunidades que, naquele momento, estavam articuladas ao MOPEAR tinham energia elétrica e, ainda assim, o acesso a computadores era difícil, fazendo com que os pescadores só acessassem ao seu correio eletrônico nas ocasiões de ida à Paranaguá.



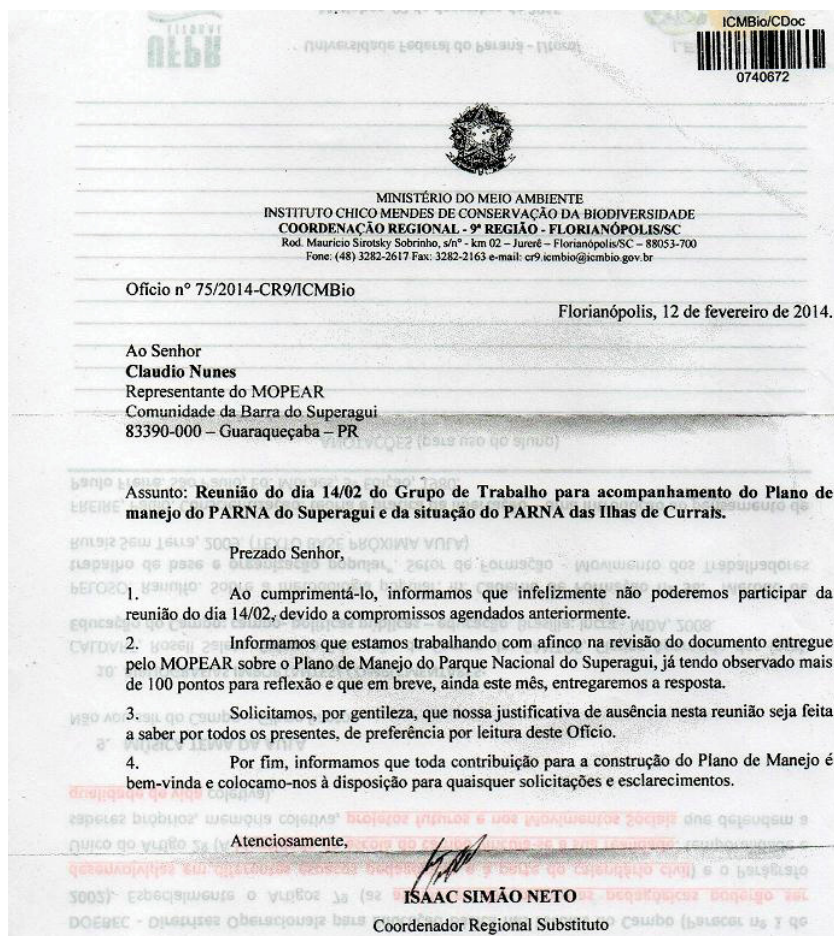


Figura 38 – Ofício nº 75/2014 – CR9/ICMBio sobre a Reunião do GT. Fonte: Acervo MOPEAR (2014).

A figura anterior se refere a uma das respostas da CR9, também sinalizando negativamente sobre a possibilidade de participação nos debates presenciais. Diante de todas as negativas, representantes do MOPEAR conseguiram ir até Brasília, em uma reunião com instâncias superiores do ICMBio, a fim de dialogar sobre a forma como o Plano de Manejo estava sendo construído e sobre como resolver os conflitos territoriais ali presentes, mas nenhum encaminhamento concreto foi deliberado.

Enquanto isso, o trabalho da gestão do PNS para a elaboração do Plano de Manejo continuava mas, segundo os pescadores, eles continuavam sem saber informações sobre esse processo de maneira adequada. Os boatos que corriam entre eles eram de que o CONAPA havia dado sequência aos seus trabalhos, como na construção de uma proposta de zoneamento, de definição de objetivos para a gestão entre outros fatores. Assim, a construção do Plano de Manejo, na visão dos pescadores, continuava sendo colocada em prática.

Ante esse cenário cercado de dúvidas, as Defensorias Públicas da União e do Estado do Paraná solicitaram formalmente ao ICMBio que fornecesse as produções relativas ao Plano de Manejo produzidas após outubro de 2013 - mas o ICMBio negou o envio de tais documentos

por meio do ofício 366/2014-DIMAN/ICMBio. Como na própria resposta dada pelo ICMBio para o Parecer técnico, o órgão dava indícios de que existiam documentos aos quais os pesquisadores não tiveram acesso, como os mapas dos estudos preliminares e a lista com as 300 demandas tradicionais. Diante da negação dada à Defensoria, esta se manifestou via Processo de Assistência Jurídica:

Este frontal alijamento tem sede e origem na recusa do ICMBio [...] em apresentar à DPU os documentos/estudos produzidos após outubro de 2013 bem como na ausência de prévia e ampla comunicação/divulgação das datas em que são realizadas as reuniões/oficinas “participativas”. **A recusa do ICMBIO** [...], a um só tempo, nega vigência: i) a prerrogativa de membro da Defensoria Pública da União, precisamente, afronta o artigo 44, X Lei Complementar 80/94; ii) aos art. 5º, inc. LV da CF, art. 225, §1º, IV da CF, art. 3º, inciso II, da Lei 9.784/99, art. 28 da Lei 9.784/99; iii) ao Decreto Federal nº 6040/2007 e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), internalizada pelo Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004 (BRASIL. DPU e DPPR, 2015a, p. 14).

As Defensorias destacaram ainda que a elaboração do Plano de Manejo continuava a ocorrer sem a participação adequada dos pescadores. Um dos aspectos apontados era a demanda por uma representação das comunidades nos espaços do Conselho Consultivo do PNS feita pelo MOPEAR, ou seja, que houvesse uma cadeira para que membros do MOPEAR participassem efetivamente das reuniões enquanto um movimento social relevante no processo de diálogo e decisão sobre assuntos relativos ao território.

Em suma, após constatar a negação do ICMBio em fornecer o acesso das Defensorias aos documentos que estavam sendo elaborados para o Plano de Manejo, o encaminhamento considerado juridicamente mais adequado, naquele momento, foi o de instaurar um procedimento judicial junto ao órgão. Cabe ressaltar que a decisão foi tomada no GT, com a presença e anuência do Movimento, sendo que esta foi dada diante da análise feita coletivamente, de que se nem as Defensorias estavam conseguindo ter acesso a essas informações, tampouco os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras conseguiriam fazê-lo – e, muito menos participar efetivamente desse processo.

Cabe ressaltar o fato dessa iniciativa ter sido empreendida pelos pescadores em um espaço de tomada de decisão coletivo, podemos pensar que essa Ação Civil Pública se operacionaliza a partir de uma lógica de ação diferente daquela proposta pelo Estado a partir do ICMBio: enquanto o órgão gestor arvora a proteção dos recursos naturais, secundarizando os sujeitos em prol de uma coletividade abstrata, a Defensoria optou em defender a tese de que o sujeito da ação deve ser levado em consideração em consonância aos recursos naturais, visto que sujeito e natureza, neste contexto, formam um todo indissociável: nossa interpretação é de que se trata de uma relação, não de partes distintas, ou opostas, sociedade x natureza. Enquanto

uma leitura preservacionista interpreta o recurso natural como algo a ser protegido da ação humana, a leitura dos comuns que aqui defendemos como essencial para compreender a lógica identitária e territorial desses grupos sociais, percebe o recurso como um dos elementos que constitui uma relação onde este ganha sentido ao estar associado a uma prática, um saber e um fazer que regulam seu uso e manejo. Ao mesmo tempo que se identifica uma distinção epistemológica, há, aqui, uma distinção que corresponde a uma dimensão ontológica e cosmogônica, de modos de produção distintos: a leitura é díspar – um grupo está olhando para o caranguejo e vendo um recurso, uma coisa a ser protegida do desaparecimento pelo estabelecimento de relações capitalistas, o outro, ao olhar o caranguejo, enxerga uma prática social, um jogo de relações, uma forma de exercer sua interação com o mundo. Trata-se de uma distinção de cosmogonias de modos de produção, uma vez que o próprio PNS surge como instrumento para coibir tais relações, mas, ao fazê-lo genericamente também coíbe quem se vê como natureza ou que com ela nutre relação simbiótica.

Acreditamos que desde essa experiência o Estado é forçado a pensar sobre as possibilidades de produção de ações do Poder Público, desde novas formas populares de gestão e planejamento territorial, de produção de conhecimento e de normativas jurídicas.

A resposta à judicialização foi interpretada como uma vitória para os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras no momento em que o juiz Guilherme Roman Borges da 1ª Vara Federal de Paranaguá deferiu a liminar que antecipou a tutela da Ação Civil Pública:

[O Despacho Liminar determina à ré – ICMBio - que: ] a) **disponibilize** às Defensorias Públicas e aos pescadores **os documentos e estudos do Plano de Manejo**, notadamente, aqueles produzidos a partir de outubro de 2013, bem como aqueles que vierem a ser produzidos; b) **garanta a efetiva participação dos integrantes do MOPEAR** (Movimentos dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná) na elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui e, c) **observe na elaboração do Plano de Manejo, as Diretrizes da Convenção nº 169 da OIT**, no que diz respeito à consulta às populações tradicionais e produções de estudos técnicos pautados em metodologias condizentes com a complexidade social local (BRASIL. 1ª Vara Federal de Paranaguá, 2015a, p.10).

Destacamos na citação as três determinações emitidas pelo Juiz e que consideramos de suma importância no contexto da luta do MOPEAR. Além da entrega dos estudos que haviam sido negados anteriormente, a exigência do reconhecimento do MOPEAR enquanto organização social legítima foi um grande avanço, uma vez que o Movimento sequer aparecia na lista de grupos organizados da região nos estudos preliminares que embasaram o Plano de Manejo. Reconhecendo a dificuldade no consenso entre ICMBio e comunidades tradicionais sobre o que consistia a participação efetiva, o juiz exige, ainda, que seja cumprida a Convenção

169 da OIT – fato inédito na história dos pescadores (as) artesanais e caiçaras da região que, pela primeira vez, sentiram-se amparados por um dispositivo jurídico que sabiam ser válido, mas que, no entanto, era deliberada e constantemente ignorado pelos atores antagonistas ao grupo. A decisão foi comemorada por todas as comunidades da baía de Pinheiros e a Defensoria se manifestou alegando que

O Plano de Manejo afetar­á significativamente a maneira ou o modo como as populações tradicionais licitamente podem utilizar os recursos naturais disponíveis. O ICMBio pretendia alijar o pescador artesanal, que integra o MOPEAR, do devido processo de construção do modo como legalmente poderá utilizar os recursos naturais disponíveis. **Garantir a presença do pescador artesanal na elaboração e construção do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui faz cessar e paralisa uma inaceitável e odiosa marginalização do pescador artesanal que integra o MOPEAR** (Diego Antônio Cardoso de Almeida – defensor público federal. DPU, 2015).

Apesar da expectativa de que os documentos seriam entregues e a participação do MOPEAR efetivada, como bem demonstra a fala do defensor, mesmo após a decisão do Juiz, os pescadores, bem como as Defensorias, não receberam os documentos por parte do ICMBio, o que motivou nova petição solicitando a intimação do órgão para que cumprisse a decisão. Ironicamente, o primeiro contato dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras com os “documentos participativos” elaborados pelo ICMBio ocorreria apenas no dia 28 de agosto de 2015, em Audiência de Conciliação realizada em Paranaguá – acontecimento que marca uma importante mudança de cenário na luta dos pescadores artesanais, pois ela passa a ocorrer no gabinete do juiz, mas, também, porque a partir deste momento histórico, há um rebalanceamento das relações de força, de maneira que o projeto preservacionista que visa banir e punir a presença humana, finalmente, é colocado em xeque. Essas são as tramas dos fatos narrados a seguir.

#### 1.2.5 Das ilhas à sala do juiz

No dia 28 de agosto de 2015 duas pescadoras e cinco pescadores artesanais entraram na sala da 1ª Vara Federal de Paranaguá. Encontraram lá dentro as pessoas da lei: Juiz, Procuradores, Defensores Públicos e toda uma equipe do ICMBio. Entendiam que ali, pela primeira vez em suas vidas, poderiam ser escutados e levados a sério e assim o fizeram. Foram quatro horas de depoimentos e tentativas de conciliação. Da sala se escutavam os gritos vindos dos 200 pescadores (as) artesanais e caiçaras que esperavam do lado de fora do prédio da Justiça



Federal. Eles carregavam faixas, cartazes, gritaram palavras de ordem desde as 13h até 18h. Enquanto a Audiência não acabava ninguém do lado de fora se calava.

Nesse momento, a luta do MOPEAR adentrou em um novo cenário, algo que se mostra não somente como um fato, mas sim como um importante acontecimento neste processo. Dentre outros fatores, a presença de um juiz mediando o diálogo permitiu um reequilíbrio das forças que outrora pendiam para o lado do ICMBio, e à lógica preservacionista. Neste novo ambiente, a entrada deste ator (o juiz) não significou um apoio ao MOPEAR, visto que este visa agir de maneira neutra, mas dada a importância do momento, o alto escalão do ICMBio se fez presente e ouvinte, o que dificilmente ocorria quando o Movimento buscava esse diálogo.

Neste novo cenário, os lugares de luta não se restringiram apenas à sala de conciliação, onde estavam o juiz, os procuradores e os representantes do ICMBio e MOPEAR, a rua, localizada na frente do fórum se fez ocupada por pescadoras(es) artesanais e caiçaras que se apropriavam daquele espaço de uma maneira muito mais efetiva do que o faziam nos conselhos ou outros espaços promovidos pelo ICMBio. Prova disto são as imagens que seguem:



Figura 39 – Imagens A, B, C e D: Momentos da manifestação de membros do MOPEAR durante Audiência de Conciliação no dia 28/08/2015. Fonte: a autora (2015).

Do lado de dentro, um a um, todos os pescadores falaram, assim como gestores do ICMBio. Em suma, foi durante a audiência que as Defensorias e MOPEAR tiveram acesso, pela primeira vez, ao tão citado documento das mais de 300 demandas que o ICMBio não havia entregue anteriormente – motivo que teria embasado a antecipação de tutela. De acordo com o termo de audiência, se tratava de uma relação das “demandas tradicionais que foram por ele, ICMBio catalogadas em número aproximado de 330” (BRASIL, 2015b, p. 3). Consistia no



mesmo documento que a equipe gestora do Parque alegava ter formulado quando se pronunciou no dia 06/12/2013. Também o mesmo documento que não foi disponibilizado aos pescadores, aos pesquisadores, às defensorias e cuja falta de acesso era usada pelo ICMBio como justificava para a desqualificação dos argumentos elaborados pelos pesquisadores no Parecer Técnico.

A entrega do documento, no entanto, não significava a resolução do problema da participação, uma vez que os pescadores desconheciam o produto, assim como seu conteúdo. Assim, o Juiz Dr. Guilherme Roman Borges definiu:

A questão de eventual abrangência e generalidade do objeto do processo, ao meu ver, neste instante, encontra-se superada. As argumentações trazidas pelas partes e seus representantes, bem como pela participação da própria população em sua fala, demonstra que o objetivo é a “efetiva participação na elaboração no plano de manejo”, isto é, o direito de serem contempladas determinadas práticas que se consideram tradicionais por parte do ICMBio ao elaborar o Plano de Manejo, ao menos para fins de análise e eventual refutação devidamente fundamentada. Naturalmente, não da reclamação do plano, mas do adequado levantamento das manifestações e interesses tradicionais das diversas comunidades nos atos que servirão para a redação do plano de manejo (BRASIL, 2015, p. 3).

Em outras palavras, inicialmente, o juiz argumenta que o que ora foi entendido como um objeto genérico, no qual não estava preciso o verdadeiro motivo para a entrada da Ação Civil Pública foi esclarecido durante a audiência de conciliação. O fato, portanto, consistia no anseio dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras em participar efetivamente no Plano de Manejo e que elementos essenciais à sua identidade coletiva, ou seja, suas práticas tradicionais, fossem contemplados e reconhecidos pelos instrumentos de gestão da UC – e, após reconhecer sua existência, caso essas práticas tradicionais não pudessem ser inseridas enquanto conteúdo a ser dialogado no âmbito do Plano de Manejo, que o órgão fundamentasse o porque tal prática não poderia ser incorporada. Essa resposta, continua o juiz, não se referia ao processo de elaboração do Plano de Manejo - como no caso da resposta dada pelo ICMBio ao Parecer Técnico que o questionava – mas a forma como o ICMBio identificaria as práticas tradicionais e demais interesses das comunidades tradicionais e fundamentaria consistentemente sua incorporação ou não ao plano que regularia tais práticas e interesses.

Para conseguir identificar se as práticas tradicionais seriam ou não incorporadas no Plano de Manejo o Juiz determinou que seria realizada uma inspeção judicial nas comunidades com o objetivo de ter um “conhecimento mais próximo da realidade conflitiva que se apresenta em juízo” (BRASIL, 2015, p. 3). Além disso, determinou que as Defensorias tivessem 90 dias para se manifestar sobre o documento entregue pelo ICMBio, analisando se as práticas

tradicionais, as quais os pescadores reclamavam estar sendo ignoradas pelo órgão ambiental, estariam contidas no documento e, caso não estivessem, apresentar quais estariam faltando<sup>57</sup>.

A notícia da visita do juiz logo correu pelas baías de Pinheiros, Laranjeiras e Guaraqueçaba como um todo, chegando até mesmo em comunidades que não foram diretamente afetadas pelo PNS. Muitos moradores, acostumados com as relações de poder historicamente instituídas na região duvidavam, achavam que o juiz não viria, e que se viesse já estaria predisposto a ficar do lado do ICMBio, já que eram ambos do governo. Outros ficaram receosos, afinal, quem garantiria a segurança dos moradores: o medo era de contar tudo ao juiz, falar das práticas tradicionais que foram criminalizadas pelos órgãos ambientais, contar que elas ainda eram importantes e presentes em seu cotidiano e, no dia seguinte, sofrerem mais uma ação repressiva da fiscalização ambiental. Quem poderia garantir a eles que isso não poderia acontecer? Os pescadores ainda tinham viva na memória a ocasião em que, durante a elaboração dos estudos que embasariam o Plano de Manejo, a equipe gestora e de consultores solicitou que eles identificassem em um mapa quais áreas eram essenciais para o uso da comunidade, dentre as áreas, deveria ser indicado o local onde se dava a “extração”<sup>58</sup> do caranguejo. Após a insistência e garantia por parte dos técnicos de que essas informações seriam usadas apenas para tentar encontrar soluções para o uso desse recurso, os pescadores e pescadoras indicaram essas áreas. Pouco tempo depois, um dos membros da comunidade foi pego pela fiscalização exatamente na mesma área que haviam indicado. O acontecimento gerou uma grande mobilização da comunidade, que foi em grande número até a sede do órgão gestor para “tirar satisfações” e exigir que o pescador não fosse punido.

Os 90 dias que sucederam a audiência de conciliação foram de um trabalho intenso por parte do MOPEAR. Eles que começaram toda sua batalha no dia 06/12/2013 por não estarem entendendo aqueles documentos enormes e de palavras difíceis agora teriam que analisar o documento do ICMBio, apontar suas carências e indicar sua própria versão dos dados

---

<sup>57</sup> Nesta ocasião fomos requisitados pelas Defensorias Públicas da União e do Estado do Paraná para elaborar o segundo Parecer Técnico relativo aos conflitos em torno da participação no Plano de Manejo do PNS. O documento juntado aos autos da ACP denominava-se “Parecer técnico sobre as contradições e limites da “gestão participativa” no plano de manejo do Parque Nacional do Superagui” (SOUZA et al., 2015).

<sup>58</sup> Extração é um termo emblemático para os pescadores. Eles dizem ter aprendido o termo com o ICMBio, pois quando qualificavam suas práticas como “catar”, “pegar”, “lacear” eram instantaneamente corrigidos pelos técnicos do ICMBio ou das empresas de consultoria, para que substituíssem pelo termo “extrair”. Embora possa parecer um mero detalhe, no contexto do reconhecimento das práticas tradicionais e da gestão dos comuns, esses termos tem papel fundamental para se compreender de que forma os sujeitos associam os saberes e fazeres relacionados aos “recursos naturais”. Usar tão somente o termo “extração” pode ter uma conotação negativa, no sentido de que a preocupação que está em jogo ali se refere, pura e simplesmente, aos recursos naturais, descolado da prática social da qual ele faz parte.

levantados acerca de sua identidade coletiva. Assim, decidiram enfrentar as dificuldades do mundo letrado e produziram seus próprios dados.

Fomos indicados pelos pescadores e solicitados pelas Defensorias Públicas a emitir um terceiro parecer técnico (SOUZA et al., 2016) acerca da questão da participação social e das práticas tradicionais dos grupos de pescadores(as) artesanais e caiçaras com o objetivo de complementar as informações dos próprios sujeitos. Já estávamos desenvolvendo pesquisas e ações de extensão e ensino na região a partir da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e, assim, não apenas acatamos a demanda pelo parecer como utilizamos dos espaços de nossas produções acadêmicas que já estavam em curso para fazê-lo.

Para nós, pesquisadores, algo importante a destacar era o contexto no qual um esquema interpretativo preservacionista instaurado, sobretudo, a partir da criação de uma UC restritiva passou a interditar direitos relacionados ao acesso aos recursos naturais essenciais à existência coletiva de uma comunidade tradicional e que, nesse momento, a partir da demanda oficializada por parte de um juiz federal, eram justamente essas práticas tradicionais o objeto chave para compreender o debate da participação social. Para os gestores do ICMBio essas práticas tradicionais estavam supostamente contempladas enquanto “demandas tradicionais” em um documento “elaborado de maneira participativa”. Ao analisarmos tal documento junto com as comunidades logo notamos os limites operacionais da categoria do ICMBio, que as interpretou como se estas reconhecessem e incluíssem práticas tradicionais, o que acabou por distorcer o significado já consolidado pela teoria antropológica, bem como aquele determinado na legislação vigente da Convenção 169 da OIT.

Tendo em vista a importância de compreender os esquemas interpretativos utilizados pelo ICMBio no referido documento, optamos por problematizar e analisar o seu conteúdo ao longo do subitem 4.2. Por ora, cabe finalizarmos nossa contextualização da realidade que aqui intentamos estudar ao registrar a ocasião da inspeção judicial no território em lide.

#### 1.2.6 A inspeção judicial no território tradicionalmente ocupado: estar lá para ver, ouvir e sentir

A ansiedade das pessoas em torno da visita do juiz era proporcional ao que a situação representava no cotidiano das comunidades. Com esse ato os pescadores afirmavam que, pela primeira vez, alguém teria dado a devida atenção aos seus problemas, alguém com o poder de mudar o rumo de suas vidas, de fazer justiça. Viram e esperavam a possibilidade de se agarrar não apenas na justiça divina, mas na dos homens já tão desacreditada por uma gente que sofria

para sobreviver. Recebíamos ligações constantes: eram moradores que queriam saber se tínhamos alguma notícia, se o juiz viria mesmo, se acreditávamos que a tal inspeção poderia resultar em mudanças na vida das comunidades.

Quando íamos para as comunidades não se falava sobre outro assunto. Todos montavam cenários em que narravam tudo aquilo que iriam falar para o juiz, quase que numa tentativa de ensaio, de se preparar para aquela situação. Alguns problematizavam: “Mas e se eu falar que eu caço e que preciso da caça porque no inverno não tem pesca que sustente minha família, que se eu não caçar num vô ter o que comer, porque não se pode plantar nada também... Será que o Juiz vai me levar presa se eu disser isso?”; “Se eu levar ele pra conhecer minha roça, será que ele vai entendê e me defendê ou vai me multá?”; “Mas a turma do CMBio vai tá junto co juiz? Comé que eu vô dizê na frente deles? Quando o juiz for embora eles vão chegá bem preparadinho no dia depois pra me levar”; “Co CMBio não tem papo, quem me garante que o juiz não é igual? Será que não é o mesmo juiz que defende os advogado que robaram o dinheiro do peixe morto?”; Apesar das dúvidas e receios a vontade de dar o seu testemunho da verdade foi maior. Foi nisso que os moradores se agarraram e assim fizeram.

O primeiro dia da inspeção judicial ocorreu na comunidade de Barbado e, em seguida, em Tibicanga. Ambas as comunidades prepararam uma reunião. A chegada do juiz se deu mais tarde do que o combinado por conta da maré que estava muito seca: “-Por um lado é bom, assim o juiz já vai chegar sabendo como é difícil a vida de quem é daqui até pra chegar em casa”.

O juiz e sua equipe chegaram em uma embarcação, enquanto a equipe do ICMBio chegou em outra, muito havia se especulado sobre a possibilidade de chegarem na mesma embarcação e como aquilo seria um sinal de que não se poderia nutrir esperanças. Em Barbado **todos** os moradores da vila se juntaram para levá-lo para conhecer o território tradicional. Percorreram a trilha principal, puderam ver as casas, os portos e as canoas. Chegaram até uma roça feita em mutirão onde alguns moradores explicaram como havia sido o trabalho e as dificuldades em se produzir alimentos com medo de serem presos e multados.



Figura 40 – Imagem A: Recepção do Juiz em inspeção judicial em Barbado. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Apresentação da roça da comunidade ao juiz e sua equipe. Fonte: a autora (2015).

Foram até a casa de farinha, uma das últimas ainda em funcionamento na região e explicaram que a queda no uso é decorrente da proibição das roças. Afirmaram que não gostariam de ter apenas roças demonstrativas para o turista ver, como foi sugerido em um dos estudos do Plano de Manejo, queriam usar para si próprios como manifestação de sua identidade, para alimentar suas famílias como sempre fizeram. Ao falar da roça e seus significados demonstravam sua centralidade como expressão material e simbólica de sua identidade étnica e coletiva. Ao chegar no espaço reservado para a reunião o clima se acalorou. Muitos pescadores se manifestaram, reclamaram das violências do ICMBio, da repressão, do desejo de fazer um plano de manejo contanto que nele se pudesse expressar o que desejavam e precisavam, levando seu modo de existência em consideração.



Figura 41 – Imagem A: Moradores de Barbado conduzem o Juiz pela comunidade. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Apresentação da casa de farinha ao Juiz. Fonte: a autora (2015).

Diante da questão interpretativa em torno das práticas tradicionais levantada ao longo da primeira audiência de conciliação, o juiz solicitou que os pescadores abordassem em suas falas as práticas tradicionais que afirmavam estar sendo ignoradas nos estudos do ICMBio. Os pescadores então responderam que produziram a lista, mas quiseram uma garantia do juiz de que aquilo que apontassem não fosse alvo de criminalização e fiscalizações violentas, repressão que, diante do contexto histórico local, já era esperada. Para fundamentar essa desconfiança os pescadores contaram sobre um episódio de uma reunião do Plano de Manejo em que o ICMBio os solicitou que indicassem os locais que extraíam determinados recursos com o fim de liberação do uso e, em menos de um mês depois, essas informações foram utilizadas para multar e confiscar os apetrechos de pesca de um dos pescadores. O medo de que a situação voltasse a ocorrer agitou a todos na sala, e o juiz entendeu a preocupação dos pescadores. Ele então acalmou os ânimos de todos e, para garantir a segurança de ambas as partes, sugeriu que fizessem uma nova audiência de conciliação para que fosse decidido de que forma essas práticas tradicionais seriam apresentadas sem que se corresse o risco de sofrerem repressões instantâneas e que os conflitos se acirrassem ainda mais.





Figura 42 – Imagem A: Reunião de Barbado durante a inspeção judicial. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Explicação do funcionamento da prática tradicional do cerco-fixo ao juiz. Fonte: a autora (2015).

Quando abordaram o medo de pronunciar suas práticas, alguns moradores falaram sobre a importância do caranguejo, quando um dos técnicos do PNS se manifestou “- mas tirar caranguejo não é prática tradicional”. Mais do que compreender se tirar caranguejo consiste ou não em uma prática tradicional, a fala demonstrou claramente a postura do ICMBio já identificada anteriormente nas atas das reuniões e oficinas bem como nos documentos produzidos para o Plano de Manejo. Na concepção dos gestores é o ICMBio quem define o que é ou não é uma prática tradicional. Essa postura não apenas vai contra o que a literatura antropológica e sociológica já consagrou em torno do assunto, como fere a legislação vigente nos termos da Convenção 169 da OIT de que apenas o próprio grupo pode se “autodefinir” como tradicional, bem como classificar seus elementos identitários (Barth, 1998) ou suas formas de regulação e manejo do território e recursos. Em suma, a definição do que é uma prática tradicional não parte, nem pode partir dos anseios da gestão do Parque, uma vez que seus interesses se relacionam tão somente com a proteção dos recursos.

Nem mesmo o léxico usado pelas comunidades tradicionais é reconhecido: diversos pescadores reclamaram o fato de que quando falavam para a equipe tercerizada que elaborou os estudos para o Plano de Manejo que eles “tiravam”, “catavam”, “cercavam”, “largavam”, “pegavam” determinados recursos logo eram corrigidos para dizerem que “extraíam” os recursos. Embora possa parecer um mero detalhe para quem vê de fora, essas expressões são decisivas para se descrever uma prática tradicional que associa o recurso a um saber, um manejo, uma lógica de se pensar, usar e ensinar algo sobre aquele recurso em relação à cultura do grupo. Ao minimizar a discussão para uma “extração” se perde essa complexidade que dá sentido às práticas além de se conformar em uma violência simbólica de querer impor a visão de que os pescadores artesanais apenas “extraem” os recursos, devendo o ICMBio, então, protegê-los da ação supostamente degradadora do pescador. Além do fato de deturpar o léxico utilizado pelo grupo social em questão, também houve a queixa de que quando pronunciavam sobre a necessidade de uso de determinados recursos ou práticas as respostas que recebiam do

ICMBio era a de que aqueles assuntos não eram condizentes com necessidades coletivas, que as pessoas deveriam deixar de lado seus interesses individuais para que todos conseguissem de fato construir uma proposta válida para o Parque, bem como que tais assuntos não eram da alçada do órgão, ou que poderiam criar outros espaços para aquelas discussões. Espaços e oportunidades que nunca apareceram.

Após a comunidade de Barbado era Tibicanga que esperava o juiz. As crianças prepararam uma peça teatral para contar sobre a realidade vivida ali, as lideranças encheram a sala com símbolos dos pescadores artesanais, explicando um a um ao juiz e apontando quais não eram mais permitidos de serem utilizados depois que o ICMBio criou o Parque. Os rumos da reunião foram os mesmos da comunidade de Barbado e foi sugerido o agendamento de uma audiência de conciliação para decidir sobre a questão das práticas tradicionais.



Figura 43 – Imagem A: Apresentação de liderança de Tibicanga sobre as práticas tradicionais proibidas pelo ICMBio. Fonte: a autora (2015); Imagem B: Comunidade reunida durante inspeção judicial. Fonte: a autora (2015); Imagem C: Fala do Defensor Público Federal Alfeu Fabiani. Fonte: a autora (2015); Imagem D: Apresentação de outras práticas tradicionais proibidas e que não foram contempladas no levantamento do ICMBio. Fonte: a autora (2015).

A partir da elaboração dos mapas da autodemarcação do território tradicional de pescadores(as) artesanais e caiçaras mobilizados a partir do MOPEAR bem como de diversos encontros durante os 90 dias concedidos pelo Juiz, chegamos a uma lista preliminar que contava com 78 práticas tradicionais. Os próprios pescadores chamavam a atenção que esse número era pequeno, uma vez que foi aquilo que conseguiram sistematizar dentro de seus limites no prazo estipulado pelo juiz. O assunto nas comunidades, no entanto, era sobre a ineficácia dos estudos do ICMBio, já que os próprios pescadores, sem estudo, conseguiram listar esse número e o

ICMBio com todo o dinheiro e equipe de consultores terceirizados não conseguiu listar sequer 1 prática tradicional e afirmava ter chegado ao número de 330. Não poderei aqui apresentar o conteúdo da lista, pois a decisão sobre a sua forma de apresentação ainda não foi definida judicialmente. Além da relação das práticas, os pescadores espacializaram essas informações em 7 mapas elaborados por eles próprios durante o processo de autodemarcação do território tradicional.

O segundo dia de inspeção veio a ocorrer alguns dias depois e estava marcada para ocorrer nas comunidades de Sibui e Barra de Ararapira. No dia anterior da segunda inspeção os pescadores receberam a notícia que, por solicitação do ICMBio, as comunidades que seriam visitadas seriam Bertiooga e Vila de Superagui. A justificativa do ICMBio era a de que apenas o MOPEAR havia indicado comunidades e que a escolha se referia apenas àquelas que havia uma forte adesão dos pescadores no movimento. Alegavam que nas duas comunidades que indicavam a realidade não era a mesma, pelo contrário, podiam demonstrar o trabalho positivo que o ICMBio vinha desenvolvendo. O juiz aceitou o pedido, fato que causou certa revolta entre os moradores, já que Bertiooga sequer fazia parte da ACP, e que Vila do Superagui tinha um contexto particular que poderia beneficiar o ICMBio e deturpar a leitura da realidade das outras vilas, como o fato da sede do órgão estar nesta localidade, a contratação de pessoas da comunidade que pertencem às maiores famílias enquanto funcionários do órgão, a adesão de uma das gestoras do Parque na associação de moradores e sua participação em atividades do cotidiano escolar, a abertura da comunidade para o turismo por pertencer à área de amortecimento e não estar dentro dos limites do PNS, enfim, uma série de elementos que os pescadores acreditavam poder prejudicar a leitura do juiz. No entanto, isso não se concretizou.

Ao chegarmos em Bertiooga não havia reunião pronta. Não havia sequer espaço para reunir as pessoas. Logo um espaço improvisado, de um salão em construção, se tornou o local escolhido. Os moradores de Bertiooga não sabiam o que iria acontecer, como deveriam se portar, se todos deveriam só falar ou só ouvir. Houve a necessidade do juiz explicar a situação, o porque da visita e que gostaria de ouvir os relatos dos moradores. O juiz, inclusive, pronunciou sua interpretação de que foi positivo o fato de irem para uma comunidade que estava “despreparada”, pois considerava que assim os pescadores ali presentes não poderiam ter sido influenciados por alguma das partes (MOPEAR ou ICMBio). Foi justamente em Bertiooga, comunidade indicada pelo ICMBio, que mais houve relatos contra a gestão do PNS e inclusive confrontos verbais entre pescadores e gestores que tiveram que ser intermediados pelo juiz. Não houve sequer um depoimento favorável ao PNS, mas muitas reclamações em torno da forma como são tratados, a criminalização de suas práticas tradicionais, a postura violenta dos



“parceiros” do ICMBio nos atos de fiscalização, a falta da participação nos estudos do Plano de Manejo ou em quaisquer outros espaços do órgão.



Figura 44 – Imagem A: Explicação do juiz à comunidade de Bertioga sobre o intuito da inspeção. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Pescadores durante Inspeção judicial na comunidade de Bertioga. Fonte: a autora (2015).



Figura 45 – Imagem A: Comunidade da Vila do Superagui reunida durante inspeção judicial. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Relato de pescador artesanal acerca dos conflitos e a falta de participação no processo de Plano de Manejo. Fonte: a autora (2015).

Na vila de Superagui a história não foi muito diferente, os moradores se pronunciavam com reclamações e indicando a falta de participação no plano de manejo. Apenas uma pessoa se manifestou no sentido de tentar apaziguar o conflito, dando a entender que as comunidades tinham que “desistir” daquelas práticas do “passado” e que deveriam se conformar com o que tinham para tentar viver em harmonia. Essa pessoa tinha um dos familiares trabalhando para o ICMBio. O restante dos pescadores se manifestou da mesma maneira que os das demais comunidades visitadas na inspeção judicial.

Após a visita do juiz, entregamos o terceiro parecer técnico que produzimos sobre a questão da participação e os limites teóricos e metodológicos dos estudos do ICMBio para o Plano de Manejo. Nele apontamos algumas considerações que julgamos importantes:

A metodologia utilizada pelo ICMBio se adequava aos interesses de preservação do PNS e dos “demais parceiros” do órgão, não sendo adaptada ou propícia para identificar elementos como as práticas tradicionais do grupo de pescadores(as) artesanais e caiçaras. Tal

metodologia não deu conta de levantar tais práticas, muito menos de contemplar a inter-relação entre elas em sua função de compor uma identidade coletiva e um território tradicional. A operacionalização do que o ICMBio entende como uma “demanda tradicional” se opõe ao de prática tradicional por ter como fim a preservação dos recursos baseada na heteronomia, ao objetivar a regulação dos usos e desempenhar ações de fins fiscalizadores e controladores segundo os parâmetros do próprio órgão e ignorando as formas de saber-fazer das comunidades. Além de privá-las de um processo participativo conforme os parâmetros estabelecidos e assegurados por dispositivos jurídicos com poder de lei, essa postura condena a cultura deste grupo tradicional à ilegalidade através do processo de criminalização, bem como a relega ao desaparecimento no momento em que impede e pune suas práticas socioterritoriais essenciais à sobrevivência e reprodução social do grupo.

O levantamento do ICMBio não explicitou com clareza quem são os autores das demandas que o órgão extrapola enquanto “tradicional” e “participativas”, como se estas partissem das comunidades quando referem-se, em boa medida, aos parceiros do órgão, tanto em relação à interpretação ambientalista quanto na condição de Instituição, como representantes da ONG Mater Natura, da Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), da Fundação o Boticário de Proteção da Natureza, de alguns pesquisadores do CEM. As condições dos “espaços participativos” proporcionados pelo ICMBio registrados nos documentos indicam um campo onde se deflagra intensas assimetrias de poder. Ao longo da análise do documento de levantamento bem como de seus documentos-fonte pudemos concluir que este registro foi produzido e encaminhado como um ajuste de uma realidade aos preceitos operacionais do que se espera de uma UC restritiva sem sujeitos.

Ponderamos, também, que a simples inserção da lista de práticas tradicionais elaboradas pelo MOPEAR aos estudos do Plano de Manejo não seria suficiente para garantir que as mesmas virassem objeto de análise por parte do ICMBio.

Entendemos que reconhecer uma prática tradicional exige que sua regulação não parta exclusivamente de uma visão heterônoma à cultura do grupo. Não adianta apresentar as práticas tradicionais, se as únicas respostas possíveis de serem recebidas pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras for “não se aplica” ou a possibilidade distante de um “termo de compromisso” (TC) apenas caso o órgão ambiental considere pertinente. O ato de reconhecer carrega implicitamente o de efetivar o direito que está atrelado ao reconhecimento. A redistribuição se dá no sentido de garantir que o que está sendo reconhecido possa ser exercido de alguma forma. O poder de controle heterônomo pode esvaziar o sentido do reconhecimento e diminuí-lo a uma visibilidade sem maiores sentidos e garantias.



Enquanto o órgão ambiental enquadrava as práticas tradicionais como indícios de degradação ambiental, ou como se as mesmas pertencessem ao passado, os sujeitos que as promovem consideram que elas se referem ao tempo presente e justificam a força e relevância de sua identidade coletiva. Os estudos preliminares elaborados para embasar o Plano de Manejo sugeriram a substituição dessas práticas tradicionais por “alternativas” como o turismo comunitário ou cultivos aquícolas. Essas sugestões apoiadas no discurso da geração de renda e do desenvolvimento socioambiental sustentável, se levadas a cabo, podem fragilizar ou até mesmo sucumbir com os elementos culturais e étnicos do grupo. O aparato normativo do PNS, neste sentido, vem promovendo ações de violência em relação aos grupos em questão, se tornando uma ameaça à existência dessas comunidades tradicionais e de todo o patrimônio histórico e cultural que elas possuem, visto que dificultam a continuidade de práticas tradicionais essenciais à existência coletiva e étnica.

Importa salientar que a luta do MOPEAR e sua tentativa de inverter as lógicas pelas quais os processos supostamente participativos estão ocorrendo representam seu desejo de ressignificar tais relações, bem como o próprio conceito de participação social para que este assuma um sentido de respeito com as comunidades tradicionais e seus territórios, para que se tornem sujeitos relevantes em um processo, para que a cultura local não seja vista apenas como uma mercadoria turística que agrega valor ao modelo de preservação da natureza que só a valoriza como chamariz aos turistas. É neste sentido que afirmamos que os sujeitos não estão negando o diálogo ou querendo apenas barrar o Plano de Manejo, mas que desejam uma participação e que reconhecem tal ação como de boa fé e apropriada ao seu contexto sociohistórico e territorial. Uma participação que não esvazie os sentidos de sua identidade, que não invisibilize suas práticas tradicionais, que não negue de antemão seus direitos conquistados de maneira dramática. Uma participação que demanda uma ressignificação nos processos de pesquisa que a acionam e que trazem ao debate as divergências entre a geografia do Estado e a geografia do povo, neste caso, das comunidades tradicionais de pescadores(as) artesanais e caiçaras.

Atribuir somente ao ICMBio o poder de controlar e decidir questões sobre o território, portanto, tem se configurado como um risco à própria existência dessas comunidades tradicionais. Os espaços e instrumentos oferecidos pelo órgão sob o título de serem participativos demonstram claramente que a sua concepção de participação social difere em grande medida daquela demandada pelos sujeitos. Um primeiro passo, portanto, é compreender que, para conseguir incorporar a participação das comunidades tradicionais, a partir dos princípios elencados na OIT 169, é necessária uma mudança metodológica por parte do ICMBio

tanto no que diz respeito à forma com que se dará a construção da participação, quanto no que se refere à postura que os técnicos do órgão assumem nos momentos de interação com os sujeitos. Superada a questão de reconfigurar a participação, é preciso questionar: é possível efetivar a participação social segundo os parâmetros da OIT 169 em uma estrutura que, de antemão, inviabiliza que as comunidades estejam envolvidas no poder de decisão sobre os assuntos que afetam suas vidas e territórios? Se a própria categoria da UC a impossibilita, como é possível fornecer a participação de boa fé sem poder respeitar os direitos coletivos e territoriais desses grupos? Como garantir o direito ao território tradicionalmente ocupado se a categoria de Parque Nacional só considera a ocupação humana como uma condição temporária? Como garantir a participação de boa fé se o principal canal de participação – o conselho consultivo – permite apenas que as comunidades se manifestem sem qualquer necessidade de comprometimento com a resolução de suas demandas?

Diante desses questionamentos e após intensos debates internos ao movimento bem como com diversos parceiros e apoiadores, o MOPEAR passou a defender a proposta de que apenas a criação de uma UC de categoria mais condizente com a lógica social e territorial existente na região convergiria os interesses de proteger a natureza, de reconhecer e efetivar os direitos das comunidades tradicionais, de permitir um projeto de gestão dos comuns e de aplicar um modelo de tomada de decisões mais democrático com uma participação social adequada à legislação brasileira e aos direitos desses sujeitos.

As nuances apresentadas nesse capítulo nos permitem perceber um pouco sobre como o MOPEAR se organizou e se mobilizou para fazer os embates sociais necessários para defender seu projeto de vida. Para conseguir captar isto, esta pesquisa precisou munir-se de metodologias onde a *participação* dos sujeitos não serviu apenas para colher dados, mas permeou toda a proposta, da concepção à execução – coadunando com o que o MOPEAR vem concebendo como uma pesquisa participativa. O debate que seguirá nos próximos capítulos visa problematizar a construção dessa proposta e o seu desenrolar.

## 2 A NATUREZA NOS CONFLITOS TERRITORIAIS: AMBIENTALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAIS EM GUARAQUEÇABA

O litoral do Paraná tem uma área de 6.333,233 quilômetros quadrados, representando 3,4% do espaço estadual de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (PARANÁ. IPARDES, 2017<sup>59</sup>). A população dessa região com 265.392 habitantes representa menos de 4% da população do estado. O espaço, contudo, vai muito além da proporção de sua área ou de sua população, como ressaltava Santos (1999, p. 88), a maneira como uma “forma espacial” participa na produção do espaço não se dá por meio de um processo “natural”, em outras palavras, uma floresta ou uma habitação vazia, por exemplo, só o são pois “lhes são *atribuídos determinados valores*, isto é, quando são transformados em espaço”. Há, portanto, um conteúdo social que anima o espaço, tendo ele um valor social. É nesse sentido que o olhar desde a geografia contempla não apenas a aparência, ou seja, as formas visíveis, materiais, dos objetos espaciais, mas suas “formas-conteúdo”, construídas e envoltas em conteúdos sociais que não são unicamente ou totalmente espontâneos e naturais<sup>60</sup>.

No litoral do Paraná percebemos uma forma de naturalização no acionamento de esquemas interpretativos que partem de aspectos biológicos e físicos para justificar modelos específicos de proteção da natureza. Essa leitura se faz também por conta do bioma que caracteriza a região, a Floresta Atlântica, *hotspot* mundial, abrigando mais de 8.000 espécies endêmicas e cuja cobertura vegetal já teve 97% de seu espaço original destruído (TABARELLI et al., 2005). A questão ambiental, assim, vai agregando um valor social que justifica tais quadros interpretativos e valida determinadas práticas sociais sob o argumento da proteção do meio ambiente.

Uma das questões, no entanto, é que existem diversas formas para concretizar essa proteção, mas apenas algumas são reconhecidas e legitimadas desde o Estado. É a partir desse âmbito que vêm sendo criadas legislações de regulação e proteção deste e dos demais biomas brasileiros. Podemos tomar como exemplo a Lei da Mata Atlântica (Lei Federal 11.428 de 2006), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei Federal 9.985 de 2001) e o ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos (Lei Estadual Complementar nº 59 de 1991), essa última sendo uma criação pioneira do estado do Paraná.

---

<sup>59</sup> Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em 12/07/2017.

<sup>60</sup> O termo “naturalização”, de acordo com Ribeiro (2014), está associado à ideia de uma verdade pétrea, não submetida a uma crítica ou a uma reflexão mais aprofundada. Trata-se de discursos que vão sendo reproduzidos quase que mecanicamente quando, na realidade, são informações produzidas social, histórica e geograficamente.

Apesar de toda a regulação do Estado é importante lembrar que a riqueza natural hoje constatada na região de Guaraqueçaba também resulta da influência do modo de vida tradicional das comunidades caiçaras, dos(as) pescadores(as) artesanais, indígenas e quilombolas que ali se estabeleceram histórica e geograficamente. Atualmente, esses grupos assumiram sua posição como sujeitos de direito e vêm reconfigurando ou pelo menos exigindo uma ressignificação nas problematizações acerca das temáticas ambientais.

Em uma análise histórica e geográfica da produção territorial é possível constatar as recorrentes transformações pelas quais os territórios tradicionais dessas comunidades vêm passando a partir da atuação do Estado, agentes privados ou até do terceiro setor como, por exemplo, no caso da instauração de áreas naturais protegidas. Apesar dos argumentos que as justificam, tais transformações não têm ocorrido de maneira consensual ou planejada pelas comunidades tradicionais por elas atingidas. Há uma extensa produção científica sobre os conflitos territoriais decorrentes da implantação do modelo hodierno de proteção da natureza a partir desse processo de territorialização do Estado<sup>61</sup>, seja pela criação e ampliação dos limites dessas áreas ou pela forma de gestão, planejamento e ordenamento territorial a elas vinculadas.

Importa questionar que se as comunidades tradicionais não se opõem à proteção da natureza e, ao contrário, a anseiam, então por quais motivos o conflito se estabelece? É a partir dessa problematização que acreditamos ser possível pensar em outras formas de gestão territorial para áreas naturais protegidas. Para este exercício, buscamos neste capítulo trazer ao debate alguns elementos que possam suscitar indagações e que permitam a construção de um diálogo e de possíveis encaminhamentos para tal questão.

\*\*\*

Vivemos, em um passado recente, um período em que o cenário latino-americano foi marcado por governos progressistas que assumiram em seus discursos o compromisso da transformação do Estado e do estímulo à democracia participativa. Tratou-se, em suma, da aplicação de políticas públicas de caráter nacional popular com diferentes características em cada país. Esse cenário, no entanto, dividiu espaço com uma política que propiciou a

---

<sup>61</sup> Podemos citar aqui algumas produções em um plano local que debatem mais especificamente o contexto conflituoso entre comunidades tradicionais e o Parque Nacional do Superagui, como Teixeira, 2003; Kasseboehmer, 2007; Bazzo, 2010; Duarte, 2013; Barbosa, 2014; Rainho, 2015. Também é possível exemplificar a vasta bibliografia sobre outros casos de conflito territorial entre comunidades tradicionais e Unidades de Conservação restritivas ou que refletem sobre essa temática de maneira mais ampla, sem se ater a apenas um caso, como Diegues e Vianna, 1995; Diegues, 1994; Gomez-Pompa e Kaus, 2000; Guha, 2000; Pinbert e Pretty, 2000; Santilli, 2007; Vallejo, 2009; Creado, 2011; Brasil, 2014; entre tantos outros.

perpetuação de um modelo neocolonial baseado na apropriação de recursos naturais e sua respectiva destruição: foi criado um consenso internacional cuja posição “destino” da América Latina foi se conformar como grande exportadora de “natureza”. Neste sentido, em uma leitura geopolítica, a opção do modelo neoextrativista que tem sido atribuída como projeto a se implantar e consolidar na América Latina (embora a questão não seja recente, remetendo a um padrão existente desde os primeiros contatos com os povos originários da região) se refere a uma opção política e civilizatória com poder de reconfigurar territórios, economia e, por fim, gerar outras e novas formas de dependência nas relações já assimétricas entre Norte e Sul (SVAMPA, 2012).

É importante refletir que a exportação de bens primários, como gás, petróleo, minerais, metais, produtos alimentícios e biocombustíveis, em grande escala realça a reprimarização da economia e acentua problemas sociais como a desapropriação e concentração de terras e recursos a grandes corporações. Este padrão de acumulação se alicerça na sobre-exploração de recursos naturais, inclusive não renováveis, e na reconfiguração das fronteiras do capital rumo a novos territórios que, até então, podiam ser considerados como improdutivos (SVAMPA, 2013b). Esse processo veio a ser denominado como desenvolvimento neoextrativista, cuja dinâmica vertical desestrutura economias regionais e rompe lógicas territoriais existentes, expulsando as comunidades locais e destruindo a biodiversidade.

Vão se construindo, também, as obras de infraestrutura ligadas a grandes projetos de desenvolvimento para impulsionar o funcionamento de todo esse modelo, como aquelas ligadas ao transporte, produção de energia, entre outros. A carga político-ideológica imbuída no desenvolvimento neoextrativista consiste no seu caráter supostamente irrevogável: o principal discurso ligado a esse processo é o de que não se poderia negar a importância e necessidade do extrativismo de bens primários e os respectivos projetos que o acompanham, ou seja, de que não haveria outra alternativa. Consequentemente, qualquer posicionamento contra esse padrão vai sendo deslegitimado, considerado como uma negação ao progresso e desenvolvimento (SVAMPA, 2013b).

Em Guaraqueçaba a atividade portuária se conforma hoje como o principal grande projeto de desenvolvimento que atinge os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. Apesar dos portos estarem localizados em municípios vizinhos (Paranaguá, Antonina e, muito em breve, em Pontal do Paraná), esses grandes empreendimentos afetam suas vidas pelo cerceamento do direito de deslocamento e acesso a determinadas áreas historicamente importantes para esses sujeitos ou, no caso do ônus, quando algum acidente acontece – como foi o caso do acidente do navio *Vicuña*, já relatado anteriormente e outros que já foram vivenciados na região. Os



pescadores acreditam que a atividade portuária influencia também na mudança da própria geografia do lugar, uma vez que as dragagens vão deslocando bancos de areia, além da própria mudança na incidência de algumas espécies de peixes que vêm sendo observada ao longo dos anos.

O porto de Paranaguá é o maior porto graneleiro da América Latina e suas principais cargas são a soja, milho, derivados do petróleo, álcool, farelo, sal, açúcar, fertilizantes, carregando também contêineres, congelados e veículos. Neste sentido, embora não haja um grande projeto de desenvolvimento que incida em uma sobreposição exata aos limites do território tradicional do MOPEAR, ele é atingido pelas pressões da atividade portuária nos arredores de seu território – estrutura essa cuja ampliação vem sendo defendida como necessária para que se comporte todo o escoamento da grande extração/produção de bens primários.

A ameaça da construção de um novo porto tem suscitado debates sobre o grande impacto que será causado nessas e em outras comunidades tradicionais pesqueiras da região. Além disto, outra grande ameaça ao território tradicionalmente ocupado e suas práticas tradicionais é a forte presença da pesca industrial, que não respeita as técnicas, períodos ou limites existentes, por exemplo, nos acordos locais baseados no conhecimento e formas de fazer tradicionais, algo que influencia diretamente nos impactos ambientais e na própria subsistência das famílias que vivem hoje da pesca artesanal.

A iminente ameaça da construção de um novo e maior porto no município de Pontal do Sul tem movimentado a reação de ambientalistas, que entendem que a relevância ecológica e força das UCs da região no contexto nacional é um dos fatores a conseguir frear e impedir a construção desse novo empreendimento. Assim, o discurso ambiental já estabelecido ganha mais força como estratégia de enfrentamento às pressões do “desenvolvimento”. No entanto, longe de discordar do necessário enfrentamento aos grandes projetos de desenvolvimento ou de que a natureza precisa ser protegida, existe uma outra faceta desse projeto de mundo baseado na preservação do meio ambiente que vem sendo questionada pelas comunidades tradicionais, por pesquisadores e por outros agentes que atuam na região.

Ao contrário dos municípios vizinhos, há em Guaraqueçaba uma lógica de pensamento ambiental que conecta toda uma trama de discursos, práticas e instituições que compartilham uma postura que coloca em primeiro plano a proteção da natureza - historicamente isso se instrumentalizou nas Unidades de Conservação criadas pelo poder público e na atuação dos órgãos oficiais de fiscalização ambiental. Com a forte presença das ONGs ambientalistas na região que sempre auxiliaram os processos de planejamento e gestão das UCs, somada à tendência da financeirização da natureza e do ingresso, portanto, de uma postura mais próxima

à economia verde, Guaraqueçaba passou a ter diversos territórios tradicionais transformados em áreas particulares pertencentes às ONGs ambientalistas com o fim de oferecer serviços ambientais.

A lógica de transformar os benefícios da natureza em “serviços ambientais” e permitir que os mesmo fossem traduzidos em termos econômicos - tornando-os, inclusive, passíveis de serem comercializados em ações nos mercados financeiros - ao invés de solucionar os problemas de caráter socioambiental, aprofundaram desigualdades do ponto de vista geopolítico. Agora, a lógica do desenvolvimento extrativista ganha mais uma faceta: além dos países da América Latina fornecerem os bens primários, também viram o grande produtor de serviços ambientais das grandes poluidoras do mundo. Além de terem seus territórios atingidos pelos grandes projetos de desenvolvimento e por um modelo de extrativismo que se opõe aos seus modos de pensar, fazer, estar no mundo, comunidades tradicionais tem sido impedidas de utilizar quaisquer recursos de seus territórios para que se possibilite a venda do crédito de carbono. Entendemos aqui que embora esses serviços ambientais não se enquadrem na definição de bens primários, eles também compõem, de certa forma, o rol de recursos naturais que entraram para esse mercado.

Vemos no Brasil que a mudanças de limites de UCs restritivas e até mesmo a sua recategorização tem se tornado uma estratégia acionada e efetivada pelos ruralistas, pelas mineradoras, pelo setor energético e pelo próprio Estado através de representantes políticos que integram esses setores já citados<sup>62</sup>. Ao mesmo tempo que as UCs restritivas tem seu projeto ameaçado por essas forças do capital, seu modelo preservacionista igualmente atua como violador de direitos humanos e coloca seus próprios objetivos de preservação em xeque à medida em que se acirram conflitos socioambientais em suas áreas. Não estamos defendendo aqui, em hipótese alguma, o fim do trabalho do ICMBio de proteção dessas áreas, mas sim que as experiências de conciliação dos objetivos de conservação com os saberes e fazeres das comunidades tradicionais que já se mostraram exitosas em diversas UCs administradas pelo órgão sirvam de inspiração para atualizar o modo de fazer do ICMBio em um sentido da efetivação de uma justiça socioterritorial.

---

<sup>62</sup> Um dos exemplos foi a redução dos limites de quatro UCs na região Amazônica, notícia que encontra-se Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/governo-temer-altera-unidades-de-conservacao-e-fragiliza-protecao-a-floresta-no-para>>. Também podemos citar o caso da redução dos limites do maior mosaico de UCs da Amazônia para a construção do complexo hidrelétrico de Tapajós. Uma das matérias sobre esse contexto está disponível em: <<http://www.oeco.org.br/noticias/26290-icmbio-servidores-divulgam-carta-aberta-contra-recorte-de-ucs/>>.

Entendemos que a justiça territorial está no horizonte das lutas travadas pelo MOPEAR e diversos outros movimentos sociais de povos e comunidades. Nessa concepção, o território é visto não somente como um cenário onde podem ser constatadas desigualdades de cunho econômico, mas também como lugar onde se estruturam e desenvolvem injustiças sociais (FARIA, 2011). Pensar numa leitura justa do território permite traçar o papel do Estado desde seus discursos e ações para diminuir ou ampliar essas desigualdades a partir dos planejamentos e gestão territoriais. Soja (2010) cunha o termo justiça espacial para refletir sobre a espacialidade da justiça ou das injustiças em diferentes contextos e escalas geográficas, entendendo que essa leitura permite identificar se há uma distribuição justa e equitativa do espaço, dos recursos, bem como da possibilidade de usufruí-los. O território, enfim, é produzido socialmente, e a justiça social encontra-se a ele vinculada, daí a importância de analisar como as interações sociais se aproximam ou distanciam de um entendimento do uso justo do território.

Aqui, portanto, se encontra um grande nó para pensarmos a questão socioambiental no Brasil: no contexto atual não conseguimos garantir a eficácia da proteção ambiental diante dos interesses do capital globalizado, tampouco a economia verde tem sido um instrumento eficaz para a resolução de conflitos socioambientais, pelo contrário, em muitos casos os tem acirrado, além do fato de não conseguir garantir os direitos básicos das comunidades tradicionais que tem essas áreas como seus territórios. A reflexão se dá no sentido de compreender o contexto atual e seus limites para identificar formas de convergir interesses e coadunar estratégias de ação.

Todos esses conflitos, ao nosso ver, possuem estreita ligação com a forma de relação de diferentes grupos com o meio ambiente. É uma questão epistemológica, pois se trata de interpretações e aplicações de modelos que não condizem com a realidade localizada e é ontológica pois se refere aos modos de entender, fazer, pensar e sentir de outros grupos que poderiam renovar as formas de instrumentalizar a proteção ambiental a partir de políticas públicas como as UCs, renovando, fortalecendo e potencializando assim a contribuição dessas áreas. Um grande número de pesquisas sobretudo nas áreas da antropologia, ecologia política e geografia tem apontado que a forma de interpretar e interagir com o meio ambiente é extremamente diversa para cada grupo social de comunidades tradicionais e rurais (ESCOBAR, 2005a, 2005b), o que, por si só, coloca em xeque a política ambiental adotada em UCs restritivas que considera que toda ação humana é prejudicial aos objetivos de proteção da natureza e que, portanto, todo e qualquer grupo, independente da relação travada com o meio ambiente deveria ser banido dessas áreas.

Entendemos que essa situação é apenas uma das facetas de uma discussão mais ampla, que vai de encontro das múltiplas interpretações e formas de relação entre o que se convencionou a associar no esquema dicotômico “sociedade e natureza”<sup>63</sup>. As percepções de governos, comunidades tradicionais, movimentos sociais, intelectuais, técnicos, mídia, instituições, ONGs ou quaisquer outros agentes em torno da questão ambiental são muito distintas entre si e, por isto, muito difíceis de convergirem em um único e ideal sentido.

Ao nosso ver, é possível pensar em um projeto de justiça socioterritorial que se ancore em diversos elementos, como “as identidades e lealdades territoriais, as topofilias, as tradições de organização político-espacial *bottom-up* da população” (Souza, 2006, p. 348). No caso de Guaraqueçaba percebemos que existem diferentes paradigmas societários (ou visões de mundo, cosmologias), cada qual mobilizando projetos que defendem suas concepções do que viria a ser uma justiça socioterritorial (ou, em alguns casos, justiça ambiental, em uma perspectiva ambiental apartada do social). Nesse contexto, a forma de compreender a questão ambiental e suas possibilidades de operacionalização em propostas de gestão, para nós, ocupam um lugar chave para refletirmos sobre as relações conflitivas que ali se desdobram a, pelo menos, três décadas. Apostamos, portanto, em uma leitura dos processos de ambientalização nessa região para que possamos vislumbrar formas de reduzir assimetrias de poder e, quiçá, resolver conflitos ali instaurados.

Esses processos de ambientalização acionados por diferentes atores amparados em suas perspectivas de mundo detêm lugar de destaque nos esquemas interpretativos do campo acadêmico e de atuação de órgãos públicos e do terceiro setor sobre a região. Acreditamos que esse exercício nos auxilia a distinguir as diferenças epistemológicas e até mesmo cosmológicas dos diversos agentes que ali operam e reproduzem esses saberes/fazeres/poderes.

## 2.1 As múltiplas interpretações acerca da natureza de um território: “meio ambiente” no cerne da discussão

---

<sup>63</sup> Porto Gonçalves (2003) reflete que uma das diversas razões históricas que influenciou o distanciamento entre geografia e ciências sociais foi a grande possibilidade que o determinismo naturalista encontrou no campo da geografia, fazendo com que a própria concepção de determinismo naturalista viesse a ser interpretado posteriormente como um determinismo geográfico. O efeito da separação entre esses campos pode ser constatado atualmente em impasses teóricos e políticos como a dificuldade em atribuir o sentido da natureza no devir social, uma vez que nos condicionamos a interpretar sociedade e natureza enquanto excludentes ou desde uma relação causal unilateral (naturalismo ou antropocentrismo). Para o autor a dimensão espacial constituída historicamente foi ignorada, implicando, portanto, na desconsideração da geograficidade do social que compreende o espaço geográfico como uma dimensão que constitui o social.

O questionamento sobre a contribuição efetiva das áreas naturais protegidas diante do grande problema dos conflitos territoriais com comunidades tradicionais poderia soar imprudente aos leitores menos habituados com o contexto empírico das UCs de proteção integral. Afinal de contas, o que exatamente se estaria defendendo ao apontar que a forma utilizada para “proteger a natureza” não é eficiente nem justa do ponto de vista socioambiental e que precisa ser repensada? Muito diferente de defender, simplesmente, o fim das UCs restritivas, o debate aqui se volta para um outro olhar, uma outra lógica para garantir a proteção do quadro natural e, ao mesmo tempo, levar em conta questões sociais levantadas pelos sujeitos que compõem as comunidades tradicionais. Como bem coloca Escobar (2005b), trata-se de compreender essas alternativas ao modo de se pensar a proteção ambiental desde a lógica de povos e comunidades tradicionais como uma possibilidade e não como uma ameaça.

Para este exercício precisamos compreender o desenrolar e os efeitos da ambientalização em um contexto mais amplo, em outra escala que ultrapasse o campo da interpretação mais própria a um plano local de Guaraqueçaba. Identificar meramente as características da ambientalização que compõem perspectivas preservacionistas e conservacionistas e como elas interagem com grupos sociais de povos e comunidades tradicionais, portanto, não é suficiente. É essencial compreender a qual contexto as Unidades de Conservação brasileiras se referem e que papel cumprem em uma escala global buscando fugir de uma visão inocente ou romantizada acerca da proteção da natureza. Por isto, importa lembrar que a ambientalização é um processo amplo que se refere à adoção de um discurso dotado de elementos que partem desde a questão ambiental por diferentes atores, instituições e na forma de práticas muito distintas. Assim, tanto Estado quanto movimentos sociais, iniciativa privada e ONGs têm acionado discursos ambientais que partem de lócus de enunciação completamente distintos, tal qual seus sentidos.

Temos vivenciado um momento histórico bastante peculiar de emergência de novos sujeitos sociais, direitos, formas de pensar, sentir, viver e agir nos territórios. Esta novidade, no entanto, não implica na ideia de que se trata de algo que nasce ou inicia somente agora, algo que surge do zero, como em um passe de mágica. São lutas baseadas em uma longa trajetória de sujeitos coletivos que passaram a exigir o reconhecimento de suas especificidades identitárias e territoriais em um contexto em que, como nos aponta Escobar (2005a), comumente a diferença é vista como geradora de conflitos e instabilidades ao invés de ser entendida como potencialmente propulsora de justiça e igualdade.

Cruz (2013) aponta que pensar o sentido e o porvir da justiça e emancipação social hodiernos depende de que consigamos reconhecer as diferentes lutas que têm surgido desde



lugares de enunciação, contextos geo-históricos e culturais diversos. Os novos movimentos sociais têm apontado que um das vias para construir esse porvir é através do reconhecimento da diferença, em uma tensão entre políticas de redistribuição e reconhecimento. Essa diferença para qual se chama a atenção se concretiza a partir da pauta do direito ao território.

A forma como se pensa o território e as ações que dele partem ou que para ele se voltam, portanto, ocupam posição central para compreendermos a natureza do conflito que aqui buscamos analisar. Saquet (2014, p. 13) alerta que o território é “[...] substantivado, material e imaterialmente, por sujeitos, grupos e classes sociais que estão em constante interação, conflitos e disputas”. Para o autor a produção e apropriação do território se dá em diferentes escalas e estas se conectam em relações e redes trans e multi escalares a partir das territorialidades. O território, portanto:

[...] é *produzido* por meio das territorialidades, num processo histórico e social centrado nas relações de poder, nas redes (envolvendo e sendo envolvidas por nós e malhas) e nas identidades (RAFFESTIN, 1977, 1993 [1980] e 1986) que podemos denominar de *práticas de territorialização* (BERTONCIN e PASE, 2006) cristalizadas no âmbito das relações sociedade-natureza, portanto, efetivadas entre os sujeitos *no* território e num movimento mais amplo e complexo de desterritorialização e reterritorialização (DELEUZE e GUATTARI, 1972 [1976] e RAFFESTIN, 1984) que sintetizamos por meio das práticas espacotemporais que ocorrem na relação espaço-tempo-território (SAQUET, 2014, p. 21)

A luta por este território é permeada pela questão ambiental e étnica que, segundo Cruz (2011b) tem redefinido o “[...] padrão de conflitividade e o campo relacional dos antagonismos [...], implicando uma espécie de ‘ambientalização’ e ‘etnização’ das lutas sociais, complexificando a questão fundiária e agrária” (CRUZ, 2011b, p. 55). O autor conclui que a luta pelo território também passa pela afirmação das identidades culturais e políticas pautadas nas territorialidades de diferentes grupos: trata-se, portanto, de uma luta pela afirmação de identidades territoriais, ou seja, uma identidade cuja definição parte do território enquanto processo de identificação social fundamental (da alusão ou referência simbólica ou concreta que parte do ou perpassa o território (HAESBAERT 1999<sup>64</sup> citado por CRUZ 2011b, p.14).

Para compreendermos o contexto em que se inscreve o conflito territorial entre modelos de espaços naturais protegidos e as comunidades tradicionais é importante esclarecer qual ação ambiental estamos falando e quem são os sujeitos desta. Se trata de compreender como se dá a ambientalização em um plano mais localizado identificado em Guaraqueçaba e, mais precisamente, no contexto dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. A

---

<sup>64</sup> HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais**. In: RODENDHAL, Z. CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações Culturais no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

partir desse olhar de como ocorre a ambientalização no território será possível identificar as suas diversas mediações em um plano mais amplo.

A grande quantidade de conflitos socioambientais que tem emergido no contexto latino-americano tem sido interpretada como uma ambientalização das lutas sociais (LEITE LOPES 2006; ACSELRAD, 2010; CRUZ, 2011b). Podemos perceber o destaque que vêm ganhando as lutas indígenas, de comunidades tradicionais, de movimentos camponeses e de outras formas de mobilização baseadas em questões como, por exemplo, os bens comuns. Segundo Svampa (2012) poderíamos caracterizar esses conflitos socioambientais como “[...] aquellos ligados al acceso, conservación y control de los recursos naturales, que suponen por parte de los actores enfrentados, intereses y valores divergentes en torno a los mismos, en un contexto de asimetría de poder” (SVAMPA, 2012, p. 186). Ainda segundo a autora “Estos conflictos expresan diferentes concepciones sobre el territorio, la naturaleza y el ambiente, al tiempo que van estableciendo una disputa acerca de lo que se entiende por desarrollo y [...] por democracia” (SVAMPA, 2013a, p. 40). Essa divergência de valores em torno dos recursos naturais, portanto, dizem respeito ao entendimento que diferentes grupos têm em relação ao território e ao meio ambiente, bem como à necessidade de protegê-los e como fazê-lo – contexto que vem à tona com a ambientalização das lutas sociais de povos indígenas (SVAMPA, 2013a) e comunidades tradicionais na América Latina.

No Brasil é perceptível a forte influência desse contexto na própria formação identitária de diversos movimentos sociais: as comunidades tradicionais que são afetadas pelo desenvolvimentismo neoextrativista e seus desdobramentos assumem múltiplas identidades, como no caso daqueles movimentos sociais cuja violência que sofrem acaba por refletir como um elemento constitutivo de sua identidade coletiva, como no caso dos atingidos por barragens, por desertos verdes, por UCs, pela mineração, entre outros. Ou seja, não é apenas o projeto de vida territorial e cultural que constitui suas identidades, mas a violência que sofrem, como bem nos lembra Porto-Gonçalves et al. (2015).

Diante de toda essa diversidade de lutas, se faz pertinente partirmos, neste momento, para uma problematização do processo de ambientalização que identificamos no município de Guaraqueçaba. Para isto, fazemos uso de uma análise da conjuntura do conflito territorial vivenciado por comunidades tradicionais que tiveram seus territórios transformados juridicamente em UCs de proteção integral. Para esse exercício levantamos os atores sociais e suas respectivas visões e projetos de mundo envolvidos neste conflito. Neste panorama, sobretudo os órgãos ligados ao Estado e que são responsáveis pela gestão e fiscalização das UCs, costumam aparecer como antagonistas das comunidades tradicionais nesta disputa –

permeados pelas práticas desses atores, identificam-se discursos que mobilizam diferentes projetos de vida para a área em questão, sendo a compreensão desta conjuntura histórica desde a multiplicidade de intencionalidades, portanto, essencial para a tentativa de resolução do conflito. Objetivando apontar os efeitos de cada projeto de mundo, acionamos categorias jurídicas, que servem para operacionalizar, entre outros direitos, os ambientais.

O tema da ambientalização (ACSELRAD, 2010; LEITE LOPES, 2006) tem permeado os discursos e práticas de movimentos sociais e outros atores sociais - como Organizações não Governamentais, instituições de pesquisa, ensino e extensão, empresas, assim como o próprio Estado - envolvidos diretamente em disputas sobre a produção do espaço. De acordo com Acselrad (2010), essa noção se refere ao processo no qual diferentes atores mobilizam um discurso ambiental, ainda que genérico, que se mune de justificativas de cunho ambiental para validar certas práticas sociais, sejam elas institucionais, políticas, científicas ou outras - e, como ressalta Leite Lopes (2006, p. 32), tanto as populações atingidas por impactos ambientais quanto os próprios empreendedores passam a utilizar a questão ambiental em seus repertórios de interesses e reivindicações.

Segundo Leite Lopes (2006) os processos de ambientalização nos remetem a uma reflexão sobre como os discursos relativos à questão ambiental vão se tornando chave na condição de argumento de legitimação sobre conflitos sociais. A interpretação desse processo nos fornece a possibilidade para um entendimento mais atual sobre esses conflitos e a forma com que vai sendo construída uma nova questão social e pública à medida que a ambientalização como processo histórico tem influenciado na transformação do comportamento social de diversos atores e do próprio Estado.

A ambientalização, neste sentido, pode ser vista como um fenômeno social histórico, nascido na década de 1970, cujo marco fundamental é a Conferência de Estocolmo – nesse momento, desde várias perspectivas e enfoques, se insere no contexto mundial uma nova questão pública: a preservação do meio ambiente. Esta temática, é importante lembrar, está atravessada pelo cenário político econômico dessa década - os conhecidos "anos dourados" do capitalismo (HOBBSAWM, 1995) podem, destarte, ser entendidos como o plano de fundo no qual a ambientalização é incorporada às políticas públicas brasileiras. Como bem aponta Barbieri (1995), desde o ano da Conferência citada, 1972, as agências de financiamento multilaterais (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Mundial), começam a exigir Estudos de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como condição para realização de empréstimos e demais formas de auxílio. Para Leite Lopes (2006), a constituição dessa nova questão social e pública teve grande influência de acidentes industriais

significativos ocorridos em países desenvolvidos e cuja propagação dos riscos foram, de certa forma, internacionalizados. Naquele mesmo ano, em pleno governo ditatorial no Brasil, a Hidrelétrica de Sobradinho, na Bahia, foi a primeira obra a se munir deste instrumento no país - e isto quase uma década antes da criação da Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), lei que determina a produção de AIAs para que os empreendimentos obtivessem o licenciamento ambiental. Logo, a ambientalização surge nas sociedades contemporâneas, precisamente no período pós-guerra, momento em que a financeirização da economia, também entendida por ANTUNES e POCHMANN, (2007) como a mundialização do capital e aos avanços tecnológicos da Guerra Fria ensejaram a flexibilização do capital por meio das bolsas de valores e agências de financiamento – que, por sua vez, adotaram discursos sobre a proteção do meio ambiente (ou, como se convencionou dizer, sobre o *uso sustentável* da natureza).

Para Leite Lopes (2006) a força do ambientalismo na transformação da vida cotidiana e na postura do Estado teria relação com cinco fatores:

[...] o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”; e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos” (LEITE LOPES, 2006, p. 36).

Convergindo para o mesmo sentido do que aqui seguimos denominando enquanto ambientalização, Escobar e Pardo (2005) nos apontam o processo nomeado de “irrupção do biológico” que caracteriza-se pela emergência e centralidade que as questões ambientais ganharam no contexto das políticas de desenvolvimento mundiais. Para o autor a disputa pelo acesso aos recursos naturais e pelos parâmetros avaliativos relacionados à natureza têm sido transformados a partir do conceito de biodiversidade. Cruz (2011b) reflete que essa tendência exposta por Escobar e Pardo (2005), à medida que se apoia em fatores quantitativos, como o número de espécies de fauna e flora encontrados em determinadas áreas, acabam por direcionar grande visibilidade a regiões como a Amazônia, transformando-a em objeto de interesse de atores, discursos e projetos diversos, colocando estes lugares em uma posição biopolítica fundamental no contexto global (ESCOBAR e PARDO, 2005; CRUZ, 2011b).

Guaraqueçaba, portanto, também entra no repertório de regiões que encontram-se em uma posição biopolítica global fundamental – podemos notar isto mediante elementos como a forte quantidade de ONGs e instituições de pesquisa atuantes na região, a forte presença do Estado brasileiro no ordenamento territorial por meio da criação compulsória de UCs em territórios tradicionais, a existência de diversos projetos de pagamentos por serviços ambientais,

como as áreas instauradas para o crédito de carbono para grandes empresas poluidoras como a Chevron, General Motors e American Electric Power<sup>65</sup>, a coerção por meio de força policial no uso tradicional do território por parte dos moradores, a caracterização da área pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, dentre outros fatores observados empiricamente, na mídia, na produção científica ou nos documentos oficiais de instituições atuantes na região.

Como produto de um processo social histórico ainda em curso, a ambientalização continua sendo marcada pelas lutas pela hegemonia – neste sentido, vale a observação de Sader (2005, p. 20), quando aponta que a hegemonia é “[...] uma relação, ela se exerce sobre os outros e, portanto, sua força ou sua fraqueza depende sempre da força e da fraqueza dos outros sobre os quais se exerce a hegemonia”. É neste sentido que uma das formas de perceber a entrada da “ambientalização” no Brasil é por meio de uma trama histórica associada ao capitalismo e ao controle territorial a partir das classes hegemônicas, mas, complementarmente, através dos processos protagonizados por distintos atores contra-hegemônicos que buscam romper e eliminar o sistema social em voga e implantar um novo, entendido como mais justo.

No mesmo período em que se dá o aparecimento dessa temática, registrou-se no Brasil o surgimento de “novos movimentos sociais” (GOHN, 2014), dentre outros fatores, em resistência à ditadura e ao neoliberalismo. A ressignificação da ideia de “participação”, diretamente marcada pela ideia de autonomia<sup>66</sup> é um elemento essencial que estes movimentos incorporam às suas pautas. Assim, *participar* de um processo político passa a ter, também, o sentido de resistir aos ditames do Estado – a participação, portanto, não se dava de maneira espontânea ou altruísta através do Estado. Para Demo (2009), a participação:

[...] não pode ser entendida como dádiva, porque não seria produto da conquista, nem realizaria o fenômeno fundamental da autopromoção; seria de todos os modos uma participação tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o

<sup>65</sup> A intensa violação de direitos fundamentais de comunidades tradicionais da região de Guaraqueçaba tem influência direta sobre como as questões ambientais são interpretadas e postas em prática na região. A coerção policial que impede e criminaliza o uso tradicional do território tem ligação com a criação de áreas naturais protegidas por parte do Estado, mas também existe a repressão por parte de espaços particulares como as UCs denominadas de RPPNs. Em 2000 foi registrada a compra de 19 mil hectares em três grandes áreas de territórios tradicionais por intermédio da ONG The Nature Conservancy, de origem estadunidense. As áreas passaram a ser administradas pela ONG SPVS, bastante conhecida na região de Guaraqueçaba por sua visão preservacionista, mas, ironicamente, o dinheiro (18 milhões de dólares) que viabilizou esta ação advém das três empresas consideradas, naquele momento, como as mais poluidoras do mundo. Uma delas, a petroleira Chevron, havia sido responsável por um dos mais significativos vazamentos de óleo da história do Brasil, em 2011. Atualmente as comunidades tradicionais e outras populações residentes na região foram impedidas de usar os recursos da floresta para que o carbono produzido nessas áreas continuasse a ser utilizado no mercado ambiental por essas empresas citadas (GLASS, 2012).

<sup>66</sup> A autora defende, nessa e em diversas de suas obras, que uma das mudanças históricas mais marcantes dos novos movimentos sociais teriam ocorrido na década de 1990, sendo ela o abandono da ideia de autonomia em detrimento da adoção de discussões sobre a cidadania. No caso do MOPEAR e de outros movimentos sociais de comunidades tradicionais pode-se constatar que não houve essa troca, sendo a autonomia, ainda, categoria chave, imprescindível em suas lutas.



espaço permitido. Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais; [...] não pode ser entendida como algo preexistente, porque o espaço de participação não cai do céu por descuido, nem é o passo primeiro (DEMO, 2009, p. 18).

O entendimento do autor é de que *participação é conquista*, se referindo a um processo de luta, de enfrentamento e, também, de ruptura histórica: é um vir-a-ser constante. Essa participação, inevitavelmente, acarretaria em novos conflitos políticos, já que, à medida que se ocupa um espaço de poder se retira quem atualmente o ocupa – trazendo como efeito alguma resistência a esse processo (DEMO, 2009, p. 2).

Essa ressignificação da participação imprimiu um novo ritmo ao Estado, como bem aponta Almeida (2008a) sobre o processo protagonizado por comunidades tradicionais da região Amazônica e que resultou no surgimento de grupos sociais conhecidos como os *povos da floresta*, na década de 1980. O caráter anti-sistêmico desses movimentos se deu pela ressignificação do sentido da natureza, inserindo ao debate o tema dos direitos das comunidades tradicionais e sua relação com o quadro natural. Novas formas de políticas públicas foram implementadas como resultado da luta desses grupos<sup>67</sup>, mais especificamente associadas às questões territoriais – podemos citar aqui a criação de novas categorias de UCs, como as Reservas Extrativistas, a partir das pautas dos seringueiros.

Se a emergência da questão ambiental fez surgir o processo que Escobar e Pardo (2005) denominaram como “irrupção do biológico”, Cruz (2011a) avalia que, paralelamente, também é possível constatar uma “irrupção da questão étnica”, a que o autor nomeia como a etnização das lutas sociais. Nesse plano a questão da diferença ganha destaque nas lutas, bem como a politização de temas como a cultura e as subjetividades desses grupos sociais. É nessa perspectiva que o reconhecimento se torna questão central para vários movimentos e suas lutas por políticas de identidade. A relação desses processos, de ambientalização e etnização das lutas sociais, para o autor, complexificam a questão agrária brasileira que tem se constituído como grande catalisadora de conflitos socioambientais.

---

<sup>67</sup> De acordo com Cruz (2011b) a emergência das questões ambientais demonstrou influência nas relações das próprias comunidades tradicionais, que passaram a criar redes e até mesmo alianças com ONGs e outras formas de cooperação internacional. A tentativa de unir diferentes movimentos e estratégias para pressionar o Estado visando garantir suas demandas é o que Almeida (1994 apud CRUZ 2011b, p. 4) entende ser uma “unidade de mobilização”. Essas unidades transcendem a escala local e conseguem criar novas maneiras de lutar politicamente e exercer sua re-existência à medida que alcançam a generalização do localismo de suas pautas por meio, por exemplo, de seus vínculos internacionais. Neste exercício há uma atualização nos mecanismos de mediação, transformando os padrões habituais da construção das relações políticas e dos espaços de legitimação de suas reivindicações.

É a própria ação dos movimentos sociais que têm nos apontado para a necessidade de reflexões sobre esses processos, algo que Melucci (1989) já havia alertado ao delinear que a função destes sujeitos que compõem seus respectivos movimentos é de “[...] revelar os projetos [antagônicos], anunciar para a sociedade que existe um problema fundamental numa dada área” (MELUCCI, 1989, p. 59).

Foi nessa trama, portanto, que os discursos acerca da sustentabilidade foram se fortalecendo no Brasil e, de maneira mais genérica, sua delimitação e fragmentação foi se dando mais usualmente desde três agendas – a verde, que se refere à proteção da cobertura vegetal e dos recursos naturais, a marrom, tratando sobre a emissão de gases e efluentes, e a azul, relativa à qualidade da água (Souza, 2014). A sustentabilidade, portanto, tornou-se um conceito que agregava interesses diversos e que, via de regra, convergia na ideia de degradação ambiental - reduzi-la, monitorá-la e impedi-la, em grande medida, passam a ser as formas que os agentes da ação ambiental passam a adotar para tentar proteger e garantir a natureza para as populações, presentes e futuras.

Em Guaraqueçaba notamos mais explicitamente a aplicação da agenda verde no seu processo de ambientalização, servindo como base e plano de fundo para o entendimento do conflito territorial que ali se trava. A operacionalização dessa agenda, nesse município, é observada desde a criação de sucessivas unidades de conservação que, como visto anteriormente, se refere a mais de 98% do território total de Guaraqueçaba. Nas imediações da baía de Pinheiros, onde se concentra parte significativa das comunidades tradicionais que se articulam no MOPEAR, foram instauradas duas unidades de proteção integral<sup>68</sup> (PNS e a ESEC de Guaraqueçaba). Este é um dos fatores de maior destaque para o entendimento do conflito que se constitui como um dos objetos de análise desta tese.

Existem documentos do Ministério Público Federal emitidos pelas Subprocuradoras Gerais da República coordenadoras da 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão (BRASIL. MPF, 2014; BRASIL, MPF, 2015a) que estipulam diretrizes básicas para a resolução de conflitos territoriais concernentes à sobreposição jurídica de UCs de proteção integral em relação aos territórios tradicionalmente ocupados. Embora encaminhem como solução a priorização dos interesses das comunidades tradicionais conforme assegura a Convenção 169 da OIT, estes documentos consistem em recomendações, não havendo, portanto, a

---

<sup>68</sup> Aos leitores que desconhecem a discussão jurídica na área ambiental, mais especificamente no que diz respeito à criação e gestão de Unidades de Conservação, deixamos claro que o Sistema Nacional de unidades de Conservação - SNUC (lei federal 9985 de 2000), estabelece duas modalidades possíveis de UCs: as de uso sustentável (que permitem, dependendo da situação, até o uso sustentável do território) e as de proteção integral (que, no máximo, permitem o uso indireto da área - como desde o turismo ou a pesquisa científica, por exemplo).

obrigatoriedade do cumprimento do conteúdo ali exposto. É neste sentido que afirmamos que, desde a experiência empírica, a produção científica e a jurisprudência brasileira, ainda não existe um consenso, seja ele técnico, teórico, político ou jurídico, entre comunidades atingidas, pesquisadores, gestores e, assim, no contexto do próprio Estado, sobre como lidar com a situação.

Enquanto o Ministério Público Federal (BRASIL, MPF 2015a) recomenda a compatibilização do uso tradicional e dos objetivos de conservação das UCs, a garantia de direitos fundamentais das comunidades tradicionais como a consulta prévia da OIT 169, a permanência desses grupos em seus territórios, a licitude de suas práticas de subsistência essenciais à sua reprodução social e outras estratégias como a própria revisão dos limites das UCs restritivas e sua recategorização, Talbot (2016), em um exercício de sistematização em sua dissertação de mestrado, aponta o que, de fato, tem acontecido na prática. Nos casos levantados pela autora é possível constatar a diversidade de posturas assumidas pelos atores envolvidos que variam entre acordos formalizados em Termos de Compromissos (que, como ressalta Fonseca (2015), são sempre temporários, podendo ser de curto ou longo prazo, e devem sempre apontar a resolução definitiva do conflito) à recusa de implementação de soluções ou iniciativas da comunidade em tentar compatibilizar esses diferentes projetos: o da preservação, excluindo a possibilidade de uso e ocupação humana, e o da conservação, permitindo, sob diferentes vieses, a conciliação entre usar, ocupar e proteger a natureza. Podemos inferir, assim, que este debate permanece em aberto, seja no contexto nacional ou no plano regional de Guaraqueçaba, não existindo, até o momento, uma resolução definida para este tipo conflito territorial.

Importa ressaltar que a reflexão sobre o conflito territorial que se desenrola na região está atravessada pela produção material e imaterial do território em questão. Nos apoiamos em Haesbaert (2005) quando interpreta que a concepção de território está atrelada a uma noção de poder que ultrapassa o mero poder político. Refere-se ao sentido de dominação em uma leitura de poder mais concreto (vinculado ao valor de troca) e ao sentido de apropriação, em uma relação mais simbólica (que abarca o vivido e o valor de uso). Para Lefebvre (2001) o conflito entre as noções de valor de uso e de troca se dá porque a primeira está associada à ideia de apropriação, ao invés de propriedade, e esta apropriação carrega tempos, ritmos, símbolos e práticas. O autor defende que a apropriação vai sendo dificultada sempre que o espaço, como um processo socialmente construído, vai sendo manipulado e dominado por determinados agentes que intentam dar-lhe um caráter unifuncional, uma vez que este ato ocorre fora do tempo vivido dos usuários que, muitas vezes, se conforma em um tempo complexo e diverso.

Neste sentido entendemos que, diferentemente do território de única função preponderante na lógica capitalista hegemônica, o território é múltiplo, absorvido nas relações de apropriação e/ou de dominação existentes na sociedade e espaço (HAESBAERT, 2005).

Entendemos que para um projeto de mundo se tornar hegemônico é preciso que ele se territorialize. A territorialização seria o processo onde os atores sociais disputam práticas, ideias, apropriação e controle, seja ele simbólico ou material, de uma fração do espaço específico (HAESBAERT, 2014). O território, portanto, sendo um espaço social em disputa e por ser constituir nesse processo conflituoso, está em eterna incompletude. Assim, não nos basta refletir, tão somente, sobre a territorialização, mas sobre outras facetas existentes em um mesmo processo, quais sejam a desterritorialização e a reterritorialização – em suma, mais que territorialização, estamos nos referindo ao conceito de “des-re-territorialização”.

O conflito territorial que aqui buscamos refletir carrega uma disputa entre os atores que neles se envolvem, à medida que, quando defendem e tentam consolidar suas visões de mundo distintas e seus respectivos projetos de ambientalização, o fazem por meio da tentativa de concretizá-los no espaço – ou seja, ao precisarem se territorializar acabam por desterritorializar atores antagônicos e, também, suas visões e projetos de mundo, levando-os a se reterritorializar. O quadro sinótico que apresentamos a seguir foi produzido no intuito de organizar melhor esta ideia associada aos demais elementos colocados neste subitem:

A conjuntura da ambientalização em Guaraqueçaba desde o conflito territorial vivido pelo MOPEAR				
Visão de Mundo	Projeto de Ambientalização	Atores que atualmente defendem este projeto	Grau de abertura à participação social	Sujeito/ Objeto jurídico
Anti-Comunidade	Preservação	ICMBio, Força Verde e Instituições de ensino e pesquisa	Não Participação	Direito difuso
Pró-comunidade	Conservação	ICMBio, Força verde, Instituições de ensino e pesquisa, ONGs	Pseudo-participação	Direito difuso
	Gestão dos comuns	Comunidades tradicionais, instituições de pesquisa e ensino	Participação plena	Direito coletivo

Tabela 1 – A conjuntura da ambientalização em Guaraqueçaba, desde o conflito territorial vivido pelo MOPEAR. Fonte: a autora (2017)

Podemos interpretar que na conjuntura de Guaraqueçaba, mais especificamente no que toca ao conflito territorial relacionado ao processo de ambientalização, existem, atualmente, pelo menos duas visões antagônicas de mundo: a perspectiva anti-comunidade e a pró-comunidade (elencadas na primeira coluna). Os termos originais a que Diegues (2001) faz referência seriam *anti-people* e *pró-people*, mas optamos aqui em adaptá-los por entender que melhor se adequam ao contexto analisado, já que “*people*” se refere a qualquer pessoa, em uma concepção mais genérica e que não condiz com o que queremos aqui explicitar – nas UCs

restritivas, por exemplo, é permitido o uso da área por determinadas pessoas, como funcionários, pesquisadores e turistas, no entanto, as pessoas que estão impedidas de utilizar e que são vistas pela lei como passíveis de serem realocadas são as comunidades que ali vivem, neste caso, comunidades tradicionais.

Diegues (2001) e Rodrigues (2006) apontam que a corrente denominada *anti-people* advém de um neo-mito preponderante sobretudo nos Estados Unidos sobre as sociedades industrializadas que evidencia a necessidade de instituir espaços naturais protegidos de uma ação humana mais direta, mas permitindo o acesso do homem urbano-industrial para seus momentos de lazer e contemplação. Burstyn (1995) destaca que essa visão decorre do entendimento da sociedade como consumidora da natureza e cujo crescimento dessa população e seu poder aquisitivo resultaria inevitavelmente na pressão ao meio ambiente. A corrente *pro-people* se distingue pelo lugar que lhe dá origem, ou seja, os países usualmente considerados como em desenvolvimento, já que as características das populações tradicionais e sua relação com seu território (e conseqüentemente os recursos naturais) nesses países estariam pautados por outra lógica, havendo menos importância econômica e mais de reprodução social e identitárias – daí o surgimento de uma corrente com outra concepção acerca das relações entre a sociedade e a natureza (RODRIGUES, 2006).

A forma como se dá a participação da sociedade civil foi inserida no quadro sinóptico por se conformar como elemento essencial de análise: a necessidade da atenção dedicada a esta questão é defendida por Leite Lopes (2006), por Souza (2003, 2006), – em quem nos inspiramos para produzir a coluna que versa sobre o “grau de abertura à participação popular” – e pelos próprios sujeitos pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR.

Já o levantamento dos atores e projetos relativos às distintas visões de mundo são provenientes das reflexões de Souza (1985), que nos aponta sobre a importância desses elementos em uma análise de conjuntura. Sistematizamos neste quadro, portanto, alguns elementos que nos parecem essenciais para compreender a conjuntura histórica do processo de ambientalização vivido pelo MOPEAR em Guaraqueçaba. Sabemos que existem tantos outros elementos que poderiam contribuir para uma conjuntura mais abrangente e completa, no entanto, nos debruçamos em um recorte mais específico, respondendo aos diálogos realizados com os sujeitos. Para completar nosso quadro, buscamos elencar a qual objeto ou sujeito jurídico cada perspectiva do projeto de ambientalização abarcava, nos aproximando daquilo que Souza Filho (2010) nos aponta como o resultado da aproximação entre antropologia e direito que nos leva a problematizar sobre direitos coletivos, difusos e individuais.



Em Guaraqueçaba a corrente anti-comunidade pode ser percebida em um projeto para o território que é conhecido como preservacionista. Os discursos acionados pelo preservacionismo defendem a incompatibilidade da ocupação humana e do uso dos recursos naturais em dada área, postura que se opõe, portanto, às comunidades tradicionais que ali se reproduzem socialmente.

É possível dizer, em termos genéricos, que o projeto preservacionista é mobilizado pelos braços policialescos do Estado, que nesse caso em específico se objetiva, sobretudo, na figura da Força Verde, atrelada à Polícia Militar. A coerção vem sendo a forma mais utilizada por esse ator para garantir a preservação da natureza. É possível interpretar, no entanto, que boa parte dessas coerções resultam da maneira de interpretar e aplicar as leis relativas às UCs restritivas, o que nos leva a inferir o papel chave do ICMBio, não como agente direto da coerção, mas como agente que a sustenta - isto pois, independente do discurso acionado pelos órgãos, é inegável, do ponto de vista jurídico, que, por se tratarem de UCs de proteção integral, não é permitido compatibilizar<sup>69</sup> a presença das comunidades tradicionais e seus respectivos usos do território no interior dessas áreas.

A outra corrente citada, a pró-comunidade, é notada nos argumentos e ações de diferentes atores e pode ser melhor identificada em duas distintas perspectivas que, de maneira geral, abarcam a concepção de que seria possível compatibilizar a existência das comunidades tradicionais à proteção da natureza em Guaraqueçaba.

A primeira perspectiva refere-se ao projeto conservacionista cujas propostas sobre o futuro ou presente são decididas por técnicos e pelo Estado a fim de garantir o direito difuso da população brasileira sobre o meio ambiente. No plano Guaraqueçabano são algumas ONGs, alguns pesquisadores e alguns técnicos do ICMBio e Força Verde que sustentam a posição conservacionista. Dentro do ICMBio, o Plano de Manejo do PNS tem sido acionado em alguns discursos como instrumento que possibilitaria compatibilizar as necessidades de uso e permanência das comunidades tradicionais com o Parque, mesmo que a própria legislação afirme o contrário. Nesse contexto, como já exposto ao longo do primeiro capítulo desta tese, a participação das comunidades tradicionais tem ocorrido de maneira questionável, estando a mercê de mecanismos de informação e consulta dos quais discordam e que não os permitem ter qualquer poder de decisão ou até mesmo de influência. Exemplo disto são as pesquisas

---

<sup>69</sup> Em termos legais, o que se tem são as possibilidades de resolução provisória, desde termos de compromisso, regulamentados pela Instrução Normativa Interministerial nº 12 de 2012 (BRASIL. MPA/MMA, 2012) - mas, como apontou Talbot (2016), há uma grande diversidade de interpretações dentro dos órgãos ambientais sobre a aplicabilidade deste instrumento, com dissensos desde o sujeito em que isto pode ser aplicado até para o tipo de práticas que seriam passíveis deste tipo de acordo.

participativas realizadas para a produção do Plano de Manejo, que ainda não foi finalizado, e o espaço dos conselhos consultivos das UCs, que serão posteriormente melhor exemplificadas nesta tese.

O outro projeto existente em Guaraqueçaba que se enquadra em uma visão pró-comunidade intenta mais que compatibilizar a presença das comunidades no território tradicionalmente ocupado que foi transformado em UC: ele se caracteriza, sobretudo, pela proposta de que as decisões políticas sobre o que se planeja fazer no território e a forma de gestão dessas questões podem se concretizar desde acordos coletivos construídos pelas e entre as comunidades. É um projeto de gestão dos comuns que visa garantir direitos étnicos e coletivos dessas comunidades tradicionais em consonância com a conservação da natureza. Importa lembrar a efetividade desses direitos a partir dos dispositivos que os garantem no arcabouço jurídico brasileiro, como o tratado internacional de direitos humanos objetivado na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Decreto 5051 de 2004 (BRASIL, 2004) e que assegura o território tradicionalmente ocupado e a autodeterminação das comunidades tradicionais autodeclaradas. Não podemos ignorar, também, o artigo 28 do SNUC (BRASIL, 2000) e a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007). Em resumo, a elaboração de propostas baseadas na autogestão e a busca de parcerias para a concretização das mesmas são pautas das comunidades tradicionais da região que vêm ganhando consistência a partir da sua organização em torno do MOPEAR. Essas proposições apontam para a busca de um horizonte de justiça socioambiental e territorial, sem deixar de levar em conta as preocupações ambientais já existentes na região: é a busca por uma autonomia sem virar-se contra o Estado, mas dando a ele um lugar em todo esse processo no qual ele não paire hierarquicamente, nos processos decisórios, sobre as comunidades (SOUZA, 2003), podendo ser tratada, assim, como uma reinvenção do Estado, sua função e forma de atuação.

Para fornecer mais subsídios ao leitor sobre essas visões de mundo e seus efeitos na realidade vivida pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba passaremos, neste momento, a detalhar cada uma delas.

### 2.1.1 A chegada do projeto preservacionista: ambientalização anti-comunidade em Guaraqueçaba

“Pessoas de todos os tipos, sejam indígenas ou não, representam uma ameaça séria a biodiversidade de qualquer parque, quando seus meios de vida são derivados dos recursos da área protegida” (TERBORGH e PERES, 2002, p. 334).

“[...] se essas pessoas não são consideradas como “museus vivos”, devem ser procurados caminhos para facilitar a sua transição inevitável para a modernidade e a aculturação” (TERBORGH e PERES, 2002, p. 335).

Os trechos acima dispostos foram retirados do livro “Tornando Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos”, publicado pela Editora da UFPR juntamente com a Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Os trechos explicitam nuances daquilo que, de maneira bastante genérica, pode-se considerar como a prerrogativa básica do preservacionismo: uma concepção de proteção ambiental na qual qualquer tipo de ação humana é vista inquestionavelmente enquanto degradadora e, para alcançar uma proteção eficaz, seria preciso reservar áreas intocadas, livres da presença e ação humana.

Existem duas grandes vertentes que direcionam as categorias de UCs no Brasil e que também podem ser observadas internacionalmente: o preservacionismo e o conservacionismo. Cada concepção se operacionaliza dentro do SNUC em diferentes categorias de UCs agrupadas nessas duas grandes divisões. A princípio, a existência dessas grandes áreas deveriam funcionar em complementariedade: em um plano ideal, as diferentes categorias de UCs deveriam coexistir, e a escolha da categoria mais adequada derivaria de processos intensos de estudos que contribuíssem em um diagnóstico de acordo com as características previamente existentes em cada região escolhida como espaço a ser protegido.

Apesar da tarefa parecer simples, a vasta produção científica e diversos casos judicializados demonstram um grande número de conflitos em torno da aplicação de UCs com características preservacionistas, também denominadas como UCs restritivas, ou conservacionistas, chamadas de UCs de uso sustentável. A partir de outro viés, é possível dizer que as UCs restritivas estão atreladas ao ambientalismo, enquanto as de conservação se relacionam com o socioambientalismo, por isto divergem de maneira significativa em torno dos argumentos que justificam a criação e a forma de gestão de cada uma delas. Sobre essa diferença, Dourojeanni e Pádua (2007) alertam que:

De uma parte, estão os que consideram que o objetivo essencial das UCs é a preservação dos ecossistemas e de sua biodiversidade e que seus benefícios sociais e econômicos são para a humanidade em geral, por meio de seu aproveitamento para o avanço da ciência e dos serviços ambientais dos espaços naturais. De outra parte, estão os que sustentam o princípio de que o objetivo principal das UCs é a promoção do desenvolvimento social e econômico, por meio do aproveitamento sustentável de seus recursos naturais, em benefício das populações locais. Aparentemente, a diferença entre esses enfoques é mais semântica que real, mas quando levados à prática, eles revelam profundas divergências e resultados divergentes no que se refere ao anunciado objetivo de “preservar a natureza” (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2007, p. 40).

Mais especificamente em Guaraqueçaba a visão contrária à presença humana em áreas naturais protegidas tem prevalecido há quase três décadas, tanto nos discursos quanto nas práticas de diversos atores. Aqui constata-se a visão anti-comunidade que tem um posicionamento e intencionalidade próprios, independente dos anseios e propostas das comunidades tradicionais. Para Alier (2007) e Svampa (2008) essa corrente biocêntrica também é conhecida no ecologismo como o culto à vida silvestre, na qual os principais posicionamentos seriam a oposição (ou, em alguns contextos a indiferença) ao crescimento econômico, a visão negativa em relação ao crescimento populacional e uma das principais perspectivas que embasam cientificamente essa corrente seria a biologia da conservação.

Esta tendência ocorre mais objetivamente na região a partir da criação do Parque Nacional do Superagui, ao fim da década de 1980, cujos limites sobrepuseram-se ao território tradicional de comunidades tradicionais: a partir daquele momento, o poder público passou a coibir diversas práticas tradicionais e o uso de recursos naturais que eram utilizados para a subsistência, para a construção de casas, canoas, remos e outros instrumentos de trabalho. Dentre as práticas coibidas estava a roça, cuja proibição passou a afetar todo um conjunto de práticas tradicionais e formas organizativas como os mutirões de plantio, dentre outras. A figura do Estado passou, portanto, a confundir ou substituir o sentido da tradicionalidade com criminalidade.

No Brasil constatamos a forte presença da noção preservacionista em diversas práticas e discursos de diferentes agentes e instituições, sejam elas públicas, privadas ou ONGs. A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, editora do livro já citado, por exemplo, atua intensamente em Guaraqueçaba devido ao forte apelo ambientalista que vigora na região.

Apesar do ideal preservacionista ir muito além dos espaços protegidos, pela configuração territorial de sobreposição de UCs sobre o território tradicionalmente ocupado de comunidades de pescadores(as) artesanais e caiçaras, em Guaraqueçaba essa noção é aplicada mais intensamente desde o SNUC, tendo em vista que, como Vallejo (2009) ressalta, a criação de UCs se tornou uma das principais ações do governo e iniciativa privada para garantir a preservação e conservação da biodiversidade, somando a esses objetivos fatores como o incentivo ao turismo e lazer.

Neste sistema de UCs, a preservação é entendida como um “[...] conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, *habitats* e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” (Item V, Art 2º, Cap. I). Essa preservação é possibilitada pelas UCs restritivas, conhecidas como de *proteção integral*, onde se admite apenas o uso indireto dos

atributos naturais da área, visando a manutenção dos ecossistemas sem a interferência humana. Mais objetivamente, as categorias de UC de caráter mais restritivo e, portanto, de cunho preservacionista, são: Parque Nacional e Estação Ecológica, ambas presentes em Guaraqueçaba, Reserva Biológica, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural.

De acordo com Vallejo (2009), o conceito de parque tem uma de suas primeiras referências na Mesopotâmia, assim como a criação de espaços reservados à caça foram registrados no Irã em 5000 a.C. Já no Ocidente as primeiras referências ocorrem na Idade Média, onde parques tinham como intuito dar exclusividade de uso das áreas à realeza e à aristocracia rural. Segundo o autor:

O objetivo principal era a manutenção dos recursos faunísticos e de seus respectivos habitats, visando ao exercício da caça e/ou à proteção de recursos florestais com fins de uso imediato ou futuro. Com a Revolução Industrial vieram transformações políticas, culturais, econômicas, sociais e ambientais. A acumulação capitalista e a expansão dos mercados foram fundamentais para essas mudanças. [...] Foi nos Estados Unidos, no final do século XIX, que se empregou efetivamente o conceito de parque nacional como área natural e selvagem, logo após o extermínio quase total das comunidades indígenas e a expansão das fronteiras para o Oeste. Com a consolidação do capitalismo e a urbanização acelerada, propunha-se reservar grandes áreas naturais à disposição das populações urbanas para fins de recreação (VALLEJO, 2009, p. 159).

Dourojeanni e Pádua (2007) resgatam algumas experiências de reservas naturais e destacam que em 1084 o então rei da Inglaterra, Guilherme I, realizou uma espécie de zoneamento ecológico econômico ao inventariar florestas, áreas destinadas à pesca, terras agricultáveis e reservas de caça. Apesar da forte conotação preservacionista que se dá a essas experiências um tanto antigas de cercamento do espaço para controlar seus usos, a delimitação de espaços protegidos motivada pela preocupação com a biodiversidade, de fato, é mais recente, uma vez que diversas experiências mais antigas tiveram um intuito mais social. Outra autora que reforça esta perspectiva é Camargos (2008), para quem:

Os parques estadunidenses foram concebidos como locais privilegiados para o aperfeiçoamento social, o que incluía o aprimoramento ético, estético, religioso, cognitivo e cívico do homem. Além de proporcionarem o amadurecimento mental do homem, os espaços naturais também eram considerados propícios aos cuidados com a saúde física. Uma das justificativas para a delimitação dos primeiros parques associa-se, portanto ao aperfeiçoamento da sociabilidade e ao adestramento individual às normas dessa sociabilidade (CAMARGOS, 2008, p. 56).

Levantamos este contexto de surgimento dos Parques Nacionais com o fim de demonstrar a transitoriedade do sentido dado a essas áreas e, correlatamente, a transitoriedade na operacionalização e na construção do conceito de preservação ambiental. A partir desse exercício acreditamos poder traçar nuances sobre as implicações da aplicação desse modelo no Brasil que, embora inspirado e com algumas semelhanças, não se constitui, segundo Creado



(2011), como uma reprodução estrito senso dos parques estadunidenses. No Brasil, as primeiras experiências de parques foram motivadas por valores estéticos e científicos e seguiram as prerrogativas da Constituição de 1937 (BRASIL. Constituição, 1937). Foi apenas em 1979, a partir do Decreto 84.017 (BRASIL, 1979) que criou o Regulamento dos Parques Nacionais, que o Plano de Manejo passou a ser obrigatório, exigindo, também, um planejamento com bases conceituais para subsidiar a gestão dessas áreas - antes disso não havia critérios técnicos e científicos que norteavam as ações de proteção dessas áreas (CREADO, 2011).

Como bem ressalta Vallejo (2009), o “sucesso” da instauração dos parques nacionais enquanto áreas selvagens, nos Estados Unidos, teve como pano de fundo o quase que completo extermínio das populações indígenas locais. À medida que as populações nativas daquele território foram dizimadas, se construiu o imaginário do vazio demográfico, da presença tão somente da fauna, flora e do valor paisagístico do espaço carente de uma proteção da ação humana. Com toda essa natureza bruta, “intocada”, “selvagem”, os homens podiam, então, usufruir desse espaço para os fins já citados na fala de Camargos (2008). Dessa configuração vai se construindo um padrão ocidental de preservação que desconsidera a existência de populações dentro das áreas naturais (Gomez-Pompa e Kaus, 2000), estabelecendo, também, outros usos da terra.

A ideia de uma área de vida selvagem ou daquilo que Diegues (1994) nomeou como o mito moderno da natureza intocada, domina o pensamento preservacionista. Nesta concepção, qualquer grupo humano, independentemente de suas características culturais, identitárias, seus modos de pensar e usar o território e os recursos, deveria ser banido dessas áreas, já que presume-se que nenhuma pessoa conseguiria ter uma existência livre de impactos ambientais. É neste sentido que Dourojeanni e Pádua (2007) defendem que, mesmo que existam modos de vida de menor impacto ambiental, ainda assim, manter uma área sem gente, obviamente, acarretaria em menos impacto. É a partir desse mesmo pensamento preservacionista que Milano (2007) defende ser evidente a incompatibilidade entre presença humana e exploração de recursos naturais, pois, para ele e com apoio de outros autores, manter “sem-tetos” nas áreas destinadas à preservação seria como permitir que pessoas morassem dentro de tesouros culturais como o *Taj Mahal* ou *Metropolitan Museum of Art*.

A operacionalização da noção de preservação a partir do viés jurídico teve seu marco, no Brasil, na Política Nacional do Meio Ambiente (BRASIL, 1981), que criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), um conjunto de instituições, instrumentos e políticas públicas que passaram a regular o uso da natureza visando a sustentabilidade. Esta Política é um marco por instituir os estudos de impacto ambiental, ou seja, o uso de instrumentos técnicos

e científicos para mensurar o impacto que os grupos humanos causam ao usar a natureza. A ideia era a de normatizar o uso do quadro natural, além de buscar diminuir ou acabar com as externalidades, ou seja, impactos indiretos causados por algum tipo de atividade humana.

Ainda que os estudos de impacto ambiental sejam utilizados, majoritariamente, para fins de licenciamentos ambientais para atividades de grande e médio impacto, a mesma noção também está presente na operacionalização do conceito de preservação. Afinal, preservar, é restringir os impactos ambientais que ocorrem em uma determinada área. Desde o SNUC, a noção de preservação garante que as UCs de proteção integral, em que não se prevê o uso direto dos recursos, permitam apenas usos como a pesquisa e turismo, mas não a garantia do direito ao território tradicionalmente ocupado, impedindo, assim, a efetivação do direito a existir enquanto comunidade tradicional e, conseqüentemente, aceitar a diversidade cultural do país.

Não questionamos aqui todo o aparato teórico metodológico construído nas áreas científicas correlatas à preservação ambiental. Disciplinas que ganharam espaço na década de 1990, como a biologia da conservação e economia ecológica, contribuíram de maneira significativa na elaboração de um conjunto de argumentos mais voltados à importância dos recursos naturais e meios para sua proteção (VALLEJO, 2009). No entanto, trazer à luz o contexto histórico e sociológico no qual o conceito de preservação se edifica nos auxilia a compreender o grande número de conflitos decorrentes da criação de UCs restritivas como parques nacionais: assim como, desde as primeiras experiências de parques, essas configurações territoriais continuam a ser aplicadas em áreas habitadas, muitas vezes, por comunidades tradicionais, impedindo e criminalizando os usos de recursos e a própria existência dessas pessoas, negando direitos humanos, étnicos e coletivos, impulsionando a desterritorialização e expropriação, contribuindo para o aumento de problemas sociais decorrentes dessas ações e, associado a isso, a própria degradação ambiental.'

É preciso destacar que um importante debate que encontra-se em questão é o impedimento de atividades que partem do valor de uso da terra por parte das comunidades tradicionais, enquanto atividades que decorrem de uma percepção de valor de troca da terra são permitidas.

A fim de contextualizar o caso específico desta tese não podemos ignorar o momento histórico que passava o país no momento em que o PNS é criado: o Brasil vivia um processo de redemocratização e a participação social nas decisões políticas vinha a se fortalecer. Em 1989, no entanto, momento de criação da UC, o contexto ainda era de transição política, ou

seja, não exatamente uma transição democrática<sup>70</sup>. Alguns anos mais tarde ocorre a imposição da ampliação dos limites do PNS (BRASIL, 1997) que resultou na inserção de novas comunidades para dentro da área do Parque, sendo elas Barbado, Vila Fátima, Abacateiro, Barra do Ararapira, Canudal, Varadouro (ou Caçada), Vila de Saco do Morro, Ilha dos Pinheiros e Rita. A criação e ampliação da referida UC ocorreu antes da criação do SNUC, argumento que veio a ser usado para justificar a ausência de uma consulta às comunidades e a participação das mesmas nesses processos: contudo, é mister lembrar os efeitos da não participação, da impossibilidade de opinar e decidir sobre a própria vida e território.

No intervalo de 8 anos entre criação e ampliação o PNS se tornou o palco de uma desterritorialização feita pouco a pouco. Às comunidades tradicionais coube a reterritorialização: houve práticas que tiveram de ser abandonadas devido à truculenta fiscalização ambiental, também tiveram aquelas que passaram a existir na clandestinidade, na “surdina”, ou serem realizadas em outros locais. A fala do pescador a seguir explicita bem essa questão:

Ah, antigamente lá nós morava na verdade no Rio dos Pato, lá era muito bom. A gente *plantava* arroz, feijão, milho pra dar de comer pro porco e tudo e *depois nós viemo aqui* pra beira mar. Mas o seguinte, que *quem tirou nós de lá foi a Ibama, porque nós num podia planta mais nada*, aí pensando que fosse melhorá, quando viemo aqui pra beira mar virar pescador no fim piorou. [...] A gente queria um meio de a gente renovar de volta aqueles passado que a gente era dos nossos avô, dos nossos pais. Então nós queremos ter esse espaço pra nós, que na verdade é nós que tomamo conta da mata, porque se não fosse nós não tinha mais nada disso daqui. Então o Ibama é contra nós sendo que nós não tamo destruindo, nós tamo apenas, nós tamo guardando essa mata verde aqui. Então a gente queria um apoio deles pra gente replantar de volta nosso milho, nosso arroz, nosso feijão. O que dá na terra (Sr. Agnaldo Timóteo Pereira, Morador comunidade de Abacateiro).

Foi o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>71</sup> que mobilizou, inicialmente, o projeto preservacionista do PNS e, desde a prática antidialógica acabou gerando o processo de êxodo da comunidade de Rio dos Patos: embora o órgão não tenha feito a realocação compulsória do grupo, os antigos moradores da comunidade (que até hoje encontra-se desabitada, embora constitua, ainda, uma área de grande importância

---

<sup>70</sup>Sader (1990, p. 06) relata que a redemocratização brasileira teve as forças militares como um dos agentes protagonistas que condicionaram este processo (por exemplo, através do colégio eleitoral): seria mais adequado falar de uma transição entre um sistema de poder para outro, ao invés de uma transição política, onde outra classe social teria assumido os rumos do Estado. Logo, a noção de participação que embala as práticas estatais, naquele momento, ainda se pautava diretamente por uma fonte ditatorial: talvez isto auxilie a compreender sobre o ímpeto à não-participação que a ambientalização promovida pelo Estado, no contexto de Guaraqueçaba, tenha adotado nos anos iniciais de criação e expansão do PNS. É importante lembrar, no entanto, que as transformações são pontuais e não pontuais, usando aqui este exemplo com o objetivo de contextualização.

<sup>71</sup> Apenas no ano de 2007 o ICMBio é criado.

para uso dos pescadores e caiçaras) e das demais comunidades da região afirmam que foi uma expulsão velada, uma vez que o órgão foi tornando a vida inviável naquele lugar, ao impedir a reprodução social do grupo a partir da aplicação de multas, da realização de fiscalizações violentas, dentre outros fatores.

A proibição e repressão eram as marcas da violência promovida pelo Estado, como podemos notar na fala do próprio pescador. Boa parte dos relatos dos moradores apontam para a apreensão de apetrechos de trabalho na pesca, roubo desses apetrechos (já que, algumas vezes, sequer conversam com o dono do material nem aplicam multas, apenas levam o material embora sem avisar), destruição desses mesmos instrumentos e a humilhação pública, que passaram, portanto, a ser a imagem que os moradores atribuem à força verde e à gestão do PNS.

Esse conflito territorial que passou a ser promovido pelo Estado, importa recordar, tornou-se recorrente no Brasil e em outras partes do mundo - é o que indica a ampla bibliografia que problematiza situações semelhantes de instauração de UCs restritivas e de caráter preservacionista em territórios já ocupados anteriormente (Diegues e Vianna, 1995; Diegues, 1994; Gomez-Pompa e Kaus, 2000; Guha, 2000; Pinbert e Pretty, 2000; Teixeira, 2003; Kasseboehmer, 2007; Santilli, 2007; Vallejo, 2009; Bazzo, 2010; Creado, 2011; Duarte, 2013; Barbosa, 2014; Brasil, 2014; Rainho, 2015). Os autores preservacionistas Terborgh e Peres (2002), afirmam, no entanto, que a presença de grupos humanos extratores dentro das terras de UCs restritivas, independentemente de serem indígenas ou qualquer outro tipo de grupo social, “[...] é antiética para a meta de conservação de longo prazo da área e, em muitos países, está em conflito com a definição legal de “parque nacional” e de outras categorias de proteção estrita” (TERBORGH e PERES, 2002, p. 336).

À medida que o modelo de preservação estadunidense se disseminava mundialmente, os conflitos, sobretudo os relativos à sobreposição ao território de comunidades tradicionais, começaram a ser registrados nos mais diferentes países, fato que justificou o grande número de encontros e debates mundiais sobre o tema. A criação e gestão das UCs, assim como os próprios conceitos por traz da política ambiental mundial passaram por mudanças a partir desses debates, gerando, inclusive, o surgimento de novas categorias de manejo e adaptações mais condizentes com as lógicas de cada país. Vallejo (2009) traz um importante elemento para essa discussão:

A partir do III Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1982, firmou-se uma nova estratégia em que os parques nacionais e outras unidades de conservação só teriam sentido com a elevação de qualidade de vida da população dos países em vias de desenvolvimento. Reafirmaram-se os direitos das sociedades tradicionais e sua determinação social, econômica, cultural e espiritual, recomendando-se aos responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e utilizassem suas habilidades. As decisões de manejo

deveriam ser conjuntas com as autoridades, considerando-se a variedade das circunstâncias locais. Dessa forma, questionou-se definitivamente a visão romântica das áreas de preservação como paraísos protegidos, um dos ideais norteadores da criação do Parque Nacional de Yellowstone (VALLEJO, 2009, p. 161).

Creado (2011) relembra que a partir das diversas edições deste congresso, a questão da presença humana e dos efeitos dos parques nas relações e dinâmicas sociais locais foram se tornando preocupação central nos debates sobre esse tipo de área protegida.

Ainda que com esta recomendação apresentada na fala de Vallejo (2009), que fora realizada no âmbito internacional, no Brasil notou-se o caminho inverso. Brito (2000) salienta que no contexto nacional, ao contrário da movimentação internacional, houve um enrijecimento no que tange à presença humana em UCs restritivas. Na década de 1980, mesmo período de realização desse debate, diversos Parques Nacionais foram criados, inclusive o Parque Nacional do Superagui, sem consulta pública ou qualquer envolvimento da comunidade a ser afetada pela UC. No momento de criação do PNS o SNUC ainda não havia sido criado, havendo poucas possibilidades de categorias de UCs a serem aplicadas na região. Guadalupe Vivekananda, antiga gestora do PNS, explicou em entrevista realizada para outra produção (DUARTE, 2013) que o critério que justificou a escolha de Parque enquanto categoria mais apropriada foi a presença de belezas cênicas, como a Praia Deserta, que compõe o Lagamar e possui 37 km de extensão. A ampliação dos limites do Parque se deu para concretizar os objetivos de conservação, uma vez que os limites elaborados anteriormente não incluíam espaços considerados importantes para aves migratórias como as Ilhas de Pinheiros e Pinheirinho e uma porção continental justificada pela descoberta de uma espécie endêmica da região, o Mico Leão da Cara Preta (*Leontopithecus caissara*).

No processo de ampliação dessa UC, diversas comunidades tradicionais foram colocadas para dentro dos limites do parque, ação que ocasionou a indignação de muitos moradores, sobretudo pela maneira como foi realizada. As comunidades que, naquele momento, passaram a estar no interior da UC reclamavam do impedimento de diversas de suas práticas tradicionais, bem como se sentiram ameaçadas de serem expulsas de seus territórios a qualquer instante. Já as comunidades que ficaram para fora dos limites do parque denunciavam até hoje a decisão unilateral no momento de recorte dos limites de seu território, uma vez que, na comunidade de Bertioga, por exemplo, o órgão ambiental simplesmente traçou uma linha reta atrás da área das moradias, partindo do pressuposto que a linha demarcatória seria estabelecida tão somente pela ocupação. O uso dessa lógica acabou por excluir dos limites das comunidades o território do qual elas necessitavam para sobreviver. Somado a isso, pequenas áreas desocupadas foram deixadas a mais em cada comunidade do entorno da UC, como Vila de



Superagui, Vila das Peças, Tibicanga e Bertiooga, estratégia utilizada, segundo Guadalupe Vivekananda, pois os então gestores do PNS acreditavam que gradativamente as famílias migrariam das comunidades de dentro do parque para as que ficaram fora, garantindo de maneira mais satisfatória os objetivos de conservação do parque (DUARTE, 2013). A própria entrevistada relatou que tal previsão não se confirmou e que, ao longo do tempo, perceberam que isso se dava pelo fato de que cada uma das comunidades possuía características muito distintas entre si relativas ao modo de vida e de trabalho, como técnicas de pesca e de outras práticas tradicionais, fazendo com que essa mudança de território não fosse tão simples quanto se esperava.

Não é apenas a linha que delimita o espaço e impede o acesso e uso do território tradicionalmente ocupado que preocupa as comunidades de pescadores(as) artesanais, caiçaras e tantas outras atingidas por parques nacionais: há uma série de estratégias preservacionistas que são acionadas e colocam em ameaça os direitos já assegurados desses grupos sociais. A própria obra de Terborgh e Peres (2002) sistematiza diversas dessas estratégias indicando-as como possibilidades para que gestores de parques no mundo inteiro tornem seus parques eficientes. Para eles:

O dilema das pessoas nos parques é uma bomba-relógio que afeta cerca de 70% de todos os parques do mundo em desenvolvimento. [...] Por questão de princípio, parques livres de pessoas devem sempre ser a meta final. Este é o único objetivo que, a longo prazo, é consistente com os requerimentos da conservação da biodiversidade. Então, todas as políticas relevantes deveriam ser dirigidas para reduzir a presença humana dentro dos parques. [...] é evidente que o impacto humano só pode ser reduzido de três maneiras: a) pela redução do número de seres humanos; b) pela redução do consumo per capita de recursos; e c) pela restrição do acesso à tecnologia” (TERBORGH e PERES, 2002, p. 337 e 338).

Ao elocubrar sobre a primeira possibilidade, a qual os autores julgam como a mais pertinente, sugerem que:

Alguns leitores podem se surpreender em saber que já existem programas para a redução do crescimento populacional entre os grupos indígenas que habitam os parques nacionais. [...] Incluídos dentre os cidadãos peruanos estão os Machiguenga, ocupantes legais do Parque Nacional Manu, a menina-dos-olhos do sistema nacional de áreas protegidas. Funcionários do serviço de saúde [do governo peruano] foram enviados às aldeias Machiguenga do parque para anunciar a disponibilização de Depo Provera, um contraceptivo injetável a ser tomado pelas mulheres. [...] Na nossa visão, programas assim são a única esperança caso as populações indígenas continuem a ocupar indefinidamente parques e reservas que foram estabelecidos para proteger a natureza (TERBORGH e PERES, 2002, p. 338 e 339).

Ainda que o planejamento familiar e a adoção do uso de contraceptivos possam ser instrumentos positivos a serem disponibilizados a todo cidadão, se assim for do seu desejo, no contexto em que os autores relatam e incentivam, o fornecimento desses métodos é

declaradamente uma estratégia para o controle populacional a favor dos interesses preservacionistas: os próprios autores sugerem que gestores de parques adotem estratégias sutis de “empurrão-puxão” visando deslocar ou acabar com a cultura e com as pessoas nessas áreas. Os autores defendem que:

Como as sociedades pré-modernas estão se tornando conscientes de que estão cercadas por uma cultura mais poderosa e mais tecnicamente avançada, elas tipicamente estão passando por fortes tensões entre gerações. A geração mais antiga tende a se sentir bem com o estilo de vida tradicional e desconfortável com a adoção de novos modos de vida. Para a geração mais nova, no entanto, o “chamado da civilização” pode ser irreversível. A influência dos mais velhos decai, assim como suas habilidades, e o seu conhecimento é tido como irrelevante diante dos desafios de adquirir educação, juntar dinheiro e comprar um trator ou um aparelho de televisão. Os mais novos, conseqüentemente, começam a encarar o “modo antigo” como um anacronismo sem esperança. A essa altura, os jovens começam a migrar voluntariamente, já que o mundo exterior oferece oportunidades atrativas. **Os administradores de parques podem aproveitar essas pressões sociais pela adoção de políticas que intensifiquem o processo “empurrão-puxão”** (TERBORGH e PERES, 2002, p. 339. Grifo nosso).

Identificamos aqui um discurso recorrente de autores preservacionistas, o qual desqualifica os conhecimentos, práticas tradicionais, desejos, direitos e modos de vida das comunidades tradicionais que estão hoje em territórios tradicionais que foram transformados compulsoriamente em UCs restritivas. O tratamento dado à sua identidade coletiva é como se esta se caracterizasse enquanto algo atrasado, fadado ao desaparecimento, como algo menos importante e que, portanto, a assimilação ao padrão cultural ocidental julgado enquanto mais evoluído seria inevitável para o bem dos próprios sujeitos. Estes discursos, carregados de um novo colonialismo, se tornam graves à medida que são justificados como uma solução para o “bem” da humanidade, afinal, assegurar o direito a um meio ambiente equilibrado para as futuras gerações da população em geral seria uma das prerrogativas básicas das políticas públicas relacionadas ao meio ambiente:

Através do trabalho de ONGs ou de programas internacionais de assistência, os administradores dos parques podem potencialmente obter vantagens dos dois lados dessa equação. O “puxão” pode ser criado de muitas maneiras: construção de escolas fora dos parques; disponibilização de titulação legal de terras; fornecimento de cuidados de saúde; oferecimento de programas de treinamento. Mesmo sem educação formal, ou até sem a completa proficiência no idioma nacional, os jovens oriundos das populações tribais podem ser treinados como guardas-parque, guias, mecânicos, motoristas e cozinheiros, entre outras funções. Os moradores das florestas, tais como os caboclos da Amazônia brasileira, estão quase sempre ávidos por tais oportunidades e podem desejar migrar para áreas não protegidas, desde que os incentivos sejam atraentes. **As vantagens competitivas dos mecanismos de “empurrão-puxão”, para aliviar a pressão demográfica dentro dos parques, reside no fato de que são passivos efetivos, estritamente voluntários e menos passíveis de controvérsia do que a relocação ativa** (TERBORGH e PERES, 2002, p. 340. Grifo nosso).

Para além dessas estratégias operacionais, que têm a ver com o funcionamento do projeto da preservação em conflito direto com o projeto da conservação, há ainda princípios operacionais que permeiam toda a interpretação do arcabouço jurídico ambiental brasileiro hodierno. Dentre esses princípios destacamos aqui o do poluidor pagador, no qual os agentes sociais causadores de qualquer alteração das características físico, químicas e biológicas de um espaço devem pagar/compensar por seus “impactos ambientais”. Neste sentido, tal princípio leva a uma interpretação sobre o território ainda pautada na dicotômica relação homem-natureza: assim, compreende-se que todo homem sempre causa um grau de impacto à natureza, visto que se relaciona com ela desde lógicas exploratórias e ou destrutivas, unicamente ritmadas pelos princípios mercantis ou por interesses individuais.

Ainda pensando no viés jurídico, vale ressaltar que o princípio do poluidor pagador coloca o Estado no papel de regulador dos impactos ambientais permissíveis em um determinado lugar e sociedade. Logo, o Estado, a partir da lei 9605 de 1998, conhecida popularmente como a lei de crimes ambientais, tem a possibilidade de encaminhar o julgamento de um impacto ambiental a partir de três nuances distintas: a multa, auferida quando um impacto já foi realizado - aqui a natureza é contabilizada desde uma mensuração pecuniária, em outras palavras, passa a ser interpretada a partir de um valor econômico; a segunda nuance é a compensação, quando o impacto já foi feito ou já foi anunciado e o Estado pensa em estratégias para diminuir os impactos da atividade causadora – a compensação/mitigação pode variar de reflorestamentos a uso de determinadas tecnologias, entre outras estratégias; por fim, a negação e a criminalização de determinados impactos ambientais – esta se dá quando determinadas atividades sociais são consideradas incompatíveis às áreas onde serão ou já são desenvolvidas.

Aqui é importante relembrar o vídeo denúncia do MOPEAR que registrou o evento realizado no dia 06 de dezembro de 2013, já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, no qual vários pescadores evidenciaram violações de direitos étnicos e coletivos, dentre eles vale ressaltar o caso de uma senhora que chora ao relatar sobre a ocasião em que foi multada por possuir uma roça de subsistência, onde hoje o ICMBio considera ser o PNS. Pode-se refletir que a interpretação da legislação ambiental neste caso foi conduzida desde a percepção que a roça consistia em uma prática degradante à natureza e que, por acontecer em uma área considerada como Parque, foi tratada como prática criminosa e por isso proibida. O ICMBio interpreta este caso desde dois vieses: primeiro relativo à D. Edite, dona da roça, vista como uma poluidora, a roça é interpretada como uma degradação da natureza e, por isto, ela deve pagar pecuniariamente por isso. O segundo viés leva o ICMBio a julgar a própria atividade,

que, neste sentido, não é permitida numa área de parque, por isto o órgão nega a possibilidade de sua existência e aplica a multa como punição ao infrator das leis relativas à área.

Neste caso, em termos operacionais, o ICMBio apaga as diferentes formas societárias de produção de um território. Com isto, coloca em xeque outros projetos e possibilidades de produção territorial diferente daquelas postas pela instituição e do projeto de preservação por ele posto em prática. Ou seja, neste panorama sucumbem-se as identidades coletivas e os projetos contra hegemônicos que são reprimidos em prol de uma generalização da noção de direito difuso aplicado indiferente à realidade específica desses sujeitos.

Desde a já citada Política Nacional do Meio Ambiente e a Constituição Federal de 1988 o meio ambiente passa a ser acionado enquanto um “bem” da sociedade brasileira, de um modo geral. Essa generalidade do meio ambiente como patrimônio de “todos”, da presente e futura geração, implicou também na obrigação de sua manutenção e saudabilidade por parte de todos os cidadãos brasileiros (embora se saiba que, na prática, nem todos sejam efetivamente responsabilizados por isso). Aqui temos algo importante: à medida que a natureza é transformada em um objeto de direito, a norma jurídica cria uma outra relação com a natureza, já que, agora, não se pode precisar quem é o sujeito desse direito – assim, do ponto de vista jurídico, a natureza passa a ser vista como um bem coletivo, direito de “todos” (ou, mais precisamente, de todos os inseridos nas relações capitalistas). A definição exata de quem usufrui desse direito é inviável e, assim, se convencionou defini-lo como um direito difuso.

Destarte, Souza Filho (2010, p. 27) esclarece que quando se fala de um direito difuso significa que ele pode se realizar individualmente, seja real ou ficticiamente. No entanto, ao mesmo tempo ele se constitui como um direito da coletividade: na prática há uma redução à ideia de que “ninguém tem direito individual sobre a coisa”. Mesmo assim, o “[...] direito assim entendido se realiza pelo objeto, independentemente do sujeito, por isso alguns menos avisados sustentem que o sujeito do direito pode ser o próprio bem” (idem).

No que se refere à participação social é possível dizer que somente no ano de 2005 ela se torna objeto de atenção para o PNS: nesse momento, dezesseis anos após a criação da UC, que permanece até hoje sem plano de manejo, e cinco anos depois da criação do SNUC, passa a ser instituído o conselho do PNS. Todavia, a ação não implicou no fim do conflito, tampouco inaugurou um diálogo franco, já que o modelo adotado, seguindo a legislação vigente, foi o de um conselho consultivo, ou seja: as pessoas eleitas como conselheiras podem se manifestar sobre os assuntos colocados naquele espaço sem, contudo, ter qualquer poder de deliberação sobre a pauta. O poder decisório continua na incumbência exclusiva dos gestores – analogamente, essa prática participativa está muito próxima daquela denominada por Souza

(2003, p. 203) como “manipulação”, uma vez que pode ser comparada às “[...] políticas públicas compensatórias e intervenções pontuais, com o objetivo imediato de dar a impressão de que os governantes estão ‘fazendo sua parte’”: em conclusão, mantêm-se as hierarquias, as oportunidades de decisão e as relações de poder que já existiam, mas agora a desterritorialização das comunidades tradicionais encontra-se envolta pelo véu de uma participação tutelada.

Em suma, seja pela aplicação de uma lógica do direito difuso ou pelos processos possibilitados nos espaços de gestão do ICMBio, o projeto preservacionista carrega consigo a invalidação ou o menosprezo à importância da participação popular adequada em processos decisórios sobre o território - algo semelhante à época dos governos militares mas com certa atualização e agora impressos sobre o tema da ambientalização. Os direitos difusos sobrepõem-se, assim, aos direitos étnicos<sup>72</sup> e coletivos dos grupos em questão: analogamente, prioriza-se o objeto “meio ambiente” em detrimento do sujeito coletivo concreto, neste caso, pescadores artesanais e caiçaras, como se esses se opusessem entre si.

Não intentamos aqui elaborar um discurso que vise significar a preservação como um projeto exclusivamente da hegemonia, como algo monolítico que possua um viés exclusivamente ligado aos grupos dominantes da sociedade, tampouco insinuar que uma leitura do quadro biológico, seja pela zoologia, botânica, biologia, ecologia ou qualquer outra área signifique um revés ou algo irrelevante às leituras dos territórios. Ao contrário, tais perspectivas podem contribuir para uma organização, gestão e planejamento do território de maneira a conciliar as características ambientais com o uso e ocupação do território. Neste sentido, preservar, ou seja, não usar, ou fazê-lo de forma restrita e não ocupar determinadas áreas de um espaço, como áreas com mais de 45° de inclinação, conferida como área de APP pela Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, por exemplo, pode ser uma boa maneira de assegurar recursos naturais e evitar riscos à ocupação humana, visto que são áreas geologicamente instáveis. Contudo, o que está em jogo, neste caso concreto, é o fato de que as propostas preservacionistas implicam numa concepção de mundo na qual não é possível conciliar os sujeitos que vivem naquele lugar ao território em questão. Existe, portanto, incutida no pensamento preservacionista, uma visão biologizante em que a proteção de características “naturais”, ou de uma primeira natureza, é usada como argumento exclusivo, com o fim de estabelecer um outro uso social do espaço. Nesse pensamento, as atividades humanas levariam necessariamente ao

---

<sup>72</sup> É o próprio Souza Filho (2010, p. 27) quem ajuda a fazer a diferenciação entre direitos coletivos e os direitos difusos: enquanto estes últimos contam com uma imprecisão do sujeito de direito (ainda que seja um coletivo, não se pode dizer quem são ou onde se localizam), os direitos coletivos focam-se um grupo social objetivo, que se autoidentifica como tal, é o caso de pescadores/as artesanais, caiçaras, quilombolas, indígenas e outras comunidades tradicionais que ocupam e resistem no território brasileiro.



extermínio da biodiversidade, o que desconsidera a capacidade de diferentes grupos sociais em estabelecer uma relação diferenciada com o território, com regras de gestão compartilhadas e atualizadas com base na leitura que fazem desse território (OSTROM, VANWEY e MERETSKY, 2009).

Diante do caso concreto, as observações de Haesbaert (2006; 2014) se fazem pertinentes: no decorrer de um processo capitalista de produção de um território, territorializa-se, também, um determinado projeto de sociedade e, ao mesmo tempo, conflitua-se com outros, visando impor-se e desterritorializar o projeto antagônico ou concorrente. Nesta luta pela hegemonia, determinados projetos e, claro, os sujeitos que dedicam-se a sua defesa são desterritorializados, sendo, por isto, obrigados a fazer a luta pela sobrevivência em outro local. Assim, quando o ICMBio ordena o território desde um projeto preservacionista, opõe-se a outros projetos conservacionistas, ou seja, que pensam a organização do território a partir da produção de consensos entre as sociedades sobre as possibilidades de uso e ocupação de um território ou de um espaço.

Seja com contraceptivos, realocação, multas, proibições, ou outras estratégias, o projeto de preservação de uma maneira genérica vai se constituindo desde diferentes atores, discursos e práticas em várias partes do mundo, propagando, de um modo geral, a visão da tragédia dos comuns, onde o uso indisciplinado dos recursos naturais e do território levará à exaustão da capacidade de renovação dos recursos naturais ou à destruição de todo/parte do ecossistema.

A abordagem preservacionista, contudo, não é a única vigente em Guaraqueçaba - é o que procuramos demonstrar no próximo item.

#### 2.1.2 A corrente pró-comunidade e a visão conservacionista: a tutela da participação em tempos atuais

Os discursos ambientais vinculados às áreas naturais protegidas apresentam, pelo menos, duas vertentes principais condizentes com as possibilidades de interpretação da relação entre os grupos humanos com a natureza. Embora muitos destes discursos operacionalizem estes dois conceitos (conservação e preservação) de maneira maniqueísta, não se pode perder de vista os efeitos que a prática neles incutida acarretam à sociedade – afinal, sustentam projetos de produção de territórios distintos. Sempre se deve ter em mente que os conceitos são produções sociais, assim como também são produtores da sociedade, de forma que seus significados possuem nuances políticas tanto quanto técnicas ou teóricas, interferindo nos

rumos da história e nas geografias, na ordem atribuída ao território e aos arranjos espaciais – logo, os processos de ambientalização e seus instrumentos como os planejamentos e ordenamentos territoriais, indiferentes ao conceito utilizado, implicarão em projetos de sociedade que nos levam a refletir que não existe neutralidade ou consenso em torno dos processos de des-re-territorialização que estão em curso no Brasil.

O projeto conservacionista parte da implicação de que existem pessoas e modos de usar os recursos naturais cujo manejo cultural e tecnicamente diferenciado podem contribuir com a proteção da biodiversidade ao invés de somente degradá-los, visto que são menos impactantes/degradantes que aqueles baseados nos modos de produção hegemônicos/capitalistas.

Partindo novamente do SNUC, podemos encontrar elementos que ajudam a delinear melhor esta prática conservacionista. Segundo esta legislação, podemos defini-la como o:

[...] manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis às atuais gerações mantendo o seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (Art 2, Cap I da Lei Federal Lei 9985 de 2000 – SNUC, de 2000).

Deve-se ter em mente que as leis, tais como os conceitos, são produtos sociais e, assim, o direito, quando entendido como ideologia, “[...] procura circunscrever um limite para a interação de personagens sociais” (PEREIRA, 1996, p. 14), e nesse sentido, mesmo grupos econômica e politicamente não dominantes puderam imprimir marcas na legislação. Logo, o próprio SNUC apresenta marcas de uma luta social travada pela produção e defesa dos territórios e seus respectivos projetos - mesmo não representando a totalidade dos discursos ambientalistas, esta legislação expõe bem a diferença entre os discursos conservacionistas e preservacionistas. Como a definição exposta no artigo 2º bem aponta, as UCs conservacionistas são aquelas denominadas como “de uso sustentável”, onde é possível realizar o “uso direto” (uso e coleta) dos recursos naturais, sejam eles para fins comerciais ou não. Neste sentido, pensar o ordenamento territorial a partir do projeto conservacionista significa pressupor que a relação dos grupos humanos com a natureza pode alcançar patamares “sustentáveis”<sup>73</sup>, de

---

<sup>73</sup> De acordo com o inciso XI do Art. 2º do SNUC o “uso sustentável” advém da “[...] exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”. Importa lembrar que a ideia de sustentabilidade, pensada enquanto um conceito, tem sido operacionalizada por várias organizações internacionais como, por exemplo, a ONU (dentro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUD), para fazer valer projetos hegemônicos/capitalistas, ou seja, aqueles que buscam “[...] subordinar a natureza aos interesses das empresas capitalistas ou da valorização do capital” (CALDART, 2010, p.

maneira que as formas de manejo existentes em cada realidade possam ser incorporadas aos planejamentos territoriais, compondo modalidades de regulação que assumam as práticas sociais existentes em cada realidade como estratégias de conservação.

Mesmo que a abordagem da visão de mundo pró-comunidade abarque, neste caso, a possibilidade das comunidades tradicionais continuarem a viver no e do território que se encontra em conflito, não há um consenso sobre o “como” ou o “porquê” isso deve acontecer.

A criação do ICMBio (BRASIL, 2007), autarquia federal que passou a implementar as políticas das UCs, foi um marco no desenrolar do conflito territorial provocado pelo PNS: começa a ser enfatizada uma abordagem conservacionista - não exatamente como uma oposição do então preservacionismo, mas, sim, como uma atualização do mesmo ou complementarmente a ele. Entendemos que “conservação” e “preservação” não podem ser pensadas como polos opostos, ou como categorias estanques que sirvam para um fim único. Enquanto conceitos, seus significados estão permanentemente em disputa, não havendo um uso consensual desses termos ou uma univocidade quanto às suas aplicações: os discursos, enfim, mobilizam projetos de sociedade, e podem servir como estratégias de determinados grupos sociais na disputa pela hegemonia e para a garantia de sua reprodução socioespacial.

Embora os discursos conservacionistas e preservacionistas apresentem o mesmo nível normativo hierárquico dentro do SNUC, não havendo superioridade de um sobre o outro, no caso do MOPEAR deve-se ter em mente que o grupo objetiva a identidade coletiva de pescadores(as) artesanais e caiçaras autodenominados como comunidade tradicional, de acordo com os ditos legais previstos na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Decreto Federal nº 5051 de 2004 (BRASIL, 2004). Por consistir em um tratado internacional de direitos humanos, assinado pelo Brasil, tal decreto deve ser entendido como um dispositivo supralegal. Para melhor entendimento da configuração da hierarquia jurídica aqui citada propomos a interpretação do esquema que segue:

---

231). A autora ainda complementa afirmando que estes projetos partem de um paradigma onde as sementes, a vida vegetal e animal transformam-se em mercadorias.



Figura 46 – A hierarquia jurídica brasileira. Fonte: a autora (2017).

Como se pode notar, a lei máxima do nosso país, a qual todos os outros instrumentos jurídicos devem obedecer, é a Constituição Federal de 1988; abaixo da Constituição estão os dispositivos infraconstitucionais, como os decretos, leis, tratados, convenções, entre outros. A OIT 169 no Brasil, pode-se constatar na figura 46, apresenta-se em uma instância hierárquica superior às outras leis, como, por exemplo, a do SNUC – é o que lhe confere o caráter da suprallegalidade.

Mesmo havendo a premência da OIT 169 sobre o SNUC, a operacionalização das leis mostra-se, novamente, fruto de uma relação social, dependendo muito mais de nuances políticas que jurídicas. No caso vivenciado pelo MOPEAR, mesmo o ICMBio tendo recebido a recomendação 01/2015<sup>74</sup> (BRASIL. DPU e DPPR, 2015b) da Defensoria Pública do Estado do Paraná, e da União que recomendou ao órgão seguir a convenção, esta legislação nunca foi

<sup>74</sup> Apesar da recomendação ter sido expedida em 2015, os direitos das comunidades tradicionais já vinham sendo violados pelo PNS muito tempo antes. Vale lembrar que o artigo 28 do próprio SNUC afirma que as comunidades tradicionais podem manter suas práticas tradicionais até que o plano de manejo da UC seja elaborado – mesmo esse documento tendo sua produção iniciada em 2012, desde a criação do PNS os moradores relatam conflitos relacionados à privação de suas práticas tradicionais e seu direito ao território.

aplicada, ainda que tenha sido reconhecida como relevante em diversos discursos travados pelo ICMBio<sup>75</sup>.

De toda forma, a Constituição Federal define que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL. Constituição, 1988. Art. 225, capítulo.VI). Se a Convenção 169 da OIT tem caráter supralegal, estando, portanto, acima da legislação ambiental do SNUC, por exemplo, a existência dessa prerrogativa do meio ambiente como direito de todos na Constituição Federal acaba levando muitos ambientalistas a uma interpretação de que os dispositivos jurídicos de cunho ambiental estariam em nível superior aos direitos das comunidades tradicionais. Há, no entanto, um importante debate a ser feito acerca dos direitos coletivos e objetos difusos inerentes à problemática citada.

De acordo com Souza Filho (2010) um direito coletivo se refere a um “[...] conjunto de direitos que um grupo humano tem sobre determinado objeto coletivo (coisas, relação, sistema ou conhecimento) sem poder ser chamado de direito de propriedade” (SOUZA FILHO, 2010, p.26). Não corresponde ao mesmo sentido atribuído à propriedade coletiva, quando várias pessoas possuem direito ao mesmo bem, onde cada indivíduo é dono de uma parte de algo. Neste caso, o direito a várias pequenas porções de propriedades individuais conformam um todo do qual o grupo é proprietário. O direito coletivo, ao contrário, não diz respeito à propriedade, sendo o grupo titular justamente por sua característica de grupo, no qual cada membro não possui direito a partes do todo: “[...] todos têm direito a tudo, mas ninguém tem direito a parte. Isto tem como consequência que ninguém tem direito a transferir sua parte a outrem e tampouco alguém pode ingressar no grupo por aquisição de parte do direito” (SOUZA FILHO, 2010, p.27). Assim, para o autor:

[...] o reconhecimento em juízo dos direitos coletivos tem se dado, na maioria das vezes, como direitos de sujeitos difusos, isto é, não caracterizados, não delimitados, não claramente conhecidos. [...] Ao lado do sujeito coletivo de direito está um objeto, elevado à categoria de bem jurídico que não integra nenhum patrimônio individual. Os sistemas jurídicos da América Latina, a partir de 1988, pelo menos, aceitam a existência destes objetos (bens jurídicos não patrimonializados) como bens ambientais ou culturais, material e imaterialmente considerados, e também, se assemelhando a estes bens, as políticas públicas de saúde, moradia, educação, de trabalho ou renda. Todos estes direitos podem se realizar individualmente, real ou ficticiamente, além de ser um direito da coletividade. Até mesmo o meio ambiente e patrimônio cultural podem ser reduzidos ao interesse individual de proteção, na idéia de que todos, isto é

---

<sup>75</sup> Vale lembrar, como já apresentado no primeiro capítulo desta tese, que o Coordenador Regional do ICMBio, Daniel Penteado, afirmou no encontro realizado no dia 06/12/2016 em Superagui, que o órgão emitia instruções para que a Convenção 169 da OIT não fosse acatada como um instrumento jurídico obrigatório para se pensar a gestão do PNS.



cada um, tem direito a eles. Apesar de imprópria, porque todos aqui significa “ninguém tem direito individual sobre a coisa”, esta redução tem sido feita (SOUZA FILHO, 2010, p. 27-28).

O autor complementa, ainda, que meio ambiente e cultura são vistos como bens protegidos, uma vez que se torna dificultoso atrelá-los a um indivíduo. Nesses casos, na ausência de definição de um sujeito, o direito é atribuído desde o objeto, passando a ser entendido como difuso. Em uma lógica distinta encontram-se os direitos coletivos, que se referem a sujeitos essencialmente coletivos, como o caso dos pescadores e caiçaras, que se agregam por fatores ligados à sua identidade étnica e coletiva, e não em decorrência de relações contratuais. O bem jurídico, portanto, é definido por conta do grupo que lhe é titular. Souza Filho (2010) aponta a enorme dificuldade de reconhecimento dos direitos coletivos em todo o contexto latino-americano, gerando uma errônea interpretação desses direitos como se fossem meros interesses. Algo semelhante tem acontecido na interpretação jurídica acerca dos direitos coletivos dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba, que acabam tendo seus direitos negados sob a justificativa de que o direito difuso ao meio ambiente seria mais importante que o direito coletivo e concreto do grupo. Como finaliza o autor:

Ao proteger estes bens [meio ambiente] o faz de forma genérica, sob uma teoria de que são bens sem titulares de direitos, quando muito tratam como se o titular do direito de proteção fosse todo o povo, no mais amplo sentido que a modernidade deu a povo, titular da soberania do Estado. Daí que este titular é difuso, e, portanto, a própria idéia de que este direito de proteção ao meio ambiente e cultura seja difuso (SOUZA FILHO, 2010, p. 28).

Retomando a reflexão sobre a perspectiva conservacionista, mesmo que o ICMBio tenha acionado, em diversos momentos, um discurso conservacionista, a instrumentalização do PNS necessariamente aponta para um projeto preservacionista, afinal, por força de lei, dentro de UC de proteção integral não pode haver a presença humana. O uso do território para fins de práticas tradicionais é visto desde uma lógica de transitoriedade, até que se concretize a realocação da população - é por isso que as práticas de gestão territorial do ICMBio tem gerado conflitos com as comunidades tradicionais desta região, flagrantes nos espaços em que as mesmas podem participar desta gestão. Em suma: o uso do discurso conservacionista para o ICMBio tem como efeito a continuidade da prerrogativa preservacionista. Tal postura acaba soando como uma tentativa por parte do órgão em diminuir a resistência das comunidades à existência do PNS – trata-se, enfim, de uma maneira de tentar conciliar as partes e apagar os conflitos sem resolvê-los ou submetê-los à crítica.

Embora existam diferentes categorias de UCs no território das comunidades de pescadores(as) artesanais e caiçaras, inclusive, de uso sustentável, como a APA de

Guaraqueçaba, na prática, os espaços de interação com as comunidades são compartilhados entre as equipes gestoras das UCs, bem como com as ONGs ambientalistas e pesquisadores. As reuniões de conselhos, por exemplo, passam a ser conduzidas de maneira conjunta, assim como as suas câmaras técnicas. Todo esse compartilhamento pode ser positivo do ponto de vista da otimização do tempo e recursos, já que as comunidades são atingidas por diferentes UCs e comparecer a reuniões de cada uma delas soa inviável. Também facilita na integração dos temas de debate que muitas vezes são inter-relacionados. Contudo, essa integração tem implicado em alguns problemas, como a confusão de muitos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras para compreender as funções e características de cada uma das UCs, sem conseguir diferenciá-las ou identificar em que espaços podem propor e encaminhar suas pautas. Isso também influencia na preponderância de assuntos de cunho preservacionista até mesmo nos espaços onde, teoricamente, haveria preponderância de uma lógica conservacionista. Neste sentido, é recorrente a confusão entre as comunidades sobre o fato de estarem ou não dentro do Parque, da ESEC, ou da APA e, conseqüentemente, acabam por não ter clareza sobre o que podem ou não fazer.

Para representar as contradições existentes neste “discurso conservacionista” do ICMBio podemos partir das proposições de manejo levantadas pelo órgão para a gestão do PNS, tentando acompanhar momentos em que discursivamente a instituição acionou elementos de um projeto conservacionista em meio às suas práticas preservacionistas: um bom exemplo pode ser dado a partir do funcionamento da participação das comunidades tradicionais dentro do conselho gestor do PNS. É bem verdade que o SNUC (e, conseqüentemente, o Parque) reconhece as comunidades tradicionais como conselheiras no processo de gestão - pode-se notar isso no artigo a seguir:

Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um **Conselho Consultivo**, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil [...] das **populações tradicionais residentes** (Art. 29 da Lei 9985 de 2000 – SNUC).

Ora, como pode um conselho consultivo respeitar o artigo 7º da Convenção 169 da OIT que garante o direito das comunidades tradicionais em “[...] definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins”, além do seu desenvolvimento econômico, social e cultural, se apenas o gestor da UC possui poder de decisão? Participar, neste caso, não significa, necessariamente, um passo rumo à autonomia dos grupos ou à conquista de um projeto efetivamente conservacionista: como os conselheiros não

podem deliberar, ser ouvido, aqui, não significa ter seus direitos respeitados. Portanto, pode-se notar que mesmo o discurso propalando a existência das comunidades tradicionais no interior da UC de proteção integral, bem como as convocando à participação no Conselho Consultivo, não se pode afirmar que tal discurso esteja ligado exclusivamente a um projeto conservacionista: no fundo, toda e qualquer participação desses sujeitos nesse espaço do conselho, servirá à manutenção da UC e, portanto, do projeto preservacionista que a move. Participar, neste caso, significa encontrar estratégias para que os sujeitos legitimem os interesses da UC e não impeçam a preservação dos recursos naturais.

Cabe ressaltar que a participação é um elemento imprescindível para um projeto conservacionista, mas isso não quer dizer que basta uma participação tutelada ou limitada aos interesses de outrem: a participação que aqui nos referimos está diretamente ligada a uma proposta de autonomia coletiva dos grupos organizados. Trata-se, então, da possibilidade de decisão sobre os rumos atuais e futuros de seu território e de seu projeto de vida.

Outra prática desenvolvida pelo ICMBio que arvora uma leitura conservacionista pode ser vista em alguns dos documentos encomendados para embasar o Plano de Manejo da UC: tais documentos<sup>76</sup>, deve-se ter em mente, subsidiarão os planos de uso e ocupação do PNS, além de orientar sua gestão. Por isto, a participação das pessoas atingidas pela UC é assegurada por lei.

A forma truncada como o envolvimento das comunidades tradicionais tem se dado pode ser notada a partir da maneira como o órgão tem operacionalizado a identidade coletiva dos sujeitos em seus documentos oficiais. Nos estudos encomendados pelo órgão para a formulação do seu Plano de Manejo, percebe-se que a noção de comunidade tradicional se faz diversas vezes presente quando são acionadas categorias como “pescador/pescadora artesanal” e “caiçara”. Contudo, o reconhecimento da identidade coletiva parece meramente uma classificação, uma nomenclatura esvaziada de sentido, já que não vem acompanhado da efetivação dos respectivos direitos, como o controle sobre os rumos de seu território: o que se percebe é uma mudança na forma pela qual a participação social vem sendo mobilizada para o controle territorial pelo Estado. Este fato fica perceptível na maneira pela qual o órgão instrumentalizou a noção de “demanda tradicional”<sup>77</sup> para comprovar em audiência judicial de conciliação que o Plano de Manejo estava sendo exemplarmente participativo.

---

<sup>76</sup> Tais documentos encontram-se disponíveis nos autos da Ação Civil Pública (ACP) nº 50007428820154047008.

<sup>77</sup> Algo que já foi explicitado ao longo do capítulo 1 desta tese e largamente debatido no “Parecer técnico sobre o ‘levantamento de demandas para o planejamento do plano de manejo do PNS’ e levantamento de práticas tradicionais de pescadores(as) artesanais e caiçaras” (SOUZA et al., 2015).

Na ocasião do levantamento realizado pelo ICMBio daquilo que consideraram mais de 300 “demandas tradicionais” - a partir de um esquema interpretativo que coadunava com o projeto preservacionista do órgão - foram levantadas demandas para a construção de escolas e atendimento ao saneamento básico que, por serem políticas públicas que escapam às atribuições do ICMBio, não foram e nem poderão ser atendidas; outras “demandas tradicionais” levantadas diziam respeito à liberação de roças, de técnicas de pesca e caça, que tem a ver com os modos de ser e fazer dessas comunidades tradicionais, mas que foram diretamente negadas, na maioria das vezes sob a alegação de que eram questões não condizentes com o objetivo de preservação da UC, a resposta dada era a de que o pedido “não se aplica”.

Considerar as “práticas tradicionais”, consoante à OIT 169 em seu artigo 5º, no qual se explicita a noção de “prática social” vinculada a esses povos, enquanto “demanda tradicional”, leva a uma confusão dos termos e, conseqüentemente, dos projetos que estão por trás de tal aplicação. A “demanda tradicional”, qual foi utilizada nos estudos encomendados pelo ICMBio, legitimou o órgão como o responsável por controlar as próprias comunidades e seus projetos, tolhendo-as de qualquer possibilidade de autonomia e mobilizando a identidade coletiva aos objetivos preservacionistas da UC.

À medida que o léxico participativo é acionado em termos como “metodologia participativa”, “gestão participativa”, “reuniões participativas” “Plano de Manejo mais participativo do Brasil”, o ICMBio vinha tentando exaltar e legitimar sua prática como um instrumento que promovesse benefícios sociais e ambientais, mas ao fazê-lo de maneira acrítica e ignorando a legislação pertinente (Convenção 169 OIT), acabou por negligenciar as políticas de reconhecimento e redistribuição (FRASER, 2006).

Mesmo que representantes das comunidades estivessem presentes em reuniões e oficinas para a produção do Plano de Manejo, estes momentos possuíam duas finalidades: informar ou consultar<sup>78</sup> as comunidades em relação a opiniões ou anseios que se referiam tão somente aos objetivos do PNS. Não havendo espaço para a manifestação de críticas ou sugestões para questões territoriais do grupo. As diversas manifestações por parte do MOPEAR que questionavam o modelo de participação social empregado pelo ICMBio denunciavam o silenciamento das demandas inditárias e territoriais do conjunto de comunidades tradicionais

---

<sup>78</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre os limites da participação concedida pelo ICMBio às comunidades tradicionais objetos de seus estudos pode ser encontrada nos 3 pareceres técnicos encomendados pelas Defensorias Públicas da União e do Estado do Paraná (DUARTE, et.al., 2013; SOUZA, et al., 2015a; SOUZA et al., 2016) Nesses pareceres há um debate sustentado pelas informações obtidas via entrevistas e debates com as comunidades bem como pelos dados oficiais que constam nas fontes embasadoras do Plano de Manejo do PNS, como Atas de reuniões, registros de oficinas, relatórios técnicos e outros documentos do ICMBio.

atingidas. Desta forma, concordamos com Souza (2003) quando o autor define esse tipo de informação e consulta como uma abertura à participação popular que se caracterizaria como uma pseudo-participação, uma vez que não há poder ou possibilidade de decisão por parte dos sujeitos que estão envolvidos nesse processo permeado por assimetria de poder.

Vemos, portanto, que o projeto conservacionista empreendido pelo ICMBio, neste caso, determina o “como” ocorrerá a participação dos sujeitos nesse projeto, ou seja, desde uma tutela do Estado limitando o papel dos sujeitos a meros informantes, demonstrando que o “porquê” seria o de atender em primeiro plano aos direitos difusos, não dando a mesma atenção aos direitos étnicos e coletivos dessas comunidades tradicionais.

Uma das formas de r-existência e enfrentamento encontradas pelo MOPEAR foi a instauração da Ação Civil Pública a partir das Defensorias Públicas da União e do Estado do Paraná contra o ICMBio (ACP - Autos nº 50007428820154047008, de 2014, ainda em trâmite no ano de 2017), que desencadeou a paralisação da elaboração do Plano de Manejo enquanto o processo se encontrar em curso, mas uma das grandes conquistas foi a determinação por despacho liminar de que a ré garantisse a efetiva participação do MOPEAR na elaboração do plano de manejo conforme a Convenção 169 da OIT.

O MOPEAR, cabe ressaltar, não defende a inexistência de formas de controle do território, ao contrário, deseja que as propostas das comunidades sejam consideradas e devidamente debatidas e construídas em um plano mais amplo para serem transformadas em instrumentos de gestão territorial oficiais: para isto, os princípios previstos na Convenção 169 da OIT relativos à autonomia, à consulta prévia e ao direito ao território devem ser finalmente considerados e respeitados pelo ICMBio e demais agentes.

Em suma, entendemos que a forma como as metodologias participativas vem sendo acionadas desde uma visão conservacionista pelo ICMBio, por exemplo, nos processos de gestão do PNS, fazem com que elas acabem por funcionar como estratégias discursivas que apenas repaginam a postura impositiva assumida pelo Estado ao tentar determinar os modos de ser e viver desses grupos sociais. As distinções entre os projetos preservacionistas e conservacionistas nesse território em específico, desde o ICMBio, não carregam mudanças práticas frente às injustiças sociais e territoriais que ali vigoram historicamente. Em consequência, à medida que se negam possibilidades de que políticas de reconhecimento dos direitos étnicos e coletivos sejam efetivadas, assim como a devida distribuição do território, percebe-se o aumento da desconfiança das comunidades tradicionais afetadas e o acirramento do conflito socioambiental. Enfim, é preciso estar atento para perceber quando a aplicação da noção de “participação social”, mais do que democratizar a gestão do território, passa a ter



como efeito a ocultação de novas formas de dominação e que, neste caso, podem vir a fortalecer exclusivamente os objetivos de uma UC e a defesa de direitos difusos, ignorando e apagando os sujeitos concretos e seus direitos coletivos.

O projeto preservacionista, enfim, não se circunscreve apenas ao domínio e ao interesse do ICMBio, visto que se reproduz e é fomentado por outros atores, que muitas vezes possuem interesses difusos. Neste sentido, nuances do preservacionismo podem ser encontradas em outras modalidades de UCs, como, por exemplo, nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que no contexto de Guaraqueçaba, tem sido criadas por ONGs ambientalistas, algumas, inclusive, parceiras do ICMBio nas atividades relativas ao PNS, e por proprietários de terra: em ambos os casos, é a decisão do dono da área que prevalece sobre a opinião das comunidades tradicionais – vale ressaltar que as UCs dessa categoria existentes na região sequer possuem um conselho aberto a esses povos que, aliás, vêm denunciando a grilagem de terras e a privação do uso do seu território tradicionalmente ocupado.

De toda forma, um projeto conservacionista nem sempre vem acompanhado de um discurso condizente: até porque a conservação em si não apresenta uma interpretação consensual. Ainda assim, no processo de produção territorial existente em Guaraqueçaba, há uma disputa que pode ser percebida não pelo uso dos termos ou discursos, mas sim pelos efeitos decorrentes de tais práticas: no caso do ICMBio, ainda que seu discurso se muna de elementos pertinentes a um projeto conservacionista, suas ações colocam em voga uma interpretação do território tradicional como se ele fosse tão somente uma natureza intocável<sup>79</sup>, por meio da qual se parte do pressuposto que se deve proteger os recursos naturais e não as práticas tradicionais, interpretando-as como se fossem antagônicas.

O discurso conservacionista delineado neste subitem, quando acionado dentro de uma proposta de ordenamento territorial, leva à compreensão de que o território pode ser entendido na interseção entre o espaço vivido, como, por exemplo, o território tradicionalmente ocupado e a ideia de ambiente, pensado a partir das relações homem-natureza, o que significa pensar em formas de manejo adequadas às realidades sociais. Esse discurso, assim como outros, aponta para uma pluralidade de instrumentalizações, podendo servir a diferentes projetos: na prática, o caso vivenciado pelo MOPEAR leva a refletir sobre os efeitos de uma gestão, planejamento

---

<sup>79</sup> Diferente de Diegues (1994), nossa análise não pensa que as interpretações do projeto preservacionista existente em Guaraqueçaba fundamentam-se, necessariamente, em uma visão da “natureza intocada” (uma área sem a presença e uso humano), uma vez que, como demonstrado neste subitem, há o reconhecimento das comunidades tradicionais no interior do PNS. Por isso, mais que intocada, aplica-se uma noção de uma “natureza intocável”, no sentido de que se reconhece a existência desses sujeitos ainda que considerada criminosa pelos órgãos ambientais, mas os controla, visando conceber, num tempo futuro, a efetivação do projeto preservacionista.

e ordenamento territorial em que a participação social mostra-se presente porém ineficiente no que diz respeito à garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais em questão. Isto porque mais que uma questão técnica, a gestão territorial está sujeita a nuances políticas podendo funcionar de acordo com diferentes projetos de sociedade, dependendo da forma como é praticada.

Os discursos conservacionistas, enfim, embora pensem na possibilidade de existir tipos de relação entre sociedade e natureza mais harmoniosas que o modelo hegemônico, visto que pensam no território como espaço de reprodução da vida e não como mercadoria, ainda assim não condiz exatamente com aquilo que o MOPEAR vem desenvolvendo para enfrentar o conflito territorial que vivencia: no fundo, mais do que simplesmente conservar, o Movimento vem assumindo a responsabilidade de pensar formas de manejo condizentes com suas práticas tradicionais e, ao mesmo tempo, vem pressionando o Estado para que crie políticas públicas condizentes com suas formas de ser, viver e fazer. Trata-se de sobrepor o território vivido e a autonomia das comunidades tradicionais ante as determinações hetero reguladas.

Em meio a este cenário, os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras articulados em seu movimento, MOPEAR, após quase três décadas de conflitos, tem r-existido a esse processo. Por não se adequarem ou se conformarem com a forma com que tem tido seus direitos solapados por um projeto ambiental que, indiferente à perspectiva adotada, não coaduna com a identidade étnica e coletiva do grupo nem com o projeto que constroem cotidianamente para defender seu território de vida, o grupo passou a construir e tentar oficializar suas propostas baseadas na gestão dos comuns - eis o que apresentaremos no próximo subitem.

### 2.1.3 A visão pró-comunidade desde a gestão dos comuns: direitos coletivos e participação autêntica como instrumentos de r-existência

As teorias críticas das ciências sociais talvez estejam passando, ao menos no Ocidente e aproximadamente desde a década de 1960, por um processo de mudança que nos permite pensar sobre as especificidades da questão agrária, inclusive no contexto brasileiro, principalmente quando refletidas a partir das experiências vividas pelos mais diversos grupos de povos e comunidades tradicionais. Desde processos organizativos e mobilizatórios, estes “novos movimentos sociais” (CRUZ, 2013; GOHN, 2014) passaram a reivindicar “novos direitos” (CRUZ, 2013): não significa, no entanto, que eles foram produzidos, tão somente, a partir das tradicionais vias legais, afinal, a novidade consiste no próprio processo de criação desses direitos, visto que os sujeitos passaram a afirmar suas identidades coletivas e a forçar o

Estado a reconhecê-las. Em outras palavras, a classificação identitária deixou de partir unilateralmente do Estado e passou a ser acionada mediante estratégias dos grupos sociais. Estes, por sua vez, não estavam fundamentalmente ligados a uma dimensão de classe ou a alguma agenda socialista. Mais precisamente, tais movimentos colocavam em primeiro plano para o debate teórico-político questões como a identidade, a cultura, a subjetividade, entre outros: trata-se do reconhecimento das diferenças.

De toda forma, este processo de construção de novos direitos mostra-se bastante distinto quando comparamos os movimentos sociais da América Latina e aqueles vivenciados no contexto europeu e norte americano: neste último, as discussões sobre as diferenças identitárias foram feitas desde teorias e políticas multiculturais, animadas por movimentos como o feminista, o movimento negro, o LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros); já na América Latina, os movimentos sociais que desencadearam tais processos provinham do mundo rural e visavam afirmar suas diferenças através da luta por direito ao território. Como bem lembra Cruz (2013), tais lutas se davam “[...] por direitos territoriais, em que o território funciona como uma espécie de condensador de direitos. Essa é uma particularidade do contexto latino-americano em relação ao norte-americano e europeu” (CRUZ, 2013, p. 120). Para Almeida (2008a), na realidade brasileira essa mesma movimentação foi marcada pelo protagonismo dos grupos que ficaram conhecidos como os “povos da floresta”, que passaram a ressignificar o sentido atribuído à “natureza”, pautando elementos como a forte relação de suas identidades coletivas e seus direitos às questões ambientais.

Neste contexto, denominados por muitos como a agenda pós-moderna, podemos pensar sobre o giro territorial das lutas sociais na contemporaneidade, ou seja, sobre a tendência de territorialização dessas lutas na América Latina pela demarcação coletiva dos territórios tradicionalmente ocupados. O território passou a receber dupla centralidade no que se refere ao entendimento das lutas latino-americanas: possui uma centralidade como uma categoria de análise, onde diversos campos do conhecimento têm utilizado esta categoria explicativa como elemento fundamental para suas reflexões; apresenta, ainda, uma centralidade política, funcionando como uma categoria da práxis, visto que funciona enquanto dispositivo de agenciamento político (CRUZ, 2013). É por isto que a territorialidade conflui para as agendas de diferentes movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais e, ainda, se faz intensamente presente nas bandeiras de luta do MOPEAR: percebemos isto pela centralidade que o debate sobre o direito ao território ganha em seu repertório de ação social, que envolveu, para citar alguns exemplos, os processos de cartografias sociais, as demandas em torno de

cursos de formação em gestão territorial e direitos étnicos e coletivos, bem como a luta pela ressignificação de processos de participação e gestão territorial.

Seguindo essa tendência, percebemos que o movimento de ambientalização pró-comunidade de Guaraqueçaba passou a contar com uma nova perspectiva, no sentido de que não era reconhecida como existente no cenário hodierno de produção do espaço na região, embora não tão nova em termos temporais, já que remonta a elementos arraigados há bastante tempo na cultura local, mas que por muito tempo não esteve em evidência aos olhares heterônomos. Esta outra abordagem que agora emerge parte das comunidades tradicionais da região e vem sendo conduzida de maneira mais organizada por iniciativa do coletivo de pescadores(as) artesanais e caiçaras articulados no MOPEAR. Referimo-nos aqui a uma concepção de relação com o meio ambiente pautada na gestão dos comuns.

O debate sobre a importância do conhecimento de comunidades tradicionais sobre os recursos naturais e o ambiente natural de um ponto de vista mais complexo tem se estabelecido sobretudo nos campos da ecologia política, antropologia, geografia e ciências sociais como um todo (DIEGUES e VIANNA, 1995; PIMBERT e PRETTY, 2000; DIEGUES, 1994; LITTLE, 2002; ESCOBAR, 2005b; 2010; ALIER, 2007; SANTILLI, 2007; ALMEIDA, 2008a, OSTROM, VANWEY e MERETSKY, 2009; LEROY, 2016). Do ponto de vista desses e de diversos outros autores que têm se proposto a pensar esta temática, o conhecimento dessas comunidades tradicionais é essencial para que políticas ambientais tornem-se mais adequadas às realidades e, inclusive, mais eficazes do ponto de vista da conservação da natureza. Esse saber, contudo, não está descolado dos sujeitos que os detêm e das formas com que desenvolvem suas práticas tradicionais em seus territórios. A gestão dos comuns, portanto, carrega em si a potência do conhecimento tradicional desses grupos e da potencialidade de formas organizativas e regras comuns que visem a regulação do uso dos recursos naturais, o ordenamento e gestão desses recursos e práticas e o respeito às relações sócio territoriais ali constituídas.

A lógica de gestão dos comuns de pescadores e caiçaras do MOPEAR se pautam em sua característica essencial enquanto um sujeito coletivo, portador, por conseguinte, de direitos coletivos, contrapondo a perspectiva do direito difuso explicitado ao longo do subitem anterior. Neste mesmo sentido de questionamento dos direitos difusos no contexto dos processos de ambientalização é de extrema pertinência a reflexão norteadora das investigações empreendidas por Elinor Ostrom sobre os bens comuns, que problematiza de que forma se poderia efetivar a regulamentação e monitoramento de bens que, a priori, são de todos, mas também não são, de fato, de ninguém.

Elinor Ostrom é considerada como uma das principais referências no debate sobre os comuns, uma vez que contrapôs o trabalho de Garret Hardin que defendia a visão pessimista de que não seria possível existirem formas de gestão dos comuns eficazes, uma vez que as ações dos sujeitos envolvidos nesse processo seriam sempre baseadas em interesses individuais para a apropriação dos recursos. Essa interpretação de Garret Hardin foi registrada em seu trabalho “The tragedy of the Commons”, em 1968, e passou a ser refutada por Elinor Ostrom e sua equipe de trabalho a partir de comprovações de diversas realidades empiricamente analisadas demonstrando que, de fato, existem formas de gestão e arranjos locais que permitem o manejo dos recursos naturais e outras formas de bens comuns de forma mais adequada do que aquelas empreendidas pelo poder público ou pela iniciativa privada. O Trabalho da autora lhe rendeu o Nobel de Economia no ano de 2009 e apontou que a autonomia dos grupos sociais consistia em um dos elementos fundamentais para o sucesso da gestão dos comuns (Vieira, 2016).

Em síntese, as pesquisas de Ostrom refletiam sobre o motivo pelo qual certos grupos sociais alcançavam uma auto-organização amparadas pela construção de regras e instituições próprias para a proteção dos comuns, em detrimento de outros que não eram capazes de concretizar o mesmo feito. Um dos preceitos básicos para isto é que se dava no sentido de conseguir preservar os comuns, consiste na gestão compartilhada dos recursos naturais escassos que envolveria “[...] simultaneamente, o comportamento das pessoas como indivíduos, como membros de um grupo, como participantes de uma cultura, dentre outros elementos constitutivos da vida social” (PEREIRA, CABRAL e PEREIRA, 2015, p. 116).

A ação coletiva de um grupo organizado, respeitando uma série de fatores que influenciarão no sucesso ou não da experiência, é indicada por Ostrom (1990) como uma possibilidade mais adequada do que o controle e regulação desses recursos por parte da iniciativa privada ou do poder público que usualmente utilizam a coerção como meio de efetivá-los. Para além do Estado e do mercado, assim, os sistemas de autogoverno configuram-se como uma possibilidade alternativa, porém, comprovadamente viável para uma gestão mais justa e eficaz dos sistemas de recursos naturais.

De acordo com Ostrom (1990), no entanto, não existe um único caminho para alcançar o sucesso dessas experiências e replicá-las em outras realidades. Como dito, o funcionamento dessas formas de gestão são influenciados por diversos fatores, entre eles as características culturais do grupo social envolvido. Neste sentido, entendemos que a compreensão da identidade territorial do grupo e suas formas organizativas são fatores essenciais para compreender esse processo visto que as questões relativas às lógicas locais de concepção e percepção acerca do território e das regras construídas e compartilhadas coletivamente



influenciam decisivamente no resultado da gestão dos comuns. Para Poteete, Ostrom e Janssen (2011), algumas questões que poderiam afetar um contexto de dilema social em torno dos comuns seria a quantidade de pessoas abarcadas por esse sistema e a heterogeneidade entre elas, no sentido de pertencerem a diferentes grupos étnicos, ou que tivessem distinções socioeconômicas e comportamentais muito significativas. A identidade do grupo, assim, também se conforma como um aspecto primordial para o êxito dessa abordagem de gestão baseada nos comuns.

Linsalata e Salazar Lhoman (2015), são autores latino-americanos que atribuem à construção dos comuns o poder de gerar possibilidades de emancipação social que são construídas cotidianamente desde diferentes grupos sociais em todo o planeta. A luta desses sujeitos rumo para a tentativa de garantir a conservação, o cuidado, a amplificação ou reapropriação daquelas condições materiais e simbólicas indispensáveis para a reprodução social com dignidade. A questão da organização social se torna um elemento chave ao passo que consiste na forma de entrelaçar saberes e fazeres de forma mais autônoma. É exatamente isto que tem permitido a construção de meios para a retomada da possibilidade de definir os sentidos e ritmos de suas vidas.

Pensar na gestão coletiva dos comuns (OSTROM, VANWEY e MERETSKY, 2009), em suma, é compreender que a relação dessas comunidades com seus territórios e com os recursos nele existentes não partem de uma relação de exploração, mas de dependência. Daí que os modos de vida, as práticas tradicionais que constituem a identidade étnica e coletiva do grupo, bem como os direitos coletivos assegurados por meio de dispositivos como a Convenção 169 da OIT não se configuram como algo contrário ao meio ambiente ou à proteção dos recursos naturais: o respeito aos direitos étnicos, coletivos e territoriais desses grupos não impedem a conservação da natureza, buscando alcançar essa proteção do território e dos recursos e práticas que nele se desdobram desde outra lógica que demonstra sua capacidade política, organizativa e intelectual para fazê-lo.

Para além da característica de um sistema de uso dos recursos naturais desde uma lógica coletiva e comunitária, os pescadores artesanais e caiçaras avançam na concretização da perspectiva da gestão dos comuns. De maneira prática, alguns instrumentos ou ações sociais do MOPEAR apontam para a operacionalização dessa forma de gestão. Podemos citar, como um dos exemplos, a construção de acordos de gestão comunitária como o acordo do cerco fixo (MOPEAR, 2016).

A elaboração de um acordo comunitário de gestão do cerco-fixo se mostrou bastante complexa envolvendo um intenso processo de diálogo, atualização e criação de regras entre os

cerqueiros e as comunidades tradicionais da região como um todo para a tentativa de regulação e ordenamento da prática. Algumas das discussões se referiram à localização dos pontos de cerco, à quantidade de estruturas adequadas à capacidade do território, aos períodos de validade da prática, às formas de manejo, aos sujeitos que teriam o direito de exercer a prática, às formas organizativas, dentre tantos outros elementos. O território, assim, foi debatido como um comum, bem como os recursos que a prática abarca, mas, também, o próprio saber que envolve a construção do cerco-fixo e do Acordo pode ser considerado como um comum: afinal, o processo é produzido e regido pelos próprios sujeitos a partir do uso de um senso de justiça territorial, compartilhando e criando formas de gerir as ideias e suas territorialidades.

O exercício buscou um consenso mínimo entre os interessados, com o fim de democratizar o território, mas, de maneira complementar, de organizar a prática para minimizar impactos ambientais: o que também justifica o longo tempo para o acordo ser construído e que, mesmo após três anos ainda não se encontra implementado, já que os pescadores têm buscado dialogar com os órgãos de gestão ambiental com o propósito do reconhecimento e efetivação do acordo diante das instâncias de poder oficiais da região.

Também poderíamos citar o instrumento do protocolo de consulta, conduzido pelos(as) pescadores(as) e caiçaras desde o MOPEAR e aderido por diversas comunidades da região. A elaboração deste documento envolveu o amplo debate entre os próprios sujeitos acerca da concepção de uma interação com sujeitos heterônomos e seus projetos de intervenção no território tradicional, ou seja, como é possível manter os comuns em uma relação atravessada por influências e intervenções desde outros agentes, discursos e práticas. A reflexão sobre os caminhos para essa relação desde uma perspectiva da participação adequada e uma consulta livre, prévia e informada foi permeada pelo senso de justiça e do respeito ao território e à identidade territorial desses sujeitos, visando assegurar seus direitos, suas formas organizativas e práticas tradicionais. O protocolo de consulta, portanto, expressa um primeiro passo para o estabelecimento de uma relação histórica e geograficamente marcada pela assimetria de poder e pela violação dos direitos das comunidades tradicionais, favorecendo diversos outros projetos. Além de se tratar propriamente de um comum, o protocolo de consulta é um instrumento de gestão dos comuns cujo efeito é a busca pela efetivação da autonomia do grupo.

No repertório de ação social do MOPEAR, outra prática que podemos interpretar como um instrumento para a gestão dos comuns é o seu processo formativo, idealizado e controlado pelos próprios sujeitos, mas envolvendo outros agentes externos, como pesquisadores, professores e lideranças de outros movimentos sociais. O conhecimento, de acordo com Hess e

Ostrom (2016) também se configura como um recurso a ser pensado desde a lógica dos comuns.

Para as autoras, o conhecimento consiste em:

[...] todas las ideas, información y datos inteligibles en cualquier forma en que se expresen u obtengan. Nuestro pensamiento está en consonancia con el de Davenport y Prusak (1998: 6), que escriben que «el conocimiento se deriva de la información y la información se deriva de los datos». Machlup (1983: 641) introdujo esta división de datos-in-formación-conocimiento, en la que los datos son fragmentos de información sin procesar, la información son datos organizados en un determinado contexto y el conocimiento es la asimilación de la información y la comprensión de cómo utilizarla. El conocimiento [...] se refiere a todo tipo de comprensión lograda mediante la experiencia o el estudio, ya sea indígena, científico, erudito, o bien no académico. También incluye obras creativas, como la música y las artes visuales y teatrales. Algunos consideran el conocimiento polémico, en el sentido de que tiene «funciones duales», como mercancía y como fuerza constitutiva de la sociedad (Reichman y Franklin, 1999; Braman, 1989). Esta funcionalidad dual como necesidad humana y bien económico sugiere inmediatamente la compleja naturaleza de este recurso. Adquirir y descubrir conocimiento es tanto un proceso social como un proceso profundamente personal [...] (HESS e OSTROM, 2016, p. 32).

Em um plano de alcance mais amplo poderíamos também citar a proposta de criação de uma Reserva Extrativista desde as comunidades tradicionais da região que tem sido formulada no sentido de apresentar uma outra proposta de planejamento, gestão e ordenamento do território tradicional, com a co-participação do ICMBio. Esta proposta inclui uma ampla gama de caminhos e formas de pensar e agir no território, nos processos de tomada de decisão, na condução das discussões, enfim, na possibilidade de efetivar uma lógica desde os comuns para a gestão territorial na região. Citamos estas ações pois serão delas que partiremos diversas das análises contidas nesta tese. Mas, cabe lembrar, diversas outras iniciativas compõem este repertório de ação social se atualizando e se reconfigurando conforme o curso de sua trajetória.

A gestão dos comuns que pescadores(as) e caiçaras vêm elaborando a partir de sua mobilização no MOPEAR tem alterado o âmbito de Guaraqueçaba e a relação com as políticas ambientais locais. Isso se dá de maneira inédita na região e possibilita o reconhecimento e operacionalização da gestão territorial participativa a partir de uma experiência concreta. Ao nosso ver, tal proposta configura-se como uma grande oportunidade para que os gestores das UCs assumam uma posição de vanguarda na forma de resolução de conflitos e na otimização da gestão dessas áreas naturais protegidas. Por isto o papel essencial do ICMBio em reconhecer e legitimar o acordo do cerco-fixo e a RESEX se tornando mais um dos atores essenciais envolvidos nesse processo. Sobre isto, Souza (2016) salienta que:

[...] a proposta de gestão coletiva de bens comuns, aqui denominada de “Acordo de Uso do Cerco”, torna-se uma iniciativa inovadora de gestão participativa, além de uma reivindicação politicamente viável para o diálogo entre os pescadores artesanais e os gestores das unidades de conservação, considerando que a admissão destes acordos pelos órgãos ambientais, depende em grande medida da postura dialógica dos

gestores, já que do ponto de vista legal, organizativo e técnico as comunidades vem se organizando politicamente e participando de cursos de formação inicial e continuada ministradas pelo IFPR, UFPR Litoral e Defensoria Pública do Paraná para instrumentalizar-se no debate. Assim, se criam condições viáveis para efetiva participação, pressupostos para efetiva gestão participativa dos recursos naturais, indicando a potência dessa concepção administrativa e seus instrumentos para dirimir conflitos e ordenar o uso dos recursos naturais conforme regras informais historicamente constituídas e consensuadas pelas comunidades tradicionais, onde os usuários e o Poder Público são corresponsáveis pela gestão dos recursos naturais através da tomada conjunta de decisões (SOUZA, 2016, p. 8).

O MOPEAR, à vista disto, vem construindo e nos permitindo vislumbrar desde as análises que fazemos a partir do âmbito acadêmico, uma outra maneira de compreender o território e, conseqüentemente aponta para outras possibilidades de pensá-lo, organizá-lo e geri-lo a partir da ótica dos comuns. Vemos este território na interface de um espaço vivido, tradicionalmente ocupado e um espaço do poder, ao passo que se encontra constantemente em processo de produção. Trata-se, assim, da gestão das territorialidades, desde sujeitos e identidades coletivas que sustentam projetos autônomos de sociedade, mesmo compreendendo os limites de sua autonomia diante de sua conjuntura e do contexto de uma sociedade capitalista.

Isto resulta de um processo de questionamento desses sujeitos pertencentes às comunidades tradicionais da região, assim como de ressignificação de diversos assuntos, dentre eles a sua forma de organização, sua territorialidade, suas práticas tradicionais, suas formas de participar dos processos de outros atores e da formação da sua identidade coletiva como um todo. A superação da invisibilidade desses grupos também acompanhou a necessidade de romper com a criação de um estereótipo desses sujeitos que desqualificava suas capacidades de organização, de entendimento dos assuntos que a eles se referiam e até mesmo de proposição de alternativas para suas vidas e territórios, enfim, visões colonialistas que tendiam a reduzir o potencial desses sujeitos e classificava-os como atrasados e como obstáculos ao desenvolvimento (ALMEIDA, 2008a).

Ao tratar sobre comunidades tradicionais amazônicas Cruz (2011b) percebeu esse mesmo contexto e pondera que foi a partir dessa realidade que emergiu um processo de politização das lutas dos sujeitos tradicionais daquela região. Acreditamos que podemos trazer essa mesma análise ao contexto do MOPEAR, à medida que o grupo tem ressignificado sua experiência cultural e também a forma que se organiza politicamente, atualizando e politizando também o sentido do que viria a ser um modo de vida tradicional.

Cruz (2011b) e Porto-Gonçalves (2001) entendem que a construção da identidade coletiva desses grupos remete, também, a uma politização dos “costumes em comum”, que na leitura dos autores desencadeia uma “consciência costumeira”. Baseada nas territorialidades desses grupos, essa perspectiva faz um movimento de voltar o olhar ao passado “buscando nas

tradições e na memória sua força e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política” (CRUZ, 2011b, p. 5). É essa movimentação que vai imprimindo o caráter de re-existência dessas comunidades tradicionais que, ao afirmarem suas identidades e territorialidades vão criando uma nova geo-grafia dos lugares em que vivem (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Concordamos, portanto, com Souza (2016) quando afirma que as ações do MOPEAR, grupo subalterno em pleno processo de emergência, advém da experiência e do enfrentamento ao desrespeito daquilo que compreendem como justiça. Lembramos aqui de Fraser (2006), para quem apenas o reconhecimento da identidade não basta, sendo indispensável atrelá-lo à redistribuição como condição básica da justiça social. Apenas reconhecer a tradicionalidade ou a identidade coletiva das comunidades como mera nomenclatura sem um território específico em que ela se concretiza não é suficiente, é preciso permitir a democratização dos territórios e os processos de controle e decisão vinculados a ele.

Essa questão da relação inseparável entre reconhecimento e redistribuição é citada por Svampa (2011) como a maior demanda entre os povos abarcados pela Convenção 169 da OIT. Estes fatores seriam concretizados através do respeito à consulta prévia, à autodeterminação dos povos ao território. No contexto do conflito instaurado em Guaraqueçaba entendemos que o reconhecimento e a redistribuição dos quais fala Fraser (2006) passam, também, pela efetivação desses processos de gestão dos comuns, como o acordo do cerco-fixo.

Na análise das diferentes abordagens da ambientalização pró-comunidade em Guaraqueçaba notamos que a vertente conservacionista ampara como atores principais as instituições estatais e se volta aos direitos/sujeitos difusos, enquanto a abordagem da gestão dos comuns desde os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras que vem sendo operacionalizada pelo MOPEAR orbita em torno dos próprios sujeitos de direitos, focando, assim, nos direitos coletivos.

Nas abordagens que se pautam nos projetos preservacionistas e conservacionistas percebemos uma distinção na forma de compreender o que se convencionou a denominar como relação sociedade-natureza: na primeira, a relação era vista como destrutiva e, por isto, incompatível. Na segunda, ainda que a relação se mostrasse factível, por ser enunciada por diversos atores, podia ser mobilizada para diferentes projetos. Seguindo o processo histórico relatado no presente capítulo, podemos constatar que estamos diante de uma outra forma de interpretação da relação sociedade-natureza que não apenas consideramos como passível de ser realizada, mas como um passo fundamental para conseguir conciliar objetivos como a proteção da natureza e do patrimônio cultural inerente às identidades étnicas e coletivas próprias das



comunidades tradicionais: trata-se de identificar na gestão dos comuns a potencialidade de um projeto de mundo.

Nesta perspectiva, podemos compreender a produção de uma territorialidade como a possibilidade de construção de um projeto de vida. Logo, se pode entender que o território funciona como um Comum (LEROY, 2016, p. 33). O território, portanto, não se apresenta como uma coisa, mas sim como uma relação social onde sistemas sociais e jurídicos servem para se fazer a administração dos recursos que são compartilhados. O Brasil possui uma longa experiência no que tange o uso comum da terra e dos recursos naturais, tendo um bom exemplo no artigo 3º, inciso II do decreto 6040, onde se lê que os “territórios tradicionais” consistem em:

Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõe os artigos 231 da constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL, 2004, Art. 3º, Inciso II)

A mesma legislação explicita a relação intrínseca entre as comunidades tradicionais e os seus territórios, perceptível desde a definição de “povos e comunidades tradicionais”: trata-se de grupos que se reconhecem enquanto diferentes, que possuem formas de organização social próprias e que “[...] ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, Art.1º, Inciso I). Vale frisar que este decreto e o Estado não criam estas definições, de território e povos e comunidades tradicionais, apenas as oficializam, uma vez que elas foram construídas por atores sociais que historicamente lutaram para existir e serem reconhecidos.

A vertente aqui exposta compreende que os territórios são múltiplos e que não podem ser compreendidos a partir de uma única interpretação: assim, os territórios são, ao mesmo tempo, fruto da história dos grupos e, também, fator de identificação. Não é um mero fruto das relações capitalistas ou um produto do mercado - desde uma compreensão mais alargada, podemos pensar no território como um espaço carregado de sentidos. Para Leroy (2016) o território pode ser compreendido como:

Territórios físico ecossistêmicos em sintonia com seus habitantes; territórios ancestrais carregados de memória afetiva e espiritual; territórios laboratórios de experimentos e de construção de conhecimentos; territórios de lutas e de elaboração de definições de identidades; territórios construídos em torno de laços familiares; territórios em que a individualidade é inseparável do coletivo (LEROY, 2016, p. 15).

Como se vê, para o autor, existem múltiplas interpretações cabíveis ao conceito de território, sendo que, para pensar a relação entre natureza e esses grupos sociais diversificados, Leroy (idem) propõe a utilização do conceito de Comum, em termos analíticos e políticos, para dar conta desta discussão. Segundo o educador, a ideia de comum está associada a:

Um território, ou as comunidades que ocupam e geram esse território, as suas estratégias de reprodução, os conhecimentos técnicos que essas adquirem para tal, os mecanismos que usam para manter e consolidar seus comuns, a sua cultura. O Comum é feito de elementos materiais, marcados e transformados ao longo do tempo pelas “digitais” da comunidade humana que ocupa esse território; e imateriais, pois se produz uma cultura nascida da simbiose natureza/comunidade (LEROY, 2016, p. 15).

Logo, a multiplicidade de territórios não permite que se fale no Brasil a partir de uma homogeneização jurídica que engesse a noção de propriedade a uma interpretação exclusivamente individual ou mercadológica: a identificação de territórios pode ser fundante para que os Comuns das comunidades tradicionais tenham suas estratégias de sobrevivência e de reprodução material e imaterial reconhecidas e redistribuídas. Não há, portanto, um modelo que sirva de uma maneira universal como resposta às questões socioambientais e aos conflitos territoriais que se desenrolam no país.

Desde a década de 1990, pelo menos, podemos perceber no Brasil a entrada de políticas neoliberais, onde a influência de organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o seu já citado braço, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vem qualificando o setor privado como o principal ator a solucionar a dita crise ambiental. Neste sentido, práticas de compensação ambiental têm sido colocadas como possibilidades de se enfrentar a problemática socioambiental: assim, impactos ambientais negativos ocorridos em um determinado lugar devem ser equilibrados com impactos positivos em qualquer lugar do espaço mundial. Entre as formas de compensação estão aquelas que servem à criação e gestão de UCs de proteção integral: como visam preservar uma dita natureza ordinária, acabam colocando em segundo plano os sujeitos que historicamente vivem com esta natureza. É por isto que Leroy (2016) afirma que, na lógica das áreas naturais protegidas que se encontra vigente, as comunidades tradicionais atingidas pela criação dessas UCs de proteção integral somente são reconhecidas quando podem ser colocadas a serviço dos mecanismos que criaram tal unidade.

De maneira concreta, podemos perceber isto acontecendo no conflito vivido pelos(as) pescadores(as) e caiçaras do MOPEAR junto ao PNS através dos estudos encomendados para a elaboração do Plano de Manejo da UC. Durante diversos momentos destes estudos, ao longo de seus diagnósticos e prognósticos, o “turismo desordenado” (SAMPAIO e SILVA, 2013, p.

3.1) é visto como um problema à gestão do PNS que, vale lembrar, trata-se de uma UC cujos usos diretos permissíveis restringem-se à pesquisa e ao próprio turismo e, por isto, coloca-se como solução a implantação de um “Turismo de Base Comunitária” – ou, em outras palavras, a permanência das comunidades tradicionais em seus territórios está diretamente condicionada à possibilidade destes sujeitos adequarem-se aos objetivos da UC. Não são reconhecidos, portanto, por seus direitos étnicos e coletivos ou por suas contribuições à conservação dos Comuns mas, sim, por sua capacidade de adaptação às condições impostas pelo projeto preservacionista que move o PNS.

Dentro do projeto preservacionista do PNS, deve-se ter isto muito claro, não cabe a territorialidade das comunidades. O território tradicionalmente ocupado acaba sendo interpretado pelo órgão como se fosse meramente uma ‘terra’ – em um dos momentos dos estudos encomendados pelo ICMBio para o Plano de Manejo, pode-se perceber o acionamento desta categoria quando se afirma que “As Associações de Moradores têm como um dos objetivos representar juridicamente a comunidade para defender o direito à posse da terra, quando localizadas no interior do PNS e em geral frente à especulação imobiliária” (SAMPAIO e SILVA, 2013. p. 4.66). Ora, duas informações são relevantes na frase destacada: 1. Não apenas as associações têm representado juridicamente as comunidades, afinal o MOPEAR vem lutando para ser reconhecido pelo órgão<sup>80</sup>; 2. Na condição de comunidades tradicionais, a noção de terra é insuficiente para representar os anseios coletivos desses sujeitos, uma vez que ‘terra’, como lembra Souza Filho (2003, p. 105), é um nome jurídico utilizado para definir uma propriedade individual, pública ou privada; enquanto território, por sua vez, trata-se de “[...] um espaço coletivo que pertence a um povo”.

O conflito gerado pelo PNS sobre as comunidades tradicionais em questão nos leva a refletir sobre um processo que poderíamos denominar de “acumulação por submissão” (LEROY, 2016. p. 22), onde atores externos ao território, como ONGs, empresas ou o Estado submetem povos e comunidades tradicionais às alternativas construídas pelo mercado. Assim, o ordenamento territorial proposto pela referida UC acaba negando a autonomia e as estratégias de reprodução coletiva destas comunidades, sobrepondo a interpretação de “natureza ordinária” ao projeto de produção das territorialidades: mesmo que se utilize um discurso conservacionista, é o projeto de preservação que acaba prevalecendo nas interpretações do ICMBio.

---

<sup>80</sup> No contexto da Ação Civil Pública (ACP - Autos nº 50007428820154047008) esta foi, inclusive, uma das principais demandas do MOPEAR: que se reconhecesse e legitimasse o papel do Movimento enquanto representante legal de pescadoras(es) e caiçaras da região.

Não se pode perder de vista que o plano de manejo do PNS que foi momentaneamente parado pela judicialização pelo MOPEAR, teve seus recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, instância que faz a gestão dos recursos arrecadados através dos impactos ambientais e que devem ser aplicados em processos de compensação ambiental. Assim, apesar de propalar o interesse genuíno na preservação da natureza, vendo o direito territorial das comunidades como uma ameaça do ponto de vista do impacto ambiental gerado sobre os recursos naturais, o projeto preservacionista que o PNS alavanca e sustenta é diretamente dependente de uma interpretação do território feita a partir de seu valor econômico. Em suma, esta forma de planejamento e gestão territorial acaba impondo o valor de troca sobre o valor de uso (HAESBAERT, 2014), em um processo de mercantilização do território e, por conseguinte, das relações sociais e da vida cotidiana.

À medida que o MOPEAR constrói uma proposta de gestão dos comuns, evidencia-se a possibilidade de pensar e praticar um modelo de planejamento e gestão territoriais em que o valor de uso do território sobreponha-se aos aspectos meramente econômicos. Linsalata e Salazar Lhoman (2015) reforçam sobre a centralidade das “[...] estructuras de gobierno comunal para la configuración de estrategias que permitan regular, defender y recuperar los medios concretos para la reproducción de la vida en un mundo constantemente asediado por la forma valor” (LINSALATA e SALAZAR LHOMAN, 2015, p. 12). Logo, o território tradicional e todas as práticas socioterritoriais que o compõem passam a ser os objetos compartilhados entre aqueles que se autoreconhecem na identidade coletiva que o Movimento aciona.

Mostra-se importante à gestão territorial da região em questão ajustar seus esquemas interpretativos a uma leitura mais socioambiental da realidade, de maneira que as propostas para a região não sejam pensadas unicamente desde uma temática ambiental sem sujeito. Nesse sentido, é mister partir da noção de que “[...] os grupos étnicos são vistos como uma forma de organização social” (BARTH, 1998, p. 193), e que a identidade étnica, por sua vez, trata-se de uma atribuição categórica dada quando uma pessoa classifica a si e a outras a partir de uma identidade mais geral, sendo que essa, presumivelmente, está determinada por sua origem e seu território. Ou seja, partimos, aqui, de uma concepção na qual a identidade coletiva das comunidades tradicionais deve ser auferida pelos próprios sujeitos que compartilham dessa identidade, e não por sujeitos externos à cultura em questão: aqui reside a diferença fundamental entre as propostas conservacionistas e aquilo que aqui denominamos como uma gestão dos comuns. Em suma, o que está em jogo são importantes ganhos de autonomia dos sujeitos, não só para definir sua identidade, mas, também, suas territorialidades e, de um modo mais amplo, seus projetos de vida. A gestão dos comuns, por isso, implica na compreensão da existência

coletiva dos sujeitos em pleno processo de des-re-territorialização, à medida que sua existência está diretamente ligada à sua resistência: gerir os Comuns, então, significa, neste sentido, atentar-se às r-existências (PORTO-GONÇALVES, 2001).

O cenário de disputa territorial que se apresenta na região de Guaraqueçaba a partir dos diferentes projetos de planejamento, gestão e ordenamento territoriais que vigoram a partir das UCs conflitantes com as comunidades tradicionais, demonstra que, atual e concretamente, nem o projeto de preservação, tampouco o de conservação tem efetivado a resolução desses conflitos. Mais precisamente, nem as propostas que excluem as pessoas à favor de uma proteção meramente dos recursos naturais, nem aquelas que assimilam a população local, mas não atribuem a elas um papel de maior ação, controle e deliberação nos assuntos que afetam seus territórios e vidas tem obtido êxito. Assim, fica evidente que, diante desses conflitos que perduram por aproximadamente 30 anos, nem as comunidades tem conseguido viver a partir de sua identidade étnica e coletiva, tampouco o ICMBio, diante de dificuldades que vão além daquelas concernentes ao conflito com as comunidades, tem alcançado a desejada preservação apreçada nos objetivos de suas UCs.

Ao invés de resumir as propostas de gestão territorial àquelas elencadas no repertório do ICMBio, consideramos que a proposta dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR pode contribuir na tentativa de criar uma co-gestão participativa entre ICMBio e comunidades tradicionais calcada em fomentar a autonomia desses grupos. Sem querer apresentá-la como solução milagrosa diante do desafio técnico e político que a questão vivenciada pelos agentes dessa região nos coloca, partimos do pressuposto que aplicar essa proposta em caráter experimental pode indicar novos caminhos e possibilidades, novas formas de fazer e novos padrões de relação que poderiam vir a conciliar as partes e dar novos sentidos à discussão e à ação referentes a uma justiça socioambiental e territorial.

A pesquisa com o MOPEAR nos últimos 4 anos permite perceber na prática aquilo que Randolph e Gomes (2010) falam sobre os planejamentos subversivos, não existe projeto mínimo nem máximo, mas sim enfrentamentos sistemáticos que visam fortalecer a autonomia do grupo desde o reconhecimento de práticas cotidianas de resistência. Neste sentido, uma proposta de gestão dos comuns para esse movimento social concretamente aponta para a tentativa de estabelecer um diálogo intercultural entre diferentes atores com capacidades econômicas e organizativas díspares, e que se encontram em diferentes posições hierárquicas nas relações de força postas. É por isto que, por ser uma proposta desde baixo, sua compreensão passa por uma crítica aos modelos de diálogos construídos pelo planejamento territorial em voga. Destarte, nos próximos capítulos faremos uma análise e uma comparação entre os espaços



participativos (Capítulo 3) e às formas de produção de conhecimento (Capítulo 4) protagonizados por diferentes agentes envolvidos no conflito territorial aqui estudado.

### 3 A FORÇA DE UMA NOÇÃO VAGA: A FUNÇÃO DOS MODELOS DE PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE AMBIENTALIZAÇÃO DE GUARAQUEÇABA

Deve-se evitar “a exacerbação da participação pela participação. Miséria participada não interessa a ninguém” (Demo, 2009, p. 67).



Figura 47 – “Sem participação nas decisões importantes não garantimos nossos direitos” Tela de bordado em arpillera da pescadora Erica Costa Gonçalves Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).

A trajetória da luta social dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR é marcada fortemente pelo debate em torno da participação social. Essa participação se tornou instrumento chave para a reflexão e a ação na busca pela efetivação de direitos do grupo, além de orientar a construção de sua identidade étnica e coletiva e seu projeto de gestão dos comuns. A tela da pescadora Erica Costa Gonçalves Pereira explica mais detalhadamente sobre o olhar dos pescadores no tocante a esta questão.

A constatação da importância dessa temática nos processos correlatos às suas vidas/territórios não veio espontaneamente, como se fora algo instintivo, irrefletido, naturalizado. Decorre da influência de um amplo processo de negação e de silenciamento em relação a esses sujeitos no que tange à aplicação prática da participação social, mas não apenas isto: é a capacidade mobilizatória do grupo e a esperança no seu projeto de vida que aproximam, cada vez mais, a participação social como um dos possíveis instrumentos democráticos para a construção de um projeto de sociedade mais justo. Inspirados em Freire (1980) podemos interpretar que no caso do MOPEAR a participação serve como categoria política catalisadora

de denúncia de um estrutura ou postura desumanizante e violadora, bem como de anúncio de um anteprojecto, ou seja, uma outra forma de fazer. Este anúncio vai se concretizando nas ações de r-existência do grupo.

Como Demo (2009) aponta, é comum que a participação seja localizada numa órbita utópica, no sentido de que muitas vezes não se concretiza, mas ainda assim conforma-se como algo real, ao passo que nos indica a busca necessária e perpétua de superação histórica:

Porque somos utópicos, não nos curvamos às misérias do presente e sonhamos sempre com algo melhor. [...] Sem utopia, satisfazemo-nos com a mediocridade das dominações corriqueiras e nos curvamos às desigualdades vigentes. [...] Embora a realidade seja imperfeita, porque histórica, encontra na imperfeição não um defeito ou um conformismo, mas o desafio da superação. [...] Todavia, é erro imaginar que participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo, a definimos como processo imorredouro de conquista (DEMO, 2009, p. 81-82).

A concepção atual de participação social entre os membros do MOPEAR aparenta estar muito próxima do entendimento de Demo (2009) quando a caracteriza como um processo sempre em construção, nunca estando pronto ou sendo suficiente. Trata-se de uma conquista, não se confundindo, em momento nenhum, com um favor, uma dádiva “tutelada e vigente na medida das boas graças do doador, que delimita o espaço permitido. Não pode ser entendida como concessão, porque não é fenômeno residual ou secundário da política social, mas um dos seus eixos fundamentais” (DEMO, 2009, p. 18).

Refletir sobre a participação não configura um preciosismo, é um ponto de partida privilegiado:

[...] para analizar um sector social, o las transformaciones de la sociedad civil, o las relaciones que mantienen entre sí determinados grupos de actores, o la evolución de las culturas políticas. Detrás del objeto participativo se esconde una infinidad de otros objetos, sobre cuyo conocimiento han permitido avanzar los trabajos sobre la participacion (ANNUNZIATA, 2013, p. 13).

Entendendo a complexidade da realidade em que a participação social representa um dentre tantos outros elementos a serem problematizados e para melhor compreender as nuances de como ela vem sendo defendida e construída cotidianamente pelo MOPEAR é preciso, antes de tudo, identificar o motivo pelo qual esse tema se tornou um dos principais eixos norteadores dos discursos e ações do grupo. Mais precisamente, propomos uma análise do contexto que se desenrolava na região até um importante momento de ruptura significativa que já relatamos anteriormente, o Encontro sobre a Violação de Direitos Humanos Provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de comunidades Caiçaras e Pescadores e Pescadoras Artesanais no Paraná, realizado no dia 06 de dezembro de 2013.

Entendemos que no contexto de uma análise conjuntural de um movimento social como o MOPEAR, uma ruptura não implica em uma interrupção completa, drástica e definitiva em relação à determinada ocorrência, pois como afirma Duprat (2015) não existem inícios absolutos, tampouco continuidades lineares. Concordamos com Hall (2003) de que o mais relevante são as rupturas significativas onde:

[...] velhas correntes de pensamento são rompidas, velhas constelações deslocadas, e elementos novos e velhos são reagrupados ao redor de uma nova gama de premissas e temas. Mudanças em uma problemática transformam significativamente a natureza das questões propostas, as formas como são propostas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Tais mudanças de perspectiva refletem não só os resultados do próprio trabalho intelectual, mas também a maneira como os desenvolvimentos e as verdadeiras transformações históricas são apropriados no pensamento e fornecem ao Pensamento, não sua garantia de "correção", mas suas orientações fundamentais, suas condições de existência. É por causa dessa articulação complexa entre pensamento e realidade histórica, refletida nas categorias sociais do pensamento e na contínua dialética entre “poder” e “conhecimento”, que tais rupturas são dignas de registro (HALL, 2003, p. 131).

Neste sentido, a identificação dos espaços em que a participação foi dificultada ou inviabilizada, ou a forma como se arvorava uma cultura participativa restrita apenas ao plano discursivo, implicando em pouca efetivação prática, nos serve como ponto de partida para problematizar os horizontes da luta pela participação elaborada e vivida por este movimento social. Interpretar essa ruptura significativa nos leva à reflexão de como e por que o MOPEAR tem ocupado/ criado/ ressignificado espaços de participação para lutar por suas demandas identitárias, territoriais e de tantos outros direitos a eles relacionados.

Há, no contexto estudado, uma forte disputa em torno do significado e da aplicação prática da participação social. Não se trata, no entanto, de um fenômeno exclusivo a essa realidade, é possível constatar que o léxico participativo tem ganhado cada vez mais relevância para caracterizar e muitas vezes legitimar pesquisas, metodologias de trabalho e quaisquer intervenções na realidade, no entanto, essa grande disseminação aparenta estar favorecendo, de certa forma, um tipo de dominação discursiva. Como Almeida (2013b) nos lembra,

Há um conjunto de termos e expressões, designativos de medidas derivadas de políticas oficiais de intervenção, que devem ser repensados criticamente, porquanto refletem as novas formas de que se reveste o discurso da dominação. Expressões como “participação comunitária”, “comunidade solidária”, “gestão participativa”, “ação solidária” e “parceria” podem ser encontradas como pré-requisitos tanto nas iniciativas de planejamento governamentais, quanto naquelas das agências multilaterais. De igual modo que “pobreza”, “exclusão social” e “população carente” elas compõem um léxico próprio imposto pelos aparatos de poder para explicitar o que classificam como medidas de “desenvolvimento local” e “desenvolvimento auto-sustentável” (ALMEIDA, 2013b, p. 97).

O autor alerta para a apropriação de expressões recorrentemente utilizadas por movimentos sociais e outras formas de organização social nos momentos e espaços em que produzem críticas e se opunham às políticas governamentais. Como bem destaca Blondiaux (2013), participar não significa a mesma coisa que democratizar e, muitas vezes, se aproxima mais da concepção de controle do povo do que de poder do povo. É comum identificar casos em que a participação é fruto de decisões hierárquicas ao invés de partir ou possibilitar o envolvimento efetivo de sujeitos e comunidades organizadas. O que se operacionaliza, nesses casos, não é o compartilhamento do poder, mas um imperativo participativo que Annunziata (2013) interpreta como um novo espírito da democracia, cujos efeitos dessa materialização nas mais diversas experiências e dispositivos podem ser imprevisíveis e contraditórios. As consequências de todo esse processo, segundo a autora, ainda estão por explorar-se, mas não se pode negar o forte apelo do tema à medida que tem se tornado uma obrigação para os governos<sup>81</sup> e para as demais formas de ação política. Tudo isso pode vir a contribuir a uma mecanização dos processos/práticas/metodologias/espaços participativos e ao ocultamento das relações de poder inerentes à aplicação deste conceito.

O grande “problema” para aqueles que veem a participação social como artifício para o controle populista ou como mera formalidade da atualidade para validar quaisquer medidas de intervenção é que, como alerta Demo (2009), quando a participação de fato ocorre, ou seja, quando ela dá certo, ela traz problemas, já que “[...] não se ocupa espaço de poder, sem tirá-lo de alguém” (DEMO, 2009, p. 2).

Mas diante dessa já mencionada apropriação e dos perigos de uma participação esvaziada, utilizada como mera formalidade, como saber quais discursos conseguem ir além das nomenclaturas ou como identificamos quando a estão acionando apenas por fins decorativos? Como saber quando o léxico participativo está sendo utilizado para legitimar práticas que pouco têm a ver com o sentido democrático do exercício da participação? Como reverter essa situação e construir espaços e mecanismos que de fato busquem a superação de desigualdades sociais e que viabilizem uma participação para esse fim? Como, enfim, definir a participação social?

A definição de participação não corresponde a algo extremamente claro, objetivo, inquestionável, tampouco unívoco: enquanto conceito científico encontra-se sempre em

---

<sup>81</sup> Desde a implementação da Constituição Federal (BRASIL, 1988) a participação social tornou-se um imperativo nas práticas de planejamento territorial postas em marcha pelo Estado. No caso concreto das UCs, a Lei 9985 de 2000 em seu artigo 5º, inciso III estabelece que a criação e gestão de uma UC deve garantir a participação popular como diretriz básica.



disputa, tal qual elucida Almeida (2008a), sendo resultado das relações sociais que o produzem. Não podemos cair em simplificações e confundir o conceito com uma noção operacional que serve e sustenta uma aplicação prática mais próxima à lógica de um manual, formato este que sustenta, por exemplo, a prática de várias organizações nacionais e internacionais. Como um conceito é imprescindível lembrar que a participação é acionada em um contexto social no qual o poder de decisão, inclusive sobre o que ela é ou como deveria ocorrer, não se divide igualmente entre os diferentes grupos sociais: nem sempre o que está definido como participação para os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras corresponde ao que universidades, órgãos ambientais, ONGs e outras instituições interpretam. Existem, no entanto, alguns interlocutores com maior poder de definição e controle em torno de como será oficializado o entendimento, aplicação e manutenção dessa ideia e seus respectivos instrumentos. Destarte, o simples uso da categoria ‘participação’ e seus derivados não confere legitimidade a um processo ou à ideia de que foram garantidos mecanismos de qualidade de vida ou de democratização de direitos, de territórios ou do que quer que esteja em pauta.

Uma proposta didática para realizar uma leitura crítica sobre a participação social está na escala produzida por Souza (2006), onde o autor define graus de abertura para a participação popular no contexto da gestão e planejamento urbano – lembramos que o foco do que o autor retratada a partir dessa escala abarca modelos de participação mais pertinentes às situações de relação entre Estado e sociedade civil para uma análise desde o funcionamento interno de movimentos sociais, por exemplo. O exercício foi inspirado na “escada da participação popular” elaborada por Sherry Arnstein em 1969, mas foi aprimorada por Souza (2006) para melhor se adequar ao contexto brasileiro atual:

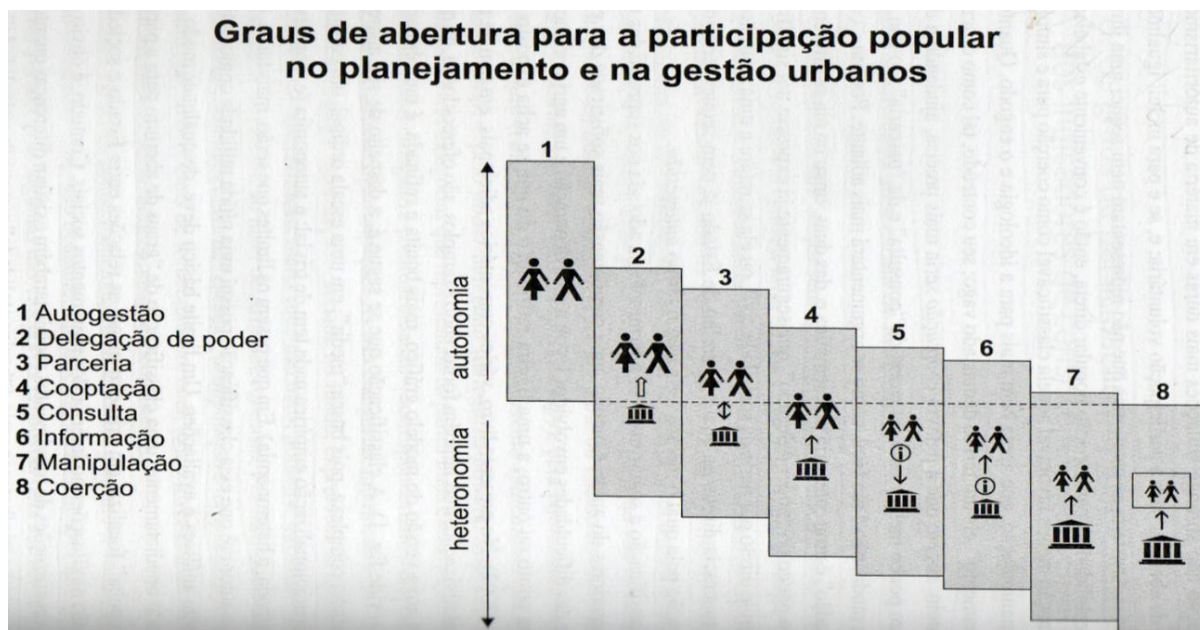


Figura 47: Graus de abertura para a participação popular no planejamento e na gestão urbanos. Fonte: Souza (2006, p. 414).

Souza (2006) chama a atenção para o fato de que nem sempre existem fronteiras bem demarcadas entre as escalas propostas, tendo o leitor que evitar uma leitura positivista deste quadro sinóptico uma vez que não se intentou tratar as categorias como puras, estanques, havendo sempre a necessidade de usá-las diante da complexidade da realidade. A classificação elaborada pelo autor visa permitir a leitura de modelos de participação que se aproximam ou distanciam de uma noção de autonomia e seu oposto, a heteronomia. Utilizaremos as ideias trazidas neste quadro sinóptico para facilitar a interpretação dos modelos de participação que têm ocorrido em diversos espaços nos quais os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR estiveram ou estão envolvidos.

Na interpretação de Souza (2006) a **coerção** refere-se a um contexto em que sequer as aparências são mantidas, caracterizando-se como um processo de máxima heteronomia e de cerceamento extremo da autonomia, seja ela individual ou coletiva. São situações em que é possível identificar o uso da violência para a aplicação de planos de ordenamento e gestão territorial.

A **manipulação**, segundo o autor, são aquelas situações em que são usadas informações e propagandas enganosas para o convencimento da população e nas quais, com o pleno acesso às informações verdadeiras, provavelmente não aceitariam tais condições ou decisões. Nesses casos, Souza (2006) ressalta que o Estado ou o agente ‘promotor’ da participação sequer intenta instituir o diálogo ou estabelecer e incentivar canais de participação.

A **informação** é uma variação mais sutil da manipulação, correspondendo às ocasiões em que informações sobre as intervenções que já foram arquitetadas são concedidas de acordo

com os diferentes níveis de cultura política do grupo. Para o autor o que difere a manipulação da informação é que a primeira, de fato, apresenta uma intencionalidade manipulatória, enquanto a segunda “[...] pode corresponder a um contexto democrático-representativo de tipo mais ‘seco’, que nem sequer ou mal chega a dar um gostinho de participação encenada” (SOUZA, 2006, p. 416).

Em seguida temos a **consulta**, onde os atingidos ou beneficiários de determinada ação são informados e ouvidos. Em diversos casos esse formato pode ser positivo para balizar um planejamento. O grande problema, no entanto, é a forma como se dá essa escuta uma vez que não há garantias de que as informações coletadas durante a consulta serão colocadas em prática ou levadas a cabo para subsidiar as tomadas de decisão. Nesse tipo de participação é recorrente o uso de argumentos técnicos de *experts*, ainda que pouco relevantes, para fundamentar a não utilização das sugestões dos grupos sociais consultados nas decisões finais sobre o planejamento e gestão territorial.

A **cooptação** pode ocorrer mesmo em âmbitos em que a deliberação é possível. Podemos caracterizar essa categoria como quando lideranças comunitárias ou outros agentes chave em certo processo de planejamento ou gestão passam a ser capturados, comprados, ainda que muito sutilmente, em troca de benefícios diversos, dentre eles a ilusão do poder de influir mais decisivamente na elaboração e aplicação das intervenções propostas em seus territórios: são os casos de lideranças ou representantes chaves que ganham cargos dentro do próprio projeto a ser desenvolvido e passam a se tornar parte fundamental do grupo propositor, uma vez que atuará com a função de convencimento do restante da população, dando respaldo ao projeto. Nesses casos, não há uma real partilha do poder, mas há uma impressão de que ela existe. Afinal, ter uma pessoa da comunidade dentro do projeto implica na interpretação de que ela supostamente detém algum poder de influência e de acesso total às informações. O autor chama a atenção para o perigo da cooptação, pois:

Se a institucionalização de um canal participativo permanente ocorre sem que esse canal ou instância possua nítido poder decisório sem que seja assegurada a elevada transparência, aí se aninha um alto risco de descrédito não só do governo, mas também de personalidades e organizações da sociedade civil, tendo como prováveis corolários a frustração popular e o enfraquecimento de ativismos (SOUZA, 2006, p. 417).

A **parceria** pode ser compreendida como mais transparente e implica no compartilhamento do poder de decisão. Há uma interação entre a população e governo para a construção de canais de diálogo com o fim de pensar e pôr em prática algum tipo de intervenção na realidade.

A **delegação de poder**, por sua vez, representa aqueles espaços onde o próprio governo transfere certos poderes e atribuições para canais de participação onde a sociedade civil pode exercer maior poder de decisão, incluindo aqui o próprio poder de veto

Por fim, a **autogestão** seria o ápice da delegação de poder nos espaços formais de participação em que o Estado se envolve. São aquelas situações em que inexistente uma instância de poder acima ou a parte da sociedade que detém o poder e decidiria quando e como ele poderia ser direcionado a outros agentes. O autor faz aqui uma ponderação importante de que experiências autônomas exigem um macrocontexto social com as mesmas características, ou seja, igualmente autônomo, o que difere do panorama atual representado pelo binômio capitalismo e democracia representativa:

Tal não impede, decerto, que experiências autogestionárias tenham lugar, menos ou mais efemeramente e com menor ou maior impacto político-pedagógico, ‘marginalmente’, nas bordas do sistema heterônomo, como em imóveis ocupados por sem-teto e outras expressões de insurgência protagonizadas por movimentos sociais. Ocorre, porém, que tais manifestações de protagonismo insurgente, sendo cultivadas em um ambiente hostil e como reação a ele, são constantemente bombardeadas por significações imaginárias individualistas, consumistas e autoritárias, o que pode, se não souber resistir, cobrar um elevado preço: não somente o definhamento e o colapso ‘material’ da experiência, mas sua descaracterização [...] (SOUZA, 2006, p. 418).

Para o maior alcance de uma experiência autogestionária, portanto, é essencial que ocorra uma transformação social abrangente e intensa que vai muito além da ação política, cultural e econômica restrita a um lugar. No entanto, os ganhos de autonomia são extremamente relevantes no processo de construção desse horizonte de emancipação e justiça territorial.

Apenas a parceria, delegação de poder e autogestão, segundo o autor, estariam próximas a uma ideia de construção democrática. A coerção e a manipulação são expressões da “arrogância do ‘discurso competente’ e do autoritarismo em sua forma explícita (coerção) ou mal disfarçada (manipulação)” (SOUZA, 2006, p. 418). Entre esses extremos encontram-se a informação, consulta e cooptação, que diferem entre si na forma, mas que possuem conteúdos bastante próximos no sentido de também representarem um saber e fazer heterônomo, ainda que em diferentes formatos e intensidade, o que para SOUZA (2006, p. 418) demonstra “claríssima preponderância e hegemonia ideológica da democracia representativa”. Uma ótima metáfora é aplicada pelo autor para melhor explicitar as características dos graus de autonomia elencados anteriormente:

Coerção: ‘pai tirânico e violento’; manipulação: ‘pai tirânico e mentiroso’; informação: ‘pai autoritário, pouco aberto ao diálogo’; consulta: ‘pai que até ouve, de vez em quando, mas não deixa de impor a sua vontade’; cooptação: ‘pai esperto, sedutor, mas, no fundo, não muito correto e franco’; [...] parceria: ‘pai liberal, que compartilha decisões’; e da delegação de poder: ‘pai muito liberal que delega poder

decisório sobre vários assuntos importantes'; [...] E sobre a autogestão: corresponderia a 'ausência do pai' ou uma orfandade'? Não! 'Adultos plenamente emancipados'. [...] No inconsciente coletivo, é como se houvesse e se perpetuasse um certo 'medo da orfandade' ou 'medo do abandono' (SOUZA, 2006, p. 419).

Aqui nos importa uma consideração sobre esta metáfora: entendemos que ela pressupõe posições hierárquicas entre atores distintos: o poder público posta-se com certa autoridade perante a população, tal qual o pai ao filho. Nos falta aqui uma referência às formas de participação, de decisão, de gestão territorial internas do próprio movimento social, ou seja, entre os próprios sujeitos que participam da organização e da produção de um território coletivamente construído. Assim, essa metáfora nos leva a pensar em uma relação social onde as ações e o poder sempre partem do ator hierarquicamente superior (Estado, ou o pai), em direção à sociedade (ou o filho): no entanto, mais que um ator central, muitas vezes, o Estado aparece apenas como um coadjuvante em determinadas ações sociais, agindo meramente no reconhecimento e oficialização das proposições dos movimentos sociais. As comunidades tradicionais organizadas no MOPEAR, por exemplo, possuem, ou estão construindo, formas de organização própria em diversos aspectos de projeto identitário e territorial. Caberia ao Estado atuar no sentido da aplicação do par reconhecimento/redistribuição de práticas já consolidadas no cotidiano do grupo, como a luta pelo território, o processo de gestão territorial popular a partir dos comuns, o projeto de educação próprio aos sujeitos pescadores e caiçaras, dentre outras ações que poderiam vir a imprimir uma outra dinâmica de produção socioterritorial à região: mais que uma relação que parte do Estado, trata-se de um processo de emancipação que, em algum momento, pode passar por ele, sobretudo no reconhecimento e no respeito dessas práticas.

Em suma, para compreendermos as diferentes formas como a participação social sobre alguns temas vem sendo exercida no contexto de Guaraqueçaba, procuramos constatar os meandros da defesa discursiva e da aplicação prática dos processos ditos participativos que em muito podem divergir entre si, uma vez que cada ator tem idealizado ou construído sua concepção com base em seus referenciais e instrumentos. Passaremos, neste momento, a explicitar e analisar os diversos espaços onde a discussão sobre determinados temas se concretiza, atentando para a característica desses espaços, quem são os agentes envolvidos nesse contexto, quem os organiza e coordena, como são definidas as pautas e os encaminhamentos, como estas características conversam com as reflexões propostas por Souza (2006) no que tange à escala de participação, como percebemos essa relação no contexto empírico, enfim, como percebemos o funcionamento da participação popular na produção



socioterritorial da área de estudo e que tipos de encaminhamentos ou ações práticas são ali desenvolvidos e permitidos.

Tendo em vista a grande quantidade de espaços que poderiam ser analisados neste nosso exercício, optamos por dividi-los em três grupos que organizam as diferentes formas de aplicação da participação social: o primeiro agrupamento de exemplos (item 3.1) se refere a alguns modelos de participação constatados antes da ruptura possibilitada pela ação do Encontro do dia 06/12/2013; o segundo grupo (3.2) diz respeito aos espaços/modelos de participação que foram criados depois desse momento; e, por fim, estão aqueles exemplos de espaços/modelos que foram ressignificados (3.3) depois dessa data a partir ou pela influência da ação coletiva do MOPEAR.

### 3.1 A democracia desde os projetos preservacionistas e conservacionistas em Guaraqueçaba: o uso da participação como prática de dominação

Tendo em vista o grande número de ações e discursos relatados pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras que se enquadrariam no que aqui buscamos interpretar como um padrão na forma de operar junto a esses sujeitos, optamos por analisar aqueles que o próprio movimento social nos apontou como mais significativos em seu cotidiano. Separar a realidade social nessas três perspectivas (de espaços/modelos anteriores a uma ruptura, os criados e os ressignificados a partir dela) não parte de um exercício meramente classificatório, visto que não ansiamos aqui apresentar um catálogo listando e classificando a totalidade das situações trazidas pelos sujeitos, mas sim de identificar um *modus operandi* a partir de alguns exemplos como forma de melhor fundamentar a ruptura significativa do MOPEAR sobre a participação social e os efeitos disso nas relações sociais e territoriais na região. Tomamos como orientação a ideia já citada de Annunziata de que identificar os caminhos da participação nos fornece um ponto de partida para compreendermos as transformações que a sociedade civil vem passando e as relações entre diversos agentes no sentido da atuação e ressignificação das culturas políticas.

#### 3.1.1 O *modus operandi* da participação concedida pelos órgãos ambientais: nuances de um processo de cima para baixo

KARINA [técnica da ONG MATERNATURA, parceira do ICMBio]: Nós sempre tivemos uma postura diferente, **mesmo que não envolvesse as comunidades, os técnicos e funcionários da UC tinham que ser envolvidos.** Eu não tenho como fazer

sem a participação deles. **E tínhamos a participação de Brasília** que iria aprovar o documento” (ATA ICMBio, 2011, p. 49)

Dentre os diversos exemplos de como ocorria a participação dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras é neste relativo aos diversos espaços do órgão gestor das UCs de Guaraqueçaba que os sujeitos atribuem maior relevância no sentido das implicações diretas em suas vidas. Devido a essa grande incidência de desdobramentos efetivos no território sempre foi comum que representantes das comunidades frequentassem diferentes espaços coordenados pelo ICMBio para descobrir e entender sobre as decisões que influenciariam suas vidas. Esses espaços também se constituíam através de parcerias do órgão com instituições como ONGs ambientais e universidades atuantes na região. A citação da técnica da ONG MATERNATURA, parceira do ICMBio em diversas ações de formação para a gestão das UCs da região, nos auxilia a compreender como a participação costumava ocorrer no âmbito das UCs de Guaraqueçaba: os agentes indispensáveis sempre foram os funcionários do ICMBio, tanto em um contexto local quanto as chefias em Brasília, não havendo a necessidade de envolver as comunidades tradicionais nos processos de diálogo e decisão.

A própria criação do Parque Nacional do Superagui, em 1989, não contou com a etapa da consulta pública, já que naquele momento ela não era exigida por lei: apenas com a criação do SNUC pela Lei 9985/00 ela veio a se tornar obrigatória. Desde a sua criação, o órgão responsável pela gestão das UCs da região era o IBAMA, sendo substituído pelo ICMBio em 2007. A própria criação do PNS, da ESEC de Guaraqueçaba e da APA de Guaraqueçaba são apontadas como uma iniciativa de técnicos da Sema (do Paraná e São Paulo) e outras instituições e ONGs ambientais que passaram a se articular em um conselho executivo para subsidiar a minuta do seu decreto de criação (VON BEHR, 1998). Schwartzman e Sibuya (2013) ressaltam que não havia critérios técnicos ou estudos científicos suficientes para embasar a criação dessas UCs, tampouco estudos que apontassem a realidade social das comunidades que ali viviam. De acordo com a antiga gestora do PNS, a escolha por essa categoria decorreu da beleza cênica da região (DUARTE, 2013).

A própria criação dessas UCs, portanto, deriva de uma dinâmica de cima para baixo (SOUZA, 2006; BLONDIAUX, 2013), de pouco apelo popular. Não estamos dizendo que toda intervenção pensada de cima para baixo incorrerá ao fracasso ou que seu caráter impositivo sempre predominará, anulando seus possíveis benefícios: do contrário, acreditamos que é possível corrigir e diminuir essa postura impositiva à medida que reconhecemos a sua existência, seus limites e buscamos formas alternativas que consigam enfrentá-lo. Mais do que

pensar em medidas compensatórias trata-se, neste caso, de criar canais para que decisões e o controle do debate seja compartilhado entre os sujeitos envolvidos nessa relação.

A mudança institucional de IBAMA para ICMBio trouxe consigo uma novidade, o discurso da participação social, algo que já vinha refletindo em Guaraqueçaba na criação de espaços como o conselho deliberativo da APA (em 2002) e o conselho consultivo do PNS (em dezembro de 2005). De acordo com Mendonça e Talbot (2014) os conselhos foram idealizados para permitir o compartilhamento de interesses e responsabilidades sobre as UCs entre a sociedade e o poder público, mas é preciso destacar que a participação social não pode se restringir apenas a esse espaço, devendo permear a gestão de cada UC como um todo.

No caso do conselho da APA (CONAPA), a decisão inicial de torná-lo deliberativo teve a ver com a interpretação que a redução dos conflitos se daria pela possibilidade dos membros conseguirem decidir sobre os processos de gestão da UC, tornando legítimo o papel das comunidades tradicionais como atores políticos chave nesse processo (TEIXEIRA, 2004). Em 2005, entretanto, outra intervenção de cima para baixo ligada ao controle sobre a participação social passa a vigorar desde a portaria IBAMA nº 25/2005, que alterou o caráter deliberativo dos conselhos de APAs para consultivo. A medida antidialógica tanto em sua proposta quanto em sua forma de efetivação frustrou os participantes do então conselho, o desapontamento de um dos conselheiros é registrado na dissertação de Limont (2009): “vi uma oportunidade de mudança por ser deliberativo, uma chance de melhoria, me sinto apunhalado pelas costas” (LIMONT, 2009, p. 63). Essa mudança demonstrou a fragilidade da incorporação do debate da gestão participativa no âmbito do referido órgão ambiental e apontou para a impossibilidade do compartilhamento do poder de decisão e controle do território. A gestão participativa, ironicamente, não garantiu a participação.

Aqui temos, logo de início, uma ponderação importante acerca da configuração dos conselhos desde a lei do SNUC (BRASIL, 2001), do Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002a) que os regulamenta e da Instrução Normativa ICMBio 09/2014 (BRASIL, ICMBio, 2014). Atualmente, apenas as categorias de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável possuem conselhos deliberativos. As categorias de Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural, Refúgio de Vida Silvestre e Florestas Nacionais têm conselhos de caráter consultivo e as demais UCS, Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ambiental, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural não possuem regulamentações acerca do formato dos seus

conselhos (ICMBio, 2017)<sup>82</sup>. Essa configuração desencadeia o acirramento dos conflitos existentes entre comunidades tradicionais e UCs restritivas, uma vez que, contradizendo a própria legislação, gestores assumem um discurso de tentativa de conciliação desses conflitos junto às comunidades, tendo, muitas vezes, que debater sobre questões polêmicas como a própria permanência dos grupos sociais nas áreas das UCs sem dispor de garantias jurídicas ou institucionais para isto. Tomando como exemplo o conselho do PNS e o Conselho Consultivo da ESEC de Guaraqueçaba (COSEC), quando se trata de um conselho consultivo, é comum que a narrativa do reconhecimento da identidade e dos direitos das comunidades tradicionais fique apenas na promessa e a gestão participativa passa a se fundar em um diálogo incerto, gerando expectativas nem sempre possíveis de serem cumpridas: em outras palavras, a gestão participativa, nesses casos, tem servido mais para validar as decisões dos gestores a favor dos objetivos de conservação das UCs ignorando o reconhecimento e o respeito à diversidade socioambiental e às formas de organização e representação das comunidades tradicionais como componentes constitutivos dessa ação ambiental.

Ora, se há o reconhecimento da identidade do grupo e do seu direito territorial bem como da contribuição do grupo à gestão da UC, por qual motivo não deixá-los participar ativamente por intermédio, por exemplo, de um conselho deliberativo? Nos parece que a ausência dessa garantia funciona como um reconhecimento pela metade, onde o ICMBio concede às comunidades a permanência e a participação, contanto que não interfiram muito e não fujam ao direcionamento que a equipe gestora deseja dar. Essa concepção vai de encontro à crítica formulada por Fraser (2006) de que a concepção de justiça baseada em um reconhecimento que se descola de uma redistribuição é incompleta.

Pensando na escala de graus de abertura à participação popular proposta por Souza (2006), percebemos que a configuração inicial dos canais oficiais de participação, ou seja, os conselhos consultivos dessas UCs, nesse caso, variam entre as categorias classificadas como “situações de não participação”, operacionalizada desde a noção de manipulação, e os “graus de pseudoparticipação”, desde a categoria informação. Encontramos vestígios de manipulação neste processo, pois em vários momentos os participantes dos conselhos representantes das comunidades tradicionais foram induzidos a aceitar determinadas ações sem dispor de informações suficientes para refletir sobre suas consequências, algo que faria diferença em sua tomada de decisão: a ideia da ilusão advém das promessas de um espaço deliberativo, com poder de decisão, de valorização das opiniões que simplesmente se encerra sem quaisquer

---

<sup>82</sup> Informações disponíveis no sitio oficial do ICMBio na internet. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/conselhos>>. Acesso em 29/09/2017.

justificativas, consultas ou aviso prévio. A relação de confiança que se tentava construir ao longo da instauração do conselho da APA se abala, prejudicando a trajetória até então percorrida e reverberando no âmbito dos conselhos das outras UCs. Com a alteração de um conselho deliberativo para consultivo, a tentativa de diálogo foi abruptamente substituída por um monólogo assentado em processos de consulta sem quaisquer garantias.

Também identificamos nuances da categoria da informação pois as comunidades, demais agentes e o próprio interventor usufruem de um espaço em que podem divulgar informações, sem a real necessidade de criar um consenso para a tomada de decisão, algo como um mural de recados onde são passados informes sem a obrigação de discuti-los e transformá-los em encaminhamentos.

Como pudemos demonstrar em outra produção (Souza et al., 2015), no plano específico do PNS, foi após um período de 16 anos desde a sua criação que passou a vigorar por força de lei o seu primeiro espaço formal e normatizado que propiciaria o encontro entre gestores do ICMBio, comunidades tradicionais, terceiro setor, universidades e demais agentes do setor público. Lembramos, aqui que legislações como o SNUC e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) tornaram a gestão participativa obrigatória, não sendo mais uma opção do gestor a escolha de aplicá-la ou não (MENDONÇA e TALBOT, 2014). Uma das técnicas do ICMBio comenta sobre esse processo durante o curso de Plano de Manejo, realizado entre os dias 17 e 19 de outubro de 2011 em Guaraqueçaba:

Eu vivi a parte de que se a gente falasse que estava conversando com a comunidade era um mito pra instituição. Agora a lei nos trouxe um avanço, antes era conforme o gerente da UC, se ele fosse uma pessoa mais aberta iria se relacionar e se fosse mais fechada não iria se relacionar. Agora tivemos que nos adaptar. Não é fácil, fazer com que as pessoas queiram fazer junto, estamos aprendendo, tanto o IBAMA/ICMBio, porque é uma coisa muito nova. Em 2002 saiu o decreto e tivemos um tempo pra se adaptar (ATA ICMBio, 2011, p. 9).

A mera mudança discursiva de inserção do léxico participativo desde a própria mudança institucional de IBAMA para ICMBio não acarretou em alterações significativas nos modos de fazer das equipes gestoras da região. Uma das irregularidades encontradas relativas ao PNS foi a ausência de um Plano de Manejo que, a priori, deveria ter sido elaborado em período máximo de cinco anos após a criação da UC, problema esse encontrado também nas outras UCs da região. Um descumprimento ainda mais grave, no entanto, se refere ao parágrafo único do artigo 28 do SNUC que garante às comunidades tradicionais as “[...] condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais”.

Essa irregularidade se traduziu em um histórico de privações, de violência contra as comunidades tradicionais da região e de violação de seus direitos, afetando diretamente a



relação de confiança entre elas e os gestores das UCs. Práticas tradicionais relacionadas à extração de recursos florestais, caça, roça, pesca, dentre tantas outras foram afetadas, criminalizadas e punidas. Além de gerar uma situação de conflito entre o modo de vida tradicional e a forma como vinham sendo pensadas e geridas as UCs, essas situações de interdição do modo de vida acarretaram em um significativo movimento migratório de pescadores(as) artesanais e caiçaras rumo aos centros urbanos da região, como a ilha de Valadares em Paranaguá e o centro de Guaraqueçaba. Essa situação pode ser observada na tela de arpilheira produzida por uma das pescadoras artesanais do MOPEAR:



Figura 48 - “O caiçara na cidade” Tela de bordado em arpilheira da pescadora Solange Américo de Oliveira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo do PEART (2017).

Sempre estiveram muito presentes nas narrativas dos pescadores as reclamações acerca da forma como as decisões eram tomadas em seus territórios por parte dos órgãos ambientais e o descrédito em relação às suas propostas, dado o contexto impositivo e violento refletido nas fiscalizações ambientais – ações essas caracterizadas como coercitivas, já que provinham de um contexto de “extrema heteronomia e máxima restrição da autonomia individual [...] inclusive com farto emprego da violência” (SOUZA, 2006, p. 415). A situação se agravou à medida que as comunidades passaram a participar de diversos espaços de diálogo organizados pelo IBAMA ou, posteriormente, ICMBio. Nomeamo-los como espaços de diálogo, mas, novamente, o emprego mais adequado seria monólogo, dada a forma truncada e unilateral com que ocorria – isto quando não aconteciam processos de “autodenúncia” na medida em que o

que as comunidades diziam era recorrentemente utilizado pela força policial ambiental para direcionar ações fiscalizatórias.

A sequência de falas disposta a seguir foi registrada no curso de Plano de Manejo, realizado em Guaraqueçaba em outubro de 2011 através de uma parceria entre o ICMBio e a ONG Mater Natura. Recortamos um pequeno trecho e o desfecho da conversa pois nos parece um bom exemplo de como se travam os debates nesses espaços:

ANTONIO [pescador artesanal]: [...] já reivindiquei a mais de dois anos uma reunião na minha comunidade. Talvez não aconteça, quando o ICMBio está disponível o IAP não está, quando eles estão, outros não estão. Eu posso vir aqui agora, mas vocês que fazem isso acham muito difícil ir até a comunidade. [...] Essas informações que eu repasso para a comunidade, mas não temos um documento que comprove o que pode ser feito e o que não pode. [...] E quando se fala em Plano de Manejo na minha visão é Plano de Manejo Sustentável. Eu venho aqui e a realidade é outra. Semana passada eu fui numa assembleia geral e comentei que hoje estaria aqui fazendo um curso de capacitação em Plano de Manejo. Mas isso na verdade vai ficar tudo distorcido porque não é aquilo que a comunidade espera. Se fala de trilhas, animais. Na minha comunidade não se pode matar uma caça ou tirar um palmito para comer. Minha comunidade não está nem aí para a Copa. Se falando em turismo seria bom porque traz economia para a comunidade. Faz mais de 03 anos que estou pedindo uma reunião na minha comunidade.

MORITA [pescador artesanal]: [...] A comunidade quer ouvir que as coisas melhorem nas perseguições. Muita leis não estão de acordo com as nossas comunidades. Batemos na mesma tecla, mas nos falam que não é assim. [...] As coisas têm que começar a acontecer, senão ficamos sem crédito nas nossas comunidades.

ILTON[quilombola]: Vocês vão observar que agora chegou a vez de quem é da pesca e da roça falar, eu comentei com o Antonio que estavam chegando só técnicos do ICMBio e pedagogos. Tirei dois mandatos de Conselheiro da APA onde fiquei dentro do sapato, onde parecia que eu era escravo. E a visão era de que eu era contra o meio ambiente. Eu acho que não tem ambientalista mais puro do que o pescador e agricultor, porque eles contribuíram para que a natureza ficasse conservada até hoje. Então uma fala como essa incomoda quem quer fazer que se cumpra a lei. [...] Os povos tradicionais sabem viver, conservar. [...] Meus avós vieram fugidos e aprenderam a deixar os topos dos morros, as nascentes. Jamais quem preservou até hoje vai acabar com aquilo, acontece que tem gente passando fome numa terra boa. Estamos numa guerra de pressão. [...] Os pescadores e os agricultores querem o mínimo do direito do que ele sabe fazer. Os grandes desmatam muitos hectares e dizem que reflorestam tudo [...] essas coisas a gente desanima. [...]

MARCELO [ONG Mater Natura]: Ficamos 26 minutos falando de **outras coisas**. Agora vivenciamos um processo participativo. Quando a gente trabalha desse jeito os processos são diferenciados. A gente teve um tempo que as coisas não eram discutidas. Agora estamos num processo onde a tendência é de termos mais conversas e o final é que se passe a vencer essas conversas e que possamos mudar as coisas. [...] Essa discussão que tivemos aqui é um pouco da essência do PM, a questão é que se considere o que foi colocado (ATA ICMBio, 2011, p. 31-33. Grifo nosso).

A sequência de falas deixa evidente o descontentamento dos representantes de comunidades tradicionais da região quanto ao retorno prático da sua participação nos espaços promovidos pelo ICMBio e seus parceiros. Um importante elemento a ser analisado é o encaminhamento dado pelos coordenadores das oficinas, cursos e reuniões em relação às falas das comunidades: nesse caso, o coordenador procura encerrar a polêmica dizendo que “Ficamos 26 minutos falando de **outras coisas**”, demonstrando que o objeto da discussão que interessava

naquele momento não eram as preocupações das comunidades, já que foram classificadas como “outras coisas”. Essa postura de *silenciar*<sup>83</sup> as comunidades que tinham como tema algum conteúdo mais relativo ao conflito com as UCs e a crítica à postura dos gestores era recorrente, como no caso em que um pescador fala da necessidade do ICMBio mudar o discurso com o qual lida com as comunidades, recebendo a resposta da então gestora do PNS de que “Temos que ver que algumas coisas estão melhorando, não podemos ficar nessa atmosfera” (ATA ICMBio, 2011, p. 34). O comentário de que os pescadores, caiçaras e quilombolas traziam uma ‘atmosfera’ negativa, sempre reclamando e não olhando para o que estava se tentando construir é recorrente nos registros oficiais desses espaços.

Ferrari et al. (2012) também mencionam essa grave postura no contexto do conselho da APA de Guaraqueçaba e afirmam que tal comportamento visa uma classificação e validação de quais temas podem ou não ser trazidos ao debate. Ao analisarem os registros de áudio de reuniões de 2010 e 2011 os autores destacam que o principal argumento acionado pelos coordenadores das reuniões é que certos temas não podem ser levados adiante para não gerarem problemas para o andamento do trabalho. O uso de justificativas supostamente científicas para rebater preocupações das comunidades também era recorrente, como nesse caso de 2007:

Renato [caiçara Vila das Peças] levantou a questão de ser proibido o plantio do roçado nas comunidades isoladas do PARNA e Selma [Chefe do PNS] respondeu que não era bem assim, que as comunidades viviam da pesca e que a agricultura não era sua principal fonte de alimento (ATA CONPARNA, 10 a 12/12/2007, p. 3).

A tentativa de invalidar/desautorizar o discurso do próprio sujeito sobre suas práticas tradicionais alegando que elas não existiam ou não eram importantes no contexto local demonstram o tratamento dado às falas das comunidades quando se propunham a participar do debate. A atribuição à fala do sujeito como se ela fosse equivocada parte de uma agente que assume uma posição de intelectual, já que seu lócus enunciativo parte de sua posição marcadamente técnica e acadêmica. Esse lócus é de onde parte o poder e autoridade explicativos sobre a prática tradicional, ou seja, se substitui a explicação dos próprios sujeitos da ação social

---

<sup>83</sup> Em estudo sobre as práticas discursivas no Conselho da APA de Guaraqueçaba, Ferrari et al. (2012) apontam o sistemático silenciamento das comunidades tradicionais amparados por uma estrutura hierárquica e uma postura centralizadora de poder visíveis desde elementos como “a distância temporal entre as reuniões; a presença numerosa de atores ambientalistas nas reuniões; o controle sobre a definição das pautas e a consequente priorização dos temas; a construção da cena enunciativa pelos gestores[...]” (FERRARI et al., 2012, p. 15). Os autores ainda apontam a parceria entre os gestores das três UCs geridas pelo ICMBio na região que reforçam as estruturas assimétricas correlatas à justificativa das decisões por eles tomadas, ao passo que nem sempre as decisões que incidirão sobre o território de um grupo foi tomada pelo gestor da UC em que essa comunidade se encontra. Além disso há a questão do controle da palavra que se operacionaliza em fatores como o tempo de fala, o controle sobre os temas a serem debatidos e esse já citado sistema de autoreferência entre gestores e instituições parceiras.

por uma *argumentação tecnicista que o invalida*.<sup>84</sup> Nessa postura pode-se perceber o agenciamento de um discurso que se vale de um poder desde um lugar de autoridade para a interdição histórica tanto do lugar de fala quanto dos lugares geográficos desses sujeitos.

Importa lembrar que um dos principais argumentos utilizados para promover uma pseudo-participação era dizer que aquela reclamação se referia a algo fora do escopo da discussão (o foco era ter o *domínio das pautas*)<sup>85</sup>. Algumas outras respostas encontradas são as que seguem:

BIA [ONG Mater Natura]: [...]Se ficarmos voltando todo momento nesse assunto não vamos andar. [...]

MARCELO [ONG Mater Natura]: Se ficarmos nessa discussão de quem é a culpa a gente não vai caminhar. A gente tem um espaço de discussão e a gente quer que se fale. Se a gente ficar nessa discussão a gente não resolve nesta sala. **A proposta é ficar na discussão do Plano de Manejo.** Tudo é importante e **algumas coisas são mais importantes do que outras.** Todo mundo é diferente e todos tem um ponto de vista sobre uma situação. **Agora vamos tentar entender esse Plano de Manejo** (ATA ICMBio, 2011, p. 35. Grifo nosso).

Aqui notamos uma importante questão em relação ao tipo de participação social ‘permitida’ pelo ICMBio e ONGs parceiras: deseja-se que as comunidades participem, mas com a condição que o tema do debate seja o definido pelos coordenadores, não havendo espaço para que as comunidades compartilhem responsabilidades e colaborem na construção de uma pauta, ainda que ela fosse sobre suas preocupações com o Plano de Manejo, objeto daquele momento.

Outro efeito causado pela pseudo-participação é a falta de encaminhamento dadas as questões levantadas pelas comunidades tradicionais. Um bom exemplo pode ser percebido na fala a seguir, quando um pescador artesanal tenta debater os modelos de unidades de conservação. Sua interpretação era de que a categoria de Reserva Extrativista poderia ser mais condizente com a realidade de Guaraqueçaba – argumenta o sujeito:

1. CLAUDIO [pescador artesanal] - algumas derem certo outras não, mas no geral está funcionando.

2. MARCELO [ONG Mater Natura] – Temo que cuidar, pois o que dá certo lá não dá certo aqui.

<sup>84</sup> O uso de uma linguagem técnica, acadêmica, de difícil compreensão para diversas comunidades tradicionais da região também pode ser identificada como um exemplo do tecnicismo, já tendo sido apontada por diversos estudos como um obstáculo a uma participação social mais adequada (FERRARI et al., 2012; CAMARGO, 2013; DUARTE, 2013; SCHWARTZMAN e SIBUYA, 2013; SOUZA et al., 2015).

<sup>85</sup> Como já analisamos em outro momento (SOUZA et al., 2015) a composição dos membros dos conselhos também contribui ao monopólio do poder explicativo sobre a realidade local, visto que a maioria dos participantes provém de ONGs ambientalistas ou universidades cujas áreas do saber e concepções científicas tendem ao projeto preservacionista, atuando como um apoio às pautas dos gestores e fortalecendo o controle e condução das discussões a favor dos interesses da UC.

3. GUADALUPE [ICMBio] – Pode ter outro caminho.
4. CIBELE [ICMBio] – Às vezes o caminho que parece o mais fácil não é.
5. DANI [Pesquisadora UFPR] - Ver a realidade das comunidades.
6. MARCELO [ONG Mater Natura] – Temos que cuidar para não nos apropriarmos de uma bandeira que é de outro. Não é porque alguém disse que é bom.
7. CLAUDIO [Pescador Artesanal] – Queria uma palestra sobre RESEX em Superagui.
8. BIA [ICMBio] – Temos o exemplo da Pirajubaé.
9. GUADALUPE [ICMBio] – Temos que ver direito tudo que é necessário para uma RESEX e no que isso implica.
10. CIBELE [ICMBio] – A RESEX tem um chefe, tem uma estrutura, como qualquer outra UC.
11. ENCERRAMENTO Marcelo agradeceu a todos, encerrando o curso e convidando a todos para o almoço (ATA ICMBio, 2011, p. 57).

Nota-se aqui que a proposta do pescador é sutilmente invalidada por uma sequência de intervenções de técnicos do ICMBio e de membros de uma ONG ambientalista, à medida que colocam obstáculos à ideia e sequer propõem qualquer tipo de encaminhamento para o pedido, encerrando a reunião. A proposição de uma outra UC com características mais condizentes com a realidade socioambiental da região<sup>86</sup>, afinal, poderia soar como uma ameaça à característica mais restritiva do PNS.

Outra forte característica que marcava os espaços pseudo-participativos do ICMBio é a *ausência de garantias* de que os assuntos debatidos teriam utilidade prática no cotidiano dos moradores e da própria gestão do Parque: “MARCELO [ONG Mater natura]: A Lupe vai agora nas comunidades, mas talvez tudo que tenham dito não entre no Plano de Manejo, mas pode ser que numa próxima revisão esteja tudo lá” (ATA ICMBio, 2011, p. 46). Quanto ao assunto específico do Plano de Manejo, objeto de tantas discussões e luta para que as comunidades fossem escutadas e participassem de maneira adequada, uma das funcionárias do ICMBio afirma que “CIBELE [ICMBio] - o bom é inimigo do ótimo. É muito mais importante ter o Plano de Manejo seja como for do que não ter” (ATA ICMBio, 2011, p. 51).

Silenciamento dos sujeitos, substituição do conhecimento tradicional por um tecnicismo, controle unilateral das pautas pelos agentes externos à comunidade, falta de garantias e encaminhamentos dadas às demandas dos sujeitos: eis os efeitos da pseudo-participação promovida nos espaços do ICMBio e seus parceiros. A validação e manutenção

---

<sup>86</sup> Mesmo a fala do pescador tendo sido registrada no ano de 2011, assim como um pedido oficial por parte do MOPEAR de criação de RESEX Marinha junto ao ICMBio (processo nº02070.002267/2011-02), até o ano de 2017 o grupo não havia recebido qualquer tipo de notícia ou retorno sobre esse protocolo. Foi a partir de uma conversa com um funcionário do ICMBio lotado em outra UC que os pescadores descobriram o status do seu pedido: o mesmo estava paralisado devido a necessidade de maiores informações. A reclamação dos pescadores se deu no sentido de que o técnico do PNS que recebeu o pedido em 2011 era a única pessoa que poderia lhes orientar sobre essas questões e, naquela ocasião, não lhes informou adequadamente sobre os dados faltantes ou o passo a passo necessário para a continuidade do processo dentro do ICMBio. Em suma, os pescadores passaram seis anos aguardando um retorno do órgão que jamais poderia vir a acontecer.



desses espaços, em suma, serviram para fazer funcionar um poder heterônomo sobre as comunidades – daí a importância da reflexão feita por Blondiaux (2013) sobre o paradigma da participação, onde esta aparece como um imperativo à sociedade sem, contudo, haver quaisquer garantias de efetivação do poder democrático. Como bem nos lembra Brandão (1982):

Um dos atributos mais usuais das estratégias autoritárias é justamente o de convocar todos à participação. Conclamar as classes populares a ‘um amplo processo de participação’ para, depois, exercer sobre ‘povo participante’ projetos tutelares de controle e manipulação [...] Uma coisa é criar estratégias de participação popular ou transformá-la em um exercício de manipulação populista, e outra coisa é fazer com que as práticas de mediação sejam, elas sim, participantes de situações e processos de produção e fortalecimento popular (BRANDÃO, 1982, p. 249).

Foi nesse contexto, em que a participação social apresentava-se mais como um projeto de controle e manipulação do que de emancipação dos sujeitos, que as comunidades tradicionais da região conviveram por décadas. Que não se resuma a perspectiva dos modelos e dos espaços de participação social agenciados pelo ICMBio (outrora IBAMA) como os únicos que foram acionados no contexto de Guaraqueçaba – as comunidades tradicionais da região também se relacionavam com outros atores que intervinham no território a partir de outras lógicas e ações. Este é o caso de várias pesquisas científicas que tratam sobre o território tradicional a partir de diversos categoriais e áreas do saber – em muitas dessas ações, o rótulo “participativo” é atribuído implícita ou explicitamente, visando conotar algo benéfico aos partícipes. É para problematizar mais a fundo essas questões que utilizaremos o próximo subitem.

### 3.1.2 A autoridade científica na produção do conhecimento sobre o território tradicional

A pesquisa científica também se configura como um importante espaço para refletirmos sobre a participação social no contexto de Guaraqueçaba. O tema suscita narrativas acaloradas entre membros das comunidades tradicionais da região, sendo tão relevante nas vidas desses sujeitos que o próprio fazer científico desde as pesquisas nos territórios desses grupos sociais se tornou objeto de estudo para Kasseboehmer e Silva (2009)<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> Nesse estudo os autores consultaram 80 famílias sobre as formas como aconteciam os estudos científicos na região e analisaram 109 produções de diversas áreas do saber entre os anos de 1979 a 2005. Um dos resultados do estudo foi a constatação que 37% dessas pesquisas se circunscreviam à temática de fauna e flora, seguida pelo tema da socioeconomia, produção e sustentabilidade, representando 17% do total das produções. Os autores se surpreenderam pelo baixo interesse no tema de história e cultura local, tendo sido objeto de apenas dois estudos. As principais conclusões dos autores sobre a forma como as pesquisas ocorreram se referem à falta de um retorno às comunidades para apresentação dos dados que elas auxiliaram a produzir, a sensação por parte dos moradores de terem sido usados como objetos ao invés de sujeitos da pesquisa, o questionamento acerca da real utilidade prática desses estudos em detrimento da falta de comprometimento e de responsabilidade social em torno de todo o conhecimento que foi produzido.

Vale a pena ressaltar que aquilo que denominamos de “pesquisa científica” não corresponde diretamente a um produto elaborado tão somente por uma instituição de ensino e pesquisa, mais que isto, ela pode ser resultado de outros tipos de organizações, como ONGs ou empresas de consultoria que mobilizam discursos socialmente aceitos a partir de “intelectuais” – segundo Demo (1982, p. 31), essa categoria corresponde àquele sujeito que detém “[...] alguma especialização acadêmica e é ligado à produção científica usual (docência, pesquisa, planejamento, etc), capaz de manipular ideologicamente ideias de conteúdo político”. Diferente de um técnico que mesmo possuindo um conhecimento especializado, não necessariamente reconhece os efeitos políticos e sociais do seu saber, um intelectual é definido justamente por seus atributos políticos: é por isto que um empresário, um artista ou um ativista do terceiro setor podem desempenhar funções de um intelectual.

Em Guaraqueçaba é possível constatar uma desconfiança generalizada em torno da ação de pesquisadores, fato este que não veio gratuitamente. Em diversas comunidades da região surgem variados relatos desde a ótica de seus moradores sobre experiências ruins com pesquisadores de Universidades, ONGs e órgãos ambientais: pessoas que colheram informações sem avisar que estavam a serviço de alguma instituição oficial; que investigaram detalhadamente os conhecimentos locais acerca do uso e do manejo de recursos naturais e publicaram como sendo suas descobertas pessoais, dando pouca importância ao conhecimento do grupo social que demonstrou suas práticas e saberes; que durante suas pesquisas fizeram intervenções e prejudicaram as formas organizativas locais; que tiraram fotos sem pedir autorização; que gravaram conversas sem avisar; que usaram do argumento que aquele espaço era tão preservado - e, por isto, importante para a sociedade como um todo - que defenderam a retirada das comunidades tradicionais dali; que identificaram a população como grupo vulnerável e então passaram a articular formas de intervenção assistencialista; entre tantos outros.

O relato a seguir nos auxilia a dimensionar a amplitude da questão:

[...] os pesquisadores tavam acostumados a chegar aqui e fazer o que eles bem quisesse. Entrevistavam a comunidade sobre o guará, sobre o caranguejo, várias coisa, ai ia embora, nunca mais se via e quando a gente ficava sabendo aquilo depois virava uma lei e muitas vezes aquilo vinha a prejudicá nossa comunidade. Eles se aproveitaram muito do povo. Ai chegou uma hora que tivemos que dá um basta nessa situação e chegô num ponto de proibir que viesse fazê o trabalho deles. Eu mesmo aqui na minha comunidade orientei o povo que ninguém mais atendesse pesquisador porque aquilo tava dando um prejuízo muito grande (Adnã Chagas das Dores, pescador artesanal da comunidade de Tibicanga, coordenador do MOPEAR).

A fala acima nos dá indícios da importância da discussão acerca da atuação de pesquisadores, com especial atenção aos casos em que seus estudos ocorrem nos territórios de

comunidades tradicionais e passam a interferir diretamente em suas vidas. Diferentes de pesquisas mais teóricas ou documentais, nos referimos aqui àquelas que dependem do acesso ao território tradicional e que acionam o léxico participativo para embasar metodologias e legitimá-las. Novamente, voltamos o olhar para os meandros da participação social e por quê ela vem se tornando objeto de conflito e questionamento pelos sujeitos afetados por tais produções.

O objetivo aqui não é listar as pesquisas desenvolvidas na região e destrinchar suas especificidades, analisar seus conteúdos ou opções teóricas: trata-se de exemplificar a operacionalização metodológica da participação e seus efeitos no acirramento dos conflitos ou injustiças apontados pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR, pois isto nos aponta para os aspectos que Annunziata (2013) propõe como essenciais para compreender as relações dos grupos de atores que aqui analisamos, assim como para identificar as transformações da sociedade civil e de sua cultura política.

Nesse exercício de identificar os fazeres científicos que vêm sendo questionados por este movimento social optamos por observar as pesquisas participativas contratadas pelo ICMBio para embasar o Plano de Manejo do PNS – sendo elas: “Enriquecimento prático – reunião de planejamento do PNS” (ICMBio, 2012a), “Oficinas de apresentação das Consultoras do PM nas comunidades e sobre o Plano de Manejo” (ICMBio, 2012b), “Estudos Socioeconômicos da região do Parque Nacional de Superagui”(ICMBio, 2013a) e “Estudos para Uso Público e Turismo do Parque Nacional de Superagui” (ICMBio, 2013b). Cada um desses documentos expressam um momento distinto das pesquisas que irão servir ao Plano de Manejo: compõem, portanto, um conjunto de arquivos que contém informações pertinentes à produção de um saber operacional ao exercício de um determinado tipo de poder que se mune da participação para alcançar o controle social.

Escolhemos esses documentos para ilustrar as práticas de participação e de produção de um discurso socialmente aceito, pois, além de seus notórios impactos na vida das comunidades (de onde, aliás, repercutiu uma Ação Civil Pública, como já citamos), também envolveu uma série de estratégias de pesquisas comumente relatadas pelas comunidades tradicionais. Esses exemplos, por isso, nos trazem elementos que podem ser identificados em diversas outras produções científicas realizadas na região.

Já desde os primeiros momentos relatados nos documentos analisados, pode-se perceber o distanciamento em relação aos grupos sociais que estariam envolvidos: questões como a formulação do problema de pesquisa, as escolhas dos seus temas e objetos e a

construção da relação social e da localização da pesquisa a partir da confiança com os pesquisadores refletem o que queremos dizer.

A escolha do tema de pesquisa e o próprio planejamento metodológico são atribuições comumente relegadas ao intelectual, ao técnico, ignorando o potencial das contribuições das comunidades na formulação de uma investigação que também interesse aos sujeitos. Percebemos que os problemas de pesquisa chegaram prontos, sem uma possibilidade de maior envolvimento dos sujeitos no que tange à definição de um escopo pertinente às suas realidades: isso pode ser notado na definição prévia à pesquisa de campo feita pelos intelectuais e técnicos de doze temas que orientariam o diagnóstico da realidade e a coleta de dados junto às comunidades (ICMBio, 2013a, p. 2.3), temas esses escolhidos à revelia da vontade dos sujeitos.

Não há como traçar um perfil generalizado da pesquisa científica no território tradicional de pescadoras(es) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba, tampouco em um contexto mais amplo, mas Oliveira e Oliveira (1988, p. 18-19) chamam a atenção ao fato de ser bastante comum notar que

[...] grupos “observados” não têm nenhum poder sobre uma pesquisa que é feita sobre eles e nunca com eles. Para o pesquisador, tais grupos são simples objetos de estudo [...]. Na verdade, os problemas estudados não são nunca os problemas vividos e sentidos pela população pesquisada. É esta população em si mesma que é percebida e estudada como um problema social do ponto de vista dos que estão no poder (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1988, p. 18-19).

Podemos notar que a reflexão dos autores data de 1988, o que demonstra que não se trata de um assunto recente ou superado na discussão do fazer científico. O cuidado aqui é necessário uma vez que as pesquisas científicas podem servir como instrumento de controle social.

Também chamamos a atenção para a forma como se constrói a relação social de pesquisa entre os intelectuais, técnicos e as comunidades de pescadores(as) artesanais e caiçaras articuladas no MOPEAR. A escolha dos pesquisadores que viriam a compor a equipe consultora foi determinada burocraticamente pelos aparelhos do Estado, estabelecendo uma relação comercial entre os intelectuais e técnicos que viriam a elaborar a pesquisa, não havendo espaço para que as comunidades participassem desse processo. Sem essa possibilidade de participar, não se cria uma relação social de confiança, sobretudo em um contexto histórico em que as comunidades tradicionais atribuem aos agentes vinculados ao ICMBio a violação de seus direitos e o não reconhecimento de sua identidade e território – logo, se não há confiança, há

desconfiança dos sujeitos em relação à pesquisa e a sensação de que ela poderia se voltar contra eles<sup>88</sup>.

Por fim, não podemos ignorar a influência da escolha do local de realização do encontro onde foram decididas preliminarmente a pesquisa: o fato de ter ocorrido em Curitiba condiciona diretamente a possibilidade de se efetivar qualquer modelo de planejamento territorial com uma participação autêntica. Como bem lembra Souza (2006, p. 344) “[...] os territórios de participação popular devem ser, eles próprios, definidos participativamente, ou seja, pactuados com a população, com a consequente consideração dos sentimentos do lugar, da intersubjetividade”. Logo, decidir sobre o território das comunidades tradicionais longe desse lugar e sem os sujeitos que o animam em hipótese alguma pode ser considerado como uma prática que contribui para a concretização dos direitos coletivos desses sujeitos e/ou a resolução dos conflitos territoriais vigentes.

Quanto a essa fase de concepção e planejamento do estudo (ICMBio, 2012a; 2012b; 2012c), vale ressaltar que não houve nenhum tipo de participação das comunidades. Pensando na escala de Souza (2006) podemos interpretar que esta pesquisa participativa que subsidiaria o Plano de Manejo inicia desde um modelo não participativo e coercitivo, visto que as decisões já vêm prontas, aparecendo de cima para baixo na vida das comunidades. O tecnicismo também se configura como uma marca significativa desse processo ao passo que todas as decisões partem dos intelectuais.

Os momentos de execução das pesquisas que aqui nos referimos também apresentaram nuances de um modelo de não-participação nas ocasiões de definição do cronograma de trabalho e da estratégia de recorte espacial de reuniões e oficinas participativas.

A ausência de um planejamento conjunto com as comunidades tradicionais pode ter sido um dos elementos a prejudicar a definição de um cronograma apropriado à realidade local - em diversos registros nota-se que o trabalho de pesquisa foi impossibilitado por questões fáceis de serem previstas pelos pescadores e caiçaras caso fossem consultados previamente, como a dinâmica das marés e os compromissos comunitários: “Não foi possível a realização da

---

<sup>88</sup> Em parte, esse “trauma” das comunidades em relação às práticas de pesquisa reflete uma realidade histórica por elas vividas. Um bom exemplo foi a pesquisa de Vivekananda (2001), então gestora do PNS, que produziu um documento científico a partir de metodologia participativa e cujos efeitos serviram diretamente à manutenção do projeto preservacionista incutido na gestão da UC. Um detalhe importante, nesse caso, são as relações de poder existentes, uma vez que em seus questionários a antiga gestora perguntava aos moradores se eles continuavam a realizar práticas como a roça, caça, extração de recursos da mata que foram proibidos e criminalizados pela própria instituição em que ela atuava. Obviamente os participantes negaram, com medo daquilo servir como justificativa para mais uma multa. O estudo, no entanto, foi publicado afirmando que tais práticas não aconteciam mais por vontade dos próprios sujeitos. A pesquisa é contestada pelas comunidades e usada como exemplo de estudo que as prejudica.



reunião nessa comunidade, uma vez que era domingo pela manhã e não se conseguiu contato anterior” (ICMBio, 2012c, p. 30); “[...] também foram convidados os moradores do Varadouro e Abacateiro, mas a maré estava muito baixa, podendo ser o motivo para não comparecerem”(ICMBio, 2012c, p. 06); “[...] em função de ser feriado e de que vários moradores estavam ocupados com os preparativos para receber um grupo da igreja que iria visitar a comunidade, somente participaram da reunião quatro pessoas” (ICMBio, 2012c, p. 16); “[...] por tratar-se de sábado, a maioria dos moradores estava fora da comunidade”(ICMBio, 2012c, p. 22);

Um grave efeito da não participação das comunidades no planejamento do trabalho de campo da referida pesquisa foi a substituição da opinião, informação ou consulta de determinados sujeitos por outros - como nos casos em que a impossibilidade de participação de uma comunidade nas reuniões, pela inadequação dos planos de intelectuais e técnicos, resultou na extrapolação das falas de outras comunidades ao caso delas, já que diversas informações foram produzidas sobre varadouro, por exemplo, mesmo sem a presença dessa comunidade nas reuniões e oficinas. Neste caso, novamente, o tecnicismo na definição do cronograma e do planejamento das atividades prejudicou as comunidades, ato que na escala de Souza (2006) pode ser interpretado como um gesto informativo sem qualquer compromisso com a participação.

Um importante fator sobre a substituição ou equivalência da presença de diferentes comunidades se refere à própria definição da territorialidade dos grupos sociais em questão. Os registros do trabalho de campo bem como a própria explicação metodológica dessas pesquisas aponta que os pesquisadores optaram por agrupar comunidades de acordo com sua proximidade geográfica, algo que, nessa lógica, permitiria abranger quinze comunidades em um total de três dias e meio de reuniões.

O tempo bastante limitado dedicado às reuniões participativas é uma questão a ser considerada, no entanto não é a que mais nos importa aqui. Ao nosso ver, o agrupamento das comunidades para otimizar as reuniões desrespeita a definição da territorialidade do grupo, tanto o é, que em grande parte das ocasiões as comunidades dos arredores não participaram das reuniões nas comunidades vizinhas. Aqui vale a reflexão de Souza (2006), já lembrada outrora, de que é necessário decidir participativamente sobre os territórios da participação popular, já que implicam em questões como a intersubjetividade e os sentimentos do lugar, algo que se faz bastante claro neste caso. O autor ainda vai além, esclarecendo que:

Na prática, lugares são, menos ou mais fortemente, territórios, pois as identidades sócio-espaciais associam-se, sempre, relações de poder especializadas com o fito de

defender as identidades, um modo de vida. [...] impor territorialidades artificiais é algo inteiramente contraditório com uma tentativa de promover a participação popular. É por isso que [...] o grau em que a divisão territorial respeita e incorpora uma certa “lugaridade”, ou mesmo, sobre essa base, territórios gerados na esteira de tradições de organização da sociedade civil (ativismo de bairro), é um ótimo indicador de consistência participativa da experiência concreta que estiver sendo examinada. Um desempenho ruim, a propósito desse indicador, poderá significar muito mais que simplesmente desleixo por parte da administração: será um indício, certamente, de um compromisso frouxo com a própria ideia de participação popular e um entendimento limitado dessa ideia (SOUZA, 2006, p. 344-345).

Em suma, os pesquisadores definiram a composição dos participantes da reunião sem se atentar às dinâmicas internas que se referem mais a questões de pertencimento do que de distância espacial: o fato de forçar que muitas comunidades servissem como uma só tem a ver com o desconhecimento e desrespeito com a lugaridade existente – entendemos que em uma ação participativa não se pode impor territorialidades artificiais, é preciso trabalhar com o território reconhecido pelos próprios sujeitos, algo que seria facilmente detectado caso o planejamento das atividades tivesse envolvido as comunidades.

Nossas últimas considerações acerca dessas produções científicas tem a ver com as suas práticas de pesquisa que variaram entre uma escala de consulta e manipulação. A manipulação pode ser identificada pelo desrespeito à vontade dos sujeitos em relação a uma atividade específica: a produção de mapas participativos indicando usos dos recursos naturais e situações das quais sentem orgulho ou que gostariam que mudasse.

Ocorre que ainda no início de 2012 a equipe do ICMBio entregou alguns mapas contendo apenas os limites do PNS nas comunidades e solicitou que as comunidades os preenchesse localizando os seus usos. Em agosto do mesmo ano a equipe retorna, agora com os pesquisadores, e solicita a entrega dos mapas, mas a maioria das comunidades optou por não preenchê-lo. Mesmo diante da negativa os pesquisadores forçaram o registro das informações alegando que “[...] as comunidades sentiram-se retraídas e não quiseram desenhar diretamente nos mapas. Então foi solicitado que indicassem os locais, e descrevessem a situação que era numerada e anotada no mapa” (ICMBio, 2012c, p. 9), em outras comunidades a situação se repetiu com o agravante de não passarem informações para o mapa nem mesmo se os pesquisadores as registrassem, no entanto, o encaminhamento dado pelos intelectuais foi o de manter as informações na legenda dos mapas, justificando que mesmo sem querer localizá-las eles falaram sobre determinadas atividades.

Aqui notamos indícios de uma prática manipuladora, que forçou a inserção de conteúdos mesmo contra a vontade dos sujeitos. A insegurança dos moradores justificava sua indisposição em preencher o mapa, já que receavam o uso daquelas informações contra as comunidades, algo que de fato ocorreu nos meses seguintes: os moradores de uma das

comunidades alegam que após apontarem os locais de extração de caranguejo no mapa dos pesquisadores e técnicos do ICMBio, ocorreu uma ação de fiscalização na região, levando os apetrechos de um pescadores artesanal e aplicando-lhe uma multa. Segundo relatos dos pescadores, a comunidade se reuniu e foi exigir que a equipe gestora retirasse as punições ao pescador. O episódio é citado recorrentemente pelos moradores para falar sobre a desconfiança com ações de pesquisa e seus efeitos em suas vidas.

Outra característica da pesquisa participativa relativa aos estudos que viriam a embasar o Plano de Manejo do PNS e que se refere à sua prática de pesquisa foi o tratamento dado ao registro das opiniões e anseios dos moradores. Todas essas informações passaram pelo filtro do intérprete, que relatou essas percepções de maneira indireta, sem registrar as falas propriamente ditas dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. As únicas citações diretas contendo opiniões ou qualquer tipo de manifestação são de turistas, para se posicionarem sobre como desejam a atividade turística nessa UC (ICMBio, 2013b). Essa postura de privilegiar a fala de agentes externos e potenciais visitantes da UC e não registrar sequer uma fala dos moradores em relação ao que anseiam, demonstra, de certa forma, o silenciamento desses sujeitos diante da valorização de outros agentes.

Por fim, o fato do gestor do PNS informar que “[...] a qualquer momento eles (comunitários) podem contribuir, para tanto devem anotar as suas ideias e entregar ao pessoal do Parque” (ICMBio, 2012c, p. 2) explicita outra incoerência de uma prática de pesquisa participativa, à medida que oferece a sujeitos com pouco ou nenhum acesso ao letramento a possibilidade de participarem constantemente do processo de pesquisa contanto que o façam via manifestações escritas. Mais do que permitirem a participação da maneira que julgam apropriada, entendemos que a construção de uma prática participativa envolve a criação de canais e formas de envolvimento apropriadas ao contexto desses grupos e que só serão possíveis de serem delineadas e efetivadas à medida que haja, de fato, um diálogo com esses sujeitos. Neste sentido, acreditamos que os pesquisadores realizaram um tipo de consulta às comunidades, já que houve certo tipo de interação para a coleta de informações sem, contudo, implicar em alguma garantia da utilização das mesmas ou de que elas serviriam para subsidiar processos de tomada de decisão.

Novamente notamos o controle da pauta, o tecnicismo incutido na condução dos estudos e o silenciamento dos sujeitos. Importa notar que os grupos sociais passaram a desenvolver estratégias de r-existência nos casos em que se sentiam acuados ou ameaçados diante da mínima possibilidade de uma pesquisa prejudicá-los, como podemos notar no registro que segue: “Luis, morador local que trabalha com o IPÊ na pesquisa com os micos, informou

que os pescadores da região não compareceriam à reunião como forma de boicote” (ICMBio, 2012c, p. 36); ou quando, ao ser indagado sobre a possibilidade de realizar uma reunião para a elaboração da pesquisa em sua comunidade, a liderança local “comentou que iria conversar com os demais moradores para verificar se eles desejavam [...] que a reunião fosse realizada. [...] Os moradores são bastante arredios, parecendo que não gostam da presença de estranhos na comunidade” (ICMBio, 2012c, p. 30).

O boicote a um processo do qual discordam sinaliza uma importante estratégia de re-existência e um alerta aos agentes promotores de processos participativos para reavaliarem suas posturas, metodologias ou intencionalidades. Em certas ocasiões, acreditamos ser possível ajustar formas de atuação, mas também é necessário respeitar a negativa dos sujeitos – o que constatamos na realidade, inclusive com a pesquisa a que neste momento nos referimos, é que a indisponibilidade dos sujeitos nem sempre gera uma reflexão para a adequação das estratégias da pesquisa, para a compreensão dos motivos de tal negativa: pelo contrário, a pesquisa seguiu como se nada tivesse acontecido, gerando, inclusive, dados sobre aquela comunidade que não participou<sup>89</sup>. Ainda que muitos intelectuais justifiquem metodologias participativas pela livre adesão dos sujeitos, é preciso lembrar que, neste caso, a realização da pesquisa teria implicações diretas na vida dessa comunidade, já que subsidiaria o Plano de Manejo do PNS. O direito ao veto em um processo de consulta, portanto, não tem sido respeitado, também, no contexto das pesquisas científicas.

Por fim, cabe refletir que se não houve participação adequada aos anseios dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras no planejamento, execução e na prática de pesquisa, não é de se admirar que esses sujeitos não se reconheceram e não se sentiram abarcados nos produtos finais (ICMBio, 2013a; ICMBio, 2013b), fato que desencadeou, juntamente com diversos outros fatores, a judicialização do processo de elaboração do Plano de Manejo e a demanda por uma participação social apropriada aos povos e comunidades tradicionais articulados no MOPEAR.

Ainda que se refira a processos de pesquisa bastante específicos, os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR apontam que existe um *modus operandi* na grande maioria das pesquisas sendo desenvolvidas na região.

---

<sup>89</sup> Como a partir da extrapolação de informações coletadas por moradores de outras localidades à essa comunidade, ou formulando dados a partir da interpretação dos gestores sobre a área sem confirmá-las ou confrontá-las com as percepções dos próprios moradores.

### 3.1.3 Ponderações sobre os limites dos modelos participativos

Apesar do forte histórico de luta e r-existência internos a cada comunidade tradicional da região, como o já citado contexto de expulsão de grileiros e da Companhia Agropastoril, há um consenso na fala dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de que, por muito tempo, esses sujeitos desconheciam seus direitos, fazendo com que os mesmos se mantivessem em uma postura defensiva ou até mesmo de apatia frente a determinadas ações heterônomas.

Não eram apenas a pesquisa científica ou os espaços do ICMBio que assumiam uma postura antidialógica com os pescadores. Afinal, historicamente existiram outros atores externos que também realizaram intervenções politicamente decisivas nas vidas desses sujeitos. Neste sentido, tratava-se de práticas sociais que, de maneira geral, interpretavam a participação social como uma dádiva: mais do que partir do interesse e do diálogo com os sujeitos apresentavam-se como propostas que eram colocadas de cima para baixo. Tais ações sociais eram postas por diversos atores, levando a diferentes reclamações dos pescadores e caiçaras, como, por exemplo, quanto a cursos que chegavam nas comunidades com temáticas diversas (como artesanato, cozinhas comunitárias, cultivo de ostras, condutores de turismo, tratamento de esgoto por raízes, dentre tantos outros oferecidos por instituições de assistência social, projetos de extensão universitária, ONGs e pela prefeitura). Essas ações eram justificadas por discursos institucionais que mormente classificavam as comunidades tradicionais como “grupos vulneráveis”. Podemos interpretar, portanto, que os intelectuais propositores dessas intervenções se viam como aqueles que levariam ajuda e soluções para os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. Essas ações, ao nosso ver, causavam uma ruptura ou uma hierarquização entre o saber popular e o saber acadêmico, sobretudo do último sobre o primeiro. De toda forma, essas propostas eram construídas apartadas das próprias comunidades (e seu território) que dificilmente tinham abertura para opinar sobre quais temas os interessavam ou quais formatos de ação mais condiziam com os seus projetos.

Um exemplo de uma ação heterônoma deste tipo foi a tentativa de implantar um projeto de maricultura<sup>90</sup> nas comunidades. A ideia logo gerou a expectativa de diversas famílias, tendo em vista a promessa de um retorno econômico significativo em qualquer época do ano. No momento da escolha dos locais para a instalação das boias, no entanto, membros da

---

<sup>90</sup> Uma descrição mais detalhada do projeto apoiado pela Emater, IAP e Secretaria do Estado de Ciência e Tecnologia pode ser encontrada no site oficial da agência de notícias do governo do Paraná, disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=63391&tit=Pescadores-artesanais-desenvolvem-projeto-inedito-de-cultivo-de-ostras>. Acesso em 06/10/2017.



comunidade de Barbado manifestaram sua preocupação, pois segundo o conhecimento que detinham sobre a dinâmica local da maré, o local escolhido pelo projeto não seria apropriado. O conhecimento técnico, no entanto, prevaleceu e, mesmo diante dos avisos da comunidade que desenvolveria o trabalho, o local foi mantido. O cultivo naquele local nunca deu certo, como os moradores haviam alertado. O projeto também não teve continuidade: as boias para as novas famílias que demonstraram interesse no curso foram deixadas nas comunidades, mas os técnicos nunca voltaram para concluir a implantação do sistema.



Figura 49 – Imagem A: Boias depositadas na comunidade. Fonte: a autora (2012). Imagem B: Boias em uso na comunidade de Barbado. Fonte: a autora (2015).

Os materiais não utilizados foram deixados à revelia de quaisquer cuidados institucionais, relegando a responsabilidade à comunidade (como se pode ver na imagem A da figura 49). Em pouco tempo, começaram a oferecer perigo à comunidade, pois a sua estocagem se transformou em abrigo para animais peçonhentos. Algumas famílias decidiram coloca-las na água mesmo sem a orientação profissional, outras ficaram receosas, pois não se consideravam “donas” desses materiais.

Novamente percebemos que pelo fato de que os problemas identificados nas comunidades terem sido interpretados e formulados por agentes externos sem a comunidade, o grau de abertura à participação popular incutido em uma proposta como essa fica no nível da informação, dado que os agentes externos simplesmente apresentavam os projetos que seriam desenvolvidos na área e permitiam a participação de pessoas interessadas. Logo, a participação surge como uma dádiva concedida a esses sujeitos, de forma que os intelectuais e técnicos responsáveis pela ação acabam aparecendo em um patamar superior em relação aos próprios comunitários.

Muitas dessas ações externas não se desdobraram em algo mais concreto para as comunidades, de forma que muitas não chegaram a ser finalizadas ou se consolidaram – vale ressaltar que esses insucessos são recorrentemente interpretados como "falta de senso de associativismo e cooperação" (ICMBio, 2013b, p. 131) das próprias comunidades. Destarte, criam-se saberes classificatórios sobre esses sujeitos que, muitas vezes, os desqualificam, sem,

contudo, ponderar sobre a forma como essas proposições os tem atingido, bem como quais são os limites de alcance e efetividade dessas propostas.

Para além dos projetos institucionais já citados, o mesmo também pode ser percebido no que diz respeito à oferta de políticas públicas como o fornecimento de energia elétrica. Parte considerável das comunidades em questão ainda não possui energia elétrica, apesar da propaganda governamental dizer que o Programa “Luz para Todos” já chegou no território em que vivem:

Boa parte das famílias destas 14 comunidades já contam com uma placa fotovoltaica cada, cedida pela Copel entre 1996 e 1997, quando órgãos federais e estaduais proibiram que se levasse energia elétrica a estas localidades porque ainda não havia legislação adequada para regulamentar os parques nacionais. [...] Esses equipamentos suportam, no máximo, duas lâmpadas de 9 Watts acesas por cinco horas por dia ou apenas a televisão ligada por duas horas. [...] Com esse sistema, os moradores não podem nem sequer pensar em ter equipamentos como geladeira ou freezer. “A intenção principal dessa iniciativa foi mesmo substituir as velas e os lampiões”, explicou o coordenador do Luz para Todos na Copel para atendimentos especiais, Leonildo Casas. [...] a Companhia tinha projetos de atender mais localidades com redes ligadas ao continente, que será subterrânea e subaquática. No entanto, devido a restrições ambientais, principalmente por se tratar de parque nacional de preservação, não foi possível projetar os atendimentos com estas tecnologias. Por isso optou-se por um sistema coletivo por placas solares, exclusivo no Brasil e projetado pelos próprios técnicos da Copel, garantindo assim que todo litoral paranaense seja atendido com o serviço de energia elétrica com qualidade e abundância (COPEL, 2010, p. 10).

Mesmo com a reformulação do projeto e a troca dos painéis fotovoltaicos por uma tecnologia mais potente, o modelo de fornecimento de energia elétrica não funcionou satisfatoriamente na região, por diversos fatores, dentre os quais, de acordo com os próprios moradores, pela questão climática (muitos dias nublados por um período significativo, sobretudo no inverno), quanto por questões geográficas (em algumas comunidades perto de morros a incidência solar é muito reduzida, não sendo suficiente para o funcionamento dos equipamentos). A demanda pela energia elétrica é justificada na tela da pescadora Erica Costa Goncalves Pereira, que demonstra as diversas situações cotidianas em que a falta de energia implica em prejuízos ou dificuldades.



Figura 50 – “Onde está a ‘luz para todos’?”. Tela de bordado em arpillera da pescadora Erica Costa Gonçalves Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo PEART (2017).

Essas questões relativas às condições para a instalação de um sistema eficaz de energia elétrica poderiam ter sido melhor diagnosticadas, por exemplo, com a adoção de uma fase de planejamento que envolvesse o contato com as comunidades<sup>91</sup> a serem beneficiadas pelo projeto de energia por painéis fotovoltaicos. Trata-se de mais um exemplo de como medidas de intervenção na realidade sem a consulta à população a ser beneficiada pode não surtir o efeito planejado, desperdiçando o investimento do poder público e mantendo esses grupos sociais em situação crítica de negação de direitos básicos. Para além disto, à medida que não dialogam, funcionam como práticas de controle social, uma vez que seus efeitos geram uma invisibilização e um silenciamento dos projetos de vida defendidos pelos sujeitos. Logo, mais uma vez a participação aparece como dádiva, uma doação de um agente externo para com as comunidades: tal projeto apresenta um grau de abertura à participação que atinge no máximo a informação sem permitir que os sujeitos pudessem, antes ou depois da sua aplicação, opinar ou alterar concepções e execuções desde sua ótica.

A lógica heterônoma de pensar o território e, consequentemente, os próprios sujeitos, tem levado ao rebaixamento histórico e geográfico do saber popular, permitindo que

<sup>91</sup> Ao longo de anos de negociação com a COPEL buscando garantir o efetivo fornecimento de energia elétrica, o MOPEAR, em parceria com técnicos do IFPR, produziram um levantamento das necessidades locais relativas à energia, calculando uma média da necessidade de cada unidade familiar para identificar um sistema mais apropriado à produção de energia tendo em vista tais características. Este é um dos exemplos de estudo que garantiriam a adequada instalação de um projeto de fornecimento de energia elétrica levando em conta não apenas a eficiência do serviço, mas também evitando o desperdício do dinheiro público em ações pouco eficazes.

intelectuais não reconhecidos pela comunidade fossem os responsáveis pela produção dos discursos considerados “verdadeiros” sobre essas realidades, dominando, assim, o poder explicativo sobre elas. Tais discursos, vale ressaltar, não funcionaram como meros enunciados mas, sim, como instrumentos de legitimação e de orientação de práticas sociais que enfatizavam o controle e a disciplinarização daqueles que eram vistos como objetos daquele saber.

Notamos, então, a existência de uma lógica heterônoma de pensar e agir no território desde esses diferentes agentes que se distingue da lógica de construção de uma identidade fortemente territorial por parte dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. Muito mais que fornecer um olhar sobre a circulação da palavra e suas consequências na participação popular, são perspectivas que rebatem com significativa ênfase no território vivido.

Foi neste processo que o MOPEAR passou a construir estratégias de r-existência e de enfrentamento ao modelo heterônomo de produção de verdades e de controle territorial. Assim, tanto as concepções discursivas quanto estratégias de controle territorial foram alvo de uma subversão epistemológica (CECEÑA, 2006), de modo a serem reorientadas a favor do projeto de vida de pescadores(as) artesanais e caiçaras. Neste liame, retomamos a orientação de Annunziata (2013) sobre o poder de pensar a participação social como ponto de partida para reflexões sobre outros objetos e buscamos compreender de que forma este movimento social representa uma descontinuidade na história da vigência de um poder heterônomo naquele território. Surge um projeto de autonomia e estratégias coletivas para concretizá-lo que permite reequilibrar e transformar as relações ali existentes.

### 3.2 A emergência de outros espaços/modelos participativos na luta pela conquista de autonomia

O utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico (FREIRE, 1980, p. 27).

Romper com um padrão de relações estabelecido não é uma tarefa fácil e, no caso das comunidades tradicionais articuladas no MOPEAR, esse exercício exigiu um intenso processo de reconhecimento e de formação desses próprios atores na condição de um sujeito coletivo. Neste sentido, a emergência de uma identidade coletiva não se faz espontaneamente ou naturalmente, mas, sim, resulta de reflexão sobre sua condição histórica e conjuntural e de

formulação de um projeto de emancipação baseado no que os sujeitos entendem por justiça. Esta consciência crítica, portanto, derivou de um processo histórico de r-existência.

Toda a trajetória de violações de direitos, os diversos momentos em que tiveram que assistir diferentes atores como grileiros, funcionários da Agropastoril e outras empresas, bem como, mais recentemente, o ICMBio agindo e controlando seus territórios, juntamente a herança ainda em plena vitalidade de sua tradicionalidade e a atualização de suas formas organizativas, desencadeou um processo de conscientização nesses sujeitos – algo que Freire (1980) afirma implicar no ato de ultrapassar “[...] a esfera espontânea da apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (FREIRE, 1980, p. 26). Neste sentido, a emergência do MOPEAR representou, também, a criação de um tipo de intelectual novo, representado pelas próprias comunidades tradicionais: os sujeitos objetivamente mobilizados em torno de uma identidade coletiva, têm lutado para acabar com a separação histórica que há naquele território entre saber popular e saber intelectual – neste liame, sujeitos que por muito tempo haviam sido pesquisados enquanto objetos, alvos de um saber, passaram a ser os próprios detentores e produtores de conhecimento, fazendo funcionar novos espaços e novas formas de produção epistemológicas.

Este subitem foi elaborado com a intenção de problematizar sobre as ações sociais promovidas por este Movimento que deram origem a novos espaços formativos, que contribuíram, por sua vez, com as estratégias de r-existência dessas comunidades – assim, apresentaremos a constituição de novos espaços de diálogo e de participação social conquistados por estes atores.



### 3.2.1 Formando e não conformando: o construir-se do MOPEAR como um intelectual orgânico e coletivo

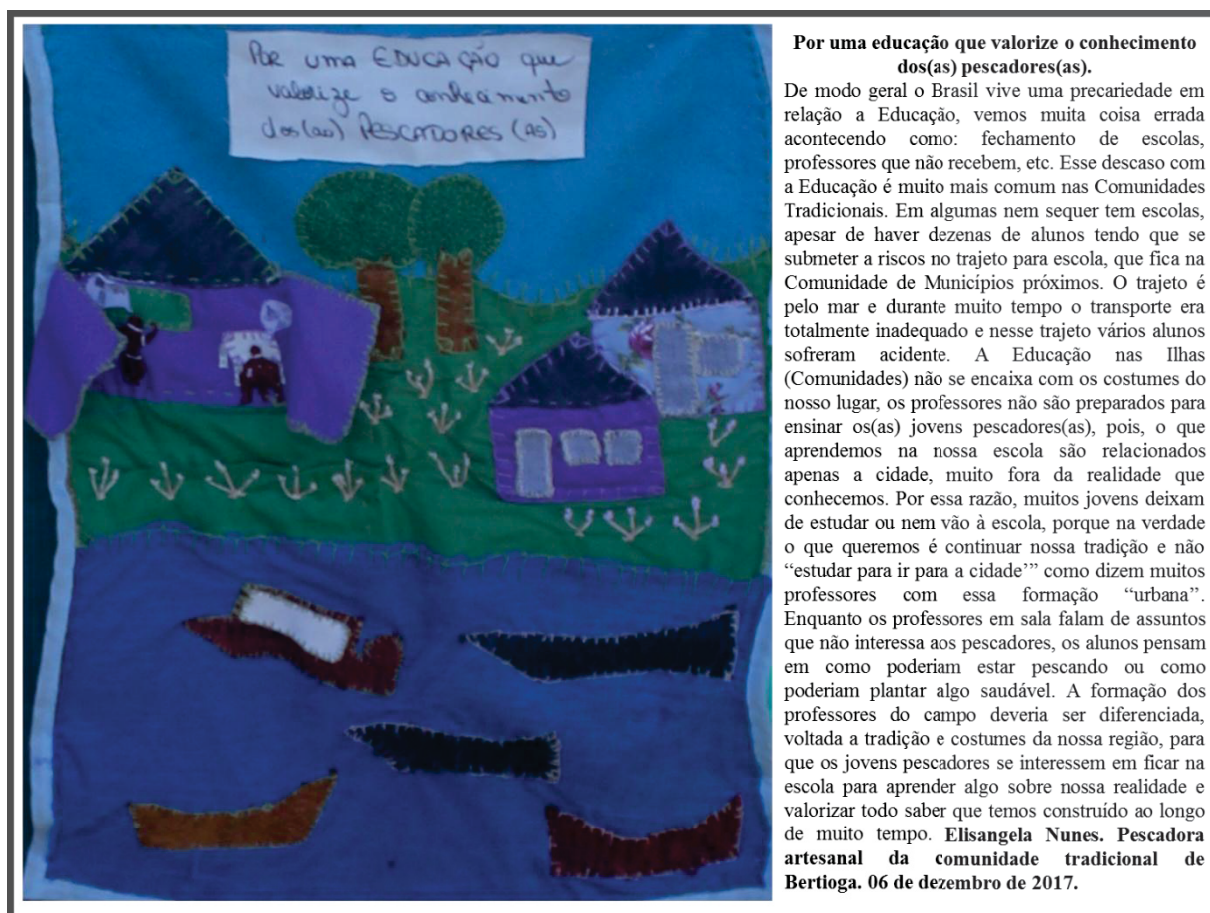


Figura 51 – “Por uma educação eu valorize o conhecimento dos(as) pescadores(as)”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Elisangela Nunes. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo PEART (2017).

Os novos rumos para a construção de um projeto de vida coletivo adotado pelos pescadores artesanais e caiçaras do MOPEAR, passaram pelo debate da criação de um novo modelo de formação política que permitisse a esses sujeitos exercitar e formular uma concepção de autogestão, mesmo dentro de uma sociedade heterônoma. Aos olhos do grupo, o modelo dos cursos a que habitualmente tinham acesso divergia significativamente dos novos modelos por eles construídos. A arpilheira da pescadora Elisangela Nunes narra diversos aspectos que explicitam essas divergências.

Os(as) pescadores(as) e caiçaras já haviam vivenciado algumas formações antes mesmo da ruptura significativa que usamos como parâmetro para indicar importantes transformações no contexto local, mas o agravamento do conflito territorial desde as primeiras ações para a elaboração do Plano de Manejo (em 2011) certamente impulsionou a valorização na formação das comunidades para que compreendessem o que estava ocorrendo. Em 2013, ao discordar da forma como seu território estava sendo representado nos estudos que subsidiariam

a elaboração do PM, o MOPEAR decidiu investir esforços na condução de um processo de cartografia social, justificado pela necessidade das comunidades discutirem e controlarem seu território tradicional frente às múltiplas situações de violação de direitos desde agentes heterônomos.

Um grupo de pescadores ligados ao MOPEAR já possuía experiência com a cartografia social e, entendendo que seria uma boa forma de colocar em pauta a discussão sobre o território, convidou às demais comunidades para um processo de mapeamento coletivo, abarcando os grupos atingidos pelo Parque, tanto os que se localizavam no interior quanto no entorno da UC. Foi a força gerada pela necessidade do enfrentamento ao modelo de participação intrínseco às atividades conduzidas pelo ICMBio para o Plano de Manejo que mobilizou essas comunidades para que o processo ocorresse. Para os pescadores e caiçaras, portanto, a discussão sobre o território estava diretamente relacionada com a questão de como poderia funcionar a participação social em uma pesquisa que visasse produzir um discurso a partir dos próprios sujeitos sobre o presente e o futuro do território em que vivem.

Todos os cursos/pesquisas<sup>92</sup> que aqui descrevemos enquanto “ações educativas” ou “formações” foram solicitados formalmente pelo MOPEAR junto às instituições em que membros do grupo de pesquisa “Identities Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil<sup>93</sup>” atuam.

---

<sup>92</sup> Praticamente todas as ações de pesquisa empreendidas junto ao MOPEAR aconteciam complementarmente a cursos de formação que visavam que os sujeitos se apropriassem dos conteúdos e processos da pesquisa. Usamos os termos cursos/pesquisas para designar essa ação conjunta.

<sup>93</sup> Naquele momento o grupo de pesquisa se chamava “Identities Coletivas e Conflitos Territoriais no Sul do Brasil”. Foi a partir da própria inserção em trabalhos com movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais como o MOPEAR que o grupo passou a compreender a educação popular e emancipatória como um elemento fundamental do fazer científico, passando, assim, a se denominar como “Identities Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil”.

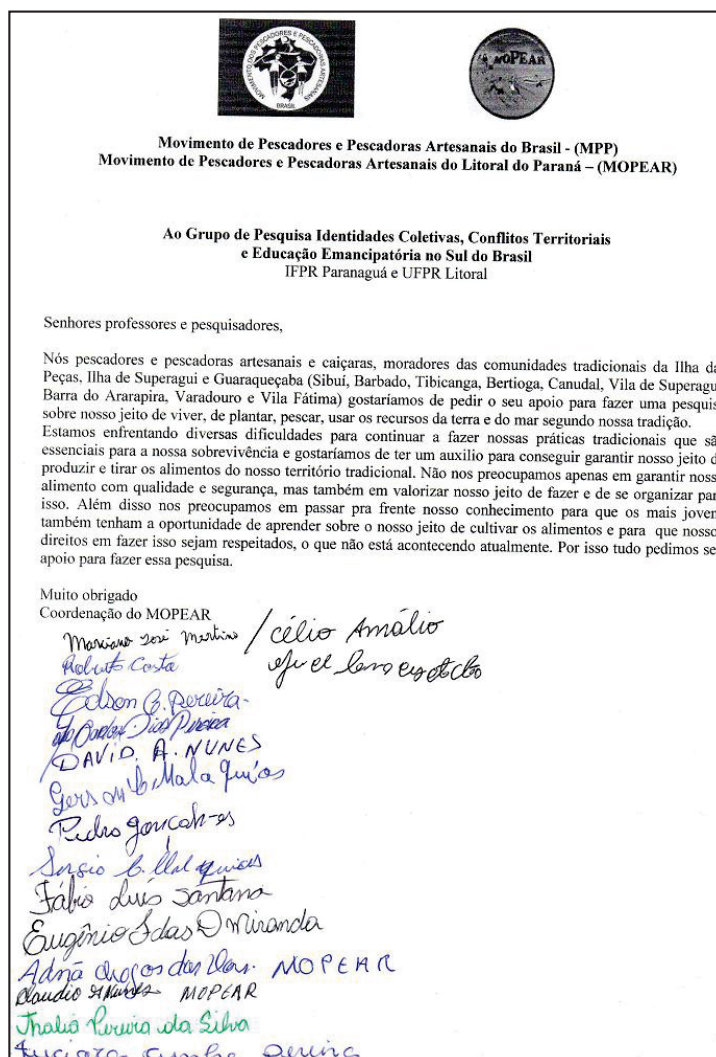


Figura 52 - Carta de solicitação de pesquisa. Fonte: Acervo MOPEAR (2016).

A demanda pela realização de pesquisas/cursos partiu sempre das comunidades, sendo oficializadas por meio de cartas, como esta que se apresenta solicitando apoio às suas lutas. Após o pedido inicial, o Movimento definiu suas necessidades de maneira mais detalhada em reuniões de planejamento entre a coordenação do MOPEAR e os educadores/pesquisadores do grupo de pesquisa já citado.

Esse momento objetivava entender melhor os anseios, os desafios e dificuldades em torno da proposta: como o curso/pesquisa deveria acontecer, qual seria o tema escolhido, qual formato e tipo de conteúdo se adequaria ao grupo, onde as atividades aconteceriam, em que comunidades, em que lugares, com que frequência, como seria a divisão de tarefas entre os participantes, entre outros detalhes. Destarte, pode-se dizer que a concepção pedagógica que impulsionou tais ações estavam ligadas a práticas de educação popular e, mais objetivamente,

à educação do campo (PALUDO, 2010), visto que eram momentos guiados pela autogestão<sup>94</sup>, alternância<sup>95</sup> e itinerância<sup>96</sup>. Fatores como as especificidades culturais, o calendário de trabalho, as práticas sociais pertinentes a cada comunidade eram levantados pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras para que o curso não prejudicasse o trabalho dos participantes, seus compromissos religiosos, comunitários, familiares ou quaisquer fatores que impedissem alguém de comparecer às reuniões. Eram consultadas tabuas de maré para decidir as datas dos encontros, assim como cada comunidade se organizava de forma peculiar para receber as etapas dos cursos, dividindo até mesmo tarefas como a pesca nos dias que antecediam os encontros, visando garantir a refeição ao grupo sem sobrecarregar nenhuma família.

Analisando a concepção desses cursos pela ótica dos graus de abertura à participação de Souza (2006), podemos interpretar a existência de nuances da escala de parceria, à medida que ocorre um compartilhamento do poder decisório das questões pertinentes à formação junto às instituições de ensino externas ao grupo, assim como de delegação de poder, uma vez que o controle social da pesquisa/curso se restringe ao Movimento. Diante da existência de uma formalização desses espaços educativos junto às instituições federais de pesquisa, mesmo que os sujeitos tivessem o controle da proposta Demo (2009) definiria esse contexto como de co-gestão, ao passo que expressa “[...] a conquista de espaço crescente na administração do próprio destino, sem ignorar que pelo menos em parte ele é imposto” (DEMO, 2009, p. 92). A imposição se dá num sentido em que existem certas limitações ou formatos mínimos pré-concebidos pelas instituições que precisavam ser seguidos.

Após esse primeiro exercício de formulação da proposta de formação, foram estipuladas coletivamente questões como o número de vagas para cada comunidade e os compromissos para a certificação dos educandos: esses assuntos foram debatidos no âmbito de

---

<sup>94</sup> A autogestão, aqui, refere-se ao curso e ocorreu desde o seu planejamento até o período de sua finalização. Os educandos se dividiam em equipes que se responsabilizavam por diversas atividades, como a limpeza, a alimentação, a elaboração da mística, o cuidado com o tempo, a animação, a mediação dos debates, dentre outros.

<sup>95</sup> Levando em conta a especificidade do grupo de educandos, a alternância consistia em períodos de atividades desenvolvidas no tempo escola, ou seja, nos momentos em que nos reuníamos para o debate coletivo em períodos de aula, e no tempo comunidade, quando os educandos aplicavam seus conhecimentos em atividades junto às suas comunidades. Além de propiciar a ação desses sujeitos em suas realidades, a alternância permitia uma adequação ao calendário do grupo. Se seguissemos um calendário tal qual os cursos realizados na cidade, nenhum dos educandos poderiam participar do curso, uma vez que continuam inseridos em suas dinâmicas de trabalho e da vida em suas comunidades. Os tempos em que as atividades se desenvolvem são de extrema importância para permitir o trabalho com esse tipo de público.

<sup>96</sup> A itinerância consistiu no revezamento das ações educativas entre as comunidades. Caso as(os) pescadoras(es) artesanais e caiçaras tivessem que ir até a instituição que ofertava o curso (em Paranaguá) ele seria inviável, uma vez que consiste em um grande trajeto para o deslocamento, dificultado por questões climáticas que muitas vezes impedem atravessar a baía. Neste sentido, por não poderem abandonar suas atividades, as aulas e demais atividades ocorriam nas próprias comunidades em um processo de revezamento, permitindo que todas as comunidades recebessem algumas etapas do curso.

reuniões comunitárias, de onde foram deliberadas as indicações de cada comunidade para compor o grupo de educandos/agentes de pesquisa. A escolha vinha firmada por meio de abaixo-assinado contendo, também, um acordo referente aos compromissos que esses participantes deveriam assumir com seus pares. As diversas conversas preparatórias para os cursos davam conta de aprofundar esses compromissos, exigindo que os participantes retornassem toda informação à sua comunidade, bem como envolvê-la nas decisões, não decidindo nada sozinho e sempre submetendo os assuntos ao coletivo do Movimento e de suas comunidades. A função dos cursos, sendo assim, era de propiciar um espaço de diálogo e aprendizado compartilháveis entre as comunidades e, à vista disso, produzir um saber que permitisse operacionalizar determinadas ações.

Em relação à produção da cartografia social, vale frisar que os autores e atores que participaram das pesquisas que o compuseram foram os próprios pescadores e caiçaras que participavam do processo de formação. Isto nos remete à concepção de Freire, para quem “[...] não há ensino sem pesquisa e nem pesquisa sem ensino. Esses quefazer-se encontram um no corpo do outro. (...) Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo” (FREIRE, 1996, p. 32). Esta perspectiva popular de educação, portanto, não admite a separação entre objetos e sujeitos de conhecimento, tampouco a hierarquização entre o saber popular e o saber intelectual.

Para esse processo formativo em específico, cada comunidade escolheu de dois a quatro representantes que se tornariam agentes de pesquisa em Cartografia Social e Gestão do Território. A comunidade também se comprometeu em amparar esses representantes e auxiliá-los sempre que fosse necessário, como nos casos em que não tivessem dinheiro para o deslocamento até as demais comunidades onde o curso se realizaria. De maneira a firmar essas responsabilidades entre comunidade, educandos, Movimento e educadores, o MOPEAR elaborou a carta de compromissos disposta a seguir:





Foucault (2003) o conhecimento é sempre perspectivo, ou seja, pode ser contado a partir de diferentes viéses de acordo com a intencionalidade que move o discurso daqueles que o dominam.

A importância dada pelo MOPEAR ao seu processo formativo decorre do entendimento que erigiram sobre a função política da educação como instrumento para a emancipação. Neste sentido, o processo pedagógico desencadeado pelo Movimento serviu para a construção da consciência acerca de sua identidade coletiva e para a compreensão de seus direitos. A constituição de processos formativos demonstram a capacidade criativa desses sujeitos em torno da reflexão sobre sua condição histórica, bem como para fazer proposições a partir de um repertório de ação social que visa transformar sua realidade, divergindo, em grande medida, das propostas de educação, capacitação profissional e de gestão territorial heterônomas.

Pudemos participar ativamente do processo de formação como educadores em oito cursos, o que nos permitiu associar que a concepção de participação almejada, discutida e construída de forma prática por esses sujeitos se aproxima da visão de Demo (2009), que a designa como conquista, a qual:

Nunca será suficiente, porque vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada (DEMO, 2009, p. 82).

Essa concepção de participação, então, não pode preexistir ao contato com os próprios partícipes, ou, usando as palavras de Demo (2009, p. 18), não pode aparecer na vida das pessoas como se tivesse “caído do céu”. Sua execução só é possível desde a potencialidade dos sujeitos que a imaginam e a materializam desde suas próprias convicções e condições. É por isso que a “participação é conquista” (DEMO, 2009), porque se trata de uma ação minimamente consciente e, portanto, planejada e operacionalizada pelo seu próprio autor.

A participação enquanto uma conquista aparece como um traço marcante dessa descontinuidade histórica existente no território tradicional dos pescadores e caiçaras: a proposição de um modelo de participação condizente com o projeto de vida destes sujeitos permitiu uma espécie de fortalecimento de sua identidade e territorialidade, de forma que a invisibilidade e o silenciamento podiam ser rompidos – os próprios sujeitos podiam controlar e compreender os ritmos e os meandros incutidos em cada etapa da formação/pesquisa. A prática participativa desde o ICMBio que tensiona com o projeto dos pescadores e caiçaras pode ser vislumbrada e exemplificada a partir do diálogo a seguir:

[Marcelo Bresolin] - Por favor, muita atenção agora: acho que o MOPEAR concorda também que é muito difícil mobilizar as comunidades. Quando a gente faz uma reunião nas comunidades é difícil, a gente tem que falar que é 'peixe-morto'<sup>97</sup> né Claudio? Pro pessoal vir que daí ninguém falta.

[Claudio Nunes] - ó pessoal, eu discordo um pouco com a palavra que o sêo Marcelo falou [...]. Eu quero saber de vocês pessoal, vocês tão aqui pelo peixe morto?

[Plateia] - NÃO (plateia em coro)

[Claudio Nunes] - Tá aí a resposta! [...] a preocupação desse pessoal sêo Marcelo, é sim o Plano de Manejo do Parque [...] (Diálogo registrado durante o dia 06/12/2013).

Mesmo que o gestor do PNS afirmasse haver uma grande dificuldade em fazer as comunidades participarem dos espaços de diálogo propostos pelo ICMBio, essa preocupação não avançava para um debate mais aprofundado ou para a adoção de medidas que visassem refletir e solucionar tal esvaziamento: a constatação não foi em nenhum momento problematizada, tampouco tornou-se objeto de alguma providência. Assim, o gestor do parque interpreta que a não participação pode ser enfrentada a partir da manipulação das informações necessárias à mobilização dos participantes: assim, os partícipes não têm uma plena consciência dos objetivos últimos existentes em um espaço controlado pelo órgão ambiental. Ao mesmo tempo, pode-se perceber que este não é um espaço formativo, mas, sim, no máximo, informativo, à medida que as pessoas não tomam consciência de suas próprias realidades, tampouco podem instrumentalizá-lo a seu favor.

Concretamente, o boicote dos pescadores artesanais aos espaços participativos do ICMBio não pode ser compreendido como um ato promovido pela falta de consciência política ou pela incompreensão da importância das temáticas acionadas pelo órgão – mais precisamente, este ato representa uma verdadeira ação social, uma vez que funciona com fins de invalidar os modelos participativos dos quais discordam. Daí a importância de refletir sobre a não-participação como um gesto político de r-existência, servindo, justamente, a favor daqueles que minam tal processo – logo, este ato pode funcionar como uma estratégia de sabotagem, tal qual explicita Anunziatta (2013). Em suma pode-se concluir que a não participação demonstra a falência dos modelos participativos impostos de cima para baixo pelo ICMBio.

Neste sentido, consideramos haver uma ruptura significativa entre o modelo de participação dos cursos organizados pelo ICMBio e seus parceiros, daqueles elaborados pelo MOPEAR, a ponto que os próprios comunitários passaram a reconhecer essa diferença, como se pode ver na fala a seguir:

Elísio: eu conheci o plano de manejo no ano de 2013, através do movimento dos pescadores, o MOPEAR. Foi eles que introduziram nas nossas comunidades, mostraram pra nós o que era o plano de manejo e falaram assim um pouco, de como

---

<sup>97</sup> Como já mencionamos, o “peixe morto” se refere aos processos de indenização resultantes do desastre ambiental provocado pela explosão do Navio Vicuña.

que era esse plano de manejo, mas o ICMBio não veio ninguém na nossa comunidade, não apresentaram pra nós nenhum plano, ninguém falou conosco aqui mostrando o que que era, pra que servia esse plano de manejo. Fomos saber realmente assim um pouco por causa do MOPEAR.

Leonardo- Antes eles afirmam que o Plano de Manejo do Parque Nacional de Superagui é o mais participativo de todos, alguma vez já foi convocado pra ir nessa reunião, que você conhece, ou você mesmo?

Elisio – olha, eu nunca fui convocado, nunca fui chamado pra participar de alguma reunião do ICMBio sobre o Plano de Manejo. Não há ninguém também que eu conheço, não consigo lembrar de uma pessoa na minha comunidade que foi pra essa reunião ou que falou dessa reunião. [...] Também sabemos que o Parque foi constituído aqui na nossa região há mais de 20 anos, né, e esse plano de manejo tem que ser feito, segundo até onde eu sei, que o Movimento dos Pescadores me informaram, tem que ser feito após cinco anos de Parque. O Parque já tá com 20 anos e agora eles tão fazendo isso sem consultar os pescadores verdadeiramente. [...] Não tem como existir um plano de manejo se o pescador não tá participando. E não é pra participar um pescador, é participar 2, 3, 4, 10, quantos puder participar, porque às vezes um pescador gosta de matar um tipo de peixe que o outro já não gosta. Ou seja, existem vários lugares de pescar e vários pescadores diferentes, que cada um tem uma maneira de pescar e pesca em lugares diferentes. São isso que tem que tar lá no Plano de Manejo, na minha opinião né (Elisio de Oliveira e Leonardo Mathias das Dore, pescadores artesanais da comunidade de Tibicanga. Entrevista concedida durante a autodemarcação do território tradicional, 2014).

Há nesta narrativa o relato de um pescador artesanal que não é uma liderança ou sequer participa ativamente do MOPEAR em diálogo com um pescador artesanal mais atuante no Movimento. Notamos que a peculiaridade do modelo de participação proposto pelos pescadores do MOPEAR consiste no fato de que o saber intelectual que mobilizam está em situação de maior proximidade do saber popular das comunidades tradicionais, justamente pelo fato de que são os próprios pescadores que se articularam no Movimento que tem buscado se organizar e promover processos formativos, qualificando seus discursos e ações. Não são todas as pessoas de todas as comunidades da região que fazem parte do MOPEAR: existem lideranças mais ativas e uma significativa parcela dos moradores de cada comunidade que apoiam as ações do grupo, participando, portanto, de maneira mais indireta e pontual.

A atuação das pessoas junto ao MOPEAR, assim, ocorre de forma dinâmica, de acordo com as temáticas das discussões trazidas pelo Movimento ou demandadas pelos demais membros das comunidades a alguma liderança do MOPEAR. A participação, ou o projeto do MOPEAR como um todo parte dos próprios sujeitos e diz respeito a um projeto de vida – o que o Movimento inova é, justamente, no sentido organizativo e político, visto que à medida que produz um discurso próprio de maneira participativa, também operacionaliza uma espécie de trabalho de base (PELOSO, 2012). Neste sentido, suas ações, como seus trabalhos de campo para levantamento de informações, incluem verdadeiras formações técnicas e políticas, funcionando não apenas para extrair informações, mas, também, para contribuir na formação de uma consciência crítica e na consolidação de uma identidade coletiva e territorial. Esse

trabalho de base, vale ressaltar, só se faz possível por ser realizado pelos próprios sujeitos das comunidades tradicionais, permitindo uma relação de confiança suficiente para se debater e traçar estratégias coletivas.

A ação dos(as) pescadores(as) e caiçaras aqui tratados como sujeitos coletivos representa na história do território tradicional estudado uma ruptura ante a hegemonia que os poderes heterônomos representavam junto às comunidades que lá vivem. O saber tradicional, outrora invisibilizado e ocultado, finalmente se transforma em um instrumento em prol da re-existência – e neste liame, os sujeitos passam a disputar o leme que conduz a história. A partir da invenção de espaços e do controle das pautas, os pescadores e caiçaras do MOPEAR passaram a guiar novas formas de produção do saber e a exigir, cada vez mais, o reconhecimento de seu território e de suas práticas tradicionais. Assim, a formação, ao fomentar os projetos políticos coletivos, funcionou para a produção de um saber técnico científico tão válido quanto aquele produzido por seus antagonistas – e os pescadores e caiçaras, de objetos, vão se transformando em intelectuais, orgânicos à própria tradicionalidade.

### 3.2.2 Algumas notas sobre o diálogo intercultural surgidas no espaço do Grupo de Trabalho

Construir uma relação de confiança com os órgãos do Estado, diante de um histórico conflituoso existente no território tradicional em questão, parecia ser um desafio quase intransponível para os pescadores e pescadoras artesanais. Tendo sido tratados como um objeto manipulável e tendo seus direitos respeitados apenas de maneira parca, esses sujeitos aprenderam a lidar com a situação de maneira cautelosa. Nesse processo, o MOPEAR teve um papel proeminente no que diz respeito a traçar novos caminhos a partir da criação de espaços que tinham a capacidade de fazer confluir atores influentes para tratar da resolução do conflito territorial a partir do ponto de vista dos sujeitos organizados.

Uma experiência marcante que pode ilustrar um destes espaços participativos que o MOPEAR tem constituído consiste no Grupo de Trabalho (GT) decorrente do fatídico encontro do dia 06 de dezembro de 2013. O próprio evento também poderia ser aqui considerado como um novo espaço criado, mas como já o descrevemos detalhadamente ao longo do primeiro capítulo da presente tese, não nos ateremos a ele.

A criação do GT partiu da iniciativa dos próprios membros do MOPEAR, quando perceberam a falta de um comprometimento por parte do ICMBio em dar continuidade ao debate sobre a questão da participação social no Plano de Manejo após o Encontro sobre Violação de Direitos Humanos Provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de



Comunidades Caiçaras e Pescadores(as) Artesanais do Paraná. O MOPEAR percebeu, no entanto, que diversas instituições e agentes estavam interessados em compreender a fundo as denúncias que o Movimento trazia durante o citado evento, e então propôs esse novo formato. A prerrogativa básica era construir um espaço de encontro e de diálogo que permitisse uma prática divergente daquela vivenciada nos espaços do ICMBio. Inicialmente a Defensoria Pública da União, Defensoria Pública Estadual, Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, pesquisadores, Deputados estaduais e Secretaria de Justiça aderiram ao GT proposto pelos pescadores e caiçaras.

Esse acontecimento é relevante para pensar sobre a participação social nesse contexto, já que consistiu em um dos mais significativos espaços de diálogo conduzido pelo MOPEAR fora de seu território. O procedimento habitual do Movimento costumava ser o trabalho de base, por isto a experiência do GT se tornou tão simbólica entre os pescadores: pela primeira vez havia um espaço de diálogo coordenado pelos próprios pescadores, para se fazer a negociação e construção de propostas junto a diversas instituições. Este espaço participativo não se tratava, portanto, de uma dádiva, mas fruto de uma mobilização social inovadora para esses sujeitos, que se viram, pela primeira vez, participando de reuniões em situação de igualdade com os demais participantes.

Pensando na lógica de funcionamento desse GT é importante destacar que eram os membros do MOPEAR que faziam o convite às demais instituições que compunham o grupo, como também escolhiam os lugares e pautas das reuniões. Os temas discutidos não se limitavam apenas ao conflito territorial por eles vivido, abarcando também outros assuntos como o direito à energia elétrica, à educação, dentre tantas outras questões que surgiram. Em suma, os pontos de pauta orbitavam em torno do debate sobre os “Direitos Humanos” do grupo.

Uma das primeiras tarefas que o GT se encarregou de cumprir foi a elaboração de uma proposta de resolução dos conflitos e de garantia dos direitos dos pescadores que vinham sendo violados. Naquele momento ainda não havia o conhecimento por parte do MOPEAR sobre os possíveis instrumentos jurídicos, técnicos ou científicos que poderiam auxiliá-los nessa empreitada – por esse motivo, a troca de informações geradas nesse espaço permitiu a criação coletiva de alternativas que agregavam nuances desses diferentes tipos de saberes ao saber tradicional dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras.

Nesse cenário, interpretamos que o grau de abertura à participação social inerente ao GT foi a parceria, uma vez que abarcou a interação entre os pescadores e diversas instituições desde uma lógica transparente para a implementação de uma intervenção específica (SOUZA, 2006). Por mais que o MOPEAR tivesse a coordenação desse espaço, o diálogo entre todas as

partes que integravam o GT se conformava como a prerrogativa básica para construir as soluções para as questões ali debatidas. Diversas situações foram encaminhadas nesse espaço, fazendo com que a participação extrapolasse o sentido meramente do diálogo e rumasse para a materialização de soluções deliberadas em comum acordo.

A participação funcionava, precisamente, pois ali se estabeleceram tentativas de encontrar saídas, de construir possibilidades, ao contrário dos espaços do ICMBio, onde a preocupação central em fazer aplicar, tão somente, os interesses da UC impedia que o diálogo fosse fecundo – ademais, a postura do órgão fazia exercer e manter seu poder frente às estruturas e espaços de tomada de decisão. A participação é, ou deveria ser, uma conquista não apenas para a comunidade, mas para todos os envolvidos, sejam eles intelectuais, técnicos, Estado, ou quaisquer outros agentes. Construir e conquistar participação vai muito além da boa intenção e do discurso declaratório: é essencial haver uma prática coerente (DEMO, 2009).

As sucessivas negativas do ICMBio em comparecer a esse espaço coordenado pelo MOPEAR demonstrou que, para o órgão, a única participação reconhecida como legítima era aquela em que pudesse deter o controle da pauta. Mesmo no contexto em que se dizia estar elaborando o Plano de Manejo mais participativo do Brasil, o ICMBio recuou justamente no momento em que as comunidades alvo de suas ações manifestam o seu real interesse em participar do diálogo.

A negação do ICMBio não se restringiu apenas ao comparecimento nas reuniões do GT, ocorrendo também no que tange ao acesso a documentos de subsídio ao PM que o órgão afirmava ter produzido. Ao negar tais informações às Defensorias Públicas da União e do Estado do Paraná, a conclusão chegada pelos diversos atores que compunham o GT foi a de que havia um problema sério no formato da participação social divulgada pelo ICMBio, afinal de contas, se nem as defensorias conseguiam visualizar os documentos, menor ainda era a chance dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras o fazê-lo. Diante do impasse dessa situação, as defensorias sugerem ao GT a judicialização do caso, visando garantir não apenas o acesso aos documentos, mas a participação adequada conforme a Convenção 169 da OIT assegura a esses sujeitos.

A decisão pela judicialização, portanto, não foi uma imposição aos(as) pescadores(as) e caiçaras, mas, sim, o resultado de um longo processo de debate e de tentativa, sem sucesso, de trazer o ICMBio para uma construção conjunta acerca da gestão participativa do PNS. Foi no espaço do GT que o MOPEAR pôde se apropriar do saber do Estado, com os técnicos e pesquisadores contribuindo em suas questões. Saberes que, até então, eram heterônomos, se transformaram desde as condições de possibilidade permitidas pelo espaço do GT, passando a

compor o leque de possibilidades de ação social do grupo. Trata-se do entendimento da participação, portanto, como conquista. Não significa dizer que o GT consistiu em um espaço autônomo, mas que as propostas nele construídas coletivamente, desde múltiplas perspectivas, conseguiram dialogar com a realidade dos sujeitos.

Aqui podemos refletir sobre a própria capacidade do governo em permitir a participação, já que diversas de suas iniciativas, e até mesmo a atuação desde os órgãos ambientais ou a própria universidade, tendem a disfarçar formas sutis de repressão. Para Demo (2009, p. 20), “[...] a ideologia mais barata do poder é encobrir-se com a capa da participação. [...] para realizar participação [autêntica], é preciso encarar o poder de frente, partir dele, então, abrir os espaços de participação”.

Neste sentido, com base na experiência do GT, concordamos com o autor de que existem, sim, meios de construir essa participação, algo que se torna mais viável à medida que a tendência controladora do Estado seja por ele percebida e contida – afinal de contas, a participação “[...] não é ausência, superação ou eliminação de poder, mas outra forma de poder” (DEMO, 2009, p. 20) e, conseqüentemente, uma nova forma de relação social, desta vez mais horizontal (BERKIN e KALTMEIER, 2012).

### 3.2.3 A base de um modelo participativo autônomo: as assembleias comunitárias no território tradicional

A manutenção de um movimento social depende de inúmeros fatores culturais, simbólicos, históricos, geográficos e materiais, sendo que as formas como os sujeitos se mobilizam para fazer o fortalecimento e a consolidação de uma organização condicionam diretamente a eficácia de seu repertório de ação social. Neste sentido, o MOPEAR precisou inovar no que diz respeito às práticas de envolvimento e participação das comunidades em projetos coletivos para o território tradicional em que vivem – em outras palavras, necessitou criar estratégias de aglutinação de demandas e comunidades em torno de uma proposta de reprodução socioespacial. Assim, as assembleias promovidas pelo MOPEAR sinalizam nuances do projeto de participação almejado pelas comunidades tradicionais em questão.

Esses espaços consistem em reuniões ampliadas entre pescadores artesanais e caiçaras articulados no MOPEAR, são momentos de trabalho político e cultural que permitem entrelaçar o trabalho do Movimento junto às comunidades, fortalecendo e estreitando os laços, para que o Movimento não se descole de sua base. Diferente do espaço do GT, que abarcava a relação

dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR com agentes externos, as assembleias se voltam ao trabalho mais interno, entre os próprios sujeitos.

Por muito tempo o padrão de relações nas comunidades estava submetido às suas representações, fossem eles os conselheiros das UCs, presidentes de associações de moradores, colônias ou outros, que respondiam pela comunidade sobre as questões trazidas por agentes externos. Os informes e desdobramentos de diversas discussões eram repassados por esses representantes àqueles indivíduos que os procuravam, ou, em algumas situações, esses repasses eram feitos nas reuniões das associações de moradores – ou, em outras palavras, as reuniões ocorriam de forma isolada, sendo que cada comunidade tratava suas pautas de maneira independente uma da outra.

A premissa das assembleias do MOPEAR é a de reunir diversas comunidades que se interessam por determinado assunto, visando realizar um trabalho conjunto de debate e repasse de informações, de discussão coletiva e de deliberação sobre os temas que interpelam esses sujeitos. São nesses momentos que as comunidades se agregam para pensar em soluções para seus problemas ou se posicionarem diante de alguma situação: é assim que a identidade coletiva vai se ampliando em termos socioespaciais e os debates políticos que ocorrem em diferentes escalas chegam até a base.

Importa lembrar que os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras que se articulam no MOPEAR não recebem nenhum retorno financeiro por suas atuações no Movimento. Neste sentido, seus integrantes dependem do próprio trabalho, na pesca ou em outras frentes, para conseguir custear suas despesas e lutar junto ao coletivo. Logo, as ações coletivas deste ator social difere muito de uma instituição do Estado, da iniciativa privada ou terceiro setor, que visa, em última instância, produzir valor de troca como resultado de suas atividades. Pode se compreender, então, que o modelo de participação proposto pelo MOPEAR desde a organização das assembleias depende da autonomia dos próprios pescadores em executá-las, fato que não é feito sem encontrar dificuldades. Entre elas caberia destacar a dificuldade em garantir o custeio da locomoção dos participantes até o local da assembleia, que envolve tanto obstáculos geográficos, pois os locais são variados e distantes, quanto econômica, visto que há o custeio do óleo e alimentação, e de infraestrutura, à medida que o grupo não possui embarcação própria ou espaços apropriados que comportem grandes reuniões.

Há aqui um importante aprendizado sobre a solidariedade que move a ação das pessoas envolvidas no MOPEAR, no sentido de que o modelo de participação da assembleia apresenta nuances que fortalecem o valor de uso do território, contrariando a prática do ICMBio que tem garantido a participação a partir do custeio dos gastos dos pescadores. Mesmo havendo essa

vantagem financeira, os espaços participativos do ICMBio não têm conseguido garantir a resolução dos conflitos territoriais da região, o que nos leva a refletir sobre uma espécie de falência dos modelos participativos vigentes e na necessidade de se pensar em novas possibilidades de enfrentar a questão da participação popular neste contexto conflituoso.

Uma das grandes potencialidades desse espaço de participação interno das comunidades é a de alterar o padrão de tomada de decisão, antes atribuído ao presidente da associação, conselheiro ou outro tipo de representante, forma que permitia a cooptação. Nesse modelo, as comunidades se reúnem para se informar, compartilhar dúvidas e angústias e formular suas estratégias de reprodução material e imaterial – a posição de liderança, portanto, não tem a ver com ir a frente, dizendo a verdade a qual os outros devem seguir, mais que isso, a assembleia permite que o poder de fala e decisão esteja espalhado entre os presentes, sem haver uma sobreposição hierárquica entre os atores envolvidos. A liderança, então, como um intelectual orgânico, enraizado no território tradicional, funciona mais como um elo do que como um representante, agindo de acordo com as decisões do grupo – logo, a própria liderança aparece como um sujeito coletivo.

Trata-se de uma maneira mais transparente de construir a participação com as comunidades desde uma organização “[...] que envolve os próprios interessados no conhecimento e na solução de seus desafios e aponta para uma nova ordem social [...]” (PELOSO, 2012, p. 10).

O formato de participação propiciado pela assembleias, vale ressaltar, não advém de um modelo teórico, ou de um roteiro metodológico prescrito em alguma normativa – trata-se de uma inovação social criada pelo MOPEAR a partir da experiência de vida de seus participantes, articulada com o conhecimento acumulado historicamente. Neste sentido, o MOPEAR, enquanto um intelectual coletivo produz uma proposta que advém não de modelos teóricos ou de quaisquer outras abstrações filosóficas – trata-se de uma proposição “prática”, que, de acordo com Foucault (2014) tem a ver com a ação, onde os sujeitos que produzem o conhecimento são os mesmos que o operacionalizam sem haver um mediador que os represente.

As assembleias funcionam como espaços participativos onde são debatidos assuntos internos à comunidade, ou seja, que não dependem de fatores ou atores exógenos à ela, dizendo respeito, por isso, a práticas de autogestão - como a organização de um evento local. Também servem para tratar de alguma questão externa que possa estar condicionada à agentes de fora, como a organização de um curso de formação: os fins, portanto, sempre foram e continuam sendo diversos.



Enquanto os processos de formação e o trabalho de base possibilitam a construção de uma identidade política e coletiva, as assembleias apontam para um processo de politização da participação e da representação dos pescadores em processos de tomada de decisão que afetam o seu território. Referem-se, a espaços em que há a produção de um saber popular que se enreda com um saber técnico de maneira estratégica, consolidando consensos e atualizando o saber tradicional.

Um bom exemplo de como funciona este *modus operandi* da participação proposta pelas assembleias ao estilo MOPEAR, se encontra na construção do acordo de gestão comunitária do cerco-fixo de pesca, cujo processo de elaboração já foi brevemente apresentado ao longo do segundo capítulo da presente tese. O Movimento articulou os “cerqueiros” a outros pescadores e caiçaras interessados no debate sobre essa prática tradicional e passou a organizar e coordenar encontros nas comunidades interessadas com o fim de estudar e problematizar a Portaria nº 12 do IBAMA, de 2003. Com o auxílio de apoiadores externos e com muita reflexão dos moradores, o MOPEAR chegou à conclusão que a prática tradicional do cerco-fixo não estava expressamente proibida em tal normativa, de maneira que esta não pode ser considerada como uma atividade ilegal – mas, de toda forma, há mais de dez anos os pescadores têm sido impedidos e até multados por tentarem exercer essa tradição.

A tradição é sempre uma invenção, como afirma Hobsbawn (1984) e, por isto, será sempre resultado das relações sociais historicamente vigentes. Tomando, novamente, o prumo que conduz a história de r-existência no território, o MOPEAR passa a criar estratégias para atualizar a tradição do cerco-fixo: se atualmente esta prática é vista como uma violação às leis ambientais, os pescadores colocam em xeque esta premissa e começam a construir um contra-discurso (FOUCAULT, 2014) e um contra-espaço (MOREIRA, 2007), enfrentando atores e saberes que se posicionavam como antagonistas aos cerqueiros.

Aqui cabe lembrar que, conforme defende Foucault (2014), um contra-discurso consiste em um discurso contra um poder, sendo geralmente proferido por aqueles considerados pelas lógicas hegemônicas como um excluído. Já um contra-espaço, de acordo com Moreira (2007), é caracterizado como:

[...] o modo espacial por meio do qual excluídos e dominados põe em questão a ordem espacial instituída como forma de organização da sociedade, rejeitando ou copiando o modo de vida que ela impõe aos que vivem embaixo e dentro dela. Pode ser um movimento de confronto, de resistência, de mimetismo ou de simples questionamento da ordem espacial existente (MOREIRA, 2007, p. 103).

Ambos contrapontos possuem dimensões do pensar e do fazer, ou seja, da palavra e da ação que influem diretamente na forma como está concebido o território, mas também como se formula a r-existência.

Ao final de mais de dois anos de construção e debate, o MOPEAR elaborou uma primeira versão do acordo do cerco-fixo (MOPEAR, 2016), que dispunha de regras de uso para o ordenamento da prática. Tratava-se de uma proposta inicial que serviria como ponto de partida para um debate mais ampliado nas comunidades: foi quando o modelo da assembleia mostrou sua eficácia.

A assembleia dedicada a esse tema reuniu lideranças e cerqueiros de diversas outras comunidades, inclusive de algumas que não estão articuladas no MOPEAR e funcionou para aprimorar e aprovar a proposta do acordo do cerco que viria a ser apresentada ao ICMBio para que fosse reconhecida como uma normativa legal. O fato de diversas comunidades comparecerem à assembleia demonstra o alcance positivo desse modelo de gestão participativa. Os momentos de discussão sempre foram conduzidos pelos próprios pescadores, nas próprias comunidades e sempre caracterizadas por um intenso debate entre os sujeitos visando chegar numa proposta benéfica para todos, o que sinaliza que há, sim, uma cultura dialógica e participativa entre esses sujeitos, ao contrário do que registram os diversos documentos do ICMBio analisados nesta tese.

O acordo do cerco-fixo representa uma proposta de co-gestão dos recursos naturais e práticas tradicionais a partir dos cerqueiros e do poder público. A intenção do documento é firmar um modelo de relação com o ICMBio mais horizontal, ou seja, não significa “retirar o poder” do órgão, mas, sim, democratizá-lo, de forma que este seja compartilhado com os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. A localização do cerco e dos recursos naturais necessários a sua confecção; os períodos de pesca, de armação e desarme da estrutura, entre outros conhecimentos tradicionais, eram incumbências diretas dos pescadores artesanais, organizados em torno do acordo do cerco-fixo. Por outro lado, as medidas fiscalizatórias e algumas questões administrativas ficariam a cargo do órgão ambiental. E, por fim, a partir do acordo, as assembleias se tornariam um modelo vigente de gestão territorial dentro das práticas do Estado, e estas, por sua vez, estariam condicionadas ao poder popular.

As assembleias dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras propostas pelo MOPEAR representam uma experiência concreta de participação autêntica com potencial à autogestão – ainda que haja ganhos notáveis de autonomia, o Movimento, não se pode esquecer, ainda está inserido em uma sociedade heterônoma e, por isto, o acordo do cerco-fixo, para a sua validação, ainda depende de anuências de atores externos, dentre os quais encontra-se o ICMBio.

De toda forma, o MOPEAR demonstra que a autonomia permanece firme como um horizonte a ser buscado e, neste processo de luta, estes sujeitos vão estremecendo o que até então parecia inerte, inserindo novos acontecimentos na história daquele território. Como um processo infindável, a participação continuou sendo debatida e operacionalizada pelos pescadores artesanais, forçando novas conjunturas àquela realidade.

### 3.2.4 A luta social como motor de novos processos participativos: observações sobre a organicidade do MOPEAR

Pelo menos desde o ano de 2014 o MOPEAR adotou uma nova forma de organização interna: a divisão do Movimento em setores a partir de temáticas que derivam de suas principais bandeiras de luta, como, por exemplo, setor de educação, setor de território, setor da luta pela energia elétrica e assim por diante. Os membros se dividem nesses setores mediante os assuntos que consideram que melhor podem contribuir ou que mais afetam suas vidas. Cada setor possui uma equipe de coordenação, relatoria, comunicação, dentre outras funções. Os assuntos debatidos ganham profundidade nas reuniões dos setores, para só então serem levados até a coordenação geral para que sejam dados encaminhamentos concretos para cada uma das estratégias traçadas.

Além dessa divisão há uma coordenação geral do Movimento, formada por lideranças de todos os setores, bem como por pescadores e pescadoras que não assumem papéis de coordenação, mas que desejam acompanhar as discussões. A coordenação geral é o espaço onde alguns assuntos são decididos coletivamente ou onde se elaboram mecanismos para levar as discussões às bases, todas as comunidades afetadas pelo assunto, para que, após um diálogo mais intenso com os comunitários, a coordenação possa realizar as assembleias ampliadas.

Esse passo da criação de setores representou um avanço significativo no que tange aos modelos de participação e à forma de interação entre projetos de vida pessoais e projetos de luta coletivos. Isto porque o modelo organizativo anterior era mais contingencial, fazendo com que todos os sujeitos tivessem que se agrupar em verdadeiros mutirões para debater e resolver múltiplas questões que eram sempre urgentes. A relação entre os projetos de vida pessoais e as lutas coletivas se dá pela disposição de cada pescador artesanal e caiçara se envolver no setor cuja bandeira de luta mais lhe toca.

Um bom exemplo disso foi a gradativa ruptura que a divisão em setores ajudou a gerar com questões culturais fortemente arraigadas nas comunidades, como a falta de participação das mulheres nos debates e na tomada de decisão no âmbito comunitário. Antes de haver essa divisão, o MOPEAR contava majoritariamente com lideranças masculinas, havendo uma maior

participação das mulheres nas funções mais operacionais do que deliberativas, como, por exemplo, atividades de cozinha e limpeza. O relato de um dos coordenadores do Movimento dá conta de explicar esse contexto de dificuldade de inserção das mulheres segundo uma visão desde as lideranças masculinas:

Hoje as pescadoras aqui da nossa região têm muita dificuldade de falar aqui na frente, fica nervoso, treme, mas a gente entende que elas não estão acostumado a isso aqui né porque sempre a mulher foi deixado de lado né, sempre a mulher veio atrás né, e a importância da mulher não é a mulher estar atrás, nem a frente, é a mulher estar junto, é a mulher ser companheira, tá na luta, no dia a dia né, [...] a gente se reunia e tinha dificuldade muitas vezes pra ter o café porque as mulheres assim não estavam dentro desse trabalho e dizia que não ia fazer, como o Claudio mesmo falou muitas mulheres brigavam com os maridos, estão indo lá, reunião atoa, [...] e a gente passou a fazer esse trabalho dentro da comunidade e hoje a gente já pode dizer que nós temos um grupo de mulheres que tão na luta, entendem da luta né e querem fazer parte da luta. Mas nós homens aqui do movimento MOPEAR ainda está muito atrasado nisso né, como eu posso falar, a gente tem que avançar mais né dar mais apoio pras mulher né, eu muitas vezes fui muito ignorante com minha esposa [...] de dizer assim pra ela: ó vamo pra reunião porque você tem que ir pra cozinha pra ajudar a cozinhar, então eu nunca disse pra ela vamo lá pra reunião lá, você vai sentar do meu lado você vai me acompanhar né (Adnã Chagas das Dores, pescador artesanal da comunidade de Tibicanga e coordenador do MOPEAR em fala durante o I Encontro das Pescadoras Artesanais das Ilhas de Guaraqueçaba, 2017).

O reconhecimento de uma questão associada à discussão de gênero, portanto, passou a ser problematizado dentro do Movimento, buscando compreender as motivações históricas que afastavam as mulheres desses espaços públicos. A autocrítica dos pescadores em perceber um limite próprio, neste caso, de posturas machistas que eram reproduzidas sem muita reflexão, foi essencial para que se conscientizassem desse problema e comesçassem a tentar reduzir ou acabar com essa postura. As próprias pescadoras artesanais e caiçaras refletiram durante o I Encontro das Pescadoras Artesanais das Ilhas de Guaraqueçaba, promovido pelo MOPEAR, em 2017, que tinham dificuldade para formular uma fala pública sobre sua vida, pois nunca ninguém lhes havia solicitado. Esse encontro foi o primeiro espaço pensado exclusivamente para esse fim, fazendo com que a própria reflexão sobre si e sobre a contribuição das mulheres na luta pelo futuro das comunidades fosse trazido à tona.

Com o advento do setor de educação, somado a um processo de formação do Movimento específico para as pescadoras artesanais<sup>98</sup>, algumas mulheres passaram a se interessar e se engajar nas discussões promovidas pelo MOPEAR. Esse processo fica claro na fala de uma pescadora artesanal e caiçara do MOPEAR:

Quem entrou primeiro foi o João, né, meu marido. Daí ele ia nas reuniões, mas eu nunca participei de nenhuma reunião, assim. Aí eu entrei no curso das mulheres. Foi a partir do curso das mulheres que eu comecei a ir em outras reuniões. No curso das

---

<sup>98</sup> Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná em Movimento (PEART).

mulheres a gente falava também sobre a vida da gente, a vida das comunidades. Aprendi artesanato, crochê, tricô, conserva, teve oficina de fazer bonecos, várias coisas. Ai as professoras falavam sobre as lutas e ai a gente foi entendendo melhor e ai comecei a acompanhar as reuniões do movimento. [...] Daqui das comunidades não tinha nenhuma [mulher] ainda. [...] Eram várias lutas, né? Eu achava que assim, no começo eu não entendia muito, a gente não conversava muito, eu e o João. Porque o João ia nas reuniões e era só o que ele passava na reunião mesmo da associação, que se encontrava a comunidade e era passado o que tinha sido falado na reunião (do MOPEAR). Mas eu nunca, assim, me interessei de sair junto com ele, mas depois que eu vi o que tava acontecendo, que eu comecei a entender, ai eu comecei a ir também. Daí depois disso a gente começou a entender mais a luta. Eu entrei no outro curso também pra aprender sobre as leis e foi assim. Eu sou do setor de educação do movimento. A gente se reúne uma vez por mês pra conversar sobre as demandas das comunidades. Cada comunidade tem 1 ou 2 representantes, 1 vez por mês a gente se reúne, cada um leva suas demandas e a gente vê ali pra onde que vai, se resolve em Guaraqueçaba, se resolve no Ministério Público, se resolve na Defensoria. Falando da minha comunidade, quando eu entrei no setor eu já entrei com a demanda de falta de professor (JUCIARA CUNHA PEREIRA, coordenação do MOPEAR da comunidade de Sibui, entrevista concedida em outubro de 2016).

Os setores, funcionando como um novo espaço participativo, tiveram grande influência na organização interna do Movimento, pois permitiram uma maior mobilização nas comunidades – e isto, por sua vez, gerou uma divisão de responsabilidades que permitiu descentralizar o papel das lideranças das comunidades, bem como colocou novos sujeitos (como as mulheres) em outro local de luta. Assim, o diálogo, o enfrentamento e as negociações com agentes externos, deixou de ser papel exclusivo dos presidentes das associações de moradores ou outras formas de lideranças historicamente consolidadas no território tradicional.

Essa formatação de setores permitiu maior transparência na forma como as pautas passaram a ser refletidas e encaminhadas dentro do Movimento, bem como em seus trabalhos de base. Se anteriormente havia pessoas em cada comunidade que precisavam se inteirar sobre todos os assuntos, com a divisão em setores houve um estímulo para que mais pessoas acompanhassem as discussões fomentadas pelo MOPEAR com mais proximidade.

Aos poucos, essa mudança do *modus operandi* organizativo, aparentemente simples, foi contribuindo com a alteração do padrão das relações sociais pertinentes à representação das comunidades. Vale ressaltar que esta forma organizativa do MOPEAR veio a fortalecer a ação dos presidentes de associações de algumas comunidades, bem como influenciou o surgimento de novas lideranças para apoiar e dividir responsabilidades. Além de novas lideranças, os setores auxiliaram na formação de intelectuais orgânicos, que vão se especializando nas temáticas de cada setor mas buscando não fragmentá-las, bem como qualificando suas ações.

Os setores do MOPEAR representam mais um espaço de participação fruto de uma experimentação do possível, uma inovação que vai se incorporando ao repertório de ação social do grupo. O tema que dá origem a cada setor, ao representar as principais bandeiras de luta dessas comunidades tradicionais, identificam não apenas o objeto, o mote da discussão, mas a



forma como esses sujeitos apreendem a sua realidade, como percebem esses assuntos e como definem ações para enfrentar ou transformar situações consideradas injustas. As bandeiras de luta do MOPEAR parecem coincidir com a concepção de temas geradores que, segundo Freire (1980), não podem ser compreendidos prescindindo dos grupos humanos:

[...] é necessário que os homens implicados os compreendam também. A procura temática converte-se assim numa luta comum por uma consciência da realidade e uma consciência de si, que fazem desta procura o ponto de partida do processo de educação e da ação cultural de tipo libertador. [...] o perigo encontra-se no risco de fazer desviar o eixo da procura dos temas significativos para os homens mesmos, considerando assim os homens como objetos da procura. Precisando: a procura temática implica na procura do pensamento dos homens, pensamento que se encontra somente no meio dos homens que questionam reunidos esta realidade. Não posso pensar no lugar dos outros ou sem os outros, e os demais também não podem pensar em substituição aos homens. Os homens enquanto “seres-em-situação” encontram-se submersos em condições espaço-temporais que influem neles e nas quais eles igualmente influem. Refletirão sobre seu caráter de seres situados na medida em que sejam desafiados a atuar. Os homens são porque estão situados (FREIRE, 1980, p. 33).

Isso nos impele a refletir acerca da divergência temática inerente aos espaços participativos do MOPEAR daquelas promovidas pelo ICMBio, cuja participação estava direcionada por temas circunscritos à manutenção da UC, não precisamente partindo do entendimento desses sujeitos sobre a sua realidade. O fato do PNS se sobrepor ao território tradicional dessas comunidades não transforma automaticamente suas pautas em pautas desses sujeitos - pelo contrário, os temas das comunidades têm passado pela r-existência a elas. Aqui caberia pensar qual é o papel do PNS dentro de um contexto de gestão territorial onde já não se pode ignorar o forte apelo social da produção desse espaço e das identidades territoriais ali existentes. O longo debate acerca do real papel de uma UC e a alegação de que essas áreas não deveriam se prestar a pensar o território desde sua função social resulta em uma interpretação ambiental que parte exclusivamente de fatores físicos e biológicos e que não tem conseguido efetivar o tipo de proteção que se idealizou, tampouco manter essas áreas frente aos diversos conflitos territoriais existentes.

Como os setores representam um espaço participativo de organização interna das comunidades, com uma relação menor com agentes externos, as ações mobilizadas através destas instâncias podem ser consideradas como fecundas experiências de autogestão. Evidentemente, esta autogestão torna-se limitada quando a referência passa a ser as interações do Movimento com agentes exógenos, uma vez que a sociedade heterônoma sobrepõe à organização setorial instituições e atores do poder governamental – mas, de toda forma, é a partir desse novo *modus operandi*, que o MOPEAR vai construindo na prática o sonho pela autonomia dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras.

Seguindo a reflexão proposta por Souza (2006), cabe destacar que o desenvolvimento de uma proposta autogestionária no seio de uma sociedade heterônoma torna-se impossível, de modo que os graus de participação mais altos possíveis de serem alcançados na atual conjuntura histórica corresponderiam à co-gestão e à delegação de poder, tal qual apresenta-se na proposta de gestão dos comuns do Movimento. Neste sentido, o reconhecimento da assembleia como um espaço de participação e produção de conhecimento válidos ao planejamento e gestão do território tradicional incorporaria nuances em que o protagonista da ação variaria, ora entre a comunidade (delegação de poder, como no caso da organização das assembleias), ora em conjunto com o Estado (co-gestão, à exemplo da fiscalização do território).

### 3.3 Nada sobre nós, sem nós: ressignificando os espaços de participação social desde a ação coletiva

[...] não é realista apresentar a falta de espaço de participação como problema em si. [...] Dizer que não participamos porque nos impedem, não seria propriamente o problema, mas precisamente o ponto de partida. Caso contrário, montaríamos a miragem assistencialista, segundo a qual somente participamos se nos concederem a possibilidade. [...] espaço de participação precisa ser conquistado [...], certamente não nos interessa a liberdade que nos querem doar, conceder ou impor, mas a que nós mesmos construímos; caso contrário, não seria liberdade (DEMO, 2009, p. 19).

A questão da participação social no contexto aqui estudado não se resumiu apenas aos momentos em que ela foi negada, tutelada por uma lógica heterônoma, nem somente aos espaços de participação criados pelos próprios sujeitos, que demonstraram importantes inovações sociais produzidas desde a organização social desse coletivo chamado MOPEAR – também existiram espaços que precisaram ser ressignificados : não se tratavam de criações do Movimento, mas de espaços/modelos que foram estrategicamente apropriados por esses sujeitos coletivos para que, então, pudessem subvertê-los ao seu favor. Ainda que possam se caracterizar como iniciativas exógenas, ao conseguir revesti-las de traços culturais (DEMO, 2009) próprios às comunidades tradicionais da região, elas puderam ser reapropriadas, para usá-las a favor do projeto de vida do grupo. Nesse sentido, entendemos que não importa exatamente a origem da iniciativa, se vem de um contexto interno ou externo às comunidades, contanto que o coletivo possa manejá-la a favor desse projeto de participação autêntica.

A intenção deste subitem é acompanhar o processo histórico de tomada desses espaços pelo MOPEAR, visando demonstrar como as mobilizações dos pescadores têm rompido com o modo histórico de funcionamento dos espaços de participação, outrora dominados por lógicas heterônomas que carregam em si formas determinadas de produção do espaço.

### 3.3.1 A busca para imprimir novos sentidos aos espaços participativos do ICMBio

Ao longo do item 3.1.1 pudemos explicitar a forma como vinha sendo permitida a participação dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras em alguns espaços do ICMBio. Neste contexto, pudemos delinear de maneira mais precisa a maneira pela qual esses espaços historicamente funcionaram, com fins de servir aos interesses de manutenção do PNS. Destarte, o domínio numérico de presença de pessoas externas à comunidade (pesquisadores, técnicos, membros de ONGs), o controle da pauta por parte de atores ambientalistas, o acolhimento superficial de temáticas trazidas pelas comunidades tradicionais e a falta de encaminhamentos de questões consideradas como polêmicas (como o próprio conflito territorial existente), apresentam-se como estratégias fundamentais para que o órgão ambiental tenha o controle desse espaço – e, conseqüentemente, do próprio território tradicional.

Dentro do espaço dos conselhos gestores das UCs da região, existem instrumentos que visam auxiliar na gestão e no processo de tomada de decisões – um exemplo são as câmaras técnicas, que, de acordo com Pinho (2006), servem para estudar com maior profundidade os assuntos urgentes à gestão das UCs, permitindo a elaboração de propostas que visem solucionar quaisquer questões a elas relacionadas. As câmaras técnicas permitem qualificar certas discussões, bem como tornar mais ágil o trabalho em torno do estudo, análise e proposta de qualquer ação que incida sobre a UC. É importante lembrar que não se trata de um espaço autônomo, como uma espécie de autarquia que funcionasse à parte do conselho que o criou – todos os assuntos debatidos e decididos em uma CT são imediatamente submetidos à aprovação do conselho, que aparece como instância superior.

Diante da importância do espaço da câmara técnica no rol de instrumentos participativos do ICMBio, em diferentes momentos, comunidades tradicionais, conselheiros e agentes do ICMBio tentaram ou propuseram criá-las, com diferentes fins – algumas destas chegaram a ser materializadas, como a CT de Pesca, criada em 2004, mas outras ficaram apenas na retórica, como é o caso da proposta da câmara técnica sobre a questão dos povos e comunidades tradicionais.

As demandas pelo reconhecimento dos grupos sociais atingidos pelas UCs como comunidades tradicionais e a efetivação de seus direitos territoriais, já haviam sido levantadas

no contexto do conselho do PNS, por um morador de Vila das Peças autoidentificado caíçara no dia 10 de dezembro de 2007 (Ata CONPARNA e CONAPA, 10/12/2007, p. 01). O assunto vinha sendo trazido à tona constantemente e não apenas por moradores, como na ocasião da reunião do conselho do Parque e da APA do dia 03 de abril de 2009 (Ata CONPARNA e CONAPA, 03/04/2009, p. 03), quando o Procurador da República em Paranaguá, Dr. Alessandro José Fernandez de Oliveira, manifestou extrema preocupação com a situação dos povos tradicionais presentes na região, bem como apontou que havia, já na época, urgência em conciliar o direito ambiental ao direito dessas comunidades. Para isto o procurador recomendou o reconhecimento oficial desses grupos por meio de laudos antropológicos, para que, posteriormente, se fizesse a demarcação de seus territórios tradicionais. Nesta mesma reunião, um grupo sugeriu, para dar um tratamento mais apropriado à questão, que fosse criada uma Câmara Técnica para subsidiar os debates e decisões dos gestores das UCs, sugestão esta que não fora acatada.

A preocupação por parte de agentes do Estado se repetiu em 2011 (Ata CONPARNA, 16/06/2011, p. 04), quando um representante do Ministério Público Estadual (MPE) alertou sobre a necessidade de efetivar direitos básicos das comunidades tradicionais a partir de práticas de manejo sustentável, já que a proteção ambiental estava impedindo a manutenção e reprodução socioespacial dos grupos tradicionais ali existentes. Ficava evidente, novamente, a necessidade de criar espaços específicos para o debate e encaminhamento dessas questões no âmbito da gestão das UCs.

Deve-se ter em mente que a incumbência de criação de uma câmara técnica recai, invariavelmente, sobre os gestores das UCs – e, neste caso concreto, mesmo após as recomendações do MPF e MPE, os gestores do PNS decidiram que não havia a necessidade de criação de uma câmara técnica específica das comunidades tradicionais. A decisão veio após dois anos e três meses da demanda pela criação de uma câmara técnica, com a justificativa de que o tema poderia ser incorporado nas demais câmaras técnicas já existentes. A negativa do ICMBio, nesse momento, não restringiu apenas os anseios das comunidades tradicionais, como também de outros atores que compunham o conselho, como os representantes do MP – em outras palavras, parece que a voz destes participantes não teve poder de ação, servindo apenas como uma “consulta”: no modelo de gestão participativa proposta pelo órgão, este último apresenta-se como um ator hierárquico superior, onde o poder de decisão nele se concentra.

A criação de uma câmara técnica sobre as comunidades tradicionais só voltou a se tornar pauta do CONPARNA, no dia 06 de junho de 2017, mas, desta vez, sob nova roupagem. A diferença é que, nesse momento, a criação desse espaço aparece como uma proposta

articulada a um projeto político coletivo – em outras palavras, o MOPEAR passa a mobilizar esta discussão de maneira estratégica, articulando-a dentro de seu repertório de ação. Para tanto, passou a fazer uma leitura crítica acerca deste espaço e a formular uma proposta de como ressignificá-lo, fazendo-o funcionar de maneira distinta aos espaços participativos controlados pelo ICMBio que, de maneira geral, eram inoperantes aos pescadores e pescadoras artesanais.

A princípio, a idealização e experimentação desse espaço assumia características de um grupo de trabalho, até que se produzisse um debate mais consistente para poder alterar o formato para uma câmara técnica que, segundo os gestores das UCs, tratava-se de algo mais permanente e transversal às 3 UCs da região. O objetivo das discussões realizadas neste espaço mais provisório do grupo de trabalho era justamente formular o funcionamento da câmara técnica que se desejava criar – o MOPEAR consegue aprovar a criação deste GT provisório formalmente a partir de uma reunião do CONPARNA, no dia 06 de junho de 2017.

Na ocasião da primeira reunião do grupo de trabalho, no dia 23 de agosto de 2017, a pauta fora direcionada, então, à formulação de uma proposta de composição e funcionamento da Câmara técnica. Mas, contrariando o encaminhamento formal dado no âmbito do CONPARNA, o chefe da ESEC de Guaraqueçaba alegou que:

O ICMBio não entende este GT como sendo do órgão. Ele foi formado durante a reunião do Conselho, mas não se vincula com ele. Há uma confusão entre câmara técnica e conselho – as câmaras são transversais aos conselhos, que discutem assuntos específicos que ocorrem no território (hoje existe a de conservação, pesca, atividades rurais e infraestrutura). São câmaras comuns às UCs. O GT foi criado porque são assuntos que não estão ligados diretamente às câmaras existentes – talvez a da pesca. Não significa que este GT vai se transformar em uma câmara – porque elas são permanentes (GT PCTs, 2017a. p.1).

A reunião seguinte, no entanto, apontou para outra interpretação, dada por outro representante do ICMBio, que representou a equipe gestora do PNS durante a 2ª reunião do GT sobre comunidades tradicionais, em 14 de setembro 2017. Neste momento, o órgão demonstrou apoiar a iniciativa, à medida que o mesmo reconheceu a legitimidade do GT e, independente do formato escolhido, sugeriu que o espaço fosse coordenado pela sociedade, pescadores e caiçaras, mas que mantivesse um vínculo formal com o CONPARNA. Em seguida, os demais participantes da reunião destacaram a importância de que o espaço fosse reconhecido e legitimado pelas três UCs da região.

Em suma, a discussão apresentava, nas entrelinhas, um debate sobre as relações de poder historicamente constituídas dentro dos espaços participativos do ICMBio, bem como apontava para uma falência do modelo posto – a heteronomia sobre as comunidades e as práticas não-participativas, como a coerção e a manipulação, ou pseudo-participativas, como a

informação e a consulta, eram postas, enfim, como um limite que deveria ser superado. A criação de uma CT apresentava-se não como um fim, mas um meio de se fazer a luta pela efetivação dos direitos previstos na OIT 169.

O debate acerca da formalização desse espaço participativo junto ao ICMBio teve encaminhamento durante a reunião conjunta entre os conselhos consultivos da APA e ESEC de Guaraqueçaba com a participação da chefe e de outra servidora do ICMBio representando o PNS, no dia 30/11/2017. Nessa ocasião, após um longo e acalorado debate acerca da necessidade de criação da câmara técnica de povos e comunidades tradicionais, os servidores do ICMBio manifestaram opiniões distintas. O então chefe da ESEC explicitou discordância na criação e na necessidade desse espaço de diálogo, outra servidora argumentou sobre questões procedimentais dentro do âmbito do ICMBio que não estariam sendo seguidas e que, portanto, dificultariam a criação do espaço. Houve também aqueles servidores do ICMBio que se colocaram favoráveis à oficialização desse espaço como tentativa de um diálogo mais próximo junto às comunidades tradicionais. A divisão de opiniões dentro do próprio órgão ficou evidente naquele momento, demonstrando que a decisão para criar estes espaços de participação partiam muito mais de um posicionamento político, marcado pelas concepções e vontades dos próprios gestores do que, de fato, de uma dificuldade burocrática, metodológica ou legal.

Alguns servidores do ICMBio colocaram sua preocupação com os caminhos permitidos em seus regimentos internos, alegando que não havia quórum para aprovar tal criação. Os participantes da reunião como pesquisadores, estudantes, funcionários da prefeitura e pescadores passaram a questionar tais dificuldades – ora, se não havia quórum para aprovar a criação da câmara técnica, tampouco haveria para dar continuidade a todos os outros temas que haviam sido discutidos e aprovados ao longo da reunião. Uma das pesquisadora se manifestou lembrando que estava presente no momento da criação das outras câmaras existentes nos conselhos e que para nenhuma delas fora colocado tantos obstáculos. Após uma rápida consulta aos regimentos foi constatado que para a criação da câmara sequer era necessária uma votação, ainda assim todos os conselheiros presentes se manifestaram favoravelmente à oficialização deste espaço da câmara, buscando convencer o gestor que coordenava a reunião e que se posicionava em discordância. Nesse contexto, foi então criada a câmara técnica de povos e comunidades tradicionais comum às 3 UCs da região geridas pelo ICMBio.

Com isto, ainda que o futuro desse espaço ainda seja incerto, ao pressionar o ICMBio para sua construção, o MOPEAR demonstra uma possibilidade para pensar em processos em que a própria criação de espaços de diálogo e gestão territorial partam de formatos mais participativos onde os sujeitos possam se apropriar autenticamente – se as câmaras técnicas



aparecem como uma possibilidade de inovação à gestão territorial na região, isto se dá justamente graças às comunidades tradicionais que vêm tentando ressignificar estes espaços e as formas de criação deles, a partir de seus projetos de vida.

Diante da escala de graus de abertura à participação social de Souza (2006), pode-se dizer que se antes os espaços do ICMBio, como os conselhos e câmaras, permitiam, mais recorrentemente, a informação, já que se conformava em um canal para noticiar ações do órgão, também propiciava a manipulação, visto que mesmo diante a demandas concretas dos participantes, a decisão cabia exclusivamente ao gestor, criando expectativas que não eram cumpridas. Logo, as câmaras técnicas já existentes no contexto de gestão do ICMBio, embora se propusessem a debater os assuntos trazidos à tona, não estavam sendo suficientes para dar respostas aos anseios das comunidades da região: a existência de outras quatro câmaras, por exemplo, não resultou na resolução efetiva dos problemas manifestados pelos moradores. Evidentemente não se trata de um processo rápido e objetivo, não podendo negar os possíveis avanços de cada um desses espaços, contudo, esse contexto nos auxilia a pensar os seus propósitos, sua real funcionalidade e efetividade quando se afastam ou não permitem que as comunidades tradicionais da região se apropriem deles como instrumento de uma gestão territorial participativa.

Ainda assim, o MOPEAR tem apostado na tentativa de ressignificar esses espaços – tal tarefa vai se tornando mais palpável à medida que o Movimento consegue forçar os conselhos ou câmaras já existentes a reconhecer e pensar nos assuntos das comunidades, subvertendo, assim, a lógica dominante de que as pautas possíveis são aquelas interpretadas pelos técnicos e intelectuais como concernentes aos objetivos de conservação das UCs. A participação vai, aos poucos, deixando de acontecer unicamente conforme os agentes externos idealizam e permitem, passando a funcionar, ainda que timidamente, de acordo com o que os pescadores do MOPEAR entendem como algo mais adequado. O controle dos espaços e dos impactos oriundos de ações heterônomas, assim, reflete o exercício de ressignificação promovido pelo Movimento e representa mais um passo na sua luta por autonomia, assim como vai dando corpo a uma legitimidade do MOPEAR entre os demais pescadores de outras regiões que não fazem parte do Movimento. Não significa dizer que os pescadores que hoje se encontram organizados neste Movimento representarão os demais mas que, ao reconhecer a luta e os avanços dessa organização social, desde e entre os(as) próprios(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras, novas comunidades vão buscando se mobilizar e organizar.

### 3.3.2 Saber e r-existência: outras formas de participação social nas pesquisas

É possível constatar empiricamente em Guaraqueçaba uma maior resistência à pesquisa científica, no sentido de que as comunidades têm se tornado mais cautelosas, chegando, inclusive, a fechar suas portas a alguns pesquisadores. Não se trata de uma aversão à produção científica em geral, mas de um cuidado visto como necessário quando essas intervenções ocorrem em territórios tradicionais ou à medida que intentam envolver os sujeitos como informantes ou objetos de investigação. Berkin e Kaltmeier (2012.) definem esse processo como uma crise da investigação do outro, algo que tem colocado em pauta questões epistemológicas e metodológicas nesses processos de pesquisa. Para os autores:

[...] ya no se trata de hablar sobre el otro, ni de una manera advocatoria para el otro. En su lugar, la ética investigativa parte del ideal de llegar a un diálogo con el otro. De esta manera, el intercambio horizontal y recíproco es el punto de partida para producir conocimientos, cuyas condiciones deben ser negociadas permanentemente con los otros en el campo (Berkin e Kaltmeier (2012, p. 4).

É justamente essa negociação que permite uma troca horizontal e recíproca entre pesquisadores e sujeitos que nos referimos quando discorremos sobre a ressignificação da participação social em processos de pesquisa científica.

De maneira geral a preocupação dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR se refere ao que perceberam como a ausência de um cuidado na construção da relação social de pesquisa. A questão já iniciava na própria escolha do tema de estudo e seu problema, que, habitualmente, não partia de algo dialogado com os sujeitos para que pudessem ser identificados seus e anseios e preocupações – esse gesto, para os pescadores, contribuiria para que os pesquisadores pudessem dedicar suas produções a algo relevante para os próprios sujeitos alvo das pesquisas, auxiliando na resolução de questões locais e trazendo à tona a própria função social da pesquisa.

Não significa dizer que o pesquisador não possa ter a liberdade de conduzir seus estudos da forma como o próprio deseja, mas que, em um contexto onde a pesquisa irá tratar sobre a vida e o território desses sujeitos coletivos de direitos é preciso problematizar a questão do consentimento em um sentido mais amplo, naquilo que se constitui como direito do grupo – o da participação social e consulta prévia livre e esclarecida acerca das ações desenvolvidas em seu território, tal qual garante o tratado internacional de direitos humanos da Convenção 169 da OIT. Trata-se, decerto forma, de regular as relações de poder que se estabelecem também no campo da produção científica sobre os sujeitos. Muito além de uma questão de opção

epistemológica e metodológica, mais do que bom senso e ética no fazer científico, trata-se de uma questão legal e pela qual esses grupos tem investido a energia de suas lutas. A narrativa que segue nos auxilia a compreender como se forma esse contexto de desconfiança na atuação de pesquisadores nas comunidades e a relação disso com as restrições ambientais impostas em seu território:

E aí apareceu alguns pesquisadores, meio como quem não quer nada, querendo fazer trabalho com a comunidade, e o pescador você sabe como que é, né: sempre humilde, nunca pensa mal [...], mas hoje já estamos bem mais esperto, né. Mas eu digo que a minha casa era bem humilde, éramos bem ingênuos nessa parte, né, que acreditávamos que era só um trabalho. E deixaram filmar e assim que veio as leis ambientais, os órgãos ambientais vieram e falaram que não podia mais trabalhar. Ai os pescadores meu deus ficaram apavorados né, como vamos trabalhar? Como vamos viver agora? [...] então eles vinham, tiravam foto e filmavam tudo, desde a chegada do pescador até terminar todo o trabalho da pesca da manjuva [...] Ai vieram e proibiram a roça, mas a manjuva ainda continuou. Até que chegou um dia que foram pescar, e aí vieram e a polícia levou toda as redes da comunidade. [...] alguns foram multados, multas altas, alguns correram e ficaram escondidos, e aí o que aconteceu? Nessa época gente, eu tinha 12 ou 13 anos, por aí, e eu lembro, foram embora da nossa comunidades 30 famílias, a maioria por causa da multa: ‘vamos embora daqui fazer o quê mais? Não dá pra pescar’. E aí o pescador ficou assim, não correu mais atrás. Ficou tão aniquilado, tão oprimido que não teve mais coragem de correr atrás (Andréia Chagas das Dores Miranda, pescadora artesanal da comunidade de Tibicanga. Fala durante o I Encontro das pescadoras artesanais das ilhas de Guaraqueçaba, 2017).

É possível notar por este relato que os pescadores possuem um entendimento da relação entre a produção científica e os desdobramentos delas em seus territórios. Isso tem sido constatado mais fortemente no contexto ambiental, já que diversas pesquisas passaram a embasar instrumentos de gestão e fiscalização das UCs. A pesquisa, portanto, não é vista descolada de seus possíveis efeitos.

A forte presença de pesquisadores nas reuniões dos conselhos da APA, ESEC e PNS contribuem para essa visão dos pescadores, uma vez que a maior parte das pesquisas ali apresentadas e desenvolvidas parte de uma perspectiva preservacionista. Há pesquisadores que participam pontualmente de algumas reuniões, visto que se trata de um espaço aberto ao público interessado, mas também existem aqueles que atuam de forma mais fixa por serem conselheiros. Atualmente existem cadeiras nos conselhos, ou seja, participações com poder de voto, para o Instituto Federal do Paraná e a Universidade Federal do Paraná que possui uma representação mais ativa desde professores do Centro de Estudos do Mar (CEM).

A valorização de temas ligados à biodiversidade, bem como o foco na elaboração de diagnósticos ou estratégias para potencializar mecanismos de proteção ambiental sem uma visão dos pescadores artesanais, caiçaras, indígenas e quilombolas da região como agentes primeiros dessa ação ambiental, tem acentuado a interpretação de que os conhecimentos tradicionais, suas formas de uso e gestão do território não têm sido valorizados e reconhecidos

por grande parte da produção científica local, algo já problematizado na produção de Kasseboehmer e Silva (2009). A participação dos sujeitos em diversas pesquisas, muitas vezes, tem servido para informar locais em que se encontram determinadas espécies de fauna e flora; para explicar suas formas de manejo, sem o esclarecimento de como essas informações serão usadas; para permitir o deslocamento marítimo e o acesso dos pesquisadores a locais chave para determinado assunto; dentre tantas outras situações narradas pelos pescadores e caiçaras do MOPEAR. É bastante comum, também, ouvir relatos da surpresa das comunidades quando pesquisadores adentram ao território tradicional sem qualquer contato com os comunitários, tiram fotografias sem autorização ou transformam conversas informais em dados oficiais de pesquisa, faltando com o que os pescadores do MOPEAR consideram como boa fé.

A concepção ainda muito recente de que a pesquisa científica interfere diretamente em suas vidas e nas decisões que são tomadas externamente sobre seus territórios tradicionais gerou uma movimentação dos sujeitos que são usualmente “interpretados”, “analisados” e que servem como “informantes qualificados”, a produzir um debate interno ao MOPEAR sobre a atuação dos pesquisadores. Aqui se instaura uma reflexão em torno da própria autonomia e autodeterminação do grupo, já que se coloca em pauta o respeito à forma que compreendem e agem no mundo, suas especificidades culturais e sociais, formas organizativas, a gestão de seus comuns e de seu território tradicionalmente ocupado e, também, sua participação indispensável na elaboração dos esquemas interpretativos a eles relacionados (sujeitos e território).

Uma das pescadoras artesanais do Movimento relembra algumas situações, dentre elas a entrada de pesquisadores no território tradicional sem autorização da comunidade para instalação de placas – e de câmeras, segundo comentários dos moradores – onde, posteriormente, os comunitários vieram a entender que se tratava de uma pesquisa científica:

Eu lembro que eles tavam marcando os mangue que a gente pescava. Onde eles sabiam que a gente ia pegar o caranguejo eles tavam colocando as placas. Nenhum deles veio conversar, só passaram e colocaram placa lá, na verdade eles fizeram meio escondido porque daí a voadera passou com umas 5 ou 6 pessoas, deixou lá algumas pessoas e voltou. E as pessoas ficaram colocando as placas no lugar. Tem um costume de pesquisador vir pra cá [...] antes as pessoas deixavam, né? Porque não sabiam, não tinham conhecimento. O que eles [pesquisadores] falavam, [as pessoas] acreditavam. Sempre vinham. Tinha alguns que vinha, fazia a pesquisa e a gente nem sabia o que tava fazendo. Aqui eu lembro um, só que já tava no começo do Movimento. Ai eles pediram pra entrar na reunião pra falar sobre o trabalho deles. Ai eles entraram, falaram do trabalho, só que a gente não aceitou, porque vimos que não ia ser coisa muito boa (JUCIARA CUNHA PEREIRA, coordenação do MOPEAR da comunidade de Sibui, entrevista concedida em outubro de 2016).

Como podemos notar no relato, a partir da atuação do MOPEAR esse quadro vem passando por um significativo momento de ruptura. Para além de entender as motivações de

cada pesquisador, esses sujeitos passaram a incluir em suas pautas políticas uma análise do perfil de pesquisa de cada instituição, os meandros metodológicos, as formas de construir e os fins a que tais pesquisas servem quando são concluídas – o que se tornou mais relevante, entretanto, foi a forma como participariam desse processo, não se limitando ao papel de meros informantes e avançando para questões que, ao seu ver, eram mais relevantes, como a autorização, o acompanhamento da pesquisa, o acesso às considerações produzidas por aquele pesquisador e os encaminhamentos práticos possibilitados. Mais que controlar a pesquisa, os pescadores desejavam que as reflexões produzidas pudessem contribuir com seu processo formativo, enquanto sujeito coletivo que precisa se apropriar das informações sobre ele produzidas e refletir sobre sua implicação.

A aplicação de uma consulta e de uma participação adequada, que os próprios sujeitos concordem e não se sintam lesados, pode parecer mais plausível nos casos em que é planejada uma intervenção de cunho administrativo ou legislativo, conforme a própria OIT 169 aponta, no entanto, chamamos a atenção para a relevância de estendê-las ao contexto das produções científicas.

A preocupação com essa questão e a tentativa de ressignificá-la implica, por parte dos próprios sujeitos, em ter maior controle sobre os conhecimentos que estão sendo produzidos sobre eles, ou a partir de seus saberes (e que poderiam colocar em xeque suas práticas tradicionais e, até mesmo, sua existência), tendo maior domínio e consciência, também, sobre os meandros e efeitos dessas produções.

Para alcançar essa ressignificação que propicie maior controle dos pescadores e caiçaras é mister estabelecer um diálogo direto entre pesquisadores e sujeitos. Não se tem a ilusão que o mero estabelecimento do diálogo garantirá esse controle por parte dos pescadores, já que se trata de uma questão complexa que passa por outras instâncias, como as próprias instituições de pesquisa acadêmica, com suas metas e prazos a cumprir. Esse passo primeiro, no entanto, permitirá o início de uma construção mais justa aos sujeitos outrora tratados como objetos. Anteriormente, a única atitude possível aos pescadores e caiçaras era a não participação como estratégia, boicotando as produções que desconfiavam ou discordavam, e, sofrendo os seus impactos no silêncio, com a dor engolida, já que sequer havia a possibilidade de reclamar ou tomar alguma atitude. Nesse momento histórico, é justamente o oposto que se deseja construir: um envolvimento desde uma participação e consulta adequadas, de boa fé, livres, prévias e informadas.

Neste sentido, se torna essencial pensar nesses processos de pesquisa e na forma como se tem estabelecido o diálogo: este tem servido apenas para o fornecimento de informações ou

alcança a construção de situações horizontais que contribuam para a democratização dos processos participativos e na gestão territorial da região? Para Berkin e Kaltmeier (2012) a criação dessas situações horizontais devem ser o ponto de partida:

La voz del otro está determinada por quien la escucha en un diálogo en el que los sujetos toman turnos como hablante y oyente. Al introducir como punto de partida la naturaleza social de los sujetos (uno se construye frente al otro), se pone en cuestión la posibilidad de conocerlo sin su propia participación. En esta perspectiva, lo que se conoce es sólo lo que el otro desea que así sea durante el diálogo. Por ello la importancia de construir situaciones horizontales durante la investigación en las que ambas voces se expongan en un contexto discursivo equitativo. Sólo en esa confrontación —cuando otro se abre a percibir, a escudriñar mi vida, a conocer lo que me constituye y que yo no alcanzo a ver, a la vez que yo me apropio de su logos y busco conocer quién es— se alcanza una empatía que deriva del diálogo y produce conocimiento mutuo (BERKIN e KALTMEIER, 2012, p. 7).

Refletimos aqui, também, sobre o cuidado em torno da aplicação de um diálogo de saberes, uma vez que os autores alertam sobre a sua utilização estratégica em grande parte de conflitos socioambientais, onde equipes especializadas de especialistas, ONGs, antropólogos e outros agentes buscam entender ao outro com o fim de identificar pontos fracos e, assim, romper com processos de r-existência e entrar em um jogo de pacificação de conflitos a favor de interesses de outrem (BERKIN e KALTMEIER, 2012). Essa ponderação se enquadra no caso dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras, onde os processos participativos e o diálogo são acionados recorrentemente, mas cujos efeitos não englobam a real expressão desses grupos sociais.

Constatamos, assim como Berkin e Kaltmeier (2012) que, para aplicar um método mais horizontal, diversas mudanças são necessárias no fazer investigativo, não sendo suficiente aplicar o diálogo “[...] como una técnica racionalizada para hacer más eficaz la comunicación y la producción de conocimiento sino que es un proceso horizontal más amplio que pone en cuestión las normas, los saberes y las prácticas institucionalizadas” (BERKIN e KALTMEIER, 2012, p. 10). Temos, neste sentido, uma gama de problemas metodológicos e políticos a lidar a partir de nossas produções acadêmicas e de nossa postura investigativa em campo, na relação social recíproca de pesquisa junto aos sujeitos com os quais nos envolvemos.

Importa destacar, nesse contexto, que sempre existiram e continuam existindo pesquisas vistas positivamente pelos sujeitos. Esta impressão não se atém à temática investigada, como se somente pesquisas sociais ou a favor dos pescadores fossem desejadas. Do contrário, a questão da resignificação da pesquisa científica na região passa pela inversão na forma como a consulta e a participação dos sujeitos tem sido abarcada, tanto nos processos investigativos, quanto na construção da relação social de pesquisa entre pesquisadores e



sujeitos<sup>99</sup>. Há, portanto, fazeres científicos reconhecidos por esses sujeitos como mais justos e condizentes com a prática participativa que almejam e que coadunam com seu projeto coletivo de vida.

Já existem, inclusive, alguns casos de pesquisas que foram submetidas a essa tentativa de construção de uma participação mais autêntica com o MOPEAR. Para isto, o Movimento passou a aplicar, ainda que de maneira incipiente, uma espécie de protocolo de consulta para pesquisadores. Em um momento inicial não se tratava de algo formalizado e estruturado, partindo da iniciativa dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras membros do MOPEAR e do que intuitivamente foram construindo como uma interação adequada entre o grupo e os pesquisadores. No final do ano de 2017, o Movimento elaborou seu protocolo de consulta de maneira mais ampla, a partir de grandes assembleias nas comunidades que visavam apresentar uma versão inicial do protocolo para que todos(as) os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras pudessem opinar e contribuir em sua estruturação. Este protocolo se aplica às diversas situações em que atores externos propõem algum tipo de intervenção em seus territórios. Importa destacar que esse documento tem sido submetido a espaços mais formalizados de participação, como o GT temporário do CONPARNA que foi transformado em câmara técnica de povos e comunidades tradicionais – neste momento em que escrevo, ainda não foi dado nenhum encaminhamento mais prático no sentido do reconhecimento e validação desse instrumento de participação nas instâncias do ICMBio, mas há uma leitura positiva sobre sua importância para o estabelecimento de um diálogo mais adequado e a garantia dos direitos desses grupos sociais. Já dentro da Universidade Federal do Paraná, o protocolo de consulta do MOPEAR passou a ser debatido no espaço do conselho universitário que visa a atualização dos mecanismos de consentimento para a produção de pesquisas científicas junto às comunidades tradicionais a partir do seu comitê de ética (GT PCTs, 2017b).

Com a repercussão que essa temática da consulta prévia e da participação social ganhou no contexto do litoral do Paraná, diversos pesquisadores têm procurado o Movimento a fim de propor pesquisas e obter o consentimento do grupo. Uma das primeiras pesquisas que

---

<sup>99</sup> Existem diversos pesquisadores que tem participado de reuniões do MOPEAR visando dialogar com o grupo para pensar em formas apropriadas de consulta para a realização da pesquisa, também existem aqueles que têm buscado construir a própria pesquisa junto ao grupo. Para este diálogo, o MOPEAR tem dedicado um tempo de suas reuniões de coordenação para ouvir os pesquisadores e propor formas de atuação nas comunidades, bem como orientar os pesquisadores sobre as posturas necessárias em cada comunidade, ou sobre as expectativas dos pescadores com aquela produção ou intervenção em suas vidas. A presente pesquisa passou por esse crivo, consultando o MOPEAR e pensando coletivamente na formulação do problema de pesquisa, bem como sua metodologia e fins. Ao longo dos 4 anos que estive em campo para a produção desta tese, presenciei a aproximação de 28 pesquisadores junto ao MOPEAR, desses, ao meu ver, apenas 6 mantiveram uma proximidade e buscaram a participação ativa dos pescadores e caiçaras como premissa essencial de suas produções acadêmicas.

passaram pelo processo de consulta, em um momento em que o Movimento ainda estava “ensaiando” esse instrumento, se referiu a um trabalho de graduação na área do jornalismo. As pesquisadoras responsáveis pela produção passaram por reuniões da coordenação e do setor de educação do MOPEAR, onde apresentaram uma proposta inicial que foi intensamente debatida entre os participantes da reunião e foram provocadas a refletir sobre diversas outras questões que elas poderiam agregar ao seu trabalho, gerando, inclusive, a formulação de um tema de pesquisa mais adequado à realidade social. Também houve um direcionamento dos pescadores e caiçaras do Movimento sobre a forma como acreditavam ser um trabalho de coleta de informação adequado, uma vez que se tratava de filmar os moradores em diversas atividades cotidianas e em situações que expressavam algumas violações de direitos humanos, compartilhando, portanto, a própria construção metodológica da pesquisa em campo.

Percebendo a valiosa contribuição do olhar dos sujeitos para retratar sua realidade a partir do que eles próprios consideravam pertinente e transformador, as pesquisadoras acataram diversas das sugestões propostas pelo MOPEAR. Antes de começar a aplicação da pesquisa, os pescadores solicitaram que as pesquisadoras permanecessem nas comunidades por mais tempo, para presenciarem a realidade que queriam retratar e conhecer melhor as pessoas que estariam posteriormente entrevistando.

Ainda que o processo tenha envolvido inúmeros erros e acertos<sup>100</sup>, que se tornaram objeto de avaliação no MOPEAR, à medida que foi se construindo uma relação mais próxima, o Movimento compartilhou decisões importantes nos caminhos da referida pesquisa como: a indicação de pessoas para entrevistas partindo do critério de sua relação com o tema que seria abordado; o auxílio na mobilização das comunidades, para que os sujeitos entendessem qual trabalho seria ali realizado e a importância e os possíveis efeitos de participarem a partir de seus depoimentos; e a própria condução dos trabalhos de campo, auxiliando no planejamento das

---

<sup>100</sup> Podemos citar aqui diversas situações, como a sobrecarga financeira que recaiu sobre alguns pescadores que se responsabilizaram em fazer o deslocamento, fornecer alimentação e acompanhar as pesquisadoras em campo, tanto pelos custos de combustível como pelo fato de não saírem para pescar para poder conduzi-las nas comunidades. Esse fato auxiliou os pescadores a compreender que eles não podem se responsabilizar pelo custeio da estadia dos pesquisadores, devendo ser algo acordado antes da entrada deles em campo. A dificuldade de comunicação acarretada pela falta de energia elétrica (aparelhos celulares sem bateria ou sem rede) gerou desencontros, o que fez que diversas famílias não saíssem para pescar aguardando as pesquisadoras. Outra questão foi o desafio inerente ao diálogo intercultural que em alguns momentos evidenciou um choque entre posturas e comportamentos – embora os pescadores do MOPEAR estivessem mais habituados com pessoas de fora, alguns moradores das comunidades estranhavam a forma de agir marcadamente “da cidade”. A questão mais importante, no entanto, foi o momento posterior à coleta de dados, no qual os prazos da universidade impediram a apresentação prévia do material aos pescadores para a sua aprovação antes da divulgação no âmbito acadêmico: os pescadores não puderam assistir aos vídeos antes da banca das pesquisadoras, tampouco o fizeram posteriormente. Algum tempo depois e totalmente por acaso encontraram seus vídeos divulgados em uma página na internet, vídeos esses que renderam um prêmio às pesquisadoras.

visitas às comunidades, no deslocamento das pesquisadoras e no agendamento e acompanhamento das entrevistas, ato que dava maior segurança aos entrevistados, à medida que tinham ali outros pescadores conhecidos.

Até mesmo nos casos de pesquisas que, em um primeiro momento, aparentavam maior distanciamento frente ao seu possível uso nas comunidades, após a passagem pelo processo de construção junto ao MOPEAR, passavam a ganhar maior sentido e relevância no plano das comunidades. Este é o caso de uma produção na área de nutrição intitulada “Modos de vida, sistemas alimentares e transformações: os caiçaras de Barbados, Paraná, Brasil”, que passou pelo mesmo processo de proposição durante uma reunião da coordenação do Movimento e que foi sendo adaptada à medida que a pesquisadora se propôs a tentar compartilhar a construção da pesquisa com os sujeitos que seriam pesquisados.

A participação autêntica do MOPEAR na elaboração desse estudo permitiu, inclusive, a politização do tema da nutrição: o estudo do padrão do consumo alimentar antes voltado aos indivíduos poderia ter se descolado do contexto da realidade local - ao passar pela participação do Movimento, a pauta passa a abarcar um esquema interpretativo desde os sujeitos coletivos, permitindo associar o padrão de consumo alimentar a questões chave, como o funcionamento dos sistemas de produção alimentar, as possibilidades e condições de acesso a esses alimentos, os conhecimentos e práticas tradicionais que permeiam a questão alimentar e que foram sendo impactados de maneira significativa por formas de produção e gestão territorial heterônomas. Mais do que registrar uma perspectiva da realidade, a participação do Movimento colocou as reflexões da pesquisa em um plano escalar mais abrangente e que permitiu não apenas constatar situações, mas relacioná-las com outros fatores, então, refletir sobre como esses dados os ajudam a transformar tais situações.

Outros exemplos poderiam ser citados, como a presente tese, que foi formulada junto aos sujeitos do MOPEAR, mas não objetivamos aqui produzir um catálogo de experiências, e sim tomar algumas questões como objeto de reflexão. Percebemos que esse processo de pensar a ressignificação da pesquisa desde a sujeitização do objeto, da participação dos sujeitos, desde a consulta livre, prévia e informada, ancora uma outra forma de produzir o conhecimento científico nos casos em que ele deriva do envolvimento com sujeitos coletivos ou que, de certa forma, ocorre em seus territórios. Mais do que pensar metodologias participativas para a coleta de dados, significa construir uma participação autêntica na pesquisa desde o olhar dos diversos atores envolvidos nessa participação. Consiste em construir pontos de partida compartilhados, ao invés de partir das pré concepções intelectuais para confirmá-las ou descartá-las em campo.

Acreditamos que essa ressignificação pautada pelo MOPEAR é pertinente e urgente para pensarmos na construção democrática do conhecimento sobre o outro, ou que afetará o outro – sobretudo pelo outro ser um sujeito de direito. Aqui notamos o próprio deslocamento do papel do pesquisador como mero “intérprete” desde a distância e a suposta neutralidade científica que, em muitas ocasiões, acaba transformando-o no tutor, ou porta-voz do grupo social estudado – é preciso inverter essa posição de “objeto” dada às comunidades tradicionais estudadas, já que são os sujeitos principais dessa ação, sendo os verdadeiros interessados e atingidos por seus efeitos. Essa é a expressão clara da postura da *hybris* do ponto zero da qual nos alerta Castro-Gómez (2007). Assim como Demo (2009) exemplifica não ser concebível refletir sobre a pobreza sem o pobre, porquanto, não é possível tratar sobre o território tradicional sem os seus sujeitos.

### 3.3.3 Participando da luta desde outros espaços: o reflexo da r-existência no cotidiano das comunidades tradicionais

À medida que o MOPEAR funciona como identidade coletiva e age como um intelectual coletivo ele produz um tipo de saber que se enraíza por todo o território, exercendo um poder que é, ao mesmo tempo, local e não local (DELEUZE, 1995). É local pois funciona numa determinada região do espaço, mas também se conforma como algo não local uma vez que não é localizável, não se trata de um ponto, sendo mais semelhante a uma rede. Conseguimos perceber, então, que a influência do Movimento e os efeitos do seu saber acabam fazendo emergir a r-existência em âmbitos em que a luta passava despercebida ou estava silenciada, invisibilizada.

A luta pela ressignificação da participação social empreendida pelo MOPEAR reverberou em diversas outras esferas da vida comunitária desses pescadores artesanais e caiçaras. Apenas a título de exemplificação, podemos citar aqui a questão das igrejas, da educação e das associações de moradores.

Ainda que não tenhamos a pretensão de datar a instalação ou analisar profundamente a interação das igrejas católicas e evangélicas nas ilhas de Guaraqueçaba com a população, é notável que em praticamente todas as comunidades em que o MOPEAR atua existe um espaço sagrado que funciona como um centro de agregação de pessoas. A partir dali que se reforçam crenças e, ao mesmo tempo, se fortalece uma identidade tanto comunitária quanto espiritual.

É notável a influência que as ações do MOPEAR vão exercendo nesses espaços à medida que incorporam ao seu repertório cultural estratégias de trabalho de base utilizadas

pelos pescadores. As conversas com as comunidades, no ambiente das igrejas, também se conformaram em espaços educativos (Paludo, 2010) onde se realizam debates e se criam estratégias para enfrentar as injustiças sofridas por todos os semelhantes.

Concretamente, é possível citar exemplos sobre como na comunidade da Barra do Ararapira, onde a igreja passou a compartilhar as lutas, incentivando novas lideranças e apoiando financeiramente seus deslocamentos para que pudessem representar a comunidade nas ações do MOPEAR. Da mesma forma, o espaço da igreja sediou repetidas vezes as reuniões e debates, bem como as assembleias ampliadas do MOPEAR. Vale reforçar, também, o apoio dado aos trabalhos de formação de lideranças, através de ações como a concessão de alojamentos durante os cursos, o fornecimento de mantimentos e de estrutura física para a alimentação do grupo, assim como o empréstimo de espaços pedagógicos para a realização de cursos, feiras, exposições e reuniões.

O efeito da ação social do MOPEAR, neste caso concreto, não se dá no sentido de corrigir, substituir ou retirar o poder desses espaços sagrados relativos a diversas igrejas, mais que isso, o coletivo trouxe uma verdadeira ressignificação de alguns processos que se desencadeavam a partir desses espaços, ou seja, atribuíram novos valores e sentidos às práticas de comunhão, ao trazer o elemento político para dentro desta estrutura: o que é ressignificado, então, não é a religião ou a fé em si, mas sim a própria participação social, que agora ganha um cunho político mesmo dentro de um espaço religioso ou influenciado a partir dele.

O que se pode retirar de lição das experiências da igrejas pode ser estendido para outros espaços que gostaríamos de analisar nesse subitem, a saber, o espaço escolar e as associações de moradores - em outras palavras, o MOPEAR faz emergir novas formas de participação social dentro de espaços organizativos já consolidados nas comunidades.

No caso dos espaços escolares, para além de sediar várias etapas de formação em diferentes comunidades, o MOPEAR fomentou a construção ou reforma da estrutura física das escolas a partir de suas ações de mutirão, bem como reanimou as expectativas e os projetos educacionais existentes para os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba. A partir de estudos, debates e trocas culturais, como, por exemplo, com os indígenas Guarani Nhandewa e os faxinalenses, o movimento pôde conhecer um pouco melhor os seus direitos à educação, enquanto comunidade tradicional. Com efeito, passou a discutir junto às comunidades, desde 2014, a necessidade de adequar os currículos, as formações pedagógicas, e a própria prática educativa dos educadores e da comunidade escolar como um todo, às pautas e projetos do MOPEAR. Neste sentido, formalizaram uma proposta de normativa de educação para pescadores e pescadoras artesanais e caiçaras.

Dentre diversas outras influencias, podemos interpretar que a atenção do MOPEAR para pauta da educação surgiu, mais fortemente, com a ameaça de fechamento da unidade escolar de Sibui, a partir de junho de 2016, justificada por questões econômicas relativas ao baixo número de estudantes que a frequentavam. Essa tentativa de fechamento da escola por parte da secretaria municipal de educação, vale ressaltar, não ocorrera pela primeira nesta ocasião, haja visto que isto já havia procedido em anos anteriores, assim como com outras escolas da região – desta vez, contudo, o poder público municipal justificou em resposta ao ofício 051/2016 da DPPR (BRASIL. DPPR, 2016) que o fechamento se daria por não haver “[...] profissional concursado no local e por ser uma comunidade distante e de difícil acesso, não conseguimos nenhum professor que queira assumir esse padrão” (GUARAQUEÇABA. Secretaria Municipal de Educação, 2016, f.01).

Ao receber a notificação prontamente a comunidade se reuniu desde a associação de moradores e, em seguida, acionou o MOPEAR para criar estratégias de ação social que impedisse o acontecimento. Neste interim o Movimento munuiu-se de argumentos jurídicos relativos ao direito à educação presente na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) e na *Lei de Diretrizes e Bases* da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), produziu documentos que foram protocolados junto ao Núcleo Regional de Educação onde foram solicitados maiores esclarecimentos. Ao mesmo tempo, acionou a Defensoria Pública estadual para forçar o Estado a efetivar o direito à educação para aqueles sujeitos. A medida tomada pela Defensoria Pública deu-se através de uma ação civil pública cujo ganho de causa foi favorável às comunidades/MOPEAR, de forma que a secretaria foi obrigada a pagar R\$1.000,00 diários de multa enquanto não designasse um professor para trabalhar naquela unidade escolar.

Empolgados com a vitória, o MOPEAR passou a pautar e a fomentar debates para assegurar não apenas a estrutura escolar aberta mas, também, para garantir uma proposta pedagógica condizente com sua realidade. A inspiração adveio, justamente, das conquistas históricas obtidas por outros movimentos sociais relativas ao acesso a uma educação diferenciada condizente com a sua realidade, como aconteceu com o movimento quilombola, indígena e o Movimento dos trabalhadores sem terra (MST).

O que é ressignificado na escola, portanto, é justamente a forma como a comunidade escolar, a comunidade tradicional e o MOPEAR passaram a participar do processo educativo neste território. Comunidades como Barbado, por exemplo, passaram a desenvolver atividades em que o currículo escolar passou a incorporar elementos da própria realidade em diálogo direto com os sujeitos coletivamente organizados em torno do MOPEAR. Com isto, as discussões



temáticas trazidas durante as aulas adquirem um sentido político vinculado à posição defendida pelos pescadores artesanais, fortalecendo e impulsionando práticas tradicionais e a própria identidade coletiva destes sujeitos.

As associações de moradores apresentam-se também como um espaço ressignificado pelo Movimento de tal maneira que passam a incorporar o próprio repertório de ação social do movimento. Não significa que todas essas instituições de maneira uniforme e unívoca incorporaram o projeto de vida desses sujeitos coletivos em suas práticas cotidianas, mas, de toda maneira, estas organizações que historicamente foram criadas para se enquadrar em um modelo burocraticamente reconhecido pelo poder público para o atendimento de demandas como o fornecimento de energia elétrica, água tratada, construção e reforma de casas, dentre tantos outros temas, passaram a incorporar outras frentes mais relacionadas ao modo de vida, cultura e identidade étnica e coletiva dos sujeitos. Vale ressaltar a observação feita por Almeida (2013a) de que é possível constatar um incentivo para a criação de associações de moradores como condicionante para que o governo implemente suas ações em determinado contexto. As exigências dessa forma organizativa específica:

[...] nem sempre coincidem com as formas nativas ou formas intrínsecas, segundo as quais se estruturam os agentes sociais atingidos. Enfim, onde quer que o governo intervenha, tem de ser constituída uma associação, necessariamente. A exigência de associações formais, registradas em cartórios e reguladas por estatutos e regimentos, contrasta com organizações informais e com mecanismos de representação apoiados em mobilizações políticas ou ditados por fatores mais permanentes (étnicos, de parentesco e de ancianidade de ocupação) ou contingenciais (situacionalidade de conflitos sociais localizados). Pode-se dizer, pois, que este associativismo é montado de cima para baixo, como se fosse fortalecida a sociedade civil principalmente a partir do momento em que há uma intervenção governamental. A forma do indivíduo e da associação participarem é aquela que os aparatos de poder definem como tal (ALMEIDA, 2013b, p. 99).

Em Guaraqueçaba é possível notar o amplo incentivo que foi dado às comunidades para que elas adotassem o modelo das associações de moradores ao longo dos anos. A justificativa sempre girou em torno da necessidade de institucionalização para que os sujeitos pudessem ser englobados em ações governamentais, como o acesso à energia elétrica, à água tratada, ou para quaisquer assuntos que demandassem uma mediação entre os interesses dos comunitários e agentes externos. O próprio ICMBio se tornou um impulsionador dessa perspectiva, uma vez que assuntos como o pedido para construção ou reformas de casa solicitados junto ao órgão, por exemplo, passavam por essa organização. Podemos notar o estímulo a esse modelo organizativo a partir de observações feitas ao longo das atividades dos estudos que viriam a embasar o PM do Parque, como a que segue sobre a comunidade de Canudal: “Não possuem associação, mas é uma comunidade bem unida. Marcelo alerta a

respeito da necessidade de existência de uma associação para acessar alguns programas do Governo federal” (ICMBio, 2012c, p. 23).

A incitação dessa forma organizativa como a única possível ou, pelo menos, a mais adequada para permitir a interação entre os interesses da comunidade e o Estado pode gerar um esvaziamento das formas locais tradicionalmente utilizadas, substituindo-as por uma concepção de comunidade mais genérica que, conforme salienta Almeida (2013b), incorre em uma institucionalização dirigida, que constitui-se como um discurso da dominação. Para o autor, é no momento em que a solidariedade ou formas comunitárias de organização estão ameaçadas que mais surgem programas governamentais carregando em seus *slogans* o léxico, solidário, participativo, de base comunitária, entre outros. Trata-se de um reconhecimento invertido, justificado nas práticas que estão sendo ameaçadas mas que acabam ignorado a ação coletiva, uma vez que se apoiam em uma expressão individual, sinônimo da soma de indivíduos tocados por uma mesma temática. Mais precisamente, o autor compreende que “O indivíduo ‘parceiro’ [...] ou o indivíduo ‘participativo’ encontra-se subjugado e não tem condições de se apresentar nessas formas como autônomo, como sujeito que faz refletir suas demandas sociais no âmbito das políticas governamentais” (ALMEIDA, 2013b, p. 101).

As associações, quando esvaziadas de seu sentido político, podem acabar se submetendo perfeitamente a mecanismos de dominação que as induzem a interpretar que estão protagonizando um processo participativo, solidário ou comunitário, gerando a ilusão de uma participação democrática, o que, de acordo com Almeida (2013b) reflete a possível despolitização do associativismo e de práticas de mediadores. Para o autor, para romper com esse quadro é necessário refletir que:

A ruptura e a autonomia pressupõem uma existência coletiva, apoiada numa inspiração mobilizadora, capaz de neutralizar os mecanismos de subordinação, cujo poder de persuasão mostra-se mais eficaz, naqueles planos individualizantes. A necessidade de distinguir, através da mobilização, se coloca, portanto, como tarefa essencial para as ONGs, os movimentos sociais e as entidades sindicais de trabalhadores marcarem a diferença dos objetivos de sua ação, para além das “nomenclaturas” e das unidades discursivas (ALMEIDA, 2013b, p. 102).

Como podemos notar nas palavras anteriores e, paralelamente, quando comparamos com a situação vivida pelas comunidades tradicionais em questão, a formação de associações pode acabar fragmentando pautas que, no fundo, são compartilhadas, ao mesmo tempo que acabam por despedaçar a própria coletividade existente na identidade comungada por esses sujeitos. Neste sentido, as associações que acabaram submetidas a esta lógica denunciada por Almeida (2013b) podem gerar um enfraquecimento do poder de mobilização e de pressão existente nos pescadores artesanais que resistem às ações heterônomas, visto que, entre si, as

associações trabalham de maneira independente, transpassando esta forma de ação à própria comunidade em seus trabalhos de base - logo, a divisão entre comunidades pode acabar sendo reforçada pela forma tradicional de agir destas instituições, muitas vezes já cooptadas pelo Estado.

O MOPEAR, neste sentido, apresenta-se como um agente que têm possibilitado a religação de algumas das pautas e das comunidades ora separadas muito além dos aspectos geográficos, mas do ponto de vista simbólico. Em outras palavras o projeto de vida defendido por este Movimento não se restringe a uma ou outra comunidade tradicional, bem como não se apegam a questões concernentes apenas a relação com o Estado, qualificando e amplificando as lutas das associações, dando-lhes novo caráter político e temático, funcionando como um catalisador das lutas sociais do território tradicional.

Para que essa ressignificação fosse possível, este movimento social contou com a adesão de diversos presidentes de associações de moradores, como no caso das comunidades de Barbado, Sibui, Tibicanga e Barra do Ararapira, bem como formou sujeitos para compreenderem as lutas coletivas e que, posteriormente, assumiram esses cargos de liderança. Em outras palavras, houve uma ressignificação tanto das formas de participação do presidente nessas associações, quanto da comunidade: quanto ao primeiro, este deixou de dialogar a priori com o poder público, priorizando um diálogo anterior com o movimento a fim de evitar quaisquer tipos de cooptação e manipulação; quanto à comunidade, ela passou a inteirar-se de uma pauta mais regional, menos localizada e pontual, não apenas como um mero processo informativo, mas, sim, desde a participação junto ao MOPEAR, assumindo responsabilidades em ações concretas escolhidas de maneira estratégica por um coletivo.

### 3.4 A participação como um novo *front* de luta: reflexões desde a experiência prática do MOPEAR

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar. [...] Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não mede, cujas formas e contornos não discerne; [...] Isto é verdade se se refere às forças da natureza [...] isto não é menos verdadeiro dito das forças sociais: 'o latifundiário', 'os trustes', 'os técnicos', 'o Estado', 'o fisco' etc., todos os 'eles' de que nós não temos uma vaga idéia; sobretudo a idéia de que 'eles' são todo-poderosos, intransformáveis por uma ação do homem do povo. A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo (FREIRE, 1980, p. 40).

A história como uma construção social apresenta-se sempre como um processo em aberto, de maneira que podemos dizer que a sociedade é condicionada, mas não determinada

(FREIRE, 1996). Neste sentido, as ações sociais empreendidas pelo MOPEAR representam um momento histórico bastante peculiar na história das comunidades tradicionais de Guaraqueçaba: se atualmente há a possibilidade de direitos coletivos a esses sujeitos, deve-se ter em mente que isto decorre não de uma concessão, ou da bondade de outrem mas, da luta e do enfrentamento desses sujeitos e apontam para conquistas estratégicas para se buscar uma autonomia futura.

Se o MOPEAR desencadeou diversas ações sociais, cuja finalidade perpassavam a questão de problematizar tanto a sua participação quanto a das comunidades em processos decisórios que os afetavam diretamente, bem como ao seu território, isso não foi fruto de condições naturais mas, sim, de mobilizações e formações políticas que permitiram ressignificar a própria participação na prática.

O léxico relacionado à participação social tem sido muito acionado pelo poder público para conotar uma valorização da opinião dos cidadãos, sem, contudo, significar que se esteja efetivando uma participação autêntica. Muitos processos demonstram um caráter participativo meramente decorativo, onde a escuta do povo vai sendo transformada em uma obrigatoriedade da ação pública, seja por força legal, pelo bom senso ou pela tentativa de manter, pelo menos, as aparências do jogo democrático. Trata-se, de acordo com Bloundiaux (2013), de uma nova arte de governar que nos suscita a reflexão se, de fato, essa escuta e participação tem alcançado uma democratização das decisões dos assuntos públicos. Para o autor, a força de uma noção tão indeterminada como a participação “[...] proviene precisamente de su vaguedad, de la diversidad de los usos posibles de que puede ser objeto, de su capacidad de anclaje en registros de acción y sistemas de referencia muy diferentes” (BLOUNDIAUX, 2013, p. 48-49).

Neste capítulo, tentamos traçar justamente o processo de formulação crítica do MOPEAR quanto às formas de participação possíveis de serem criadas em diferentes espaços sociais. Desde a experiência de vários pescadores tradicionais, o Movimento pôde criar e ressignificar a participação social passando a utilizá-la como mais uma estratégia de seu repertório de ação social. Em suma, o que pretendemos foi fazer uma análise das práticas participativas, para que não considerássemos, ingênua e prematuramente, a participação tão somente como algo sempre benéfico às comunidades envolvidas. Para tanto, detalhamos esses processos de ruptura dos modelos vigentes de participação, bem como aqueles que dizem respeito à criação e ressignificação dos espaços participativos desde a ação do MOPEAR na luta pela construção de uma proposta autêntica de participação social.

As relações assimétricas de poder que permeavam os espaços/modelos participativos antes dos processos de ruptura conduzidos pelo MOPEAR e descritos neste capítulo (muitos

dos quais, vale citar, ainda hoje não foram completamente realizados), apontam para o grande desafio que o coletivo assumiu ao encarar essa empreitada. Historicamente notava-se uma tendência impositiva na postura de diferentes agentes heterônomos atuantes na região de Guaraqueçaba (fossem eles pesquisadores, técnicos, membros de ONGs, servidores da prefeitura, do ICMBio ou outros atores que se propunham a interagir ou realizar alguma intervenção no território tradicional), no que diz respeito às relações sociais construídas com as comunidades tradicionais, que eram usualmente vistas como objeto ou dado estatístico. No que tange às ações do Estado, cabe a observação de Demo (2009), para quem as intervenções desde a lógica do planejamento, que pode ocorrer em parceria com diversos destes outros atores, carregam em si uma propensão tecnocrática e sistêmica.

Concretamente, podemos perceber que a tendência tecnocrática de fato se expressou no contexto socioespacial vivido pelo MOPEAR, a partir da identificação dos efeitos que o poder dos intelectuais, que agiram como técnicos, exerceu sobre as comunidades tradicionais: à medida que direcionavam ações, recursos e embasavam metodologias de intervenção na realidade, justificavam seu discurso e ação pela racionalidade de seus enunciados.

Para Demo (2009) é preciso destacar o papel fundamental da linguagem sofisticada, ou linguagem técnica, como elemento promotor de um saber-poder que predomina diante de um linguajar popular. É a partir dessa tendência que se torna possível perceber que os planejamentos e ordenamentos territoriais podem, muitas vezes, servir mais para justificar gestões do que, de fato, contribuir na resolução de problemas sociais, ou, no caso, socioambientais.

A tendência sistêmica que, para Demo (2009), se refere à falta de tentativas de superar o sistema que tem gerado ou menosprezado os obstáculos à transformação social, parece que também pode ser constatada na realidade vivenciada pelas comunidades em questão. Basta citar, por exemplo, a forma como as ações do ICMBio promoviam um modelo de participação social que sempre girava em torno da manutenção da UC vigente e que não dava encaminhamentos concretos para as pautas próprias das comunidades.

Desde o subitem 3.1, então, tentamos iluminar e demonstrar como, em um processo de planejamento territorial, como é o caso da construção de um plano de manejo, a participação social pode funcionar como uma forma de legitimação de um poder – vale a reflexão de Demo (2009), para quem: “[...] pode-se até aventar que a maioria das propostas de planejamento participativo são feitas como expediente esperto para se evitar a participação efetiva das bases, no sentido de uma estratégia de desmobilização” (DEMO, 2009, p. 44).

Romper este processo histórico dependeu de uma série de acontecimentos que permitiram modificar a conjuntura social dessa realidade ou, pelo menos, agitá-la. Mais precisamente, o MOPEAR precisou elaborar um repertório de ação social que alcançasse romper com certos espaços/modelos de participação propostos desde lógicas heterônomas, bem como criar novas formas de fazer ou ressignificar as já existentes. A ressignificação da participação, assim, pode ser considerada como uma ação ainda em curso, que visa transformar práticas, relações, espaços ou produtos sociais, conferindo aos mesmos um novo sentido. O entendimento básico se aproxima da interpretação de Demo (2009), para quem a participação é um meio, e não um fim – pode se configurar como um caminho fundamental para qualquer política social redistributiva, mas também pode servir como mecanismo de dominação social, dentre tantas outras possibilidades.

Pelo fato de muitas ações que visam ressignificar a participação ainda estarem em pleno processo de realização/concepção, entendemos que diversos desdobramentos ainda ocorrerão sem que se possa, hoje, prever ou supor: mas já se pode notar que a centralidade dada às comunidades tradicionais no que diz respeito à formulação e execução deste modelo de participação autenticamente reconhecida por estes sujeitos, fruto, principalmente, do trabalho de base do MOPEAR, é o que tem criado condições para esta elaboração.

A reflexão trazida neste capítulo demonstrou, enfim, como as ações coletivas promovidas pelo MOPEAR funcionaram como uma espécie de contrapoder (BOURDIEU, 2001, p. 77) na produção de um contra-espço (MOREIRA, 2007), à medida que os pescadores muniram-se das mesmas estratégias utilizadas por seus antagonistas, bem como criaram novas e ressignificaram outras para promoverem processos de r-existência e enfrentamento aos sistemas de dominação postos em prática, desde um arranjo de poder pautado em um preservacionismo decorrente de um contexto capitalista. Logo, todos os exemplos trazidos à tona neste capítulo não devem ser lidos meramente como ações pontuais do MOPEAR, uma vez que as experiências alavancadas por este coletivo demonstram que ele não apenas resiste a essa lógica capitalista como, também, anunciam e criam condições e possibilidades para construir um futuro diferenciado, feito a partir de um projeto de mundo condizente com a realidade de pescadores(as) artesanais e caiçaras.

As lutas promovidas por este movimento social, portanto, não se referem meramente à contraposição a um plano de manejo, ou à tentativa de implantar uma câmara técnica, visto que estes são apenas os enfrentamentos mais imediatos, condizentes com situações cuja resposta pode ser encontrada em um curto prazo. Em um contexto mais abrangente, à medida que se inter-relacionam com outras comunidades tradicionais e movimentos sociais, que



produzem e (re)inventam estratégias de organização e mobilização social, os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras acumulam experiências e potencialidades que vão permitindo iniciar uma construção de um projeto de autonomia ao sistema capitalista desde sua organização no MOPEAR, mas, claro, isto está condicionado a um processo de longo prazo, que depende de condições conjunturais e históricas específicas, que ultrapassam as ações por ora promovidas pelos pescadores.

De toda forma, as ações sociais promovidas pelo MOPEAR apontam para uma repercussão no próprio processo de ambientalização que ocorre não apenas em uma escala local, mas também nacional e até mesmo global. Como bem colocou Almeida (2008a), pelo menos desde a década de 1990 o processo de politização da natureza, ou seja, das mobilizações, enfrentamentos e proposições realizadas por sujeitos que se autoidentificavam como povos da floresta, têm levado as comunidades tradicionais a se organizar em coletivos cada vez maiores e a formular, de maneira cada vez mais precisa, uma nova possibilidade de se trilhar a ambientalização no Brasil. Neste sentido, as disputas travadas pelo MOPEAR em torno do sentido e da operacionalização da participação, ocorridos, portanto, em uma micro-escala geográfica, repercutem em uma macro-escala à medida que provocam e se somam às ações historicamente empreendidas por outros sujeitos que também se autodenominam como povos e comunidades tradicionais. Logo, é importante reconhecer esse processo como um amadurecimento por parte desses sujeitos coletivos, que apontam para mudanças pertinentes e necessárias para se fazer uma transformação social mais abrangente.

Esses sujeitos estão no bojo de um processo de ambientalização que vem repercutindo na construção de um projeto de autonomia baseado nas próprias formas que os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras têm de se relacionar com o território e que não partem de visões heterônomas – estas últimas, vale lembrar, são a base dos modelos preservacionista e conservacionista já citados nesta tese. Portanto, as rupturas, ressignificações e criações de espaços/modelos de participação são indícios de uma proposição coletiva que reinterpreta prática e epistemicamente o território que o ICMBio denomina como Parque Nacional do Superagui: trata-se de encará-lo como um território tradicional, e de pensá-lo como um bem comum das comunidades que dele dependem para a reprodução de suas vidas e identidades socioespaciais. A experiência do MOPEAR, assim, nos auxilia a fazer um balanço crítico e a conhecer iniciativas que nos possibilitem vislumbrar um ideal participativo mais adequado às lógicas desses povos e comunidades tradicionais.

Na busca pela autonomia, o MOPEAR sustentou algumas relações sociais que permitiram que os pescadores e caiçaras experimentassem modelos de participação

diferenciados com agentes heterônomos, alcançando condições próximas à co-participação e à delegação do poder – esse avanço é resultado da capacidade mobilizatória desse movimento social não apenas para fazer uma leitura crítica de sua realidade, mas de transformar estruturas e mentalidades.

A reflexão de Melucci (1989), por isso, faz-se importante: os movimentos sociais apresentam-se como profetas que anunciam e ensinam à sociedade os caminhos possíveis a serem traçados em um dado momento histórico. Reconhecer os modelos propostos pelo MOPEAR significa, portanto, assumir uma posição política em torno da redistribuição do poder e do território nas atuais sociedades modernas. Se até então o processo de ambientalização aparecia na vida dos sujeitos como uma imposição (preservacionismo) ou doação (conservacionismo), o Movimento ilumina, no momento presente, condições para um novo meandro – abre portas para se fazer, tanto no discurso quanto na prática, uma gestão dos comuns. Esta nova forma de pensar o território, fruto das ações de um movimento social objetivado em torno de uma identidade étnica e coletiva que define sua própria territorialidade, representa uma inovação nas práticas de gestão e planejamento territorial vigentes no contexto de Guaraqueçaba, e apontam para continuidades e inovações na luta dos povos da floresta. De uma maneira renovada, esses atores e projetos de vida entram em cena.



## 4 SUBVERSÃO EPISTEMOLÓGICA E PLANEJAMENTO SUBVERSIVO: ELEMENTOS PARA PENSAR A GESTÃO DOS COMUNS NO TERRITÓRIO TRADICIONAL



Nosso objetivo original era o mesmo que de costume:



levar a eles o desenvolvimento sustentável.



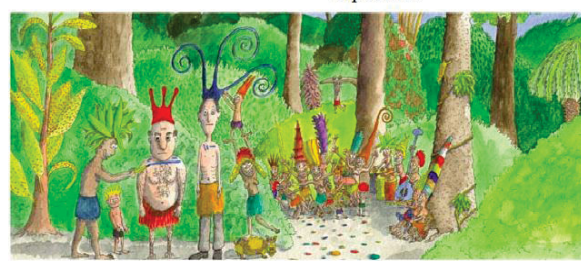
No entanto, nesse caso em específico



nós encontramos um desafio inesperado.



Acontece que essa gente do seu próprio e estranho jeito de ser

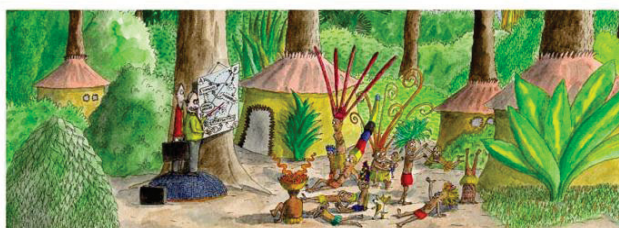


já era sustentável...

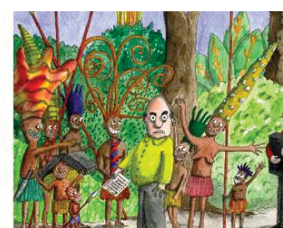
então tudo que poderíamos levar a eles era...



desenvolvimento.



Nós começamos com o desenvolvimento comunitário participativo... mas eles não participavam plenamente. Tentamos atividades para gerar renda...mas alguns se satisfaziam com menos de um dólar por dia



tentamos até empoderá-los...mas sua reação foi mais poderosa do que esperávamos.



então optamos por uma abordagem interdisciplinar integrada por múltiplos atores.



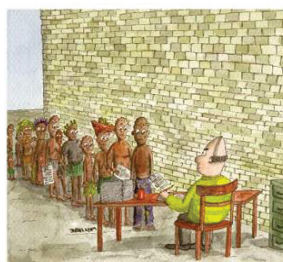
Desenvolvemos iniciativas de parceria com o setor privado



desenvolvemos habilidades profissionais adaptadas a uma economia em mudança



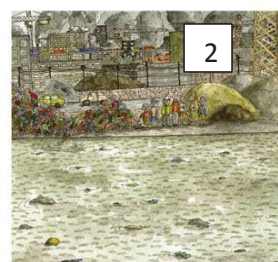
desenvolvemos medidas rigorosas de conservação para proteger o meio ambiente de danos adicionais



e desenvolvemos ambiciosas redes de proteção social - para aqueles que eram incapazes de cuidar de si mesmos



tem sido um processo desafiador, com muitas lições aprendidas. Estamos ansiosos para aplicá-los em outros lugares em um futuro próximo. Mas, por agora, permitam-nos apenas dizer:



Bem vindos à aldeia global!

Figura 54 - Charge “There you go!” Fonte: Adaptado de Oren Ginzburg (2005).

A história contada na charge de Oren Ginzburg descreve uma ação social que tem se tornado hegemônica na América Latina e em diversas outras partes do mundo que contam com a presença de povos e comunidades tradicionais. A charge retrata a maneira trágica como esses grupos têm sido submetidos a um novo colonialismo travestido sob o ideário do “desenvolvimento” – e em períodos de ambientalização ampliada, tal enunciado vem acompanhado de seu adjetivo indissociável: “sustentável”. Mas, para além disso, ela nos serve para refletir sobre diferentes projetos e olhares acerca dos territórios, bem como dos efeitos decorrentes da lógica preservacionista no cotidiano dos territórios tradicionais. Se seguirmos a lógica de Haesbaert (2014) poderíamos afirmar que estes sujeitos vêm enfrentando sucessivos processos de exclusão territorial inteligíveis, pelo menos, a partir de dois vieses: um primeiro que diz respeito à “natureza sem sociedade” (retratado em especial no quadrinho marcado pelo número 1), onde os sujeitos aparecem impedidos de acessar seu próprio território – aparta-se assim, o território de seus sujeitos sociais; e um segundo (sinalizado pelo número 2) onde pode-se perceber um processo de exclusão marcado por uma “sociedade sem natureza”, onde o território reservado aos sujeitos pobres apresenta graves impactos ambientais, marcados pela poluição e degradação territoriais.

Na história do cartunista observamos, logo nos primeiros quadrinhos, a chegada de agentes heterônomos a um local desconhecido, habitado por pessoas igualmente desconhecidas, onde apresentam o intuito de introduzir um projeto de desenvolvimento sustentável em um território tradicional. A narração continua demonstrando como a comunidade acolheu-os com receptividade, mesmo sem saber das suas reais intenções, e permitiu-os que realizassem diagnósticos e pesquisas sobre sua realidade – e de comunidade passaram a ser objetos de outrem.

Contudo, após alguma observação sobre o comportamento e o modo de vida local, estes agentes passaram a perceber que o projeto heterônimo estava ameaçado por um grave e surpreendente fato: a comunidade, com seu jeito de viver aparentemente pouco civilizado, em relação ao padrão que os agentes estavam habituados, já possuía uma lógica bastante “sustentável” de viver, mesmo sem o auxílio e a intervenção externa - tratava-se, então, de algo incutido na forma de sentir, pensar, entender e agir no mundo que o modo de vida daqueles sujeitos apresentavam.

De fato, não é de hoje que enunciados acerca da sustentabilidade tem sido acionados para justificar discursos e ações junto à sociedade, considerando-a como um grupo homogêneo, como se todos os sujeitos utilizassem e pensassem o meio ambiente da mesma forma. Não é



difícil encontrar, por exemplo, cursos de educação ambiental pensados para um público genérico, partindo do pressuposto de que a humanidade, de modo geral, precisa aprender a se relacionar com os recursos naturais e suas dinâmicas. Neste sentido, acabam invisibilizando práticas sociais outras, onde determinados grupos sociais já possuem uma relação com o meio ambiente que não se baseia, necessária e exclusivamente, na exploração e valoração mercantil da natureza.

Ainda que a lógica de compreensão do “desenvolvimento sustentável” seja completamente distinta para diferentes grupos, é a perspectiva dos agentes externos às comunidades tradicionais que acaba sendo rotineiramente tomada como verdade: assim, a intervenção na realidade desses grupos sociais passa a ser justificada e interpretada como necessária para realizar medidas de proteção da natureza, que supostamente venham a beneficiar amplamente a humanidade.

O “pacote” implementado pelos agentes heterônomos na narrativa de Oren Ginzburg é muito próximo ao que vemos na realidade de diversas comunidades tradicionais no Brasil: há todo um rol de metodologias participativas, de atividades para geração de renda, de abordagens que visam o empoderamento comunitário, de parcerias com outros agentes externos dotados de toda a expertise e viabilidade financeira para o desenvolvimento de ações - tudo isso justificado pelo suposto anseio de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida daqueles sujeitos, geralmente a partir de postura assimilacionista ou integracionista.

Aos poucos o projeto heterônimo vai surtindo os efeitos vislumbrados por seus idealizadores: as comunidades passam a ser integradas a um modo de vida supostamente mais “digno”, onde agora terão acesso à “maravilhosa” e tão “desejada” vida moderna – ao mesmo tempo, alienam o sujeito da floresta, que garantia seu sustento, e integram-no ao mundo do trabalho. Assim, estes sujeitos passarão a habitar as periferias dos centros urbanos, servindo de exército de reserva de mão de obra, dado que suas habilidades e conhecimentos referiam-se a outro universo socioespacial, sendo, no contexto urbano, pouco úteis à vida “moderna”. O controle de suas próprias vidas escapa às decisões autônomas – os sujeitos não mais pescarão ou dependerão da mata; além disso, suas formas de organização social não terão a mesma relevância e eficácia, dando margem à ação de “assistência social” garantida por agentes heterônomos, provavelmente como forma de medidas mitigatórias e compensatórias.

A floresta, ainda remetendo à charge, tem um destino previsível: como era de se esperar em um sociedade moderna, marcada pelo avanço da lógica mercantil da natureza, teve uma porção destruída, e, para compensar o que foi devastado, outra região teve de ser

interditada – para tanto, a sociedade heterônoma munuiu-se de cercas para impedir o acesso e uso desse ambiente.

Embora possa parecer mera ficção, o que vemos retratado na história é vivenciado recorrentemente por diferentes grupos de comunidades tradicionais no Brasil, inclusive com os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. Pode-se dizer que há um certo *modus operandi* dos agentes heterônomos ao território tradicional que acaba provocando uma espécie de desterritorialização dos sujeitos tradicionais: inicialmente, se aproximam destes sujeitos tentando estabelecer vínculos e dialogar, convidando-os para participar de seus projetos – e, justamente a partir da participação, acabam manipulando-os, de forma a impor uma visão de “espaço absoluto” (HAESBAERT, 2014) sobre o território tradicional, retirando o controle territorial, simbólica e materialmente, das mãos da coletividade.

Na história, à medida que os sujeitos resistem a esses discursos e práticas heterônomas, justamente por exercerem um modo de vida que dependia muito pouco do modo de produção capitalista, novas estratégias de dominação são criadas para poder legitimar sua postura e territorializar o projeto de mundo hegemônico sob o território alheio: novas normas, processos e formas de relação social são instrumentalizados, a ponto de que os sujeitos passam a se ver totalmente desterritorializados e obrigados, consequentemente, a se reterritorializar de uma nova forma, em outro local. É nesse sentido que o caso ilustrado explicita um contínuo processo de des-re-territorialização (HAESBAERT, 2014), ao passo que os atores sociais são forçados constantemente a formular e reformular estratégias de reprodução socioespacial. É como encerra a charge do autor: os sujeitos tradicionais longe ou proibidos de acessar o seu território.

Ao longo da história narrada por Oren Ginzburg e aquela constatada em diferentes contextos empíricos, percebemos que existem diferentes concepções de mundo, que orientam, também, distintos projetos para se pensar as formas de intervenção no território. Entendemos que uma das questões centrais é a divergência na própria concepção de território: para os interventores externos parece se tratar de um espaço absoluto, quase que abstrato, onde um território é simplificado e interpretado meramente como um espaço inerte, descolado das relações sociais que o animam, a serviço dos interesses do mercado, enquanto para as comunidades tradicionais se trata de um espaço relativo, que leva em consideração as relações entre os elementos socioespaciais que estão nele contidos, refere-se, como define Haesbaert (2014) a um:

[...] espaço vivido, densificado pelas múltiplas relações sociais e culturais que fazem do vínculo sociedade-‘terra’ (ou natureza, se quisermos) um laço muito mais denso, em que os homens não são vistos apenas como sujeitos a sujeitar seu meio, mas como



inter-agentes que compõem esse próprio meio e cujo ‘bem viver’ (como afirmam os indígenas andinos) depende dessa interação (HAESBAERT, 2014, p. 54).

Nos capítulos 2 e 3 buscamos explicitar qual o cenário enfrentado pelo MOPEAR para que pudesse emergir enquanto um movimento social autônomo, onde buscamos apontar as barreiras que foram rompidas por este coletivo, bem como iluminar a forma como foram criados ou ressignificados aspectos essenciais à sua identidade coletiva. Toda essa trajetória nos interessa, pois demonstra muito mais que um mero registro histórico desse movimento social – apresenta, enfim, a entrada em cena, no campo das relações sociais de Guaraqueçaba, de uma outra forma de construção epistêmica, que deriva das conquistas e estratégias utilizadas pelo MOPEAR para sair da invisibilidade social e ser reconhecido como sujeito coletivo de direito. Como bem nos lembra Zibechi (2014):

Cuando alguien es invisible, por ser negro, indio, mujer, mestizo o pobre, cuando alguien es ninguneado sistemáticamente por su raza, género, u otra condición, lo primero que hace es intentar existir, levantar la mano, ponerse de pie y decir ¡aquí estoy! Existo. Esa es la lógica de la identidad. En la lógica de los dominados, lo primero es hacerse visibles, nombrarse, reconocerse. Es un paso ineludible en el proceso de convertirse en sujetos (ZIBECCHI, 2014, p. 83).

Uma vez auto-reconhecidos enquanto sujeitos, como seres implicados ou, como diria Freire (1980), como seres em situação, o coletivo passa a mobilizar um projeto social que pressupõe, como aponta Ribeiro (2014), uma vontade política de transformação das relações sociais, bem como uma presença mais marcante nas arenas políticas, desde a valorização do sujeito coletivo.

Isso pode ser percebido na r-existência dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR frente aos esquemas interpretativos que vinham sendo utilizados para defini-los, para justificar intervenções em seus territórios de vida ou para propor formas de participação que seriam permitidas a esses sujeitos desde lógicas heterônomas, tal qual a charge de Oren Ginzburg satiriza. Fica evidente que, à medida que foram compreendendo o contexto em que estavam inseridos e o jogo de relações sociais existentes, os pescadores do MOPEAR tiveram que formular uma ressignificação na própria maneira de ser, existir e se territorializar.

Se a charge apresentada por Ginzburg aponta a possibilidade de fazermos uma aproximação com a experiência concreta do movimento social aqui estudado, por outro lado, o recorte histórico escolhido pelo autor acaba apagando uma importante faceta do processo de territorialização, uma vez que a des-territorialização não se mostra como um destino programado à vida das comunidades tradicionais. Por isto, registrar a r-existência e as formas de re-territorialização cotidiana das comunidades tradicionais no contexto em questão,

possibilita-nos compreender elementos que estão sendo enfrentados pelos próprios sujeitos e que devem ser considerados para se subverter as formas de produção de conhecimento atualmente colocadas em prática pelo planejamento territorial pautado no preservacionismo.

Destarte, o presente capítulo, portanto, visa apresentar elementos que demonstram essa subversão epistemológica (CECEÑA, 2006) promovida pelo MOPEAR, bem como seus efeitos concretos sobre o conflito territorial já tratado nesta tese. Neste sentido, iremos abordar, a partir do caso concreto, as lutas que o Movimento vem travando para inverter os arranjos de poder ora impostos sobre sua vida, visando fazê-los funcionar a favor da autonomia do grupo. Por isso, podemos perceber com este estudo que o MOPEAR vem realizando ações que indicam uma subversão às lógicas de produção e representação cartográfica (algo que apresentaremos no subitem 4.1), bem como do próprio processo de ambientalização da gestão e do planejamento territorial da área, o que envolve problematizar a inversão das práticas de pesquisa, que será demonstrado com exemplos concretos no subitem 4.2, e de formas “outras” de pensar a produção e o controle do espaço, através dos subitens 4.3 sobre a gestão dos comuns e 4.4 sobre a proposta de criação de uma reserva extrativista.

Perpassando essas leituras, apresentaremos algumas análises sobre como as ações feitas por agentes heterônomos e pelas comunidades tradicionais vêm apontando não apenas para um processo de ruptura geo-histórica daquele lugar onde vivem os sujeitos, como, também, numa escala mais macro, iluminando novas possibilidades de se pensar a ambientalização dos conflitos territoriais em Guaraqueçaba: para além do preservacionismo e conservacionismo, o MOPEAR tem criado condições para a realização de uma gestão dos comuns, onde a identidade, coletiva territorialmente localizada, assume para si a responsabilidade de propor e executar um projeto de mundo condizente com esta coletividade.

#### 4.1 A guerra dos mapas: os efeitos políticos dos mapeamentos do território tradicional na vida dos pescadores e caiçaras

A produção do conhecimento sobre a região de Guaraqueçaba e seus sujeitos têm sido disputada por diversos agentes e se expressa de variadas formas. Diferentes esquemas interpretativos sobre a realidade vão ganhando legitimidade social e passam a ser tratados como discursos verdadeiros, entre outros motivos graças à produção de arquivos, sejam eles pesquisas científicas, mapas, documentos técnicos, legais, dentre tantas outras formas de registro de discursos e práticas. É justamente a formulação do saber-poder sobre a produção e organização do território que desejamos nos ater neste momento.

A charge utilizada como alegoria para compreendermos a realidade vivida por diversas comunidades tradicionais nos aponta para a significativa transformação no modo de vida e na lógica territorial do grupo em questão quando lógicas heterônomas e completamente distintas de produção do espaço são introduzidas. De modo muito resumido podemos dizer que no caso da charge, bem como no do MOPEAR a concepção do território produzida coletivamente enquanto uma rede (em um sentido de processo, relação) foi transformada compulsoriamente numa lógica de zona, que priva os sujeitos não apenas de acessar seu território, mas de manter seu modo de vida tradicional. Isso nos auxilia a pensar no contexto de ambientalização em curso atualmente, e, sobretudo, na capacidade disruptiva de movimentos sociais como o MOPEAR que lutam para subverter esse saber que o atinge e construir outras formas de interpretação sobre questões que historicamente tenderam a ignorar seus pontos de vista e prejudicá-los.

O debate que nos propomos neste capítulo, portanto, não se restringe à descrição dos produtos elaborados pelo MOPEAR para explicitar seu olhar sobre o território (como os mapas, acordos coletivos, protocolos de consulta e proposições de gestão territorial a partir de uma lógica dos comuns), mas de contextualizá-los em meio a uma disputa epistemológica e de processo civilizador, onde o que está em jogo não são apenas as diferentes formas de compreender o mundo, mas também como essas concepções são construídas e materializadas em territórios. A intenção, portanto, não é necessariamente pensar a técnica ou o método, mas para que servem e os efeitos que as formas de pensar produzidas por esses diferentes atores têm no território. Essas diferenças epistemológicas e de modos de existência podem nos dar pistas de como vem ocorrendo o processo de territorialização desses diferentes sujeitos em Guaraqueçaba.

Iniciamos esse exercício com o exemplo da produção de conhecimentos a partir dos mapas, que tornaram-se objeto de disputa - conforme esses instrumentos são acionados, produzidos e aplicados, carregam um significativo poder de apropriação e controle territorial. Como nos lembra Rocha (2015), a cientificidade, o cartesianismo e o controle exclusivo do Estado perante a elaboração dos mapas sustentaram significativos processos de dominação em diferentes contextos, inclusive no que aqui desejamos analisar.

Como já citamos, Anderson (2008) já havia alertado sobre o papel fundamental dos mapas, dos censos e dos museus como instrumentos legitimadores do poder e dominação do Estado Nação: enquanto os censos permitiram a classificação das pessoas por ele governadas, a partir de categorias engessadas e os museus identificavam a história comum que seria validada enquanto verdade, desde uma realidade unificada, os mapas, por sua vez, eram a expressão dos limites do domínio do Estado, demarcando suas fronteiras fixas (ALMEIDA, 2013a; DUPRAT,

2015). Os censos serviam tanto diante do poder disciplinar de regular e vigiar a população quanto para pré-estabelecer uma classificação da identidade nacional, carregando uma falsa impressão de que toda pessoa estava abarcada por essas classificações e ocupavam um único espaço nessa identificação, criando a ideia de uma identidade pura, sem misturas. Os museus consistiam no lugar onde se depositava o imaginário de uma tradição genérica instituída desde o olhar da história dos sujeitos dominantes, que carregava em si preceitos como o silenciamento e ocultamento de outras histórias, geralmente a daqueles sujeitos que não eram reconhecidos na identidade nacional. Os mapas, tal qual se buscava fazer com as pessoas, passam a ser usados como instrumentos de classificação e vigilância, mas relativos ao espaço, descrevendo, mas, acima de tudo, ratificando separações entre o que estava dentro ou fora, o que se constituía como nacional ou estrangeiro. Essas três instituições, tinham em comum o poder classificatório e totalizante de considerar quaisquer elementos dentro de todo o território nacional como algo válido ou não, legal ou não (DUPRAT, 2015).

É possível constatar o grande número de comunidades tradicionais na América Latina que tem revertido o uso de instrumentos como os mapas, tradicionalmente associados ao “poder” estatal, como uma espécie de contra-mapas (OFFEN, 2009), algo que explicita processos de re-existência desses sujeitos tanto na formatação e características do próprio produto final (o mapa), quanto na utilização do processo de elaboração como momento de mobilização e enfrentamento. Ao refletir sobre o poder dos mapas e lembrando as reflexões do geógrafo Bernard Nietschmann, Offen (2009) afirma que mais territórios tradicionais foram recuperados a partir da ação que deriva do uso dos mapas, do que as do uso de armas. O autor também suscita uma importante reflexão sobre a lógica da produção do conhecimento geográfico atual: ou você mesmo se mapeia, ou os outros irão te mapear, mostrando seus usos desde um olhar externo ou manipulando a representação espacial, podendo invisibilizar usos, produzir vazios demográficos, bem como permitindo diversas outras intencionalidades e efeitos.

O valor encontrado por diferentes grupos sociais subalternos em produzir mapas que fossem inteligíveis ao olhar ocidental (OFFEN, 2009), partindo das mesmas técnicas e instrumentos que os intelectuais e agentes à serviço de diferentes instituições o fazem, deriva da tentativa de visibilizar suas territorialidades até então ignoradas, silenciadas ou ocultadas dos registros cartográficos oficiais, o que, por vezes, gerou a falsa interpretação de que seus territórios consistiam em “vazios demográficos” (ALMEIDA, 2008a; VARELLA et al., 2013). Essa argumentação de espaço vazio serviu historicamente como justificativa à instauração de

intervenções guiadas por lógicas e interesses heterônomos, ameaçando a reprodução social de diversos grupos de comunidades tradicionais e acirrando conflitos territoriais.

Diante de todo esse poder que o mapa carrega em sua essência, importa destacar o amplo processo de subversão e ressignificação que diversos movimentos sociais têm posto em prática desde a forma como compreendem, produzem e utilizam seus mapas. Rocha (2015) descreve essa movimentação de reencantamento da cartografia que se operacionaliza desde uma grande gama de variações de nomenclaturas e metodologias: cartografia social, mapeamentos artísticos, cartografia cidadã, contra-cartografia, mapeamentos participativos, hackeamento de mapas, cartografias artísticas, cartografias insurgentes, mapeamentos situacionais, automapeamentos, dentre tantas outras. Essa pluralidade de expressões e formas de fazer dificultam uma conceituação precisa, mas, no Brasil, é muito comum que essa prática esteja sendo elaborada por grupos sociais que foram invisibilizados, ocultados, interditados ou que tiveram suas territorialidades desrespeitadas nas representações oficiais que concerniam ao seu território tradicional. Diversos povos e comunidades tradicionais adotaram essa prática como forma de demandar o reconhecimento de sua identidade coletiva e de garantir direitos territoriais que vinham sendo invisibilizados. Trata-se de uma subversão epistemológica, à medida que:

Os mapas ditos participativos aparecem como alternativa na construção do conhecimento, subvertendo os lugares de enunciação das formas positivas da ciência ocidental e encarnando a tentativa de ‘democratização’ do acesso e controle por um domínio técnico hegemônico. Nesse sentido, os exercícios de contra-mapeamento promovidos por atores locais desafiam a invisibilidade de populações tradicionais ou subalternas nos mapas oficiais dos Estados (CÁCERES, 2010, p. 125-126).

A autora chama a atenção para o fato de que não é a ferramenta metodológica de mapeamento participativo, em si, que garante essa subversão e um “empoderamento local”, mas a forma como ela é produzida e utilizada, interpretação essa reafirmada por Offen (2009) e Rocha (2015), com a qual também concordamos. Para Acsehrad e Viégas (2013, p. 17) podemos compreender a cartografia social como a “[...] apropriação de técnicas e modos de representação cartográficos modernos por grupos sociais historicamente excluídos dos processos de tomada de decisão”. Tanto na visão de Cáceres (2010), quanto na de Acsehrad e Viégas (2013), é o uso político da cartografia social, portanto, que justifica sua relevância, já que é preciso que ela consiga “[...] desestabilizar o campo de forças dentro do qual esses grupos se encontram subalternizados ou ainda problematizar as relações de dominação presentes em cada situação social” (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013, p. 17). Está aqui uma diferença essencial dos mapeamentos participativos feitos desde os próprios sujeitos e a partir de seus interesses,

daqueles mapeamentos usados meramente como ferramenta metodológica encoberta estrategicamente pelo léxico participativo como forma de legitimar intervenções nem sempre benéficas ou ansiadas pelos sujeitos.

A produção cartográfica desde esse lugar subalterno tem aumentado consideravelmente desde a década de 1990 e, de acordo com Rocha (2015), isso se deve ao gesto de redefinição jurídica que passou a considerar a autodefinição identitária como pressuposto básico para o reconhecimento e demarcação de terras tradicionalmente ocupadas. Essas expressões autônomas de mapeamento, assim, divergem dos arranjos institucionais consensuais rumo a um entendimento não hegemônico do território e explicitam conflitos materiais e simbólicos específicos às tramas territoriais de diferentes contextos (ACSELRAD, 2013). As cartografias sociais, assim, permitem a criação de “[...] representações alternativas do território, da vida, dos conflitos e das formas de resistência, manifestam-se também artisticamente e expressam suas formas particulares de se relacionar com o espaço” (ROCHA, 2015, p. 47).

Entendemos, portanto, que esse processo de elaboração de contra-mapas tem sido válido para denunciar e delimitar conflitos territoriais de diferentes ordens a partir da ótica de quem os sofre, possibilitando o reconhecimento de outras lógicas para se pensar os territórios e como ferramenta concreta de efetivação de direitos dos seus autores mobilizados desde identidades coletivas. Como destaca Acsehrad (2010), esses sujeitos que se encontram em situações onde seu território passa a ser objeto de algum tipo de conflitualidade tem demonstrado que o reconhecimento territorial é essencial para a manutenção da especificidade identitária de seus grupos sociais, pois é a partir desse processo que se afirmam diferenças culturais e onde se elaboram signos de pertencimento.

A questão territorial e cartográfica, portanto, têm importância central para compreender o modo de vida do grupo, sua identidade étnica e coletiva e como tem acontecido essa tentativa de subversão epistemológica em Guaraqueçaba. Mais do que teorizar sobre os processos de cartografia social procuramos, então, apresentar um panorama de como essa disputa territorial e cartográfica ocorreu no contexto real dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras articulados no MOPEAR e como isso tem se desdobrado em outras ações.



#### 4.1.1 “Cadê o pescador nesse mapa?”: sobre disputas territoriais e cartográficas



Figura 55 – Xilogravura. Fonte: Hans Staden, duas viagens ao Brasil, 1557.

A produção cartográfica da região de Guaraqueçaba não é recente, havendo registros de representações dessa área pelo menos desde 1557, como na xilogravura de Hans Staden acima exposta, retirada de sua obra “Duas viagens ao Brasil” (SOARES e LANA, 2009). Foi no contexto da elaboração do plano de manejo do PNS, no entanto, que os pescadores artesanais passaram a atentar para a questão dos mapas e à intencionalidade inerente a cada um deles, isso porque o ICMBio e seus parceiros haviam orientado as comunidades que preenchessem mapas indicando seus usos para que tais informações fossem inseridas aos estudos que embasariam o plano de manejo do PNS. Essa já não era a primeira vez que os pescadores e caiçaras tinham

acesso a um mapa sobre a região que, via de regra, sempre representava seu território como uma grande área verde, contendo tão somente os limites das UCs e, em alguns poucos casos, localizavam algumas comunidades tão somente como um pequeno ponto em meio à floresta. No ambiente escolar os pescadores tiveram acesso a um outro mapa que lhes despertou uma sensação de invisibilidade, como se não existissem ou não fossem importantes no contexto local:



Figura 56 – Problematização do MOPEAR acerca da produção cartográfica em seu território. Fonte: a autora (2014).

O mapa havia sido retirado do “Atlas Ambiental da APA de Guaraqueçaba” (SPVS, p.39), de autoria da ONG SPVS, parceira do ICMBio em diversas ações na região. O material chegou ao conhecimento do MOPEAR por ser recorrentemente utilizado como livro didático nas escolas do campo de Guaraqueçaba. Ao perceber que o mapa representava todo o território tradicional a partir, tão somente, dos animais que ali viviam e precisavam ser protegidos da ação humana, os jovens que estavam envolvidos no curso de cartografia social problematizaram o conteúdo do mapa e procuraram o Movimento para debater sobre o assunto. Um recorte desse mapa pode ser visto na figura anterior, que registra um momento de reunião do GT de direitos humanos criado no dia 06/12/2013. Na figura podemos ver um participante do GT com o



referido mapa em mãos, no qual os próprios membros do MOPEAR inseriram a pergunta “cadê o pescador nesse mapa???”.

A problematização se repetiu com diversos outros mapas, como aqueles utilizados para o uso turístico. Os conteúdos apresentados eram os mesmos: as unidades de conservação e elementos da fauna e flora local, sem referências às comunidades tradicionais da região, fossem elas de pescadores(as) artesanais, caiçaras, quilombolas ou indígenas. Essa invisibilidade passava a ser questionada pelos sujeitos, já que o modo de vida local era acionado como um dos principais atrativos turísticos da região, contrariando o próprio discurso da SPVS, ONG autora dos mapas e organizadora dos roteiros turísticos em que eles eram utilizados.

A figura apresentada na sequência também se refere a um recorte de um mapa turístico onde buscamos destacar a mesma área representada pelo mapa anterior justamente para demonstrar a semelhança na escolha dos elementos que compõem o mapa.



Figura 57 - Recorte do mapa dos pontos turísticos da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba. Fonte: Cooperguará (2017).

Embora os mapas anteriores fossem elaborados desde temáticas escolhidas pelos seus produtores, neste caso algumas ONGs ambientais, eles auxiliam a contextualizar o imaginário ou o esquema interpretativo que foi se criando sobre a região, como se realmente houvesse uma preponderância de uma biodiversidade carente de proteção, ao mesmo tempo em que não se

constatava a presença das pessoas ou de seus modos de vida responsáveis pela manutenção da biodiversidade como algo relevante a ser manifestado.

A lógica se repete no Mapa oficial do Parque Nacional do Superagui, elaborado em junho de 2006 pelo Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) para o IBAMA e Ministério do Meio Ambiente. Neste mapa constam os limites do PNS, de outras UCs federais da região, da zona de amortecimento do PNS (mancha laranja) e de áreas indígenas. Esse mapa, sendo o oficial, fornecido à autora em 2009 pelo então chefe do Parque, Marcelo Bresolin, não faz qualquer menção à existência das comunidades tradicionais no interior ou entorno da UC. Embora não seja visível pelo tamanho do mapa que segue, uma única área indígena foi identificada na Ilha da Cotinga, fora da zona de amortecimento, atualmente existe pelo menos mais uma área indígena dentro dessa zona que não consta neste mapa, a Terra Indígena Kuaraí Oguatá - Cerco Grande, que desde o ano de 2008 havia solicitado a sua regularização, vindo a ter seu reconhecimento aprovado em 2016 via Despacho 57 de 12/05/2016. Mesmo que a intencionalidade do mapa possa ter sido mostrar os limites da UC para a sua gestão, compreendemos que o fato de buscar elencar as áreas indígenas dá indícios de que a ocupação humana por parte de povos e comunidades tradicionais, de fato, aparece como um importante elemento para essa gestão. Nesse sentido, a ausência de qualquer referência às demais comunidades tradicionais da região tem como efeito uma alusão a um vazio demográfico, tal qual podemos notar no mapa disposto a seguir:

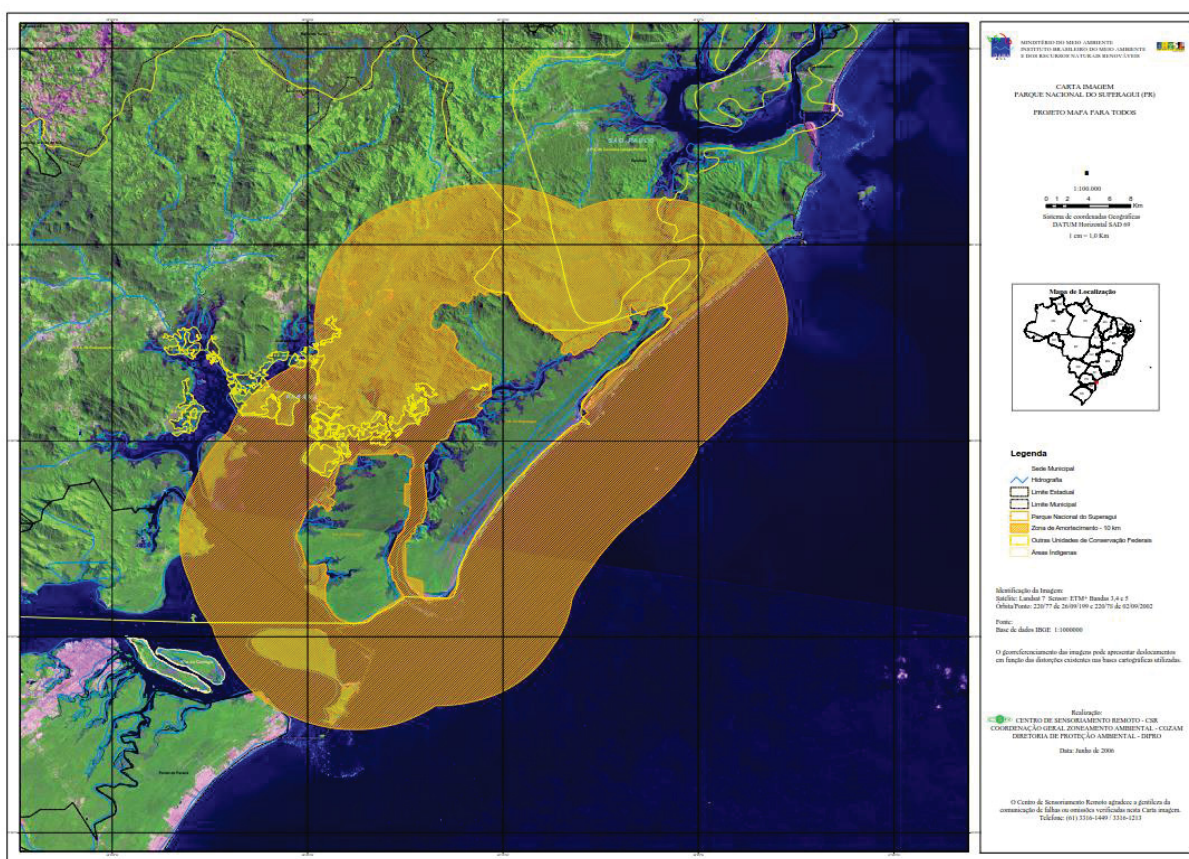


Figura 58 - Carta Imagem Parque Nacional do Superagui. Fonte: Ibama (2006)

A preocupação dos pescadores era a de que esse tipo de representação de seus territórios tradicionalmente ocupados como se fossem vazios demográficos têm justificado historicamente a pertinência de uma ação de preservação ambiental sem sujeito, ignorando direitos e a efetiva contribuição dos sujeitos na manutenção da conservação ambiental a partir de suas práticas tradicionais.

Outra questão recorrentemente trazida à tona pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras quando debatiam sobre os mapas da região foi o sistemático desprezo por parte dos órgãos ambientais em relação aos mapas de delimitação do território de algumas comunidades: trata-se de uma série de mapas elaborados pela prefeitura de Guaraqueçaba na década de 1980, que visou impor limites à expansão das atividades da empresa Agropastoril frente ao território das comunidades tradicionais. Mapas estes sobre os quais já discorreremos no subitem 1.1.2, mas que re-apresentamos a seguir:



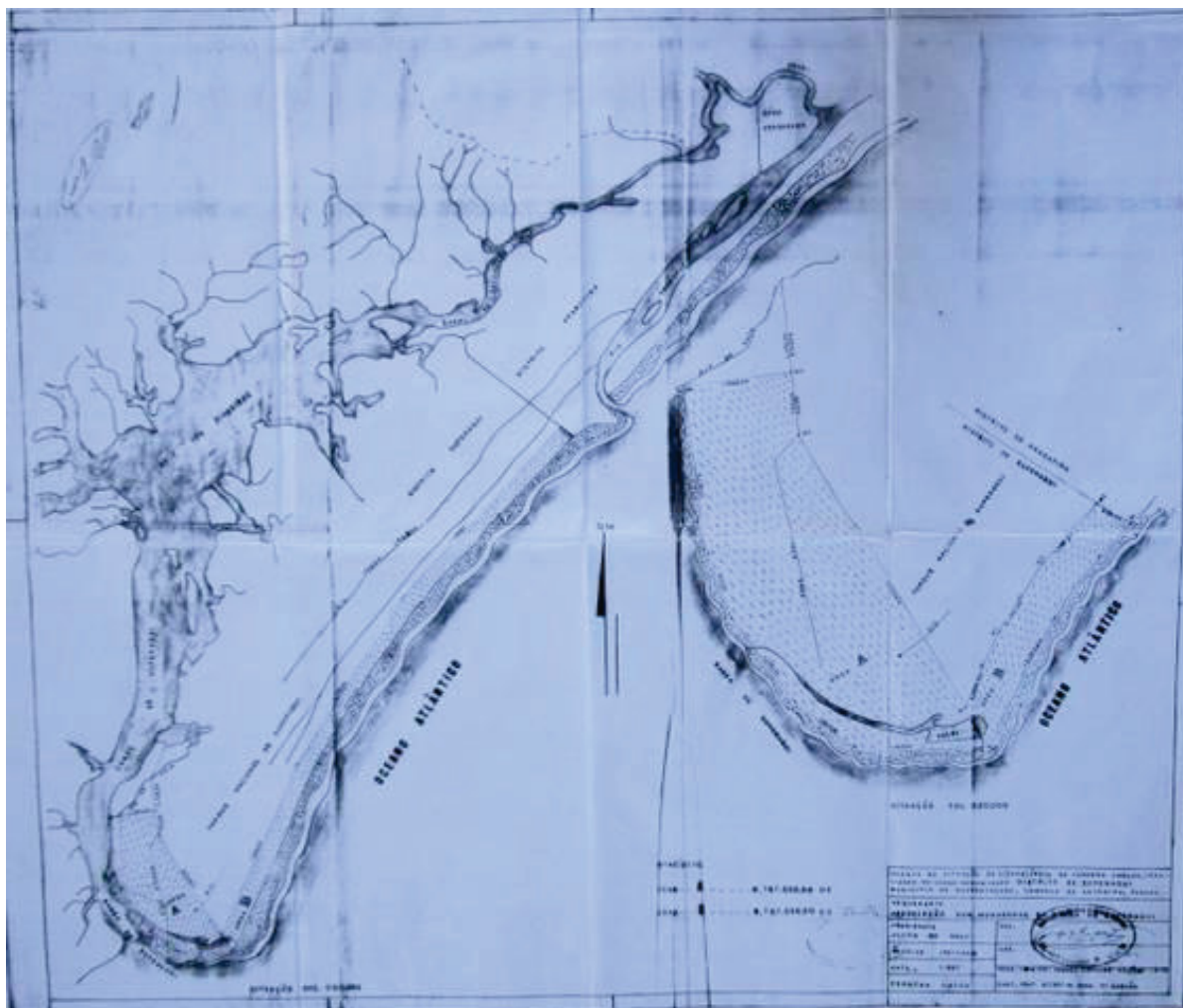


Figura 59 - Mapa do território da comunidade de Vila de Superagui. Década de 1980. Fonte: Acervo MOPEAR

A figura se refere ao mapa da Vila de Superagui entregue à associação de moradores pela prefeitura de Guaraqueçaba na década de 1980, antes da criação do PNS. Essa fronteira não se estabeleceu de acordo com a totalidade do espaço utilizado pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras naquela época, mas de uma parcela mínima necessária para os mesmos protegerem suas casas e roças do avanço dos búfalos e extração de recursos florestais por agentes externos. As comunidades de Barbados, Barra do Ararapira, Tibicanga e Vila do Superagui possuem esses mapas, contudo, esses limites não foram respeitados pelo IBAMA no momento da criação e ampliação do PNS, nem pelo ICMBio na produção de mapas posteriores ou nas suas ações de gestão.

Essa costumeira invisibilidade dos sujeitos e seus territórios nos mapas oficiais de diferentes agentes heterônomos foram despertando a preocupação dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. Além desses, existem diversas outras produções cartográficas sobre a região que reproduzem a mesma lógica, não cabendo aqui fazer uma lista de todas elas. Todavia, a maior preocupação dos sujeitos articulados no MOPEAR se referia



aos mapas participativos do ICMBio que estavam sendo elaborados para embasar o plano de manejo do PNS e seu zoneamento, haja vista que extrapolavam o sentido de criar tão somente um imaginário sobre a região, avançando para intervenções diretas nos territórios tradicionais a partir de normativas oficiais. O mapa, neste caso, é uma ferramenta essencial no planejamento territorial, já que espacializa os possíveis usos e restrições que vigorarão em determinado território, funcionando como uma imagem que sintetiza tais intencionalidades.

As informações contidas nesses mapas, portanto, serviam para subsidiar a gestão da UC, no caso, um Parque Nacional – o objetivo, assim, era criar mecanismos de gestão territorial compatíveis a esse modelo de UC, sendo contraditório ao regramento previsto em legislação nacional a compatibilização, a longo prazo, dos objetivos das comunidades tradicionais. Isso significa que o tratamento dado a questões como as práticas tradicionais dos pescadores artesanais não partia da mesma lógica que a dos sujeitos e, em alguns casos, sequer era cogitada como assunto passível de ser analisado, uma vez que esses sujeitos foram usualmente interpretados como uma ameaça aos objetivos de conservação da UC.

É nesse sentido que a forma de realização dos mapeamentos participativos é problematizada por Acselrad (2010), ao notar o crescente apelo de metodologias participativas ou de cunho ambientalista, que diferem daquelas práticas realizadas pelos sujeitos que buscam o reconhecimento de sua identidade e território. Os mapeamentos produzidos desde essa lógica participativa teriam como pressuposto a gestão dos recursos naturais para controlar o território desde uma roupagem democrática. Já o uso dessas metodologias no contexto ambientalista é amparado pelo discurso do desenvolvimento sustentável e, como Rocha (2015) destaca, passa a ser acionado para a elaboração de instrumentos como os planos de manejo de UCs. Ambas as vertentes configuram-se como uma apropriação utilitarista dos conhecimentos das comunidades tradicionais a favor de objetivos de outrem, refletindo a atualização de formas de dominação desses sujeitos, de seus conhecimentos, de seus recursos e de seus territórios (ROCHA, 2015).

À medida que voltamos o olhar às diferentes formas de mapeamentos participativos importa problematizar qual o sentido atribuído a essa participação, ou, mais precisamente:

[...] quem propõe a atividade e como ela retorna para quem a propôs; como as populações, os sujeitos, se apropriam ou não dessas atividades, de acordo com a força política que cada grupo social possui; de que forma se dá a produção e o controle da informação espacial e que direitos as populações locais possuem sobre essa informação; e como esses processos de mapeamentos e seus resultados reforçam as organizações dos povos e comunidades envolvidas (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013, p. 20).

Nas palavras de Acselrad (2010, p. 41) é preciso sempre refletir “qual é a ação política a que o gesto cartográfico serve efetivamente de suporte?”. O autor reflete que o mapeamento

participativo enquanto um elemento de um contra-projeto no âmbito da ordem científica que visa refletir sobre os efeitos do seu uso, precisa se inscrever dentro de um contexto concreto “[...] de democratização do território e do acesso a seus recursos e não à configuração de uma simples expressão espacial da ideologia do desenvolvimento” (ACSELRAD, 2010, p. 41).

Essa caracterização da participação e seu efeito é essencial, já que diferentes processos de mapeamento tem culminado na geopirataria, fenômeno definido por Rocha (2015, p. 156) como o “ato de saquear e contrabandear conhecimento territorial” a partir de técnicas participativas que “[...] usurpam o conhecimento tradicional sem o consentimento dos habitantes do local, que acreditam que possuem controle sobre os produtos elaborados, sejam mapas, banco de dados geográficos, etc” (ROCHA, 2015, p. 157).

Assim, no caso dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR, os mapas que cartografam historicamente o seu território se constituíram como instrumentos de cerceamento dos seus direitos territoriais, étnicos e coletivos – enquanto na charge de Oren Ginzburg isso se dá explicitamente a partir do cercamento material do território das comunidades. Na realidade dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras, essa ação foi se dando através da aplicação de multas sobre o uso do território e de abordagens violentas durante fiscalizações ambientais: esse tipo de restrição foi tão ou até mais eficaz que a imposição de obstáculos físicos, como cercas ou muros, contribuindo a uma frente de desmantelamento da cultura tradicional desses grupos sociais – trata-se, ao nosso ver, de um etnicídio promovido por processos de exclusão (ou inclusão precária) territorial (HAESBAERT, 2014).

Percebendo que o tipo de informação levantada pelo ICMBio e pelos consultores dos estudos que embasariam o plano de manejo não correspondiam a sua forma de compreender o território, o MOPEAR decidiu elaborar seu próprio mapa. Devido ao grande número de informações e pela complexidade dos conteúdos que animam este território tradicional, o processo de cartografia social acabou gerando uma série de mapas temáticos. O mapa aqui exposto é apenas um dos mais de dez mapas produzidos pelo Movimento ao longo do trabalho da autodemarcação e representa o território tradicional de todas as comunidades articuladas no MOPEAR.

Não reproduziremos aqui o mapa em alta qualidade pois o mesmo ainda não foi publicado oficialmente pelo MOPEAR. Isso se deve ao fato de que ainda estão ocorrendo assembleias de discussão sobre essa produção nas comunidades, não sendo, portanto, a versão final. Somado a isto tem-se o fato de que diversas das práticas tradicionais sistematizadas são alvo constante de embates com o ICMBio e Força Verde, já que são interpretadas pelos órgãos ambientais como proibidas e, portanto, passaram a ser criminalizadas. Não expor tais usos e sua



A lógica de definição do território tradicional a partir da visão dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR deriva de um conjunto de elementos essenciais à sua identidade étnica e coletiva. Ao contrário de alguns mapeamentos heterônomos cujo foco eram

os recursos naturais ou limites oficiais para a gestão territorial, a territorialidade dos pescadores vai se compondo pela incidência de recursos naturais, mas também, de uma maneira indissociável aos recursos, pelas características e possibilidades de desempenhar diferentes práticas tradicionais, pelas relações de parentesco entre os sujeitos, pelas formas de uso do território delimitados pelos locais de nascimento, uso e moradia de cada pescador, pela existência de pessoas referência em determinadas práticas e os locais tradicionais que elas utilizam, enfim, pelas “[...] sutis estruturas de organização social que se apoiam no uso desses recursos” (SOUZA et al., 2016, p. 11). É essencial interpretar essas práticas dentro do universo cultural complexo desses sujeitos, pois quando as vemos a partir de uma lente externa, com esquemas analíticos outros muito distintos daqueles da própria lógica social dos(as) pescadores(as) e caiçaras, impossibilita-se a real apreensão que esses sujeitos dão ao seu território e formas de geri-lo. Como pudemos analisar em outro momento:

[...] a característica fundamental dos pescadores artesanais e comunidades caiçaras, que habitam, extraem e cultivam na área declarada como PNS e no seu entorno, é que elas incorporam e articulam a terra e o mar ao processo produtivo mediante o trabalho familiar [...]. A especificidade dessa condição reside no fato de que não possuem propriedade e sim, posse familiar regulada por regras internas que não permitem compra e venda de terras, sendo a maior parte do território áreas de uso comum de terra e dos recursos hídricos e florestais (SOUZA, et al., 2016, p. 22 - 23).

Nesse sentido, terra e mar apresentam-se como bens comuns às famílias e comunidades da região, embora existam regras implícitas repassadas pela lógica do uso tradicional do território que limitam e, de certa forma, ordenam seu uso. Todo esse controle varia conforme as formas organizativas internas a cada comunidade bem como da relação delas umas com as outras. As práticas tradicionais, portanto, se conformam como elementos chave para compreender a mediação das comunidades com os recursos naturais, organizando sua vida e forma de reprodução material e imaterial.

Nesse quesito salienta-se que trabalho e cultura se enlaçam em saberes locais que se traduzem em fazeres tradicionais, ou seja, as práticas tradicionais significam mais que um conhecimento peculiar sobre o recurso natural, mas uma forma de trabalho que orienta o manejo desse recurso segundo uma tradição específica de domínio do grupo local. O peculiar que define esse saber-fazer não está ausente de controles internos ou segue exclusivamente o fator comercial – maximização da renda – o acesso aos recursos é disciplinado por princípios de cunho preservacionista que, reconhecendo a fragilidade dos ecossistemas e a relativa escassez dos recursos, orientam o trabalho familiar há mais de três séculos nas etapas dos ciclos extrativos e agrícolas. As terras agriculturáveis, hoje proibidas para os roçados, bem como o uso dos rios, os manguezais, as florestas e os costões rochosos são vistos por eles como bens não sujeitos à apropriação individual em caráter permanente e a sua ocupação e coleta obedecem a um conjunto de regras, consoante um patrimônio cultural determinado que prevê formas peculiares de utilização e conservação, uma vez que as práticas tradicionais se justificam em função de uma relação de dependência e não de exploração dos recursos naturais (SOUZA et al., 2016, p. 23).

Além disso, importa destacar que as práticas tradicionais que dão sentido à identidade coletiva desse grupo não podem ser interpretadas isoladamente, como os instrumentos de gestão das UCs costumeiramente fazem, tratando de práticas tradicionais de forma pontual a partir de termos de compromisso para regulá-las: essas práticas compõem um conjunto complexo em que a violação do direito em exercer uma delas acarreta na própria interdição de uma série de outras práticas e situações essenciais ao grupo. Um bom exemplo disso é a roça, diretamente ligada à prática do mutirão e dos ajuntamentos, do fandango, do uso das casas de farinha, da caça de subsistência, da coleta de lenha, do uso de recursos florestais para elaboração de instrumentos de trabalho, do feitiço de comidas e bebidas específicas para essa ocasião, da forma de organização social da comunidade, da sociabilidade entre as famílias, dentre tantos outros fatores a ela relacionados.

É seguindo essa lógica que a forma de mapear o território tradicional por parte do MOPEAR difere significativamente das lógicas heterônomas. A própria questão do tempo aparece como elemento essencial para pensar o mapa e a forma de gerir o território pelo grupo, já que é o conhecimento e uso territorial que definem o recorte temporal cartografado, questões estas que foram estabelecidas por usos territoriais anteriores mas que foram atualizadas ou se mantiveram como referência da territorialidade atual. Em outras palavras, a representação não se limita apenas ao presente, mas também ao passado, onde a lógica de uso atual de diversas porções do território (ou, também, a inviabilidade do uso) é definida pelo uso anterior de determinadas famílias nos pontos tradicionais de pesca, de roças, de rotas de caça e diversas outras práticas. São regras que continuam em vigor: mesmo algumas práticas tendo sido proibidas há mais de 10 anos, esses pontos tradicionais seguem sendo respeitados e definindo a territorialidade do grupo, já que funcionam como pontos norteadores para o trabalho e para o conhecimento sobre o funcionamento do território.

Essas questões emergiram, por exemplo, no momento da elaboração dos mapas da cartografia social do MOPEAR, onde, com o fim de construir um entendimento do território tradicional, cada agente de pesquisa teve como ponto de partida a representação do território de uso da sua própria comunidade, como pode ser visualizado no mapa que segue:



Figura 61 – Áreas das comunidades automapeadas pelo MOPEAR e limites das Unidades de Conservação. Fonte: acervo MOPEAR (2015).

Cada cor representa o território de uma das comunidades articuladas ao MOPEAR, embora nem todas estejam representadas neste mapa. Como se pode notar, em diversos pontos os territórios se sobrepõem um ao outro, o que poderia ser interpretado como um problema, como se uma comunidade precisasse competir com a outra para garanti-los – ao contrário disso, a representação cartográfica deixou explícito um fato já sabido pelos sujeitos: cada comunidade tem sua territorialidade mas elas se entrecruzam com a de outras comunidades, algo que foi sempre mediado por acordos não formais<sup>101</sup> para o uso do território. As práticas tradicionais, assim, são determinadas não apenas pelos grupos que a desenvolvem, mas também pelas características do próprio território, fazendo com que pescadores de diferentes regiões acessem um mesmo local para poder exercê-las. Isso comprova a lógica de uso comum do território que vem sendo mediada pelos acordos tradicionais transmitidos pela oralidade e pelo próprio senso

<sup>101</sup> De acordo com os pescadores, ainda que não houvessem documentos escritos que comprovassem a existência de regras compartilhadas para o uso de recursos, do território, desenvolvimento de práticas e quaisquer outros fatores ligados à vida em comunidade, tais regras sempre existiram. Consistiam em acordos verbais e variavam para cada assunto. Havia aquelas que respeitavam sistemas de autoridade baseados em divisões familiares, ou aquelas onde os “mestres”, conhecedores e referência em determinado assunto orientavam sobre modos de fazer, locais apropriados, formas de divisão do trabalho, dentre tantos outros elementos. Souza (2016) sistematiza um exemplo desses acordos através da prática do cerco-fixo de pesca.

de identidade e coletividade vivido por estes sujeitos, mas que também tem se fortalecido com a elaboração por parte do MOPEAR de acordos comunitários formais para o ordenamento territorial (assunto que será objeto do subitem 4.3).

Em suma, a cartografia social funcionou como um ponto de partida para refletir sobre as formas de sentipensarviver no território e as práticas que fundamentam a produção do mesmo. Ao invés de buscar tão somente definir fronteiras entre as comunidades, o processo cartográfico somado a interpretação do território desde uma identidade coletiva específica permitiu que os sujeitos renovassem estratégias para pensar o ordenamento e gestão territorial, desde uma lógica dos comuns.

A intenção de expor a divergência na forma de interpretar e representar o território desde diferentes agentes foi a de demonstrar algo que vem sendo caracterizado como uma guerra dos mapas, que consiste, mais especificamente no “[...] processo de disputa entre diversas forças sociais pela capacidade de configurar e delimitar representações cartográficas e lutar por uma definição legítima que seja capaz de fazer valer seus interesses e pretensões” (ACSELRAD e VIÉGAS, 2013, p. 31). Compreendemos que há, portanto, uma guerra dos mapas e de geo-grafias no contexto de Guaraqueçaba, onde diferentes atores têm entrado em uma disputa em torno do território a partir das formas de representação do mesmo.

Os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR, assim como grande parte dos povos e comunidades tradicionais brasileiros nunca tiveram a lógica de definir precisamente os limites do seu território em uma zona, tal qual observamos atualmente nas UCs, terras indígenas, quilombolas ou outras. O processo de autodemarcação do território tradicional a partir do Movimento demorou mais de 3 anos para ser elaborado e encontra-se ainda hoje em seu processo de atualização, já que outras comunidades foram se inserindo ao longo dessa trajetória. Essa situação nos indica que a concepção de território mantém-se em disputa por diferentes agentes e, para conseguir ter seu direito ao território garantido, os pescadores têm precisado transformá-la de uma lógica do espaço como processo e relação para uma lógica de zona: nos diálogos com o governo esta parece ser a única forma compreensível ou aceita por este agente (discorreremos sobre esse assunto no subitem 4.4). Foi o próprio Estado que passou a instituir fronteiras precisas para esses grupos, enclausurando-os em determinadas áreas ou, no caso das UCs restritivas como o PNS, ameaçando excluir os sujeitos de seus territórios.

Esse processo é denominado por Haesbaert (2004) como exclusão territorial, com diversas ressalvas ao uso do termo exclusão, ponderando que o termo mais apropriado poderia ser inclusão precária, e representa situações em que:

[...] é como se tivéssemos não tanto os grupos sociais sendo excluídos do (ou precariamente incluídos no) território, mas o próprio 'território', definido 'de fora para dentro' (uma espécie de 'natureza territorializada'), sendo 'excluído' da sociedade, no sentido que cada vez mais são criadas áreas completamente vedadas à habitação/circulação humana, especialmente aquelas destinadas a uma alegada 'proteção da natureza', com diversas modalidades de reservas naturais criadas ao redor do mundo (HAESBAERT, 2004, p. 316).

A lógica de representação desse território quando realizado a partir do olhar preservacionista, portanto, interpreta-o como um espaço a ser bloqueado ao uso social, dicotomizando a relação entre as comunidades tradicionais e a natureza. A geo-grafia do MOPEAR, ou seja, sua lógica de compreender e representar o território, por outro lado, reterritorializa práticas tradicionais e tem como ponto de partida o vínculo dos sujeitos com o território. Neste sentido, os mapas produzidos pelo Movimento podem ser interpretados como cartografias subversivas, como apontam Randolph e Gomes (2010), já que expressam contra-espacos e geo-grafias outras.

Toda essa disputa cartográfica e geográfica em curso em Guaraqueçaba, portanto, nos aponta que não é tarefa simples compreender o território tradicional, tampouco a multiterritorialidade existente na região. Também revela que os mapas se conformam como mecanismos para se exercer o poder, seja para conquistar um território ou para controlá-lo ao passo que carregam em si a forma que diferentes autores compreendem o mundo e constroem referenciais para a sua ação prática.

#### 4.1.2 Aspectos metodológicos da produção da autodemarcação do território tradicional

Como já mencionado, com a instauração do PNS em 1989 no território de comunidades tradicionais de caiçaras e pescadoras(es) artesanais, uma série de restrições ao uso dos recursos e do território foi imposta pelo órgão ambiental aos grupos tradicionais que ali viviam. De acordo com o SNUC, é obrigatória a elaboração de um Plano de Manejo em um período máximo de 5 anos após a criação da UC. Este Plano visa realizar estudos para compreender a configuração da área e seu entorno, normatizando os usos e demais processos de gestão referentes à UC. O PNS ainda hoje (2017) não possui um Plano de Manejo, o que lhe coloca em uma posição de irregularidade há pelo menos 28 anos. O parágrafo único do artigo 28 do SNUC determina claramente que:

Até que seja elaborado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas unidades de conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva proteger, assegurando-se às populações tradicionais porventura residentes na área as condições e os meios

necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais. (Parágrafo único, Art. 28. Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000).

Mesmo nessas condições colocadas pela Lei que rege o SNUC e, portanto, a atuação do Parque, tal orientação dada pela lei não foi respeitada no PNS. As comunidades tradicionais da região sofreram insistentemente as implicações de uma ação ambiental rígida, violenta e ilegal, que impedia suas práticas tradicionais essenciais à reprodução social do grupo usando criminosamente como argumento a legislação ambiental – essa mesma legislação que deveria ser aplicada para defendê-las e assegurar-lhes seus direitos.

A demanda pela criação de um processo de uma segunda cartografia social<sup>102</sup> entre os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR surgiu no contexto do acirramento dos conflitos territoriais gerados pela falta de participação adequada nos estudos para a elaboração do plano de manejo do PNS: além de discordar desse ponto sobre a participação social, também perceberam que os mapas e demais documentos heterônomos não partiam das mesmas preocupações das comunidades tradicionais – falavam na mesma área, mas tratavam de territorialidades e modos de pensar os espaços distintos.

Esse panorama já vinha se formando diante do histórico de criminalização de práticas tradicionais e atuações de fiscalização ambiental marcadas por posturas violentas, impedindo as comunidades tradicionais de viverem conforme sua identidade étnica e coletiva em nome de uma preservação ambiental sem sujeitos. Em suma, se o processo de elaboração desse instrumento técnico (o plano de manejo) poderia vir a contribuir na resolução dos conflitos entre comunidades e Parque corrigindo a falta de consulta pública no momento da criação da UC, ao contrário, as comunidades se sentiram ainda mais lesadas diante da forma de condução de tais trabalhos. Importa ressaltar que o agravamento do conflito não se deu pelas comunidades serem contra a proteção da natureza, ou contra um Plano de Manejo, mas, precisamente, por não participaram efetivamente da elaboração dos estudos conforme sua concepção de consulta prévia de boa fé, tal qual assegura a Convenção 169 da OIT.

O curso de cartografia social, portanto, havia sido demandado com o intuito de que os(as) próprios(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras produzissem seu mapa abarcando sua forma de ação social e explicitando sua territorialidade desde sua identidade coletiva. Para isso, o grupo solicitou nosso<sup>103</sup> apoio para a formulação de pesquisas e um curso de formação em

<sup>102</sup> Antes disso, a primeira experiência com a cartografia social, finalizada em 2010, estava circunscrita ao conflito com a pesca industrial, o lançamento de recifes antiarrasto em regiões inadequadas e o conflito com o Parque. Naquele momento, no entanto, o trabalho se deu apenas com a comunidade da Vila de Superagui.

<sup>103</sup> Naquele momento tratava-se do Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil.

mapeamento. Em outro momento (no item 3.2.1) já expusemos as cartas de demanda desse processo de cartografia social e o abaixo assinado de seleção dos agentes de pesquisa de cada comunidade envolvida na ação. Importa ressaltar que esta não foi a única solicitação do Movimento, mas sim uma série de formações que se complementavam: foram ações educativas que envolveram o ensino, pesquisa e extensão, nas quais os sujeitos debateram e decidiram coletivamente sobre os conteúdos que julgavam pertinentes, os tempos em que essas ações iriam ocorrer, o formato dos cursos, os locais e os seus fins.

A ementa do curso abarcava momentos de discussão entre os agentes de pesquisa e a participação de lideranças do Movimento e das comunidades para relatar a trajetória histórica e geográfica dos grupos na luta pelo território. Para conferir o rigor técnico da produção dos mapeamentos, havia, também, a orientação sobre conhecimentos cartográficos, como a aquisição e tratamento de imagens de satélite, a capacitação no uso de aparelhos de GPS e no uso de softwares livres de geoprocessamento. Esses conteúdos e procedimentos técnicos serviram para que o produto final, ou seja, o mapa, pudesse ser utilizado como um documento legítimo em negociações das demandas territoriais dos pescadores junto às instituições governamentais.

Outros importantes momentos de formação se deram em relação ao registro de narrativas com materiais de audiovisual, registro de voz por meio de gravador, de celular, produção de vídeo com câmeras fotográficas ou celulares, edição de fotos e vídeos, bem como de técnicas de realização de entrevistas, uma vez que eram os próprios pescadores que as aplicavam junto às suas comunidades, escolhendo temas e formas de abordagens que melhor se adequassem a cada sujeito.



Figura 62 - Imagem A: Agentes de pesquisa espacializando legendas durante oficina na comunidade da Barra de Ararapira. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Oficina de sistematização de legendas na comunidade de Sibui. Fonte: a autora (2014).





Figura 63 – Imagem A: Membros da Vila de Superagui indicando os usos do território com apoio de imagem de satélite. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Agentes de pesquisa corrigindo mapas na comunidade de Tibicanga. Fonte: a autora (2014).



Figura 64 – Imagem A: Apresentação de croquis para a comunidade da Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Exibição do vídeo “A Vela e o Lampião”, elaborado pelo MOPEAR para ampliar o debate sobre a luta pela energia elétrica e a representação dessa pauta nos mapas. Fonte: a autora (2014).



Figura 65 – Imagem A: Organização das legendas para oficina na comunidade da Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Debate sobre os croquis e sobre o processo de autodemarcação na comunidade de Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014).

Essas imagens se referem a diferentes momentos do curso de Cartografia Social e Gestão Territorial. Durante essa e outras ações educativas, o debate acerca da participação foi intenso: a construção de uma forma de pesquisa e de cursos de formação a partir dos e apropriados pelos sujeitos articulados no MOPEAR se deu concomitantemente ao questionamento que esses vinham empreendendo frente a um processo dito participativo por parte do ICMBio. De acordo com os próprios membros do MOPEAR, as características das

propostas elaboradas desde esse coletivo de pescadores(as) artesanais e caiçaras refletiram aquilo que compreendiam como uma participação de boa-fé, livre, esclarecida, informada, tal qual a Convenção 169 da OIT aponta e a qual ansiavam que fosse adotada pelos diferentes agentes que intervinham em seu território, sobretudo o ICMBio. A constante vigilância metodológica em torno dos cursos e pesquisas demandados pelo Movimento implicaram em uma resposta, uma contraposição metodológica à forma de fazer que vinha sendo conduzida durante a elaboração do Plano de Manejo e de diversos outros processos participativos oferecidos pelo ICMBio e outros projetos heterônomos aplicados na região.

O peso da mobilização social nas comunidades em torno de um projeto de formação/educação voltado aos anseios desses sujeitos coletivos ficou explícito em diversos momentos, como, por exemplo, na mobilização da comunidade de Tibicanga para que a própria comunidade construísse um espaço escolar, tendo em vista a ausência do poder público para a reforma do antigo espaço ou construção de um novo, uma vez que a estrutura anterior já não suportava a demanda local.



Figura 66 - Moradores de Tibicanga e membros do MOPEAR no mutirão para a construção da Escola Estadual Ismael Xavier Chagas de Tibicanga. Fonte: Acervo MOPEAR (2014).





Figura 67 - Pescadoras artesanais de Tibicanga no momento final do mutirão de construção da Escola Estadual Ismael Xavier Chagas de Tibicanga. Fonte: Acervo MOPEAR (2014).

Devido à falta de energia elétrica em diversas outras comunidades que impediam o uso de computadores ou quaisquer instrumentos que demandassem energia, Tibicanga foi escolhida para a abertura de um laboratório de cartografia social. Ali era o espaço onde os agentes se reuniam para o uso dos softwares de geoprocessamento, para sistematizar as demais informações do mapeamento e planejar as ações em campo. Essa movimentação em torno da luta pela educação coadunou com o momento que o MOPEAR vivia, no sentido de estimular e tentar encontrar meios para que pescadores artesanais e caiçaras voltassem a estudar, sobretudo a partir de um projeto de educação popular adequado às suas necessidades e anseios.

As figuras anteriores registram o trabalho em regime de mutirão realizado pela comunidade de Tibicanga com o apoio do MOPEAR. A construção desse novo espaço escolar propiciou a instalação de computadores doados pelo IFPR-Paranaguá, vindo a suprir a necessidade da escolarização para crianças e adultos da comunidade, bem como o trabalho de formação em gestão territorial e cartografia social do Movimento.



Figura 68 – Imagem A: Agentes de Pesquisa do MOPEAR durante curso de Cartografia Social. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Laboratório de Cartografia Social posteriormente utilizado como laboratório de informática. Fonte: a autora (2014).

Superando as adversidades impostas pela baixa escolaridade e até mesmo pela falta de condições materiais, como recursos financeiros ou até mesmo energia elétrica disponível para poderem utilizar computadores e outras tecnologias, pescadores e pescadoras artesanais se apropriaram não somente de técnicas complexas para a elaboração de mapas, mas do próprio desafio de criar condições para que a autodemarcação do território tradicional pudesse ocorrer. A criação do laboratório de cartografia social, ilustrado nas imagens, demonstram o poder mobilizatório dos pescadores para se organizar e promover seus processos de formação e de ação social. Eles não somente solicitaram auxílio para a realização de seus mapas, mas buscaram doações para a construção de um espaço escolar, mobilizaram os pescadores para construí-lo, buscaram formas de conseguir computadores e outros materiais, aprimoraram seu poder de comunicação para conseguir envolver as comunidades nas atividades, desafiaram seus limites de compreensão de documentos técnicos e autogeriram um curso de gestão territorial.

Em grande parte dos processos de cartografia social que pudemos nos envolver com outros movimentos sociais do Sul do Brasil constatamos que o momento do geoprocessamento esteve, via de regra, atribuído aos técnicos da universidade que auxiliavam nos processos de mapeamento. Essa questão, inclusive, é levantada por Gorayeb, Meireles e Silva (2015) como uma das maiores críticas em processos de cartografia social, já que consiste em uma etapa do trabalho que geralmente é feita desde um distanciamento dos sujeitos. A dificuldade é justificada, geralmente, pela complexidade do trabalho do geoprocessamento e uso de softwares, que poderia vir a desmotivar as comunidades que, aparentemente, estariam mais preocupadas com o produto final do mapa para usá-lo como instrumento, ao invés de ter que se apropriar de todo esse conhecimento que os técnicos poderiam resolver com maior rapidez. No caso do MOPEAR, os próprios pescadores se apropriaram do fazer antes atribuído aos técnicos, se reunindo para aprender a utilizar os softwares de geoprocessamento, para organizar os dados, sistematizar as demais informações do mapeamento e planejar algumas ações em campo.



Figura 69 – Imagem A: Agentes de pesquisa gerindo a base de dados em software livre de geoprocessamento na comunidade da Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014). Imagem B: Reunião de apresentação de mapa na comunidade de Barra de Arapirã. Fonte: a autora (2014).

A imagem A da Figura 69 retrata esta apropriação por parte dos agentes de pesquisa em relação às técnicas de geoprocessamento. Ainda que existissem dificuldades para alguns pescadores, de maneira geral esses agentes de pesquisa avançaram para o domínio das ferramentas e da própria elaboração do mapa. Isso, inclusive, contribuiu no melhor entendimento dos sujeitos em torno da produção cartográfica e na possibilidade de atualizar seus mapas sem a dependência de agentes externos.

Nesse sentido, utilizamos apenas softwares livres ao longo de todo o processo da Autodemarkação, denominação que passou a ser utilizada pelos próprios pescadores para se referir a cartografia social, seja na gestão do SIG, ao usar o software livre *Quantum Gis (QGIS)*, na produção de legendas com os softwares livres *Gimp* e *Inkscape*, e na diagramação do boletim e informe de pesquisa<sup>104</sup> com o *Scribus*.

O uso de softwares livres foi adotado como forma de nos posicionarmos frente ao modelo de produção do conhecimento que buscamos. Softwares privados, além de caros, impedem, muitas vezes, seu uso e reprodução. Esse posicionamento não se deu apenas por se tratar de um processo de cartografia social cujos sujeitos não possuíam condições financeiras para a compra e renovação de licenças, já que precisariam atualizar constantemente seus trabalhos a partir do uso desses programas, mas por entendermos que a forma de produzir conhecimentos também se configura enquanto um comum. Vieira (2016) esclarece que o sentido de um software livre se embasa em quatro “liberdades”, sendo elas o seu uso, estudo, compartilhamento e modificação. Outra noção arraigada quando se trata dos softwares livres é a do mecanismo *copyleft*, contrariando o padrão que as leis de propriedade intelectual seguem: ao invés do uso privado, o uso comum do software e sua constante atualização pelos próprios usuários. Acionando a noção de comuns, o autor salienta que comuns materiais se referem a questões físicas e seu compartilhamento, podendo eles ser a terra, recursos florestais, pesqueiros, entre outros, enquanto o uso do software livre se enquadraria na noção de comuns imateriais, tal qual obras de arte e manifestações culturais. O uso de softwares livres estaria ligado a uma construção dos comuns intelectuais.

O mero uso da técnica, como já afirmamos, não confere a eficácia de um processo de cartografia social, sendo a apropriação por parte dos sujeitos essencial para garantir que os conteúdos e suas respectivas problematizações partam, de fato, das pessoas que a demandaram, planejaram e participaram ativamente da sua construção. Nesse sentido, a imagem B da figura anterior registra um dos momentos de debate dos agentes de pesquisa junto às comunidades, no

---

<sup>104</sup> Publicações finais contendo os resultados do processo de autodemarkação. Esses documentos foram utilizados, dentre outros fins, na Ação Civil Pública relativa à participação no Plano de Manejo do PNS.



caso, da Barra de Ararapira. Esses debates ampliados nas comunidades foram denominados como assembleias e serviram como um segundo momento para envolver as comunidades no trabalho. O primeiro havia sido a mobilização para a decisão de fazer o trabalho e escolher os pescadores da cada comunidade que se tornariam agentes de pesquisa. Essas assembleias serviam para manter as comunidades informadas sobre os caminhos que a ação da cartografia social ia tomando e permitir que elas também opinassem sobre esses rumos, também serviram para confirmar os dados que iam sendo inseridos Nos mapas, para estimular que todos se sentissem a vontade para compartilhar suas histórias e visões, para reconhecer publicamente o trabalho dos agentes de pesquisa e discutir meios para apoiá-los. Nesses momentos, assim como em outras ocasiões, como reuniões da coordenação do Movimento e dos agentes de pesquisa, foi possível aprofundar debates sobre como se poderia vislumbrar a construção de formas de participação social adequadas a realidades desses sujeitos, como explicitar os conflitos existentes na região e repensar as formas de organização social que não funcionavam ou valorizar as que desejavam retomar ou construir. Foi justamente o controle desses sujeitos sobre sua experiência de autodemarcação que possibilitou um olhar importante para suas formas de relações comunitárias e territoriais no sentido de avaliá-las e de projetá-las no futuro que desejam construir. Como destaca Alonso (2011):

Los trabajos cartográficos antagonistas, además, desarrollan procesos arqueológicos que rescatan las ‘otras historias’, ese negativo de la memoria que permanecía enterrado, permitiendo la visibilización de conflictos y subjetividades olvidadas. Pero al mismo tiempo, la inclusión de imaginarios alternativos, de historias urbanas no oficiales y de modos de vida excluidos en la sociedad actual, nos indica que los procesos arqueológicos se utilizan también para crear presente y proyectar futuro. Los cartógrafos antagonistas son también arqueólogos del futuro. Se desarrolla de este modo un tipo de cartografía bajo la idea de archivo colectivo, capaz de reposicionar la territorialidad del mundo, incidiendo en la subjetividad y pluralidad de los individuos que lo habitan (ALONSO, 2011, p. 44).

Outro elemento essencial no processo da autodemarcação foi a realização de entrevistas, que foram definidas pelos próprios agentes e variavam de acordo com as temáticas mais pertinentes a cada comunidade. Devido a aversão de diversos moradores às pesquisas, a forma de abordagem das entrevistas eram planejadas individualmente visando propiciar um ambiente tranquilo para cada entrevistado, por exemplo, selecionando os lugares onde seriam realizadas as entrevistas, a opção de falar sozinho ou em grupo, a informação prévia do tema da entrevista para se sentirem mais preparados, a flexibilidade em usar gravador de voz, registro em diário de campo ou registro por tópicos para posterior transcrição.

O fato de os entrevistadores serem os próprios pescadores, utilizando sua linguagem habitual, explicando em seus próprios termos o intuito daquele exercício, conferiu uma dinâmica positiva ao registro das narrativas. Diversas questões que eram explicadas a nós, pesquisadores, com certa dificuldade, dotavam-se de fluidez e profundidade distintas quando eram proferidas entre os pescadores. Notamos que quando o discurso era elaborado aos pesquisadores havia uma tentativa de objetividade e, por vezes, até mesmo de responder aquilo que gostaríamos de ouvir. A impressão era de que a informação não se dava por inteiro, que faltava algo. Ocorreu, também, que muitos depoimentos relatavam acontecimentos diante de uma complexidade de situações acumuladas das quais não tínhamos memórias de vivências na região para compreender – por vezes, aparentavam ter valor secundário ou serem percepções individuais e restritas acerca dos acontecimentos. Ainda que nas conversas entre pesquisadores e comunidade tenham surgido diversos assuntos e histórias essenciais para se compreender o contexto local, era nas entrevistas entre os pescadores que o discurso se atrelava com maior vivacidade ao território – nenhuma história estava descolada do coletivo e dos lugares. Para se explicar determinada situação eram acionadas histórias de todos, protagonizadas pelos sujeitos reais, que todos conheciam e com referências aos lugares onde aconteceram. Os fatos iam se comprovando à medida que relembavam fatos concretos, inquestionáveis e que, todos, ou grande parte deles, haviam presenciado. Para falar sobre o território era preciso falar de Mauro, Edileuza, Pedro, Silvano, Juciara, Leno, Oscar, Edite<sup>105</sup> e assim por diante, um a um daqueles que constroem histórica e cotidianamente o território. Cada assunto, enfim, era composto pelas experiências de todos e em lugares que ainda guardam as marcas dos acontecimentos.

A produção de legendas foi outro importante momento de formação, já que permitiu o desenvolvimento de forma própria de representação do território a partir do olhar dos(as) próprios(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. Como lembra Rocha (2015), tão importante quanto questionar o que se representa (o que se deseja mapear) é como se representa o território e suas dinâmicas, algo elaborado por esses sujeitos em uma iconografia que agrega valores simbólicos e políticos:

Com a iconografia desenhada pelos sujeitos que são historicamente excluídos do processo de construção das representações, há um deslocamento do ponto de enunciação, da forma como se conta a história do território. Deste processo surgem representações dos conflitos, das formas de organização social, das práticas culturais invisibilizadas, da história contada a partir da vivência, etc (ROCHA, 2015, p. 137).

---

<sup>105</sup> Apenas alguns dos(as) tantos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras que dão sentido ao território tradicional na região.

O processo de autodemarcação do território tradicional, assim, objetivou estimular a autonomia do grupo de pescadores(as) artesanais e caiçaras, no sentido de permitir

[...] que as comunidades locais construam suas memórias e estabeleçam suas identidades. São as discussões livres dentro das comunidades – e não o inquérito conduzido por funcionários governamentais apoiados em classificações arbitrárias e exteriores – que levam ao delineamento de estratégias políticas e identitárias bem como a definição de políticas de memória. É a própria comunidade local que se constitui como sujeito de conhecimento e ação política, funcionando também como comunidade argumentativa (OLIVEIRA, 2013, p. 13).

Em suma, a metodologia desse processo de cartografia social foi construída baseada em um princípio de troca de saberes: os sujeitos demandaram que suas pautas fossem tratadas pela perspectiva científica e que eles pudessem se apropriar dos conteúdos, assim como dos modos de fazer científicos. Por outro lado, nos inseriram em diversas situações cotidianas para que entendêssemos suas questões, a partir de seus conhecimentos e fazeres tradicionais. Mais precisamente, ambos, pesquisadores e sujeitos, atuamos como educadores populares e como educandos, também como pesquisadores/pesquisados. Pescadores artesanais e caiçaras se tornaram agentes de pesquisa em Gestão Territorial e Cartografia Social entre outros espaços formativos de educação popular, e se tornaram nossos educadores à medida que conduziam nossas vivências em campo a fim de melhor explicitar sua territorialidade, suas práticas tradicionais, seu cotidiano, seus anseios e opiniões.

Construímos diferentes espaços de discussão visando aproximar olhares, permitir que cada um compreendesse o fazer do outro. Podemos citar como alguns exemplos as extensas reuniões entre coordenação política do Movimento, equipe pedagógica e setor de educação para o planejamento dos cursos e visitas de campo, onde as propostas demoravam longos períodos para serem aprovadas, já que ainda não compreendíamos dinâmicas climatológicas ou da característica do trabalho de cada comunidade que poderiam atravancar alguns momentos dos cursos. As lideranças também nos acolheram nas diferentes comunidades e propiciaram uma intensa convivência com as mais diversas pessoas, inclusive aquelas que discordavam de um ou outra ação do MOPEAR, o que nos permitiu compreender melhor essa dinâmica local e nos ambientar até mesmo com a linguagem, o vocabulário, os dizeres diferentes dos nossos que poderiam se referir às mesmas coisas. Por diversas vezes, fomos gentilmente avisados por lideranças que precisávamos nos esforçar mais para que nossa linguagem fosse mais acessível ao povo, algo que levamos um bom tempo para equilibrar até que os sujeitos afirmassem estar compreendendo com facilidade ou que percebêssemos que a comunicação fluía de forma mais recíproca.

A nossa didática durante momentos de formação também foi redefinida constantemente pelas lideranças, que nos ensinaram que seu povo não costumava ir em reuniões, sendo mais adeptos de ações práticas e que, portanto, precisaríamos inventar novas formas de gerar reflexões e debates mais criativos e ativos. Além disso, partilhamos momentos importantes no cotidiano das pessoas e comunidades, como festas, bingos, casamentos, reuniões comunitárias, aniversários, churrascos de final de ano, amigos secretos, banhos de maré, celebrações religiosas, torneios de futebol, ensaios musicais até mesmo auxiliando no atendimento dos comércios locais. Fomos conduzidos a acompanhar diversas práticas tradicionais que permitiram uma interpretação mais próxima sobre o sentido delas para os sujeitos – leitura que ficava abstrata quando partíamos apenas dos relatos dos pescadores. O grupo também nos levou repetidas vezes para percorrer o território tradicional a fim de nos fazer compreender as dinâmicas que recorrentemente precisávamos relatar nos pareceres e pesquisas. À medida que caminhavam nos apresentando seu universo conseguiam nos explicar sobre suas práticas e sobre a importância de cada pedaço do território para cada comunidade ou família. Nesse exercício, conseguiam comprovar como as práticas atribuídas por outros atores como algo do passado ainda estavam vivas não apenas na memória, mas no território em si, que ainda carregava marcas dessas ações.

Os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR nos ensinaram, também, sobre a vida no trabalho e nos colocavam para trabalhar junto em algumas situações. Nas ocasiões em que precisávamos decidir questões com certa urgência, as lideranças nos ensinaram a respeitar os tempos das comunidades, onde cada processo decisório precisava passar pelas bases, ser amplamente discutido, refletido, apropriado, para que então se decidisse qualquer coisa – mesmo sem a intenção, atropelamos esses processos algumas vezes, e, nesses casos, as lideranças nos alertaram e nos ajudaram a corrigi-los. Outro exemplo, enfim, foi que na maioria dos casos as entrevistas com as comunidades foram planejadas e conduzidas pelos próprios pescadores, fato que complexificava ainda mais nossa interpretação – percebemos que quando pescadores conversam entre si, a forma de construir a narrativa e o conteúdo dela eram bem diferentes de quando éramos nós, pesquisadores, que indagavam os sujeitos.

Mesmo que toda essa interação propiciada pela relação social de pesquisa seja essencial para compreendermos a realidade local e elaborar junto aos sujeitos uma prática de construção de conhecimento útil, fruto do diálogo intercultural, importa concordar com Marcos (2006) que é essencial demonstrar que estamos do lado dos sujeitos com quem produzimos esse saber e que eles são capazes de entender e aceitar o sentido da nossa intervenção, mas isso não implica, de forma alguma, em se tornar um deles.

Após a consolidação desse trabalho nas comunidades de Tibicanga, Barbado, Sibui, Canudal, Vila de Superagui, Barra do Ararapira, outras comunidades passaram a solicitar sua inclusão na autodemarcação, compreendendo que se tratava de uma ferramenta importante para discutir sobre o território tradicionalmente ocupado e garantir os direitos a ele correlatos. Vila Fátima, Varadouro e Bertioga passam, então, a integrar o grupo da autodemarcação. As imagens a seguir referem-se a esse momento de inserção de novas comunidades no processo, onde os próprios agentes de pesquisa passaram a ministrar oficinas e orientar a produção cartográfica. Ao final do ano de 2017, representantes da comunidade de Vila das Peças demonstraram interesse em realizar o trabalho junto ao MOPEAR e agora têm estabelecido diálogo para a concretização da ação.



Figura 70 – Imagem A: Reunião preparatória para a elaboração das oficinas de mapeamento em Vila Fátima. Fonte: a autora (2015). Imagem B: Oficinas de mapeamento na comunidade de Bertioga. Fonte: Acervo MOPEAR (2016).

Nas imagens anteriores estão alguns dos agentes de pesquisa compartilhando seus conhecimentos para auxiliar as novas comunidades a elaborarem seus croquis e seus mapas. Além da produção do material cartográfico os agentes fizeram reuniões nessas comunidades, visando explicar todos os procedimentos aos moradores, bem como destacar a importância do exercício para a luta pelo território. A fala de um dos coordenadores do MOPEAR justifica a motivação em relação à realização do curso:

[...] nesse Plano de Manejo do ICMBio eles tão praticamente tomando todo o território pesqueiro dessas comunidade, então a gente pediu um curso pelo Movimento pro Instituto Federal, pra que dê um curso [...] pra capacitar essas pessoas pra própria comunidade fazer e autodemarcar o seu território, porque se nós não fizer esse mapeamento, a própria comunidade não disser o qual que é o seu território, o ICMBio vai dizer. E pra deixar que o ICMBio diga [...], eles vão dizer que nós não temos território, que essa comunidade não existe, é um agrupamento de família que tá atrapalhando o Parque Nacional e quando na verdade a gente sabe que não é bem assim, então esse curso tá se fazendo na própria comunidade, tem pessoas da própria comunidade que tá se capacitando pra fazer esse curso, bater ponto de GPS, preparar o mapa, e tudo isso pelo Movimento, pelo MOPEAR, é um pedido do MOPEAR. O curso e o pessoal tão se capacitando pra fazer esse mapa e a importância dele pra nós nem se compara porque o Barbado, Canudal, Ararapira, Vila Fátima, esses



praticamente perderam tudo o território deles, eles colocaram o Parque Nacional em cima das comunidade, então esse mapeamento se a gente conseguir que eles recupere o território deles, a importância disso a gente não tem dimensão de como que vai ser, né, porque é como se eles retornem à vida de novo, porque eles, praticamente, tão sendo expulso da comunidade deles, então o mapeamento ele tem essa importância muito grande, o importante é que essas pessoa que tão fazendo o curso eles façam a comunidade entender o que que significa o mapeamento, o que significa esse trabalho deles (Claudio Araújo Nunes, Liderança do MOPEAR da Vila de Superagui).

Com esses aspectos em mente, o presente estudo partiu da estratégia do próprio grupo em elaborar mapas para registrar e produzir conhecimentos que fortaleçam relações internas à comunidade bem como dela com outros agentes. Lozano Tovar (2015) chama atenção para a importância da construção de saberes desses sujeitos “[...] como una herramienta metodológica desde donde se construyen diálogos y desde donde se construyen mundos” (LOZANO TOVAR, 2015, p. 06). Sobre o ato de elaborar mapas, Giménez (1994) defende que esse gesto permite que comecemos a desenhar a realidade desde aquilo que pode ser considerado como mais simples até que se crie um campo de relações estruturado onde se faz possível uma tradução em uma mesma linguagem das mais variadas versões da realidade que passam a ser subjetivamente compartilhadas.

Sobre essa reflexão, Lozano Tovar (2015) salienta que a partir dos *mapas de saberes*, esses que são constituídos a partir, pelos e para os sujeitos, se propicia um reconhecimento territorial que abrange uma leitura temporal e espacial das relações sociais e que viabiliza uma atuação dos sujeitos com maior conhecimento acerca de sua realidade o que, para o autor, estabelece “[...] una relación entre la construcción del conocimiento y la acción social” (LOZANO TOVAR, 2015, p. 07). Em suma, para além do produto final (os mapas) a autodemarcação é importante pelo processo mobilizatório e reflexivo que gera junto aos sujeitos.

Para Almeida (2013a), esse exercício implica no esforço mobilizatório em descrever e georreferenciar aquilo que as comunidades envolvidas entendem como relevante e como se manifesta a consciência da fronteira de cada uma dessas unidades sociais. Essa metodologia envolve um trabalho etnográfico em que

[...] As decisões cabem, portanto, às comunidades locais [...]. Não se trata de um mapeamento por mancha ou por incidência de certas espécies vegetais, por bioma ou por ecossistema. Trata-se de um mapeamento social, que produz materiais contingenciais, denominados mapas situacionais. Distingue-se, pois, dos mapeamentos participativos, enquanto instrumentos de planejamento, definidos por planejadores para incorporar as comunidades em decisões que foram tomadas para elas ou que lhes irão afetar. Em razão disto é que privilegiamos movimentos sociais e as identidades coletivas, bem como as formas organizativas intrínsecas, que os próprios grupos adotam, incluindo-se aí suas formas de mobilização e de solidariedade (ALMEIDA, 2013a, p. 32).

Essa diferenciação que o autor faz entre uma cartografia social idealizada e construída pelos sujeitos e os mapeamentos participativos pensados desde lógicas heterônomas possui importância central para a ressignificação do papel das comunidades tradicionais nos processos de gestão do seu território tradicional. Em um contexto de propagação de metodologias participativas (inclusive a cartografia social e outras práticas semelhantes) para legitimar medidas interventivas nesses territórios, se faz essencial poder diferenciar tais processos, tais pontos de partida, para que então os sujeitos tenham seus direitos à participação adequada reconhecidos e efetivados. Um importante detalhe para Almeida (2013a) é a associação entre competência técnica e capital militante que permite que as próprias comunidades tradicionais produzam suas fontes cartográficas, e que monitorem e atualizem as informações acerca de seus territórios (ALMEIDA, 2013a). Concretamente, vale recordar que toda pesquisa que gerou a cartografia social foi decorrente de um processo de formação, onde os agentes de pesquisa (militantes do Movimento) foram munidos de técnicas de geoprocessamento a fim de poder representar o processo de territorialização das comunidades mapeadas.



Figura 71 - Formatura dos agentes de pesquisa em Cartografia Social e Gestão do Território na comunidade de Tibicanga. Fonte: a autora (2014).

A figura anterior registra um momento de grande importância dentro do MOPEAR - a formatura da primeira turma de agentes de pesquisa em Cartografia Social e Gestão do Território. Uma ação que foi se construindo pelos sujeitos e na qual eles controlavam os conteúdos que apareceriam, como seriam representados, e decidiam quais usos e encaminhamentos seriam dados a partir dela. Tudo isso estava intimamente ligado a um projeto

de mundo que permite pensar os sujeitos ligados diretamente com o seu território, a partir de suas práticas tradicionais e suas formas de relação e organização social.

A relevância da conquista, portanto, não se dá meramente pelo fato de que diversos pescadores jovens e adultos retomaram seus estudos a partir de um curso cuja temática se adequava a sua realidade social, mas pela dimensão disruptiva incutida nesse gesto: agora eram os próprios pescadores que passavam a produzir informações sobre seu território, a partir de dados técnicos amparados por uma associação entre conhecimentos e procedimentos científicos e tradicionais.

Foi com esse primeiro exercício que os sujeitos incorporaram à sua prática um novo rol de ações que antes julgavam não lhes caber, ou não lhes ser possível: a de compreender os conteúdos técnicos e científicos sobre suas vidas, para então poder analisá-los, confrontá-los e, acima de tudo, propor novas formas de fazê-los. Não significa que antes, desde o conhecimento tradicional e suas formas de organização local isso não era possível, mas, certamente, essa apropriação ampliou o horizonte de ação social do grupo, que passou a ter mais segurança para questionar posturas heterônomas e elaborar propostas que convergissem na redução da assimetria de poderes existentes na sua relação com os órgãos ambientais<sup>106</sup>.

Os mapas, assim, configuram-se como ferramentas políticas que contextualizam leituras da realidade e de onde podem se articular formas de mobilização e ação coletiva. Para Rocha (2015) podemos dividir a produção cartográfica desde os sujeitos entre aqueles “mapas que fazemos e nos fazem” e “mapas que fazemos e nos vendem”. A primeira perspectiva refere-se aos mapas que auxiliam a produzir sujeitos territoriais:

[...] são mecanismos de “dilatação do presente”, como afirma Boaventura de Santos (2002, p. 24), “uma forma de imaginação sociológica que visa um duplo objetivo: por um lado, conhecer melhor as condições de possibilidade da esperança; por outro, definir princípios de ação que promovam a realização dessas condições”. Trata-se da construção da oposição à lógica moderno-colonial e todas suas dimensões através da potencialidade emancipadora, não dos mapas em si, mas da ação de fazer mapas e, com eles, fazer-nos a nós mesmos (ROCHA, 2015, p. 172).

Já os “mapas que fazemos e nos vendem” representam aqueles processos que não pertencem de fato aos sujeitos, coisificando-os, assim como a seus territórios. São produtos que

---

<sup>106</sup> A discussão em torno da autodemarcação do território tradicional trouxe a demanda de novos espaços de discussão para aprofundar os conhecimentos e percepções sobre a temática da gestão territorial. Esses espaços ganharam o formato de cursos de extensão, de formação profissional no formato Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos), de formação inicial e continuada (FIC) que foram agregando novos participantes das diversas comunidades da região e que culminaram na premiação do curso de gestão territorial com a Medalha Paulo Freire, do Ministério da Educação, no ano de 2017. Esse prêmio teve como objetivo reconhecer projetos de educação emancipatória que contribuíssem para a difusão dos direitos humanos de grupos sociais com pouco ou nenhum acesso à educação.

acabam possuindo mais valor de troca do que de uso. Como o autor define, são mapas que a uma só vez nos vendem e nos vendam, impedindo que os sujeitos identifiquem os processos perversos a que servem de mote.

Os contra-mapas, cartografias sociais, ou, como chamam os pescadores e caiçaras do MOPEAR, a autodemarcação do território tradicional, são expressões de uma ruptura e subversão epistemológica e apontam para uma grande diversidade na forma de compreender e construir o território. Através dessa produção cartográfica outra, os movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais tem conseguido denunciar de maneira contundente as violações de direitos que se expressam de maneira material e simbólica no âmbito daquilo que consideram mais sagrado, íntimo e essencial: seu vínculo com o seu território, ou seja, suas geografias.

Essa disputa, importa lembrar, se trava no plano da construção do conhecimento e traz à tona a necessidade de equilibrar relações de poder assimétricas que vão legitimando formas de interpretar e intervir no território. Além dos mapas identificamos que a subversão do planejamento e gestão territoriais desde o repertório de ação social do MOPEAR vêm ocorrendo, por exemplo, na mudança de postura dos sujeitos em relação à produção científica que os retrata ou envolve. É sobre essa questão que o próximo subitem versa.

#### 4.2 Sobre o lugar dos sujeitos na produção de conhecimentos sobre o território tradicional

A ciência é plural: há diferentes formas de concebê-la, de pensá-la, de praticá-la. Diante de toda essa diversidade, reconhecemos, junto com vários pensadores, que há uma relação de poder em torno do saber e fazer científico que vem sendo aplicada historicamente, o distinguindo de outras formas de conhecimento: existe certa tendência em atribuir a exclusividade da racionalidade ao discurso científico, assim como em interpretar que o cientista teria um olhar neutro que imprimiria veracidade e imparcialidade aos seus argumentos. Nesse sentido, sentimos a necessidade de considerar as contradições e discordâncias no campo científico que demonstram que o mesmo não se dá de forma evidente e inquestionável e sim como uma construção social (ALMEIDA, 2008a; DEMO, 1985), sendo ele apenas mais uma das possibilidades para se compreender algo em um momento histórico a partir de algum método de análise (MINAYO, 2001). Se o campo científico, enfim, está em constante processo de construção, assim, somos co-autores dessa história que pode vir a ser transformada em algo que permita abarcar diversas abordagens, diversas formas de pensar e “fazer ciência”, afinal, ela, como a própria realidade, não é homogênea.

Embora não fosse a única e definitiva forma de se buscar a verdade, a ciência acabou se tornando o principal instrumento dessa tentativa em um contexto ocidental (MINAYO, 2001). A transformação da ciência como principal forma válida de conhecimento teve influência de fatores epistemológicos, políticos e econômicos e acabou por reduzir os critérios de validade dos conhecimentos em critérios de cientificidade do conhecimento, ou, mais precisamente, “[...] a ciência moderna conquistou o privilégio de definir não só a ciência, mas muito mais do que isso, o que é conhecimento válido” (SANTOS, MENESES e NUNES, 2005, p. 22).

Para autores como Santos, Meneses e Nunes (2005), esse passo contribuiu para um epistemicídio, ou seja, um abafamento da legitimidade de conhecimentos alternativos, da diversidade epistemológica existente no mundo, dos diferentes e conflitivos saberes circunscritos às práticas sociais e, por consequência, na subalternização dos grupos sociais cujas lógicas derivavam desses esquemas epistemológicos.

No caso dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR a valorização do conhecimento técnico e científico em detrimento do conhecimento tradicional tanto sob a perspectiva da participação social (como já demonstrado no capítulo 3) quanto em quaisquer assuntos correlatos à gestão territorial demonstram uma postura estadocêntrica (Zibechi e Hardt, 2013) que acaba gerando um desperdício da experiência desses sujeitos.

Um exemplo prático disso foi o embate ao longo da ACP entre pescadores artesanais e ICMBio, mais especificamente a construção e o esquema interpretativo por trás de dois documentos: o “Levantamento de demandas tradicionais” do ICMBio e o “Parecer técnico sobre o levantamento de demandas para o planejamento do plano de manejo do PNS e levantamento de práticas tradicionais de pescadores(as) artesanais e caiçaras” elaborado coletivamente por pesquisadores apoiadores do Movimento e os(as) próprios(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR.

Como já pudemos explicar em outro momento, uma das divergências entre o grupo de pescadores(as) e caiçaras do MOPEAR e os gestores do ICMBio estava no entendimento sobre a própria participação social em torno da elaboração do plano de manejo do PNS, mais precisamente dos estudos que o embasariam. Um dos exemplos utilizados pelos pescadores para ilustrar a parca participação social foi a falta de acesso ao documento anunciado pelo ICMBio contendo 330 demandas tradicionais supostamente realizadas pelos próprios pescadores. Após ter sido necessária a intervenção judicial para o acesso a esse documento, os pescadores e caiçaras interpretaram que as informações nele contidas não se referiam de fato a demandas em torno de práticas tradicionais. Nesse sentido, manifestaram preocupação ao juiz



designado pois compreendiam que a ausência de informações sobre essas práticas tradicionais, desde a lógica de sua identidade étnica e coletiva, ameaçava qualquer possibilidade de seu reconhecimento e participação adequada em um plano de manejo.

Na visão do ICMBio, as 330 demandas tradicionais correspondiam às práticas tradicionais dos pescadores e iam até além, abarcando também demandas de outras ordens. Percebendo a divergência significativa na forma de interpretar o que consistia uma prática tradicional, o juiz solicitou que apontássemos as falhas deste documento para a captação dessas práticas e que elaborássemos uma lista com as práticas tradicionais que porventura tivessem sido esquecidas ou ignoradas pelo ICMBio.

A análise do documento do ICMBio passou então a ser realizada entre nós, pesquisadores apoiadores e os(as) pescadores(as) e caiçaras do MOPEAR, presidentes de associações de moradores, assim como outros pescadores moradores que não se autoneavam como membros do coletivo, mas que se interessaram pela discussão, nos levando a conclusão que, ao contrário do que propunham os gestores do PNS, aquilo que denominaram enquanto “demandas tradicionais” não poderia ser tratado como equivalente ou sinônimo de prática tradicional. A leitura tão somente do “levantamento de demandas” do ICMBio não era suficiente para compreender essa extrapolação do que era “demanda tradicional” no sentido de um pedido (que poderia ser genérico ou sobre quaisquer outros assuntos) de quem participou das oficinas e no que efetivamente dizia respeito a uma prática tradicional do grupo. Foi necessário, então, acessar os documentos fonte em que tais “demandas tradicionais” haviam sido registradas para entender quem as demandou, onde, quando e em qual contexto, elementos estes determinantes para se pensar o que o ICMBio entende enquanto demanda tradicional e enquanto um processo participativo.

A busca detalhada nos documentos fonte (as atas, relatórios de oficinas, entre outros), foi fundamental para compreendermos quem proferia a demanda, uma vez que o órgão deu a entender que eram demandas tradicionais **das comunidades**. Boa parte dos pedidos, no entanto, era de pesquisadores e representantes de ONGs ambientais que participavam mais ativamente dos espaços de debate. Ao consultar os documentos fonte junto aos pescadores que participaram das reuniões, automaticamente, as memórias desses sujeitos vinham à tona e longos relatos eram produzidos sobre o momento/reunião/oficina a que o ICMBio se referia. Foi nesse exercício, ao ter acesso a forma como o ICMBio descrevia esses espaços, bem como o que os pescadores supostamente pensavam e desejavam, que o grupo passou a denunciar com indignação a manipulação em torno do controle do discurso, uma vez que parte do que falaram não havia sido registrado ou então, segundo eles, havia sido deturpado no momento do registro

em atas. Para muitos pescadores era a primeira vez que tinham acesso às atas desses encontros, assim como, também pela primeira vez, souberam que as assinaturas que davam serviam como aprovação dos conteúdos ali descritos, embora alguns deles já soubessem, o esclarecimento foi recebido com surpresa por vários.

Foi necessário pensar em uma maneira pedagógica para apresentar o conteúdo do “levantamento” aos pescadores, uma vez que ao tentarem ler sozinhos encontraram dificuldades para conseguir compreender como se “lia” uma tabela. Para além da dificuldade com a linguagem técnica e acadêmica, estavam acostumados com textos corridos e os quadros esquemáticos com linhas, colunas coloridas e siglas se fazia indecifrável. Assim, destrinchamos o “levantamento” do ICMBio de maneira didática para que o grupo pudesse analisar o material de maneira mais compreensível. Dividimos a tabela do “levantamento”, sempre respeitando seu texto original, em “demandas por comunidade” separando, portanto, todas aquelas relativas a cada uma das comunidades citadas<sup>107</sup>, além das “demandas gerais” que tratavam de todas aquelas onde não era possível identificar a que comunidades específicas elas diziam respeito ou que se referiam a um conjunto de comunidades. As “demandas por comunidade” foram analisadas pelos membros da comunidade a que a tabela fazia referência. As demandas gerais foram analisadas coletivamente por membros de todas as comunidades.

Cada item foi analisado cuidadosamente, revisado, transformado em objeto de discussão coletiva e classificado, além de terem sido consultados os documentos fonte para entender em que contexto se coletou cada demanda. E assim foi feito com todos os itens ao longo de pouco mais de 20 horas divididas em quatro encontros organizados por lideranças das comunidades de Sibui, Tibicanga, Superagui, Canudal, Barbado, Vila Fátima e Barra de Ararapira. As tabelas também foram analisadas, discutidas e classificadas em cada comunidade por meio das associações de moradores ou de reuniões com os demais moradores (pertencentes ou não as associações) convocadas pelo MOPEAR. Nesses momentos de encontro as diversas comunidades analisaram coletivamente tal documento e debateram sobre seus conteúdos e possíveis efeitos. As(os) pescadoras(es) artesanais classificaram os itens listados pelo ICMBio entre as categorias “demandas absurdas”, “não consideradas”, “demandas gerais”, “demais parceiros”, “relacionadas ao uso dos recursos naturais/demandas” e “menção ao uso dos recursos naturais”

---

<sup>107</sup> Sendo elas: Tibicanga com 20 demandas; Superagui com 46; Ararapira com 48, Barbado com 37; Canudal com 10 e Vila Fátima com 14.

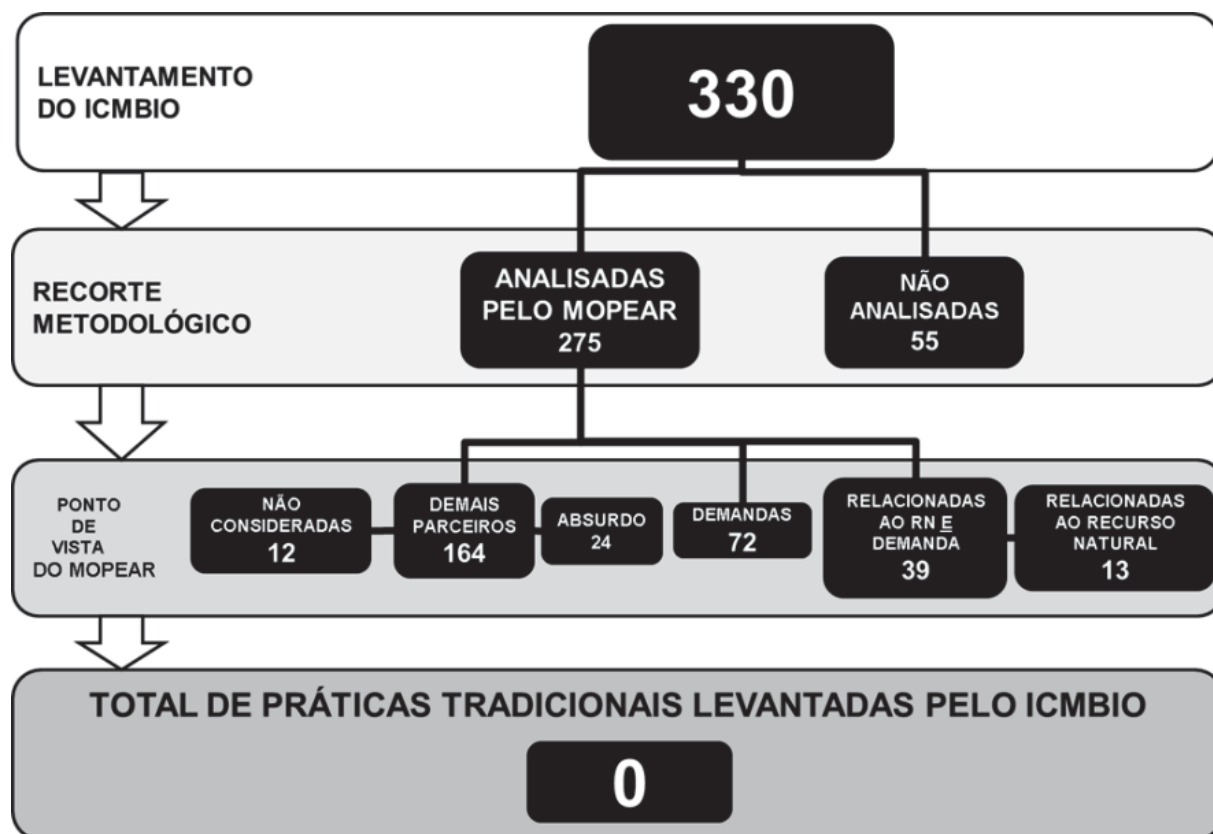


Figura 72 - Quadro explicativo da análise do “levantamento de demandas tradicionais do ICMBio” realizada junto ao MOPEAR. Fonte: Souza et al. (2016).

Utilizamos o presente esquema para sistematizar o esquema metodológico de análise e classificação dos conteúdos do “levantamento” do ICMBio por parte dos pescadores e caiçaras. A justificativa para a análise de 275 itens (ou 83,33% do total) se deu pelas 55 demandas não analisadas tratarem das comunidades de Vila das Peças, Ariri (Estado de São Paulo) e Bertioga, que naquele momento não estavam inclusas na ACP.

Ao contrário do que se deu a entender durante a audiência de conciliação, as 330 demandas não diziam respeito unicamente às comunidades tradicionais, tampouco consistiam em 330 “demandas tradicionais”. O levantamento e os documentos fonte não davam conta de atribuir todas as demandas registradas a alguma fonte precisa, por isso, nesses casos confusos e sem referências de origem utilizamos a percepção dos próprios sujeitos, partimos do pressuposto de que o que não é reconhecido pelas comunidades como uma demanda que eles realizaram só poderia ter sido formulada pelos “demais parceiros”.

Assim, 164 itens analisados, aproximadamente 60%, foram atribuídos aos demais parceiros. Desses itens, 12 foram automaticamente desconsiderados, uma vez que 11 tinham como origem uma “oficina de pesquisadores”, evento “participativo” que ocorreu sem a presença de nenhum comunitário, em Curitiba, restando um item elaborado pela equipe gestora

do PNS, sem indicar um documento fonte que representasse um momento “participativo” em que havia sido concebido. Dentre os itens provenientes dos “demais parceiros”, 24 foram classificados como uma “demanda absurda”, por apresentarem uma ideia completamente oposta àquilo que os pescadores acreditam e que jamais seria proposto por algum deles. Consideraram essas demandas como uma ofensa, sobretudo ao tentar empurrá-las como algo que havia sido requerido pelos comunitários.

Vale ressaltar que 26,18% dos itens foram classificados pelo MOPEAR e pelas Associações de moradores como “demanda” - importa distinguir, no entanto, que em nenhum momento a noção de demanda pode ser confundida ou equiparada com a de prática tradicional.

[...] na análise do Movimento, estes itens correspondem a ideias que circundam entre os moradores e que podem ter sido demandadas em algumas das reuniões dos Estudos que embasarão o Plano de Manejo do PNS (ainda que não possam ter certeza quanto à origem da fala). De toda a forma, [...] dizem respeito a questões que tem relação a políticas públicas diversas, como, por exemplo, as que tratam sobre a falta/qualidade dos sistemas de abastecimento de água (demandas de número 5, 47, 191, 268, 294), de coleta de lixo (demandas 58, 120, 122, 190, 246, 270, 271, 277, 278) e de esgoto (números 72, 119, 192, 325). Perceba-se, aqui, que se tratam de três demandas acerca a qualidade ou ausência destes serviços básicos prestados pelo poder público a qualquer cidadão - em termos quantitativos, estão repetidas 18 vezes, inflacionando consideravelmente a contabilização dessas “demandas” (SOUZA et al., 2016, p. 15-16).

Outro aspecto importante é o que se refere às 39 demandas (ou 14,18%) classificadas como “relacionadas ao recurso natural e demanda”. Os pescadores indicaram uma importante distinção entre se referir a uma prática tradicional (portanto, socioterritorial) a partir de todo um sistema de saberes, técnicas de manejo, dependência do recurso e dos saberes correlatos para sua utilização e entre uma demanda relacionada a um recurso natural pela perspectiva do ICMBio, uma vez que o órgão não consegue identificar, valorizar ou tentar proteger a prática tradicional que regula o uso do recurso, pois sua intenção é meramente proteger o recurso. Isso pode ser percebido, por exemplo, pelo fato de que, ainda hoje, o órgão incentiva e regula o uso e manejo da cataia para a associação das mulheres da Barra do Ararapira, mas, por outro lado, descontextualiza esta prática do modo de vida tradicional dos sujeitos: afinal, a cataia era servida aos sujeitos que participavam de um mutirão (seja para o preparo, plantio e colheita de uma roça, para varar uma canoa ou outra atividade que exigisse um esforço coletivo maior), durante uma festa de fandango, ofertada pelo beneficiário da ação. Logo, à medida que as leis ambientais proíbem a roça ou o corte de madeira na região, o fandango e o mutirão também acabam sendo, por consequência, afetados. Ao mesmo tempo, transformam a relação socioespacial existente entre as comunidades e o território tradicional (feito majoritariamente a partir de um valor de uso) em uma questão mercantil, uma vez que as ações de proteção da

natureza tem como fim maior a geração de um produto (mercadoria, no caso, a cataia) que estipula um valor de troca aos recursos naturais.

Essa interpretação é reforçada pela postura habitual por parte dos órgãos ambientais em identificar o modo de vida dessas comunidades tradicionais como algo prejudicial à proteção do meio ambiente, no sentido de que trarão prejuízos sobre os recursos naturais. Essa lógica presume, ainda, que o conhecimento tradicional não é suficiente para fazer o manejo e conservação do território.

Nesse sentido, falar e buscar proteger um recurso, como a madeira, o caranguejo, ou diversos outros, não implica em reconhecer ou buscar proteger a prática tradicional a ele correlata: ao contrário, essas informações aparecem diante da necessidade do órgão regular e impor aos pescadores e caiçaras qual é a maneira que consideram mais adequada para o uso ou, na maioria dos casos, na interdição desse uso, desrespeitando, assim, um saber fazer histórico e geográfico que compõe uma identidade coletiva e tradicional formada de relações socioterritoriais de alta complexidade. Tal complexidade se dá justamente pelo fato de que a identidade coletiva e tradicional é formada de relações socioterritoriais.

O ICMBio, assim, não apenas deslegitimou as práticas tradicionais como reproduziu a lógica de pensamento e de gestão que tem desenvolvido historicamente e que tende a acirrar ainda mais os conflitos territoriais da região. As soluções propostas pelo órgão neste documento foram a elaboração de termos de compromisso, que concedem o uso temporário do recurso a partir de regras acordadas com o ICMBio, podendo inclusive, culminar na realocação das famílias que aceitaram o termo para fora de seu território tradicional, ou, na maioria dos casos, o órgão apontou como encaminhamento a expressão “Não se Aplica”, que significa dizer que o assunto sequer será cogitado ou transformado em objeto de discussão, uma vez que foi automaticamente descartado.

A nossa conclusão em conjunto com os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras, diante da reflexão teórica e metodológica que elaboramos, é de que o levantamento do ICMBio não apresentou nenhuma prática tradicional do grupo atingido pelo PNS. Nossa explicação passa pelo plano epistemológico, já que a visão acionada pelo ICMBio dava conta de analisar a realidade a partir de sua preocupação com os recursos naturais, enquanto a interpretação dos pescadores partia de outro olhar, por meio do qual esses recursos naturais não podem ser pensados descolados de seu contexto, ou seja, das práticas tradicionais que relacionam formas de uso, manejo, conhecimento e transmissão desse saber/fazer no território e entre os sujeitos que compõem essa identidade étnica e coletiva.



A partir da lógica de compreensão do território por parte dos pescadores foi elaborada uma lista com uma relação de quase 80 práticas tradicionais. A disposição em lista visou atender a solicitação do juiz no momento da audiência de conciliação, mas importa lembrar que tratou-se de exercício meramente didático, já que a simples listagem acaba por resumir ou simplificar a complexidade das mesmas e de suas relações de interdependência e, em alguns casos, indissociabilidade.

É possível dizer que a elaboração de ambos documentos (levantamento de demandas tradicionais do ICMBio e parecer técnico junto ao MOPEAR) derivaram de processos participativos. Uma diferença essencial, no entanto, é que se tratam de produções desde perspectivas epistemológicas distintas, cujos resultados e efeitos também divergem significativamente - o reconhecimento ou o tratamento dado às ideias e anseios dos sujeitos, nesse sentido, foi discrepante. Ao tomar para si a possibilidade de confrontar um estudo científico do qual discordavam, os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR assumiram a responsabilidade de converterem sua posição de objeto em uma pesquisa, como meros informantes, em sujeitos (que refletem, analisam, discordam, propõem...).

Notamos aqui que esses sujeitos têm lutado para romper com uma monocultura racional que aciona diferentes formas de produzir sua não-existência. Ainda que o discurso participativo esteja sempre anunciado e ovacionado, a forma com que os agentes heterônomos aqui já citados vêm produzindo conhecimento, reconhecendo-os e transformando-os efetivamente em ações práticas, tem esvaziado o sentido de uma participação emancipadora, contribuindo à promoção dessas formas de não-existência.

Para Santos (2002) existem pelo menos cinco formas de produção de não-existência:

1. A lógica da monocultura e rigor do saber, que eleva a ciência moderna a um posto de soberania no que tange o poder de definição da verdade e da qualidade estética – para o autor esse é o mais poderoso tipo de formação de uma não-existência;
2. A idealização de um sentido e direção únicos para a história corresponde a monocultura do tempo linear, que se firma na busca pelo desenvolvimento, progresso, crescimento ou quaisquer outras noções semelhantes;
3. A monocultura da naturalização das diferenças que deriva de uma lógica de classificação social hierárquica, como a classificação racial ou sexual. Aqui a relação de dominação aparece como consequência dessas hierarquias;
4. A lógica da escala dominante implica no reconhecimento do universal e global como existentes, enquanto outras escalas mais voltadas ao local e particular acabam sendo consideradas como irrelevantes;
5. A lógica produtivista é a última das descritas pelo autor e se circunscreve à monocultura dos critérios de produtividade, onde toda ação deve estar voltada à alcançar o crescimento econômico. Isso se refere não

somente ao trabalho humano, mas também à natureza, onde ambos devem servir a esse propósito.

No caso específico do MOPEAR, podemos perceber a produção da não-existência dos sujeitos e sua epistemologia em diversos momentos, como na produção dos mapas que retratam seu território, no modelo de participação com pouca abertura para os reais interesses e manifestações dos pescadores, pelo padrão de tomada de decisão sobre a gestão territorial, dentre tantos outros fatores que tendem a excluí-los ou inclui-los precariamente.

Mais especificamente sobre os documentos que nos propusemos a refletir neste subitem, percebemos que a lógica da monocultura e rigor do saber também opera no sentido da desvalorização da palavra dos sujeitos: além da lista de demandas tradicionais representar uma interpretação externa desde uma lógica metodológica que parte do mundo técnico e científico, a contraposição demandada pelo juiz para sinalizar as carências do documento do ICMBio foi exigida igualmente no formato de um documento técnico e científico. Nesse caso, a própria lógica de pensamento dos agentes sociais teve que ser formatada em um molde mais técnico, permeado por uma argumentação desde um locus enunciativo científico para que se tornasse válida (no formato de um parecer técnico, ainda que elaborado junto aos sujeitos).

O histórico ambientalista localiza a criação de áreas naturais protegidas como forma de remediar o avanço da degradação do meio ambiente num contexto capitalista, com isso, a ideia de desenvolvimento sustentável passou a orientar a implantação e gestão de UCs, dentre tantas outras ações de cunho socioambiental. Essa ambientalização desde a noção de desenvolvimento sustentável tem adquirido posição de exclusividade na definição de que tipo de proteção ambiental vem sendo feita em Guaraqueçaba. A monocultura do tempo linear, ao nosso ver, encontra-se nesse emaranhado de discursos e ações que desconsideram as práticas sociais e a concepção de mundo das comunidades tradicionais a favor de um modelo de sustentabilidade pautada em sua exclusão – isso pois o modo de vida desde a identidade étnica e coletiva dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras não é reconhecido por esses agentes ambientais como algo válido, no sentido de promover a conservação ambiental. Com isso, se ignora o papel decisivo das comunidades tradicionais da região como reais sujeitos da ação ambiental, revelando, assim, uma interpretação por parte dos órgãos e ONGs ambientais de que o modo de vida tradicional é atrasado e irrelevante para se pensar a gestão dessas áreas naturais, gerando um ocultamento, no sentido de produção da não-existência desses.

A manutenção do projeto preservacionista notada ao longo dos documentos elaborados pelo ICMBio e na sua forma de gestão demonstram a incidência da monocultura da naturalização das diferenças, ou a lógica da classificação social – aqui, contudo, entendemos

que além da hierarquização social, ocorre uma hierarquia socioespacial: ao longo de todo o levantamento das 330 demandas tradicionais capitaneadas pelo ICMBio, o tratamento dado a essas pautas se limita aos interesses e possibilidades que coadunam com os objetivos do PNS. Não se analisa e encaminha qualquer demanda desde a preocupação com os sujeitos, seu território e práticas tradicionais, todo o viés da análise e resolução delas estão condicionadas pela lógica do território visto desde a territorialidade do ICMBio, do PNS e em alguns casos das outras UCs, gerando, assim, essa sobreposição territorial na qual a territorialidade do PNS é vista de antemão como a verdadeira e válida, relegando a territorialidade dos pescadores à não-existência ou um inclusão precária e ineficaz à sua reprodução social.

Essa percepção de que o projeto preservacionista se sobrepõe ao dos sujeitos já vinha sendo apontada por Teixeira (2003, 2004), Kasseboehmer (2007), Pinho (2006), Ferrari et al. (2012), Schwartzman e Sibuya (2013), Duarte (2013), Camargo (2013), Barbosa (2014), Rainho (2015) e Rocha (2017) no contexto do controle social em curso desde os arranjos de poder das UCs de Guaraqueçaba.

Tudo isso também está estreitamente relacionado com a lógica da escala dominante, posto que a hierarquização social e territorial, a monocultura do tempo linear e do saber se associam à elaboração de um esquema interpretativo pautado na propensão ao direito difuso em oposição ao direito de sujeitos coletivos e concretos: queremos dizer, com isso, que a proteção ambiental incutida no fazer do ICMBio se conecta a uma interpretação que parte de uma escala global e universal, que se justifica pelo direito ao meio ambiente como um direito difuso, de todos, mas que não se localiza em uma pessoa específica. Assim, sob o argumento de que essas áreas naturais protegidas servem a todos, ou seja, a um bem maior, se determina selar essas UCs para que as futuras gerações possam acessá-las, ignorando os sujeitos coletivos atuais que ali vivem e dali dependem, negando os direitos dessas pessoas concretas, existentes no tempo presente.

A última lógica descrita por Souza (2002), baseada na monocultura dos critérios de produtividade capitalista, pode ser notada sob diferentes perspectivas: uma delas é a tentativa de substituir práticas tradicionais de subsistência que dependem da extração e manejo de recursos naturais por atividades alternativas de geração de renda de menor impacto ambiental, segundo a visão do ICMBio, mas que rumam para um almejado desenvolvimento dessas comunidades, como o turismo e a aquicultura. O modo de vida tradicional, assim, vai se transformando em algo adaptado à lógica de funcionamento das UCs e do próprio mercado. Complementarmente, tem-se a inserção das áreas naturais protegidas por órgãos ambientais ou por ONGs no mercado de serviços ambientais. A chamada economia verde tem transformado

territórios tradicionalmente ocupados em alvos das grandes empresas poluidoras a fim de se beneficiar dos instrumentos econômicos de compensação ambiental, implantando um modelo de preservação que expulsa comunidades tradicionais de seus territórios para a instauração, por exemplo, de projetos de crédito de carbono, tal qual ocorre em Guaraqueçaba a partir do trabalho de ONGs como a SPVS, como já citamos.

Todas essas formas monoculturais de produção de não-existências têm legitimado conhecimentos pautados em uma racionalidade científica que prejudicam (quando não impedem) a reprodução social de sujeitos coletivos de direito como os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. A partir delas se elabora um imaginário sobre os sujeitos desde sua interpretação como “o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo” (SOUZA, 2002, p. 249). A participação ativa dos membros do MOPEAR na elaboração do parecer técnico que contrapôs o levantamento das 330 demandas tradicionais do ICMBio, bem como todas as suas ações visando explicar esse documento às comunidades, mobilizá-las e argumentar sobre essa e outras questões relativas ao seu território ao longo das audiências de conciliação ou da inspeção judicial, demonstrou a tentativa desses sujeitos de fazer valer e compreender sua racionalidade acerca do uso do território. Ao apontar os limites do documento do ICMBio diante da forma como os pescadores e caiçaras compreendiam aquela questão, o parecer contribuiu para denunciar as relações assimétricas de poder ali existentes não apenas na gestão territorial, mas na própria produção de saberes.

A partir desse exercício fica evidente a distinção das concepções que sustentam as diferentes vertentes epistemológicas explícitas nos discursos, práticas e instituições envolvidas nesse contexto, assim como as desigualdades inerentes à aplicação delas. Desde o projeto preservacionista, vemos uma prática pautada na preocupação com os recursos naturais, enquanto para as comunidades é a gestão dos comuns e a conservação ambiental desde as práticas tradicionais que mais lhes importa. Essa forma de pensar e fazer fica ainda mais explícita quando se trata de entender de maneira prática a forma como esses diferentes agentes têm elaborado instrumentos de gestão desse território, assunto que trataremos no próximo subitem.

Em suma, essa reflexão sobre as diferentes formas de pensar e realizar pesquisa no território, notada desde a diferença na confecção do levantamento das 330 demandas do ICMBio, o parecer técnico junto aos sujeitos, o processo de mapeamento, dentre outras produções que ainda serão relatadas, foi sendo alterada desde a ação do MOPEAR, que percebeu a importância de controlar ou ao menos estar ciente das formas de produção de conhecimento sobre eles próprios – já que isso afetava diretamente em suas vidas no território.

Toda essa reflexão em torno de exemplos de produção de conhecimento acerca dos sujeitos e do território em questão nos ajuda a iluminar a heterogeneidade histórico-estrutural constatada por Quijano (2005). Para o autor, do ponto de vista teórico e epistêmico a realidade pode ser lida desde essa perspectiva expressa como:

[...] a co-presença de tempos históricos e de fragmentos estruturais de formas de existência social, de vária procedência histórica e geocultural, são o principal modo de existência e de movimento de toda sociedade, de toda história. Não, como na visão eurocêntrica, o radical dualismo associado, paradoxalmente, à homogeneidade, à continuidade, à unilinear e unidirecional evolução, ao “progresso”. Porque é o poder, logo, as lutas de poder e seus mutantes resultados, aquilo que articula formas heterogêneas de existência social, produzidas em tempos históricos diferentes e em espaços distantes, aquilo que as junta e as estrutura em um mesmo mundo, em uma sociedade concreta, finalmente, em padrões de poder historicamente específicos e determinados (QUIJANO, 2005, p. 14).

A realidade concreta, portanto, nos faz constatar a existência dessas heterogeneidades histórico-culturais, onde existem diferentes formas de produção de ausências e subalternizações sendo produzidas historicamente e que são mais complexas e múltiplas do que uma leitura de luta de classes, por exemplo. Em uma concepção muito próxima, Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) refletem sobre essa questão, mas agora sobre a denominação de heterarquia, destacando que:

En una heterarquía, la integración de los elementos disfuncionales al sistema jamás es completa, como en la jerarquía, sino parcial, lo cual significa que en el capitalismo global no hay lógicas autónomas ni tampoco una sola lógica determinante ‘en última instancia’ que gobierna sobre todas las demás, sino que más bien existen procesos complejos, heterogéneos y múltiples, con diferentes temporalidades, dentro de un solo sistema-mundo de larga duración (CASTRO-GÓMEZ e GROSFOGUEL, 2007, p. 18).

Na heterarquia, portanto, múltiplas hierarquias se relacionam e se sobrepõem, e a subjetividade e o imaginário social não são apenas resultantes, mas sim elementos constitutivos das estruturas de poder. Como Rocha (2015) destaca, a heterarquia é considerada como característica estrutural da colonialidade do poder, agindo como um princípio organizador da dominação e controle da vida social em suas múltiplas dimensões, sejam elas políticas, epistêmicas, espirituais, culturais, econômicas, de gênero, entre tantas outras. Seu enraizamento na realidade se dá de maneira “simultânea, descontínua e conflitiva sobre múltiplas formas de produção de subalternidades (ou produção de ausências)” (ROCHA, 2015, p. 98).

Nessa leitura da realidade percebemos a colonialidade do poder, nos sendo possível compreender a existência de uma linha que demarca a superioridade e inferioridade a partir da “zona do ser” e “zona do não ser”, que não consistem exatamente em um lugar geográfico, mas em uma posicionalidade que se assume diante das relações de poder entre diferentes escalas,



como entre centro e periferia, nacional e local, centros ocidentalizados e periferias não ocidentais, mas também dentro de relações mais micro como dentro das próprias periferias (GROSFOGUEL, 2012).

O que percebemos no contexto empiricamente observado é que existem múltiplas estratégias de disciplinamento do território e da própria subjetividade humana que passam a ser distorcidos ou vistos de forma parcial, podendo acarretar, como lembra Quijano (2005, p. 15) em “[...] um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica”. Apontar para a forma como vêm sendo produzidas as ausências na realidade estudada a partir desse contexto de uma heterarquia histórico-estrutural nos permite compreender a potência do que está emergindo desde a base, ou seja, desde movimentos sociais como o MOPEAR. Nesse sentido, mais do que apontar para formas de dominação ou de produção de ausências que relegam a esses sujeitos uma posicionalidade na zona do não ser, buscaremos agora analisar seu processo disruptivo a partir do que vem formulando como uma proposta de gestão territorial a partir da perspectiva dos comuns. É o que segue no próximo subitem.

#### 4.3 A construção de uma proposta de gestão dos comuns desde as ações sociais do MOPEAR

A proposta de gestão dos comuns construída por pescadores artesanais e caiçaras tem, ao nosso ver, algumas peculiaridades que importa ressaltar: trata-se de uma proposta que converge o conhecimento tradicional em torno de suas práticas tradicionais cotidianas e a adoção de formas organizativas e de gestão que associam e relacionam modos de fazer historicamente mais arraigados em sua cultura com a criação de novas maneiras de mobilização e organização.

Trata-se de um comum muito específico que se constitui na interseção da afirmação de uma identidade étnica e coletiva, da emergência de sujeitos políticos que lutam para efetivar direitos já constituídos e criar novos, de uma identidade sustentada por um modo de fazer tradicional e de profundas bases territoriais, de re-existência a uma visão de mundo que não tem dado conta de reconhecê-los a partir de sua especificidade/diferença e que, portanto, não se funda apenas em um projeto de afirmação meramente cultural, que poderia vir a ser interpretada como despolitizada, mas, também, em uma ação social coletiva de forte enfrentamento àquilo que os desrespeita ou ameaça.

O forte apelo da questão da participação social endossa aquilo que eles têm compreendido como o ponto de partida para um reequilíbrio das relações de força que os

atingem e os atravessam, assim como para um horizonte de efetivação de sua autodeterminação. Nesse contexto de dilema social instaurado acerca da gestão territorial a partir de diferentes processos de ambientalização, destacamos o posicionamento de Poteete, Ostrom e Janssem (2011) que o estabelecimento de dois fatores são essenciais para a iniciação e manutenção de uma ação coletiva, sendo elas a comunicação e a confiança. Pensar nas possibilidades de efetivação de uma gestão dos comuns, portanto, passa pela expectativa da real efetivação desses dois elementos (confiança e comunicação) operacionalizados concretamente, ao nosso ver, no sentido de como pode ocorrer a participação social nos processos de planejamento, gestão e ordenamento territoriais em questão.

Para podermos explicar de maneira mais prática como essa construção da gestão dos comuns se desenrola na realidade vivida por esse grupo optamos por apresentar duas situações que ilustram a diferença na forma de construção daquilo que se almeja enquanto um projeto de gestão dos comuns. A primeira delas partiu da iniciativa do ICMBio para a gestão de uma prática de captura de caranguejo denominada lacinho, enquanto a segunda partiu de uma construção dos pescadores artesanais auto-organizados no MOPEAR para a criação de um acordo de gestão comunitária de uma prática tradicional conhecida como cerco-fixo. Essas situações possibilitam perceber o acúmulo de experiência dos pescadores em torno do que compreendem como um modelo de gestão territorial e participação adequados à sua identidade étnica coletiva.

Nossa intenção aqui não é a de deslegitimar o experimento do lacinho ou a gestão do ICMBio, mas de, precisamente, apontar para a novidade daquilo que temos constatado ao acompanhar as propostas de gestão dos comuns que vêm sendo construídas na ação coletiva do MOPEAR. Nos atentamos a uma descrição por vezes detalhista de sequências de reuniões, documentos, eventos e quaisquer situações vividas, pois acreditamos que, para conseguir destacar essa dita novidade é necessário trazer à tona aqueles detalhes que, ao nosso ver, demonstram essa ruptura interpretativa e que, por vezes, acabam dificultando que essa nova postura se concretize para além do campo das ideias desses(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras e se materialize em instrumentos de gestão, ou melhor, co-gestão, junto ao ICMBio

#### 4.3.1 Propostas de gestão do território tradicional: o experimento do lacinho e o olhar sobre o recurso natural



Figura 73 – “Cata do caranguejo: pro lacinho funcionar, o jeito de fiscalizar tem que mudar”. Tela de bordado em arpillera da pescadora Juciara Cunha Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: Acervo do PEART (2017).

No final do ano de 2016, faltando menos de um mês para a abertura da safra do caranguejo, uma das práticas tradicionais de maior relevância econômica para os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba, o MOPEAR foi procurado pela equipe gestora da ESEC de Guaraqueçaba e por pesquisadores do Núcleo de Estudos em Sistemas Pesqueiros e Áreas Marinhas Protegidas (NESPAMP), do Centro de Estudos do Mar (CEM) da UFPR para debater o ingresso dos pescadores em uma pesquisa experimental sobre o uso do lacinho para a captura do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*). A motivação para a realização do experimento, de acordo com essas instituições, seria o levantamento de dados sobre essa técnica (que atualmente encontra-se proibida no estado do Paraná através da Portaria IBAMA nº 52/2003 e da Portaria IAP nº 180/2002) com o fim de regularizá-la e ordená-la ao final do estudo via termo de compromisso, caso o mesmo comprovasse que a prática não implicaria risco de impactar negativamente na conservação dos manguezais ou da espécie. A arpillera da pescadora artesanal Juciara Cunha Pereira levanta a questão da proibição do lacinho e do seu impacto na vida das comunidades tradicionais da região.

A notícia de que a prática poderia vir a ser liberada exaltou os ânimos das comunidades, mas algumas questões, no entanto, geraram preocupação entre os pescadores pertencentes ao MOPEAR, sobretudo aqueles mais habituados com as mesas de reuniões ou negociações junto ao ICMBio. Antes de adentrar nessas questões julgamos importante expor alguns posicionamentos dos sujeitos sobre esse assunto. Do ponto de vista dos pescadores há um grande questionamento sobre as proibições de suas práticas tradicionais, como bem representa a fala a seguir:

Quando nós morava aqui, 57 anos. O tempo é a mesma idade porque eu nasci aqui, né, os meus pai, nós, plantava roça, tinha o lazer de fazer um remo, cortar uma madeira, hoje ninguém pode cortar mais nada né. Ninguém pode fazer mais nada no mato, tudo é proibido e nós queremos o nosso território de volta. Tudo né, manjuva. Manjuva o estado de São Paulo é liberado, se é federal é liberado num estado porque que aqui pra nós no Paraná não pode ser liberado também? Caranguejo também né, caranguejo é coisa importante pra nós e eles num deixam bem dizê pegar né, o caranguejo (Entrevista com Pedro Gonçalves, pescador artesanal da comunidade de Canudal).

A cata do caranguejo é realizada a partir de diferentes técnicas, caracterizadas por diferentes expressões. As mais utilizadas pelos pescadores das comunidades em que o MOPEAR está presente são “tirar”, “catar”, “pegar” caranguejo seja na andada ou no lacinho (existem outras técnicas mas não são tão utilizadas). A fala de Pedro sobre o impedimento em pegar o caranguejo se refere, mais especificamente, à técnica do lacinho, amplamente utilizada na região. Nessa modalidade de pesca o trabalho inicia na produção dos laços, que são recortes de plásticos amarrados nas extremidades e que são presos na boca da toca dos caranguejos por pequenos pedaços de galhos retirados do próprio manguezal. Geralmente após o feitio dos lacinhos são colocadas as armadilhas e, em seguida, se faz a seleção dos caranguejos, excluindo as fêmeas e machos de carapuça com largura menor de 7 centímetros. O primeiro trabalho de limpeza para retirada dos laços pode acontecer ali mesmo, no manguezal, na embarcação ou quando os pescadores e pescadoras retornam às comunidades. Em seguida, há o direcionamento para atravessadores, pescadores da própria comunidade que realizam a contagem e transportam a carga para a venda nos centros urbanos. A foto a seguir é de uma mística realizada pelo MOPEAR e auxilia a compreender melhor o que é o lacinho, embora não consista em uma reprodução exata, já que nela não é possível compreender a forma como se prendem as armadilhas ou como são escolhidos os locais estratégicos para armá-las.





Figura 74 - Representação do lacinho em uma mística do MOPEAR. Fonte: a autora (2015).

Dentre todas as práticas relacionadas ao caranguejo a mais recente no contexto local é o lacinho, caracterizado, também, como uma das menos impactantes do ponto de vista ambiental, se realizada da maneira correta, com a posterior coleta dos resíduos e na soltura dos caranguejos inviáveis para venda ou consumo, e na qualidade da condição de trabalho do pescador. Sobre a pesca do caranguejo na andada (liberada legalmente) e arrancada os pescadores refletem:

-Edivaldo: já aconteceu caso de quem arranca caranguejo, correr na época que tá andando, de machucar a perna, tem pessoa que quase quebrou a perna porque eles fazem um minado assim, ali por cima forma um lodo e não parece, aí a hora que você vai correr pra pegar você soroco ali, destronca a perna, destronca o pé. Esse da andada né, ele sempre se alvoroça no quarto de lua né, lua cheia, lua nova, na época da lua. Agora quando tá minguante ou a lua tá em quarto minguante e quarto crescente é a época que eles tão, nós pegamo na armadilha né. E outro que a armadilha ela protege a moradia do caranguejo, se nós tiramo um na andada já entra outro na casa, no caso tá liberado pra outro. Já deu vez de eu pegar numa toca de caranguejo, numa moradia quatro caranguejo no ano. Tira um e entra outro, porque o mangue é grande. Na época da reprodução eles descem do mangue baixo que nós chamamo que num tem como passar né, e vem pro mangue alto que é onde nós trabalhamos. Então ali fica o movimento do caranguejo e entram ali pra ficá.

-Edileuza: agora o de arrancado não né, já estragam tudo, aí já não tem mais como entrar mais ali (Entrevista com Edileuza de Fátima Gonçalves e Edivaldo Costa Gonçalves, pescadores artesanais da comunidade de Canudal).

Um dos motivos que pesam contra a prática do lacinho é que, atualmente, devido a proibição e forte fiscalização para coibi-la, diversos pescadores acabam saindo correndo dos manguezais carregando os caranguejos que possuem tamanho permitido para a venda e abandonam alguns laços armados que podem prender fêmeas, filhotes, além de gerar resíduos naquele local. O argumento utilizado, no entanto, é que esses impactos negativos ocorrem por



conta da fiscalização violenta, pois se não houvesse o receio de perder todas as sacas de caranguejo e ainda serem multados e humilhados, os pescadores teriam tempo de escolher os caranguejos ideais e desarmar os laços vazios, realizando a limpeza do local. A entrevista com um pescador e uma pescadora artesanal que realizam a prática nos ilustra melhor esse assunto:

-Edivaldo: Falei pra ela [ex gestora do PNS], se nós não preservar o que é nosso, quem que vai preservar? Porque eles não tem ideia do que é um mangue, do que é um caranguejo. [...] Na verdade quem trabalha muito tempo com laço, eu trabalho doze, treze ano de armadilha, a gente tem um pouco de experiência, daí a gente já sabe qual é a toca da fêmea, do macho, do pequeno. Daí só pega, única vez que tá muito misturado quando o caranguejo tá próximo da reprodução, próximo da corrida dele, entendeu? Daí cada armadilha pega 3, 4 até 5 caranguejo. Daí vira aquela bagunça, e na correria às vezes num tem nem como você correr, limpar certo, daí esse que é a briga deles né. Porque tem gente que deixa miúdo, deixa fêmea e morre isso, morre aquilo.

-Edileuza: Mas esse já é pessoa que já não é da comunidade né, que vem de fora e num colabora cas pessoa né, quer fazer estrago mesmo, quer deixar e sair fora, só qué pra hora.

-Edivaldo: o fato é vem gente de fora e solta o laço. Ai é pegada a fiscalização é muito atropelo, então fica o laço armado e é onde que o caranguejo morre né. [...]

-Edileuza: porque fica bem mais fácil o da armadilha do que o arrancado, que prejudica mais o mangue, porque ali já pega mesmo só o que é do tamanho certo né, porque solta, ele vai embora (Entrevista com Edileuza de Fátima Gonçalves e Edivaldo Costa Gonçalves, pescadores artesanais da comunidade de Canudal).



Figura 75 - “Pesca do Caranguejo”. Tela de bordado em arpilheira da pescadora Andréia Chagas das Dores. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acervo PEART (2017).

Como registrado na arpilheira da pescadora artesanal Andréia Chagas das Dores, a invasão do território por pessoas de fora da comunidade é apontada recorrentemente pelos

pescadores do MOPEAR como um fator de intensa pressão sobre os recursos, já que além de não possuírem limites para a extração dos recursos, nem desempenharem a técnica de acordo com o conhecimento local, em grande parte dos casos essas pessoas não seguem regras de manejo como diversos dos pescadores da região – fato que atualmente e na prática, acaba relegando ao caranguejo a indesejada característica de um recurso de acesso aberto. Essa atribuição que fazemos se dá pois além da prática ter muita força no cotidiano das comunidades, o caranguejo é um recurso extremamente visado no contexto alimentar regional, o que implica que mesmo com a tentativa de proibição e a intensa fiscalização da polícia ambiental e do ICMBio, a prática continua a ser desempenhada intensamente por moradores e pessoas de fora, que se arriscam para conseguir o recurso e não se importam com a forma como irão adentrar nesses territórios para lucrar com algumas dúzias da espécie.

Apesar de não haver uma formalização escrita, os pescadores artesanais e caiçaras da baía de Pinheiros que desempenham a prática, conhecidos nas comunidades como caranguejeiros, compartilham regras implícitas sobre a forma de fazer, dos locais em que podem acessar e da leitura que fazem dos limites que cada trecho de manguezal incute à prática. Aqueles pescadores locais que não seguem esses acordos tácitos são denunciados ou repreendidos pelos próprios membros das comunidades tradicionais da região. A denúncia formalizada ou a tentativa do diálogo, no entanto, é dificultada nos casos em que são pessoas de fora que fazem o mal uso do recurso ou da técnica: pescadores da região da baía de Pinheiros e Barra do Arapira demonstram extrema preocupação com a grande retirada de caranguejos por pescadores artesanais de outras regiões (do estado de São Paulo, de Paranaguá, Guaraqueçaba e Antonina, por exemplo) ou por pessoas que desempenham a atividade meramente por lazer ou pelo lucro, sem qualquer vínculo ou compromisso com aquele território e recurso. A principal reclamação se deve a diminuição da oferta do recurso nas regiões vizinhas, segundo os pescadores, justamente pela forma como se deu a coleta do caranguejo ao longo dos anos, fazendo com que essas pessoas de fora passassem a visar e utilizar desenfreadamente o território das comunidades que estão organizadas no Movimento. Sobre esse assunto os pescadores entrevistados ainda complementam:

Eu não tô defendendo só o meu, só pra mim, porque na comunidade nosso é irmã, mãe, pai, tio, tia, tudo nós dependemo de caranguejo. Então por causa disso que nós brigamo. Brigamo, porque nós dependemo disso e como falei, é três mês e meio. Só três mês e meio. Se nós quisesse trabalhar o ano inteiro, tem como trabalhar o ano inteiro, se eu quiser eu trabalho doze meses, porque pra cá não tem portaria, mas pra são Paulo tem portaria, se eu quisesse pegar 100, 200 dúzia de caranguejo e levar lá em são Paulo eu levava. Trabalhamo 3 meses porque é a regra do Paraná, né. 1 de dezembro a 14 de março, à partir desse momento nós somos os fiscais porque não deixamo ninguém de fora entrar no nosso mangue, porque às vezes acha que a gente

é ruim, não, a gente tá defendendo o que é nosso. Acha que a gente é ruim porque denunciou, não, se entrar alguém durante esse período eu vou lá e denuncio, porque ninguém trabalha no inverno, porque é o mês que o caranguejo vai reproduzir, vai crescer, vai aumentar e quando chega agora 1 de dezembro o mangue tá recheado de caranguejo, tá cheio, tem muito caranguejo (Entrevista com Edivaldo Costa Gonçalves, pescador artesanal da comunidade tradicional de Canudal).

Com exceção da Vila de Superagui que não desempenha essa prática de maneira significativa, todas as outras comunidades articuladas atualmente no MOPEAR (Barbado, Bertioxa, Tibicanga, Sibui, Varadouro, Barra do Ararapira, Vila Fátima e Canudal) dependem de maneira direta do uso desse recurso tanto para a subsistência alimentar quanto para a geração de renda através da sua comercialização. O assunto tem tanta importância no contexto local que representantes do MOPEAR têm participado, inclusive, de debates nacionais como o Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal) com o fim de conservar os manguezais do Brasil além de manter as áreas e usos tradicionais ali desenvolvidos.

Portanto, quando surgiu a proposta de um estudo experimental para a possível liberação da técnica o assunto logo passou a se tornar um misto de esperança e de preocupação para o grupo de pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. O primeiro grande problema encontrado na proposta foi a maneira acelerada com que tudo deveria acontecer, uma vez que com a abertura da safra 2016/2017 em menos de 15 dias não haveria tempo nem espaço para que os pescadores opinassem sobre como acreditavam ser a melhor maneira para desenvolver o estudo respeitando seus conhecimentos tradicionais. Esse elemento é de extrema importância para o grupo, já que o histórico problemático de nunca poder opinar sobre a forma como gostariam de participar trazia a preocupação que isso viesse a prejudicar a qualidade dos dados obtidos em campo e, conseqüentemente, inviabilizar a prática posteriormente. Se a técnica já vinha sendo perseguida e criminalizada sem quaisquer estudos anteriores, os sujeitos temiam pela chance de um experimento que não conheciam nem puderam contribuir em suas diretrizes metodológicas viesse a dar, pela primeira vez, embasamento teórico e técnico para acabar de vez com o lacinho.

A trajetória de luta do MOPEAR pela efetivação do seu direito de consulta prévia e de participação adequada em qualquer ato que afetasse seu território e vidas continuava sendo negociado judicialmente com o ICMBio no caso da ACP do Plano de Manejo. O despacho que determinava que o ICMBio cumprisse com o disposto na Convenção 169 da OIT, portanto, gerou nos pescadores a expectativa de que o ICMBio respeitaria seus tempos e opiniões para a elaboração de quaisquer propostas que poderiam vir a ser ali desenvolvidas. Ao contrário disso, a determinação da forma e condições de como os pescadores poderiam participar do estudo

experimental vieram prontas: eles assinariam acordos provisórios, fariam suas coletas e forneceriam os dados sobre elas, deveriam “[...] recolher ao final da pescaria todos os resíduos de lacinho do mangue, presos ou não a caranguejos, inclusive as pontinhas” (ICMBio, 2016, p. 1), também deveriam participar das “pesquisas participativas conduzidas pelo ICMBio e CEM/UFPR” (idem), se cadastrar no ICMBio para que constassem na base de dados para monitoramento, relatar qualquer descumprimento dessas ordens às autoridades competentes e, por fim fornecer dados para uma outra pesquisa da qual não possuíam nenhuma informação, caracterizada nas reuniões como uma pesquisa de monitoramento da pesca feita pelo Instituto de Pesca de São Paulo.

Em suma, além de não opinar para construir conjuntamente como acreditavam que seria uma pesquisa ideal para mostrar os benefícios ou limites do lacinho em detrimento das outras práticas, ainda deveriam fornecer os dados para outras instituições de pesquisa que nem conheciam o trabalho ou intenções na região. Como já dito anteriormente, o descrédito de pesquisas realizadas outrora é um assunto comum entre os pescadores e, por isso, ter que participar de um estudo sendo automaticamente obrigado a se atrelar a outro gerou forte descontentamento aos sujeitos.

Mais especificamente sobre o quesito da participação social, os proponentes do experimento explicaram ao MOPEAR que já haviam realizado diversas reuniões, oficinas participativas e ações de monitoramento da captura da espécie com pescadores artesanais das comunidades de Almeida, Tromomô, Ilha Rasa e Ponta do Lanço (na baía de Laranjeiras). A metodologia, portanto, havia sido construída com esses pescadores artesanais.

Ainda assim, mesmo diante do reconhecimento da importância do trabalho para a regulação do uso do caranguejo e confiando nos processos de pesquisa já realizados pelos agentes nas comunidades da baía vizinha, as questões colocadas pelo MOPEAR como um entrave à realização do experimento em seu território foram:

1) por se tratar de outra região e de outro grupo de pescadores(as) artesanais e caiçaras, a consulta e construção coletiva feita junto às quatro comunidades da baía de Laranjeiras serviam para a relação do órgão e da instituição de pesquisa tão somente com aqueles sujeitos. Ao adentrar em outro contexto com outras territorialidades, portanto, seria necessário mais tempo para a construção de uma relação de confiança, bem como para a construção de um formato de pesquisa que fosse adequado àqueles novos sujeitos que entravam somente agora na proposta de experimento. Nesse sentido, menos de 15 dias não seria o tempo adequado para construir tais prerrogativas e iniciar o trabalho;

2) uma das maiores angústias dos pescadores do MOPEAR se dava pois mesmo se não participassem da pesquisa na função de fornecedores de dados, seu território continuaria a ser atingido por ela, uma vez que diversos pescadores das comunidades que já estavam realizando a pesquisa há pelo menos um ano com o ICMBio e NESPAMP/CEM acessavam frequentemente a baía de Pinheiros para a retirada do caranguejo. Nesse sentido, o território dos pescadores organizados no Movimento encontrava-se em uma posição estratégica tanto no sentido de localização quanto no de quantidade de caranguejos disponíveis, reforçando o receio de uma superexploração do território e de acirramento de conflitos internos, caso não pudessem participar da elaboração de acordos coletivos ou quaisquer tipos de regras para a condução do experimento;

3) a falta de qualquer comprometimento oficial por parte da 1ª Companhia de Polícia Ambiental (Força Verde) ou do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) (que manifestaram em reuniões a impossibilidade de fugir ao seu dever de fiscalização e punição) de que os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras que se envolvessem na pesquisa não seriam autuados, mesmo se tratando de experimento conduzido pelo ICMBio e CEM também somou no posicionamento das comunidades e do MOPEAR enquanto contrárias à condução do estudo.

A informação de que o experimento resultaria em um termo de compromisso foi outro aspecto que deixou as comunidades em alerta, pois estavam vivenciando a experiência de elaborar um acordo coletivo para a prática tradicional do cerco-fixo e entendiam que havia diferenças significativas e decisivas entre os dois instrumentos, sobretudo na forma de construção e controle dos mesmos por parte dos pescadores.

A percepção em relação ao termo era a de que, ao mesmo tempo que poderia promover a liberação de um uso essencial em suas vidas, consistia também em uma solução temporária e que sem um acompanhamento mais ativo dos pescadores na sua elaboração isso poderia acarretar em problemas maiores, como a realocação das comunidades após o período de vigência do termo. Esse receio se baseava em informações que obtiveram por parte de um dos gestores da ESEC através da leitura e debate da Instrução Normativa nº 26 de 2012 do ICMBio (BRAIL. ICMBio, 2012) que determina o que é um termo de compromisso ao longo de uma das reuniões do conselho da mesma UC. A fala do pescador do MOPEAR que é conselheiro no COSEC explicita bem essa preocupação:

Olha, a questão do termo de compromisso foi na reunião da ESEC de Guaraqueçaba [...] tinha bastante pessoal do Almeida na reunião, do Movimento era só eu, e tinha outros pescadores também. Quando eles apresentaram o termo de compromisso pra fechar o acordo do lacinho, o povo deu um pulo de alegria, porque eles queriam isso daí né, mas em cima desse termo de compromisso do lacinho eles lançaram como



seria o projeto pra se chegar nesse termo de compromisso. E eles colocaram um pen drive e foram passando como esse termo de compromisso ia funcionar. Eu ali fiquei analisando alguma coisa e lá num momento todo mundo ali olhando e ‘tá bom’, ‘tá legal’, eu descobri que lá no projetor que eles tavam passando tipo a legalização, não sei se é legalização que eu posso falar, mas tavam passando naquele aparelho lá e eu vi que tinha lá uma numeração que dizia que as comunidades iam ser realojada, realocadas né, mas aquilo passou muito rápido e eu pedi pra que voltasse lá atrás e pedi pra que eles dessem uma explicação na realocação dessas comunidades, principalmente Almeida também taria nesse daí né. E o que eles tavam discutindo é que eles iam apresentar toda essa documentação ali naquele momento e em seguida, no outro dia, iam em Almeida, pra fechar o termo de compromisso em Almeida. E daí eu pedi a palavra, fui lá pra frente e falei que era contra o termo de compromisso, que nós do Movimento não era favorável como movimento social que tava ali representando naquela reunião a gente não gostaria de que aquilo se encaminhasse daquela forma por causa do perigo de assinar e depois ser expulso. Era o próprio ICMBio dizendo que aquilo ali podia acontecer (entrevista com Adnã Chagas das Dores, pescador artesanal do MOPEAR).

O medo da realocação acompanha esses sujeitos desde a criação do PNS em 1989, em virtude das informações de que em Parques não poderia haver presença humana. Como não possuíam documentos que comprovassem que eram donos daquelas terras, desde a instauração do PNS que as comunidades tradicionais da região vivem amedrontadas pela possibilidade de serem expulsas de seu território. Continuando seu relato sobre aquela ocasião, Adnã lembra da sua sugestão submetida ao grupo naquele momento:

Eles perguntaram pra mim qual era então o encaminhamento pra que pudesse dar continuidade àquele trabalho ali, o que eles iam fazer e o que o movimento propunha pra resolver essas questão do termo de compromisso do lacinho, termo de compromisso do cerco, termo de compromisso com outras coisas, que eles queriam fazer um monte de termo de compromisso com as comunidades que dependem desse tipo de pesca. Ai eu falei e propus ali que como eram eles que tavam fazendo aquele trabalho que eles buscassem uma reunião grande com várias comunidades juntas e eles traziam as experiências do termo de compromisso aonde deu certo e a gente trazia os pescadores das comunidades onde não deu certo o termo de compromisso e ver aonde a comunidade perdeu dos seus direitos com o termo de compromisso e daí ficou encaminhado ali [...]. Eles também puseram na ata que eles iam reuni pescadores, comunidades de outros estado que tiveram conhecimento do termo de compromisso e iriam trazer pra esse grande encontro e a gente também trazia as experiência nossa. E isso não aconteceu. Isso não aconteceu, [...] não foi mais mexido nesse assunto e nem foi mais discutido essa questão. Hoje tá nesse pé que tá ai né (entrevista com Adnã Chagas das Dores, pescador artesanal do MOPEAR).

Sem entrar no mérito do conteúdo da proposta trazida ao debate, importa perceber o potencial de envolver os pescadores na elaboração de soluções para os conflitos e na melhor divulgação de informações para as comunidades. Talvez isso reduzisse, também, o problema constatado em diversas atas das reuniões do conselho da ESEC e PNS sobre a dificuldade de envolver as comunidades, de amenizar a imagem negativa que o órgão possui diante dos moradores, de criar condições para que de fato haja uma participação adequada e mudança da realidade.

Lembramos aqui que o estabelecimento de uma relação de confiança é um dos elementos apontados por Poteete, Ostrom e Janssen (2011) como indispensáveis no sucesso de uma proposta de gestão de um sistema de recursos naturais. A insegurança com os termos de compromisso e com o experimento do lacinho, portanto, indicam para a necessidade de um período maior de diálogo e adaptações conjuntas à construção de quaisquer procedimentos que visem normatizar ou mediar o uso dos comuns. Vemos aqui uma oportunidade ímpar para ICMBio, instituições de pesquisa e comunidades tradicionais da região aprimorarem coletivamente essa proposta para que nenhuma das partes se sinta prejudicada.

Na ocasião da reunião entre as comunidades de Varadouro, Sibui, Abacateiro, Vila Fatima, Saco da Rita, Canudal, Bertioga, Barbado, Tibicanga, Guapicum e o ICMBio, realizada no dia 15 de dezembro de 2016 (portanto, 15 dias depois da data que havia sido estipulada para o início do estudo experimental que acompanharia a safra de 2016/2017), após ouvir mais atentamente as explicações dos técnicos do ICMBio, os representantes dessas comunidades foram contrários à permissão do experimento devido aos moldes da pesquisa que havia sido proposta. Importa ressaltar: em momento algum foram contrários à liberação do lacinho, apenas viram no modelo de participação proposto uma potencial ameaça aos seus direitos e à própria liberação futura da técnica.

Logo após a sinalização negativa por parte do MOPEAR, no dia 22 de dezembro de 2016, a 2ª Defensoria Pública Itinerante do Litoral e o Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Paraná emitiram recomendação administrativa (PARANÁ. DPPR, 2016) para a suspensão temporária do experimento do caranguejo-uçá justificada, sobretudo, 1) pela necessidade da consulta prévia de maneira apropriada, com ampla discussão entre os possíveis atingidos pela medida e 2) pela indispensabilidade de precauções prévias à aplicação da pesquisa visando assegurar não somente a proteção aos recursos, mas também às comunidades tradicionais, como, por exemplo, ao poder garantir que pescadores não fossem perseguidos e autuados em ações fiscalizatórias.

A negativa das comunidades tradicionais organizadas bem como a recomendação emitida geraram a resposta da Advocacia Geral da União (AGU) a partir da Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio, instância responsável pela defesa e orientação jurídica do órgão. Alguns dos argumentos empregados pelo Procurador Federal Martin Erich Rodachi davam conta de defender que “a exigência de consulta prévia, contida na Convenção da OIT 169, deve ser interpretada com razoabilidade e conjugada com o princípio da eficiência administrativa” (Brasil, 2017, p. 1). Nesse sentido, para o procurador, a consulta prévia deveria ser aplicada quando há o risco de um impacto minimamente significativo às populações

tradicionais a partir de ações administrativas ou legislativas. Também considerou que a recomendação e a negação da comunidade implicariam em uma limitação do progresso científico e empobrecimento da experiência que visa “estabelecer regras adequadas para a exploração dos recursos naturais pela população tradicional” (idem, p. 1). O procurador sugeriu que o estudo experimental conduzido por ICMBio e NESPAMP/CEM não poderia ser interpretado como uma medida administrativa. Ao nosso ver, no entanto, ao estar atrelado a um instrumento de gestão para a regulação dos usos dos recursos em uma UC restritiva, ou seja, ao termo de compromisso, o experimento tem o peso de uma medida administrativa, sobretudo pelo fato de que a celebração do termo se dá por adesão apenas daqueles indivíduos interessados e que, neste caso, podem vir a desempenhar a atividade em um território comum, afetando outros sujeitos de direitos, que não optaram pela assinatura do documento.

Negar a aplicação da OIT 169 na regulação dos usos dos recursos em uma UC demonstra a distância que o ICMBio ainda se encontra de efetivar a perspectiva da gestão dos comuns. Como bem ressaltam Pereira, Cabral e Pereira (2015), quando a gestão dos recursos passa a ser regulada pelo Estado é comum que se imponha um caráter mais coercitivo, onde a participação serve mais à legitimação de opções de gestão da instituição do que o processo democrático de participação popular. Nessa linha, mais do que negar a pertinência da aplicação do direito à consulta prévia, deveria se priorizar o:

[...] envolvimento, transparência e clareza de informações entre os atores. A interdependência entre estas condições demonstra que, em uma tomada de decisão coletiva, a coerção é estranha ao processo e o entendimento é considerado o caminho (CANÇADO; PEREIRA; TENÓRIO, 2013). Assim, um agir comunicativo pautado na confiança e reciprocidade, além de fortalecer a coesão, desperta a cultura da cooperação entre os membros de um grupo, favorecendo o desenvolvimento das potencialidades humanas (PEREIRA, CABRAL e PEREIRA, 2015, p. 119).

Ao mencionar a necessidade de uma consulta prévia baseada na boa-fé, o documento da AGU arvora que:

“Boa-fé esta, vale registrar, que não parece ter sido observada pelos representantes da população tradicional ligadas ao MOPEAR, haja vista os registros contidos nos autos de **boicote aos encontros** (falta de assinatura de presentes) e **outros subterfúgios evidentemente abusivos para prejudicar a discussão da medida e a gestão das UCs federais, como um todo**” (BRASIL, 2017, p. 5 – grifo nosso).

A presente citação mobiliza algumas questões que merecem atenção: primeiramente sobre a consideração de que a falta de assinatura implicaria em um boicote aos encontros. Em outro momento já pudemos explicitar a questão dos boicotes e falta de assinaturas ao longo do debate sobre a participação social nos espaços do ICMBio e sobre as distinções entre presença e participação que tiveram as assinaturas como elemento central de embate

Descrever a ação coletiva de um movimento social formado por um grupo de comunidades tradicionais que passaram por um processo histórico de violação de direitos (postura, inclusive, reconhecida por gestores e conselheiros das UCs da região<sup>108</sup>) como se essas utilizassem “outros **subterfúgios evidentemente abusivos** para prejudicar a discussão da medida e a gestão das UCs federais, como um todo” (BRASIL, 2017, p. 5) é reforçar o contexto de assimetria de poderes ali instaurado: afinal de contas, ao constatar a r-existência à ação do opressor a saída mais óbvia é atribuir ao oprimido a falta de razoabilidade. Recorrer ao argumento de que esses sujeitos exercem um poder abusivo frente ao projeto das UCs federais é ignorar a condição histórica registrada sistematicamente na extensa produção científica da região e reforçar a posição de poder do órgão frente a qualquer tentativa de reação desses sujeitos de direito.

Destacamos, também, o posicionamento assinado pelas chefias das 3 UCs federais da região (APA, ESEC e PNS) no Memorando SEI nº2/2016 encaminhado ao procurador federal em questão para o posicionamento sobre o cumprimento ou não da recomendação da Defensoria Pública sobre o experimento do lacinho. Nesta ocasião, ao falarem sobre a postura dos pescadores do MOPEAR os chefes das UCs pontuam que “**causa estranheza o incremento e a retroalimentação de um caráter de confronto e hostilidade**”. Em outro documento oficial, a Nota técnica nº1/2017/ESEC Guaraqueçaba/ICMBio de 20 de janeiro de 2017, o gestor da ESEC ao justificar o motivo pelo qual as pesquisas sobre o lacinho iniciaram em outras comunidades e não nas organizadas no Movimento, dentre outras razões, elenca que:

[...] por serem mais ligadas ao MOPEAR, não deram abertura a esse tipo de pesquisa, pois, a mesma envolve constante diálogo, o qual não tem sido muito fácil nesse contexto. Em todas as reuniões com a participação de lideranças do MOPEAR é estendida uma bandeira do Movimento no chão e colocam sobre a mesma uma bíblia aberta em trecho que trata de lutas. Nas reuniões é comum também o grito de guerra ‘Na terra ou no mar!!! Nós vamos lutar!!’. Gritado várias vezes em alto e bom som **para intimidar e tensionar os poucos e preciosos momentos de diálogo** (Aroldo Correa da Fonseca, Nota técnica nº1/2017/ESEC Guaraqueçaba/ICMBio, 20 de janeiro de 2017, p. 5).

Novamente, aqui, fica nítida a tentativa de inversão de papéis, atribuindo aos pescadores uma tentativa de intimidação e tensionamento aos momentos de diálogo que,

<sup>108</sup> Os trechos retirados da ATA da 5ª Reunião Ordinária do Conselho da Estação Ecológica de Guaraqueçaba ilustram esse reconhecimento “Faraco [então chefe da UC] reafirma que acha natural que as comunidades vejam com desconfiança a atuação dos conselheiros, ao associarem isso a um histórico de repressão e imposição de regras, mas que é importante fazer uma distinção, pois o conselho não é um espaço de imposição dessas regras que foram criadas historicamente” (ATA COSEC, 18/06/2015, p.5); “Rodrigo [pesquisador do CEM conselheiro da UC] afirmou que há um problema sério na região que é a mistura de eventos; que o ICMBIO precisa reconhecer que agiu errado e foi muito agressivo no caso do plano de manejo do Parque do Superagui, mas que, por outro lado, na ESEC Guaraqueçaba está sendo buscado um caminho diferente; que é preciso reconhecer que existem problemas, mas também é necessário avançar e fazer alguma coisa” (ATA COSEC, 18/06/2015, p.6).

conforme o próprio gestor, são poucos. O posicionamento suscita o questionamento de quem, afinal, possui poder concreto de intimidação, como aquele operacionalizado pela força policial, pela aplicação de multas, pela constante vigilância sobre o que se pode ou não fazer no território. Comparar gritos de ordem, bandeiras e o uso da bíblia a esse poder exercido há quase 30 anos pelo ICMBio é, no mínimo, desproporcional e descabido.

A forma como se estabelece a tentativa de comunicação é de suma importância, diante de sua centralidade como elemento essencial ao sucesso da gestão dos sistemas de uso comum (Poteete, Ostrom e Janssen, 2011). O desrespeito às formas de expressão da organização social de pescadores(as) artesanais e caiçaras, colocando-as como fatores que dificultam o diálogo, reforça a interpretação de que a participação dos sujeitos nos processos de gestão dos recursos naturais por parte do ICMBio devem seguir tão somente aquilo que o próprio órgão interpreta como uma forma de comunicação aceitável. Ao contrário, o estabelecimento do diálogo intercultural e da possibilidade de se efetivar uma comunicação produtiva passam pela aceitação das formas de expressão desses grupos. O grande desafio, nesse sentido, é conquistar a confiança necessária e conseguir estabelecer um diálogo de uma maneira mais recíproca, ainda que através de fazeres e formas comunicativas distintas, inerentes à própria diferença entre os grupos.

O parecer dado pelo procurador federal ao ICMBio na ocasião do Parecer n. 00006/2017/PROJUR/PFEICMBIOSC/PGF/AGU da Advocacia Geral da União (BRASIL. AGU, 2017), quando o órgão solicitou posicionamento se deveria ou não seguir com o experimento, foi o de defender a continuidade do mesmo. Ainda assim, o ICMBio optou por suspender o experimento, divergindo da posição jurídica sustentada pelo procurador. No dia 09 de fevereiro, já se aproximando do final da safra do caranguejo, o órgão emite ofícios às demais comunidades que aceitaram participar do estudo justificando que o mesmo estava sendo cancelado pela recomendação da Defensoria Pública do Estado do Paraná e afirmando que “o ICMBio tem total interesse em manter a parceria, mas por hora estamos **impedidos** de agir por conta da recomendação” (Ofício SEI nº6/2017 – ESEC Guaraqueçaba/ICMBio de 09 e fevereiro de 2017 – grifo nosso), e ainda complementa que “o ICMBio **não pode evitar deixar de cumprir seu poder-dever**, e dará início às ações de fiscalização da prática por meio do uso de seu poder de polícia, de ofício, com o apoio da Polícia Ambiental [...]”.

A forma como foi conduzida a experiência de tentar criar subsídios para a elaboração de um instrumento de gestão (termo de compromisso) nos indica que o foco central dado a ela foi a partir da preocupação com o caranguejo entendido pelo ICMBio meramente como um “recurso natural”. Lembramos que essa leitura se aplica à tentativa de ampliar o experimento



do lacinho às comunidades tradicionais que possuíam outro padrão organizativo (objetivado no MOPEAR), não nos atendo ao período em que a proposta foi conduzida em outros locais. Nosso exame é de que os pescadores do MOPEAR, ao interpretar sua relação com o caranguejo a partir de sua “prática social”, carregavam consigo outras preocupações derivadas da forma como entendem sua relação com essa prática e com algo mais complexo, que é sua territorialidade e, por fim, seu território.

O que estava em jogo para o grupo era o entendimento da prática do lacinho em uma concepção mais ampla, enquanto um comum. Assim, não significa negar a grande contribuição que o órgão ambiental e pesquisadores podem trazer à gestão dos recursos e à conservação da biodiversidade no contexto das UCs ali existentes, mas é compreender que na forma como esses pescadores têm construído a gestão dos comuns é imprescindível que qualquer ação parta ou pelo menos passe por suas formas de pensar, sentir ou fazer.

Em suma, trata-se do seu direito ao território, à autodeterminação e à autodeclaração levado à prática e rompendo com o *modus operandi* habitual de que esses sujeitos devem acatar propostas pensadas e aplicadas desde lógicas heterônomas. Não se trata, é importante lembrar, de romper completamente com qualquer iniciativa vinda do ICMBio, mas de poder optar por participar delas quando estiver estabelecida uma relação de confiança, de maior simetria de poderes e de respeito mútuo – algo que, diga-se de passagem, dificilmente será reconstruído em pouco tempo após quase 30 anos de conflito. Ainda assim, vale tentar.

Seguimos com a sistematização da experiência do acordo comunitário do cerco-fixo, no próximo subitem.

#### 4.3.2 O acordo comunitário do cerco-fixo e o olhar sobre a prática tradicional



Figura 76 – “O cerco: garantia de comida na mesa principalmente no inverno”. Tela de bordado em arpillera da pescadora Josiane dos Santos Pereira. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acerca PEART (2017).



Figura 77 – “Cerco das comunidades tradicionais das ilhas”. Tela de bordado em arpillera da pescadora Lea da Silva Nunes. Dimensões: 50x35cm. Fonte: acerca PEART (2017).

Desde o ano de 2003, os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba foram proibidos(as) de exercer mais uma de suas práticas tradicionais, conhecida como a pesca de cerco-fixo. O tema foi objeto de duas telas de arpillera das pescadoras Lea da Silva Nunes e Josiane dos Santos Pereira detalhando características da prática, bem como a sua importância na subsistência das comunidades tradicionais da região.

Esse tipo de pesca é voltada sobretudo à captura da tainha (*Mugil sp.*), mas há uma diversidade de espécies que podem cair nesta armadilha. A estrutura do cerco-fixo mantém esses peixes vivos e para conseguir retirá-los é preciso realizar a “despesca” com uma rede e técnica específica. A execução da prática depende de um conhecimento complexo adquirido pelos pescadores acerca da dinâmica e os ciclos das marés, sobre o comportamento das espécies de peixes, além de vasto saber relacionado aos recursos florestais que funcionam como matéria prima para a prática. Sobre a chegada dessa prática na região o pescador artesanal relembra que a mesma aconteceu há:

Muito tempo, Seu Custodio faz 43 anos que monta cerco, mais quem apareceu pela primeira vez, foi Seu Acir que hoje está com 93 anos, meu pai falou que quem trouxe foi Seu Acir [...], ele foi o primeiro homem a pôr o cerco aqui na região. [**Faz uns cinquenta anos?**] Sim, mais ou menos por aí! Seu Acir sabia pôr o cerco aqui, começou na ponta do morro e veio vindo pra cá!” (Jair Michaud, pescador artesanal e cerqueiro, em entrevista à SOUZA, 2016).

De acordo com Souza (2016), a partir de estudo etnográfico sobre o cerco-fixo na baía de Pinheiros, a prática teria sido introduzida na região na década de 1960 e passou por sucessivos aprimoramentos por parte dos pescadores/as locais. O cerco-fixo foi ganhando importância sobretudo no sentido da segurança alimentar das comunidades tradicionais da região, já que sua colocação é realizada no período de inverno com o objetivo de aproveitar a “corrida da tainha”, momento em que há pouca disponibilidade de outros alimentos e quando a renda do pescador cai de maneira significativa, acompanhando a queda na disponibilidade de outros recursos e de desempenhar outras formas de pescaria por conta de questões climatológicas próprias dessa época do ano.

Mesmo com a proibição e forte fiscalização, algumas comunidades continuaram tentando exercer a prática tendo em vista a necessidade de subsistência, como aponta a fala do pescador artesanal Antônio Custódio:

Aqui no Barbado, de todas as ilhas nós fomos os último a mantê o cerco. Eles tirava num ano, noutro ano a gente colocava de novo. A repressão foi muito grande em tudo por aí. A voadeira da fiscalização vinha com motor e cortava os pau, depois amarrava uma corda e puxava com a força do motor da voadeira pra arrasta a casa do peixe. Era pra gente desanimá mesmo, mais ainda aguentamo 2 anos até desisti. Aí não deu mais (Antonio Custódio, pescador artesanal e cerqueiro, em entrevista à SOUZA, 2016).

A proibição que justificou a ação de fiscalização durante todos esses anos foi a Portaria nº 12 do IBAMA (BRASIL. IBAMA, 2003), produzida sem qualquer diálogo com os pescadores. Em seu texto, no entanto, não existe qualquer menção à prática do cerco-fixo, seja para permiti-la ou proibi-la. Em parecer técnico, Torres e Andriguetto Filho (2015) defendem que a proibição da prática tradicional do cerco-fixo baseada nesta portaria é questionável, posto que:

Para que uma atuação do órgão fiscalizador ambiental tenha validade e legitimidade do uso de seu poder de polícia, é preciso que a definição da proibição esteja bem delimitada nos termos da lei, caso esse que especialmente no caso do cerco-fixo deve ser bem analisado, ainda mais quando se considera essa prática como integrada ao conjunto de saberes tradicionais das populações pesqueiras, situação essa que se encontra protegida pela constituição de 1988 quando essa ressalta o dever do Estado de proteger o patrimônio cultural brasileiro (Torres e Andriguetto Filho, 2015, p. 11).

Os autores destacam que essa prática é reconhecida oficialmente pelo ICMBio como uma “arte de pesca” artesanal<sup>109</sup> e que, portanto, tem a proteção do art. 216 da Constituição de 1988 e a validade da Portaria que supostamente a proíbe deve passar pelo exame segundo o teor do Decreto Legislativo nº 02/94 (BRASIL, 1994) sobre a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), posteriormente promulgada pelo Decreto nº 2.519 de 16 de março de 1998 (BRASIL, 1998). A convenção exige o respeito ao conhecimento e às práticas tradicionais das comunidades em questão dentro do ordenamento jurídico brasileiro (especificamente o art. 8º, alínea J da CDB). O posicionamento final dos pareceristas é o da inconstitucionalidade da Portaria nº 12/2003 (BRASIL. IBAMA, 2003), visto que a mesma deveria estar integrada aos preceitos da Constituição e, portanto, ser coerente com princípios e direitos fundamentais desses pescadores e caiçaras. Assim, ressaltam que a questão ambiental não pode ser acionada e analisada no sentido de excluir sujeitos sociais ou direitos fundamentais.

No momento em que os pescadores decidem elaborar um acordo de gestão coletiva para o cerco-fixo, o primeiro passo dado foi o de se organizar para estudar e compreender qual era o dispositivo jurídico que o proibia e quais eram as fundamentações teóricas para tal. Perceberam com isso que não havia quaisquer justificativas baseadas em estudos científicos, tampouco havia sido construída de forma dialógica com os principais interessados, os pescadores. A fala a seguir elucida esse momento:

Eles [agentes ambientais] diziam que na portaria o cerco fixo estava proibido. A gente nunca teve acesso a essa portaria. Foi depois que os professores do instituto e universidade que vieram e trouxeram a portaria imprimida que nós pudemos entender. Daí começamos observar que não falava especificamente sobre cerco na portaria.

<sup>109</sup> Esse registro pode ser encontrado no sitio oficial do órgão. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/artes-de-pesca.html>>. Acesso em 30/06/2017.



Falava de uma malha de rede, mas sobre cerco não. Então eles falavam o que não tava ali, não tava proibido. Então se o cerco não tava ali não era proibido, não tinha portaria falando sobre o cerco. Ai que resolvemos colocar um cerquinho [...], a gente mostrou que tava por dentro da portaria que eles pensavam que a gente num sabia da portaria” (João Carlos, pescador artesanal e cerqueiro, em entrevista à SOUZA, 2016).

Os pescadores passaram a incorporar o assunto da retomada do cerco-fixo e alteração da Portaria nº 12/2003 nas pautas de seus encontros no Movimento. Essa retomada, no entanto, não poderia ser feita de qualquer jeito. Logo nos primeiros diálogos internos e com cerqueiros de diversas comunidades concluíram que não gostariam que a prática permanecesse exatamente como era feita antigamente, tampouco gostariam de reproduzir o sistema utilizado em São Paulo, que viam como degradante do ponto de vista ambiental e social. Um dos pescadores explica a ideia:

Então a intenção é assim [...] tem as leis que protegem as povos tradicionais. Até mesmo dentro da leis do SNUC, artigo 28, que é no artigo do parque que fala que nós temos esse direito. Então a gente começou a ver como gente vai fazer, a gente quer voltar o cerco, mas a gente não quer que volte o cerco do jeito que era, desorganizado. A gente quer que o cerco volte, assim por exemplo um cerco para duas famílias, é que o cerco seja colocado e que seja retirado de volta esteja três meses e meio. Então a gente começou discutir pensando assim nessa possibilidade, e com isso, surgiu a única forma de enquanto não se cria RESEX é fazendo acordo. Ai começamos a batalhar pelo acordo, esse acordo está em três anos que está lutando, de nós chegar a um consenso, que é isso mesmo que a gente quer. Ai a gente quer agora só legitimar esse acordo pelas comunidades, passar isso para as autoridades e eles ajudarem a fiscalizar.” (Claudio Nunes, pescador artesanal e cerqueiro, em entrevista à SOUZA, 2016).

Complementando a explicação dada por Claudio trazemos aqui uma análise de Souza (2016) sobre a essência desse processo após acompanhar por mais de 2 anos o trabalho do MOPEAR para a elaboração do acordo. Para ele a proposta do grupo se baseava no:

[...] Ordenamento da pesca de cerco-fixo através da recuperação de regras tradicionais de uso hibridizadas a inovações tecnológicas com a intenção de retomar o uso das práticas tradicionais conforme acordos de uso comum que tenham como princípio a conservação da biodiversidade, a sustentabilidade ambiental, o reconhecimento, valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos tradicionais locais, a garantia dos direitos étnicos e coletivos, a transparência dos processos de gestão dos recursos naturais, a valorização e integração de diferentes formas de saber e a promoção da inclusão social e do exercício da cidadania (SOUZA, 2016, p. 4).

As primeiras discussões sobre a necessidade de um acordo que possibilitasse a gestão compartilhada dessa prática tradicional foram feitas nas comunidades de Barbados e Sibuí. O interesse sobre o assunto foi aumentando conforme eram feitas conversas informais entre vizinhos sobre essa possibilidade. Desde 2014, a discussão ganhou mais corpo quando outras



comunidades passaram a se envolver na discussão<sup>110</sup>. Foram realizadas reuniões, práticas demonstrativas, encontros, investigações, visitas de campo e estudos entre os próprios pescadores<sup>111</sup>.

A maioria dos debates foram feitos nas próprias comunidades tanto pela questão logística quanto pela questão simbólica, buscando manter os pescadores no controle do processo. A condução dos debates e o planejamento desses espaços eram realizados pelas associações de moradores e lideranças do MOPEAR em diálogo com os cerqueiros. A atualização das formas de fazer o cerco-fixo foi um dos assuntos de maior relevância para as comunidades, em virtude do consenso de que ajustes viriam a potencializar a conservação de recursos naturais, bem como democratizar seu uso – a forma anterior poderia gerar uma disparidade social pelo favorecimento de algumas famílias que assumiam posição de vantagem no acesso aos recursos. Nesse sentido, antes mesmo de propor o experimento de colocar um cerco-fixo na água, entenderam que era essencial firmar um acordo para que a conservação da natureza e as formas organizativas da prática tradicional compartilhassem os mesmos preceitos e objetivos. Ou seja, julgaram ser importante acordar sobre uma proposta de gestão desta prática a partir da lógica dos comuns.

Vale lembrar que seguindo esta mesma lógica, um dos motivos para a negativa das comunidades tradicionais mobilizadas em torno do MOPEAR em relação à proposta do experimento do lacinho se deu por considerarem indispensável a produção de um acordo de gestão coletiva e compartilhada, semelhante ao do cerco-fixo, antes da realização do experimento. Há um consenso entre os pescadores que a forma atual de usar o lacinho tem gerado pressão sobre o recurso e os manguezais, sobretudo pela forma de fiscalização ambiental do ICMBio em conjunto com a Força Verde, que constantemente se excede na postura de suas abordagens com os caranguejeiros. Nesse sentido, existe um conjunto de pescadores(as) de toda a região de São Paulo/Guaraqueçaba/Paranaguá/Antonina que não compartilha das mesmas preocupações que os pescadores agregados no MOPEAR em relação ao ordenamento da prática e a realizam sem a mediação de qualquer tipo de regra para garantir a conservação do recurso. A falta de um acordo anterior implicava, na concepção dos membros do MOPEAR e demais pescadores das comunidades que negaram o experimento, na falta de segurança tanto aos

---

<sup>110</sup> Sempre que um novo momento fosse acontecer os pescadores divulgavam em suas comunidades através de convites feitos de porta em porta a cada família, colando avisos em bares, igrejas, sedes de associação, cozinhas comunitárias, áreas de casas e escolas. O debate passou a ser incorporado pelas associações de moradores e pelos cerqueiros de mais comunidades, com as de Vila Fátima, Superagui, Bertioga, Varadouro e Canudal, além de Barbado e Sibui.

<sup>111</sup> Boa parte da sistematização e documentos comprobatórios de todo esse processo conduzido pelo MOPEAR são encontrados no parecer de SOUZA (2016).

recursos naturais envolvidos quanto aos pescadores para fazerem suas atividades da forma correta. A falta de acordo anterior, portanto, comprometeria os dados finais da pesquisa que possivelmente tenderia a uma imagem negativa da técnica e dos pescadores. A resposta recebida em relação ao pedido do acordo, no entanto, foi a que segue:

Afasta-se, também, o argumento de que se deve firmar acordo de gestão coletiva e compartilhada dos recursos pesqueiros antes da realização da pesca experimental. A pesquisa realizada tem, entre outras finalidades, colher dados para subsidiar a análise administrativa quanto às disposições que deverão reger os Termos de Compromisso a serem firmados com as comunidades tradicionais. [...] A ordem das coisas sugerida pela Defensoria Pública não encontra lógica técnico-científica e, ademais, sugere, sem base técnica fundamentada, modificação de procedimentos que estão submetidos à discricionariedade técnica do órgão ambiental e, por isso, sequer estão submetidos ao controle de mérito por parte do judiciário (BRASIL, 2017, p. 6-7).

Fica explícita aqui que as concepções sobre a forma de interpretar e se relacionar com a natureza por parte das comunidades tradicionais em questão e o ICMBio são distintas, implicando, inclusive, em leituras bem distantes sobre como seriam os procedimentos adequados para a coleta de dados, a participação social desses sujeitos e a própria elaboração de acordos para o uso e manejo de recursos naturais. Para os pescadores o acordo prévio era essencial para guiar os caminhos do uso dos recursos, já que sua preocupação não era com o resultado de uma pesquisa de diagnóstico, mas com a possibilidade de firmar um ordenamento da prática que, de fato, fosse possível, desejado e construído pelos sujeitos desde seus saberes e fazeres, para que os mesmos se sentissem parte desse processo, responsáveis e engajados no funcionamento eficaz da gestão do seu território desde as práticas tradicionais. Para o ICMBio, no entanto, o caminho correto a ser percorrido era o da pesquisa científica como primeiro passo, para que ela então fornecesse os parâmetros de gestão, restando aos caranguejeiros aceitarem a lógica preconizada pelos estudos.

A indisponibilidade do ICMBio em aceitar e criar novos instrumentos junto com as comunidades (que respeitem suas formas próprias de gestão e organização e reconheça seu papel como agentes primordiais da proteção ambiental) pode fazer com que a instituição fique engessada em metodologias e instrumentos que não coadunam com os anseios dos sujeitos por ela atingidos, dificultando um processo de gestão compartilhada ou co-gestão tão almejadas nos discursos de ambas as partes e essencial para um arranjo de gestão dos comuns.

Sobre a experiência do cerco, Souza (2016) destaca que após a construção de condições técnicas, políticas e organizacionais, o MOPEAR e associações de moradores também passaram a organizar e participar de reuniões do setor de território, de coordenação geral, grupo de trabalho, Encontro de Pescadores sobre Cerco-Fixo, bem como reuniões com gestores das UCs de Guaraqueçaba. O trabalho girou em torno da elaboração do acordo, da

formulação de um consenso sobre diversos pontos polêmicos que surgiram ao longo do caminho, de debater de maneira aberta com os interessados e de mobilizar cada comunidade, além de ampliar a discussão e elaboração do documento com outras instituições.

Todas essas atividades duraram cerca de dois anos, andamento que permitiu respeitar o tempo de construção próprio das comunidades, já que se tratava de conciliar os encontros com as atividades cotidianas do grupo, bem como inserir novas lógicas que demandaram tempo para serem apropriadas. Isso foi percebido em atividades como a leitura e interpretação de documentos além da própria elaboração de um acordo mais formalizado, atualizando o costume de firmar regras somente desde a oralidade: os acordos tácitos sempre se basearam no respeito mútuo e na solidariedade, mas nessa nova fase, ao atingir um número mais amplo de pescadores(as) e caiçaras, ao atualizar regras que estavam arraigadas nos modos de fazer de diversos cerqueiros e pela necessidade da validação do acordo diante de autoridades locais, optou-se pela formalização de regras escritas. Essa formalização demandou tempo para a maturação e a apropriação de novos conhecimentos e práticas. De acordo com Souza (2016), a ação do MOPEAR partiu, portanto, não apenas do amplo conhecimento que possuem acerca do cenário ecológico em questão, mas também dos meandros das relações sociais e comunitárias locais, permitindo a reconstrução de uma relação de confiança entre as comunidades e a esperança da retomada de práticas tradicionais e da efetivação de direitos.

A elaboração do acordo contou com um apoio acadêmico e jurídico do IFPR, UFPR, DPPR, DPU, MPE e Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU). Houveram momentos, também de estabelecimento de diálogo com o ICMBio para que os chefes das UCs contribuíssem no sentido da análise do acordo e de uma posição sobre a viabilidade de legitimação e adoção desse instrumento dentro do contexto do órgão<sup>112</sup>. (SOUZA, 2016).

Esses elementos apontam para uma proximidade significativa com os preceitos básicos apontados por Ostrom (1990) para a superação de dilemas sociais e o êxito das instituições de gestão dos comuns desde a ação coletiva. Evidentemente, não se trata de um manual ou um *check list*, visto que a própria autora destaca a grande diversidade de experiências, sujeitos, territorialidades e arranjos que constatou em sua trajetória acadêmica, mas de algumas regularidades de princípios que atribuiriam a elas uma robustez e longevidade. Como lembra Pereira, Cabral e Pereira (2015) estes princípios não são condicionantes, tão pouco suficientes,

---

<sup>112</sup> Na ocasião da reunião entre MOPEAR, IFPR, DPPR e os chefes da ESEC e APA, realizada no dia 20/11/15, após a apresentação do acordo por parte dos pescadores, os chefes da UC elogiaram a proposta e sinalizaram seu apoio, aguardando a finalização do acordo para então buscar auxiliar no reconhecimento do acordo a partir de Nota Técnica que seria enviada às instâncias superiores do ICMBio

já que diversas outras questões podem intervir nesses processos. Para Ostrom (1990 apud HESS e OSTROM, 2016):

Estos principios son: • Existencia de límites claramente definidos. • Las reglas de uso se ajustan bien a las necesidades y condiciones locales. • Los individuos afectados por estas reglas pueden participar por lo general en la modificación de las mismas. • El derecho de los miembros de la comunidad a trazar sus propias reglas es respetado por las autoridades externas. • Se ha establecido un sistema para autosupervisar el comportamiento de los miembros. • Se dispone de un sistema graduado de sanciones. • Los miembros de la comunidad tienen acceso a los mecanismos de resolución de conflictos de bajo coste. • Las tareas integradas, es decir, la apropiación, el suministro, la supervisión y la sanción, la resolución de conflictos y otras actividades de gobierno se organizan en una estructura anidada con múltiples estratos de actividades. (HESS e OSTROM, 2016, p.31).

Com subsídios de todo esse processo o MOPEAR enfim elabora o “Acordo de Gestão da Pesca do Cerco-Fixo”, atualizando e instituindo regras antes de colocá-lo na água. As alterações mais significativas propostas pelo grupo para o ordenamento da prática e como condição para que a mesma voltasse a ser exercida podem ser observadas na tabela a seguir e apontam para o alinhamento com diversos princípios colocados por Ostrom (1990):

<b>Tema</b>	<b>Antes da Portaria 12/2003</b>	<b>Acordo Uso Cerco 2016</b>
Permissão para colocação de cerco-fixo	Qualquer pessoa	- Somente pescador artesanal autodeclarado coletivamente; - Ser morador há no mínimo 1 ano na comunidade; - Ser membro da Associação de Práticas Tradicionais. - Proíbe assalariados com carteira assinada colocar o cerco-fixo e limita para pensionistas e aposentados.
Pontos de cerco-fixo	Respeitado o direito de local de cerco-fixo	Respeitado o direito de local de cerco-fixo
	Qualquer local para colocação	Somente locais georreferenciados
Número de Famílias por cerco-fixo	- Geralmente 1;	- Mínimo 2;
	- Uma família poderia colocar vários cercos.	- Uma família poderá participar de um único cerco-fixo.
Distancia rios	Indefinido	Mínimo 200 metros dos rios.
Tempo de Permanência	Ano todo	3,5 meses (15 de maio a 31 de agosto)
Período retirada de vara e mourão	Ano todo	- 45 dias (01 de abril a 15 de maio) - retirada no território autodemarcado.
Malha Mínima entre palhas	3 cm	5 cm
Comprimento máximo casa do peixe	25 braças	15 braças
Sanções	Não havia	Descumprimento das regras implica na perda do direito de colocação do cerco no ano seguinte e denuncia ao órgão de fiscalização.
Instância de Controle	Marinha do Brasil e ITCF (até 1992)	Associação de Práticas Tradicionais (Pescadores Artesanais); IAP, Força Verde, ICBMIO e IBAMA.

Tabela 2. Diferenças básicas propostas pelo ordenamento da pesca com cerco-fixo pelo acordo. Fonte: Souza (2016) a partir de informações do MOPEAR.

Uma das questões trazidas pelo Movimento é que não lhe interessava uma liberação do cerco-fixo sem um disciplinamento da prática, ou seja, não lhes interessa voltar a fazer da mesma forma que faziam no passado, como aponta a fala a seguir:

Na época não existia regra, cada um podia entrar e pode até hoje. [...] O interessante é que tirem com consciência e saiba fazer as coisas do jeito que está sendo feito, às vezes tirou lá 30 vara, 40 vara, taquara até então não vai ser hoje que vai atrapalhar isso, por que antigamente que era feito tudo desordenando nunca acabou, por que que agora que tá sendo ordenado vai acabar... Vai acabar nunca. Agora o que a gente é contra, é gente de Paranaguá, gente que vem lá de Pontal do Paraná ou lá do outro lado vir acabar com nosso aqui pra levar pra eles (Gerson Malaquias, pescador artesanal e cerqueiro, entrevista concedida à SOUZA, 2016).

A fala de Gerson Malaquias e o acompanhamento desse debate junto aos pescadores apontaram que uma das principais preocupações dos pescadores se referia ao livre acesso aos recursos. Na leitura desses sujeitos, isso poderia desencadear a sobre-exploração dos recursos naturais, visto que usuários externos às lógicas locais não possuem compromisso com a conservação do território e das relações sociais que nele se desenvolvem. Uma das formas de resolver a questão foi a indispensabilidade da mobilização da auto-definição coletiva e o pertencimento a uma comunidade tradicional, no sentido de residirem e dependerem dela, como condição para participar do acordo.

A preocupação com o livre acesso aos recursos é de extrema pertinência, visto que a crítica à leitura da tragédia dos comuns tem essa questão como ponto chave. Para Hess e Ostrom (2016), um dos motivos da atribuição pessimista de Gerret Hardin aos sistemas de comuns se deu, precisamente, por uma confusão conceitual entre bens comuns geridos coletivamente e os recursos de acesso aberto. O livre acesso aos recursos tende, de fato, a recair na pressão a esses recursos, justamente o que os pescadores objetivam evitar.

Outro equívoco na perspectiva da tragédia dos comuns foi a inexistência ou pouca comunicação, elemento já elencado por Ostrom (1990) como essencial, algo que, desde a prática, vem se mostrando possível por pescadores artesanais, caiçaras e cerqueiros que a exercem, embora não sem as dificuldades inerentes à sua realidade.

Gerret Hardin também “postulaba que la gente actúa sólo de acuerdo con su propio interés inmediato (en lugar de asumir que algunos individuos tienen en cuenta beneficios conjuntos, al menos en cierta medida) (HESS e OSTROM, 2016, p. 35-36). Essa concepção pode ser contestada desde o caso concreto do acordo do cerco-fixo no que se refere, por exemplo, a questão da quantidade de pessoas que precisam dividir o mesmo cerco (preocupação socioambiental) e na definição dos beneficiários da prática, que será melhor explicitada a seguir. Por fim, um outro equívoco na interpretação de Hardin acerca das soluções para corrigir



a tragédia dos comuns, relacionava-se ao fato de que elas deveriam necessariamente passar pela intervenção estatal ou pela privatização dos sistemas/recursos - algo veementemente refutado por Hess e Ostrom (2016) que alegam que, possivelmente possam existir casos em que essas situações ocorram “pero muchos grupos pueden gestionar y mantener de manera eficaz recursos comunes si tienen condiciones adecuadas, como reglas apropiadas, buenos mecanismos de resolución de conflictos y límites de grupo bien definidos” (HESS e OSTROM, 2016, p. 36).

Sobre os beneficiários do acordo do cerco-fixo, chamou atenção que a situação de membros das comunidades que fossem aposentados, pensionistas e trabalhadores com carteira assinada tenha sido um dos temas que suscitou uma das maiores polêmicas ao longo de toda a elaboração do acordo. Souza (2016) explica essa discussão:

O senso de justiça acionado pelos participantes oscilou entre o critério da equidade identitária e equidade de renda. No primeiro caso, buscou-se garantir que o critério de identidade coletiva prevalecesse juntamente com a residência para permitir a participação no acordo, ante a posição do segundo caso, em que seria injusto permitir que quem recebe recursos previdenciários e possui direitos de assalariado (principalmente na prefeitura), mesmo sendo pescador artesanal, possa usufruir do cerco. Nessa perspectiva, a segurança de renda de alguns não deveria sobrepor-se a vulnerabilidade da maioria, que de fato vivem períodos de carestia no inverno, período de colocação de cerco. Ao final, e após longos debates, prevaleceu a proposta na qual assalariados com carteira assinada não poderiam fazer uso de cerco e, aposentados e pensionistas sim, mas estes não teriam prioridade na escolha dos “pontos de cerco” (SOUZA, 2016, p. 18).

Levando em conta que o MOPEAR é um movimento social e, portanto, não é uma organização formal no sentido de ter uma atribuição no contexto municipal, e pelo fato de nem todas as comunidades possuírem associação de moradores (tampouco de desejar fragilizar as associações de cada comunidade ao lhes atribuir mais uma função que extrapola seu contexto geográfico de atuação – envolvendo outras comunidades), a forma organizativa escolhida foi a de criar uma associação específica para lidar com o assunto dessa prática tradicional e que, posteriormente, poderia vir a abarcar outras práticas tradicionais, unindo representantes de todas as comunidades que desejarem usar os cercos e que cumprirem com as demais normas do acordo. Aqui entra a importância de se criarem instituições próprias e adequadas à ação coletiva nos sistemas de gestão dos comuns, conforme apontam Ostrom (1990), Pereira, Cabral e Pereira (2015) e Poteete, Ostrom e Janssen (2011)

Uma importante inovação proposta pelos pescadores foi a do controle dos pontos de cerco-fixo por meio de georreferenciamento, técnica que aprenderam ao longo do curso de

agentes em Cartografia Social e Gestão Territorial e que objetivou criar um banco de dados para o monitoramento da atividade<sup>113</sup>.

Após a elaboração desse acordo, os esforços do grupo vêm se dando no sentido de buscar o apoio do ICMBio, Força Verde, IBAMA, e IAP para a legitimação do acordo e a contribuição desses órgãos de gestão ambiental na fiscalização da prática<sup>114</sup>. A luta do cerco-fixo já dura 3 anos e nessa nova fase, após uma versão mais completa do acordo, já têm sido feitas algumas reuniões com os gestores das UCs da região. Em um primeiro momento, o posicionamento do gestor da ESEC foi o de orientar os pescadores a adotar o formato do termo de compromisso ao invés de um acordo, justificando que esse formato pensado pelos pescadores não poderia ser reconhecido nas instâncias do ICMBio que já trabalha com o TC para casos como esse<sup>115</sup>. Como mencionado por Ostrom (1990), aqui confirmamos a dificuldade de instituições públicas em flexibilizar seus mecanismos internos ou permitir a criação de novos formatos, como os propostos desde a ação coletiva dos pescadores para a gestão dos comuns. O engessamento metodológico, em casos como esses, acaba prejudicando a constituição da comunicação e da confiança, já que as propostas vindas desde os sujeitos dificilmente conseguem ser reconhecidas, dando a entender que a gestão participativa e dos comuns pretendida pelo ICMBio, de fato, correspondem a uma via de mão única.

---

<sup>113</sup> O respeito ao direito do uso dos pontos tradicionais de cerco-fixo seriam mantidos, a alteração se deu apenas na quantidade de cerco por família, que anteriormente era irrestrito e que agora passava a ser de um cerco a cada duas famílias (aumentando o número de pessoas usufruindo dele, mas diminuindo a quantidade e tamanho das estruturas). Outro elemento reduzido drasticamente foi o período que o cerco pode ser mantido na água, anteriormente ao longo de todo ano, chegando a se desmanchar pela ação do tempo, e que agora passava a ser de apenas 3 meses e meio (do dia 15 de maio ao dia 30 de agosto), aproveitando o período da corrida da tainha.

<sup>114</sup> Uma das sugestões dos técnicos do ICMBio acatada pelos pescadores foi a de definir o período de 01 de abril a 15 de maio para o corte de taquaras e varas para a confecção dos cercos, facilitando uma metodologia para a fiscalização nas áreas escolhidas para o manejo. A questão da retirada e manejo florestal ainda seriam melhor definidos, mas as narrativas dos pescadores apontaram que o manejo pode contribuir na sucessão vegetal. Em relação ao corte de taquara e vara, Souza (2016) ressalta que há uma abertura de clareira no sub-bosque, permitindo o crescimento de mudas de árvores. A opção do manejo, por isso, será feito ao longo de piques que atravessam o território de forma esparsa. A opção em diminuir o tamanho do cerco e aumentar o número de famílias que poderão trabalhar em cada um deles também seguiu a lógica de reduzir o corte dessas madeiras e otimizar seu manejo sem ignorar a igualdade de acesso à prática.

<sup>115</sup> Desapontados com a resposta, os cerqueiros articulados no MOPEAR solicitaram a realização de outras reuniões para que conversassem melhor sobre o assunto e para que o ICMBio pudesse explicar as alterações necessárias para a transformação do acordo do cerco-fixo em um termo de compromisso. Diante da resistência já explicada em relação aos TCs o atual chefe da ESEC, por meio da Nota Técnica 1/2017/ESEC Guaraqueçaba/ICMBio, expressou que mesmo que esse argumento não tenha sido “apresentado de forma explícita”, ele acredita que a resistência do MOPEAR em aceitar o TC se daria pois “a celebração de termos de compromisso poderiam gerar simpatia pelo ICMBio e enfraquecer o [...] MOPEAR. Assim mesmo que a iniciativa traga benefícios, o risco de enfraquecer o movimento e as ideologias não compensaria” (BRASIL, ICMBio, 2017, p. 6). Há portanto, uma tentativa de desqualificar as preocupações das comunidades tradicionais sobre os instrumentos utilizados pelo ICMBio para gerir os territórios tradicionais, como se elas tivessem que simplesmente acatar tais mecanismos heterônomos sem qualquer questionamento (ignorando, portanto, os seus direitos básico à autodeterminação e ao território).

Importa aqui ponderar sobre uma questão chave em torno dos sistemas de gestão dos comuns. Para Ostrom (1990) não resta dúvida que os grupos sociais são capazes de formular e manter suas próprias iniciativas de autogoverno dos comuns e que a privatização ou a atuação do Estado não precisam ser vistas como um modelo ideal para fazê-las funcionar – do contrário, podem vir a ameaçar o sucesso da empreitada. Pereira, Cabral e Pereira (2015) salientam as limitações do modelo hegemônico de administração pública quando se trata de questões locais. Para os autores, a formulação de políticas públicas de baixo para cima e a partir de grupos sociais que se organizem no âmbito local podem gerar decisões e formas de gerir os recursos e territórios de maneira mais eficaz que gestores, técnicos e governantes desde um distanciamento das realidades localizadas. Os autores lembram que:

[...] pessoas comuns são capazes de resolver seus dilemas sociais, independentemente do Estado e do mercado. No entanto, a sociedade nem sempre se utiliza de seus conhecimentos e habilidades em prol do interesse público. Verifica-se, no Brasil, a existência de certa “cultura” por parte dos indivíduos em acreditar que o Estado resolverá todos os problemas, eximindo-se, então, dessa responsabilidade (PEREIRA, CABRAL e PEREIRA, 2015, p. 120).

A gestão dos comuns no contexto dos(as) pescadores(as) e caiçaras, nesse sentido, nos suscita a pensar nessa tentativa de uma gestão dos comuns que tem passado pela tentativa de estabelecer uma outra relação com o Estado. Muito embora o ICMBio (BRASIL. ICMBio, 2017) classifique a experiência do acordo de gestão do cerco-fixo como uma iniciativa de autogestão, ao contrário do que os argumentos do órgãos deixam transparecer, o autogoverno dos comuns, ou a autogestão incutida neste acordo não implica na total ausência da ação do Estado, nesse caso representado pelo ICMBio, nem na simples concessão de uma autorização para que o acordo possa ocorrer.

Por parte dos pescadores sempre foi defendida uma proposta de co-gestão entre comunidades tradicionais e ICMBio tanto em suas ações de curto prazo (elaboração de acordos de gestão dos comuns ou a tentativa de participar ativamente dos instrumentos de gestão das UCs, como o Plano de Manejo) quanto em suas propostas a longo prazo, como a tentativa de solucionar o conflito territorial a partir da criação de outra UC, portanto, em parceria com o ICMBio (no caso, uma RESEX no território tradicionalmente ocupado complementarmente ao parque).

No plano das relações entre Estado e sociedade civil é preciso estar atento em como autonomia e heteronomia se desenrolam, assunto essencial para pensar a gestão dos comuns. Por se tratarem de comunidades tradicionais, a busca pela autonomia possui estreita relação com a ideia da autodeterminação assegurada pela Convenção 169 da OIT. O que buscamos

refletir aqui é que a leitura acionada pelo ICMBio se equivoca no sentido de sugerir que os pescadores tenham que elaborar a proposta e fiscalizar, gerar estudos, monitorar, ou quaisquer outras atividades por conta própria, sem o envolvimento do órgão em nenhum momento como segredo do sucesso da autogestão (BRASIL. ICMBio, 2017). Sobre isso importa partir da reflexão de Souza (2006) para quem:

Afora experiências pontuais na escala de ‘nanoterritórios’, a autogestão exige, em última análise, muito mais que uma transformação política na escala (meso)local: [...]faz-se mister uma transformação social muito mais ampla e profunda, a qual, seguramente, é impossível de ser alcançada apenas dentro do raio de ação político, econômico e cultural de uma cidade (SOUZA, 2006, p. 418-419).

As comunidades tradicionais em questão vivem atualmente sob um regime de ordenamento e gestão territorial baseados em um saber-poder ambiental materializado, sobretudo, na ação do ICMBio – aos olhos do Estado é este o órgão que controla o que pode ou não ser feito na área do PNS, ESEC e APA. Somado a isso, é preciso lembrar que estas comunidades não vivem isoladas ou blindadas das relações próprias de uma sociedade capitalista. Por isso é ilusória a concepção que essa autogestão idealizada, baseada na autonomia absoluta do grupo poderia vir a se concretizar atualmente. É preciso, antes, criar condições de possibilidade para a existência de uma proposta de autogestão dos comuns aos moldes da interpretação do ICMBio, ou seja, com a comunidade fazendo tudo e sozinha, sem nenhum apoio externo, algo que até o momento não tem sido demonstrado como um desejo das comunidades, nem parece algo possível de ser realizado em curto prazo diante do contexto das condições sociais e das relações de poderes existentes na região.

A gestão dos comuns possível em termos atuais, importa deixar muito claro, não consiste, de forma alguma, na ausência do Estado, mas sim no seu envolvimento de uma forma distinta, sem fazer com que ele seja uma “instância de poder ‘separada’ da sociedade (Estado), a qual decide quanto, quando e como o poder poderá ser transferido” (SOUZA, 2006, p. 417). A questão aqui é, mais precisamente, a ruptura com o padrão da verticalidade das decisões e construções, onde o Estado sempre operou desde uma posição acima dos sujeitos, a quem só restava aceitar e obedecer. Nesse padrão sempre coube aos técnicos e especialistas decidirem os rumos dos processos desenvolvidos no território das comunidades, ignorando que o conhecimento tradicional poderia embasar formas de gestão territorial.

A nova fase proposta por pescadores(as) e caiçaras operacionalizada desde a ação coletiva do MOPEAR é a de que os planejamentos, ordenamentos e ferramentas de gestão territoriais também possam partir do conhecimento tradicional. Esse conhecimento extrapola interesses meramente culturais e coadunam com um mesmo interesse do ICMBio no sentido da

proteção dos recursos. A grande diferença é que, consonante a isso, há a valorização das práticas tradicionais e das formas de organização baseadas na construção política da identidade coletiva desses sujeitos, onde o ICMBio contribui à elaboração das propostas, como no caso do acordo do cerco-fixo e continua mantendo sua função enquanto fiscalizador e gestor ambiental mas com uma enorme diferença: a partir da comunicação, da confiança, do respeito às comunidades tradicionais, sem assumir uma posição de poder acima dos sujeitos. O que se almeja, portanto, é a participação ativa nos processos de planejamento, decisão e controle territorial, tudo isso mediado pela, ou pelo menos respeitando a diversidade epistemológica desses diferentes agentes sociais. Ao nosso ver, esse esforço dos pescadores apontam para uma subversão no papel tradicionalmente atribuído ao Estado na gestão dos territórios. Como assinala Limonad (2013) subverter os planejamentos territoriais implica em;

[...] reconhecer as contradições entre a cidadania formal e a cidadania substantiva, bem como trabalhar em nome da expansão de direitos de cidadania. Não se trata, portanto, de propor meramente um planejamento insurgente no nível da transgressão, da revolta contra a ordem instituída, mas, sim, um planejamento que se proponha a criar um espaço diferencial. Um planejamento que permita abrir perspectiva de transformação social, de construção de uma outra ordem, mediante a subversão da ordem vigente, que não se traduz pelo incentivo à violência, à destruição. Trata-se de superar a visão do planejamento como monopólio do Estado e passar da identificação de necessidades e prioridades pelo Estado, para a identificação de necessidade e prioridades por parte da população. Não no âmbito dos espaços de poder, mas no âmbito dos espaços cotidianos das práticas sociais e espaciais que podem dar origem a formas substantivas de exercício de cidadania, bem como do aproveitamento de outras formas de apropriação dos recursos naturais e das fontes de informação e de uma orientação nova para práticas de planejamento. A construção das mediações necessárias prescindiria, assim, da autorização e concessão de espaços de participação por parte do Estado, o que abriria nesse sentido uma outra perspectiva para a discussão da sustentabilidade do desenvolvimento, mais próxima do caráter da luta social que lhe deu origem (LIMONAD, 2013, p.136).

Tanto em uma proposta de autogestão, conforme uma visão desde a justiça espacial proposta por Souza (2016), quanto em uma de co-gestão, a participação do ICMBio e demais órgãos de gestão ambiental são essenciais e são uma oportunidade para reequilibrar os arranjos de poder que tem sido preponderantes na gestão das UCs restritivas da Guaraqueçaba. Também oportuniza a redução dos efeitos dos conflitos nesses territórios e grupos sociais, permitindo a promoção de objetivos comuns entre as partes, ou seja, a proteção da natureza e do patrimônio cultural brasileiro objetivado na identidade coletiva dessas comunidades tradicionais, baseada em seus modos de criar, fazer, viver e suas formas de expressão conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Tendo em vista o exemplo dado a partir das duas experiências, do experimento do lacinho e do acordo do cerco-fixo, podemos afirmar que a produção do território assume diferentes nuances de acordo com os sujeitos que a acionam e controlam a partir de seus



respectivos projetos de mundo e formas de territorialização. Apesar do caranguejo e dos conhecimentos das comunidades aplicados em técnicas específicas de captura serem bens comuns entre os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de toda a região, extrapolando, inclusive, o raio de abrangência do MOPEAR e das próprias UCs que procuram regulá-lo, a forma como o experimento do lacinho propunha ser desenvolvido no contexto das comunidades organizadas no Movimento, não partia de formas de organização locais, nem de propostas de gestão e controle da prática a partir dos próprios pescadores da região afetada.

Consistia, portanto, em um experimento conduzido pelo órgão ambiental junto a um grupo de pesquisa e embora houvesse participação dos pescadores de outra região, o processo de mobilização e elaboração de regras não partia deles, pelo menos não dos que seriam atingidos, mas das regras colocadas desde uma estrutura estadocêntrica, ou seja “[...] instituciones que generan burocracia, división jerárquica del trabajo y estructuras de poder dispuestas de modo piramidal” (ZIBECHI e HARDT, 2013, p. 16). Essa iniciativa, portanto, não se configura como uma proposta de gestão dos comuns dos pescadores, mas uma proposta de gestão de um recurso natural entre as instituições citadas e algumas comunidades de pescadores(as) artesanais e caiçaras.

No caso do acordo do cerco-fixo, a diferença substancial é que a elaboração de regras e o controle da proposta partiu de uma unidade de mobilização própria, onde as comunidades envolvidas se basearam em conhecimentos e formas de organização tradicionais para atualizar a prática ao contexto político que vivem. A participação de agentes externos, portanto, se dá de maneira completamente diferente, rompendo com a lógica de que são os outros que fazem regras e onde, pelas relações de poder existentes, restaria as comunidades acatá-las independente de suas opiniões, anseios e modos de fazer já constituídos em sua identidade. A lógica de gestão dos comuns desse grupo tem se baseado na procura de alternativas desde a sua cotidianidade para a superação da burocracia que, como reitera Zibechi e Hardt (2013), trata-se da forma mais elementar e tradicional de dominação. A perspectiva dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do Movimento, portanto, deriva de um compromisso territorial, onde seu modo de fazer parte de interesses comuns e da confiança mútua.

São experiências que vistas de maneira superficial parecem tratar das mesmas coisas: regulação e ordenamento de recursos naturais e reconhecimento de uma prática das comunidades tradicionais, no entanto, a questão chave está em conseguir distinguir em que formas de conhecimento e relações essas experiências se baseiam e partem, além de identificar como se dá o controle e condução das mesmas. Aqui a análise de Zibechi (2015a) nos parece muito promissora e condizente com a realidade dos pescadores. Interpretando as reflexões do

autor podemos inferir que a proposta de gestão dos comuns aqui apresentada se refere a tentativa de criação de um território livre, no sentido de uma prática de soberania para a construção de comunidades autônomas, a liberdade não se refere, de forma alguma, a um território ou recursos de acesso aberto. Desde essa perspectiva não se pode pensar na gestão dos recursos isoladamente, mas em como eles encontram-se extremamente relacionados com a identidade desses sujeitos coletivos – esta, por sua vez, “[...] não está ancorada ao lugar físico, mas aos afetos, ao vivido em comum” (ZIBECHI, 2015a, p. 44), trata-se, portanto, de uma cosmovisão distinta. Como o próprio autor sinaliza em outra obra:

Cuando se reflexiona o analiza la comunidad [...], entre sus características se destaca la propiedad común de la tierra, la organización anclada en la asamblea, las autoridades elegidas por todos sus integrantes, la cultura y la cosmovisión compartidas, entre otros rasgos. Sin duda se trata de características muy importantes, intrínsecas al hecho de ser comunidad. Los bienes comunes, materiales e inmateriales son, en efecto, la base que permite la existencia de la comunidad; pero no son suficientes para su reproducción aunque sí para sostener la institución comunitaria. La comunidad se mantiene viva a través de los trabajos colectivos que son un hacer creativo, que re-crean y afirman la comunidad (ZIBECHI, 2015b, p. 96).

Essa lógica do fazer comunitário, que denota a forma como os grupos se relacionam entre si e com o território também é percebida por Escobar (2005a), que salienta que essas relações são condições tão decisivas para a manutenção dos ecossistemas quanto os atributos ecológicos. O autor destaca que há uma intensa variedade de percepções e práticas desses grupos acerca da natureza que contribuem à saúde ou degradação das áreas naturais. Segundo Escobar (2005a):

En los últimos años, los antropólogos han documentado con una elocuencia creciente que muchos grupos sociales en el mundo "construyen" la naturaleza –y por lo tanto la utilizan– de maneras muy específicas, que no coinciden en muchos casos con los parámetros de la naturaleza moderna. En muchas localidades no modernas o no occidentales, no existe la estricta separación entre el mundo biofísico, el humano y el supernatural que caracteriza a las sociedades urbanas y modernas. Por el contrario, la "naturaleza" es un componente integral de los campos humano y sobrenatural. Existe en un universo denso de representaciones colectivas en las que estriban formas distintas de hacer las cosas con/sobre la naturaleza. Dicho de manera concisa, muchas comunidades em el mundo dan un significado a su entorno natural, y por tanto lo usan fuertemente de maneras que contrastan con la manera más aceptada de concebir la naturaleza, esto es, como una fuente externa a los humanos y de la que éstos se pueden apropiar de cualquier forma que los satisfaga (ESCOBAR, 2015a, p. 127).

É por isto que a forma como se dá a participação desses grupos sociais e a possibilidade da interpretação que fazem da realidade ser incorporada nos mecanismos de gestão territorial são fundamentais para diferenciar as experiências e para viabilizar uma proposta de gestão dos comuns. Pensar o território tradicional desde a gestão dos comuns, permite interpretar as práticas tradicionais como parte de um processo integrado de produção territorial, também onde

o sujeito tem a possibilidade de reterritorializar suas práticas e ressignificá-las desde um projeto de vida construído mais autonomamente pelas comunidades objetivamente organizadas no MOPEAR. Em um plano mais abrangente, podemos dizer que a efetivação de acordos para a gestão dos comuns como no caso do cerco-fixo vão permitindo a manutenção de um fazer comunitário, como afirma Zibechi (2015b):

[...] los trabajos colectivos son los que le dan vida, sentido, forma y fondo al hecho comunal. Optamos, entonces, por decir *hacer comunidad* en vez de ser comunidad. Lo común son los vínculos que construimos para seguir siendo, para hacer que la vida siga siendo vida; vínculos que no pueden ser acotados a institución ni a cosas (agua, tierra, natura). En este sentido, los llamados “bienes comunes” no son objetos, entes separados de las personas, sino esos lazos (comunes, comunitarios) que hacen posible que, por decir, agua y tierra sigan siendo en beneficio del común/comunitario. Los “bienes comunes” son lo que hacemos para que sigan siendo bienes de uso del común (ZIBECHI, 2015b, p. 76).

A experiência do caranguejo, por sua vez, demonstra a continuidade de um processo de ambientalização que, de certa forma, reproduz a lógica de cima para baixo desde atores heterônomos e cuja lógica de compreensão da realidade parte da preservação do recurso. Por conseguinte, se reproduz o cerceamento dos sujeitos em seu próprio território, provocando, com isso, um grave processo de desterritorialização.

As tentativas desde o experimento do caranguejo e o acordo do cerco-fixo trouxeram à tona, novamente, a questão da participação social pautada na confiança e comunicação (Ostrom, 1990) como elemento chave para a concretização de um tipo de produção e gestão territorial desde os comuns. Há um significativo potencial dessas questões para legitimar tomadas de decisão sobre o território “[...] com base em processos de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum” (PEREIRA, CABRAL e PEREIRA, 2015, p. 118). A gestão participativa, territorial e dos comuns, enfim, também precisam ser expressas em um contexto democrático

Diante do acúmulo que essas situações trouxeram aos agentes sociais do MOPEAR, foi ficando cada vez mais marcada a necessidade de efetivar a participação social nos termos da consulta prévia, conforme a Convenção 169 da OIT assegura, para mediar as ações heterônomas que objetivavam intervir em seu território. O próximo subitem trata sobre esse processo.

#### 4.3.3 A operacionalização do direito à consulta prévia, livre e informada dos pescadores e caiçaras: a construção de um protocolo de consulta

A trajetória de luta do MOPEAR sobre a participação social teve como principal marco o Encontro do dia 06/12/13. Desde aquele momento um conjunto de acontecimentos foi convergindo para que o tema se tornasse cada vez mais recorrente entre os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do Movimento – tratava-se de uma questão que atravessava grande parte dos conflitos vividos pelas diversas comunidades tradicionais da região. Diante da intensidade que essa temática estava presente no cotidiano dessas comunidades, já existia um consenso entre os sujeitos acerca da necessidade da sua participação ativa e adequada nos assuntos relativos à sua vida e seu território, contudo, faltava que essa necessidade também fosse reconhecida e interiorizada pelos demais agentes que interagiam com os pescadores e caiçaras.

Inspirados nas experiências de outros movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais, o MOPEAR passou a investir esforços no estudo dos instrumentos jurídicos que lhes asseguravam direitos. Internamente já haviam protagonizado uma formação voltada aos direitos de pescadores(as) artesanais e caiçaras no contexto da legislação ambiental (como a Lei da Mata Atlântica e o SNUC), mas foi na ocasião do curso de formação em Operadores de Direitos Étnicos e Coletivos da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais que algumas lideranças do MOPEAR puderam estabelecer um entendimento mais prático da Convenção 169 da OIT e trocar experiências com diversos movimentos sociais de comunidades tradicionais que viviam situações semelhantes. Esse intercâmbio de experiências também se concretizou em um terceiro curso voltado à gestão de territórios tradicionais elaborado pelo próprio Movimento, neste momento os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras passaram a conhecer e estudar os casos dos protocolos de consulta elaborados por diversos grupos no Brasil.

A conjuntura percebida pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR ao fazer esse exercício de aproximação com outros movimentos sociais apontava para o grande número de comunidades tradicionais<sup>116</sup> que elaboraram seus protocolos de consulta para mediar

---

<sup>116</sup> Podemos citar aqui os diversos casos sistematizados na tese de SILVA (2017), como o protocolo de consulta dos Munduruku, protocolo comunitário de Bailique, dos territórios étnicos del Chocó, protocolo comunitário biocultural das raízeras do Cerrado, protocolo de consulta Quilombola e protocolo de consulta e consentimento Wajãpi. Para além desses exemplos podemos citar o protocolo de consulta dos povos do território indígena do Xingu, o protocolo de consulta de Montanha e Mangabal, protocolo de consulta dos pescadores de Santarém, o protocolo de consulta prévia, livre, informada y vinculante para comunidades negras afrocolombianas, raízales y palenqueras de áreas rurales y urbanas em el marco del Congreso Nacional de estos grupos étnicos, protocolo de consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquicamba da Volta Grande do rio Xingu, protocolo de consulta da comunidade tradicional da Ponta Oeste, Ilha do Mel.

sua relação com agentes externos, visto que seus direitos básicos estipulados na Convenção 169 da OIT não vinham sendo respeitados. A adesão do Brasil a esse tratado internacional de direitos humanos sinaliza um grande avanço no reconhecimento da diversidade étnica e territorial no país, possibilitando um rompimento com lógicas integracionistas, paternalistas ou de apagamento das diferenças que historicamente permearam a relação de agentes heterônomos com os povos e comunidades tradicionais.

A Convenção 169 da OIT tem sido de extrema importância para esses grupos sociais no sentido de permitir a construção de um diálogo intercultural efetivo. Os direitos reconhecidos neste dispositivo jurídico não podem ser pensados isoladamente, ou seja, há um conjunto de questões que se relacionam, onde a violação de um desses direitos pode acarretar diretamente na interdição de outro. Há, portanto, um vínculo essencial entre a autoatribuição, autorepresentação, autodeterminação, direito ao território, direito à participação e à consulta prévia, uma vez que todos estes são elementos essenciais para que uma comunidade tradicional, diante de suas especificidades identitárias, consiga se reproduzir socialmente.

Já detalhamos ao longo da tese sobre a luta dos pescadores para que seu direito a uma participação adequada conforme as prerrogativas da OIT 169 fosse reconhecido e efetivado, processo que ainda se encontra em curso, visto a insistente negação deste direito. Percebendo a dificuldade de agentes heterônomos em compreender o que os pescadores consideravam como uma participação adequada e como uma consulta livre, prévia e informada, os agentes sociais mobilizados desde o MOPEAR elaboraram seu protocolo de consulta, justificando-o como segue:

Criamos nosso **Protocolo de Consultas** porque queremos nosso **direito** garantido pela OIT 169 de sermos consultados e participarmos das decisões sempre que os governos, universidades, empresas e ONGs resolvem impor leis, pesquisas, planos, implementar obras ou projetos que possam nos impactar. Já foi assim com a criação de Unidades de Conservação, Plano de Manejo, Leis de proibição da pesca (Milha náutica, cerco-fixo, manjuva). Queremos nossos territórios tradicionais, que nossas tradições sejam respeitadas, que nossa maneira de viver, criar e fazer seja reconhecida, como diz nossa Constituição Federal no artigo 216. Antes o governo e pesquisadores precisam nos reconhecer como sujeitos de direitos e nos ouvir, pois vivemos aqui há séculos e por nossa causa a natureza está conservada, mas nunca fomos consultados para saber o que vai acontecer na realidade quando eles falam de seu plano, lei ou projeto, já vem tudo pronto e sempre sofremos as consequências dessas imposições. O problema é que não respeitam as leis brasileiras e os tratados internacionais de direitos humanos sobre povos tradicionais e, isso já demonstrou, na maioria das vezes, ser desastroso para nossos povos e culturas, além de trazer impactos negativos também para natureza, da qual muito dependemos (MOPEAR, 2017, p. 1).

O processo de construção do documento foi encabeçado por um grupo de aproximadamente 20 pescadores que detinham um conhecimento sobre o instrumento e que tiveram como função pensar em uma estrutura inicial para que o debate fosse então aberto às



comunidades: eles levantaram que informações eram importantes de serem sistematizadas neste documento e de que forma poderiam ocorrer as assembleias com os grupos mais ampliados. Diante da dificuldade em reunir as mais de dez comunidades em uma única assembleia, foram feitas diversas reuniões para que cada comunidade pudesse agregar seus anseios neste documento. Paralelamente, o MOPEAR vinha fazendo o debate junto ao ICMBio e outros agentes a partir do espaço do grupo de trabalho criado em reunião do CONPARNA em 2017 (GT posteriormente transformado em câmara técnica). O objeto dessa discussão era o reconhecimento do protocolo de consulta como primeiro passo para o reestabelecimento de uma relação de confiança que havia sido prejudicada ao longo das últimas três décadas de atuação de diferentes agentes ambientais, como IBAMA, ICMBio, Força Verde, ITCF, entre outros, com posturas antidialógicas e, em algumas ocasiões, violentas.

Após exporem seus anseios em relação a aplicação da Convenção 169 da OIT e o protocolo de consulta diante de diversos conselheiros do CONPARNA, o debate empreendido pelos pescadores foi ganhando maior destaque e apoio entre esses agentes, culminando na tentativa conjunta de criação de uma câmara técnica de povos e comunidades tradicionais para que esses assuntos pudessem ser estudados e soluções pudessem ser construídas coletivamente.

A grande contribuição do protocolo de consulta se dá no sentido operacional da participação social e dos direitos dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. Embora as propostas de gestão territorial, ou qualquer outro tipo de intervenção no território e vida desses sujeitos, pudessem envolvê-los em diferentes momentos das ações, dificilmente havia uma consulta prévia sobre esses assuntos, sobre os anseios dos grupos sociais que seriam atingidos, sobre possíveis contribuições para melhorar estas ações desde o ponto de vista das comunidades tradicionais. As ações, via de regra, chegavam prontas, permitindo a esses sujeitos uma participação controlada, no sentido de legitimar decisões e formas de fazer heterônomas, nunca lhes sendo pertinente o papel de autores ou co-autores desses processos.

O protocolo de consulta, nesse sentido, se configura como um importante instrumento não apenas de operacionalização do direito, em si, mas de uma subversão epistemológica emergente para se pensar o planejamento e gestão de territórios tradicionais e reduzir medidas de caráter antidemocrático que venham a impactar negativamente na vida de povos e comunidades tradicionais. No contexto das UCs de Guaraqueçaba, o protocolo de consulta tem o potencial de contribuir ao estabelecimento de um diálogo intercultural para a promoção da conservação ambiental, à medida que inaugura um novo jeito para pensar e promover ações, permitindo uma inversão do lócus enunciativo, ou a possibilidade de diferentes vozes construindo um mesmo processo, viabilizando o reconhecimento das capacidades e dos direitos

desses grupos sociais, fazendo com que a gestão territorial participativa parta, de fato, de uma relação menos assimétrica de poderes. Essa intencionalidade pode ser percebida ao analisar o conteúdo do protocolo:

A Consulta de que falamos deve ser **Livre, Prévia, Informada e de Boa-Fé**, diferente das reuniões chamadas de “participativas”, que na maioria das vezes convidam pessoas de nossas comunidades nas reuniões do governo para nos convencer com suas palavras difíceis, e nos fazem assinar lista de presença e tirar fotos, para dizer que concordamos com suas propostas porque estivemos lá. Na maioria das vezes a gente fica escutando os projetos que eles já decidiram implantar, pouca coisa nós entendemos, e quando falamos sobre os problemas que podem nos afetar eles respondem que depois a gente discute, sem nunca dar uma resposta. Eles querem sempre discutir os assuntos deles e nunca os nossos. Diferente disso, este Protocolo informa como queremos que sejam conduzidos os espaços de discussão e tomada de decisão sobre assuntos que nos afetam no presente ou no futuro. Por isso, o governo não pode nos consultar apenas quando já tiver tomado uma decisão. E mesmo em casos em que as decisões já foram tomadas no passado e nos afetem no presente, queremos poder reparar os erros do governo revisando as leis e planos do governo (MOPEAR, 2017, p. 1).

Aqui entendemos que a busca por reparar situações passadas mas que continuam impactando a vida desses sujeitos constitui-se como uma das premissas básicas para se fazer uma subversão do planejamento territorial em voga. Essa possibilidade é bastante inovadora se pensarmos o rol de mecanismos de gestão disponíveis para se pensar as UCs no Brasil, no sentido de romper até mesmo com os tempos em que essa gestão acontece, sempre agindo no presente para garantir a preservação para as futuras gerações e ignorando os acontecimentos passados: trata-se de uma subversão na forma de pensar a gestão territorial a partir da lógica dos comuns, que em muito pode contribuir na resolução de conflitos que, atualmente, tem dificultado e até mesmo impedido ações que de fato coadunem com a proteção ambiental. É nesse sentido que Silva (2017) defende que só radicalizando a democracia será possível concretizar essa tão almejada interculturalidade. A consulta prévia, nesse sentido, é uma das formas que esta radicalização pode assumir. Para a autora:

[...] verifica-se a consulta prévia como um mecanismo de grande importância, mas que encontra-se numa bifurcação. Poderá seguir o caminho de ruptura com o sistema vigente e transformação no sentido de pleitear o respeito ao direito a coexistência, com respeito a autodeterminação dos povos ou seguir como uma implementação meramente procedimental, que almeja alcançar um consenso imposto, que não rompe, nem supera o paradigma etnocentrista liberal. E nesse caso, as experiências históricas comprovam, com a manutenção do status quo hegemônico, as velhas “escolhas” ressurgem: assimilação forçada ou extermínio, sendo que ambas levam para o caminho do etnocídio (SILVA, 2017, p. 116).

Quando consideramos o papel chave da consulta livre, prévia, informada e da participação adequada em termos de promoção de um diálogo intercultural que contribua a gestão do território em situações conflitivas, isso se dá no sentido de estabelecer um contato e

troca cultural onde diferença e igualdade se relacionem de maneira menos opressora. Como nos lembra Santos (1997, p. 122), “[...] os grupos sociais tem o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. A interculturalidade, portanto, implica na ruptura do esquema interpretativo hegemônico que perpetua a existência de culturas dominantes e dominadas, dando espaço a um entendimento de que é possível que diferentes grupos sociais convivam e tenham suas identidades legitimadas (WALSH, 2005). Para a autora:

La interculturalidad es distinta, en cuanto se refiere a complejas relaciones, negociaciones e intercambios culturales, y busca desarrollar una interacción entre personas, conocimientos y prácticas culturalmente diferentes; una interacción que reconoce y que parte de las asimetrías sociales, económicas, políticas y de poder y de las condiciones institucionales que limitan la posibilidad que el “otro” pueda ser considerado como sujeto con identidad, diferencia y agencia la capacidad de actuar. No se trata simplemente de reconocer, descubrir o tolerar al otro, o la diferencia en sí [...]. Tampoco se trata de esencializar identidades o entenderlas como adscripciones étnicas inamovibles. Más bien, se trata de impulsar activamente procesos de intercambio que, por medio de mediaciones sociales, políticas y comunicativas, permitan construir espacios de encuentro, diálogo y asociación entre seres y saberes, sentidos y prácticas distintas (WALSH, 2005, p. 6-7).

A importância de estabelecer um diálogo intercultural no caso do conflito entre pescadores artesanais, caiçaras e as diferentes instituições que tem agido no mesmo território a partir de territorialidades distintas, se dá pelo fato de que ele nos permite pensar sobre a importância das diferenças: ao invés de buscar apagá-las é preciso ampliar o alcance do reconhecimento do outro. Diante disso que Silva (2017) afirma que a “[...] interculturalidade é entendida como processo e projeto social, político, ético e epistêmico”.

O protocolo de consulta (MOPEAR, 2017), portanto, se inscreve como um dos possíveis pontos de partida para o diálogo intercultural e para a autonomia do grupo no que tange seu direito ao território. É neste documento que os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR sintetizaram preceitos básicos acordados internamente às comunidades sobre o que consideram uma situação de respeito mútuo entre eles e os diversos agentes heterônomos que desejam intervir em seus territórios. Não se pode entender o atendimento a estes preceitos como uma mera cortesia dos interventores - assim como existe um ordenamento e regramento territorial imposto de cima para baixo, os protocolos de consulta inscrevem-se como um regramento básico para romper com lógicas assimilacionistas ou excludentes e promover o diálogo intercultural exigido por estes agentes sociais seja no sentido das ações em seu território ou qualquer outra situação que afete suas vidas, salientamos, novamente, trata-se de um direito assegurado por lei.

A consulta livre, prévia e informada não se dá em um momento pontual, tendo que se adequar aos tempos de internalização e socialização das pautas no contexto das comunidades. Somente após todo o processo delimitado pelos próprios sujeitos que haverá uma decisão sobre a intervenção objeto da consulta: aqui cabe ressaltar a importância do direito ao veto que, nas palavras de Silva (2017) refere-se ao:

[...] direito de dizer não diante de circunstâncias e ameaças que dizem respeito à vida e à integridade física, cultural e espiritual dos grupos étnicos. Trata-se de um direito que é derivado e indissociável do direito ao consentimento livre, prévio e informado. São os dois lados da mesma moeda. Um não existe sem o outro. Dizer sim (consentir) e dizer não (não consentir) compõem a obviedade de uma lógica de fácil compreensão para quem quer que seja, mas de grande resistência e negação pela hegemonia antidemocrática vigente (SILVA, 2017, p. 273).

No caso do MOPEAR, o direito ao veto pode ser exercitado na ocasião da reunião para a implementação do experimento do lacinho, ao final do ano de 2016, na comunidade de Sibuí, onde diversas comunidades da região se posicionaram contra a proposta por entender que a forma como a mesma estava sendo conduzida desrespeitava o direito a participação adequada na elaboração de ações de gestão territorial, além do fato de possibilitar impactos negativos nos recursos naturais. Após a negativa dos pescadores a Advocacia Geral da União (AGU) recomendou ao ICMBio que continuasse com o experimento, por considerar que os argumentos para o veto não dispunham de “[...] lógica técnico-científica e, ademais, sugere, sem base técnica fundamentada, modificação de procedimentos que estão submetidos à discricionariedade técnica do órgão ambiental e, por isso, sequer estão submetidos ao controle de mérito por parte do judiciário” (BRASIL. AGU, 2017, p. 7). Aqui concordamos com Silva (2017) em sua reflexão de que não reconhecer o direito das comunidades tradicionais de decidir sobre as questões que afetam seus territórios e suas vidas só contribui a perpetuação do processo histórico de invisibilização e subalternização do outro que nos é diferente – mantém-se, assim, a lógica colonialista opressora e assimilacionista que vê a liberdade de determinação como ameaça.

Direito à participação, à consulta e ao veto são mecanismos que garantem aos próprios grupos sociais de comunidades tradicionais a possibilidade de sua autoatribuição, autodeterminação e a delimitação de sua territorialidade, rompendo com a lógica que é o outro quem detém o poder de nomear, classificar e controlar suas vidas (Barth, 1998; Almeida, 2008a). Trata-se de um debate já superado na antropologia, mas de difícil incorporação prática no campo das ciências ambientais, do planejamento territorial e na própria operacionalização jurídica – muito embora os dispositivos jurídicos existam, vivemos em um contexto no qual a tutela continua sendo o caminho mais acessado e a lógica estadocêntrica (Zibechi e Hardt,

2013), a interdição da interculturalidade, a mercantilização da terra e sua inserção no circuito do capital seguem inviabilizando a autodeterminação e os modos de existência das comunidades tradicionais: negar esses direitos é impedir a liberdade desses grupos sociais de existirem a partir de suas identidades étnicas e coletivas e, com isso, nada resta como consequência a não ser a promoção de um etnocídio.

#### 4.4 A proposta de criação de uma reserva extrativista para a efetivação do direito ao território tradicional

Toda e qualquer iniciativa de discussão sobre o território tradicional dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras de Guaraqueçaba e a consciência de seus direitos representa um significativo avanço diante da conjuntura que estava colocada até bem pouco tempo atrás: o discurso ambiental que ampara o projeto preservacionista há quase 30 anos na região consolidou um certo tipo de dominação social desde um discurso moderno colonial que ignorou e silenciou os conhecimentos produzidos desde outro lócus enunciativo, mais precisamente o das comunidades tradicionais.

Este esquema interpretativo moderno colonial foi instaurado em Guaraqueçaba, atribuindo a este lugar uma ideia de vocação, um imaginário de espaço natural a ser protegido da ação humana, gerando um intenso processo de exclusão territorial. Ao cunhar este termo (exclusão territorial), o geógrafo Haesbaert (2014) se referiu aos confinamentos ou reclusões da própria natureza a partir da sua transformação em uma área (seletivamente) intocada, mas também dos próprios grupos humanos que passam a ser impedidos de acessar estas áreas – tratam-se de territórios cujas partes passaram a ser bloqueadas “ao uso social, onde pode estar completamente vedada a ocupação e até mesmo a própria circulação humana” (HAESBAERT, 2014, p. 200). Existiria, portanto, duas formas de exclusão territorial, aquela que se pauta na interpretação de uma sociedade sem natureza e outra de uma natureza sem sociedade (esta última inerente ao caso das UCs restritivas, como o PNS).

Ao contrário de Haesbaert (2014), para quem esta exclusão é ampla, se referindo a todas as pessoas, entendemos que, no caso de Guaraqueçaba, há uma exclusão seletiva, uma vez que as UCs vêm incentivando atividades como o turismo e a pesquisa científica, mas dificulta a reprodução social das comunidades tradicionais, violando direitos étnicos e coletivos sobretudo no que tange à questão territorial. O autor pondera que a interdição dessas áreas é justificada por um esquema interpretativo que compreende grupos subalternos como uma ameaça à natureza, sendo que são justamente esses grupos que possuem uma relação menos



utilitarista da natureza que acabam sendo prejudicados diante do uso exacerbado e degradante dos grupos hegemônicos. Sobre essa questão o autor conclui que:

Mais do que excluir territórios do usufruto social em nome da preservação irrestrita de uma 'natureza sem sociedade' (como se o homem não estivesse a ela indissociavelmente ligado), importa questionar e refazer radicalmente as formas com que até aqui temos encarado nossas relações com o chamado meio natural (HAESBAERT, 2014, p. 205).

Nesse sentido, não seria com a "[...] exclusão radical de territórios ao usufruto social que iremos criar condições de uma reterritorialização e de uma sociedade – ecologicamente 'sustentável' [...] mais 'segura', justa e solidária" (HAESBAERT, 2014, p. 206). Para o autor a solução estaria na retomada do controle, usufruto e identificação dos/nos/com os territórios.

Na América Latina a noção de território tem sido essencial para pensar as lutas dos novos movimentos sociais, tais como o MOPEAR, visto que este, como explica Cruz (2013), assume uma dupla centralidade, seja do ponto de vista analítico ou político. Para o autor:

Na primeira perspectiva, podemos verificar que o conceito de território tem sido amplamente mobilizado em diversos campos disciplinares como uma categoria explicativa essencial para se pensar a realidade dessas lutas sociais. Já como 'categoria da práxis, a palavra território tem funcionado como um dispositivo de agenciamento político. Essa categoria é uma espécie de catalisador das energias e das estratégias emancipatórias desses movimentos, ela está presente nas entrevistas, depoimentos e declarações de lideranças dos movimentos camponeses, indígenas, movimentos quilombolas e dos chamados povos ou comunidades tradicionais (CRUZ, 2013, p. 119).

Não se trata, portanto, de um ou outro caso isolado, mas de uma tendência de visibilização da territorialização das lutas sociais. Essa luta pelo território, importa lembrar, está marcada decisivamente pela existência de conflitos, de um ou mais projetos antagonistas que ameaçam a própria existência de uma identidade étnica e coletiva (ALMEIDA, 2008b). De acordo com Almeida (2008b), as características que constituem esses grupos de comunidades tradicionais se pautam em:

[...] um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforçam politicamente as redes de solidariedade. Neste sentido, a noção de "tradicional" não se reduz à história, nem tão pouco a laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada, assinalando que as unidades sociais em jogo podem ser interpretadas como unidades de mobilização. O critério político-organizativo sobressai combinado com uma "política de identidades", da qual lançam mão os agentes sociais objetivados em movimento para fazer frente aos seus antagonistas e aos aparatos de estado (ALMEIDA, 2008b, p. 30).

Em outras palavras, são justamente estas situações conflituosas que motivam a reunião de pessoas em torno de uma expressão coletiva, onde a afirmação de sua territorialidade frente ao Estado ou outros agentes é um dos elementos que contribuem à consolidação de um

pertencimento ao grupo, além de diversos outros elementos como, por exemplo, os laços culturais.

No caso concreto, as lutas por reconhecimento das ações sociais, incluídas aqui as práticas e o modo de vida tradicionais, protagonizadas pelo movimento estão diretamente ligadas à discussão da redistribuição do próprio território, bem como do poder de controlá-lo respeitando as lógicas próprias do grupo. Tal qual outras realidades estudadas por Fraser (2006), reconhecimento e redistribuição mostram-se como um par indissociável nas lutas dos novos movimentos sociais. No caso do MOPEAR estas questões emergem após um período de pelo menos 20 anos de conflito territorial, no ano de 2008 quando o Movimento é criado. Atualmente, já se passaram quase 10 anos de mobilizações sociais desses sujeitos, período em que diversos acúmulos foram agregando à formulação de um projeto territorial pautado na gestão dos comuns: muito além dos processos formativos já citados ao longo desta tese, bem como a ressignificação ou criação de espaços como os grupos de trabalho, câmaras técnicas e o “Encontro sobre a Violação de Direitos Humanos Provocados pelos Parques Nacionais em Territórios de comunidades Caiçaras e Pescadores e Pescadoras Artesanais no Paraná”, diversos dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras organizados no MOPEAR participaram de uma grande variedade de eventos (de outros movimentos sociais, do governo, de universidades), reuniões com órgãos ambientais e outras instituições acerca de assuntos que se relacionavam de alguma forma ao seu território, fóruns e intercâmbios com outros grupos de povos e comunidades tradicionais entre tantas outras situações.

Damos destaque, aqui, ao diálogo com o Governo a partir **Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT)**, que tem permitido debater e vislumbrar a criação de políticas públicas voltadas ao reconhecimento e redistribuição desses grupos. Esses momentos agregam aos sujeitos uma melhor compreensão do espaço político em que adentram quando dialogam com o governo e contribuem na elaboração de tais políticas públicas que incidirão na realidade de suas comunidades. A pauta da RESEX, por exemplo, já foi levada pelos pescadores para ser debatida entre os demais membros deste Conselho.

Outro importante espaço consiste no Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal (PAN Manguezal), organizado pelo ICMBio em contexto nacional a partir do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT). A participação ativa do MOPEAR nos encontros do PAN Manguezal representa o interesse e prioridade do grupo em torno da conservação dos manguezais e das

espécies a ele relacionadas, demonstrando seu conhecimento sobre a temática e construindo possibilidades de gestão dos diferentes recursos naturais desse ecossistema a partir das práticas tradicionais e do diálogo com o governo.

A articulação com o Movimento dos pescadores e pescadoras artesanais (MPP) em um contexto nacional tem permitido o envolvimento dos pescadores de Guaraqueçaba em uma campanha pela regularização do território pesqueiro, dentre tantas outras ações como a troca de experiência com pescadores de outras regiões. Esse espaço tem sido de extrema importância no sentido de estabelecer uma construção de um projeto de reconhecimento, redistribuição e gestão territorial que possua um alcance mais amplo. Outro espaço que agregou de forma significativa para o acúmulo de experiência dos membros do MOPEAR foi o da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (CONFREM), onde puderam aprender sobre as características dessa categoria de UC desde a experiência prática de outros grupos sociais, gerando intercâmbios de experiências que os permitem vislumbrar a RESEX como uma opção viável, adequada e de grande potencial para a diminuição dos efeitos negativos dos conflitos territoriais instaurados em Guaraqueçaba.

As concepções que os pescadores já possuíam intuitivamente acerca da justiça social e territorial, bem como as ideias formuladas desde suas formas de pensar, sentir, fazer e ser próprias da sua identidade étnica e coletiva e do seu percurso histórico em seu território foram sendo somadas a todas essas novas experiências acumuladas desde o diálogo com outros agentes, instituições, discursos e práticas. Tudo isso convergiu em um melhor entendimento por parte dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras em torno do que poderiam criar enquanto uma proposta de planejamento e gestão territorial condizentes não apenas com sua identidade e a preocupação com a conservação dos recursos (elemento constitutivo do seu próprio modo de vida), mas também compreendendo a conjuntura e os mecanismos já existentes e possíveis desde o ponto de vista da ação do poder público.

As experiências externas, bem como aquelas que já vinham desenvolvendo no âmbito do seu próprio território (como, por exemplo, os acordos coletivos), foram amadurecendo a possibilidade de que o MOPEAR elaborasse uma proposta de ordenamento e gestão territorial mais condizente com sua própria lógica de vida, divergindo das ações heterônomas sempre colocadas de cima para baixo e com conteúdos não condizentes com as características e direitos das comunidades tradicionais da região. À medida que os sujeitos passaram a se organizar no MOPEAR foram criando um senso de justiça socioterritorial próprio compartilhado entre o coletivo, assumindo sua posição de autores de uma história de r-existência que representa muito mais que um mapa, ou uma proposta de gestão territorial, mas uma trajetória para a efetivação

de um reconhecimento e redistribuição rompendo com a exclusão territorial que vem sendo exercida pelo Estado.

As viagens para reuniões em Brasília com representantes do ICMBio, as conversas com técnicos e a tentativa de criar alternativas desde os veículos oficiais possíveis foram demonstrando aos sujeitos a centralidade do território e a necessidade de lutar por ele – o que intentamos mostrar aqui é que a consciência e convicção desses sujeitos em torno de uma proposta de gestão e ordenamento territorial não surgiu do nada, como se fosse um exercício automático ou natural, mas sim de uma construção social articulada por aproximadamente 10 anos. Não existe, portanto, um projeto de luta pelo território inato aos sujeitos, como se nascessem preparados para isso e conscientes dessa necessidade. Existiu, antes de tudo, um projeto de ameaça às suas vidas que motivou a mobilização desses agentes sociais e os obrigou a ter que pensar e elaborar estratégias de defesa de seu território e de r-existência em seu modo de ser e viver.

A proposta que foi se construindo, após um longo período de maturação, foi assumindo o formato de uma Reserva Extrativista Marinha<sup>117</sup> que abrangesse todas as comunidades tradicionais que estavam participando ativamente das discussões acerca do território e demonstravam interesse em concretizar tal possibilidade, ou seja, aquelas articuladas no MOPEAR. Diferente do pedido de criação de RESEX de 2011 cuja maior porção territorial se dava no mar, nesta nova configuração tanto terra quanto mar estavam englobados nos limites que se objetivava proteger e ordenar. Não se cogitou em nenhum momento acabar com toda e qualquer forma de proteção ambiental da área, já que enxergavam nisso a possibilidade de destruição de seus territórios: nesse possível cenário as ameaças já eram conhecidas, como a grilagem de terras, com o grande interesse de turistas para a construção de casas de veraneio ou pontos de parada para pesca ou a intrusão do território por agentes externos para a exploração dos recursos naturais sem qualquer tipo de responsabilidade ou regulação. A ideia, portanto, era instituir uma outra categoria de UC mais condizente com a realidade local e os direitos das comunidades tradicionais, sem extinguir as outras UCs, mas promovendo um rearranjo das mesmas.

Diante do desafio de criar uma RESEX, um dos documentos necessários para a formalização do pedido consiste em um mapa indicando qual área se deseja pleitear. O processo de autodemarcação do território (cartografia social) foi uma das ferramentas pensadas pelos

---

<sup>117</sup> Como já explicamos em um outro momento, o MOPEAR já havia protocolado junto ao ICMBio um pedido de criação de RESEX Marinha no ano de 2011, no entanto, a proposta se circunscrevia ao território da comunidade de Vila de Superagui, visto que, naquela época, o Movimento ainda focava suas ações mais ao âmbito dessa vila.

pescadores para estabelecer um consenso comunitário acerca dos limites que proporião para a criação dessa nova UC. Os mapas a seguir representam um primeiro exercício no contexto da autodemarcação do território tradicional iniciada em 2013. Nestes mapas, cada comunidade buscou representar sua territorialidade de maneira isolada, visto que começar desde os próprios usos no âmbito de suas vilas pareceu, naquele momento, a forma que os pescadores julgaram ser mais compreensível para que seu povo assumisse o desafio de produzir um mapa e de pensar um território oficialmente compartilhado por todas as comunidades.



Figura 78 – Autodemarkação do Território Tradicional da Comunidade da Barra do Ararapira. Fonte: acervo MOPEAR (2015).

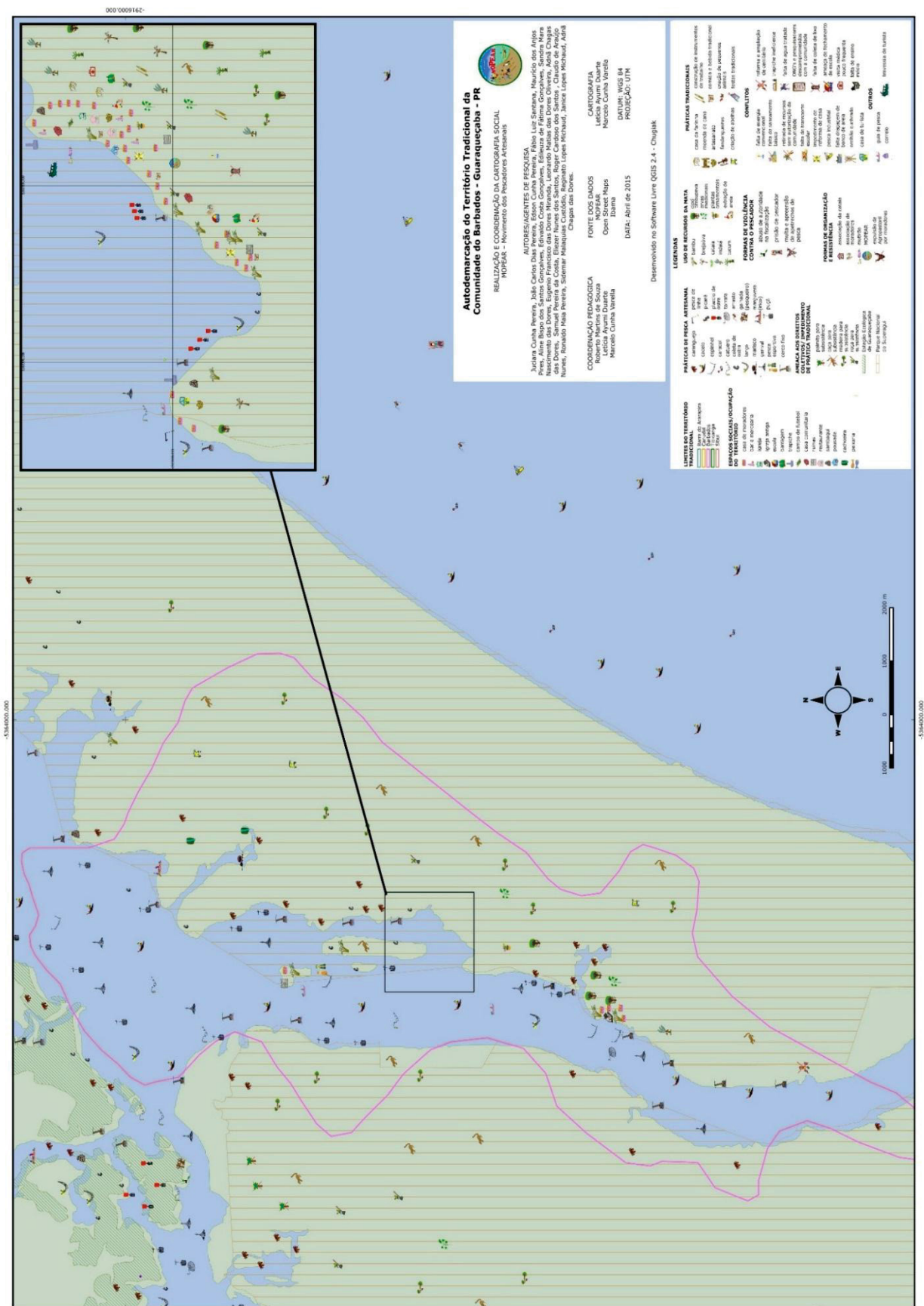


Figura 79 - Autodemarcação do Território Tradicional da Comunidade de Barbado. Fonte: acervo MOPEAR (2015).







Apresentamos o mapa de apenas quatro comunidades pois o intuito é tão somente de ilustrar como se deu esse primeiro exercício de definição de uma territorialidade localizada em um plano mais restrito à convivência comunitária, mas além de Barbados, Barra do Ararapira, Tibicanga e Sibui (cujos mapas constam nas figuras 78 a 81), também elaboraram seus mapas individuais as comunidades de Varadouro, Vila Fátima, Vila do Superagui, Canudal e Bertiooga. É possível perceber, no entanto, a grande variedade de práticas tradicionais que animam o território desde o olhar dos sujeitos e como a instauração do PNS e da ESEC de Guaraqueçaba se sobrepuseram a essa territorialidade dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras.

As legendas foram divididas pelos agentes sociais em algumas grandes categoriais, quais sejam: “espaços sociais/ocupação do território”, dispondo de elementos como os espaços de moradia, barragens, cachoeiras, campos de futebol, espaços comunitários, trapiches, escolas, postos de saúde, entre outros; as “formas de organização social e resistências” englobaram as associações de diferentes tipos, os mutirões, o MOPEAR e algumas ações já passadas mas que representam conquistas expressivas na defesa do território, como a expulsão da empresa Agropastoril desde a iniciativa dos próprios moradores; como “outras situações” têm-se legendas voltadas a atividade turística, que ganhou um nome genérico por decisão dos pescadores, que não as consideravam como algo relevante para ser considerada como um uso/espaço social, mas também não poderia ser ignorada; a “ameaça aos direitos coletivos e impedimento de práticas tradicionais” foi utilizada para representar os limites das UCs restritivas da região, ou seja, o PNS e a ESEC de Guaraqueçaba. Essa classificação não visa limitar essa ameaça apenas à ação das UCs, visto que existem outros agentes que afetam nessa questão de forma semelhante. No entanto, as UCs são a forma de ordenamento espacial mais presente e “visível” no cotidiano desses sujeitos; todas as práticas tradicionais foram definidas como “ameaçadas”, visto que mesmo aquelas que não foram proibidas diretamente passaram a ser afetadas diante da interdição de outras. Destacamos que são práticas que ocorrem na terra, no mar e também aquelas relativas às formas de saber, fazer e de organização social dos sujeitos; as “formas de violência contra pescadores” são atribuídas a comportamentos como o abuso de autoridade na fiscalização, prisão de pescadores e aplicação de multas e apreensão de apetrechos de pesca; por fim, diversas outras situações problemáticas foram elencadas como “outros conflitos”, por não tratarem diretamente do conflito considerado como central, a gestão territorial desde a lógica preservacionista do ICMBio. Nessas outras situações foram colocadas violações de direitos básicos como a educação, a saúde, ao saneamento básico, bem como a ação de ONGs ambientalistas ou de pesquisadores descomprometidos com as comunidades,



questões de infra-estrutura como os trapiches ineficientes, a situação precária do cemitério, falta de água tratada, entre outros.

A intensidade de presença dessas situações varia conforme a comunidade, mas as categorias levantadas pelos sujeitos ocorrem ao longo do território de todas as comunidades que participaram da produção dos mapeamentos. O compartilhamento do território era consenso entre os pescadores, fato sempre trazido aos debates para justificar a impossibilidade de que os mapeamentos se restringissem apenas às territorialidades mais restritas a cada comunidade: era indispensável compreender o território comum à todas elas. A primeira tentativa foi de sobrepor os mapas de todas as comunidades para que nós, apoiadores, pudéssemos compreender melhor isso que já era evidente aos sujeitos. O mapa a seguir é o produto dessa tentativa:

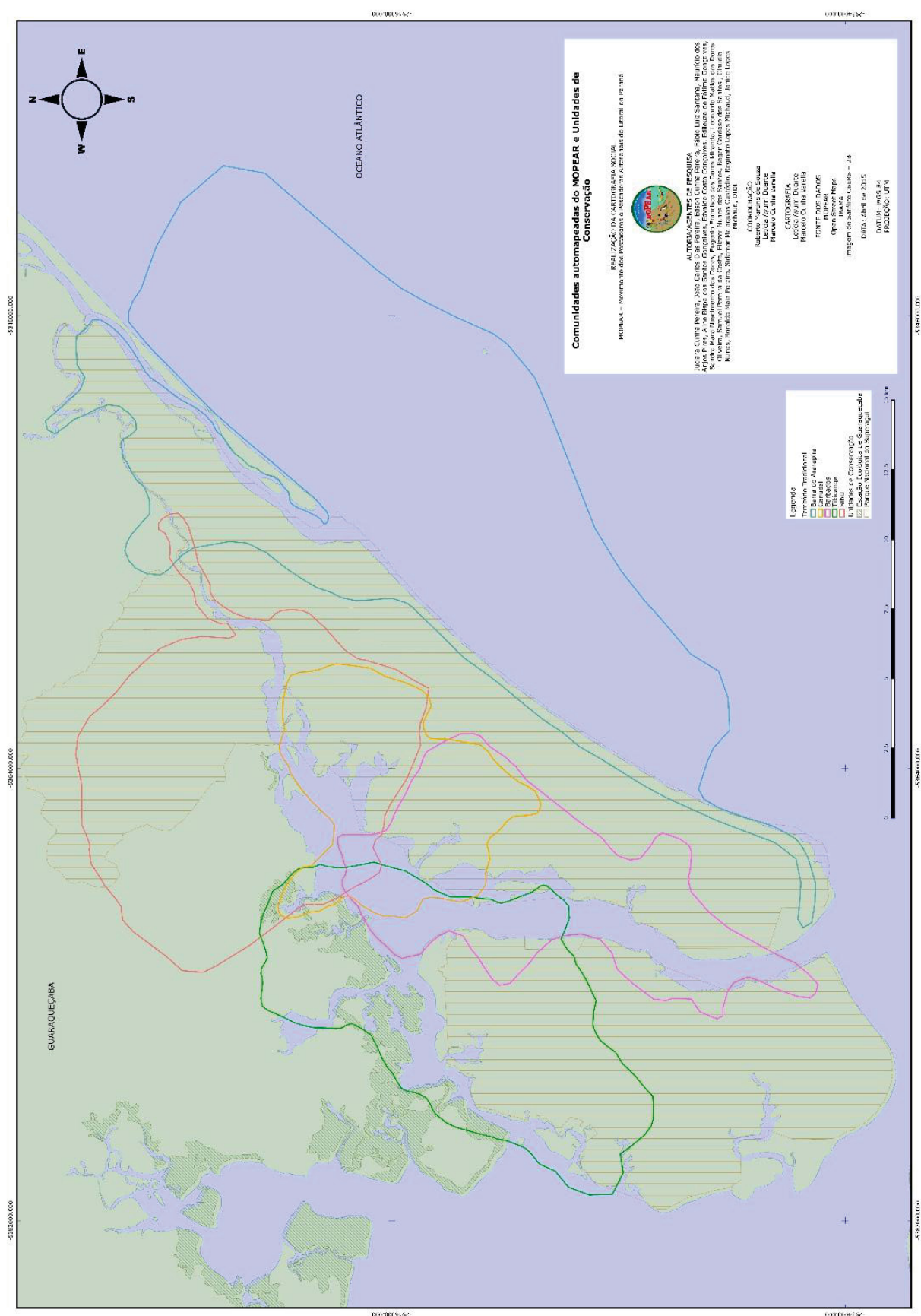


Figura 82 - Áreas das comunidades automeapeadas pelo MOPEAR e limites das Unidades de Conservação. Fonte: acervo MOPEAR (2015).

Este mapa síntese foi elaborado em uma época em que nem todas as comunidades haviam finalizado suas versões individuais de representação do território, faltam aqui os limites de Bertioça, Vila Fátima, Varadouro e Vila do Superagui. Podemos perceber que, de fato, existem muitas regiões de uso do território compartilhadas por diferentes comunidades. Outra questão é que o território próprio de cada comunidade não necessariamente se refere a uma área contínua, embora o mapa explicita o contrário: durante a elaboração dos mapas houve um consenso entre os agentes de pesquisa de que não era necessário sinalizar áreas que utilizavam para além de seus limites (de cada comunidade), pois elas já estariam asseguradas ao serem incorporadas por alguma outra comunidade. Foi uma decisão dos sujeitos com o fim de facilitar a elaboração dos mapas, mas isso corresponde a um importante elemento para se pensar a territorialidade do grupo, bem como a compreensão do território enquanto um comum. As próprias descontinuidades espaciais ganham pouca importância pelos sujeitos terem a convicção de que há, de fato, um território comum a todas as comunidades, firmado pelos laços de pertencimento e solidariedade.

Importa lembrar que a ideia de estipular limites precisos para o território nunca foi natural a esses sujeitos. A primeira necessidade de demarcar fronteira veio com a ação de agentes que pressionaram o território tradicional a partir da grilagem de terras, da degradação ambiental e da ameaça à própria vida dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras. Como já ressaltado, foi a reação à empresa Agropastoril que fez instituir, pela primeira vez, um limite ao território tradicional - naquele momento, no entanto, esses limites não abarcaram toda a área de uso desses sujeitos, funcionando mais como uma delimitação de um espaço mínimo necessário para restringir o avanço das ações de agentes heterônomos.

Ao longo da história, diversas outras fronteiras foram sendo instauradas desde lógicas heterônomas: o tombamento da Ilha de Superagui como patrimônio natural, a criação da ESEC, APA e PNS, e em seguida as RPPNs. A autodemarcação do território tradicional, portanto, inaugura uma experiência do grupo em definir limites segundo seus próprios critérios – o fato de que antes não possuíam fronteiras precisas não significa que não havia um território tradicional, uma vez que os limites sempre estiveram ligados a uma relação com o território como valor de uso, independentemente de tais usos ocorrerem em tempos atuais ou passados (a memória dos acontecimentos). Agora, no entanto, construir essas fronteiras utilizando critérios de sua identidade étnica e coletiva é uma das formas de delimitar seu território frente às múltiplas pressões que sofrem. Como diria Haesbaert (2014):

O reconhecimento do seu 'direito ao território' efetivado pelo Estado (no caso brasileiro, através da Constituição de 1988), leva muitos grupos a se 'redescobrirem',

ou melhor, a reconstruírem sua identidade a partir da relação com um território delimitado e juridicamente legitimado. É quase como se a definição territorial significasse, em muitos casos, a própria constituição identitária, tamanha a relação, indissociável, que podem desdobrar uma com a outra. Nesse caso é evidente que o acionamento de uma identidade, muitas vezes sufocada ou praticamente esquecida, e a garantia de um ‘empoderamento’ (no sentido genérico de fortalecimento de relações de poder) muito bem representado pelo reconhecimento de um território de usufruto e ‘propriedade’ comum. Muitos desses grupos sociais, em suas mobilizações políticas, buscam a construção de territorialidades alternativas em que a concepção de território é reelaborada a partir de suas próprias experiências vividas (Haesbaert, 2014, p. 63)

É nesse sentido que a ideia de território antes vivida de maneira isolada por cada comunidade e sem limites precisos passou a ser transformada pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras desde o MOPEAR em um território comum delimitado. A reconstrução identitária também é resposta à mercantilização dos territórios. O último mapa que sintetiza essa proposta do território a ser transformado em uma RESEX Marinha não será aqui apresentado, visto que encontra-se em fase de finalização. Mas cabe reiterar que este novo limite não corresponde meramente à soma ou sobreposição exata dos territórios das diversas comunidades envolvidas, visto que, após um intenso processo de assembleias em todas as comunidades envolvidas (momentos organizados e coordenados pelo MOPEAR), bem como de expedições dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras em seu próprio território visando melhor discutir e ponderar sobre as implicações práticas de defender cada porção dessa nova fronteira a ser reconhecida pelo Estado, diversas áreas foram reconsideradas mediante a sua importância na territorialidade do grupo. A publicação deste mapa final está prevista para o ano de 2018, mas o material continua sendo submetido às assembleias nas diversas comunidades envolvidas em sua produção com o intuito de alcançar uma versão apropriada e aprovada por todos.

A experiência que adquiriram no exercício de pensar os limites para o território, de registrar suas geo-grafias por meio de cartografias e de como construir isso nas grande assembleias junto a cada comunidade, deixou ainda mais evidente aos membros do MOPEAR a necessidade de firmarem seus acordos coletivos e de elaborarem uma proposta mais avançada de gestão territorial que fosse capaz de mediar os usos comuns do território tradicional – é assim que se fortalece a ideia de uma UC do tipo RESEX.

Os casos de conflitos provenientes da criação de UCs de categorias pouco ou em nada adequadas às especificidades territoriais locais são amplamente problematizados na produção acadêmica brasileira. Temos como exemplo Diegues (1994), Arruda (1999), Serrano (1999), Colchester (2000), Adams (2000), Schwartzman (2000), Pimbert e Pretty (2000), Terborgh e Peres (2002), Teixeira (2003, 2004), Kasseboehmer (2007), Santilli (2007), Gerhardt (2008), Vianna (2008), Limont (2009), Creado (2011), Solá Pérez (2012), Camargo (2013), Duarte

(2013), Barbosa (2014), Gusso et al. (2014), Figueiredo (2015) e Rainho (2015). O número de casos é tão expressivo que chegou a ser objeto de um manual de orientação do trabalho de agentes do Ministério Público Federal para os casos de Unidades de Conservação restritivas criadas em territórios tradicionais (BRASIL. MPF, 2014). No material o órgão se posiciona afirmando que esse conjunto de situações “[...] representa atualmente, para os gestores, os especialistas, os juristas, os atores sociais e, sobretudo, para o Ministério Público Federal, o desafio de transformar conflitos em oportunidades” (BRASIL. MPF, 2014, p. 16). Trata-se, portanto, de uma questão de extrema relevância e urgência para pensar não apenas os rumos da proteção ambiental no Brasil, mas, também, a questão agrária e a salvaguarda do patrimônio cultural expresso na sociodiversidade ligada aos modos de sentipensarviver desses sujeitos nos seus territórios.

Em meio a tentativas de resolver esses casos de disputa territorial encontram-se os estudos que avaliam e propõem soluções, como é o caso das tentativas de uso de instrumentos de gestão do ICMBio, como os termos de compromisso, ou casos de criação de novas categorias de UCs em meio a mosaicos ou até mesmo a recategorização da tipologia de algumas áreas.

A pesquisa de Talbot (2016) apresenta um panorama dessa proposição de alternativas aos conflitos territoriais sobretudo a partir da aplicação de termos de compromisso em Unidades de Conservação restritivas com populações tradicionais em seu interior<sup>118</sup>. Até mesmo o histórico para a criação desse instrumento dentro do âmbito do ICMBio e do IBAMA foram polêmicos, visto que diversos técnicos das instituições se posicionavam contra qualquer possibilidade de acordo com as comunidades tradicionais e viam que a única funcionalidade do termo de compromisso<sup>119</sup> era viabilizar a realocação desses grupos dos limites das UCs de proteção integral (TALBOT, 2016). A interpretação da autora sobre os termos de compromisso vão no sentido do grande potencial que o mesmo possui de reconhecer as populações tradicionais e de estipular uma solução definitiva que não fique restrita apenas à possibilidade

---

<sup>118</sup> Dos casos que se enquadravam nesta definição, a autora levantou os contextos em que tais tentativas se firmaram desde a implementação da Instrução Normativa nº 26/2012 do ICMBio (BRASIL. ICMBio, 2012) e quais foram os seus desdobramentos efetivos na gestão das áreas. Foram, ao todo, 19 UCs que solicitaram a abertura de processo administrativo para elaborar termos de compromisso, e 7 UCs Federais que de fato firmaram a aplicação do instrumento.

<sup>119</sup> Ao longo de sua investigação, Talbot (2016) analisa os motivos que culminaram no êxito ou fracasso das experiências de aplicação do termo de compromisso. É possível constatar que diversos gestores optaram por soluções alternativas, não precisando estabelecer tal instrumento para promover soluções viáveis para o diálogo e trabalho junto às comunidades tradicionais. Diante de tais possibilidades, a autora demonstra que a questão se refere muito mais a um posicionamento político e vontade dos gestores do que de fato a existência de uma burocracia ou falta de mecanismos possíveis no repertório do órgão. Essa leitura se repete na reflexão de Spínola (2011), para quem o posicionamento e perfil dos gestores conforma-se como fator decisivo na implementação de alternativas e de uma postura mais dialógica e propositiva.



de realocação, mas também à opções como a redefinição de limites ou recategorização<sup>120</sup> das UCs.

Dentro dos espaços de discussão do Movimento chegou-se a cogitar uma nova proposta de autogestão do território, desde uma lógica própria dos pescadores e de uma concepção de maior autonomia mas, ao longo desses debates, foi ficando mais explícito o anseio de buscar dividir a gestão do território com o governo, mas isso, certamente, desde uma lógica mais horizontal, onde o controle e poder decisório fossem compartilhados.

A primeira característica de uma RESEX que interessou aos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR foi o fato de se tratar de uma UC de uso sustentável, ou seja, que não apenas permitia a existência das comunidades tradicionais no seu interior como também abarcava a possibilidade desses grupos utilizarem os recursos de seu território desde que isso fosse realizado de maneira ordenada e promovendo a conservação ambiental. Enquanto as UCs de uso restrito como parques nacionais e estações ecológicas não permitem a existência de moradores por considerá-los uma ameaça à conservação dos recursos naturais, a RESEX, ao contrário, determina às comunidades tradicionais extrativistas a “[...] participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da unidade de conservação” (Art.23, Parágrafo 1º, Lei 9.985 de 2000). A criação de uma UC dessa categoria implica no reconhecimento da função do modo de vida tradicional do grupo em questão para a manutenção da biodiversidade existente naquele território.

Ter um conselho deliberativo ao invés de consultivo foi outro aspecto que levou o grupo a preferir esse tipo de UC - essa distinção é apontada como uma das principais dificuldades hodiernas para a credibilidade da gestão participativa das UCs (PNS, ESEC de Guaraqueçaba e APA de Guaraqueçaba) desde o olhar dos pescadores e caiçaras. A possibilidade de que os sujeitos possam, de fato, compartilhar a tomada de decisão com os gestores e terem um peso de participação (número de cadeiras) igualitário em relação aos demais agentes (técnicos, pesquisadores, membros de UCs) é um dos elementos que poderiam viabilizar a redução da assimetria de poderes e o estabelecimento de uma relação de parceria para a gestão compartilhada do território.

A configuração espacial dos limites da RESEX seria outro fator a ser levado em conta, visto que prioriza a conservação e ordenamento territorial não apenas da parte terrestre, como

---

<sup>120</sup> Essa possibilidade já estaria sendo vislumbrada em UCs como o Parque Nacional da Serra do Pardo, em tramitação no ICMBio a partir do Processo nº 02070.002530/2015-89 desde 2015. A solução permanente decidida participativamente seria a recategorização de parque para RESEX. No Parque Nacional de Sempre-Vivas a comunidade negou a celebração de um termo de compromisso, exigindo do ICMBio uma solução definitiva como a mudança dos limites ou recategorização da UC (TALBOT, 2012).

o PNS e ESEC fazem, mas também da parte marítima, propiciando um maior controle e regulação de atividades potencialmente danosas, como a pesca industrial. A RESEX também permitiria a implementação dos acordos comunitários para a gestão dos comuns de uma forma mais integrada, algo atualmente inviável juridicamente desde a formatação de uma UC restritiva. Os instrumentos para isso seriam tanto o plano de utilização, inexistente no caso de um parque nacional, bem como o plano de manejo, que viabilizariam termos de compromisso e a concessão do direito real de uso da área.

O regime jurídico no que tange às formas de apropriação do solo faz-se diferente em uma RESEX quando comparado, por exemplo, a uma APA, que permite a existência de propriedades privadas em seu interior. Em uma RESEX as pessoas tem direito à posse, ou seja, podem usufruir da terra, mas não detém a sua propriedade, até porque, no contexto das comunidades tradicionais em questão, não existe a lógica da divisão da terra por lotes: o que existe é a concessão do direito real de uso da área, favorecendo as formas de relação social baseadas na coletividade, ao contrário de uma propriedade privada.

O PNS e ESEC de Guaraqueçaba foram criados desde uma decisão governamental: ainda que alguns agentes atuantes na região como técnicos de órgãos públicos e ambientalistas tenham incentivado esse processo, é impossível dizer que esta criação se deu por vontade ou iniciativa popular, já que grande parte dos próprios moradores da região foram surpreendidos pela criação das UCs e tiveram que mudar suas vidas mudarem abruptamente. A RESEX, por sua vez, tem como preceito básico para a sua criação um processo de demanda por uma população inserida em algum contexto conflituoso de uso do território.

Todos esses fatos são utilizados como argumentos pelos pescadores e caiçaras do MOPEAR para a escolha da RESEX como uma possibilidade de formato para gestão territorial mais condizente com a realidade local. Ainda que esse tipo de UC instaure uma outra lógica para pensar questões socioambientais na região, não se pode acreditar que a simples criação dessa área natural protegida seja suficiente para resolver os conflitos ali existentes: mais do que isso, é a condução desse processo com o efetivo envolvimento dos sujeitos desde uma participação adequada, com respeito às formas de saber e fazer e o compartilhamento do controle nas decisões sobre o território que permitirão que a política ambiental voltada às UCs alcance a proteção do meio ambiente tão propalada em seus discursos. A subversão epistemológica potencialmente existente na criação de uma RESEX se operacionaliza na inversão do olhar sob os sujeitos, que deixam de ser encarados como um entrave à proteção do meio ambiente e passam a ser vistos como agentes promotores dessa ação ambiental. Ao mesmo tempo, criá-la significaria colocar em prática uma forma de pensar e produzir o território a partir

da lógica dos comuns, de maneira que o próprio processo de ambientalização presente na atual forma de planejamento territorial do ICMBio também poderia ser subvertida: da lógica preservacionista passaríamos à lógica de conservar os recursos a partir do diálogo promovido desde os direitos e interesses dos “de baixo”.

Mesmo diante do processo histórico de exclusão territorial e de violações de direitos, a solução encontrada pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras para resolver os conflitos em seu território se dá pelo estabelecimento de um diálogo e parceria com o ICMBio para a co-gestão da área, contudo, existem mudanças significativas na forma como isso vinha acontecendo no contexto de um parque nacional frente a nova possibilidade que uma reserva extrativista instaura. A lógica hierárquica e autoritária características de uma perspectiva estadocêntrica vai dando espaço a uma construção mais horizontal, onde os processos e os efeitos da participação social no planejamento territorial podem servir para fortalecer a autonomia dos sujeitos coletivamente organizados.

Essa relação do MOPEAR com o Estado permite pensar que a autonomia do grupo aparece mais como um projeto de vida do que como uma instância imediata. Em determinadas situações e espaços é possível perceber que existem formas de relação social que representam ganhos de autonomia, e que o fato de uma proposta envolver o Estado não significa a adoção de uma perspectiva estadocêntrica. A RESEX, enfim, pode representar justamente uma proposta de planejamento territorial subversivo deste grupo, que objetivamente aponta para a utilização deste instrumento como mais uma ação social de seu repertório de luta. Aponta, também, para a demanda pela reinvenção do Estado desde os de baixo.

A busca por autonomia que se encontra dentro da ideia de RESEX permite que se possa afirmar que o que essa identidade étnica e coletiva visa não é, nem nunca foi, exatamente, instaurar uma RESEX: isso apareceu como uma condição de possibilidade para que um projeto de autonomia começasse a se tornar possível - em um contexto onde não era permitido plantar, pescar e realizar tantas outras práticas tradicionais, o passo primeiro consistia em lutar pelo território. Não quer dizer, também, que a criação da RESEX dê conta de solucionar todas as interdições e exclusões historicamente constatadas na região, mas ela representa uma possibilidade de reconhecer o território tradicional e redistribuir poder e espaço material para esses sujeitos. A novidade que o MOPEAR permite trazer de aprendizado aos planejamentos territoriais dessa realidade (nos casos de conflitos entre comunidades tradicionais e UCs integrais) não se restringe exatamente à tipologia da UCs ou às técnicas científicas empregadas para pensar este ou outros modelos de gestão territorial mas é, justamente, a forma de

organização social empregada por este coletivo que permite construir uma outra forma de se fazer política naquele território tradicional.

A proposta de criação de uma RESEX é uma das formas encontradas pelos sujeitos para concretizar a luta pelo território a partir do contexto e das possibilidades que estavam mais acessíveis neste momento histórico. Não é meramente a busca por uma RESEX como um objetivo final, mas como um caminho pautado no diálogo com os que dizem o que é ou deveria ser o território e com quem o utiliza de outras formas. Em suma, a subversão que aqui desejamos trazer à luz não é exatamente a criação da RESEX, mas a elaboração de uma proposta de planejamento, gestão e ordenamento territorial partindo dos sujeitos. Tudo isso é feito dentro de um contexto de uma sociedade heterônoma e por isso se constrói num diálogo tenso com o Estado e outros agentes, por isso, a formação de um movimento social capaz de criar novas estratégias para a ação social é importante. Mostrar a possibilidade que vem se construindo de baixo para a cima é fazer uma cartografia da ação social, para explicitar e defender geo-grafias antes desconsideradas, diagnosticando nas situações do cotidiano a possibilidade do planejamento subversivo e popular, rumo à criação de outras possibilidades.

O caso vivido pelo MOPEAR permite entender que, como afirma Haesbaert (2014), não existe apenas um território em determinado espaço, mas sim múltiplos territórios, levando ao entendimento da multiterritorialidade. Como o autor nos lembra:

Se o território é moldado dentro de relações de poder [...] ele envolve sempre [...] o controle de uma área [...] pelo controle de sua acessibilidade. Esse controle, contudo, dependendo do tipo [...] e dos sujeitos que o promovem [...] adquire níveis de intensidade os mais diversos. Assim, [...] propomos identificar ‘múltiplos territórios’, ou melhor, ‘múltiplas territorializações’ (HAESBAERT, 2014, p. 72).

A multiterritorialidade, para o autor, não consiste em algo novo, sendo comum vivenciar vários territórios e/ou territorialidades concomitantemente. Isso porque o processo de territorialização proveniente de indivíduos ou grupos pressupõe a interação e o entrecruzamento de distintos territórios. No caso do MOPEAR, algumas dessas territorialidades envolvidas promovem processos de desterritorialização à medida que disputam entre si pela apropriação e uso do espaço material e imaterial – é isso que faz o PNS ao instaurar uma forma de exclusão territorial (do tipo natureza sem sociedade) e, ao mesmo tempo fragmentando as comunidades, classificando-as segundo sua localização perante a lógica do PNS, ou seja, dentro ou fora dos seus limites.

A proposta da RESEX explicita um outro processo de territorialização onde a territorialidade das comunidades tradicionais comungam sentidos, formas e conteúdos entre si. Trata-se do que o MOPEAR tem chamado de território tradicional, no qual as leis que imperam

são os acordos coletivos e não as leis proibitivas desde a lógica do PNS. A RESEX, portanto, representa uma possibilidade de reterritorialização das práticas frente a um novo contexto político e histórico, onde a ambientalização e a questão territorial se tornaram o pilar das lutas e da formação de identidades coletivas. A RESEX expressa uma proposta de reconhecimento e redistribuição territorial, mas, também, das próprias relações de poder existentes nesse espaço, apontando para um cenário diferente daquele que os diferentes documentos e mecanismos de gestão do PNS conseguem vislumbrar.

Os territórios, destarte, não são uma coisa, mas um processo em formação, não sendo homogêneos e estanques – sendo processos, também são heterogêneos, onde se cruzam diferentes poderes, atores e territorialidades. Existem territórios (ou multiterritórios), cada qual com suas lógicas e formas de organização que se cruzam no cotidiano. Enquanto o ICMBio vinha produzindo um território da preservação, continuava r-existindo ali um território tradicional anterior a ele e que foi se reterritorializando na adaptação das práticas e na r-existência cotidiana. Foi justamente a ameaça a diversas práticas que despertou nos pescadores uma ação de resposta que, atualmente, se operacionaliza desde o formato de uma RESEX – atualmente esse processo de reterritorialização vem sendo pensado a partir de uma zona delimitada. Se nunca antes o território teve de ser delimitado precisamente, agora essa tem aparentado ser uma das maneiras possíveis levantadas pelo MOPEAR para enfrentar o processo de desterritorialização que as UCs restritivas vinham fazendo. Por ser um multiterritório<sup>121</sup>, atravessado por implicações políticas desde múltiplos agentes que nele interagem e exercem poder, a solução não se encerra na RESEX, mas certamente ele tende a contribuir para a redução das assimetrias nas relações de poder atualmente existentes na região. Se antes apenas o ICMBio ditada as regras, agora haverá um compartilhamento das decisões e da própria gestão territorial entre comunidades tradicionais e órgão ambiental em prol do objetivo de conservação do meio ambiente.

Mesmo antes da ideia de RESEX cabe lembrar que o MOPEAR criou formas de solucionar conflitos internos, tal qual os acordos coletivos e a própria forma de mobilização interna das comunidades, conseguindo, também, criar uma unidade dentro da diversidade sem imposições, fazendo unir pessoas com o mesmo interesse.

---

<sup>121</sup> Haesbaert (2014) nos lembra que embora as elites globalizadas se favoreçam da possibilidade de escolha sobre os territórios que lhe aprazem (múltiplos territórios ao mesmo tempo), é comum que os grupos localizados na base da pirâmide social não alcancem nem mesmo o território mais essencial, como abrigo e como condição mínima para a sua reprodução social, ou os alcancem nos termos do capital.



A luta pela criação de uma RESEX, assim, representa o próprio caminhar coletivo na busca por uma autogestão dos territórios e isso só se torna possível com ganhos de autonomia coletiva no seu cotidiano. As grandes preocupações que orientam as ações dos(as) pescadores(as) e caiçaras engajados nesta luta se referem, por exemplo, à possibilidade que a linguagem, o tempo, os espaços de trabalho e a criação de um vínculo social sejam respeitados, bem como o estabelecimento de um diálogo com outras formas organizativas num plano muito mais horizontal que aquele colocado pelo ICMBio até então. Essas questões funcionam como princípios em constante vigilância, já que se trata de um processo sendo desenvolvido por uma organização social que é dinâmica. A preocupação em manter tais princípios se dá pelo anseio do Movimento em promover seu repertório de ação social a partir de uma lógica heterárquica, ao invés de hierárquica: o MOPEAR é de livre adesão, para participar basta ser pescador e comparecer aos encontros, onde todo mundo tem fala e voto, onde se acolhem todas as demandas de qualquer comunidade. Não se trata de um Movimento partidário, suas decisões são tomadas coletivamente, não são dadas por uma lógica autoritária, mas pela solidariedade, sendo sempre uma decisão coletiva.

Se o MOPEAR tem algo para ensinar aos planejamentos territoriais não é, tão somente, a proposição da RESEX, mas a instauração necessária de outro poder, que não parte da opressão, mas do oprimido, um poder de organização socioterritorial que emerge da base, algo que, de acordo com Zibechi (2015a) e Zibechi e Hardt (2013), se dá de forma heterarquica e solidária, coadunando com aquilo que os autores acreditam ser o principal vetor de organização social dos atuais movimentos sociais da América Latina: a solidariedade.

#### 4.5 Mudar o olhar para conseguir ver: a gestão dos comuns como subversão aos planejamentos territoriais de cima para baixo em Guaraqueçaba

A partir de sua luta, o MOPEAR tem demonstrado na prática que existem diferentes formas de sentirpensarviver o território, com efeitos também muito distintos – algo inerente a um multiterritório. No caso aqui estudado entendemos que o lócus de enunciação marca a diferença dessas concepções de territórios, onde uma é definida desde o discurso e a prática institucional de caráter preservacionista, enquanto outra parte de uma identidade coletiva objetivada em um movimento social, sem contar os demais territórios e expressões de territorialidades presentes na região mas que não se configuram como objeto deste estudo.

O território, para Haesbaert (2014) possui uma conotação material e simbólica que pode se dar em termos de uma dominação ou de uma identificação e apropriação para os sujeitos

privilegiados por poderem acessá-lo e usá-lo. Há sempre, portanto, uma ideia de poder, que não se limita ao tradicional poder político, mas a essas formas de dominação (de posseção e com valor de troca) e apropriação (com valor de uso, sendo mais simbólico, relativo ao tempo vivido). Para o autor:

[...] enquanto ‘espaço-tempo vivido’, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno. Este, por princípio, é defensor de uma lógica territorial padrão que [...] não admite multiplicidade/sobreposição de jurisdições e/ou territorialidades (HAESBAERT, 2014, p. 57-58).

Nesta lógica, o autor defende que podemos identificar e diferenciar os múltiplos territórios existentes no espaço a partir do mapeamento das ações que o constroem (podendo estas serem promovidas por grupos sociais/culturais, indivíduos, empresas, Estado, instituições religiosas, dentre outros agentes, ou, ainda um arranjo de vários deles), e que muitas vezes se fazem de maneira não harmoniosa.

Cada um desses agentes expressam territorialidades, compreendidas em um sentido mais político de como as pessoas usam, se organizam e significam o espaço, ou mais precisamente “[...] a tentativa por indivíduo ou grupo de afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, ao delimitar e assegurar seu controle sobre certa área geográfica” (SACK, 2011, p. 78). O poder implícito à ideia de territorialidade, portanto, não se restringe apenas à “ordem” que ela carrega, mas como ela cria e conserva a geografia pela qual interpretamos, vivenciamos e significamos o mundo.

Trata-se, assim, de um campo de disputa essencial aos sujeitos que tem r-existido e buscado efetivar o reconhecimento e redistribuição de seus territórios como condição de sobrevivência. Haesbaert (2014) salienta que a categoria território deixou de ser mera questão de Estado no contexto latino-americano, onde (re)territorializar-se é um ato político dos subalternos no sentido de efetivar a transformação sócioterritorial. As lutas sociais, neste momento histórico, desde esse lugar denominado como América Latina, podem ser entendidas também como lutas territoriais.

Nessa disputa pela consolidação da sua própria ideia e materialidade do território, há um projeto mais excludente, que tem como efeito a interdição dos direitos de todos aqueles sujeitos que não são classificados como pertencentes a essa lógica, gerando um exclusão territorial do tipo natureza sem sociedade e, também entre àqueles que detém o poder de “saber” ou não o que seria ideal para aquele lugar. Como Sack (2011) nos alerta: “Território pode ser usado não apenas para conter ou restringir, mas também para excluir. E os indivíduos que estão

exercitando o controle não precisam estar dentro do território. Na verdade, não precisam estar em qualquer lugar próximo dele” (SACK, 2011, p. 78). A perspectiva de território do ICMBio a partir de suas UCs restritivas em Guaraqueçaba impõe uma lógica heterônoma e distinta daquelas dos sujeitos coletivos pertencentes às comunidades tradicionais da região. Para os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras a lógica de proteção do território e seus recursos, suas práticas tradicionais, seus sujeitos e as relações sociais nele existentes passam por uma abordagem mais includente – isso porque compreendem que a melhor forma de proteger o território é a partir da responsabilização e envolvimento daqueles que dele e nele vivem e que aprenderam ao longo do tempo a manejá-lo para perpetuá-lo.

Essa distinção na forma de saber, fazer, sentir, viver e compreender o mundo depende de quem você é no mundo geopolítico, mais precisamente daquilo que Grosfoguel (2008) define como o *locus* de enunciação que marca como você pensa e consolida o território. Desde o *locus* enunciativo de um pescador artesanal e caiçara do MOPEAR, significa enxergar um território tradicional, animado por práticas tradicionais, formas de organização e relação com a sociobiodiversidade desde a gestão dos comuns. Já desde o *locus* do ICMBio o território é visto como uma UC de proteção integral, que interpreta a ação das comunidades tradicionais como uma ameaça à proteção da natureza, visto que considera toda e qualquer ação humana como degradadora. Assim, há uma diferença epistemológica e cosmogônica abissal entre um projeto de gestão territorial desde o formato de uma RESEX (de baixo para cima, via pescadores) e de um Parque Nacional (de cima para baixo desde pressupostos preservacionistas).

No contexto latino-americano, diversos autores já vêm apontando sobre a urgência em transcender os esquemas epistêmicos e cosmológicos que tem sido acionados historicamente para pensar nessas realidades múltiplas. Enquanto Santos (2002) nos chama à atenção para a produção da não-existência dos sujeitos nesses esquemas, Escobar (2014) resgata o conceito do *sentipensar*<sup>122</sup>:

Sentipensar con el territorio implica pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar, [...] es la forma en que las comunidades territorializadas han aprendido el arte de vivir. Este es un llamado, pues, a que la lectora o el lector sentipiense con los territorios, culturas y conocimientos de sus pueblos —con sus ontologías—, más que con los conocimientos des-contextualizados que subyacen a las nociones de “desarrollo”, “crecimiento” y, hasta, “economía” (ESCOBAR, 2014, p.16).

---

<sup>122</sup> Conceito popularizado por Fals Borda (1986) em sua obra “Historia doble de la costa” o autor já vinha questionando o colonialismo intelectual em sua trajetória político-intelectual, vindo a estimular reflexões sobre a pesquisa participante e o potencial do conhecimento e do poder popular. Uma importante contribuição do autor foi apontar para outras formas de conceber e viver o território desde as comunidades na qual o mesmo estabeleceu uma relação social de pesquisa.

Há, portanto, uma necessidade de adequar os esquemas interpretativos científicos tomados como referência para ler a realidade dos contextos culturais, geográficos e históricos que de fato existem e são múltiplos. É nesse sentido que destacamos o pensamento de Fals Borda e Mora-Osejo (2004), para quem é imprescindível produzir uma hipótese de contexto para que se possa enfrentar o colonialismo intelectual que tanto tem limitado e até silenciado a potencia de experiências como a dos(as) pescadore(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. O que há de essencial nessa leitura é a constituição de uma outra forma de relação com o saber local concreto e a valorização da memória coletiva que perdura como elemento de r-existência e luta desses grupos.

A produção dessas outras narrativas geográficas que seguem lógicas distintas de saber são possíveis de serem encontradas quando voltamos o olhar aos movimentos sociais e outras formas que compõem os setores populares. Importa reforçar que são apenas os próprios sujeitos que conseguem produzir tais reflexões, daí o potencial dos processos de pesquisa como espaços que permitam uma postura dialógica, concientizadora, porque educadora. Aqui resgatamos todo o esforço empreendido na presente pesquisa e na atuação junto ao sujeito coletivo MOPEAR do ponto de vista metodológico a fim de que a própria realidade nos fornecesse as hipóteses de contexto, ou os temas geradores a partir da reflexão dos próprios sujeitos desde as suas geografias (pescadores(as) artesanais e caiçaras).

A grande relevância dessas outras epistêmes que aqui buscamos focar se dá no sentido de que estas nos permitem superar a colonialidade do saber e do poder que persistiram mesmo após o fim do colonialismo (QUIJANO, 2005). Para Porto-Gonçalves (2008):

O colonialismo não foi simplesmente uma configuração geopolítica por meio do qual o mundo se mundializou. Mas do que isso, o colonialismo constituiu os estados territoriais moderno-coloniais em todo lugar [...]. A colonialidade é constitutiva das re-lações sociais e de poder do sistema-mundo nas suas mais diferentes escalas (González Casanova, 2006). Como já demonstramos (Porto-Gonçalves, 2001) o território não é algo anterior ou exterior à sociedade. Território é espaço apropriado, espaço feito coisa própria, enfim, o território é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Assim, há, sempre, território e territorialidade, ou seja, processos sociais de territorialização. Num mesmo território há, sempre, múltiplas territorialidades. Todavia, o território tende a naturalizar as relações sociais e de poder, pois se torna abrigo, lugar onde cada qual se sente em casa, mesmo que numa sociedade dividida (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 42-43).

É nesse sentido, ao pensar as relações da colonialidade do saber e do poder arraigadas na própria constituição dos territórios que o autor interpreta que o próprio questionamento das fronteiras é um indício de que vem ocorrendo e se fortalecendo uma desnaturalização dessas relações sociais de poder instituídas desde uma lógica colonial. Podemos perceber isso no caso concreto do MOPEAR quando o mesmo busca romper com os marcos referenciais científicos

modernos que os têm definido, classificado e decidido os rumos de suas vidas, seja pela produção de estudos acadêmicos, de dispositivos normativos jurídicos, de planos de gestão territorial, entre outros que, em comum, possuem o caráter subalternizante e colonizador. Também pela própria iniciativa de autodemarcar seu território conforme sua própria razão, propondo uma nova delimitação territorial que permita outras formas de relação socioterritorial, como no caso da RESEX e da própria elaboração de acordos comunitários para o uso dos comuns.

O rompimento da colonialidade do saber e do poder se mostra imprescindível uma vez que a relação sujeito-objeto inerente à produção do conhecimento desde essa lógica tem sido muito semelhante à de proprietário privado-objeto, ou seja:

[...] mais do que uma episteme há uma relação de poder que diz respeito ao modo como concretamente sobre o terreno se funda a propriedade privada dos bens e as relações de homens e mulheres entre si. O conhecimento seria, nessa episteme, produzido na relação sujeito-objeto e não numa relação inter-subjetiva (Mignolo, 2004: 231). Já, aqui, se indica uma outra episteme que para ser outra, o outro há que ser outro na sua outridade (Leff, 2006). [...] Aqui, nessa tensão epistêmico-política, novas territorialidades estão sendo engendradas, conforme Arturo Escobar e Lúbia Grueso nos mostraram para os afrodescendentes do Pacífico sul da Colômbia e Porto-Gonçalves para os seringueiros da Amazônia brasileira. A natureza é politizada (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 47).

Essas epistemologias emergentes derivam justamente das diferenças, surgindo a partir da relação, do contato entre epistemes distintas. É desse contexto que têm sido possível surgir uma ampla gama de práticas emancipatórias inscritas nos/a partir dos/pelos territórios. É nesse sentido que reforçamos: “[...] mais do que resistência, o que se tem é R-Existência posto que não se reage, simplesmente a ação alheia, mas, sim, que algo pré-existe e é a partir dessa existência que se R-Existe. Existo, logo resisto. R-Existo” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 47).

O MOPEAR também tem demonstrado ao longo desse processo de luta pelo território que todo saber é um poder. A forma com que pensam o seu território envolve toda uma organização heterárquica e de solidariedade que facilita um diálogo horizontal com os sujeitos, rompendo com a lógica de imposição de ideias dos processos que tem sido promovidos desde os agentes heterônomos ao seu território. Percebemos isso a partir do conjunto de elementos apresentados neste capítulo, como as formas de organização possíveis. A organização e condução das reuniões dos conselhos e as pesquisas para embasar o plano de manejo do PNS ou outras ações de gestão foram construídas de cima para baixo, muitas vezes de forma hierárquica e autoritária, ignorando toda a trajetória histórica marcada pela assimetria de poder constitutiva da relação entre os órgãos ambientais e as comunidades tradicionais da região.



No que tange o planejamento deste território, existem diferentes projetos cabíveis para instrumentalizar a sua gestão, o que tem sido colocado oficialmente em voga, até então, fez funcionar um projeto preservacionista, cujo efeito tem sido a exclusão territorial das comunidades tradicionais do seu território tradicionalmente ocupado. Por outro lado, existe uma proposta de um planejamento subversivo (RANDOLPH, 2014; RANDOLPH e GOMES, 2010; LIMONAD, 2013) cujos contornos podem ser delineados desde a experiência com o movimento social aqui estudado: a recategorização de um parque nacional para uma reserva extrativista não significa, neste sentido, uma mudança simbólica, ou seja, uma mera mudança de categoria ou de questões pontuais mas, sim, uma maneira de reconhecer as práticas tradicionais e redistribuir o território historicamente transformado em uma UC restritiva. Para se fazer o planejamento territorial desta UC outra, o MOPEAR mostrou ser necessário estar atento às formas como se dão os processos de produção técnica do conhecimento, de maneira que ele não se sobreponha ao saber tradicional (à exemplo do que as pesquisas controladas pelo MOPEAR ou as cartografias subversivas por ele produzidos representaram nessa tese), e que se reconheçam as ações sociais desse sujeito coletivo como formas válidas e importantes para se fazer o planejamento territorial da área hoje em conflito (as assembleias, assim, apresentam-se como uma importante ferramenta de subversão dos espaços participativos até hoje promovidos pelo ICMBio).

Os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras implicados nesta realidade têm buscado o reconhecimento e legitimação de uma forma de pensar e gerir o território desde o fortalecimento de seus vínculos a partir das práticas tradicionais, substituindo, assim, a lógica de um território concebido a partir de uma natureza sem sociedade, ou da reprodução de um racismo epistêmico e territorial. É isso que, concretamente, representa a proposta de RESEX acionada pelo MOPEAR, ou seja, uma proposta de gestão dos comuns, de compartilhamentos de saberes, de formas de organização, de espaços e de recursos. A construção de acordos coletivos, de protocolos de consulta para a criação de planos de consulta junto a agentes heterônomos, a produção da sua própria visão de mundo a partir dos mapas da autodemarcação explicitam como, na prática, os sujeitos têm tentado construir essa gestão dos comuns preocupados não apenas com os recursos naturais, mas em fazer proposições que os vinculem à sua identidade coletiva e étnica.

Uma das principais subversões epistemológicas que destacamos aqui é que pensar o planejamento e gestão territorial desde os movimentos sociais é muito diferente de pensar desde os instrumentos participativos oferecidos por agentes heterônomos no contexto de seus próprios projetos. Em outras palavras, é diferente promover a participação num sentido de **concedê-la** a

alguém, e **construir** um processo participativo. Foi justamente isso que o Movimento dos pescadores e pescadoras artesanais do litoral do Paraná fez: construiu uma participação como conquista, identificando pontos comuns entre comunidades, costurando suas ações em prol de um projeto coletivo, fortalecendo o pertencimento e comprometimento das pessoas a partir dos direitos e da solidariedade, e não do controle e de uma ordem externa.

Todas essas ações construídas pelos sujeitos do MOPEAR derivam de um outro lugar epistêmico distinto que, historicamente, vem sendo ignorado e ocultado pelo poder público nas ações de gestão territorial de Guaraqueçaba e de tantos outros territórios na América Latina. Essa subversão epistemológica desde o MOPEAR demonstra que existem, de fato, projetos em disputa na sociedade, marcados por conflitos próprios a uma sociedade histórica e politicamente hierárquica e cujos efeitos são sentidos na esfera política e social como um todo. Vivemos, enfim, em uma sociedade que aplica uma supervalorização do discurso competente, gerando a negação e/ou silenciamento de outras formas de conhecimento, como o tradicional – por isso, não é possível tratar os sujeitos como se todos tivessem o mesmo acesso ao conhecimento e às categorias hegemônicas usadas na sociedade.

A partir das formações que realizamos junto ao MOPEAR percebemos que mesmo as lideranças mais antigas não sabiam exatamente o que era um parque nacional e suas implicações, mesmo após quase 30 anos da vigência do mesmo. Nesse sentido, não se pode pensar em uma participação que não promova o acesso ao esclarecimento de assuntos básicos e decisivos à consolidação de um projeto territorial como esses, tampouco é possível pensar em um planejamento territorial que se abstenha do envolvimento adequado e pleno desses sujeitos. Como Blondiaux (2013) defende e exemplifica a partir de situações constatadas sobretudo no contexto europeu, é preciso que a população seja munida de informações e de formações que a coloquem em situação de possibilidade de compreender plenamente os processos pela qual irá decidir. Percebe-se aqui que não é apenas o fato de poderem decidir em igualdade aos demais atores, mas, também, de lhes ser fornecida - ou construída - uma gama de conhecimentos necessários e adequados para tomar tal decisão.

Diante do presente caso, refletimos que não basta instituir um sistema para colher informações dos sujeitos para construir uma proposta de gestão territorial, é preciso ter uma sensibilidade pedagógica (ou uma pedagogia outra) nos processos de investigação e elaboração de propostas de intervenção nos territórios: vivemos em uma sociedade em que o conhecimento técnico e jurídico é mal distribuído, atingindo uma pequena parcela da sociedade (mas seus efeitos se estendem e atingem a toda ela), sequer existe acesso a escolarização básica para muitos desses sujeitos que aqui tratamos. Somado a isso, suas visões de mundo são classificadas

como menores ou esvaziadas de um sentido válido ao planejamento e à gestão territorial capitalitas. Nesse sentido, em um contexto onde grande parte dos sujeitos nem mesmo compreendem o que é um parque nacional, sua participação para responder a melhor forma de geri-lo já se dá em um plano de desvantagem, permitindo, inclusive, sua ludibriação. O MOPEAR, portanto, tem rompido com essa lógica e demonstrado ser possível instrumentalizar os sujeitos não apenas para compreender as propostas de intervenção do outro, mas de elaborar proposições desde sua própria lógica de vida.

Um bom exemplo dessa comparação se dá pelo fato do Movimento ter demorado três anos para elaborar seus mapas para o pedido da RESEX, visto que o mapa carregava consigo não apenas a representação de um território já dado, mas a construção de um projeto coletivo a ser conquistado por todos e pensado desde uma possibilidade real de efetivação. Já os mapas produzidos pelo ICMBio para os estudos de diagnóstico que embasariam o plano de manejo foram elaborados em dois encontros, totalizando um período menor que três dias para captar toda a complexidade territorial existente na região e os conflitos acumulados por quase três décadas de ação do órgão. Esse é o modelo que tem sido propalado como exemplo de participação social.

Por fim, a especificidade de pensar a produção e organização do território que aqui buscamos evidenciar diz respeito ao processo epistêmico por meio dos quais elas foram construídas, ou seja, a partir de um movimento social com uma identidade étnica e coletiva. Assim, a especificidade dessa proposta de gestão territorial não diz respeito, necessariamente, ao espaço, mas ao processo epistêmico de produção do espaço (de geo-grafias) que é sempre múltiplo. Como Rocha (2015) elucida, as instituições de produção de conhecimento reconhecidas e legitimadas, tal qual a ciência moderna, nem sempre buscaram ou alcançaram abarcar a rica experiência socioterritorial existente em nossa realidade. Nos mantermos avessos a essas experiências por nos acobertarmos de uma institucionalidade do saber não apenas nos faz desperdiçá-las, mas nos torna produtores de sua ausência.

Como defende Cruz (2014), à medida que as lutas sociais de grupos como o dos(as) pescadores(as) e caiçaras do MOPEAR subvertem lógicas sociais postas, eles nos apontam outras versões (geo-grafias) do mundo e, assim, que outros mundos, criados desde baixo e de sub-versões, são possíveis.

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: PARA FAZER CAMINHAR A PALAVRA**

Como nos disse Melucci (2001), os movimentos sociais são um sinal, eles carregam e constroem o porvir, contrariando as visões que os reduzem a meros efeitos de uma crise ou que os interpretam como um último suspiro de uma sociedade fadada ao desaparecimento. Para o autor, ao falar à frente, esses movimentos agem como profetas, anunciando o novo muitas vezes desenhado como possibilidade, mesmo que ainda não se tenham definido concretamente os caminhos e direções para tal. Como obstáculo a esse infinito em aberto está “A inércia das velhas categorias do conhecimento [que] pode impedir de ouvir esta palavra, e de desenhar, com liberdade e responsabilidade, a ação possível” (MELUCCI, 2001, p. 21).

Almendra (2017) lembra sobre a importância do exercício de caminhar a palavra, que se refere à busca efetiva de uma reciprocidade entre a palavra e a ação. Neste sentido, a grande contribuição dos movimentos sociais para refletirmos sobre a realidade é como eles, na condição de seres em situação, pensam e nomeiam suas ações, mas, sobretudo, como agem na história e geo-grafam suas vidas na terra. A ação social proveniente desses sujeitos coletivos permite vislumbrar o novo, o diferente, encontrando e criando caminhos que o olhar desde as instituições, o Estado e tantas outras estruturas organizativas já engessadas não conseguem fazê-lo.

Os movimentos sociais, assim, se mobilizam em formatos distintos dos que estamos habituados, com suas racionalidades e formas organizativas próprias que divergem de ações sociais mais pontuais como um grupo de protesto ou uma manifestação popular. O que traduzem é um projeto de mundo, uma identidade coletiva que une o povo e o faz lutar por um objetivo comum construído por eles próprios, desde seu olhar, palavra e ação.

Mais uma vez Melucci (2001) nos auxilia a compreender a importância do papel que esses profetas do presente desempenham ao esclarecer que a força que detém não provém dos aparatos, mas, mais precisamente, da palavra. As transformações que almejam não se inscrevem no futuro, em uma distância quase que inalcançável, mas na concretude do presente. Neste sentido, “Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que transcende e, deste modo, falam para todos” (MELUCCI, 2001, p. 21).

Ao discorrer sobre a importância de pensar a geografia a partir da conflitualidade inerente aos movimentos sociais, Porto-Gonçalves (2003) reforça a ideia de que a simples existência desses grupos apontam para as contradições possíveis e existentes no espaço-tempo,

uma vez que a realidade é composta por tudo aquilo que é, mas, também, pelo que pode vir a ser, mas que, de alguma forma, é impossibilitado, barrado, negado.

Esses movimentos carregam possíveis novidades em termos de relações e posições, algo visto como ameaçador aos olhos daqueles que procuram manter a ordem social instituída. Por isto, recorrentemente é atribuída a eles a imagem de desordeiros, assimilando a ideia de contestação da ordem que os violenta à noção de desordem (como se só fosse possível e aceita a ordem conservadora), justificando a repressão às suas ações e a deslegitimação e criminalização de sua existência (PORTO-GONÇALVES, 2003). Para o autor:

[...] os diferentes movimentos sociais re-significam o espaço e, assim, com novos signos grafam a terra, geografam, reinventando a sociedade. A Geografia, deste modo, de substantivo se transforma em verbo – ato de marcar a terra. É possível, deste modo, construirmos uma teoria geográfica dos movimentos sociais levando em conta a experiência dos “homens e mulheres de carne e osso” (Thompson, 1983) que através das suas lutas esperam mudar de lugar. Assim, a esperança de construção de uma nova ordem é posta no centro do debate da sociedade contemporânea. Afinal, movimento é, literalmente, mudança de lugar e, assim, todo movimento social é, de alguma forma, em maior ou menor grau, portador de uma outra configuração social possível. Eis uma possibilidade de aproximação da geografia das ciências sociais (PORTO-GONÇALVES, 2003, s.p.).

A escolha de partir do MOPEAR para refletir sobre a relação entre territórios tradicionais e territórios instituídos como UCs se deu por todo esse contexto, já que concordamos com Foucault (1995<sup>123</sup> apud CRUZ, 2013) que à medida que compreendemos as ações de resistência é possível identificar como operam as formas de dominação existentes em cada contexto, evidenciando as relações de poder, as posições, aplicações e métodos como elas se concretizam.

O objetivo da tese foi desdobrar-se sobre um conflito territorial instaurado há aproximadamente 30 anos, visando perceber as ações sociais empreendidas por um movimento social concreto que luta para continuar existindo em meio a um processo de exclusão territorial provocado pela criação de UCs integrais em territórios tradicionais. Foi possível constatar a capacidade dos sujeitos coletivos organizados no MOPEAR de criar propostas de gestão e planejamento territoriais que pudessem subverter a atual ordem posta pela lógica preservacionista que impera no território. A autonomia mostra-se diretamente ligada à pretensão de uma co-gestão territorial, ação sabidamente de longo prazo, que altere os arranjos de poder e a geo-grafia atualmente existentes.

---

<sup>123</sup> FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul. e DREYFUS, Hubert. (orgs.). Michel Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.



Desde o primeiro capítulo descrevemos e analisamos as formas de mobilização e formulação de um discurso com viés ambiental que partiu diretamente de uma identidade étnica e coletiva em estreita relação com a territorialidade a ela inerente. Como nos lembra Zibechi e Hardt (2013) atores como os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR elaboram seus projetos de produção e reprodução da vida a partir dos seus territórios. Concordando com Saquet (2014, p. 16), entendemos que, entre outras coisas, a construção histórica do território “[...] precisa ser analisada criticamente, planejada e reordenada, considerando-se os significados concretos das *gentes* em seus locais de vida”.

São estes sujeitos, desde o seu próprio território que criam condições para que uma outra maneira de pensar a ambientalização seja possível: para além do *modus operandi* travado historicamente em Guaraquecaba (de cunho preservacionista e conservacionista, como demonstrado ao longo do segundo capítulo) o MOPEAR mostrou a possibilidade de se fazer um planejamento desde baixo, onde a territorialização alcançada ou visada tem a ver com a gestão dos comuns e no qual o território tradicional é reconhecido e redistribuído entre os seus principais atores: os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras.

Descrever os processos de ambientalização, portanto, nos serviu para traçar uma conjuntura mais ampla, identificando discursos, práticas e modos de estar, ser e pensar que têm se disseminado globalmente mas que operam de diferentes formas em cada território. No caso de Guaraquecaba há uma forte incidência do pensamento preservacionista e nuances do conservacionista. Para além dessas visões instauradas a partir de uma atuação institucional desde o poder público, os(as) próprios(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR, que ali vivem e que dali sobrevivem, possuem suas formas próprias de usar e estar no território. Diante do conflito instaurado, a ambientalização ganha uma outra perspectiva desde a construção desses sujeitos, um projeto de gestão dos comuns baseados na identidade étnica e coletiva do grupo, passando por modos de fazer historicamente constituídos, mas também atualizados diante da conjuntura atual e do interesse em proteger o meio ambiente do qual dependem e se relacionam cotidianamente.

O debate realizado no capítulo três serviu-nos para iluminar a forma de atuação dos planejamentos participativos realizados no território tradicional dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR. Ainda que tenhamos focado em diversas práticas, enfatizamos a produção do plano de manejo do PNS, bem como a operacionalização de seus conselhos gestores. Este processo, considerado por nós como hegemônico na região, tem levado as lógicas preservacionistas ao máximo neste território tradicional, gerando um processo

permanente de reterritorialização das práticas tradicionais e dos próprios sujeitos que as realizam, levando-as a uma atualização e recontextualização a partir do conflito atual.

Em um contexto em que a participação social tem sido requisito obrigatório em diversos processos de tomada de decisão e em que metodologias participativas tem proliferado em meio a universidades, ONGs e diversas outras instituições, consideramos que avaliar a forma em que essa participação vem sendo aplicada consistiu um exercício indispensável. Com isso, pudemos compreender a divergência nos modos de pensar e fazer a participação social entre diferentes agentes no contexto estudado.

Ficou evidente que o léxico participativo, em muitas ocasiões, se restringiu apenas ao discurso ou, em outros casos, partiu de uma lógica de interpretação insuficiente para assegurar o direito à participação adequada às comunidades tradicionais em questão. Os limites da participação arvorada nos manuais e diretrizes metodológicas de instituições que têm atuado diretamente no território dos pescadores e caiçaras do MOPEAR demonstraram que nem sempre o que está em jogo é o interesse da sociedade ou a democratização nas decisões acerca dos assuntos públicos, mas formas de justificar e legitimar escolhas de gestão elaboradas desde um distanciamento dos sujeitos que serão afetados por tais decisões.

Foi possível constatar a tendência impositiva da participação social que acompanha a assimetria de poderes existentes na relação entre comunidades tradicionais e agentes heterônomos como o ICMBio, ONGs, pesquisadores, dentre outros atores. Este configura-se como um grave problema à medida que ocorre uma propensão tecnocrática e sistêmica nas ações de planejamento e gestão que visam intervir no território e, posteriormente, ordená-lo. Percebemos essa questão a partir dos efeitos do conhecimento técnico e científico moderno colonial que justificou formas de intervenção na realidade e imposição de certas racionalidades que pouco conversavam com as concepções vindas dos sujeitos afetados por tais decisões. O peso dado a essa argumentação se dá pelo poder exercido desde uma justificação epistemocrática. Aspectos como a linguagem técnica e de difícil compreensão aos sujeitos pescadores e caiçaras, o formato das reuniões, a forma como são encaminhados os assuntos, dentre tantas outras questões levantadas ao longo do capítulo 3, contribuíram a esse processo. Também é preciso lembrar que a participação social não vem sendo utilizada no contexto estudado para superar um sistema de gestão e uma lógica de concepção do espaço pouco democrática, tampouco para contribuir à transformação social, ao contrário, todo o processo participativo serviu apenas para manter a lógica das UCs restritivas e justificá-la.

Entendemos que o discurso competente (CHAUI, 1981) tem sido acionado recorrentemente para fazer valer sua concepção de mundo, ignorando ou deslegitimando os

diversos outros discursos que poderiam contribuir a uma interpretação mais diversa da realidade. Aos poucos, essas representações e concepções construídas desde o discurso competente, ou como diria Almeida (2008a), desde um senso comum erudito, vão adquirindo uma autoridade desde o campo intelectual, passando a ser assumidas como a própria realidade.

Os esquemas interpretativos para se pensar a proteção da natureza, à medida que se pautam no discurso competente, vão se tornando inquestionáveis – assim, não se tem uma abertura para pensar nas outras formas de concretizar essa proteção que não aquelas proferidas pela ciência e executada pelo Estado. A distância dos processos reais que se desdobram nas realidades vividas pelas comunidades tradicionais como aquelas organizadas no MOPEAR criam verdadeiras barreiras para pensar a relação sociedade e natureza desde as formas de estar, ser e de fazer desses grupos. Como descreve Almeida (2008a) para o caso da Amazônia, também no caso do território tradicional dos pescadores, o discurso competente criou um tom de autoevidência, no sentido de que falar sobre “proteger o meio ambiente” já denota “naturalmente” um consenso sobre sua necessidade e a forma como isso deve acontecer. Uma das características fundantes nesse processo é a exclusão da sociedade desses espaços a serem geridos desde o conhecimento científico, ignorando que os sujeitos que ali vivem e sempre mantiveram o território e seus recursos naturais sejam agentes relevantes para serem consultados ou proporem outras formas para fazê-lo.

Como estratégia de enfrentamento às formas de dominação utilizadas pelo ICMBio o grupo de pescadores(as) artesanais e caiçaras do MOPEAR tem apostado na criação de espaços cujo controle da “participação” pode ser compartilhado entre eles: o GT para discutir o plano de manejo e direitos humanos, bem como as assembleias e cursos de formação, demonstram a capacidade desses sujeitos de propor formas de relação social que visam diminuir a assimetria e a hierarquia de poderes construídas naquela realidade.

Após três décadas de criação dessas UCs, é a ação social proveniente de um Movimento de pescadores(as) artesanais e caiçaras que tem conseguido romper com um processo histórico de ambientalização socialmente excludente em relação aos povos e comunidades tradicionais. Para isso, o grupo tem buscado romper ou ressignificar certos espaços/modelos de participação elaborados a partir de lógicas heterônomas, além de criar outras formas, dessa vez mais condizentes à sua identidade étnica, coletiva e territorial. O entendimento por trás dessas ações é de que a participação social deve servir como um caminho para o reconhecimento e a redistribuição, ao invés de seguir sendo acionada como mecanismo de dominação social.

Esses(as) pescadores(as) e caiçaras têm criado um contra-poder (BOURDIEU, 2001) a partir de uma relação entre contra-discurso (FOUCAULT, 2014) e contra-espço (MOREIRA, 2007) em seus atos de r-existência e enfrentamento aos processos inerentes à hegemonia/dominação efetivados pelos arranjos de poder que mantém as UCs restritivas e a frente ambiental preservacionista. Suas lutas não se restringem apenas ao âmbito do plano de manejo de uma UC, mas se costuram com lutas mais abrangentes relacionadas a um outro entendimento sobre as possíveis relações dos sujeitos com seus territórios; com a articulação de uma bandeira de luta de povos e comunidades tradicionais desde suas identidades étnicas e coletivas; de voltar o olhar a uma outra vertente da ambientalização, etnização e territorialização das lutas sociais; da renovação do pensamento acerca dos processos de gestão e ordenamento territorial; de pensar o papel desses grupos sociais no debate sobre o neoextrativismo, dentre tantas outras pautas que os permeiam e alcançam outras escalas geográficas.

As propostas deste movimento social ganham potência no sentido de que a sua ação disruptiva, suas ressignificações, subversões e criações tanto no que tange à participação social quanto a própria gestão do território nos apontam para uma emergente reinterpretação prática e epistêmica sobre o território. Desde o olhar do coletivo de pescadores(as) e caiçaras trata-se de um território tradicional pensado através de um lógica dos comuns, dos grupos que dependem diretamente desse espaço, recursos e relações para compor e reproduzir sua identidade socioespacial. Com isso, é possível traduzir a experiência do MOPEAR como uma possibilidade, uma outra forma de pensar sobre tais temas desde a perspectiva da lógica própria e do direito desses povos e comunidades tradicionais.

No sentido aqui colocado, podemos afirmar que quando as lógicas autônomas desse grupo social são colocadas em prática em espaços heterônomos, pode-se alcançar uma ressignificação de suas ações, de maneira que se possa fomentar cada vez mais a r-existência e a construção de um projeto de autogestão territorial ou, em um curto prazo, de co-gestão.

Quando a ideia de multiterritorialidade é aplicada ao contexto do conflito vivido entre pescadores e UCs podemos entender que existem diferentes projetos de territorialização articulados no processo de produção do território em lide – no contexto aqui estudado, o projeto preservacionista objetivado pelo PNS opunha-se frontalmente ao modo de vida das comunidades tradicionais da região. Assim, a proposta de criação de uma UC de categoria distinta e mais apropriada (reserva extrativista) e de formas de participação autônomas como os protocolos de consulta e os acordos comunitários podem servir de mote para se pensar a resolução ou pelo menos amenização do conflito territorial instaurado desde a criação do PNS.

O protocolo de consulta é um dos efeitos que aponta que a ressignificação dos espaços de participação social pode estar rumando, de fato, para a democratização da tomada de decisão em territórios de comunidades tradicionais (estejam elas afetadas por UCs, por grandes projetos de desenvolvimento, ou quaisquer outras medidas). O protocolo se centra e parte dos próprios sujeitos interessados, algo que, de acordo com Demo (2009), consiste em um preceito básico para uma política redistributiva eficaz, onde seja possível reduzir conflitos, ao invés de escamoteá-lo, e onde o controle do poder não se faça apenas mediante legislações e normativas jurídicas e administrativas heterônomas aos sujeitos, mas que partam da própria base, a sociedade. Neste sentido, o autor compreende a negociação como “[...] o tratamento de divergências sobre o pressuposto das oportunidades equalizadas. Ou seja, de igual para igual, pelo menos em tese. Nem se imagine que a negociação acabe com as divergências” (DEMO, 2009, p. 77). Esse exercício visa consolidar a cultura democrática:

Assumindo o conceito de cultura como processo de identificação comunitária, cristalizando os traços mais característicos de ser e de produzir, cultura democrática significa democracia como cultura de um povo, ou seja, como marca característica de sua organização e sobrevivência (DEMO, 2009, p. 78-79).

O desafio maior, portanto, é compreender o que se deseja com a participação social, desde onde ela parte e onde quer chegar. Trata-se, em certa medida, de corrigir posturas assumidas pelo Estado quando implantou a política das UCs de forma verticalizada, como lembra Besusan (2006) ao afirmar que “[...] as áreas foram criadas em gabinetes oficiais, sem muito conhecimento ou análise das condições ecológicas e sociais locais, daí derivando-se problemas de gestão enfrentados até hoje por muitas [UCs]” (MENDONÇA e TALBOT, 2014, p. 220).

Neste processo de territorialização marcado por disputas, antagonismos e apoios, os(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras tiveram que criar novas estratégias para continuar re-existindo em seu lugar de vida, como a criação de um movimento social. Dessas novas estratégias têm-se a produção de uma cartografia social coletiva entre 11 comunidades diferentes, algo que marca, novamente, um processo de rupturas das lógicas heterônomas e preservacionistas no território tradicional. Se os mapas, as pesquisas, e o próprio território tradicional foram historicamente forjados desde a lógica de agentes heterônomos, representando, então, um olhar estadocêntrico e voltado à mercantilização da natureza e da vida, as estratégias e as posições assumidas pelo MOPEAR em prol do reconhecimento e da redistribuição do território a favor dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras podem ser



considerados, então, não como uma “desordem” que deve ser controlada, mas como uma ação disruptiva emergente.

É diante desse contexto que reforçamos o entendimento de Gohn (2011) e Melucci (1989) para quem os movimentos sociais ao mesmo tempo que denunciam a exploração e a dominação socioespacial, anunciam, a partir de suas práticas, a possibilidade de se pensar para além dessas condições historicamente postas. Para isso o MOPEAR tem pensado em sua autonomia intelectual, a partir da:

[...] valorização dos chamados ‘saberes locais’, ‘saberes tradicionais’, pois a pauta das lutas desses movimentos ultrapassa a esfera política em muitos aspectos, trata-se de uma luta simbólica pela afirmação de novas ideias, de novas ideologias, de novos conceitos. As lutas passam pela criação de novas categorias de percepção da realidade, capazes de tornar legítimos o discurso e a ação desses movimentos. Assim, a luta é, ao mesmo tempo, uma luta política e epistêmica (CRUZ, 2014, p. 41-42).

Por isto, demonstramos ao longo do quarto capítulo como, na prática, o MOPEAR tem operado nessa subversão epistêmica e caminhado no sentido de apresentar propostas concretas como a RESEX, os acordos coletivos, os protocolos de consulta e a própria formação dos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras para que suas opiniões sejam validadas em diferentes espaços.

Tanto uma RESEX quanto um Parque Nacional ou outra categoria de UC partem de uma relação com o Estado, mas cada uma delas possui um acionamento estratégico. As concepções são construídas desde atores diferentes e de formas completamente distintas. A criação de uma RESEX no território tradicional de pescadores(as) artesanais e caiçaras não consiste em uma solução ideal, no sentido de que resolverá todos os conflitos instaurados na região. No entanto, trata-se de uma solução vislumbrada pelos pescadores que se adequa às condições de possibilidade atuais para mediar tais situações. Coloca-se em pauta, assim, uma distinção significativa entre regimes de propriedade privada x território coletivo, assim como põe em pauta uma possibilidade de operacionalização da gestão dos comuns. Certamente existem limites para pensar a autonomia dentro de um processo heterônomo. Neste sentido, a RESEX tem como diferencial ser uma proposta formulada desde os próprios sujeitos, mas passando pelo diálogo com o Estado (não sendo, portanto, um projeto heterônomo). Como bem nos lembra Demo (2009):

Os interessados, ou os desiguais, não são objeto da política social, mas sujeito principal, aparecendo o Estado, ou qualquer outra instância, como instrumento de promoção, de motivação, de colaboração, não como condutor e dono do processo. A liberdade só é verdadeira quando conquistada. Assim também a participação. E isto fundamenta a dimensão básica da cidadania. Não só deveres; há direitos também (DEMO, 2009, p. 23).

Podemos refletir sobre a possibilidade de se criar e experimentar um planejamento e gestão territoriais que partam dos movimentos sociais, passando pela ação do Estado e servindo, justamente, como um instrumento de transformação socioterritorial desde baixo, onde a existência cotidiana funcione como chave para se pensar a construção dos planos de intervenção na realidade que se aproximem de uma sociedade mais justa.

Enquanto o planejamento, gestão e ordenamento territorial empreendidos pelo ICMBio decorrem da sua função legal e institucional enquanto Estado (algo que resulta, em muitos casos, em uma postura impositiva), os pescadores vem construindo uma outra possibilidade, a de um planejamento territorial subversivo: assim notamos a emergência do direito territorial e a capacidade desses sujeitos em elaborar sua própria proposta de planejamento, gestão e ordenamento territorial desde uma lógica mais autônoma. Lembramos que ainda que se constate ganhos de autonomia nesse processo, a proposta do MOPEAR não tem sido de romper completamente sua relação com o Estado, mas de reduzir a tão assimétrica relação de poderes atualmente instituída, de compartilhar o poder de decisão e o controle das iniciativas de intervenção no território tradicional e de permitir que as formas de fazer das comunidades tradicionais ganhem maior relevância em todo esse processo, permitindo uma lógica de interpretação e ação de baixo para cima, levando em conta as territorialidades desses grupos sociais. Como afirma Saquet (2014):

É necessário criar novas relações-territorialidades, reordenar o poder, enfim, construir um *novo* território com **mais** relações de cooperação, solidariedade, autonomia, preservação do ambiente e **menos** alienação, subordinação, imposições, mascaramentos, “iluminados”, opressores e oprimidos (SAQUET, 2014, p. 26).

É no território desses sujeitos, desde uma escala micro, onde as relações se dão efetivamente que podemos perceber como esse planejamento subversivo tem surgido. Foi essa a intenção do quarto capítulo desta tese: identificar os processos de subversão epistêmica e territorial que têm emergido como resposta aos enfrentamentos vividos pelos(as) pescadores(as) artesanais e caiçaras e que, atualmente, podem ser visualizadas como formas de gestão e ordenamento territorial. É a partir dessas ações que as comunidades tradicionais têm deslocado a “ordem” incutida nos discursos, práticas e instituições que afetam suas vidas para um outro sentido mais próximo de seus direitos coletivos, da gestão dos comuns, de suas geografias e das formas organizativas de sua identidade étnica e coletiva.

Toda essa reflexão nos permite concluir que a lógica impositiva e estadocêntrica no contexto das UCs não tem dado conta de resolver questões básicas como a proteção, de fato, do meio ambiente, também tem agravado situações de desigualdade social e tem violado direitos

humanos básicos de comunidades tradicionais, em suma, não conseguem cumprir os papéis estipulados nos dispositivos jurídicos e discursos intelectuais que as sustentam. A ação disruptiva e subversiva que tem derivado da ação do MOPEAR, pode ter muito a contribuir na elaboração de outras formas de efetivar a proteção da natureza. Para isto, é preciso experimentar as soluções que vêm sendo elaboradas por estes sujeitos. A chave pode estar no reconhecimento das identidade étnicas e coletivas desses grupos e na redistribuição de seus territórios, da possibilidade de participarem de processos de planejamento, gestão e tomada de decisão que afetam suas vidas.

Pensar no planejamento subversivo (RANDOLPH, 2014) é se inspirar nos movimentos sociais para elaborar planejamentos territoriais mais apropriados a cada realidade. Talvez, um planejamento territorial subversivo, no caso concreto, ganhasse corpo ao considerar os aprendizados trazidos desde a experiência vivida pelo MOPEAR como os que seguem: a democracia tende a funcionar para o povo se for pensada, proposta e operacionalizada desde baixo; se os territórios são múltiplos é a partir dos sujeitos e seu repertório de ação social que se pode encontrar os elementos para se fazer uma gestão democrática de um território. É o cotidiano, portanto, e não as agendas institucionais, quem deve apontar os rumos da produção territorial; a autonomia dos grupos não é necessariamente interrompida pela relação com agentes heterônomos, o que deve se ter em mente é que há uma grande diferença entre ser considerado um apoiador ou um antagonista pelos sujeitos concretos. Neste sentido, é a imposição que deve ser combatida de forma que nenhuma proposta fira a autodeterminação desses coletivos das comunidades tradicionais; as hierarquias sociais historicamente construídas exigem que, em um processo de planejamento territorial, sejam feitas formações técnicas que possam subsidiar a reflexão e a tomada de decisão das comunidades tradicionais. Daí a importância da proposição de um protocolo de consultas pelos pescadores, que pode servir como maneira de controlar a imposição e os efeitos do saber técnico e científico sobre o saber tradicional.

Para que esse tipo de planejamento possa surgir é preciso renovar de maneira incisiva a forma como vem sendo produzidos atualmente os planejamentos territoriais. Para a democratização desses processos a participação social é um componente constitutivo. Como bem aponta Coelho Neto (2014) para radicalizar tais processos que incidem nos territórios:

Avaliar criticamente e reconhecer as limitações e os problemas enfrentados pelas experiências praticadas em nome da democracia e da participação não nos parece residir grande dificuldade ou discordância, no entanto, parece que estamos diante do desafio de reinventar a participação social, e essa tarefa pressupõe um processo de construção histórica (com toda a complexidade que envolve) [...] [o autor defende] a

necessidade de radicalização dos processos de descentralização (enquanto repartição espacial do poder), qualificada pela participação social (enquanto repartição social do poder), operada pela articulação das redes socioterritoriais e sustentadas nas suas territorialidades particulares (COELHO NETO, 2014, p. 143).

Desta forma, para o autor, será possível problematizar a verticalidade e autoritarismo do ordenamento territorial que atinge as comunidades a partir de normas heterônomas e alienantes.

Importa lembrar que não se pode esperar que toda a sociedade compartilhe das mesmas condições de acesso às informações, haja vista que em um contexto social completamente heterogêneo isso seria ilusório. Por isso a participação deve passar, também, pela formação desses sujeitos no sentido de instruí-los antes de qualquer necessidade de debate e decisão para que essa reflexão e contribuição aos processos de planejamento, gestão e ordenamento territorial se façam desde o entendimento livre, prévio e informado. Não se trata de tentar impor uma opinião desde os interesses de uma perspectiva específica, mas de permitir um diálogo intercultural de saberes pautado na boa fé, em condições de igualdade mesmo na diferença. A partir disto, será possível vislumbrar uma participação emancipatória, que permita reequilibrar forças que têm impedido ou dificultado a efetivação de um horizonte de justiça socioambiental e territorial onde caibam diferentes concepções, projetos de vida e territorialidades.

A subversão posta em prática pelos pescadores, portanto, não se caracteriza como uma ruptura direta, no sentido de uma revolução, uma transformação imediata e decisiva, mas trata-se de um processo, onde a autonomia vai sendo colocada em prática pouco a pouco, onde a co-gestão vai sendo experimentada e dando espaço e condições de possibilidade para uma futura autogestão do território tradicional. É nesse sentido que destacamos que é essencial voltar o olhar ao dia-a-dia desses sujeitos para compreender como as r-existências vão sendo construídas, repensadas, rearticuladas e ressignificadas, permitindo que a subversão do poder inerente ao planejamento territorial, em especial no que diz respeito ao processo de ambientalização, aconteça desde as bases e a favor daqueles a quem ele era anteriormente imposto.

O que buscamos apontar nesta tese é que a construção de outros conhecimentos não é retórica: ela é real e parte de sujeitos que muitas vezes enfrentam os obstáculos que se impõem como muros, dificultando que a sociedade e o Estado os enxerguem, mais ainda assim eles estão ali, basta que derrubemos os muros existentes na nossa realidade. Como diversos autores na América Latina têm apontado (ZIBECHI, 2015a, 2015b; ESCOBAR, 2005, 2010, 2016; ESTEVA, 2012; LINSALATA e SALAZAR LOHMAN, 2015; GUTIÉRREZ e SALAZAR LOHMAN, 2015; CAENTZIS e FEDERICI, 2015, TZUL TZUL, 2015; ALMENDRA, 2017),

os novos movimentos sociais não estão esperando o dia que uma revolução aconteça, eles já estão construindo suas possibilidades no cotidiano dos territórios em r-existência.

Destarte, pode-se compreender que a r-existência das comunidades tradicionais no território estudado explicita uma interpelação à dominação desde um movimento social, que, por sua vez, cria um repertório de ações que servem como estratégia coletiva para garantir a reprodução do modo de vida tradicional em um contexto de gestão dos comuns.

É a partir dessa inversão que as formas de planejar, gerir e ordenar o território poderão reduzir sua ação colonial assim como não perpetuar o etnocídio que ainda encontra-se em curso na América Latina, ainda que com ferramentas e de formas mais sutis – afinal de contas, impedir a reprodução da vida, inviabilizar o uso do território e minar as práticas e formas de estar, pensar, fazer e sentir no mundo são formas mascaradas de promover o extermínio da diversidade étnica, cultural e territorial existente, formas de eliminar geo-grafias.

As comunidades tradicionais articuladas no MOPEAR, enfim, continuarão r-existindo, se re-territorializando e construindo um horizonte onde se almeja que a gestão territorial se torne mais democrática e participativa, assumindo as territorialidades ali existentes e estabelecendo o diálogo intercultural como condições essenciais para sua configuração e eficácia.



## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n.68, p. 103-119. 2010.

ACSELRAD, Henri.; VIEGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano. In: ACSELRAD, Henri. et al. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013. p. 15-40.

ADAMS, Cristina. **Caiçaras na Mata Atlântica**: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia: In: D'INCAO, Maria Angela.; SILVEIRA Isolda. (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 521-537.

\_\_\_\_\_. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileiras de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n.1, p. 9-32, mai. 2004.

\_\_\_\_\_. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**, Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008b.

\_\_\_\_\_. Agroestratégias de desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agrone-gócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. et al. (Orgs.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-144.

\_\_\_\_\_. Nova Cartografia Social da Amazônia. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.; FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida. **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus, 2013a. p. 28-34.

\_\_\_\_\_. Distinguir e Mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de.; DOURADO, Sheila Borges (Orgs.). **Consulta e participação**: a crítica a metáfora da teia de aranha. Coleção Documento de Bolso, n.5. PNCSA. Manaus: PPSCA/ UFAM/ UEA Edições, 2013b. p. 97-104.

ALMENDRA, Vilma. Una mirada del pensamiento crítico desde el hacer comunitário. In: REGALADO, Jorge. (Coord.). **Pensamiento crítico, cosmovisiones y epistemologías otras, para enfrentar la guerra capitalista y construir autonomía**. Cátedra Interinstitucional Universidad de Guadalajara-CIESAS-Jorge Alonso, 2017. p. 61-78.

ALONSO, Diana Padrón. **Prácticas cartográficas antagonistas en la época global**: catálogo de mapas críticos. 122 f. Dissertação (Máster Oficial en Estudis Avançats en Historia de l'Art) - Universitat de Barcelona, Barcelona, 2011.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANNUNZIATA, Rocío. Nota Preliminar. In: BLONDIAUX, Loic. **El nuevo espíritu de la democracia**: actualidad de la democracia participativa. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2013. p. 11-32.

ANTUNES, Ricardo.; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIDAMORE, Alberto.; CATTANI, Antonio David. (Orgs.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2007. p. 195-210.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, ano. II, n. 5. p. 79 – 92. 1999.

BARBIERI, José Carlos. Um resumo das principais questões sobre a política e os procedimentos para a avaliação de impacto ambiental de acordo com a legislação brasileira. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.78-85. 1995.

BARBOSA, Aline Miranda. **Povos e comunidades tradicionais em luta pelo território**: interseções e tensões entre a questão agrária e a questão ambiental. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe.; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998. p. 185-228.

BAZZO, Juliana. **Mato que vira mar, mar que vira mato**: o território em movimento na vila de pescadores da Barra de Ararapira (Ilha do Superagui, Guaraqueçaba, Paraná). 291 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BERKIN, Sarah Corona; KALTMEIER, Olaf. **En diálogo**: metodologías horizontales em Ciencias Sociales e Culturales. Barcelona: Gedisa, 2012.

BESUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BLONDIAUX, Loic. **El nuevo espíritu de la democracia**: actualidad de la democracia participativa. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2013.

BOGO, Ademar. Mística. In: CALDART, Roseli. et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Expressão Popular, 2012. p. 473-476.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.51-81.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia: algumas notas adicionais sobre o dom. **Mana**, v.2, n.2, p. 7-20. 1996.

\_\_\_\_\_. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BOURDIEU, Pierre. (Coord.). **A Miséria do mundo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Identidade e etnia**: construção da pessoa e resistência cultural. Editora Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. Pesquisar – Participar. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Pesquisa participante**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 9-16.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v.10, n.1, p.11-27, jan/jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição**: República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. 1937.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 84.017, de 21 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 set. 1979. Seção 1, p. 13785.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 87.222, de 31 de maio de 1982. Cria as Estações Ecológicas do Seridó, Serra das Araras, Guaraqueçaba, Caracará e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 jun. 1982.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 90.833, de 31 de janeiro de 1985. Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 fev. 1985. Seção 1, p. 1917.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 93.053, de 31 de julho de 1986. Acresce Área aos Limites da Estação Ecológica de Guaraqueçaba, no Estado do Paraná, Criada pelo Decreto 87.222, de 31 de Maio de 1982, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 ago. 1986. Seção 1, p.11497.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989. Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 1989. Seção 1, p.6417.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 mar. 1998a. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 ago. 2002a. Seção 1, p. 9.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2004. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Seção 1, p.316.

\_\_\_\_\_. Decreto nº. 6.514, de 22 de julho de 2008. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jul. 2008. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº. 2, de 1994. Aprova o texto do Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 fev. 1994. Seção 1, p.1693.

\_\_\_\_\_. Decreto Legislativo nº. 143, de 20 de junho de 2002. Aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2002b. Seção 1, p. 2.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 ago. 1981. Seção 1, p. 16509.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.513 de 20 de novembro de 1997. Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 nov. 1997. Seção 1, p. 27238.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 fev. 1998b. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.428 de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 11.516 de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nºs 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de

2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 ago. 2007. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Lei nº. 12.651 de 25 de maio de 2012. (Código Florestal) Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 mai. 2012. Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. 1ª Vara de Justiça Federal de Paranaguá. **Defere antecipação de tutela pretendida pelas Defensorias Públicas da União e Estado do Paraná na ACP Autos nº 500074288-2015-4047008**. 26 mai. 2015a. Paranaguá, PR.

\_\_\_\_\_. 1ª Vara de Justiça Federal de Paranaguá. Termo de Audiência da **Ação Civil Pública Autos nº 500074288-2015-4047008/PR**. 28 ago. 2015b. Paranaguá, PR.

\_\_\_\_\_. Advocacia Geral da União (AGU). Procuradoria-Geral Federal/Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em Florianópolis/SC. **Parecer n. 00006/2017/PROJUR/PFEICMBIOSC/PGF/AGU**. Florianópolis, 2017.

\_\_\_\_\_. Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR). **Procedimento de Assistência Jurídica (PAJ) 2015-029/001346**. Ação Civil Pública com Pedido de Liminar, 2015a.

\_\_\_\_\_. Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR). **Recomendação 01/2015 – DPPR/DPU**. Recomenda o cumprimento das disposições da Convenção nº169/OIT, incorporada ao ordenamento jurídico por meio do Decreto nº 5.051/2004, e do Decreto 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Paranaguá, 24 ago. 2015b.

\_\_\_\_\_. Instituto Ambiental do Paraná (IAP). **Portaria IAP/GP nº 180** de 07 de outubro de 2002. 07 out. 2002.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Portaria IBAMA nº 12** de 20 de março de 2003. 20 mar. 2003.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Portaria IBAMA nº 52** de 30 de setembro de 2003. 30 set. 2003.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). **Portaria IBAMA nº 25** de 28 de abril de 2005. 28 abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Ata da 3ª reunião ordinária do Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba (CONAPA) conjunta com a 3ª reunião ordinária do Conselho do Parna de Superagui (CONPARNA)**. Guaraqueçaba, 10 a 12 dez. 2007. p.1-4



\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Ata da reunião ordinária do Conselho Consultivo da APA de Guaraqueçaba (CONAPA) conjunta com a reunião ordinária do Conselho do Parna de Superagui (CONPARNA)**. Guaraqueçaba, 03 e 04 abr. 2009. p.1-6.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Ata da reunião ordinária do Conselho Consultivo do Parna de Superagui (CONPARNA)**. Guaraqueçaba, 16 jun. 2011. p.1-6.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Ata Curso de Plano de Manejo (CONPARNA)**. Guaraqueçaba, 17 a 19 out. 2011. p.1-57.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Instrução Normativa ICMBio nº 26 de 04 de julho de 2012. Estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes e populações tradicionais residentes em unidades de conservação onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 jul. 2012. Seção 1, p.84.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Enriquecimento prático: reunião de planejamento do PNS**. Curitiba, 02 fev, 2012a. p.1-3.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Oficinas de apresentação das Consultoras do PM nas comunidades e sobre o Plano de Manejo**. Guaraqueçaba, 13 a 18 ago. 2012b. p.1-13.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Estudos Socioeconômicos da região do Parque Nacional de Superagui**. Curitiba, 2013a.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Estudos para Uso Público e Turismo do Parque Nacional de Superagui**. Curitiba, 2013b. p.1-195.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Coordenação Regional do ICMBio em Florianópolis (CR9). **Ofício nº 75/2014– CR9/ICMBio**. Florianópolis, 12 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Parque Nacional do Superagui. **Nota Técnica nº002/2014/PNS/ICMBio**. Guaraqueçaba, 25 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Coordenação Regional do ICMBio em Florianópolis (CR9). **Ofício nº 115/2014– CR9/ICMBio**. Florianópolis, 20 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Parque Nacional do Superagui. **Ofício nº 015/2014/PNS/ICMBio**. Guaraqueçaba, 15 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN). **Ofício nº 366/2014/DIMAN/ICMBio**. 2014.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Instrução Normativa ICMBio nº 09 de 05 de dezembro de 2014. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de

Conservação Federais (Processo Administrativo nº 02070.001464/2013-68). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 2014. Seção 1, p.124.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). **Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (COSEC)**. Guaraqueçaba, 18 jun. 2015. p. 1-14.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, Estação Ecológica de Guaraqueçaba e Parque Nacional do Superagui. **Memorando SEI nº2/2016**. Guaraqueçaba, 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Estação Ecológica de Guaraqueçaba. **Nota Técnica nº1/2017/ESEC Guaraqueçaba/ICMBio**. Guaraqueçaba, 20 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Estação Ecológica de Guaraqueçaba. **Ofício SEI nº6/2017**. Guaraqueçaba, 09 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). Estação Ecológica de Guaraqueçaba. **Ofício SEI nº13/2017**. Guaraqueçaba, 31 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instrução Normativa Interministerial nº 12 de 22 de agosto de 2012. Dispõe sobre critérios e padrões para o ordenamento da pesca praticada com o emprego de redes de emalhe nas águas jurisdicionais brasileiras das regiões Sudeste e Sul. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 2012. Seção 1, p.39-40.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal (MPF). Procuradoria da República no Município de Paranaguá. **Recomendação nº. 03/2009**. Procedimento Administrativo nº1.25.007.000085/2009-88. Recomenda não prender em flagrante pescadores artesanais do litoral do Paraná. Paranaguá, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal (MPF). **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais**. 6. Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília: MPF, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal (MPF). **Carta do Seminário: convergências entre a garantia de direitos fundamentais e a conservação ambiental**. 4ª e 6ª Câmaras de Coordenação e Revisão. Belo Horizonte: MPF, 2015a.

\_\_\_\_\_. Ministério Público Federal (MPF). **Nota Técnica Antropologia nº04: PA 1.25.007.000173/2014-47**. Processo nº 5000742-88.2015.4.04.7008. Procuradoria da República no Município de Londrina/ Ministério Público Federal, 2015b.

BRITO, Maria Cecilia Wey de. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

BURSTYN, Marcel. Armadilhas do progresso: contradições entre economia e ecologia. **Revista Sociedade e Estado**, v.10, n. 1, p. 97-124, jan/jun. 1995.

CÁCERES, Luz Stella Rodriguez. Direitos territoriais e mapeamento participativo na América Latina. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais**: marcos para o debate. Rio de Janeiro, UFRJ/IPPUR, 2010. p.123-162.

CAENTZIS, George.; FEDERICI, Silvia. Comunes contra y más allá del capitalismo. **El Apantle - Revista de Estudios Comunitarios**, Puebla, México, n. 1, p. 51- 72. 2015.

CALDART. Roseli Salete. Sobre a Educação do Campo. In SANTOS, Clarice Aparecida dos. (Org.). **Educação do Campo**: campo - políticas públicas – educação. Brasília: Incra/MDA, 2008. p. 67-86.

\_\_\_\_\_. Educação Profissional na Perspectiva da Educação do Campo. In CALDART, Roseli. et al. (Org.). **Caminhos para Transformação da Escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular/Escola Técnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 257-264.

CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento Territorial e Complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In. ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antonio Alves. (Orgs.). **Ordenamento Territorial**: coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p.21-53.

CAMARGO, João Luiz Almeida de. **A gestão do Parque Nacional do Superagui**: a percepção da comunidade de Barbados sobre o processo de elaboração do Plano de Manejo. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Oceanografia). Setor Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Pontal do Paraná, 2013.

CAMARGOS, Regina. Os Primeiros Parques Mundiais: Natureza, Nação e Formação Civil. In: SECRETO, Maria Verónica. et al. (Org.). **O Campo em debate**: terra, homens, lutas. Rio de Janeiro: Mauad X/Seropédica, 2008. p. 55-78.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil**: abordagem histórico-socioespacial. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

CANUTO, Antônio. et al. (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Descolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSFOGUEL, Ramon. (Eds.) **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 79-91.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. Prólogo. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. (Comp.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007.

CECEÑA, Ana Esther. Sujetizando el objeto de estudio o de la subversión epistemológica como emancipación. In: CECEÑA, Ana Esther (Coord.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 13-44.

CHAUI, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 2. ed. São Paulo: Editora Moderna, 1981.

COELHO NETO, Agripino Souza. Redes sociais, participação social e a territorialidade como componentes de democratização do ordenamento territorial. In: SILVA, Onildo Araújo. et al. (Orgs.). **Identidade, território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 131-146.

COLCHESTER, Marcus. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2000. p. 225-256.

COPEL. **Copel Informações**, ano. 40, 294. ed, jan/fev. 2010.

CREADO, Eliana Santos Junqueira. **Lugares de vida. espaços de lembrança: conflitos e restrições ambientais no Parque Nacional do Jaú (AM)**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2011.

CRUZ, Valter do Carmo. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. 368 f. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011a.

\_\_\_\_\_. A “ambientalização” e “etnização” das lutas sociais pela terra na Amazônia: novas agendas, novos agenciamentos político-territoriais. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2011, Belém. **Anais...** Belém: UFPA, 2011b.

\_\_\_\_\_. Das lutas por redistribuição de terra às lutas pelo reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: Henri Acselrad. (Org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2013. p. 119-176.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araújo da. et al. (Orgs.). **Identidade território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p. 37-72.

DELEUZE, Gilles. Do arquivo ao diagrama: um novo arquivista (Arqueologia do saber). In: \_\_\_\_\_. **Foucault**. Editora. Brasiliense: São Paulo, 1995. p. 13-32.

DEMO, Pedro. Demarcação científica. In: **Metodologia científica nas ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981. p.13-28.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais e vivaldinos: da crítica acrítica**. São Paulo: Almed, 1982.

\_\_\_\_\_. A Construção Científica. In: \_\_\_\_\_. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985. p.29-41.

\_\_\_\_\_. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

DENARDIN, Valdir. et al. Farinha de mandioca no litoral paranaense: um produto com potencial agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 4, n. 2, p. 2420-2424, nov. 2009.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais**. In: DIEGUES, Antônio Carlos.; MOREIRA, André de Castro. (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB, 2001. p. 97-124.

DIEGUES, Antônio Carlos; VIANNA, Lucila Pinsard. (Orgs.). **Conflitos entre populações humanas e Unidades de Conservação na Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DOUROJEANNI, Marc Jean; PADUA, Maria Tereza Jorge. **Biodiversidade a hora decisiva**. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2007.

DUARTE, Letícia Ayumi. **Argonautas do Superagui**: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental). Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

DUARTE, Letícia Ayumi. et al. **Parecer Técnico sobre os Estudos Preliminares Encomendados para a Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui - Guaraqueçaba – PR**. Paraná, 2013. 26 f. Parecer Técnico.

DUPRAT, Deborah. A Convenção n.169 da OIT e o direito à consulta prévia, livre e informada. In: DUPRAT, Deborah. (Org.). **Convenção n.169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMPU, 2015. p.53-78.

ESCOBAR, Arturo. **Más allá del tercer mundo**. Globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005a.

\_\_\_\_\_. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo. (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, Buenos Aires: CLACSO, 2005b. p. 133-168.

\_\_\_\_\_. Ecologías Políticas Postconstructivistas. **Revista Sustentabilidad(es)**, v. 1, n. 2. 2010.

\_\_\_\_\_. **Sentipensar con la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

\_\_\_\_\_. El pensamiento crítico latinoamericano es más vibrante que nunca: Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra. **Rebelión**, Notícia de 25/01/2016. Disponível em: <<http://www.rebelion.org>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

ESCOBAR, Arturo; PARDO, Mauricio. Movimentos Sociais e Biodiversidade no Pacífico Colombiano. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 341-374.

ESTEVA, Gustavo. **Pensar desde el abismo**. Chiapas: El rebozo Palapa Editorial, 2012.

FALS BORDA, Orlando.; MORA-OSEJO, Luis Eduardo. La superación del eurocentrismo: enriquecimiento del saber sistémico y endógeno sobre nuestro contexto tropical. **POLIS Revista de la Univerdad Bolivariana**, Santiago, vol. 2, n. 7. 2004.



FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Justiça espacial como referência para análise de políticas públicas no Brasil? In: III CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/UNIVERSITÉ PARIS-EST/UNIVERSIDADE DO MINHO: TERRITOIRES, POUVOIRS, IDENTITÉS, 2011. **Anais...** eletrônicos do Vitória: GM Editora, 2011. p. 1-14.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaços e territórios como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.

FERRARI, Ana Josefina. et al. Memória, silêncio e demanda social: análise das falas circulantes no Conselho da APA de Guaraqueçaba. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 2012, Teresina. **Anais...** Teresina: UFPI, 2012.

FIGUEIREDO, Leandro Mitidieri. Populações tradicionais e meio ambiente: espaços territoriais especialmente protegidos com dupla afetação. In: DUPRAT, Débora. (Org.). **Convenção n. 169 da OIT e os Estados Nacionais**. Brasília: ESMPU, 2015. p. 209-242.

FONSECA, Aroldo Correa. **Unidades de conservação e comunidades remanescentes de quilombo no Alto Trombetas: a busca de soluções para conflitos territoriais**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas). Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2015.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 3. ed., 2011.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “Pós-Socialista”. **Cadernos de Campo**. São Paulo, n.14/15, p. 231-239. 2006.

\_\_\_\_\_. Redistribución ou reconocimiento? In: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribución ou Reconocimiento?** Madrid: Ediciones Morata, 2006.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERHARDT, Cleyton Henrique. **Pesquisadores, Populações Locais e Áreas Protegidas: entre a instabilidade dos “lados” e a multiplicidade estrutural das “posições”**. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GIMÉNEZ, Gilberto. Apuntes para una teoría de la región y de la identidad regional. **Estudios sobre las culturas contemporâneas**, v. 6, n. 18, p. 165-173. 1994.

GLASS, Verena. **O Lado B da Economia Verde: roteiro para uma cobertura jornalística crítica da Rio+20**. Rio de Janeiro: Repórter Brasil, 2012.

GOMEZ-POMPA, Arturo.; KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2000. p. 125-148.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre os movimentos sociais: o debate contemporâneo. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2011.

\_\_\_\_\_. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola. 2014.

GÓMEZ, Jorge Ramon Montenegro. Desenvolvimento em (des)construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. et al. (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 39-53.

GORAYEB, Adryane.; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade.; SILVA, Edson Vicente da. Princípios básicos da cartografia e construção de mapas sociais: metodologias aplicadas ao mapeamento participativo. In: GORAYEB, Adryane.; MEIRELES, Antonio Jeovah de Andrade.; SILVA, Edson Vicente da. (Orgs.). **Cartografia social e cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. p. 9-24.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, mar. 2008.

GROSFOGUEL, Ramón. **La descolonización del conocimiento**. Diálogo crítico entre Frantz Fanon y Boaventura de Sousa Santos. Iepala, 2012.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (GT PCTs). **Ata da reunião do Grupo de Trabalho sobre OIT 169 (Direito a Consulta)**. Paranaguá, 23 ago. 2017a. p. 1-5.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS (GT PCTs). **Ata da 2ª reunião gt povos e comunidades tradicionais**. Guaraqueçaba, 14 set. 2017b. p. 1-4.

GUARAQUEÇABA. Secretaria Municipal de Educação. **Ofício 234/2016**. Guaraqueçaba, 15 jul. 2016.

GUHA, Ramachandra. O biólogo autoritário e a arrogância do anti-humanismo. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2000. p. 81-100.

GUSSO, Dimas. et al. Comunidade de pescadoras e pescadores artesanais organizados: processos de R-existência na Vila do Superagui – PR. In: SOUZA, Roberto Martins de. (Org.). **Identidade Coletiva e conflitos territoriais no sul do Brasil**. Manaus: UEA Edições, 2014. p.53-68.

GUTIÉRREZ, Raquel.; SALAZAR LOHMAN, Huáscar. Reproducción comunitaria de la vida. Pensando la trans-formación social en el presente. **El Apantle - Revista de Estudios Comunitarios**, Puebla, México, n. 1, p. 15- 50. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p.6774-6792.

\_\_\_\_\_. Ordenamento Territorial. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 26, n 1, jan/jun 2006. Nota.

\_\_\_\_\_. **Viver no limite:** território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HESS, Charlotte. Prólogo a la edición española. In: HESS, Charlotte.; OSTROM, Elinor. (Eds.). **Los bienes comunes del conocimiento.** Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales/Traficantes de Sueños, 2016. p. 11-19.

HESS, Charlotte.; OSTROM, Elinor. Introducción: uma visão geral de los bienes comunes del conocimiento. In: HESS, Charlotte.; OSTROM, Elinor. (Eds.). **Los bienes comunes del conocimiento.** Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales/Traficantes de Sueños, 2016. p. 27-51.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence. (Orgs.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 9-23.

\_\_\_\_\_. **Era dos Extremos:** o breve século XX 1914- 1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KASSEBOEHMER, Ana Livia. **Restrições e Impactos da Legislação Ambiental Aplicada no Município de Guaraqueçaba – Paraná.** 144 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Programa de Pós Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

KASSEBOEHMER, Ana Livia; SILVA, Ivan Crespo. O olhar de pesquisador sobre Guaraqueçaba, Paraná: diagnóstico e análise crítica da produção científica relacionada ao município. **FLORESTA**, Curitiba, v. 39, n. 3, p. 643-658, jul/set. 2009.

KOLLING, Edgar. Jorge; CERIOLI, Paulo. Ricardo; CALDART, Roseli. Salete. (Orgs.). **Educação do campo:** identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre Processos de “Ambientalização” dos Conflitos e sobre Dilemas da Participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, a. 12, n. 25, p. 31-64. 2006.

LEROY, Jean Pierre. **Mercado ou Bens Comuns?** O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro: FASE, 2016.

LEYVA, Xochitl. Academia versus activismo? Repensarmos desde y para la práctica-teórico-política. In: LEYVA, Xochitl. et al. **Conocimientos y prácticas políticas:** reflexiones desde nuestras prácticas de conocimiento situado. Chiapas/Lima/Ciudad de Guatemala: CIESAS/PDTG-USM/ UNICACH, 2010.

LIMONAD, Ester. A insustentável natureza da sustentabilidade. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 123-142, jan/jun. 2013.

LIMONT, Marcelo. **Educação e Participação Social na APA de Guaraqueçaba:** a capacitação como possibilidade na mediação de conflitos ambientais. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

LINSALATA, Lucia Linsalata.; SALAZAR LOHMAN, Huáscar. Introducción. **El Apantle - Revista de Estudios Comunitarios**, Puebla, México, n. 1, p. 09-14. 2015.

LITTLE, Paul. Elliot. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil:** por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n. 322. UNB, 2002. p. 1-23.

LOZANO TOVAR, David Ángel. **Saberes y Subalternidad entre Canela y Chocolate Valle de Juárez, Jalisco.** 259 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). División de Ciencias Sociales y Humanidades, Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco, Cidade do México, 2015.

MANDICUERA. **Dinheiro do peixe morto.** Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9BhFtO72aZY>. Acesso em: 20 jul. 2015. Vídeo.

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia / Seção São Paulo - Associação dos Geógrafos Brasileiros**, São Paulo, n. 84, p. 105-136, jul. 2006.

MELUCCI, Alberto. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66. 1989.

\_\_\_\_\_. **A Invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDONÇA, Felipe; TALBOT, Virginia. Participação Social na Gestão de Unidades de Conservação: uma leitura sobre a contribuição do Instituto Chico Mendes. **Biodiversidade Brasileira**, v. 4, n. 1, p. 211-234. 2014.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MILANO, Miguel Serediuk. Apresentação. In: DOUROJEANNI, Marc Jean.; PADUA, Maria Tereza Jorge. **Biodiversidade a hora decisiva.** 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2007. p. 17-20.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.10-28.

MODEL, Patricia Aparecida.; DENARDIN, Valdir Frigo. Agricultura familiar e a formação de circuitos curtos de comercialização através das feiras livres: o caso da Matifeira – PR. XVI ENCONTRO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2014.

MOREIRA, Ruy. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, Milton.; BECKER, Bertha. (Orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Litoral do Paraná (MOPEAR). **Carta Aberta à Sociedade Brasileira: Encontro sobre a violação de direitos humanos provocados pelos Parques Nacionais em territórios de comunidades caiçaras e pescadoras e pescadores artesanais no Paraná**. Guaraqueçaba, 2013. 2f. Carta.

\_\_\_\_\_. **Na vela e no lampião: onde a luz NÃO é para todos**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=6sceHtc6O\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=6sceHtc6O_g)>. Acesso em: 30 set. 2015. Vídeo.

\_\_\_\_\_. **Protocolo de Consultas dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Guaraqueçaba, PR**. Guaraqueçaba, 2017. 8 f. Protocolo de Consulta.

\_\_\_\_\_. **Acordo Comunitário da Pesca do Cerco-fixo**. Guaraqueçaba, 2016. 3 f. Acordo Comunitário.

MUNIZ, José. **Vila de Ararapira - desenvolvimento e abandono**: um estudo a partir da memória oral de ex-moradores. 82 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação de Licenciatura em História). Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, Paranaguá, 2008.

OFFEN, Karl. O Mapeas o te Mapean: mapeo indígena y negro em América Latina. **Tabula Rasa**, Colômbia, n. 10, p. 163-189, jan/jun. 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo. Umbelino de. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 63-110.

OLIVEIRA, Flavia Camargo de. **Etnobotânica da exploração de espécies vegetais para confecção do cerco-fixo na região do Parque Estadual Ilha do Cardoso, SP**. 166 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal). Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

OLIVEIRA, Rosisca Darcy de.; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Pesquisa participante**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-33.



OLIVEN, Ruben George. **Violência e cultura no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

OLMOS, Fabio. et al. Correção política e biodiversidade: a crescente ameaça das “populações tradicionais” à Mata Atlântica. In: ALBUQUERQUE, Jorge. et al. **Ornitologia e conservação: da ciência às estratégias**. Santa Catarina: UNISUL, 2001. p. 279-311.

OLMOS, Fabio. Nossos Bantustões. **O eco**. 12 de dezembro de 2007. Disponível em: <[http://www.oeco.org.br/fabio-olmos/18327-oeco\\_25273](http://www.oeco.org.br/fabio-olmos/18327-oeco_25273)>. Acesso em: 02 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Populações Tradicionais e a Biodiversidade. **O eco**. 02 de março de 2009. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/colunas/fabio-olmos/21088-populacoes-tradicionais-e-a-biodiversidade/>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

ONÇAY, Solange Todero Von. (Org.). Tecendo percepções na perspectiva de identificar nuances de um marco teórico para a educação do campo. In: MIRANDA, Sônia Guariza. et al. **Educação do campo em movimento: teoria e prática cotidiana**. v. 2. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 39-62.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor.; VANWEY, Leah.; MERETSKY, Vicky. Teorias subjacentes ao estudo das interações homem-ambiente. In: MORAN, Emilio; OSTROM, Elinor. (Org.). **Ecossistemas florestais: interações homem-ambiente**. São Paulo: Editora Senac/Edusp, 2009. p. 41-81.

PALUDO, Conceição. Educação popular e educação (popular) do campo. In: MIRANDA, Sônia Guariza.; SCHWENDLER, Sônia Fátima. (Orgs.). **Educação do campo e movimento: teoria e prática cotidiana**. v. 1. Curitiba: Editora UFPR, 2010. p. 245-266.

PARANÁ. Lei Complementar nº 59 de 01 de outubro de 1991. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art.2º da Lei 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. **Legislação do Estado do Paraná**. Curitiba, 01 out. 1991.

\_\_\_\_\_. Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) - 2ª Defensoria Pública Itinerante do Litoral e Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Recomendação Administrativa 02/2016**: Procedimento preparatório de ação coletiva sobre permissão experimental da captura do caranguejo-uçá por meio do lacinho (armadilha) durante a safra de 2016/2017, na Estação Ecológica de Guaraqueçaba, na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagui. Paranaguá, 2016.

\_\_\_\_\_. Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) - 2ª Defensoria Pública Itinerante do Litoral e Núcleo da Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado do Paraná. **Ofício 051/2016**. Paranaguá, 2016.

\_\_\_\_\_. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). **Perfil da região turística do litoral do Paraná**. Disponível em <<http://www.ipardes.gov.br>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PELOSO, Ranulfo. (Org.). **Trabalho de Base**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Juliana Rabelo.; CABRAL, Eloisa Helena de Souza.; PEREIRA, José Roberto. Gestão social e governing the commons: a cooperação como elo de convergência. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 112-122, dez. 2015.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Editora da UFPR, 1996.

PINHO, Marcelo Simões Serran de. **Sistemas de gestão em unidades de conservação: o caso dos manguezais da APA de Guaraqueçaba/PR**. 144 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PIMBERT, Michel.; PRETTY, Jules. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “Participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2000. p.183-224.

PONTES, Maria Lúcia de. Sujeitos coletivos de direito. In: CALDART, Roseli. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 724-728.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, José. **Movimentos sociales y conflictos em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

\_\_\_\_\_. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. In: Ceceña, Ana Esther. (Coord.). **De los saberes de la emancipación y de la dominación**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales CLACSO, 2008. p. 37-52.

\_\_\_\_\_. De Saberes y de Territorios: diversidad y emancipación a partir de la experiencia latino-americana. **Polis Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 8, n. 22, p 121-136. 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. et al. Bye Bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. In: CANUTO, Antônio. et al. (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. p. 86-98.

POTEETE, Amy.; OSTROM, Elinor.; JANSSEN, Marco. **Trabalho em parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 9-31. 2005.

RAINHO, Ana Paula. **A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra da Ararapira**. 170 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RANDOLPH, Rainer. Subversão e planejamento como “práxis”: uma reflexão sobre uma aparente impossibilidade. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna Ramos. (Orgs.). **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. p. 40-57.

RANDOLPH, Rainer.; GOMES, Pedro Henrique. **A contribuição da cartografia subversiva para o planejamento do espaço social. Caminhos para uma reflexão a respeito de “subversões” concretas.** *Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, Universidad de Barcelona, v. XIV, n. 331 (29), ago. 2010.

RIGOTTO, Raquel Maria. **Memorial Tramas 20 anos.** Fortaleza: UFC, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês, trabalho e educação - liberdade, autonomia, emancipação:** princípios/fins da formação humana. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ROCHA, Jhulielli da. **Modos de vida, sistemas alimentares e transformações: os caixas de Barbados, Paraná, Brasil.** 260 f. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Setor de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. Os outros usos do público: a possível sustentabilidade dos comuns. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília, 2006.

ROCHA, Otávio Gomes. **Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder.** 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SADER, Emir. **A Transição no Brasil:** de ditadura à democracia? 9. ed. São Paulo: Editora Atual, 1990.

\_\_\_\_\_. Hegemonia e contra-hegemonia. In: CECEÑA, Ana Esther. (Org.). **Hegemonias e Emancipações no Século XXI.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 15-34.

SAMPAIO, Claudia Pereira da Silva; SILVA, Marcelo Ling Tosta. **Estudos socioeconômicos da região e do Parque Nacional do Superagui:** produto 3 - relatório técnico preliminar socioeconômico e relatório técnico preliminar histórico cultural do Parque Nacional do Superagui. Curitiba: ICMBio/MMA, 2013.

SANTILLI, Juliana. O sistema nacional de unidades de conservação: uma visão socioambiental. In: SILVA, Leticia Borges da.; OLIVEIRA, Paulo. (Orgs.). **Socioambientalismo:** uma realidade. Curitiba: Juruá, 2007. p. 135-167.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, n. 39. 1997.

\_\_\_\_\_. Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63. 2002.

\_\_\_\_\_. **Um discurso sobre as ciências.** 7. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

\_\_\_\_\_. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula de.; NUNES, João Arriscado. Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-122.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SAQUET, Marco Aurélio. Participação social em territórios de identidade e desenvolvimento numa práxis dialógica e cooperada. In: SILVA, Onildo Araújo da. et al. (Orgs.). **Identidade território e resistência**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014. p 11-36.

SCHWARTZMAN, Stephan. Florestas cercadas: lições do passado, propostas para o futuro. In: DIEGUES, Antônio Carlos. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC/ NUPAUB-USP, 2000. p. 257-272.

SCHWARTZMAN, Luis Fernando.; SIBUYA, Nathalia de Jesus. **A Dicotomia entre a conservação e a visibilidade das comunidades tradicionais: um estudo de caso na APA de Guaraqueçaba**. 94 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental). Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2013.

SERRANO, Célia Maria. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia Maria.; BRUHNS, Heloísa Turini. (Orgs.). **Viagens à Natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1999. p. 59-99.

SILVA, Liana Amin Lima da. **Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina: re-existir para co-existir**. 330 f. Tese (Doutorado em Direito Socioambiental e Sustentabilidade). Escola de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

SOARES, Carlos Roberto.; LANA, Paulo da Cunha. **Baía de Paranaguá: mapas e histórias**. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCACAO AMBIENTAL (SPVS). **Atlas ambiental da APA de Guaraqueçaba**. Curitiba, 2000.

SOJA, Edward. **Seeking Spatial Justice**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2010.

SOLÁ PÉREZ, Mercedes. **Comunidade tradicional de pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi-Pr na disputa pela vida: conflitos e resistências territoriais frente à implantação de políticas públicas de desenvolvimento**. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista TERRITÓRIO**, ano 2, n. 3, jul/dez. 1997.

\_\_\_\_\_. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora:** reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão de cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. O lugar das pessoas nas agendas “verde”, “marrom” e “azul”: Sobre a dimensão geopolítica da política ambiental urbana. **Passa Palavra**, Seção Brasil, 2014. Disponível em: <http://passapalavra.info/2014/12/101245>>. Acesso em: 26 mar. 2015.

SOUZA, Roberto Martins de. **“Na Luta pela Terra Nascemos Faxinalenses”:** uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. 340 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

\_\_\_\_\_. **Acordo de Gestão Comunitária do Cerco-Fixo de Pesca.** Paranaguá: IFPR/Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil/ Núcleo de Defesa de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais/ MOPEAR, 2016. 25 f. Parecer Técnico.

SOUZA, Roberto. et al. **Parecer técnico sobre as contradições e limites da “gestão participativa” no Plano de Manejo do Parque Nacional do Superagui.** Paranaguá: IFPR/UFPR Litoral/Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil, Agosto de 2015. 36 f. Parecer Técnico.

SOUZA, Roberto. et al. **Parecer técnico sobre o “levantamento de demandas para o planejamento do Plano de Manejo do PNS” e levantamento de práticas tradicionais de pescadores(as) artesanais e caiçaras.** Paranaguá: IFPR/UFPR Litoral/Grupo de Pesquisa Identidades Coletivas, Conflitos Territoriais e Educação Emancipatória no Sul do Brasil, novembro de 2016. 107 f. Parecer Técnico.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **A função social da terra.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

\_\_\_\_\_. Antropologia ou Direito? crítica à autosuficiência do direito. **Hiléia Revista de Direito Ambiental da Amazônia**, ano 7/9, n. 13/14, p.17-32. 2010.

SPÍNOLA, Juliana Lima. **Participação e deliberação na RESEX Marinha do Pirajubaé (SC).** 208 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.

SVAMPA, Maristella. La ecología como zona de debate. **Revista Ñ**, ago. 2008.

\_\_\_\_\_. “La valoración del territorio es el punto de partida para la producción de nuevas relaciones sociales y políticas” – Entrevista a Maristella Svampa. **Underground**, n. 1, ano 1. 2011.

\_\_\_\_\_. Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales. ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas? In: **Más allá del desarrollo**, Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Ecuador: Fundacion Rosa Luxemburgo, 2012. p.185-216.

\_\_\_\_\_. Consenso de los Commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30 - 46. 2013a.



\_\_\_\_\_. Extractivismo en America Latina. El Consenso de los Commodities. **Le Monde Diplomatic**, Seção América Latina, 2013b. Disponível em <<http://www.eldiplo.org/archivo/la-trampa-de-los-recursos-naturales/el-consenso-de-los-commodities/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

**TABARELLI, Marcelo. et al. Desafios e oportunidades para a conservação da biodiversidade na Mata Atlântica brasileira. MEGADIVERSIDADE, v 1, n 1, jul. 2005.**

TALBOT, Virginia. **Termos de Compromisso:** histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais. 219 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade em Unidades de Conservação). Escola Nacional de Botânica Tropical, Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

TEIXEIRA, Cristina. O processo Social de Proteção Ambiental em Guaraqueçaba: uma contribuição da análise sociológica ao conhecimento da relação entre a sociedade e o meio ambiente. In: XI CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2003, Campinas. **Anais...** Campinas: UNICAMP, 2003.

TEIXEIRA, Cristina. A Proteção Ambiental em Guaraqueçaba: substituição de agentes e de concepções sobre a relação sociedade- meio ambiente. II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba, 2004.

TERBORGH, John.; PERES, Carlos. O problema das pessoas nos parques. In: TERBORGH, John. et al. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes:** estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 334-346.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TORNQUIST, Carmen Susana. Salvar o Dito, Honrar a Dádiva: dilemas éticos do encontro e da escuta etnográfica. **Impulso**, Piracicaba, v. 14, n. 35, p. 63-74. 2003.

TORRES, Katya Isaguirre.; ANDRIGUETTO FILHO, José Milton de. **Parecer à Defensoria Pública do Estado do Paraná sobre a Portaria do IBAMA nº 12 de 2003.** Curitiba, 2015. 17 f. Parecer Técnico.

TZUL TZUL, Gladys. Sistemas de gobierno comunal indígena: la organización de la reproducción de la vida. **El Apantle - Revista de Estudios Comunitarios**, Puebla, México, n. 1, p. 125-140. 2015.

VALLEJO, Luiz Renato. Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 8. 2002.

VALLEJO, Luiz Renato. Os parques e reservas como instrumentos do ordenamento territorial. In. ALMEIDA, Flávio Gomes de.; SOARES, Luiz Antonio Alves. (Orgs.). **Ordenamento territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2009. p.157- 191.

VARELLA, Marcelo Cunha. et al. Uma discussão espacial a partir das cartografias sociais e a representação de territorialidades específicas. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 2, n. 1, p. 13–19, jan/jun. 2013.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência:** uma crítica da patologia social. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: \_\_\_\_\_. **O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p 13-22.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.

VIEIRA, Miguel Said. **Bens comuns: uma proposta de mapeamento**. Texto elaborado para seminário da Fase, [2016]. (No prelo).

VIVEKANANDA, Guadalupe. **Parque Nacional do Superagüi: a presença humana e os objetivos de conservação**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

VON BEHR, Miguel. **Guarakessaba, Paraná, Brasil: passado, presente, futuro**. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

ZIBECHI, Raúl. **Descolonizar el pensamiento crítico y las prácticas emancipatórias**. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2014.

\_\_\_\_\_. **Territórios em Resistência: Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015a.

ZIBECHI, Raúl. Los trabajos colectivos como bienes comunes material/simbólicos. **El Apantle Revista de Estudios Comunitarios**, n.1. Puebla, México, p. 73-99. 2015b.

ZIBECHI, Raúl.; HARDT, Michael. **Preservar y compartir: bienes comunes y movimientos sociales**. Buenos Aires: Mardulce, 2013.

WALSH Catherine. **La interculturalidade en la educación**. Lima: Ministerio de Educación/UNICEF, 2005.

\_\_\_\_\_. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU Vera. (Org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 12-42.